

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO ENSINO, MÉTODOS E TÉCNICAS EM GEOGRAFIA

DA INCONFIDÊNCIA À LUZ DA CIÊNCIA:
O pensamento geográfico nos viajantes do século XIX por
Minas Gerais

KÁRITA DE FÁTIMA ARAÚJO

UBERLÂNDIA/MG

2019

KÁRITA DE FÁTIMA ARAÚJO

**Da Inconfidência à luz da ciência:
O pensamento geográfico nos viajantes do século XIX por
Minas Gerais**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Ensino, Métodos e Técnicas em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia Martins de Souza.

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

A663
2019

Araújo, Kárita de Fátima, 1989-
Da Inconfidência à luz da ciência [recurso eletrônico] : o
pensamento geográfico nos viajantes do século XIX por Minas
Gerais / Kárita de Fátima Araújo. - 2019.

Orientadora: Rita de Cássia Martins de Souza.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-
graduação em Geografia.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2020.36>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Geografia. I. Souza, Rita de Cássia Martins de, 1964-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação
em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

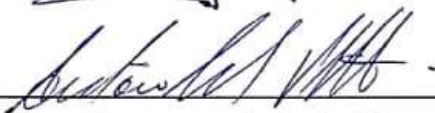
Programa de Pós-Graduação em Geografia

KÁRITA DE FÁTIMA ARAÚJO

“DA INCONFIDÊNCIA À LUZ DA CIÊNCIA: o pensamento geográfico nos viajantes do século XIX por Minas Gerais”



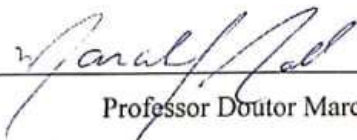
Professora Doutora Rita de Cássia Martins de Souza (Orientadora) - UFU



Professor Doutor Antonio Carlos Vitte – UNICAMP - SP



Professor Doutor Sérgio Luiz Nunes Pereira – IFF - RJ



Professor Doutor Marcelo Lapuente Mahl – IH-UFU



Professor Doutor Jean Luiz Neves Abreu – IH-UFU

Data: 06 / 12 de 2019

Resultado: aprovada

Para o amor da minha vida, Vinicius.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à Universidade Federal de Uberlândia e ao Instituto de Geografia por me concederem a oportunidade de me qualificar profissionalmente, desde a Graduação, também no Mestrado e, novamente, no Doutorado. Há doze anos essa instituição faz parte da minha vida, e me oportunizou trilhar caminhos que nunca antes havia imaginado. Em tempos de incerteza sobre a manutenção do ensino público no país, desejo que muitos outros tenham a oportunidade que tive de estudar gratuitamente em uma instituição de qualidade, pois, “quando se nasce pobre, estudar é o maior ato de rebeldia contra o sistema”.

À minha orientadora, professora Rita de Cássia Martins de Souza, inspiração intelectual que me permitiu construir mais que um trabalho, mas, o conhecimento sobre a Geografia. E, mesmo separadas pela distância geográfica, esteve comigo nesse propósito. Gratidão por tudo até esse dia!

Aos amigos do Núcleo de Pesquisa Geografia e Memória por compartilharem leituras, conversas, cafés e abraços. Às irmãs de alma que a Geografia me trouxe, e hoje estão mais distantes do que eu gostaria, obrigada pelo apoio incondicional.

Aos amigos que Mato Grosso me apresentou, que acompanharam minha jornada até esse dia com palavras de incentivo e otimismo. Obrigada pela companhia nos finais de semana e descanso necessários.

Aos meus pais. Motivos pelos quais sigo minha jornada com ética e comprometimento. Se hoje estamos distantes, é temporariamente. Todo o esforço feito até aqui, é para que possamos estar juntos novamente. Amo vocês.

Ao meu marido. Quem escolhi para compartilhar a vida. Em meio à tantos desafios no decorrer desses quase cinco últimos anos, conseguimos, não sem muita luta, alcançar tudo que desejamos. Se não fosse por você, seu apoio e auxílio, eu teria desistido.

À Deus, que me concedeu a vida e o convívio com todos que amo e considero.

“A felicidade só é real quando é compartilhada” Henry Thoreau

Resumo

Compreender a construção da nacionalidade brasileira é um anseio que se coloca para nós geógrafos e para as ciências humanas de modo geral. Esse processo, que aqui fica entendido como indissociado da formação territorial e, conseqüentemente, da unidade do território e da própria constituição da identidade nacional, perpassa por caminhos que outrora levaram à Minas Gerais. O estado que nos tempos áureos da mineração reuniu as condições econômicas e políticas necessárias para uma possível separação do restante da colônia, guardava riquezas que despertaram, repetidas vezes, a cobiça e o deslumbre de governantes, desbravadores e viajantes. Esses últimos, já no idos do século XIX, quando a exploração do ouro já se julgava esgotada, contribuíram para resgatar todo o potencial natural e mineralógico da província. Seus discursos, carregados de intencionalidade e, não raras vezes financiados por diversos interesses políticos e econômicos, extrapolaram o campo da ciência e da literatura e ganharam o mundo. As “Minas Gerais” uma vez mais “descobertas” ainda revelariam grande potencial lucrativo e serviriam para reafirmar a condição do Brasil de exportador de matérias primas. Cabe a nós seguir na tentativa de realizar uma análise geográfica desse contexto, trazendo à tona discursos estrangeiros caros à construção de nossa nacionalidade, paisagem, povo e território.

Palavras-chave: Minas Gerais, viajantes, ciência, formação territorial, paisagem.

Resumen

Comprender la construcción de la nacionalidad brasileña es un anhelo que se coloca para nosotros geógrafos y para las ciencias humanas en general. Este proceso, que aquí queda entendido como indisociado de la formación territorial y, consecuentemente, de la unidad del territorio y de la propia constitución de la identidad nacional, atraviesa por caminos que otrora llevaron a Minas Gerais. El estado que en los tiempos áureos de la minería reunió las condiciones económicas y políticas necesarias para una posible separación del resto de la colonia, guardaba riquezas que despertaron repetidas veces la codicia y el deslumbramiento de gobernantes, conquistadores y viajeros. Estos últimos, ya en el siglo XIX, cuando la explotación del oro ya se juzgaba agotada, contribuyeron a rescatar todo el potencial natural y mineralógico de la provincia. Sus discursos, cargados de intencionalidad y, no raras veces financiados por diversos intereses políticos y económicos, extrapolaron el campo de la ciencia y la literatura y ganaron el mundo. Las "Minas Gerais" una vez más "descubiertas" todavía revelarían un gran potencial lucrativo y servirían para reafirmar la condición de Brasil de exportador de materias primas. Cabe a nosotros seguir en el intento de realizar un análisis geográfico de ese contexto, trayendo a la luz discursos extranjeros caros a la construcción de nuestra nacionalidad, paisaje, pueblo y territorio.

Palabras clave: Minas Gerais, viajeros, ciencia, formación territorial, paisaje.

Lista de Figuras

Figura 1: Tropeiros pelo interior de Minas Gerais (Rugendas, J. M.), Ilustrações botânicas, Auguste de Saint-Hilaire, Vila Rica no início do século XIX (s/autor) (Da esquerda para a direita, de cima para baixo).....	15
Figura 2: Vista de Vila Rica. PALLIÉRE, Armand Julien, 1820.....	24
Figura 3: Número de vezes em que as províncias do Brasil são citadas como destino dos viajantes entre os séculos XVIII e XX	30
Figura 4: Nacionalidade dos viajantes nas Minas Gerais do século XIX.	34
Figura 5: Encontro de viajantes naturalistas com índios. RUGENDAS, Johann Moritz.....	74
Figura 6: A espetacular Naturgemalde de Humboldt, desenho de 90cmx60cm que fazia parte do livro Ensaio sobre a geografia das plantas.	100
Figura 7: Charles Darwin aos 7, 24, 45 e 69 anos de idade.	110
Figura 8: Mapa da Província de Minas Gerais no final do século XVIII.....	126
Figura 9: Província de Minas Gerais em meados do século XIX.....	127
Figura 10: Estrada Real.....	128
Figura 11: Roteiro dos Viajantes por Minas Gerais 1808-1819	131
Figura 12: Roteiro dos Viajantes por Minas Gerais 1820-1839	132
Figura 13: Roteiro dos Viajantes por Minas Gerais 1840-1859	133
Figura 14: Roteiro dos Viajantes por Minas Gerais 1860-1869	134
Figura 15: Roteiro dos Viajantes por Minas Gerais 1870-1899	135
Figura 16: Lavagem de ouro de Itacolomi (século XIX). Ilustração de Johann Moritz Rugendas.....	138
Figura 17: Perfil longitudinal da mina de Gongo-Soco	169
Figura 18: Brasil – Recursos minerais em exploração ativa (1944).....	171
Figura 19: A região mineradora e os empreendimentos ingleses.	173
Figura 20: Estrada de Petrópolis a Juiz de Fora.	180
Figura 21: Vista geral de Entre Rios.....	182
Figura 22: Rio Paraíba. Ilustração de Johann Moritz Rugendas.	183
Figura 23: Corte geral das formações da província de Minas Gerais do Brasil, segundo Hervé.....	199
Figura 24: Lavagem dos diamantes.	212
Figura 25: Mapa “A província brasileira de Minas Gerais” – H.G.F Halfeld e Frederico Wagner.....	217
Figura 26: Vista da Cachoeira de Paulo Afonso.....	220
Figura 27: Segunda Vista da Cachoeira de Paulo Afonso.....	221
Figura 28: Mapa das colônias e das chácaras em Filadélfia no Rio de Todos os Santos ..	241
Figura 29: Festa na mina de Passagem	262
Figura 30: Perfil da ferrovia desenhado por James Wells.	264
Figura 31: Sem título. Porto-Alegre, Araújo.	285
Figura 32: Ouro Preto e Pico do Itacolomi. Desenho a lápis.....	294
Figura 33: Ouro Preto e Pico do Itacolomi. Desenho a lápis.....	296
Figura 34: Roteiros das viagens de Lund e Riedel (1833-35) e de Warming (1863 e 1866)	321
Figura 35: Desenhos de orquídeas brasileiras	322
Figura 36: Vegetação do estado de Minas Gerais (2012)	331
Figura 37: Boi perseguido pelos vaqueiros	336
Figura 38: Tipos raciais existentes no Brasil.....	339

Figura 39: Botocudos.....	346
Figura 40: Negro que acompanhou Courcy nas funções de mordomo, camareiro e cozinheiro.....	355
Figura 41: Mulher negra representada na obra de Oscar Canstatt.....	358

Lista de Quadros

Quadro 1: Viajantes e suas obras produzidas sobre Minas Gerais durante o século XIX .. 405

Lista de siglas

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros
EDUFU – Editora da Universidade Federal de Uberlândia
EUA – Estados Unidos da América
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

Sumário

INTRODUÇÃO	15
Capítulo 1: Minas Gerais: a identidade nacional na Inconfidência como matriz para a identidade nacional brasileira	24
Panorama histórico e geográfico	35
As Minas Gerais e a construção da nacionalidade	47
O século das luzes à luz da ciência: a contribuição do pensamento científico.....	64
Capítulo 2: Viagens e Viajantes: seu papel na construção da nacionalidade brasileira	74
A geopolítica das viagens: as instituições científicas e apropriação do território brasileiro pelas potências europeias.....	81
Métodos modelo de investigação dos pioneiros viajantes modernos: Humboldt e Darwin	94
Humboldt: viajante moderno precursor.....	96
Darwin: um viajante naturalista a bordo do Beagle.....	109
A cobiçada <i>Minas Gerais</i> : a mineração e a modernização do território	122
Capítulo 3: Viajantes estrangeiros em Minas Gerais: o interesse pelo território	138
Interesses científicos.....	142
Os interesses estrangeiros na mineração	172
A Expedição Científica Austríaca (1817 a 1820)	202
Interesse diplomático	213
A imigração para o Brasil nos relatos dos viajantes: J. Friedrich von Weech, William Scully, Karl F. Kotte, J.J von Tschudi e Carlos Augusto Taunay	222
A relações comerciais do Brasil com a Rússia e a <i>Expedição Langsdorff</i> (1825-1829) ..	247
Interesses comerciais.....	254
Capítulo 4: A paisagem e a construção da nacionalidade.....	285
A paisagem como conceito	288
A inspiração romântica.....	292
A paisagem como recurso.....	304
Contrastes: a paisagem e o povo	335
A identidade nacional	371
Considerações Finais	384
Referências	389
Bibliografia analítica	393
Apêndice A: Quadro de Viajantes e obras produzidas	405
Apêndice B: Sistematização e análise: viajantes e suas obras produzidas sobre Minas Gerais durante o século XIX.....	421

INTRODUÇÃO

Figura 1: Tropeiros pelo interior de Minas Gerais (Rugendas, J. M.), Ilustrações botânicas, Auguste de Saint-Hilaire, Vila Rica no início do século XIX (s/autor) (Da esquerda para a direita, de cima para baixo)



Ilustrações botânicas de, respectivamente:
Adrien Taunay (1825), Florence (1827) e Rugendas (1824).



Fonte: <http://histormundi.blogspot.com.br>.

Minas Gerais compõe parte importante do imaginário brasileiro, seja na literatura, na arte, no artesanato, na culinária. Grandioso legado deixado pela história de Minas Gerais, suas riquezas minerais, suas belezas naturais e a afabilidade de seu povo, sempre acolhedor e responsável por outro patrimônio mineiro: o sotaque. Entre *uais* e *trens*, diminutivos e sílabas engolidas, Minas Gerais ergueu-se como um patrimônio nacional, carregado de significações e de representações. Entre as muitas existentes, estão aquelas construídas pelos viajantes estrangeiros, naturalistas, em sua maioria, que construíram com fidedignidade uma visão de mundo sobre as *Minas Gerais*. Entre esses, destacamos, Johann Moritz Rugendas, membro da Expedição Langsdorff que viajou pelo Brasil entre 1821 e 1825, publicando *Viagem pitoresca através do Brasil*, obra com 110 gravuras que retratam paisagens, pessoas, cenas cotidianas e compõe um verdadeiro acervo iconográfico de nosso país. Pelas mãos do pintor, as *Minas Gerais* aparecem gloriosamente representadas, em toda sua exuberância e mistério, ainda no início do século XIX quando o encontro de tropeiros com o desconhecido era cena recorrente. Tendo vivenciado esse desconhecido, Auguste de Saint-Hilaire também foi figura importantíssima na representação das *Minas Gerais* que transitavam da condição de colônia para província, uma das mais importantes do Brasil Império. Entre as muitas viagens que empreendeu, o francês sempre incluiu *Minas Gerais* em seus roteiros, talvez por não ter visto o suficiente, quiçá por desejar reencontrar caminhos outrora percorridos. Habilidade com as palavras e com os desenhos que cuidadosamente representavam nossa flora, fauna e gente, Saint-Hilaire ampliou o conhecimento que temos hoje sobre as *Minas*. *Minas* que sempre passaram pelas belezas de *Vila Rica*, lugar de encontros, de histórias, de romances e românticos, de Bárbara Heliodora e Alvarenga Peixoto, de Cartas Chilenas e Inconfidência, de Tiradentes, herói nacional. Se há um lugar que guarda cada representação de *Minas*, esse lugar é *Vila Rica*. Pintada em diversas épocas e por muitas mãos, sempre será o coração de *Minas Gerais*.

"Só, e no mais: sem ti, jamais nunca — Minas, Minas Gerais..."
João Guimarães Rosa

Minas Gerais *são muitas*. É a materialização do *lugar* geográfico. É o cotidiano, o pertencimento, a identificação, a *mineiridade*. Se *Minas é muitas*, como já dizia o poeta, não é única a geografia de suas paisagens e a história de seus caminhos. *Minas Gerais* cumpriu papel importante na regionalização do espaço brasileiro, na economia colonial e na dinâmica populacional do país. Desde sua ocupação nos tempos áureos da mineração até os idos do século XIX, despertou curiosidade e cobiça, de paulistas - bandeirantes, estrangeiros - viajantes.

Seu processo de colonização, que se iniciou ainda no século XVII, foi estimulado, inicialmente, pela busca de gentios para serem escravizados e culminou na descoberta de pedras preciosas de abundância nunca vista no Brasil até então. As Minas, denominadas “*Geraes*” em virtude de sua vastidão, deram os primeiros passos em direção ao crescimento e à urbanização no século seguinte. Na medida em que a busca por metais preciosos avançava *sertão* adentro, as paragens dos tropeiros se convertiam em arraiais, vilas e, mais tarde, em municipalidades.

A importância econômica da região não passou despercebida. Se no início da ocupação colonial portuguesa não havia desbravadores dispostos a avançar para além das montanhas mineiras, nos séculos que se seguiram esse processo passou a ser estimulado pela própria Coroa, que observava de perto as descobertas, a extração e o escoamento dos minérios. Foi o abastecimento do mercado externo, inclusive, que garantiu a industrialização da Inglaterra no século XVIII, permitindo o desenvolvimento do capitalismo europeu.

As belezas e riquezas dessas terras também atraíram a atenção de outros olhos. Foi cantada em versos pelo árcade Cláudio Manuel da Costa, exaltada em sua grandiosidade pelo poeta Inácio José de Alvarenga Peixoto e denunciada em suas mazelas na acidez dos textos de Tomás Antônio Gonzaga. O envolvimento desses homens com *Minas Gerais* foi para muito além da literatura, colocando-os em confronto direto com a Real Coroa Portuguesa ao se envolverem no movimento pela libertação daquele território do domínio lusitano.

Ora, estando libertas as *Minas Gerais*, quais seriam as pretensões dos inconfidentes para com imensa região? Ainda que se mantivessem presos à organização social e econômica da época, sem que houvesse a transição para um sistema capitalista pleno ou que a escravidão fosse abolida, uma certeza pairava sobre os “*revolucionários*”: a de que os recursos minerais seriam o caminho para o desenvolvimento da pátria livre.

O sonho inconfidente ficou pelo caminho, pelo menos na forma como aqueles homens desejavam, ou seja, uma independência da região mineira e de seus arredores se isolando do restante da Colônia. O movimento, quando revelado, deixou exilados, mortos e um lema de liberdade para a futura “bandeira” do estado. As Minas Gerais, entretanto, estavam descobertas. Os caminhos que levavam às pedras preciosas haviam sido traçados e, se o

século XVIII veio acompanhado da crise na produção aurífera, o século XIX traria aqueles que (re)descobririam os caminhos das *Geraes*, entre eles, os viajantes naturalistas.

Os viajantes estrangeiros, durante todo o século XIX construíram discursos sobre nosso território e paisagem que serviram à diversos propósitos, fossem eles científicos, econômicos, políticos ou sociais. Através desse material foi possível compreender que as viagens pelo Brasil nesse período estavam carregadas de intencionalidade e, ainda que não estivessem explícitas nos textos, eram determinantes para motivar a vinda e a pesquisa sobre nosso país de forma geral.

Ao resgatar esses discursos, entendemos que a *visão de mundo* dos viajantes estrangeiros apresentava um perfil social, econômico e cultural do Brasil colonial e pós-Independência. Os discursos dos viajantes, longe de serem despretensiosos e desinteressados, atendiam a interesses bastante específicos dos centros de poder europeus e prestavam serviço, segundo nossas conclusões, para a construção de uma ideia ou de uma construção acerca do papel do Brasil no concerto da economia mundo. A própria nacionalidade brasileira, compunha-se nesse conjunto sempre ligada à “vocação” agrário-exportadora do recém instalado Estado Nacional. O país, fornecedor de matérias-primas e detentor de uma paisagem exuberante detinha um território abundantemente rico. Esses discursos constituem-se, a nosso ver, em valioso material para a compreensão da formação de uma certa “identidade nacional” brasileira, forjada desde esses tempos dos viajantes.

Os capítulos 1 e 2 deste trabalho se propuseram a recontar parte dessa história e delinear os rumos da pesquisa, que culmina nos dois últimos capítulos com a análise dos discursos produzidos pelos viajantes do século XIX. O primeiro capítulo se deteve na (re)tomada do movimento inconfidente e no resgate dos discursos de seus principais envolvidos enquanto essenciais para a construção da nacionalidade brasileira. Além, por certo, da reafirmação da importância das *Minas Gerais* como rota obrigatória de passagem dos viajantes nos séculos seguintes, uma vez que, as riquezas outrora descobertas na região precisavam ser escritas e mapeadas.

O segundo capítulo, por sua vez, atém-se à investigação das viagens e de seus personagens. Se o século XVIII revelou as *Minas Gerais* através dos textos dos inconfidentes, o que os discursos dos viajantes têm a nos revelar? Quem foram esses homens e mulheres que encabeçaram dias, meses e anos de caminhadas em que, a Província de Minas Gerais era rota de passagem quase que obrigatória? De onde vieram e com qual intencionalidade? Interesse exclusivamente científico ou também (e prioritariamente) econômico e/ou político? Além disso, retomamos a importância de dois viajantes que foram indispensáveis para a construção do pensamento científico do século XIX: Alexander von Humboldt e Charles Darwin. O segundo capítulo se encerrará com o mapeamento das viagens realizadas no território de Minas Gerais ao longo do referido século, com vistas a identificarmos as regiões

preferencialmente visitadas e os períodos que mais trouxeram ao Brasil viajantes estrangeiros.

Os capítulos 3 e 4, por sua vez, são construídos no sentido de fundamentar a tese de que o potencial mineral das Minas Gerais foi, repetidamente, desde a Inconfidência Mineira, apontado como estratégico para o desenvolvimento econômico da Província e, posteriormente, do país. Reforçando, nesse sentido, a recorrente “vocação” do Brasil como exportador de matérias primas e definindo, uma vez mais, seu lugar no *sistema-mundo* (Wallerstein, 1974). Nesse ínterim, o papel dos muitos viajantes que ao longo do século XIX transitaram pelo território da Província mineira serão resgatados no sentido de revelar sua busca por registrar, quantificar e qualificar as potencialidades naturais daquela região, evidenciando as riquezas do território e valorizando a paisagem natural.

Nos séculos XVII e XVIII, a economia mineradora, baseada na exploração do ouro e das pedras preciosas, foi responsável pelo deslocamento do eixo econômico do litoral para a região das Minas Gerais, contexto bem observado pelo movimento inconfidente que, ao propor a independência de Portugal, buscou agregar justamente a região que detinha naquele momento a economia mais desenvolvida, os recursos minerais mais abundantes, aliados ao contingente populacional mais vigoroso.

No século XIX, por sua vez, o *olhar lançado*, agora pelos viajantes europeus (em sua maioria) às Minas Gerais, é, segundo nossa interpretação, muito semelhante àquele já realizado pelos poetas inconfidentes. A valorização dos recursos naturais por meio das viagens científicas (ou de outro caráter, mas, sempre presente), constrói uma visão do estrangeiro sobre o país que, não despretensiosamente, reforça seu papel de fornecedor de matérias primas, ditando seu lugar no *sistema-mundo*. Considerando, portanto, que, dentre os diversos propósitos das viagens e o próprio conceito de viagem e viajantes, perpassa pela intencionalidade da mesma, cabe ressaltar que tiveram papel fundamental na construção do pensamento científico do século XIX, bem como, na formação da racionalidade que chamamos de *moderna*.

Assim, como aponta Antonio Carlos Robert Moraes (2005) o material reunido acerca dessas viagens serviu como “repositório de informações” sobre os mais diversos lugares, sendo responsável, inclusive, pela própria “formação de uma base empírica, para a comparação em Geografia”.

Tendo reconhecido, portanto, quais foram os viajantes e o propósito de suas viagens, cabe verificar daí em diante o discurso por eles produzido e materializado em suas obras e relatos de viagem. Para alinhar esses relatos com os conceitos geográficos, optamos por trabalhar com dois deles, de maior relevância no contexto desses discursos, ou seja, *paisagem e território*.

O primeiro – a exuberância da natureza – por compreender uma preocupação recorrente nas obras e relatos de viagem enquanto elemento de destaque nas visitas ao Brasil e à Província de Minas Gerais. O segundo por se referir à intencionalidade (ou não) presente nessas viagens, enquanto meio de reconhecimento das potencialidades e riquezas ofertadas pelo território e como explorá-las. Esses conceitos compõem a nosso ver, elementos suficientes para compreender a formação territorial brasileira, através da construção da identidade nacional aliada à unidade territorial conforme concebida por Anselmo (2000).

No mesmo sentido, o território para Moraes (2008) deve ser entendido como uma construção simbólica, por estar atrelado à um “imaginário territorial”, sem ser, entretanto, dissociado de sua materialidade seja ela militar, econômica, política ou ideológica, não se pode compreendê-lo em sua totalidade sem que haja uma análise de seu processo de *formação*. Tendo em vista que, para o autor, esse processo inexistente sem que a *valorização* do espaço, historicamente construída, faça-se presente.

Assim, enquanto a valorização do espaço aparece como horizonte teórico genérico da indagação, a formação territorial desenha-se como objeto empírico, o ajuste de foco naquela ótica angular de se captar o movimento histórico. Uma abordagem que busca apreender a valorização do espaço em manifestações singulares sincronicamente analisadas. Do ângulo epistemológico, transita-se da vaguidade da categoria espaço ao preciso conceito de território. E neste, ou melhor, em sua produção, às determinações mais especificamente econômicas associam-se injunções do universo da política. Na historicidade plena dos processos singulares brota a possibilidade de indicar os agentes do processo, os sujeitos concretos da produção do espaço. (MORAES, 2008, p.45).

Para os efeitos desta tese, entende-se que os discursos produzidos pelos viajantes para além de contribuírem para a construção da nacionalidade brasileira, são responsáveis pela *visão de mundo* do estrangeiro acerca de nosso país, materializando o caráter e o papel do Brasil no contexto econômico mundial. Busca-se, portanto, apreender esses discursos enquanto reflexo do processo de construção de sua identidade nacional do Brasil por dentro de sua formação territorial.

Para além dos discursos produzidos, os viajantes estrangeiros podem ser identificados como “sujeitos concretos na produção do espaço” com seus propósitos científicos, econômicos e políticos e seu interesse na apropriação dos recursos naturais disponíveis em nosso território. Interesses esses que, como veremos adiante, pertencem à outra Nações.

Para os dois últimos capítulos, procura-se, nesse sentido, confrontar as obras e os roteiros de viagem, através do mapeamento, sistematização, debate conceitual e investigação de seu conteúdo, além de uma análise dos conceitos centrais para cada capítulo, paisagem e território e sua inserção nos relatos de viagem. Além disso, são resgatados materiais referentes ao Brasil e Minas Gerais, corroborando com a visível importância dos institutos de

apoio à pesquisa científica, tais, como o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro - IHGB, o IHGSP - Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, IHGMG – Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, o Arquivo Público Mineiro, entre outros, aqui consultados.

Para alcançar esses objetivos, traçamos uma metodologia baseada no levantamento bibliográfico e de fontes documentais e relatos de viagem relacionados às áreas diversas que dialogam com a geografia, entre as quais, história, literatura, ciências econômicas e sociais. O grande desafio da pesquisa consistiu, entretanto, na reunião do material relacionado aos viajantes, quais sejam, suas obras e relatos de viagem. Após minuciosa pesquisa no Banco de Viajantes da UNICAMP, entre outras fontes, foi possível identificar 110 estrangeiros de passagem por Minas Gerais no século XIX, dos quais, 89 tiveram obras publicadas que incluíam a província mineira em sua rota de passagem ou que versavam sobre a área.

As obras, em sua maioria traduzidas para o português pelas editoras Itatiaia e Fundação João Pinheiro, foram reunidas através de busca virtual e também através do levantamento nas bibliotecas da UNICAMP e da UFMG. As obras não traduzidas para o português, em francês e em alemão e, aquelas elencadas no rol de obras raras, foram encontradas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e no Arquivo Histórico do Itamaraty, também no Rio. A tradução dessas obras, ficou a nosso cargo.

A organização dos viajantes, bem como, do material por eles produzido, foi feita através de um quadro em que constam o nome, a nacionalidade, o período em que estiveram no Brasil, a(s) obra(s) consultada(s), a ocupação ou profissão (e instituição vinculada, quando existente), o propósito da viagem e a data e o local da publicação. Os viajantes foram organizados em ordem alfabética de seu sobrenome e foram incluídos nas notas de rodapé abaixo do quadro para explicar algumas especificidades de sua organização.

Metodologia semelhante foi utilizada no capítulo “Expedições científicas no Brasil: circulação de conhecimentos “internacionais” e de objetos científicos “locais” (séc. XIX), de autoria de Heloisa Maria Bertol Domingues na obra *Um álbum para o Imperador: a Comissão científica do Pacífico e o Brasil*, organizado por Janaina Zito Losada e publicado pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins e pela EDUFU em 2013.

Além da organização do quadro, à semelhança da publicação acima mencionada, os roteiros das viagens foram organizados à luz de seus relatos e da elaboração de cartografia sobre o material sistematizado, com intenção de verificar quais os locais de passagem e os caminhos recorrentemente percorridos e sua relação com os propósitos das viagens e seus viajantes. A proposta de organizar os roteiros e mapeá-los surge a partir da pesquisa de Marcelo Magalhães Godoy (1996)¹ que concebeu uma regionalização para a província mineira

¹ Ver: GODOY, Marcelo Magalhães. **Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX**. Belo Horizonte: Cedeplar/ UFMG, 1996.

a partir do levantamento e sistematização dos itinerários dos viajantes pelas *Minas Gerais* na primeira metade do século XIX.

Ademais, deve-se esclarecer que a opção feita por apresentar os discursos dos viajantes neste trabalho parte de citações de seus textos, em consonância com método de leitura e análise proposto por Souza (2014) em *O paraíso precisa ser modernizado: os viajantes do século XIX e a identidade nacional*. As citações são, portanto, encadeadas entre si, interligando e aproximando os viajantes utilizados e os temas por eles tratados, sem que haja a necessidade de organizá-los de forma linear no tempo, no decorrer do século XIX.

A pesquisa baseou-se, portanto, em fontes primárias e secundárias. Entre as fontes escritas consideramos para esta pesquisa livros, anais, relatórios governamentais, leis, decretos, dados populacionais, correspondências, diários de viagem, memórias, dentre outros. Dentre as fontes visuais estão os mapas e ilustrações produzidas durante as viagens (ABRÃO, 2002).

Capítulo 1: Minas Gerais: a identidade nacional na Inconfidência como matriz para a identidade nacional brasileira

Figura 2: Vista de Vila Rica. PALLIÈRE, Armand Julien, 1820.



Fonte: O Museu da Inconfidência. São Paulo: Banco Safra, 1995.

Arnaud Julien Pallière, pintor, desenhista, litógrafo, decorador, professor. Chega ao Rio de Janeiro em 1817, na embarcação que trazia a princesa Maria Leopoldina. Nesse ano, a pedido de dom João VI, pinta vários panoramas das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Atua como professor de desenho na Real Academia Militar. O artista é responsável pelas primeiras litogravuras no Brasil, entre elas, *Vista de Vila Rica*, de 1820, atualmente no Museu da Inconfidência em Ouro Preto (ARNAUD, J. P., 2018). Esteve no Brasil até 1830, quando já não éramos mais colônia, e a Vila Rica também não era mais tão rica assim. A pintura de Pallière, ao contrário de outras obras de arte e relatos de viagem do período, não reflete a decadência em que se encontrava a outrora pujante vila mineira. Mas, possui alguns elementos interessantes: está representada a Praça Tiradentes, o atual Museu da Inconfidência (antiga Casa da Câmara e Cadeia), as Igrejas do Carmo e São Francisco de Assis e os casarões denominados “Conjunto Alpoim”, entre os quais, a residência do poeta inconfidente Cláudio Manoel da Costa. Observa-se, no canto inferior direito da tela uma cena do cotidiano na Vila Rica: Pallière se auto retratou na tela entre as pessoas que circulavam por ali: um homem descalço, de chapéu de palha e camisa branca que conduzia um burro; um soldado com uniforme no estilo daqueles das guerras napoleônicas montado num cavalo branco. A poucos metros do pintor, do lado oposto da rua, escravos carregavam toras de madeira (GODOY, 2008). Representada por muitos que por ali passaram, Vila Rica fora palco e personagem principal da construção histórica de Minas Gerais. A atual Ouro Preto, guarda as memórias e acontecimentos do apogeu e decadência do ciclo do ouro, da Inconfidência Mineira, dos caminhos percorridos por viajantes que, de muitas maneiras, eternizaram suas ruas, prédios e gente.

*“Minas é o coração do Brasil.
Um coração de ouro em uma caixa de ferro.”*
Claude-Henri Gorceix

Dentre os muitos viajantes que rumaram para terras brasileiras desde o século XVIII, foi possível identificar a partir do levantamento feito por Hélió Gravatá no Suplemento Literário do Arquivo Público Mineiro, 45 viajantes e 55 obras produzidas sobre as Minas Gerais, desde John Mawe em 1809, até Miguel Torga em 1954². No decorrer da pesquisa, entretanto, identificamos 110 viajantes durante o século XIX (desconsideramos os viajantes dos séculos XVIII e XX por extrapolarem nossa delimitação temporal). Dentre esses, 89 foram incluídos no apêndice do trabalho como fontes consultadas que reúnem bibliografia escrita sobre Minas Gerais. Os outros não possuem bibliografia identificada sobre Minas Gerais ou esse material se perdeu no decorrer das viagens. A identificação foi feita a partir de levantamento bibliográfico, em especial, no Banco de Viajantes da Universidade de Campinas³. Ressalta-se que, de alguns desse viajantes, foram levantadas mais de uma obra, Auguste de Saint-Hilaire, por exemplo, trata das Minas Gerais em pelo menos quatro de suas obras, fruto das diversas viagens empreendidas pelo naturalista francês e do período estendido em que esteve no Brasil.

Entende-se que o período proposto para a pesquisa é extenso, compreendendo, todo o século XIX. Diante disso, cabe ressaltar que, à despeito do extenso horizonte temporal, acredita-se que a identificação de todos os viajantes, em suas mais variadas funções e propósitos, foi essencial para que o período pudesse ser caracterizado e estudado.

A periodização longa fornece o respaldo necessário para se compreender as transformações da paisagem, que somente podem ser melhor verificadas quando observadas por longos períodos de transformação. Essas transformações, que sabemos, podem ocorrer por ação natural ou humana, ganham nova significação quando entendidas a partir da perspectiva do uso que o homem faz do território. Esse uso, segundo Silveira (2011), se afasta da análise do território como uma categoria pura, deslocada da realidade, configura-o enquanto um objeto de análise social. Para a autora, portanto, não há como compreender o território sem entender sua utilização e os projetos para ele concebidos.

Consoante a essa concepção, o *território usado*, conforme proposto por Santos (1996) abriga uma sucessão de ações passadas, ainda que nossos olhos não as tenham visto. E é justamente a combinação entre ações passadas e presentes que configuram o território como um híbrido entre a materialidade e a vida social. Portanto, é o território, “sinônimo de espaço geográfico que pode ser definido enquanto um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 1996, p. 63). Por essa razão, o espaço geográfico é sempre histórico e precisa ser compreendido nessa perspectiva.

² Ver: GRAVATÁ, Hélió. “**Viajantes Estrangeiros em Minas Gerais, 1809 a 1955: Contribuição Bibliográfica**” Minas Gerais (Suplemento Literário), 10 outubro 1970, 11-12.

³ Ver: Banco Viajantes. Disponível em: < <http://www.ifch.unicamp.br/cecult/viajantes/> > Acesso em: 11 de outubro de 2016.

Perspectiva esta, que segundo a autora, compõe uma dialética entre os homens e o território, e os usos realizados sobre ele (SILVEIRA, 2011, p. 154).

Ao relatar a história do território, estamos, segundo Santos (1996) e Silveira (2011), reconstruindo o caminho percorrido do meio natural ao meio técnico. Sistemas técnicos que, por sua vez, referem-se à racionalidade particular de cada época e devem ser utilizados como critérios de periodização, especialmente quando se trata de “privilegiar uma história secular do território brasileiro”. Somente assim, segundo os autores, é possível compreender amplamente a história de um país (SILVEIRA, 2011, p. 155). Justifica-se, nesse sentido, nossa opção pela análise do território enquanto resultado histórico de uma sucessão de técnicas e ações promovidas ao longo do século XIX pela vinda dos viajantes estrangeiros ao Brasil.

Cabe destacar ainda que, diante da diversidade dos propósitos das viagens empreendidas ao Brasil nesse período, algumas distinguem-se por seu caráter especificamente científico, ou seja, são fruto de expedições financiadas pelo governo, do Brasil ou estrangeiro, a fim de promover a coleta e o levantamento de material, fosse ele botânico, mineralógico, zoológico ou etnológico. Mais que isso, promover o (re)conhecimento do território com vistas a entender os interesses econômicos desses países ou do próprio governo brasileiro. Portanto, “as expedições científicas são realizadas com determinado fim e executadas por um grupo, sob a orientação de um chefe e obedecendo a um plano de estudos” (MOREIRA LEITE, 1941, p.08).

Para além dessas empreitadas coletivas e financiadas com propósito científico, identificam-se aquelas que, encabeçadas por um indivíduo (mesmo que cientista), têm o simples fim de coleta de material para pesquisas pessoais (MOREIRA LEITE, 1941, p.08). Ou ainda, os relatos, na forma de diário, que discorrem sobre a própria viagem ou sobre temas de interesse do narrador. Nem todos, possuem, portanto, interesse científico ou refletem fins de pesquisa. Foi possível identificar ainda, os manuais para estrangeiros no Brasil, imigrantes ou guias de orientação para atividades, como agricultura por exemplo.

Portanto, segundo Martins (2001, p.12), as viagens associavam interesses científicos, comerciais e colonialistas, à outras motivações teológicas, estéticas e morais. Por isso, segundo a autora, seria equivocado considerá-los somente como cientistas profissionais *stricto sensu*, tendo em vista que, uma variedade de artistas, colecionadores, inclusive autofinanciavam suas próprias viagens com objetivos específicos.

Acreditamos, nesse sentido, a despeito da quantidade e da diversidade do material levantado, que não se pode abandonar os discursos que não foram “oficialmente” produzidos enquanto resultados de expedições ou “encomendas” governamentais, somente porque esses foram “amplamente” aceitos e/ou divulgados. Uma vez que, os demais discursos acerca daquele espaço também possuem materialidade e relevância histórica e geográfica.

A lista completa dos viajantes levantados, as obras consultadas, a data de sua passagem pelo Brasil e publicação, além do interesse ou propósito da viagem, podem ser observados no Apêndice A deste trabalho e no Apêndice B, na breve organização realizada a fim de apresentá-los. Diante do extenso material levantado e da necessidade de reforçar esses relatos como fontes de pesquisa geográfica e histórica, buscou-se ordená-lo considerando sua temporalidade e espacialidade.

Como descrito na introdução, a organização dos viajantes, bem como, de suas obras foi feita através de um quadro em que constam o nome, a nacionalidade, o período em que estiveram no Brasil, a(s) obra(s) consultada(s), a ocupação ou profissão (e instituição vinculada, quando existente), o propósito da viagem e a data e local da publicação das obras ou relatos.

Metodologia semelhante foi utilizada no capítulo “Expedições científicas no Brasil: circulação de conhecimentos “internacionais” e de objetos científicos “locais”, de autoria de Heloisa Maria Bertol Domingues na obra *Um álbum para o Imperador: a Comissão científica do Pacífico e o Brasil*, organizado por Janaina Zito Losada e publicado pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins e pela EDUFU, em 2013.

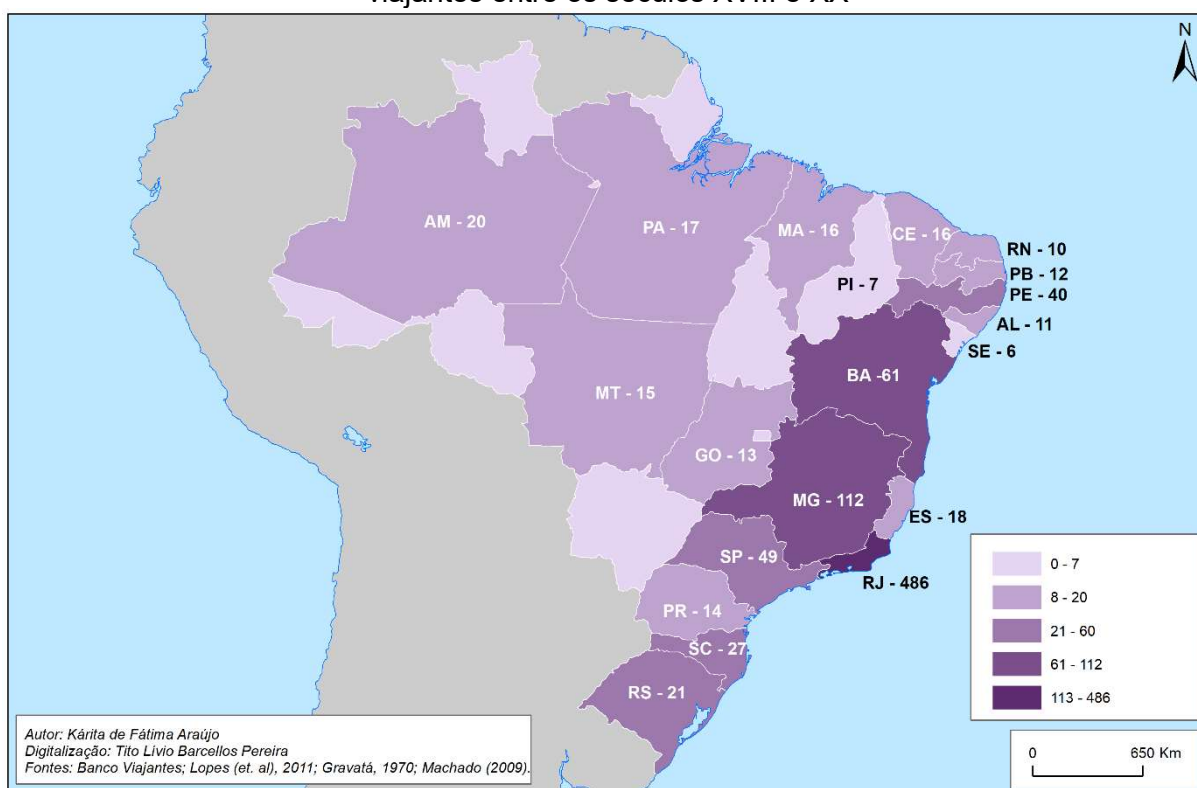
Ademais, como já mencionado, recorremos ao trabalho de Marcelo Magalhães Godoy (1996) em que o pesquisador, a partir do levantamento e sistematização dos itinerários dos viajantes pelas Minas Gerais na primeira metade do século XIX, procedeu à uma proposta de regionalização para a província mineira que compreendeu 16 regiões. Após o registro das localidades visitadas pelos viajantes, foi utilizada como mapa base, uma versão inglesa de carta geográfica da Província de Minas Gerais, proposta por Hastings Charles Dent (1886) e, a partir disso, foram traçados os itinerários das viagens.

Desta feita, reconstituiu-se nesta tese, à semelhança da proposta de Godoy, os roteiros de viagem das obras escolhidas para todos os viajantes listados que percorreram Minas Gerais ao longo de século XIX e que possuem obra sobre Minas Gerais, tendo em vista ser um período de transição histórica essencial para a construção da nacionalidade brasileira, em que, os relatos de viagem cumpriram papel fundamental.

Além disso, partindo da premissa de que a preocupação por nós colocada neste trabalho se refere à amplitude e alcance dos discursos dos viajantes estrangeiros nas Minas Gerais no tocante à valorização da região enquanto eixo central da construção da identidade nacional brasileira, buscou-se elencar os principais temas e conceitos presentes nesses discursos. Discussões acerca da produção aurífera, mineração e características mineralógicas e geológicas da região foram consideradas. Além de discussões circunstanciais acerca da paisagem e da exuberância da natureza, bem como, de discussões referentes às questões raciais.

Após o levantamento, constatou-se que Minas Gerais aparece como local de passagem citado por 110 viajantes somente no século XIX e 112, entre os mais de 600 identificados por todo o país nos séculos XVIII, XIX e XX⁴. Número bastante significativo se considerarmos que a Província de São Paulo é citada 49 vezes e Goiás, apenas 13 vezes entre o total. O Rio de Janeiro, entretanto, aparece na dianteira com mais de 480 menções, deve-se considerar, por sua vez, que o Rio era a porta de entrada dos viajantes vindos da Europa e que dali seguiam para outras regiões do vasto interior. Essas questões podem ser melhor observadas na Figura 3, abaixo:

Figura 3: Número de vezes em que as províncias do Brasil são citadas como destino dos viajantes entre os séculos XVIII e XX



Cabe-nos refletir a partir dessa cartografia: qual a motivação dos viajantes para que incluíssem em seu roteiro as Minas Gerais? Quais fatores os levaram até a região das Minas Gerais e por quê o interesse nessa localidade? No intuito de responder à essas questões, debruçamo-nos nas reflexões que se seguem.

Verifica-se que o povoamento do “sertão dos Cataguases”, denominação utilizada por Fonseca (2011) para definir as Minas Gerais no início de sua ocupação, ocorreu preponderantemente no século XVIII. Segundo a autora, isso ocorreu tanto na região central da capitania (onde predominavam as zonas auríferas e os numerosos arraiais e vilas que se

⁴ Principal fonte consultada para alcançar esse número, Banco de Viajantes da UNICAMP. Além da contribuição de Hélio Gravatá ao Suplemento Literário e bibliografias sobre o tema.

situavam bastante próximos uns dos outros), como no Vale do São Francisco (região mais distante, com ocupação dispersa e presença de grandes propriedades, mas que, nem por isso ficou isolada do centro da capitania). De início, cabe verificar, através dos itinerários de viagem, se esses locais de ocupação mais antiga da capitania, onde a ocorrência de pedras preciosas foi predominante, coincidem com os trajetos dos viajantes no século XIX.

As motivações que trouxeram os viajantes da Europa até Minas Gerais foram, portanto, as mais diversas: entre convites oficiais feitos pela Corte, em especial pelo último monarca brasileiro, D. Pedro II; viagens oficiais bancadas pelos países de origem dos viajantes; até outras realizadas com propósito imigratório (que ocorreram já no final do século XIX) com a demanda de mão-de-obra europeia para a substituição dos escravos na lida no campo.

Na experiência com a extração de minério de ferro em Ipanema⁵, por exemplo, o alemão responsável pela condução da fábrica, Frederico Luís Guilherme de Varnhagen, solicita, no ano de 1817 à Coroa Portuguesa, em documento segundo o qual “faz breve exposição de alguns pontos que como essenciais convém para a futura prosperidade da Real Fabrica de Ferro de S. João do Ypanema”, vir o quanto antes da Alemanha, quatro

“fundidores de ferro e dois moldadores; pois ainda que formos pedir logo nas primeiras fundições de ferro nos Fornos-altos, levaria annos (sic) antes que obtivesemos (sic) pessoas amestradas no ramo da fundição de ferro, e portanto se prolongaria os fructos (sic), que infalível (sic) dará àquele estabelecimento, que só a benéfica Mão de Vossa Majestade deve a sua existência e conservação (VARNHAGEN, 1817)⁶.”

Tendo a referida fábrica iniciado suas atividades ainda no período colonial, verifica-se que a preocupação com a mão-de-obra para mantê-la já se apresentava, conforme trecho do documento oficial supracitado. Se não havia pessoal qualificado para a lida no processo de fundição do ferro e, considerando a demora na instrução de novos fundidores e moldadores, além da pressa na obtenção de “fructos”, a solução mais viável encontrada recaía na vinda de estrangeiros para assumir os postos de trabalho.

Além dos fundidores e moldadores, Varnhagen aponta para a necessidade de um médico apto para o trabalho com os empregados da fábrica, requerendo “humã pessoa com os necessarios conhecimentos da medicina e chirurgia e como aquelle estabelecimento para o futuro maior parte se compoe de operários alemães”. Indica-se ainda nesse mesmo documento, o habil médico” Dr. Rennow, apto para o trabalho na fábrica e que garantiria o sossego do “espírito dos empregados”⁷.

⁵ Fazenda Ipanema está localizada na Floresta Nacional de Ipanema, a 120 km da capital, São Paulo.

⁶ Arquivo Histórico do Itamaraty. **Comércio, indústria, fábrica, etc.** Lata 197, Maço 04, Pasta 01. 16/12/1817.

⁷ Ibidem.

Através do documento, pode-se apreender que, além da necessidade de mão-de-obra qualificada para a lida na fábrica de ferro, intentava-se a inserção de operários também de origem alemã para compor a força de trabalho da mesma. Entende-se, portanto que, a previsão era ampliar os investimentos na extração e fundição do ferro e, para tal empreitada, contava-se com a vinda de estrangeiros para o Brasil. Esse cenário, que já se apresentava no início do século XIX, permaneceria em todo o seu desenrolar.

É somente ao final desse século, entretanto, que é fundada a Escola de Minas de Ouro Preto, no sentido de a médio e longo prazo, promover a formação de especialistas em geologia e mineralogia no Brasil. A necessidade da criação de uma escola voltada para essas formações específicas, que, como ressalta Carvalho (1978), foi apontada pelo Conselho da Província de Minas Gerais em 1832 e votada no mesmo ano pela Assembleia Geral Legislativa, instaurando o Projeto de Lei que cria a Escola de Minas de Ouro Preto. A escola foi, entretanto, efetivamente fundada apenas em 1875.

A direção da escola ficou à cargo do francês Claude-Henri Gorceix, que, tendo frequentado a École Normale Supérieure de Paris, licenciou-se em ciências físicas e matemáticas em 1886 e consolidou sua experiência na Grécia durante estudos de vulcanismo. Ao retornar à França, em 1870, recebeu o convite para vir ao Brasil, onde chegou finalmente em 1874. No ano seguinte, após ter organizado no Rio de Janeiro um laboratório de mineralogia e geologia com aqueles que seriam futuros professores da Escola de Minas, apresentou relatório indicando o local onde a mesma deveria ser instalada, além de seu regulamento (CARVALHO, 1978).

Entre os dois possíveis modelos organizacionais propostos – da Escola de Minas de Paris e da Escola de Minas de Saint-Étienne –, Gorceix optou pelo desta última, tendo em vista que, diante da necessidade imposta pelo cenário brasileiro, esse modelo daria resultados mais rapidamente, formando os alunos em dois anos com bases sólidas para o trato com mecânica das máquinas de metalurgia e exploração, inserindo rapidamente no “mercado” engenheiros para a indústria da mineração. Foram seguidos ainda pelo francês, os métodos de ensino da École Normale Supérieure e da Escola de Minas de Paris (CARVALHO, 1978).

A localização da escola no Brasil, por sua vez, seria Ouro Preto, visto que, a proximidade com indústrias e mineração facilitaria a prática, além de fornecer engenheiros para as mesmas. José Murilo de Carvalho aponta ainda que, Gorceix acreditava que, Ouro Preto além de se localizar em meio a riquezas mineralógicas, possuía inúmeras pequenas fábricas de ferro, o que poderia constituir “futura riqueza para a província” (CARVALHO, 1978, p.31). Sem mencionar que, a paisagem fornecia os exemplos necessários a qualquer aula da escola.

O objetivo principal da fundação da escola, segundo Gorceix, partia do imperativo de controle do Estado das riquezas minerais de seu território, além da necessidade de

desenvolvimento da mineração e da metalurgia. A despeito de algumas contestações por parte do engenheiro Francisco Pereira Passos e do Visconde do Rio Branco acerca da limitação do número de alunos, do envio dos recém-formados ao exterior e dos altos salários dos professores, o projeto foi plenamente aprovado e as aulas se iniciaram em 1876 (CARVALHO, 1978).

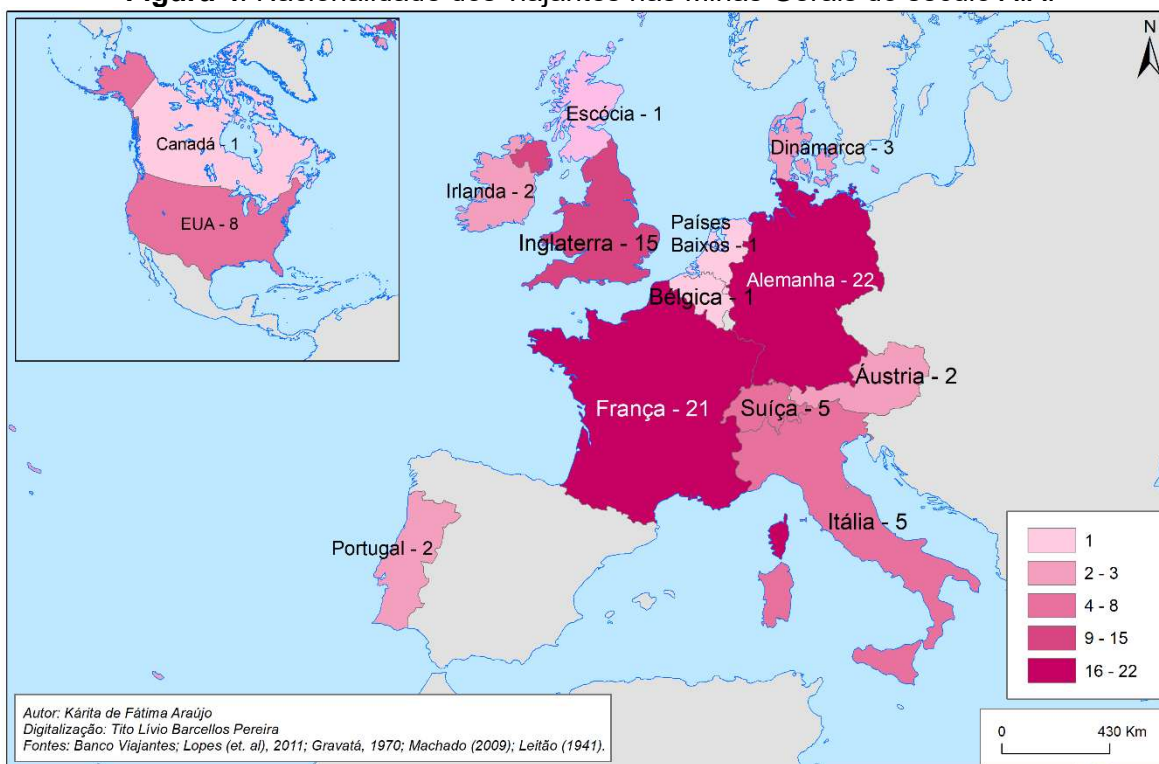
Em seus primeiros anos de funcionamento a Escola de Minas de Ouro Preto enfrentou dificuldades quase sempre relacionadas ao reduzido número de alunos. O limite de dez alunos por turma – causa de descontentamento por parte das autoridades no momento da fundação – nunca foi atingido. Para Gorceix isso se deveu ao rigor do concurso de admissão, das dificuldades do ex-alunos para se empregarem após a conclusão do curso, do isolamento geográfico de Ouro Preto e da precária situação do ensino no país, fruto da “ausência da educação científica das escolas primária e secundária”, com métodos decorativos e repetitivos que não desenvolvem as capacidades analíticas dos alunos (CARVALHO, 1978).

A criação da escola, que em muitos momentos de crise fora questionada, manteve-se firme por se permitir recorrer à ilustre figura de D. Pedro II, entusiasta das ciências e das artes no país. Além do apoio irrestrito à escola, Gorceix desenvolveu laços de amizade com o Imperador, marcado pelo convívio frequente e trocando com ele vasta correspondência durante a implantação da escola. Não fosse essa proximidade, a Escola de Minas poderia ter tido o mesmo destino da Comissão Geológica do Império, extinta por questões econômicas. Com a chegada da República, o francês passou a ser alvo de desconfiança em função de sua amizade com o Imperador e, em decorrência de “ambições políticas”, foi obrigado a demitir-se em 1891 (CARVALHO, 1978).

A história da Escola de Minas de Ouro Preto, que contou a presença de viajantes estrangeiros como Gorceix na sua condução, adentra o século XX. No entanto, foi elevado o número de viajantes no Brasil e nas Minas Gerais ainda na primeira e segunda metade do século XIX, como se pode observar no Apêndice A deste trabalho.

A compreensão do contexto das referidas viagens bem como de seus objetivos mais específicos fica mais clara à medida que se observa a nacionalidade dos viajantes que podem ser agrupados em “alemães, britânicos, franceses e italianos”, conforme aparece no Apêndice B. A quantidade de viajantes por nacionalidade está representada na Figura 4, a seguir:

Figura 4: Nacionalidade dos viajantes nas Minas Gerais do século XIX.



O propósito das viagens de exploração no século XIX era essencialmente o de expandir os interesses mercantis atendendo à demanda imposta pelo sistema capitalista mundial. Para Jeha (2000, p. 14), doutor em Estudos Literários e professor titular da UFMG, “as lutas por uma hegemonia europeia e os tratados impostos às nações mais fracas se convertem, na literatura de viagem, em motivo para relatar as riquezas naturais e as possibilidades mercantis da América do Sul”. De modo que se entrelaçam aos interesses puramente científicos, próprios dos cientistas, os interesses econômicos e políticos tornando imprescindível a compreensão do contexto maior em que estavam envolvidas as viagens em geral financiadas pelas potências europeias que se aproveitavam do conhecimento já acumulado sobre essas terras.

A província de Minas Gerais, enquanto *lócus* de desenvolvimento econômico e de potencial comercial em função de suas riquezas minerais há muito reconhecidas tornam-se desta forma interessantes aos viajantes, mas também aos interesses econômicos e políticos mais gerais. Os interesses, que transitam entre os mais variados, conforme consta no já referido Apêndice A, não perpassam, entretanto, somente pelas demandas comerciais das potências imperialistas europeias, mas também, pelos interesses do próprio Império, como já havia sido da Coroa Portuguesa.

Esta tese de doutorado debruça-se sobre esse conjunto de fatores que levam aos materiais produzidos a partir das viagens realizadas no Brasil do século XIX (mais especificamente de 1808 a 1889), momento no qual a recém “nação” brasileira estrutura-

se a duras penas tendo como uma de suas maiores dificuldades o próprio “povo com que contar”, sendo a maior parte da população escrava e, não por acaso, negra e indígena. A construção da identidade nacional brasileira dá-se em meio, portanto, à necessidade de reforçar as qualidades da natureza e sua pujança em termos de recursos por ela oferecidos em meio a grandes dificuldades de compor uma unidade dos grupos que compunham a população e às imensas e isoladas ilhas econômicas, cujas trocas eram pouco significativas.

O caráter monocultor e exportador da economia ganha destaque em termos da análise que se deseja fazer na tese, pois está associado justamente às explorações feitas pelos viajantes. Atrela-se diretamente a essa condição o papel que o país desempenha no *sistema-mundo*, enquanto fornecedor de matérias primas e alimentos. Os discursos encontrados na pesquisa nesses relatórios de viagem reforçam uma *visão do mundo* (conforme propõe Lucien Goldmann, 1969) sobre Minas Gerais, em particular, mas, também do Brasil como um todo, em que essa condição do país é insistentemente lembrada. O Brasil é, desta forma, sempre destacado pela sua imensidão territorial, suas riquezas naturais e minerais e, como contraponto, pela incapacidade de seu “povo”, pelas condições já mencionadas, em comandá-lo.

É neste sentido que, esta tese esforça-se por mostrar os discursos presentes nos relatos dos viajantes naturalistas ou não, mas sobretudo desses, como um exercício de formação de uma visão do Brasil, interna e externamente. Um modo de mostrar o país que, como já colocado por Moraes (1996), constrói sua grandeza e sua força sobre o território, sua natureza, mas que desconsidera o povo que, como se vê neste trabalho, pouco aparece ou aparece “diminuído”, como uma nação a ser formada sempre no futuro.

Panorama histórico e geográfico

“O pó das minas [se metia] nos narizes dos mineiros e, punha ideias em suas cabeças”. José Murilo de Carvalho⁸, remetendo-se ao Conde de Bobadela⁹, revela característica que compõe a “identidade” do mineiro, definindo para ele um perfil que transita entre a pacatez, a altivez e a sensibilidade para a política. Essa identidade regional, denominada *mineiridade* por Arruda (1990), marca historicamente a constituição das Minas Gerais e seus habitantes.

⁸ CARVALHO, José Murilo de. Ouro, terra e ferro: marcas de Minas. In.: STARLING, Heloisa Maria Murgel; CARDIA, Gringo; ALMEIDA, Sandra Regina Goulart; MARTINS, Bruno Viveiros (orgs.). **Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

⁹ Governador da capitania do Rio de Janeiro entre 1733 e 1763, assumindo em 1735 a administração do território das Minas Gerais.

Na incessante tentativa da construção da identidade nacional brasileira, buscada desde o século XIX pelas classes dirigentes do país, a procura pelas raízes do sentimento nacional recorreu, por exemplo, aos regionalismos. Nesse sentido, o mineiro foi elevado à figura representativa do povo ao lado do bravo sertanejo e considerado modelo de brasilidade. Enquanto Cassiano Ricardo aponta São Paulo e os bandeirantes paulistas como modelo de povo, e Gilberto Freyre destaca o Pernambuco da cana-de-açúcar, na década de 1940, Alceu Amoroso Lima resgata na *Voz de Minas* traços que fazem do homem mineiro a expressão máxima da representatividade do povo brasileiro. Ele deteria, segundo o autor, o bom senso, o “espírito do eterno” de onde retira sua força e dignidade, os “verdadeiros valores: cavalheirismo, hospitalidade, fidelidade à palavra, valorização da família, simplicidade, respeito, estão “guardados na alma mineira”” (OLIVEIRA, 1990, p. 196).

A construção do caráter nacional brasileiro, através da literatura, não se inicia, entretanto, no Estado Novo ou nas intenções de Cassiano Ricardo, Gilberto Freyre ou Alceu Amoroso Lima. Essa construção, que é bem mais antiga, remete à Inconfidência Mineira e às obras dos poetas árcades inconfidentes, Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto (CÂNDIDO, 1959).

Enquanto o “elemento tupi” destacou-se nas obras “O Guarani” e “Iracema” de José de Alencar ainda no século XIX, Cláudio Manuel da Costa, ainda no século XVIII, traz em *Vila Rica* a valorização do espírito desbravador e conquistador do português e do bandeirante paulista, rejeitando, contudo, a participação do indígena no processo de realização do “destino nacional, efetuando a integração racial e territorial” (VELLOSO, 1983, p. 58).

Para o poeta inconfidente, a rejeição do indígena e sua apresentação como o escravizado e dominado reforçam a necessidade de definir outro *tipo humano* para compor a Nação. Esse tipo seria muito bem representado pelo europeu português que foi, frequentemente, retomado em sua obra. Isso pode ser verificado no momento em que, ao tratar de duas escravas aprisionadas, Aurora e sua mãe, no poema *Vila Rica*, o poeta remete simultaneamente às ninfas europeias, enfatizando: “Uma Ninfa na areia as porções de ouro, com que esmalta o cabelo e o torna louro” (COSTA, 1996, p. 386).

Muzzi (1996) entende que há uma sobreposição entre a escrava que representa as Minas Gerais e, a ninfa louro, ilustração das musas europeias cantadas pelo poeta. Assim, “a imagem recorrente da ninfa que, apropriando-se de um gesto característico das escravas das Minas, empoa os cabelos com ouro em pó para torná-los louros, é a alegoria do lugar ambíguo de onde fala o poeta” (MUZZI, 1996, p. 349).

Se o europeu é o tipo ideal de Cláudio Manuel da Costa, o bandeirantismo é prática que deve ser valorizada, nesse sentido, “é o espírito bandeirante que determina o

desenvolvimento da história brasileira” (VELLOSO, 1983, p. 115) e estará presente na constituição da identidade nacional, seja nas expedições bandeirantes dos séculos XVII e XVIII, ou, nas políticas getulistas de ocupação do interior brasileiro, na década de 1930. Esse “espírito” fora outrora lembrado pelo viajante Manuel Bernárdez que esteve nas *Minas Gerais*, no início do século XX. Diplomata e cônsul uruguaio e, mais tarde, um entusiasta dos estudos sobre o estado mineiro, não permite esquecer que pelas *Minas Geraes*, “O coração do Brasil”, tal qual o título de sua obra, “circularão cada vez mais céleres e fecundas, entre o espírito audaz, renovador e intrépido dos Bandeirantes, e o espírito conservador, idealista e fidalgo, dos Inconfidentes” (BERNÁRDEZ, 1922).

E é por meio da ocupação do território pelos bandeirantes, reverenciada pelo poeta setecentista, que as Minas Gerais deveriam ser concebidas como cerne da construção da nacionalidade brasileira. O sertão, conforme elaborado por Moraes (2009) enquanto uma realidade materialmente e ideologicamente construída, segundo nosso entendimento, aparece em *Vila Rica*, obra mais expressiva de Cláudio Manuel da Costa, como pano de fundo para destacar a bravura bandeirante e os feitos heróicos dos que ousaram atravessar aqueles caminhos, “tendo [...] dobrado a grande Serra; [...] Rompidos os matos, [...] As feras e o Gentio que a brenha oculta [...]” (COSTA, 1996, p. 379).

Não apenas figurando como cenário, o sertão também é personagem central na obra *Vila Rica*, dedicada à glorificação da capitania mineira, com suas belezas e peculiaridades (ARAÚJO, 2014, p. 151), exaltada no Canto I do livro, desde sua fundação histórica: “[...] Cantemos, Musa, a fundação primeira. Da Capital das Minas, onde inteira. Se guarda ainda, e vive inda a memória. Que enche de aplausos de Albuquerque a historia” (COSTA, 1996, p. 377).

Até mais adiante, no Canto VIII, quando as riquezas minerais que abastecem aquelas terras, tornam-se motivo de glorificação para o poeta: “O nome de Gerais por atributo. Estas Minas terão; vês os diamantes, Mas tudo corre a encher os meus tesouros; Hão de brilhar os séculos vindouros [...]” (COSTA, 1996, p. 427).

Ao cantar em verso as riquezas minerais e os feitos heróicos que historicamente constituíram as *Minas Gerais*, Cláudio Manuel da Costa apresenta e antecipa elementos que, mais tarde, seriam valorizados como parte da construção da nacionalidade brasileira. Seu poema, ainda no século XVIII, é uma exaltação de cunho “nacionalista”, que encontra nas Minas Gerais o berço para construção da nação almejada pelos inconfidentes.

É importante destacar, entretanto, que a nação imaginada pelos inconfidentes não contemplaria o território do Brasil como o conhecemos hoje, mas, seria a nação independente concebida a partir da capitania de Minas Gerais, agregando ainda as capitanias de Rio de Janeiro e São Paulo.

Também Inácio José de Alvarenga Peixoto, outro poeta inconfidente, em *Canto Genetliáco*, refere-se às terras mineiras como as que “têm as ricas entranhas todas cheias / de prata, oiro [sic] e pedras preciosas” e sua natureza repleta de “matos negros e fechados” e “sertões feios e escuros” (PEIXOTO, 1996, p.977)¹⁰. O sertão, responsável por esconder tamanha riqueza, é desvelado pelo poeta como patrimônio natural e mineral da colônia, passível de ser conquistado e explorado.

Quais seriam, desta feita, as *Minas Gerais* cantadas pelos poetas inconfidentes e lembradas como marco da nacionalidade por repetidas vezes?

Minas Geraes. Minas Gerais. Minas que se estendiam por vasto território e que refletiram em seu nome a extensão de suas riquezas. Se *Minas*¹¹ são muitas, muitos foram também os caminhos que levaram a elas. Entre o século XVII e parte do século XVIII, o mapeamento da região das Minas limitava-se aos caminhos que levavam aos atuais estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, essencialmente, pela necessidade de manter as descobertas em sigilo dado seu valor econômico.

Com o advento de novas técnicas cartográficas no *século das Luzes* e partindo do interesse da Coroa Portuguesa em mapear as regiões estratégicas, engenheiros e matemáticos foram incumbidos de realizar tal empreitada, mapeando a “porção sul do território da América portuguesa e sua já conhecida região das minas” (COSTA, 1974).¹²

O que se verifica, entretanto, é que no século XIX, há um incentivo para o reconhecimento da região das minas do ouro. Realizam-se mapeamentos e descrições por parte, essencialmente, de viajantes estrangeiros. A vinda desses viajantes, que sucede a mudança da Corte portuguesa para o Brasil, torna-se frequente nos anos que se seguem. O ano de 1816, por exemplo, marca a chegada da Missão Artística Francesa ao Brasil. De fato, a vinda de artistas, intelectuais, empresários e investidores visionários franceses, caracterizava uma missão, essencialmente *civilizatória*. Além, por certo, de registrar a vida nos trópicos, retratando personagens, paisagens e a vida cotidiana.

Segundo Libby (1997), diante da relativa escassez de documentos oficiais sobre esse período de nossa história, os registros dos viajantes estrangeiros constituem fontes primárias de valor inestimável para se compreender o Brasil do século XIX. Ademais, o autor julga que alguns desses relatos são fontes verdadeiramente insubstituíveis, tendo em

¹⁰ Ver: PEIXOTO, Inácio José de Alvarenga. “Inácio José de Alvarenga Peixoto”. In: C. M. da Costa. T. A. Gonzaga e I. J. de Alvarenga Peixoto. **A poesia dos inconfidentes. Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto.** Org. Melânia Silva de Aguiar. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

¹¹ [...] pois Minas Gerais é muitas. São pelo menos várias Minas. Minas – a gente não sabe.” ROSA, Guimarães. *Aí está Minas: a mineiridade.* In.: _____. **Ave Palavra**, Ficção completa, VII. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

¹² Ver: COSTA, Antônio Gilberto. As minas de ouro da América portuguesa e a cartografia dos sertões nos séculos XVII e XVIII. In.: **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico.** – Vol.1, 1974- – Belo Horizonte: UFMG, Museu de História Natural, 1974.

vista que, debruçar-se sobre o estudo das Minas Gerais oitocentistas sem recorrer à importantes nomes como Eschwege, Spix e Martius, Saint-Hilaire, Gardner, Burton, Luccock ou Wells é quase impensável.

Deve-se reforçar aqui, algumas distinções relevantes feitas por Libby (1997) acerca do material produzido pelos viajantes. Além desses nomes, de maior alcance e que tiveram seus relatos fundados em bases científicas, existe, segundo ele, um segundo rol de viajantes, de menor expressividade e que, não estiveram necessariamente ligados ao meio acadêmico. Entre esses, Libby (1997) cita muitos dos viajantes naturalistas e tantos outros que poderiam ser abrangidos como engenheiros, funcionários estrangeiros do governo imperial, oficiais das companhias mineradoras e professores da Escola de Minas de Ouro Preto. Estes últimos, entretanto, não poderiam ser deliberadamente incluídos no rol de viajantes por, nem sempre, cumprirem essa função no Brasil.

Soma-se a isso, a constatação de Libby (1997) de que durante as primeiras décadas do século XIX, à exceção dos ingleses, a maior parte dos viajantes estrangeiros esteve no Brasil em missões oficiais ou semi-oficiais à serviço do governo de seus países ou do governo imperial. Na segunda metade do século, no entanto, observa-se que, à exceção de Tschudi, em missão diplomática, a ampla maioria dos viajantes eram cidadãos comuns, sem nenhuma representação oficial e vieram por motivos variados.

Cabe pontuar aqui a diferença entre os viajantes do final do século XVIII e XIX dos demais de séculos anteriores, como cronistas e marinheiros do século XVI, por exemplo. Para Brandão e Araújo (2015), não há mais no século XIX uma concepção como as de “paraíso terrestre” que povoou o imaginário dos viajantes séculos antes. A referência cultural dos viajantes oitocentistas é marcada pela ideia de *modernidade* e de acumulação de conhecimento científico, pensamento vigente na sociedade europeia do século XIX e outrora incipiente.

Portanto, se no século XIX a vinda de viajantes é intensificada e bastante diversificada, ao retomarmos o século XVIII, esses homens de posse de conhecimento científico, geralmente geológico, botânico e mineralógico, foram incentivados a traçar um perfil das terras coloniais, imbuídos da tarefa de estudar e registrar as riquezas naturais, fossem elas vegetais ou minerais. Esse conhecimento seria, a *posteriori*, enviado à Portugal para que fosse aproveitado em benefício das finanças do Reino.

O incentivo para a vinda dos viajantes estrangeiros advém, em parte, das chamadas Reformas Pombalinas de 1772, que foram responsáveis no âmbito educacional da Universidade de Coimbra por romper com o modelo jesuítico, baseado na escolástica¹³ e

¹³ Método ocidental de pensamento crítico e de aprendizagem, com origem nas escolas monásticas cristãs, que concilia a fé cristã com um sistema de pensamento racional.

inserir o caráter científico, pautado no Iluminismo, no ensino. Nos 20 anos que se seguiram após a reforma na Universidade, 430 brasileiros se graduaram em ciências. Até o final do período colonial havia 34 desses cientistas ocupando cargos públicos na capitania de Minas Gerais (CARVALHO, 1978).

Esse número, significativo na capitania de Minas Gerais, deveu-se à concentração de recursos minerais e à possibilidade de exploração dos mesmos. Possibilidade essa, aventada tanto pelo governador D. Rodrigo José de Menezes¹⁴ e sua proposta para a criação de uma fábrica de ferro, em 1780, quanto pelo naturalista e médico mineiro José Vieira Couto em 1799 que, em sua *Memória*, aponta para a necessidade de implantação de usinas de produção de ferro na capitania, além da construção de estradas para o escoamento da produção. Além deles, o conde de Linhares, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro de Dom João IV, foi grande incentivador e financiador de pesquisas mineralógicas no Brasil. Auxiliou especialmente José Bonifácio e Manuel F. da Câmara Bittencourt e Sá¹⁵, enviando-os em viagem de estudos pela Europa para se especializarem na teoria e na prática em mineralogia e siderurgia (CARVALHO, 1978).

José Vieira Couto, tendo, portanto, figurado ao lado de demais nomes de importância da época, contribuiu para a construção do conhecimento mineralógico no século XVIII ao "fazer observações e exames mineralógicos e metalúrgicos em toda a comarca de Serro Frio pelo interesse que dele poderia provir ao real erário e público" (COUTO apud LEITÃO, 1941, p. 159). Nesse sentido, os bacharéis brasileiros foram "aproveitados" pela Coroa portuguesa na busca por alternativas à exploração do ouro que declinava ao final do século XVIII. Especial atenção foi dada, nesse sentido, às espécies vegetais e minerais, com vistas a ampliação da lucratividade da metrópole. Assim, o Estado português sinalizou tanto para a necessidade de "implementação das técnicas de extração e beneficiamento de minérios", quanto para a importância de novas descobertas no ramo (MACHADO, 2009).

A necessidade posta de ampliação nos investimentos na área da mineralogia, colocou-se como imperativo durante todo o século seguinte. Afinal, "somente quase no fim do período colonial é que se faz uma tentativa fraca e ineficiente, quase sem resultados práticos, para introduzir um pouco de ciência na legislação mineira" (DERBY apud LEITÃO, 1941, p. 158).

Ademais, não seria aceitável repetir durante o século XIX o que o geólogo norte-americano Orville Derby apontou durante os séculos XVII e XVIII como "simples façanhas

¹⁴ Governador da capitania das Minas Gerais entre os anos de 1780 e 1783.

¹⁵ José Bonifácio ocupou a cadeira de Mineralogia na Universidade de Coimbra e foi Intendente Geral das Minas e Metais do Reino. Manuel F. da Câmara Bittencourt e Sá, foi nomeado Intendente Geral das Minas, na capitania mineira e no Serro Frio.

de amadores de aventuras", ao referir-se às escavações "feitas ao léu, segundo as indicações mais ou menos empíricas dos mineiros". Ele ressalta, entretanto, que entre os mineiros práticos houve bons observadores que não deixaram escapar importantes jazidas de ouro e diamantes. O que indica que "eles deviam ter feito suas observações e experiências de um modo quase científico" (DERBY apud LEITÃO, 1941, p. 158).

Desta feita, o financiamento proveniente da Coroa Portuguesa não ocorreu despreziosa ou aleatoriamente. O apoio monetário reflete o referido interesse em estimular e aprimorar as atividades mineradoras na colônia. O processo de "modernização" não se restringiu ao campo científico, mas, envolveu a dimensão política da modernização do Estado português. Nesse sentido, dever-se-ia proceder à contratação de corpo técnico especializado para a ocupação de cargos estratégicos, especialmente aqueles que competiam pela administração das minas, tal como aconteceu com José Bonifácio e Manuel F. da Câmara Bittencourt e Sá. Cabe ressaltar a relevância da produção textual deste último, que sugeria uma legislação reguladora para a extração mineral, bem como, apontava para a importância do conhecimento técnico para a realização do serviço (MACHADO, 2009).

Ademais, Câmara propunha a implementação de medidas que garantissem a conservação da natureza nos locais de extração, mantendo o "proveito" das mesmas no futuro. Além dos claros benefícios apontados por ele para o Estado português, foram previstos auxílios aos próprios mineiros, sendo: isenção do serviço militar ou marítimo, redução dos impostos sobre gêneros de primeira necessidade e a criação de "Companhias de mineiros", uma espécie de sindicato com vistas a fortalecer a lida na mineração. Ainda que essas organizações "sindicais" tenham se concretizado apenas anos mais tarde, em 1817, sob o comando do Barão de Eschwege¹⁶ e que, o texto original de Câmara Bittencourt tenha sofrido severas modificações, muitas de suas ideias foram mantidas e legitimadas no alvará de 13 de maio de 1803¹⁷ (MACHADO, 2009).

Assim, o estímulo partido do interesse da Coroa portuguesa no desenvolvimento de pesquisas científicas na colônia, deu-se, portanto, em grande medida, pelo processo de implementação do caráter científico no ensino promovido pelas já mencionadas Reformas Pombalinas. Nesse processo, a racionalização do pensamento, trouxe à luz a criação de Faculdades de ciências naturais, institutos científicos presididos por nomes de expressividade. Destaca-se, nesse ínterim, Domingos Vandelli, italiano, professor e médico

¹⁶ Wilhelm Ludwig von Eschwege, também conhecido por barão de Eschwege, foi um geólogo, geógrafo, arquiteto e metalurgista alemão. Contratado pela coroa portuguesa para proceder ao estudo do potencial mineral do país. Retomaremos suas obras e importância mais adiante.

¹⁷ O Alvará de 1803, elaborado sob a influência de Manuel F. da Câmara Bittencourt e Sá, previa a fundação de escolas mineralógicas e metalúrgicas, e também a criação do cargo de Intendente Geral das Minas (CARVALHO, 1978).

naturalista responsável pelas cátedras de História Natural e Química na Universidade de Coimbra. Ao promover as chamadas “Viagens filosóficas” como etapa essencial da pesquisa científica, o italiano abriu espaço para a proliferação dessas viagens e, com isso, multiplicaram-se orientações detalhadas acerca dos procedimentos a serem seguidos pelos naturalistas nas referidas viagens (MACHADO, 2009).

Como aponta Machado (2009), dentre as principais obras de Vandelli estão, *“Memória sobre algumas produções naturais deste Reino, das quais se poderia tirar utilidade”*, *“Sobre as minas de ouro do Brasil”*, *“Sobre os diamantes do Brasil”* ou ainda *“Memória sobre a maior utilidade que se pode tirar de várias produções do Brasil”*. Machado (2009) reforça que nessa época publicaram-se e distribuíram-se além das “instruções de viagem”, como *“Viagens filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar”*, outros materiais como, tratados sobre técnicas rurais e de extração mineral com o objetivo de modernizar tais práticas:

Era preocupação de Vandelli que os naturalistas que se formassem na Universidade de Coimbra fossem aproveitados nos quadros do governo ou procedessem a viagens científicas no reino e possessões. Numa clara tentativa de superar a crise nos setores de mineração e agricultura, o Estado reformista procurou seguir as sugestões de Domingos Vandelli, comissionando homens que pudessem, por meio dos seus conhecimentos nas áreas de mineração e mineralogia, não somente inventariar os recursos minerais, mas propor formas para seu melhor aproveitamento. (FIGUEIRÔA et al., 2004, p. 716).

As referidas “Viagens filosóficas”, estiveram, nesse sentido, associadas a ações promovidas inteiramente pela Coroa Portuguesa, a partir da segunda metade do século XVIII, que mobilizaram naturalistas com vistas a estudar as possibilidades de desenvolvimento da mineralogia e agricultura. As autoras reforçam que:

Consideramos as “Viagens Filosóficas” que se expandem no final do século XVIII e a publicação das Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa marcos importantes, por se considerar que aí se situam as bases do processo de institucionalização das ciências naturais no Brasil. (FIGUEIRÔA et al., 2004, p. 714).

As recomendações para a realização dessas viagens vão desde orientações sobre a localização das observações em campo até a necessidade de detalhamento dos reinos vegetal, mineral e animal, que deveriam ter amostras recolhidas e enviadas sem avarias ao destino, além da descrição geográfica da localização da coleta. Pelo que se observa, tais práticas foram as mesmas repetidamente reproduzidas pelos viajantes no século XIX, o que não surpreende, tendo em vista que, perduraram durante o referido século os mesmos

procedimentos metodológicos concernentes ao “fazer científico” pós-Iluminista (MACHADO, 2009).

Essa prática metodológica semelhante àquela observada durante as viagens do século XIX, culminaria também no século XVIII, no contexto das atribuições dadas a Domingos Vandelli, na contribuição do desenvolvimento científico, para o esclarecimento sobre o funcionamento dos elementos terrestres, além, de viabilizar a avaliação das potencialidades econômicas dos lugares visitados (FIGUEIRÔA et al., 2004).

A metodologia desenvolvida por Domingos Vandelli no aprimoramento do trabalho dos naturalistas consistia na convergência entre teoria e prática, culminando em uma expedição para aplicação do conhecimento adquirido. As orientações aos naturalistas se referiam em diversos momentos ao Brasil (uma vez que Portugal também dispunha de colônias África, por exemplo). O território brasileiro era, portanto, uma constante nas obras do italiano, que se mostrava preocupado com a utilidade da observação dos viajantes. Atenção especial deveria ser dada às montanhas no Brasil, principalmente às denominadas *primitivas*¹⁸, por abrigarem minerais valiosos.

No Brasil, além das minas conhecidas, o naturalista deveria indagar sobre a existência de prata, platina, azougue (atual mercúrio), cinábrio, chumbo, estanho, cobalto etc. Tais instruções de Vandelli eram consoantes às orientações do Estado português em relação ao setor mineral, que, nesse período, buscava ampliar e diversificar a exploração mineral. (FIGUEIRÔA et al., 2004, p. 720).

Se havia, por um lado, o interesse e a disposição em buscar alternativas viáveis para a extração mineral (para além do ouro), por outro, frequentes foram os questionamentos acerca da inviabilidade de tal empreitada, dada a dificuldade de encontrar mão-de-obra qualificada para empreender os processos extrativistas. Essa necessidade poderia, entretanto, ser sanada mediante a criação de escolas de mineralogia nos territórios com potencial mineral conhecido, sendo eles, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Cuiabá e Mato Grosso.

No início do século XIX, o Bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, figura relevante na historiografia brasileira por ter sido difusor das ideias Iluministas no país, além de ter ocupado cargos importantes, tal qual, de governador da capitania de Pernambuco, mostra, segundo Carvalho (1978), sua preocupação com o desenvolvimento

¹⁸ Sobre o caráter dessas montanhas, Figueirôa et al. (2004, p. 719) explica que: “Os estudiosos do período aqui estudado faziam uso dos adjetivos “Primeira ordem”, “Segunda ordem” e “Terceira ordem” ao se referirem às montanhas. Estes adjetivos estavam de acordo com a nomenclatura do período, correspondendo aos termos “montanhas primárias”, “montanhas secundárias” e “montanhas terciárias”, respectivamente, e diziam respeito à idade relativa das rochas, sendo as primárias (ou primitivas) as mais velhas e as terciárias, as mais novas”.

econômico do Brasil e em sua publicação “*Discurso sobre o estado atual das minas do Brasil*” (1804), faz menção à criação de escolas nessas localidades. Nessa publicação, o bispo Azeredo Coutinho esclarecia que medidas imediatas se faziam necessárias com relação à condição das minas naquela ocasião, afirmando que “as nossas minas do Brasil se vão de dia em dia acabando; como mostra a experiência, muitas delas já nem dão para as despesas” (AZEREDO COUTINHO, 1084, p. 18 apud FIGUEIRÔA, 1994, p. 43).

A proposição do bispo Azeredo Coutinho condizia com o perfil dos letrados membros da elite da época, afinal, pairava sobre seu pensamento e obra um espírito iluminista, crente no poder da ciência e determinada a inserir o Brasil na cultura ocidental *civilizada*. Nesse sentido, medidas foram tomadas, algumas bem-sucedidas, outras nem tanto. Em 1810, criou-se o Real Gabinete de Mineralogia do Rio de Janeiro, sob a direção de Wilhelm Ludwig von Eschwege que, transferido para a Academia Militar no ano seguinte, passou, enfim, para controle do Museu Nacional em 1818 (CARVALHO, 1978).

O próprio Museu Nacional destacava-se por sua seção de Mineralogia e Geologia. Além dessas instituições, dois documentos foram essenciais para impulsionar as atividades mineradoras da região das minas, sendo, o Alvará de 1795 – que liberou a produção do ferro em Minas Gerais – e, o Alvará de 1803, já mencionado, que fora elaborado sob a influência de Manuel F. da Câmara Bittencourt e Sá, prevendo a fundação de escolas mineralógicas e metalúrgicas, além da criação do cargo de Intendente Geral das Minas, que deveria ser ocupado pelo próprio Câmara (CARVALHO, 1978).

Houve ainda no período pré-Independência algumas tentativas de implantação de indústria siderúrgica no Brasil, ambas, durante o governo de Dom Rodrigo de Menezes. Uma delas foi a Fundição Ipanema, na região de Sorocaba, outra em Gaspar Soares e uma terceira em Congonhas do Campo. Uma quarta tentativa foi feita em Caeté por João Antônio de Monlevade, em 1817, após o falecimento de D. Rodrigo. Isso se deveu em razão do entendimento de que, o declínio na mineração, não somente do ouro, estava diretamente atrelado a problemas técnicos e científicos, e que o setor poderia ser recuperado quando fossem introduzidos novos métodos de extração, usando técnicas mais modernas, além de melhores administradores e mineiros mais capacitados (FIGUEIRÔA et al., 2004).

Carvalho (1978) afirma que as experiências não foram, de modo geral, bem-sucedidas. Ipanema fechou as portas definitivamente em 1895 após ter sido fechada e reaberta anos antes, pois, constatou-se que no minério lá extraído, havia alta concentração de fósforo e titânio. A experiência de Gaspar Soares declinou igualmente, após baixa produção pelo método indireto de altos-fornos de redução do minério. Carvalho (1978) explica o alemão Schonewolf interferiu na produção, mas, após seu retorno para a Alemanha, a fábrica foi abandonada. A tentativa de Congonhas do Campo foi dentre todas,

a mais bem-sucedida. Sob o olhar de Eschwege, a fábrica produziu ferro antes das demais, ainda em 1812, tendo funcionado até 1822¹⁹.

O que se observa, de modo geral, é que persistem nesses empreendimentos os mesmos problemas referentes à ausência de mão-de-obra qualificada e uso de técnicas adequadas para a exploração mineral aliadas à boa administração das minas (FIGUEIRÔA, 1994).

Essas experiências, ainda que não tenham alcançado plenamente suas expectativas, são resultado da necessidade imposta por Portugal desde o século XVIII, de diversificar sua produção mineral, com vistas a recuperar os prejuízos acumulados desde o declínio da extração do ouro, reerguendo economicamente o império português:

[...] a dedicação aos temas de mineração e mineralogia nos territórios percorridos pelas expedições científicas nesse período devia-se ao contexto econômico daquele momento, marcado pela crise de produção de ouro e diamante nas regiões mineiras tradicionais Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso e pelas tentativas do Estado português de não somente aumentar a produção dessas “pedras preciosas”, mas também diversificar a produção mineral para atender a demandas internas ligadas ao contexto mais amplo da Revolução Industrial. (FIGUEIRÔA et al., 2004, p. 726).

No período pós-Independência, entretanto, verifica-se a alteração desse cenário. O investimento na pesquisa científica e o interesse em promover melhorias na área, deixa de ser uma prioridade. Embora houvesse momentos em que a recuperação do estado de decadência das minas aparecesse como imperativo para retomar o crescimento econômico²⁰, sendo necessário o desenvolvimento de técnicas para fazê-lo, Carvalho (1978) aponta para a mudança no perfil dos letrados do país no período Imperial, quando há o predomínio das escolas de Direito com formação majoritária de magistrados e advogados. Além da formação técnica de engenheiros (civis e militares) necessários para a construção de estradas de ferro no país (essenciais para o escoamento do novo produto em ascensão, o café), nesse período (até os anos 1865), segundo Carvalho (1978), a produção de ferro estava restrita à 75 pequenas fábricas sem capital e técnica para se expandirem.

¹⁹ Segundo Carvalho (1978), o Barão de Eschwege optou pelo método direto de produção do ferro. Aperfeiçoou o processo dos “cadinhos” (recipientes/refratários utilizados para fundir materiais em altas temperaturas) utilizado pelos escravos, inserindo uma “trompa hidráulica para injeção de ar no forno”. O autor ressalta que, essa invenção foi verdadeira revolução tecnológica em Minas Gerais na época, predominando até o último quartel do século XIX (CALÓGERAS, 1905 apud CARVALHO, 1978).

²⁰ Assembleia Constituinte de 1823 e Conselho da Província de Minas Gerais em 1832, em que Manuel Câmara Bittencourt e Sá previa a criação de uma escola mineralógica. No mesmo ano, a Assembleia Geral Legislativa instaura o Projeto de Lei que cria a Escola de Minas, efetivada apenas 43 anos depois (CARVALHO, 1978).

O Primeiro Reinado (1822-1831), nesse sentido, concentrou seus esforços em retomar o crescimento econômico e fortalecer a soberania do Império. Algumas funções e cargos administrativos, como o de Câmara Bittencourt, foram mantidos. Machado (2009) salienta que, o diferencial nas ações realizadas pós-1822 é que se passava a vislumbrar a construção de uma Nação independente e não mais a de uma colônia. Ressalta-se que, a necessidade recorrente em alavancar a produção mineral no Brasil, fosse no período colonial ou pós-Independência ou ainda, a busca por alternativas econômicas que revitalizassem a atividade ou pudessem substituí-la (vide as tentativas de introdução da siderurgia), foi feita apoiando-se em estudos encomendados aos cientistas com base nas ciências naturais, botânica e mineralogia, e nos relatórios, memórias e textos dos mesmos. (CARVALHO, 1978).

A criação de instituições científicas como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB (1838), enquadrava-se na dupla necessidade enfrentada pelo recém criado país: o conhecimento de suas riquezas naturais e humanas e a divulgação de ideias que auxiliassem na construção de uma identidade nacional numa sociedade tenuemente formada e ameaçada nesse período pelas constantes revoltas separatistas que acompanharam todo o período imperial. A carência de profissionais pesquisadores foi um dos maiores motivos para o estímulo à vinda de viajantes naturalistas que pudessem auxiliar no “desbravamento” das riquezas do país sobretudo, as minerais. A Revista do IHGB foi uma de suas maiores contribuições no sentido de divulgar esses trabalhos desenvolvidos, tendo, inclusive, em 1846, publicado o trabalho do viajante naturalista alemão Carl Phillipp von Martius, vencedor do concurso “Como se deve escrever a História do Brasil”.

Nesse sentido entendemos como fundamental compreender o papel dos viajantes, bem como, a importância de sua produção enquanto material científico sobre o Brasil do século XIX, mas também o valor da produção de uma certa representação do Brasil tanto para os próprios brasileiros, mas também no exterior.

Ao identificar, portanto, os atores desse processo, bem como, o material por eles produzido, caminhamos no sentido de resgatar a importância decisiva dos discursos construídos nesse período pelos viajantes estrangeiros no Brasil e, especificamente, em Minas Gerais. Esses discursos, como veremos adiante, apontam para a inserção do Brasil e da região mineradora em uma condição específica no *sistema-mundo* enquanto, essencialmente, país fornecedor de matérias-primas, além de definir o papel do povo e a exuberância da natureza nesse cenário.

As Minas Gerais e a construção da nacionalidade

O entendimento da identidade nacional, enquanto um conceito ou condição de “agregação” de determinada sociedade, perpassa pelo conhecimento de dois outros conceitos essenciais: o de Nação e o de Estado. O primeiro é apontado por Gellner (1983) como um grupo que se constrói a partir do reconhecimento de certos direitos e deveres comuns. Portanto, pertencer à mesma Nação implica em partilhar a mesma cultura, ideias, signos e associações, é, segundo essa concepção, o reconhecimento mútuo entre os indivíduos, transformando-os em uma categoria particular que os diferencia dos demais membros de outros grupos.

Oliveira (1990, p. 11), reforça que Nação e pátria são conceitos que permeiam diferentes sociedades em tempos distintos, cada grupo social faz sua elaboração e uso dessas categorias com o intuito de construir uma identidade coletiva. A autora ressalta ainda, que cada nação enfrentou questões específicas na busca pela definição de seus “nacionalismos”, enquanto um “destino comum que proporcionasse à sua população uma auto-identificação e um senso de *pertencimento*” (OLIVEIRA, 1990, p.29-31).

Hobsbawm (1990) considera a “nação” como uma entidade social historicamente recente, que deve ser relacionada ao Estado-nação, enquanto uma construção moderna, de modo que, a mesma não deve ser discutida fora dessa relação. A “nação” para o autor, em seu sentido político, no que se refere diretamente ao “povo”, à “união”, à “comunidade”, nos dá a ideia de “independência e unidade política”, sendo definida com base em critérios comuns como a língua ou a etnia, aliadas a uma “consciência nacional”. Essa consciência, que apesar de se desenvolver desigualmente entre os grupos e regiões de um país, foi suficientemente forte para compor a equação que define o que o autor chama de “princípio da nacionalidade”, baseada na inseparabilidade: Estado-nação-povo, especialmente no que se refere à sua origem, na Europa do século XIX.

O Estado, por sua vez, é a instituição que rege esses grupos e garante a manutenção da ordem. A existência do Estado, como ressaltado pelo autor a partir da afirmação de Max Weber, depende da condição de divisão do trabalho. Essa divisão foi fundamental para definir o que Gellner (1983) classificou como as três fases fundamentais da história da humanidade: a *pré-agrária*, a *agrária* e a *industrial*, considerando que, apenas na última, a presença do Estado foi inevitável, enquanto que, na pré-agrária foi inexistente e, na agrária, incipiente.

Considerando que o Brasil-colônia se encontrava, nos séculos XVIII e parte do XIX, distante do que se poderia considerar uma Nação, a afirmação de Hobsbawm (1990) serve para ponderar sobre a “consciência nacional” ou a identidade comum aos membros de uma Nação. Esse sentimento que se desenvolveu particularmente no grupo dos poetas

setecentistas e demais sujeitos envolvidos no movimento Inconfidente, como já indicado, não se expressou igualmente em todos os grupos que compunham a sociedade colonial naquele período.

A consciência nacional, desta feita, é reflexo da preocupação legítima em se estabelecer uma unidade entre os indivíduos que compõe uma Nação, no sentido de garantir a própria unidade nacional, preocupação concernente a *qualquer* Nação moderna²¹ que preze pela manutenção de sua soberania e domínio territorial, como já concebia Ratzel²² nos prelúdios da geografia moderna:

O hábito de viver juntos torna-se consciência nacional; reúne milhões de homens, do trabalho comum nascem interesses que formam a relação econômica do Estado; quanto à necessidade de proteção, ela dá ao soberano o poder de manter a unidade do Estado. O solo não é somente a cena ou o objeto do trabalho comum, é também a fonte dos frutos do trabalho. (RATZEL, 2011, p.55).

Oliveira (1990), ao conceber a Nação como parte de um universo simbólico em que se procura valorizar o sentimento de identidade mediante uma população que originariamente ocupa o mesmo território, aponta para dois enfoques centrais: um deles coloca a cultura como fator primordial na construção da Nação, enquanto um segundo prioriza o elemento político. O nacionalismo pelos moldes iluministas implicava na adesão do indivíduo ao Estado, pressupondo o respeito às leis específicas e aos seus direitos enquanto cidadão.

Esse nacionalismo, portanto, ligava-se ao conceito político e jurídico. Na Alemanha, por sua vez, a cultura uniu-se ao Estado prussiano e o espírito nacional e, segundo Oliveira (1990), aparece como “subproduto do esforço intelectual de grandes poetas e pensadores” ou, como concebe Gramsci, os chamados *intelectuais orgânicos*. A geração marcada por Herder, Goethe, Schiller e Kant, herdeira do Iluminismo, teve papel fundamental na construção da ideia de um nacionalismo fruto da herança cultural (OLIVEIRA, 1990, p.29-31).

Apropriamo-nos, neste trabalho, da concepção de Antonio Carlos Robert Moraes, pela qual, a formação territorial pressupõe *a priori*, a unidade territorial atrelada à identidade nacional. Partilha dessa concepção também Anselmo (2000), ao afirmar que a unidade territorial será a essência dos debates de muitos intelectuais na busca pela constituição da identidade nacional desde a proclamação da independência. Uma vez que,

²¹ Moderna no sentido da constituição dos Estados Nacionais modernos, no âmbito do século XVIII envoltos pelos ideais Iluministas e pela Revolução Francesa.

²² Friedrich Ratzel (1844-1904) intelectual alemão considerado precursor da Geopolítica e do chamado Determinismo Geográfico. Entre suas principais obras estão *Antropogeografia* e também a elaboração do conceito de espaço vital.

O Estado terá tido um papel muito importante para a abertura dessa trilha em que os *donos do poder* caminharam lado a lado do Estado numa luta, muitas vezes bruta contra tudo que se colocou em seu caminho. Aprisionando nações nativas, destituindo-as de sua própria cultura, derrubando matas e florestas, apropriando-se de seu território e criando, num fluxo cada vez mais intenso e complexo, à medida que o tempo urgia, uma *unidade*. Uma unidade para o Brasil. Unidade que, na ausência de um povo em sua clássica acepção, acabou se firmando sobre o território. A unidade territorial será o alicerce daquela que se constituirá numa das questões mais debatidas pelos intelectuais desde que se proclamou a independência política deste país: a identidade nacional. (ANSELMO, 2000, p. 02).

Nos países de passado colonial, que, portanto, desconhecem outro tipo de unidade que não essa caracterizada como colônia, coloca-se a necessidade da construção de um projeto nacional (formação territorial), engendrado pelas elites que, buscando a unidade nacional, forjam um discurso em torno da identidade nacional em que o povo é colocado “no seu devido lugar, qual seja, de subalterno” (MORAES, 1991, p. 169).

A construção dessa identidade “necessária” dar-se-á, nesse sentido, segundo o autor, através do próprio território. Ou seja, por meio da valorização das riquezas naturais e de sua potencialidade, além da exploração do recurso humano, essencial para a viabilização do projeto nacional em construção:

Vê-se que, no caso brasileiro, a centralidade da dimensão espacial comum às formações coloniais manifesta-se em toda plenitude. Um padrão extensivo de ocupação do solo aliado a um padrão intensivo de apropriação dos recursos (numa ótica que incluía entre esses as populações encontradas) foi aqui instalado, gerando um sistema produtivo ávido de braços e de terras”. (MORAES, 1991, p. 169).

Assim, desde o início da ocupação, buscou-se realizar o que Moraes (1991) apontou como uma característica peculiar do processo de colonização do território brasileiro, diferentemente do que acontecia nas demais colônias americanas ou em outras partes do mundo. Era necessário garantir a criação de um aparato produtivo, já que, não havia uma estrutura construída anteriormente para ser apropriada. Esse foi o caminho de apropriação de um território que demorou para “fornecer” recursos minerais preciosos aos seus colonizadores.

Como aponta Eduardo Galeano em “*Veias Abertas da América Latina*”, a despeito do que ocorreu nas colônias espanholas na América, o Brasil “demorou” dois séculos após o início da colonização para fornecer os metais preciosos aos portugueses, ou seja, somente no século XVII, com a descoberta das primeiras jazidas de ouro em Minas Gerais, inicialmente na Serra da Mantiqueira e no leito do Rio São Francisco. Em contrapartida, em menos de um século de extração, a produção aurífera mineira desbancou a espanhola

realizada nos dois séculos anteriores, tendo sido considerada a maior quantidade de ouro já descoberta no mundo e explorada no menor tempo (GALEANO, 2011).

O mito do *Sabarabuçu* ou Serra das Esmeraldas, colaborou com o engrandecimento da região de Vila Rica. A busca pela “montanha das pedras verdes” iniciou-se em meados de 1550 com as “notícias levadas a Porto Seguro [...], pelos índios do sertão”, dando início a expedições que saíam de São Paulo ou Porto Seguro, na certeza de que “para as bandas do São Francisco” e “depois de transposta a Mantiqueira” se chegaria a Serra das Esmeraldas (HOLANDA, 2000, p. 47- 49).

Nesta época, as ricas esmeraldas do Peru eram, entre os tesouros da América do Sul, o que preocupava os espíritos. Todos os aventureiros, que se punham a caminho para o deserto, iam em busca da serra das esmeraldas, era como esta pedra de promessa, que os filósofos herméticos procuravam, que não se via nunca e que fazia contudo efetuar em Química as mais maravilhosas descobertas. Não se acharam as minas de esmeraldas, na busca das quais se punham a correr tantos riscos. Em 1693, porém, um paulista de Taubaté, Antônio Rodrigues, penetrou no sertão de Cuiaté com cinquenta homens; e, ainda que se ignore qual era o seu projeto adiantando-se tão longe no deserto é sabido que apresentou à câmara municipal desta cidade [Capitania de Porto Seguro] três oitavas de ouro em pó: eram os primeiros valores metálicos, que atestavam a riqueza do deserto, ou melhor dizendo, daquela vasta região do interior, a que não se havia ainda imposto um nome. (DENIS, 1980, p. 349).

Tendo a ocupação inicial do território brasileiro se dado pelo litoral, em virtude da produção da cana-de-açúcar ocorrer nas terras férteis da região, o interior permaneceu pouco explorado e quase desabitado até que iniciativas privadas – as bandeiras²³, idealizadas e bancadas por particulares, sem o financiamento da Coroa portuguesa – garantiram o desbravamento e a ocupação do interior do território²⁴.

A lógica do processo de colonização imposto pela própria Coroa refletia a falta de ordenamento da ocupação, característica própria do ordenamento do Estado metropolitano português, o que, segundo Moraes (2008), era passível de ser determinado por cada Estado, que, ao orientar a organização do espaço imperial em sua totalidade, colocava a colônia como sendo parte de uma estrutura que trabalhava para o sistema.

Como observado por Holanda (2000), ao longo do século XVII, as Bandeiras apareceram como iniciativas que se preocupavam mais em capturar *gentios* para serem

²³ Tanto as *entradas* como as *bandeiras* foram expedições realizadas pelo interior do território da colônia com intuito de desbravá-lo. O que as diferencia é o fato de as “*entradas*” terem sido expedições oficiais, ou seja, financiadas pela Coroa Portuguesa e as “*bandeiras*” organizadas e financiadas por desbravadores e recurso privado

²⁴ “as expedições realizadas a esse tempo [...] independeram largamente das iniciativas oficiais e visaram menos à busca de ouro, prata e pedras coradas (topázio, água-marinha, turmalina, alexandrita, crisoberilo, esmeralda) do que à captura do gentio para as lavouras naquela e em outras regiões” (HOLANDA, 2000, p.54).

usados como escravos do que, efetivamente, buscarem jazidas minerais. No decorrer do processo exploratório do território, entretanto, jazidas foram descobertas e povoados foram fundados nos locais de extração.

A ocupação do interior ocorreu, nesse sentido, através do que Moraes (2008) denominou de *zonas de difusão*, quando, a partir de núcleos de assentamento originais ocorriam movimentos expansivos posteriores. Assim, o povoamento que ocorria no entorno dessas zonas de difusão compunha a chamada “região colonial” que incorporava unidades preexistentes ou criadas pelo colonizador e, ainda, “áreas de trânsito”, classificadas pelo autor como de uso transitório e ocupação efêmera (MORAES, 2008, p. 69).

Concomitantemente à descoberta das jazidas e à instalação do aparato inicial para a extração dos metais preciosos, surgiam atividades paralelas, porém essenciais, para a existência e a “resistência” dos locais de extração. Atividades essas, tais como, práticas de agricultura, pecuária e comércio, que serviam para suprir as necessidades das populações que se instalaram nessas localidades. Assim, o processo de ocupação da região mineradora se dava na medida em que novas jazidas eram descobertas e a colonização avançava para um novo território, sendo este, incorporado ao local de habitação:

Nascida mineratória, primeiro o ouro e, a partir de 1729, os diamantes, a economia de Minas Gerais não se limitará a esses produtos. Desde o início do século XVIII, as sucessivas crises de abastecimento, em 1699-1700-1701, a carestia dos gêneros importados, a rápida decadência de muitas áreas mineratórias, induziram à diversificação produtiva, fazendo com que ao lado da atividade mineratória dominante se expandisse a agricultura, a pecuária, diversas atividades manufatureiras. (PAULA, 2000, p. 63).

O avanço sobre o *sertão* ocorria, portanto, de maneira perene, fazendo com que os limites dos lugares fossem sempre redefinidos, em um processo que “arredava” as fronteiras de ocupação das terras ainda “desocupadas”. Esse constante “arredamento” caracteriza o *sertão* para além de seu qualificativo de lugar, mas, como uma condição (a ser superada) (MORAES, 2003)²⁵. Esse movimento constante de fixação e perenidade é o que caracteriza, segundo Moraes (2008) a efetiva ocupação de um espaço e sua consequente colonização.

Nas Minas Gerais dos Setecentos, a ocupação do território como consequência da descoberta de jazidas minerais e o surgimento de atividades paralelas que “forçavam” o desenvolvimento da região, devem ser analisadas conjuntamente, uma vez que, segundo Venâncio (2001), é através do povoamento e do comércio a partir da produção local que se

²⁵ Ver: MORAES, Antonio Carlos Robert. « **O Sertão** », Terra Brasilis [Online], 4 - 5 | 2003, posto online no dia 05 Novembro 2012, consultado o 03 Dezembro 2016. URL: <http://terrabrasilis.revues.org/341> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.341

origina uma malha de relações sociais, econômicas e políticas, responsável por desenvolver as Minas Gerais:

[...] É como um quadro amplo, nuançado, complexo que se deve ver a estrutura urbana mineira desde o século XVIII. [...] Minas como território de novas atividades produtivas além da mineração, uma ampla gama de atividades, de relações, de estruturas: **o desenvolvimento da manufatura, da agricultura, da pecuária, da manufatura agrícola, da mobilidade social; da expansão urbana; da expansão demográfica; do desenvolvimento artístico e cultural; do desenvolvimento de mercados; a presença de uma complexa burocracia judiciária, tributária e administrativa** (PAULA, 2000, p. 13, grifo nosso).

A extração mineral, entretanto, permanece como a atividade principal que daria a sustentação ao desenvolvimento da região. Kenneth Maxwell (1977, p. 111), aponta para a existência de “latifúndios horizontalmente integrados, com grandes lavras de ouro, engenhos de açúcar, canaviais, cafezais e pecuária”, afirmando ainda que, o Governador Antônio de Noronha, em 1775, mostrava-se preocupado com o desenvolvimento de estabelecimentos fabris de produção de tecidos na capitania mineira, todos em estado tal de desenvolvimento que ameaçariam “fazer os habitantes independentes dos gêneros europeus”. Reis e Valadares (2012), entretanto, apontam para uma outra direção.

Para as autoras, o próprio Governador Noronha, reconheceu que se enganara em carta escrita em 1775, em que afirmara a preocupação com os possíveis prejuízos causados por essa “independência” comercial das Minas Gerais, chegando a tal ponto de perfeição que poderia animar os habitantes de Minas a se fazerem “livres” das amarras portuguesas. As supostas acusações da existência de unidades fabris que produziam algodão nas Minas Gerais foram feitas por comerciantes do Rio de Janeiro que, insatisfeitos com o pequeno consumo por parte dos mineiros, concluíram que haviam manufaturas funcionando na capitania do ouro. Após visita realizada por Noronha a todas as comarcas de Minas Gerais, o mesmo constatou que, de fato, não haviam manufaturas instaladas. E, se os tecidos “apareciam” no Rio de Janeiro, certamente não se originavam daquela localidade (REIS e VALADARES, 2012, p 18).

A preocupação do Governador Noronha, parecia, entretanto, recorrente. Dez anos mais tarde, em 1785, D. Maria I proibiu a implantação de qualquer manufatura no Brasil, o que motivou os envolvidos no movimento inconfidente a inserir entre seus “projetos de governo” a instalação de manufaturas que, no intuito de diminuir a dependência de produtos importados, produziram tecidos, pólvora e ferro. Um dos participantes do movimento, o padre Rolim, menciona Borda do Campo, atual Barbacena, como o local ideal para a instalação das fábricas de ferro (RESENDE, 1983).

Ainda que em decorrência da crise na mineração, a capitania tivesse deixado de ser fonte de riquezas minerais para a exportação e sua economia em meados do século XIX se destacasse também pela produção e expansão cafeeira e uma considerável base agropecuária, o próprio viajante Auguste de Saint-Hilaire, afirmava que a substituição das atividades mineradoras por outras, não se daria com facilidade:

Achava-se outrora muito ouro nas margens do rio Grande e nas do rio Juruoca, e é a um arraial de mineradores que a cidade deste nome deve a origem. Hoje, não há mais lavras entre S. João e Juruoca e apenas se contam duas ou três de pouca importância nestes arredores [...]. **Entre S. João e Aiuruoca colhem-se principalmente milho e feijão; mas os gêneros não saem da região. A criação de gado e porcos forma a principal ocupação dos agricultores e quase que sua única fonte de renda.** Cada qual possui uma tropa de burros e envia ao Rio de Janeiro leite e queijos. (SAINT-HILAIRE, 2011a, p. 57, grifos nossos – Original publicado em 1849).

Martins (1980), por sua vez, aponta tais atividades como sendo de subsistência, voltadas para o consumo interno. Para o autor, a agricultura, a pecuária, o comércio, além de outras atividades manufatureiras e artesanais, seriam as grandes impulsionadoras da economia mineira do século XIX, a “razão de ser da economia mineira era a própria Minas” (MARTINS, 1980, p.43), uma vez que seu território dispunha de todas as riquezas necessárias para seu desenvolvimento.

A prática da criação de gado, por exemplo, que já se apresentava desenvolvida concomitante à própria atividade mineradora – em função da necessidade de animais para transporte da carga a ser extraída da região – foi, juntamente com a criação do gado para corte, responsável por desenvolver a economia mineira em proporções superiores até mesmo à açucareira (FURTADO, 2003). Além disso, essa atividade permitiu a integração de outros mercados, tais como o do Rio Grande do Sul e também de São Paulo e Mato Grosso, abrindo um novo ciclo de desenvolvimento para essas regiões (FURTADO, 2003), e formando o primeiro grande núcleo integrado no território.

Verifica-se, no entanto, que essas atividades paralelas diferem entre si em muitos aspectos daquele contexto mantido durante a densa atividade mineradora. Se no século anterior a mineração destinava-se, essencialmente, ao abastecimento do mercado externo, a produção de víveres e a criação de gado, por outro lado, destinava-se ao atendimento das necessidades locais ou da região.

O próprio Governador da capitania de Minas Gerais entre os anos de 1780 e 1783, Dom Rodrigo José de Menezes²⁶, escreveu ao Ministro ultramarino Martinho de Mello e Castro, requerendo especial atenção aos mineiros, uma vez que, a capitania não era uma

²⁶ Por vezes, a grafia do sobrenome de D. Rodrigo aparece de outra forma (Meneses).

região agrícola nem comercial. Sugeriu ainda, a instalação de uma *fundição de ferro* e chegou a autorizar a realização de um teste experimental para verificar a qualidade do minério local, além de recomendar a criação de um fundo real para emprestar ouro aos mineiros a fim de constituírem capital para a exploração e para o aperfeiçoamento de suas técnicas (REIS; VALADARES, 2012).

As dificuldades técnicas e os altos custos para extrair os minérios podem ter sido a razão pela qual a prática caiu em decadência na segunda metade do século, preocupação manifestada, uma vez mais, pelo Governador D. Rodrigo de Menezes em 1780:

Para arrancar das entranhas da terra êste metal preciosíssimo, não só é necessário ao mineiro um excessivo trabalho e despesas avultadíssimas, mas elê acha a cada passo obstáculos quase invencíveis, umas vezes na mesma natureza do terreno onde, depois de ter gasto anos e dinheiro em abrir a mina, encontra uma pedreira que o impossibilita de continuar e fica malogrado todo o trabalho e despesa e o mineiro pobre, exposto às execuções de seus credores e sem crédito ou cabedal para poder comprar negros, sustentar alguns, se os tem e tentar por êste modo vencer a dificuldade. Outros, na falta total das águas, que é necessário encanar de distancias afastadas para lavar a terra, em cujo trabalho encontram oposições, discórdias e processos. Algumas, na pouca harmonia, dos vizinhos, que, por não concorrerem cada um de sua parte com alguma despesa em bem-comum de todos, desprezam a sua felicidade e a do Estado, deixando inúteis lavras reconhecidamente ricas. Muitos, na insaciável cobiça de outros, que, tendo noticia da riqueza de uma mina, vão atalhar com uma outra contramina, que faz com que a primeira largue o seu trabalho e vá velo mesmo método primeiro seguido, do que tudo resultam demandas intermináveis e ficar a lavra, entretanto, inútil, sem dela aproveitarem os vassalos, nem a Real Fazenda tirar o seu Quinto. (LIMA JÚNIOR, 1965, p. 74-75).

As sugestões feitas por Menezes, no entanto, não foram bem recebidas pelo poder metropolitano, visto que iam de encontro com os interesses firmados pelo pacto colonial, já que, em 1785, como anteriormente mencionado, houve a proibição da instalação de manufaturas no Brasil, forçando, por exemplo, que os tecidos fossem importados de Portugal. Proibição esta que decorreu de uma estratégia de incentivo à industrialização da Metrópole, não se podendo permitir assim, que se desenvolvessem fábricas e manufaturas na colônia, gerando uma concorrência com os produtos de Portugal (REIS; VALADARES, 2012).

No que se refere às manufaturas de ferro, a proibição de 1785 surtiu o mesmo efeito. Ainda que a produção fosse rudimentar, feita em forjas bastante artesanais e, a despeito da abundância do minério de ferro no Brasil, principalmente na capitania mineira, Caio Prado Jr. (1994), uma vez mais, alerta para a preocupação de Portugal acerca da concorrência com a mercadoria da colônia, que, embora não fosse natural do Reino, gerava grandes lucros. Além do que, a Independência econômica poderia significar, futuramente, uma independência política indesejada pela metrópole.

A despeito do descontentamento da Coroa Portuguesa, recaía justamente na riqueza mineral oriunda da capitania das Minas Gerais uma razão para a independência, tendo contado o próprio movimento inconfidente com a presença de cientistas nos mais altos cargos públicos da época, figuras essas que não ignoravam a existência desse potencial mineral. Conforme aponta Carvalho (1978, p.08), nesse caso, “a apreciação do governo colonial por seus cientistas desaparecia totalmente e a força da coerção se fazia sentir”. Refere-se o autor à perseguição sofrida por uma vítima pouco conhecida por seu envolvimento no movimento inconfidente, José de Sá Bitencourt Câmara, irmão de Manuel F. da Câmara²⁷:

“[...] Senhor que sinto o tempo perdido!!! V.Ex.^a soube que, quando deixei a Universidade, abrazado de hum ardente desejo de ser util a minha pátria, comprei livros, todos os vasos de vidro propios para o estabelecimento de hum laboratorio, todos os reagentes e Maquinas que me herão necessárias, para por em exercício o meu genio, fazer a escola aos Patricios, que dela se quizecem utilizar, e quando lançava os primeiros alicerces do meu edificio, a ambição de um Joaquim Silvêio, devedor de muitas contas a Real Fazenda (Este malvado tendo ouvido a alguns Patricios ideias mais liberaes, achando um meio facil de pagar o seu empenho com hum relevante serviço) fez denunciar ao Visconde hua proxima sublevação que se tramava pelos mais dignos eruditos Patricios de Minas Geraes. [...] O crime de Despotismo fez dar credito a este malvado, e sem mais nenhuma averiguação, se procederam a prizoens as mais cruéis, que desde então se tinhão visto em Minas!!!”.

A instalação das manufaturas visando a independência econômica da capitania mineira era apenas um dos pilares que sustentavam o movimento que propunha a independência das *Minas Gerais* (e de possível território agregado) da colônia portuguesa, conforme afirma Araújo (2014). Vale ressaltar que, mesmo alguns anos após o movimento inconfidente, ainda permanecia viva no imaginário da elite mineira a separação do território da colônia portuguesa. Em abril de 1821, “a Junta Provisória de Minas Gerais reuniu-se em Vila Rica e demonstrou a intenção de declarar Minas Gerais um Estado independente.” A preocupação foi tamanha que, em 1822, D. Pedro I precisou viajar até Vila Rica para apaziguar os ânimos da população, que, como medida adotada, conferiu a Ouro Preto o título de “cidade” (TSCHUDI, 2006, p. 18 – Original publicado em 1866-69).

A Inconfidência Mineira foi, nesse sentido, dos mais expressivos e impactantes movimentos registrados em Minas Gerais, mas sobretudo, sua importância, para os efeitos desta tese, diz respeito à formação de um sentimento de pertencimento muito particular que caracteriza uma certa identidade “nacional” que precede a Independência e os movimentos de formação da nacionalidade propriamente dita. Nesta tese, entendemos que os viajantes

²⁷ In.: CÂMARA, José de Sá Bitencourt. “**Memória Mineralógica do terreno mineiro da Comarca de Sabará**”. RAPM, ano II, fasc. 04 (outubro/dezembro), 1897, p. 599-609.

naturalistas fazem parte com seus levantamentos, cartografias e relatórios, do movimento de formação dessa identidade para o país.

Assim, a chamada Inconfidência ou Conjuração Mineira que teve seu ápice em 1789 foi um movimento encabeçado por membros da elite²⁸, residentes da região das *minas* e, em sua maioria, intelectuais. Grande parte da tensão que pairava sobre a capitania de Minas Gerais anteriormente à Inconfidência, foi atribuída aos insatisfatórios governos de D. Luís da Cunha Menezes (1783) e de seu sucessor, o visconde de Barbacena (1788) (VALADARES, 2001).

Além disso, os altos impostos e excessos de tributos cobrados pela Coroa, acumularam-se ao longo dos anos e o estopim da crise foi a ameaça do lançamento da “*Derrama*”²⁹, que cobraria o total das dívidas acumuladas referente aos impostos que deixaram de ser pagos.

Nesse período, a capitania de Minas Gerais reunia cerca de 20% da população total da Colônia, concentrando aproximadamente 300 mil pessoas que habitavam cidades, fazendas, morros e pequenas propriedades (FIGUEIREDO, 1996).

Essa população se dividia, em grande parte, entre as três principais comarcas da capitania mineira: Ouro Preto, Rio das Velhas e Rio das Mortes, criadas em 1714, sendo que, em 1720, a comarca de Rio das Mortes foi desmembrada originando a comarca de Serro Frio. Desta feita, cada comarca deveria contribuir com o *quinto*³⁰, sendo que seus habitantes pagariam uma soma anual de trinta arrobas de ouro, que seria dividida entre as três comarcas, facilitando, assim, a coleta (FONSECA, 2011).

Além de facilitar o controle, as cobranças e os pagamentos, a delimitação das comarcas definia ainda onde estava localizado cada um dos núcleos mineradores. A delimitação e a posterior criação de vilas nessas localidades, reflete a preocupação da Coroa portuguesa em controlar o território da mineração, em uma estratégia de “dividir para governar” em que, a Igreja seria delegada como responsável administrativa por essas localidades.

Não obstante, pode-se afirmar que, no momento em que a Coroa portuguesa decidiu tomar as rédeas do processo de ocupação da região mineradora, foi através da Igreja que ela procurou se impor e “reduzir toda a gente que anda nas minas e povoações”. De fato, com a instituição das

²⁸ No vértice da pirâmide social mineira nos Setecentos situava-se a elite, formada de indivíduos brancos, letrados, ricos potentados, proprietários, funcionários do governo, militares de patente e grandes comerciantes. (REIS; VALADARES, 2012, p. 141).

²⁹ Cobrança extraordinária efetuada pela Coroa que incidia sobre todos os habitantes da capitania - proporcionalmente aos rendimentos de cada um – caso o valor anual do ouro recolhido não atingisse a cota de cem arrobas (FONSECA, 2011).

³⁰ O *Quinto* era um imposto cobrado pelo governo durante o Brasil Colônia. Recebeu esse nome porque correspondia a 20% (um quinto) do metal extraído que era registrado pelas casas de fundição.

primeiras freguesias, a metrópole começaria a exercer um certo controle sobre os arraiais que se multiplicavam naquele vasto território (FONSECA, 2011, p. 82).

Entre 1714 e 1730, diversas vilas e arraiais foram criados, o que não se repetiu entre 1730 e 1789 – período em que o povoamento se disseminou pelo sul da capitania. Somente a partir da última década do século XVIII, as vilas voltaram a ser criadas, coincidindo com os diversos conflitos existentes no período, inclusive com a própria Inconfidência Mineira (FONSECA, 2011).

O território da capitania mineira foi resultado da própria ocupação e do desbravamento dos *sertões*, que teve como aliado, o poder religioso e político imposto através das ações da Coroa e do Clero. A insatisfação da população e a movimentação revoltosa empreendida pelos inconfidentes foram a justificativa para que a Coroa pudesse controlar a região conflituosa. Com a fundação das vilas seria possível observar mais de perto a movimentação dos habitantes, além da possibilidade de se criar cargos administrativos e judiciários, colocando a serviço do governo pessoas de confiança que supostamente zelariam pela ordem local. Premissa que não foi inteiramente verdadeira, tendo em vista que, “alguns homens implicados da conspiração de 1789 estiveram diretamente ligados, de diversas maneiras, a tais fundações” (FONSECA, 2011, p.559).

Um dos maiores interessados em criar novas *vilas* no período foi o Visconde de Barbacena, governador de Minas Gerais no ano da *devassa*³¹, responsável por estabelecer políticas insatisfatórias que se constituíram em estopins para a revolta. No intuito de ganhar apoio político de pessoas influentes na região e ainda coibir as rebeliões que surgiam, o visconde ignorou diversos pedidos de elevação à categoria de *vila* e criou três municipalidades por sua conta e risco: São Bento do Tamanduá, Queluz e Barbacena (FONSECA, 2011).

Essas três municipalidades, criadas pelo Visconde de Barbacena, localizavam-se na comarca do Rio das Mortes, região de importância econômica e política, onde viveram a maioria dos envolvidos na Inconfidência Mineira. A comarca situava-se estrategicamente ao sul da capitania, tornando-se passagem obrigatória para escoar a produção agrícola na região. Ademais, com a transferência da Corte para o Brasil alguns anos mais tarde (1808), esta posição geográfica privilegiada fez da Comarca um corredor que levaria as mercadorias em direção ao sul.

³¹ Processo judicial movido pela Coroa portuguesa contra Tiradentes e demais inconfidentes, para apuração de crime de traição.

A importância da região³² já se verificava no momento em que “[...] a ‘idade do ouro’ de Minas Gerais transferiu para o Sul o eixo econômico e político do país e, a partir de 1763, fez do Rio de Janeiro, o porto da região, a nova capital do Brasil” (GALEANO, 2011, p. 82). Tanto Ouro Preto, como as cidades de maior expressividade na região, dentre as quais, Sabará, São João d’El Rei, Ribeirão do Carmo (atual Mariana), tiveram importante função na economia do ouro e na organização espacial da capitania de Minas Gerais, uma vez que, desde a descoberta das jazidas, passando pela instalação dos arraiais e vilas, até a elevação à categoria de cidade, esses os lugares e sua participação na organização produtiva da região, foram fundamentais para o surgimento e o apogeu do “ciclo do ouro”.

A região mineradora compunha, juntamente com o Rio das Velhas, Rio das Mortes, Ribeirão do Carmo e Minas Gerais do Ouro Preto, em 1709, a Capitania de Minas Gerais, que, mesmo sendo administrativamente autônoma, compartilhava o mesmo Governador com a Capitania de São Paulo (LIMA JÚNIOR, 1996).

Deve-se destacar a participação de Vila Rica (atual Ouro Preto) e sua importância, no circuito de produção do ouro. Vila Rica, juntamente com Vila Real do Sabará e Ribeirão do Carmo, foram as três primeiras municipalidades mineiras, criadas em 1711. De modo que, a elevação dessas vilas à categoria de cidade se deveu à importância dos núcleos mineradores existentes na primeira metade do século XVIII, ao longo da Serra do Espinhaço (FONSECA, 2011).

Vila Rica, mesmo após o período áureo da mineração, até a metade do século XVIII, manteve-se como importante local de extração, além de servir como entreposto das mercadorias vindas de outras localidades e de passagem obrigatória para o escoamento da produção aurífera, “nesta Vila, habitam os homens de maior comércio, cujo tráfego e importância excede, em comparação, o maior dos maiores homens de Portugal a ela como porta, se encaminham e recolhem grandiosas somas de ouro de todas as Minas” (MACHADO apud LIMA JÚNIOR, 1996, p. 79).

Territorialmente, as *Minas Gerais* concentravam riquezas minerais e contingente populacional que muito interessavam à Portugal e aos responsáveis por encabeçar o movimento inconfidente. A centralidade do movimento girava em torno da independência da metrópole portuguesa, restringindo-se, no entanto, ao território das Minas Gerais, com possibilidade de expansão para as capitanias de Rio de Janeiro e São Paulo. Não havendo, contudo, dados suficientes para se afirmar que o movimento abarcaria toda a América Portuguesa” (RESENDE, 1983, p. 45).

³² Na década de 1780, não se conseguia aplicar, nas *Minas Gerais*, o conceito de dependência colonial, prevalecente na Metrópole, pois as condições sociais e econômicas dessa Capitania, o contradiziam, principalmente porque, durante muito tempo, apesar de ter sido a fonte vital da riqueza colonial portuguesa, ela sempre reagiu à imposição metropolitana. (REIS; VALADARES, 2012, p.65).

Carvalho (1990), aponta que, garantindo a independência das três mais importantes capitanias da América portuguesa, o restante do território “seguiria” o movimento com maior facilidade. Tratava-se, portanto, de uma estratégia própria dos inconfidentes. Sabe-se que articulações políticas vinham sendo feitas fora da capitania mineira, pelo próprio Tiradentes, no sentido de “conquistar” simpatizantes para o movimento. Tiradentes, que de acordo com Silva (1948) viera fazendo contatos com pessoas influentes na capital do Vice-Reino, afirmava que com a adesão do coronel José Aires, outros poderosos se juntariam ao movimento. No tocante a São Paulo, o tenente-coronel Francisco de Paula se responsabilizaria a contatar amigos que garantiriam a participação dos paulistas no levante.

Assim, o levante que teria início em Vila Rica, espalhar-se-ia por outras localidades da capitania mineira – tais como Serro Frio, Minas Novas, São José, Borda do Campo, Tamanduá – chegando a São Paulo e Rio de Janeiro, o que garantiria o envolvimento das três mais importantes capitanias da colônia, aumentando as chances de sucesso do mesmo (RESENDE, 1983).

Se territorialmente o movimento estava estruturado sob essas premissas, ideologicamente propunha-se a independência por meio da instauração de uma República, nos moldes da que fora fundada pelos colonos ingleses na América. A independência dos Estados Unidos serviu como inspiração para “uma forma de governo popular e livre, como pregavam os filósofos franceses [...]” (RESENDE, 1983, p. 45).

Ademais, a inspiração intelectual partiu dos ideais liberais pregados nos textos filosóficos franceses concernentes ao período da Revolução, no sentido de romper com a visão de mundo da nobreza feudal e na defesa de ideias éticas, políticas e econômicas da burguesia, alinhadas ao liberalismo da época (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 246).

Segundo Resende:

foi nas ideias liberais dos pensadores franceses Voltaire, Rousseau, Abade Raynal, e na vitória da Revolução de Independência das 13 Colônias da América, realizada sob influência das mesmas ideias que os conjurados mineiros encontraram a inspiração ideológica e o modelo do Estado que sonharam criar. Assim, a França foi a origem das ideias políticas e os Estados Unidos, o modelo concreto da prática das ideias.(RESENDE, 1983, p. 42):

Há que se considerar, entretanto, que a reprodução *ipsis litteris* dos ideais revolucionários franceses nas *Minas Gerais* não se viabilizaria por completo, uma vez que, havia um descompasso entre o desenvolvimento do capitalismo na Europa – em relativo desenvolvimento – e, o avanço do sistema econômico no Brasil. Somava-se a isso, o fato de não contarmos à época com camponeses e operários no seio do movimento inconfidente, tendo sido um levante engendrado pelas oligarquias agrária e mineradora.

O caráter “conservador” do movimento inconfidente pode ser caracterizado por aquilo que Moore Jr. (1975) utilizou-se para definir os movimentos revolucionários que durante a transição para o “mundo moderno” trilharam um caminho desprovido de cunho revolucionário, ou seja, uma revolução “conservadora” que manteria o *status quo*, sem que houvesse verdadeira transformação na ordem econômica, política e social.

Ainda que a Inconfidência Mineira fosse inspirada pelos ideais Iluministas da Revolução Francesa e pelo caráter republicano dos Estados Unidos pós-independência, e que as obras dos poetas inconfidentes tenham sido essenciais na tentativa de se definir uma identidade nacional brasileira e que as mesmas refletissem perspectivas de mudança para uma sociedade colonial “atrasada”, a “visão de mundo”³³ desses intelectuais decisivos para o movimento independentista, foi construída a partir de sua condição social enquanto membros da elite mineira da época.

A influência da Revolução Francesa no movimento inconfidente não passou despercebida nem mesmo para alguns dos viajantes que estiveram no Brasil algumas décadas depois. Jean Ferdinand Denis, que esteve no país entre 1818 e 1821, chama atenção para o fato de a revolução ocorrida na França ter tido “ressonância em regiões tao remotas”, e completa:

Em 1793, esta necessidade vaga de independência, que depois se manifestou entre todos os povos do Novo Mundo, fazia-se sentir em Minas Gerais, e excitava ao mais alto grau os receios do governo. Antes do fim do século XVIII, já num banquete se bebia à futura liberdade do Brasil; e, se o chefe de uma suposta conjuração pagava com a cabeça algumas palavras generosas, mas prematuras, se um poeta cheio de charme morria desterrado por haver participado de seus desejos, é talvez desse tempo que se chamou da *Inconfidência de Minas*, que um dia se há de datar neste país a aurora de sua liberdade. (DENIS, 1980, p. 350).

Dentre os envolvidos e idealizadores do movimento estavam os já mencionados poetas e intelectuais, Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Inácio José de Alvarenga Peixoto. Aos três poetas, filhos de famílias abastadas da região, foi-lhes oportunizado estudar na Europa, mais precisamente em Portugal, na Universidade de Coimbra³⁴.

Inácio José de Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga, conheceram-se na própria universidade, graduando-se em Leis respectivamente em 1767 e 1768. Cláudio

³³ Conceito desenvolvido por Goldmann (1979) que caracteriza os intelectuais como aqueles que melhor conseguem expressar uma dada visão do mundo, compartilhada por demais indivíduos do mesmo grupo social.

³⁴ [...] no período de 1700 a 1800, as famílias dos 320 mineiros que foram estudar na Universidade de Coimbra eram bem sedentarizadas e numerosas, com múltiplas funções, centrando suas atividades econômicas também na terra. (VALADARES, 2004, p. 271 apud REIS; VALADARES, 2012, p. 50).

Manuel da Costa, por sua vez, alcançou a láurea em artes e obteve o título de bacharel na Faculdade de Cânones de Coimbra. Ao retornarem ao Brasil, já graduados, todos ocuparam cargos importantes no governo da capitania mineira: Cláudio Manuel da Costa foi por, duas vezes, nomeado secretário do Governo, Tomás A. Gonzaga ocupou o cargo de ouvidor de Vila Rica e Alvarenga Peixoto foi ouvidor da comarca do Rio das Mortes (LAPA, 1996).

Além de ocuparem posição de destaque na sociedade mineira, foram reconhecidos por suas obras literárias. Dentre as principais destacam-se: Vila Rica (escrita em 1773, por Cláudio Manuel da Costa); Cartas Chilenas e Marília de Dirceu (escritas respectivamente em 1788 e 1792, por Tomás Antônio Gonzaga) e; Canto Genetliaco (escrita em 1793 por Inácio José de Alvarenga Peixoto).

O acesso dos poetas à universidade europeia, bem como, a indicação para cargos governamentais, foi facilitado pelas relações familiares e recursos financeiros provenientes de suas famílias. Cláudio M. da Costa era descendente de portugueses e de paulistas, “pertencentes à primeira geração dos mineiros” (RIBEIRO, 1996, p. 09), o que lhe possibilitou acumular um significativo patrimônio.

Tomás A. Gonzaga, descendente de ingleses, portugueses e brasileiros, filho de juiz de fora em Montalegre (Portugal). Alvarenga Peixoto era o mais abastado dos três poetas, herdeiro de grande fortuna e de sesmarias nas capitanias de Minas e Goiás (LAPA, 1996).

Deve-se ressaltar que, justamente em função da visibilidade alcançada por suas obras, bem como, da acessibilidade dos poetas aos mais seletos grupos da elite mineira, é que seus discursos ganharam legitimidade e a circulação de suas ideias foi facilitada.

Denota-se que a elite forjada nas Minas, desde seus primórdios, tentou ela mesma controlar o destino do povo mineiro, não por ser democrática, ou libertária, mas por ser patrimonialista, no modelo da elite metropolitana, ou seja, seria mais interessante para os ricos e poderosos das Minas controlar suas riquezas, dominar o governo e o povo, do que entregá-lo ao domínio e poder dos ricos e poderosos do Reino. (VALADARES, 2004, p. 271 apud REIS; VALADARES, 2012, p. 141).

A posição social dos poetas foi, certamente, decisiva para que eles desenvolvessem sua intelectualidade, colocando-os à frente de cargos políticos que lhes dessem visibilidade e, possibilitando-lhes conhecer a organização governamental da colônia para anos mais tarde, questioná-la por meio do movimento inconfidente.

É a partir da consciência, por parte da elite, portanto, da possibilidade de um movimento que permitisse a independência do território colonial (no caso, uma parte dele) da metrópole portuguesa, território este, centrado na região de maior importância econômica – e, conseqüentemente, política – que parece possível pensar em um território

nacional com uma identidade própria, livre do domínio português. Moraes (1991), aponta esse caminho como um processo que prevê o sucessivo aumento das premências territoriais da colônia, promovendo um “enraizamento à terra” que se desenrola até mesmo após a independência.

Entende-se que, essa tentativa de estabelecimento de uma unidade política independente na Colônia, inicia-se com a Inconfidência Mineira e o movimento revolucionário “conservador” das elites. Segundo Moraes (1991, p.169, grifos nossos):

[...] Não existe Brasil sem a instalação portuguesa em terras sul-americanas, e mais, sem uma efetiva consolidação dessa presença-processo que demora cerca de dois séculos para se estabelecer. **É interessante observar que foi apenas no bojo da finalização de tal processo que começa a emergir a consciência da existência de interesses autóctones e autocentrados na Colônia. E é somente a partir dessa consciência que é possível falar de Brasil como embrião de uma unidade política com identidade própria, e não como mero apêndice do território ultramarino português. O fortalecimento dessa consciência - nas elites, é claro - se objetivou num maior grau de enraizamento à terra e num progressivo movimento de conquista territorial que atravessa o processo de independência, sendo inclusive um de seus alimentos.** A integridade do espaço potencial de ocupação da Colônia aparece como o grande atrativo da estratégia do compromisso em torno do príncipe português, a qual legitimaria - pela continuidade dinástica - a unidade do território brasileiro. Vê-se que, no caso brasileiro, a centralidade da dimensão espacial comum às formações coloniais manifesta-se em toda plenitude. Um padrão extensivo de ocupação do solo aliado a um padrão intensivo de apropriação dos recursos (numa ótica que incluía entre esses as populações encontradas) foi aqui instalado, gerando um sistema produtivo ávido de braços e de terras. (MORAES, 1991, p.169, grifos nossos)

Os “outros interesses autóctones centrados na colônia” como salienta o autor, aparecem como fruto da finalização do processo de colonização promovida por Portugal e, é nesse momento que, segundo Moraes (1991), inicia-se a ideia de nacionalidade no Brasil, despertando uma identidade nacional que independe da relação com a metrópole portuguesa. O despertar dessa consciência nacional, que se dá por meio das elites, como bem ressalta o autor, garante que o projeto de valorização do espaço da Colônia seja levado adiante, refletido na unidade do território brasileiro. Essa valorização segue o que Moraes (1991) classificou como “um padrão extensivo de ocupação do solo aliado a um padrão intensivo de apropriação dos recursos”.

Pode-se dizer que esse padrão foi iniciado pelo projeto de libertação da Colônia promovido desde os Inconfidentes a partir das Minas Gerais. Nesse momento, os poetas, enquanto *intelectuais orgânicos* da elite mineira, apresentam em suas obras a magnitude da natureza e seus recursos minerais valiosos. Esse movimento é continuado com a vinda dos viajantes para o Brasil no século seguinte, reforçando a tentativa de manter o processo

de valorização e exploração dos recursos naturais, porém, no sentido da unidade de um território que abarca outras economias regionais, ou seja, o grande “arquipélago” brasileiro como se firmou após 1822.

Cândido (1959) reitera que foi no decorrer do século XVIII com os poetas inconfidentes, inseridos no grupo dos árcades mineiros³⁵, que surge a necessidade de se produzir uma literatura verdadeiramente brasileira. A existência de uma literatura brasileira, por sua vez, liga-se à intenção de realizar uma literatura independente da metrópole, que expresse “temas, problemas e sentimentos de nação” (OLIVEIRA, 1990, p. 78).

Cândido (1959) afirma ainda que o momento decisivo da literatura foi, nesse sentido, anterior ao século XIX e que a sistematização literária brasileira no período neoclassicista beneficiou-a com a “concepção universal, o rigor da forma e a contenção emocional” que caracterizam a fase. Pode-se dizer, portanto, que para o autor é nesse momento específico que surgem as bases ou os primeiros indícios de um sentimento de nacionalidade.

Ainda que essa concepção não seja unânime, tendo em vista que outros julgam o marco inicial da construção da nacionalidade com início da ocupação portuguesa ou somente com a Independência, ou que ainda, a nacionalidade para os inconfidentes não compreendesse todo o país, mas, somente a região mineradora, é preciso considerar que o sentimento de pertencimento concebido para aquela sociedade ligava-se mais efetivamente ao território que ao povo em si (ANSELMO, 2000, p. 17).

Nesse sentido, Bosi (1980), caracteriza o Arcadismo como um “momento ideológico, que se impõe no meio do século [XVIII], e traduz a crítica da burguesia culta aos abusos da nobreza e do clero” (BOSI, 1980, p. 61-62). Fundado, portanto, sobre essas bases, o movimento inconfidente ansiava pela libertação das Minas Gerais do controle português, ainda que não houvesse uma nacionalidade fortificada que unisse sob os mesmos ideais toda aquela vastidão de terras, Jardim (1989), afirma, entretanto, que o movimento pela Inconfidência pretendia fazer livre toda a colônia.

Mesmo que essa projeção não se efetivasse, como sustentado por alguns autores, algumas questões, tais como, a abolição da escravatura, não faziam parte da pauta do

³⁵ O Movimento Arcade é fruto do Neoclassicismo, surgido na Itália, no final do século XVII, perdurando durante o XVIII e findando no XIX. No Brasil a chamada Arcádia Lusitana desenvolveu-se em terras mineiras no auge do ciclo do ouro. Os poetas inconfidentes, juntamente à José de Santa Rita Durão, e José Basílio da Gama, trouxeram para o Brasil as tendências libertárias que vigoravam na Europa e influenciaram a Inconfidência Mineira. O arcadismo, portanto, além de propor novos ares ao ensino, às artes e aos costumes da época, presenciou o declínio da aristocracia e a ascensão de uma nova organização econômica na Europa, a burguesia, tendo em vista que, no Brasil não se presenciou o surgimento do burgo em sucessão ao feudo, como ocorreu na Europa. O “burguês”, que nascera aqui sobre o signo de uma especialização econômica relativamente diferenciada, iria representar, portanto, papéis históricos que derivavam ou se impunham como decorrência de suas funções econômicas na sociedade nacional. Ele nunca seria, no cenário do Império, uma figura dominante ou pura, com força socialmente organizada, consciente e autônoma. (FERNANDES, 1987, p. 17-19).

grupo de intelectuais e proprietários de terras que compunham o movimento. Esse grupo de intelectuais, os quais já classificados de *orgânicos*, compartilhavam “homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político [...]” (GRAMSCI, 1979, p. 03).

Ressalta-se que, ainda que nas *Minas Gerais* setecentistas não se pudesse caracterizar aquela elite intelectual como burguesia culta, nos moldes como ela apareceu na Europa³⁶, os poetas inconfidentes, enquanto *indivíduos expressivos*³⁷, utilizaram-se do “momento ideológico” do Arcadismo para expressar sua insatisfação e desejo de independência da metrópole portuguesa. Assim, o processo que se inicia com o surgimento, perpassa pelo desenvolvimento e culmina no declínio do Arcadismo no Brasil, coincide com o início da decadência da relação colonial entre metrópole e colônia, culminando em 1822, na independência do Brasil de Portugal.

O século das luzes à luz da ciência: a contribuição do pensamento científico

Sabe-se que as *Minas Gerais* foram rota de passagem de diversos viajantes nos séculos XVIII e XIX e início do século XX, interessados em conhecer a região que se desenvolveu em função da atividade mineradora. A província das Minas Gerais recebeu, pelo menos 110 viajantes identificados durante o século XIX que produziram diversos relatos sobre a região.

No período em questão, o Brasil ainda exercia grande fascínio sobre a imaginação do europeu, por sua natureza exuberante e por seus habitantes, que resultava da mescla de diversas culturas e etnias. Diante da minuciosa descrição dos viajantes daquele período foi possível reunir um amplo material acerca da natureza, da sociedade e de seus costumes:

A entrada de naturalistas no Brasil fortaleceu a imagem da natureza no Novo Mundo, traduzido na forma de um imperativo quase que insuperável pelo mundo cultural. Período de transformações, é o mundo físico e social, que foi objeto de estudo de inúmeros viajantes europeus, que incorporou o saber, o método, a epistême, bem como os preconceitos traduzidos na forma do etnocentrismo calcados na forma moderna de ver, qualificar, classificar e ordenar o mundo. (FETZ, 2011, p.42).

³⁶ Acho razoável a hipótese de que o nível de consciência dos produtores da literatura arcádica se achava muito mais próximo da Ilustração burguesa européia do que dos mestres-de-obra e compositores religiosos de Minas e Bahia (cujos modelos remontam ao Barroco seis-setentista) (BOSI, 1980, p. 39-40).

³⁷ Conceito que remete aos indivíduos capazes de retratar o universo ao seu redor, encontrando formas adequadas e altamente coerentes de expressar seus ideais e concepções de mundo, entre as quais, obras literárias e demais manifestações artísticas e filosóficas.

A passagem dos viajantes que estiveram em terras brasileiras durante o século XIX, resultou em rico acervo bibliográfico e historiográfico. Segundo Fetz (2011), esses relatos produzidos no decorrer das expedições científicas, surgem como ferramenta para a compreensão crítica da ciência e da sociedade nos séculos XVIII e XIX.

O interesse em desvendar e divulgar o Brasil aos estrangeiros é, entretanto, bem mais antigo. A construção da *visão de mundo* em torno do país remete à própria colonização, nos idos de 1500 quando se tornou uma necessidade ocupar o território da colônia. Diferentemente desse momento anterior, no século XIX, as viagens resultaram em volumosa produção de material cartográfico, iconográfico, relatórios etc. As viagens nesse século estenderam-se e partiram de diversas nações europeias, entre as quais, França, Itália, Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, especialmente aquelas que se encontravam em franco processo de industrialização e desenvolvimento. Cabe destacar que a construção da representação ou de um certo “imaginário” sobre o Brasil fortificou-se com os viajantes do século XIX no país.

Embora as produções dos viajantes naturalistas (ou não) sejam frequentemente caracterizadas como “literatura”, seus escritos podem ser considerados verdadeiras contribuições científicas, marcas do cientificismo do século XIX:

Antes de mais nada, convém constatar a extensão do campo dessa literatura. Ela aparece em livros muito extensos [...], em livros curtos [...], em artigos de revista e em manuscritos, guardados em diferentes arquivos e museus do mundo. Existe sob a forma de literatura para adultos e para crianças, como romance de aventuras, como literatura fantástica ou romance epistolar, havendo, na segunda metade do século XIX, reportagens jornalísticas e guias turísticos [...]. **Alguns desses livros são a correspondência dirigida à família ou aos amigos; outros, diários de viagem, escritos sem intenção de publicação, ou como apoio a um relatório posterior; outros, ainda, são memórias, guias comerciais e turísticos, relatórios científicos e mesmo álbuns de desenhos.** (MOREIRA LEITE, 1997, p. 11, grifos nossos).

A variedade do material produzido reflete a dimensão das viagens realizadas e características dos numerosos viajantes que retrataram em seus textos e experiências em terras brasileiras. Em suas práticas, marcadas pela observação, descrição e classificação, os viajantes relatavam tanto aspectos naturais, quantos os de caráter social. Para facilitar a organização do material levantado durante a viagem, as etapas da mesma eram coligidas na forma de diário de campo, Moreira Leite o define como:

instrumento de trabalho científico, realizado com vistas à elaboração de relatórios completos e minuciosos ou da publicação de livros, através do desdobramento da continuidade e do inter-relacionamento dos dados anotados apressadamente, como lembretes, e da organização lógica de seu conteúdo para um público mais amplo, mesmo que conserve a forma

atraente do diário. Escrito para uso próprio, o diário de campo conserva a espontaneidade do pensamento ingênuo, que não entra em confronto com o leitor. A ausência de um público dispensa uma comunicação mais cuidadosa e mais conforme às convenções lingüísticas e científicas. (MOREIRA LEITE, 1997, p. XLV)

Esses diários serviam como registros para posteriores trabalhos e não se tinha necessariamente o interesse em publicá-los. A maioria deles, na verdade, como afirma Moreira Leite (1997) são registros imediatos e descontínuos das etapas da viagem que seriam posteriormente organizados para uma publicação formal.

Quanto à denominação de “viajantes”, esses homens – e mulheres – deveriam ser estrangeiros (ou seja, não serem habitantes locais), com tempo de permanência limitado no local da viagem. A grande maioria se encaixava nesse perfil. Nem todos os viajantes, entretanto, eram naturalistas. Para serem assim tratados, deveriam dedicar-se à História Natural, a despeito dos demais que eram apenas viajantes e ocupavam cargos como oficiais, diplomatas, comerciantes, artesãos escritores, engenheiros e, que, em diversos casos, eram naturalistas amadores. Havia, portanto, uma variedade entre as modalidades de naturalistas e as especificidades de cada um deles (MOREIRA LEITE, 1997).

Na maioria das vezes a origem desses viajantes remetia às grandes potências imperialistas mundiais do século XIX e aquelas que abrigavam a centralidade das relações comerciais e industriais, tais como, Alemanha, Inglaterra, França – que procuravam se expandir por meio da conquista de novos mercados e territórios:

A predominância de naturalistas do Reino Unido era de se esperar, dado o poder comercial e industrial da Grã-Bretanha, que promoveu a dispersão de um grande número de viajantes, tanto em fuga da Revolução Industrial das cidades, em busca de territórios em condições pré-capitalistas, como para a pesquisa de matérias-primas para as indústrias inglesas. O desenvolvimento de métodos modernos de ensino das regiões de língua alemã promoveu os institutos especializados que transformaram a Alemanha ainda dividida em um centro científico que fundamentará a sua industrialização [...]. O terceiro país de onde proveio grande número de cientistas foi a França. Havia os que estavam fugindo a perseguições políticas e os que vieram em missões oficiais dos grandes institutos criados pela Revolução Francesa. (MOREIRA LEITE, 1997, p.170-171).

Em número reduzido havia os viajantes norte-americanos, belgas, dinamarqueses, russos, italianos. A condição financeira que permitia acesso às comissões científicas ou financiamento para suas empreitadas, além do momento propício às viagens que vigorava no século XIX, tanto pelo interesse científico como pelo econômico, foram essenciais para impulsionar sua vinda ao Brasil.

Se a diversidade de sua origem não era considerável, em contrapartida, seus interesses eram diversos. Ainda que a missão educativa das viagens fosse frequentemente

apontada como o real propósito das viagens, “[...] na primeira metade do século XIX, uma função educativa, assumida em relação ao país de origem e, depois, em relação ao Brasil. Na segunda metade, a difusão de jornais e revistas, de um lado, e as especializações científicas, de outro, vão incorporando as funções exercidas anteriormente pelo livro de viagem” (MOREIRA LEITE, 1997, p. 22). Havia uma série de indícios que ligavam os viajantes a questões econômicas e políticas – dentro do império português no século XIX, revelando relações internacionais que superavam o campo educacional ou “despretensiosamente” científico:

Na visão dos impérios, a prática científica, a necessidade de conhecer o interior dos continentes, a estrutura biológica e social, poderiam associar-se à vontade de expansão dos impérios, cumprindo o trabalho logístico de conhecer e dominar. **A ciência, portanto, é instrumentalizada e, ao mesmo tempo em que contribuía para a expansão de um conhecimento objetivo, neutro, imparcial e sistemático sobre a realidade da natureza e da cultura, fomentou a expansão e o domínio territorial dos grandes impérios europeus.** (FETZ, 2011, p. 46, grifos nosso).

O incentivo para as viagens viria, em grande parte, da própria Coroa Portuguesa e, posteriormente, do imperador D. Pedro II, que, estando presente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, manifestava interesse pelos empreendimentos científicos e, assim como ocorrera com as “*entradas*” realizadas no território da Colônia, as viagens objetivavam também (re)conhecer e mapear os recursos naturais e “humanos” existentes. Ressalta-se que, raras foram as iniciativas individuais para as expedições científicas, a grande maioria foi financiada especialmente pelas sociedades científicas da época:

[...] se as viagens de circunavegação [viagem marítima em torno de um lugar, que pode ser uma ilha, um continente ou toda a Terra] foram fundamentalmente iniciativas de caráter oficial, levadas a cabo com recursos dos tesouros estatais, as outras expedições tiveram outras modalidades de financiamento – houve os que viajaram e perderam a sua fortuna pessoal, mas a maior parte veio patrocinada pela nobreza de sua terra de origem, enquanto outros ainda foram contratados pelas autoridades portuguesas e brasileiras para a exploração mineral ou o incentivo à imigração. **Na segunda metade do século XIX, muitos deles já são membros de comissões científicas do país de origem, indicando a transferência das preocupações científicas de um mecenato aristocrático cosmopolita para instituições científicas ligadas direta ou indiretamente aos Estados.** (MOREIRA LEITE, 1997, p. 166, grifos nossos).

Se o “incentivo” se iniciara com a vinda da família Real e a abertura dos Portos no início do século XIX, nos anos que se seguiram, a criação de institutos com fins científicos no Brasil abriu as portas para a vinda de outros viajantes. Dentre os principais centros, destacam-se: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1825); o próprio Instituto

Histórico e Geográfico Brasileiro (1838); o Museu Paraense Emílio Goeldi (1871); a Comissão Geológica do Império (1875); a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (1886); e, a Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais (1892) (MOREIRA LEITE, 1997).

O reconhecimento dos viajantes no Brasil perpassa, inclusive, pela criação do cargo de “naturalista-viajante” em 1872, por Ladislau de Souza Mello Netto na época diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, refletindo a preocupação com a formação do campo científico no país, recebendo “considerável atenção de historiadores preocupados com a institucionalização de disciplinas e de práticas científicas em diversos espaços, como agremiações, jardins botânicos, museus, escolas superiores, observatórios astronômicos e comissões de exploração do território” (SANJAD, 2011, p. 134).

O que se observa é que, tanto no período colonial como imperial, houve intensa valorização e promoção do trabalho científico dos viajantes – ainda que houvesse uma intencionalidade subjetiva como apontado anteriormente. Já no período republicano, deve-se dar destaque, por exemplo, à (re)conhecida Missão Cruls que, em 1892 foi criada pelo presidente Floriano Peixoto e liderada pelo belga Louis Ferdinand Cruls, com objetivo de demarcar a localização da área que abrigaria a nova capital do país:

A importante ruptura política consumada com a quebra do pacto colonial e a elevação do Brasil a Reino Unido criou condições para a presença crescente de estrangeiros. Além disso, aproximações diplomáticas inéditas geraram missões oficiais compostas por cientistas e observadores políticos e econômicos conceituados. O período imperial, que consolida e amplia as novas relações internacionais brasileiras, vê a intensificação e diversificação das viagens. (GODOY, 1996, p. 15).

O Brasil do século XIX passa, portanto, por um gradativo processo de abertura política, econômica e social que impulsionou a tentativa de se instalar em território nacional, um estilo de vida semelhante ao europeu. Com isso, houve novas possibilidades de inserção de hábitos, culturas e comportamentos trazidos pelos estrangeiros.

Para Sarat (2011), o olhar estrangeiro foi responsável por delinear a visão do Brasil na Europa que transitava entre concepções preconceituosas, quando comparada à “civilidade” europeia e registros deslumbrados com a exuberância da natureza. A autora ressalta ainda que, os registros de viagem destacam a “vocação civilizatória” dos europeus e, em contrapartida, criam estereótipos acerca da natureza e da diversidade natural.

Vocação esta que se colocava a serviço da ciência na tentativa de conciliar a *civilização* diante do que esse apresentava como extraordinário ou exótico. Godoy (1996), ao fazer tal afirmação, retoma Braudel que afirma que, apesar de desconhecer a origem do

termo *civilização*, *civilizar* e *civilizado* são conhecidos desde os séculos XVI e XVII (BRAUDEL, 1978, p. 239 apud GODOY, 1996, p.11).

A discussão em torno da civilidade diz respeito ao papel da ciência e à construção da ideia de modernidade. A linguagem científica, responsável por direcionar e permear os discursos produzidos por parte dos viajantes, é reflexo de uma construção concebida como *moderna*, fruto da sociedade europeia ocidental que reflete a visão de mundo da elite da época. Assim, o discurso científico produzido por grande parte deles, remete ao contexto de consolidação do próprio capitalismo e de uma burguesia em gestação, em que, a ciência e a noção de civilidade³⁸ pertencem a uma concepção dominante. Afinal, “para o homem de ciência a situação às vezes se apresenta diferente. Sua tarefa essencial é chegar ao conhecimento mais vasto e mais adequado da realidade” (GOLDMANN, 1976, p. 48).

A racionalidade moderna, construída sobre as bases do pensamento científico, pressupõe que haja uma civilidade característica de uma sociedade que seja representada, primeiramente como “civilizada”, condição presente nos discursos dos viajantes e seus países de origem e, segundo sua visão eurocêntrica, ausente nos locais por eles visitados. Sobre essa lógica civilizacional, Habermas (2000) retoma Weber em sua “ética protestante” no sentido de que o sociólogo afirma que, “nem o desenvolvimento científico, nem o artístico, nem o político, nem o econômico seguem a mesma via de racionalização que é própria do Ocidente” (WEBER, 1973 apud HABERMAS, 2000, p. 03).

Oliveira (1990) reforça que o conceito de civilização, assim como o de cultura, está intensamente presente no debate ideológico do século XIX. Para a autora, o processo civilizatório apresenta-se como contínuo e cumulativo, passível de ser universalmente difundido. Portanto, a noção de avanço de uma sociedade sobre as demais representa uma clara expressão da consciência ocidental, em uma lógica semelhante àquela apresentada por Weber e corroborada por Habermas (2000).

No entremeio desse debate está a ideia de modernidade. É necessário que se retome o conceito primeiramente elaborado por Hegel, como aponta Habermas (2000) para que se possa compreender sua relação com a racionalidade. Esse conceito, portanto, foi historicamente delimitado por Hegel de “novos tempos” por volta de 1800 ao referir-se aos três séculos anteriores. Assim, a descoberta do “Novo Mundo”, bem como, o Renascimento e a Reforma Protestante, são o “limiar” entre a época moderna e a medieval (HABERMAS, 2000).

³⁸ “[...] o viajante traz a postura do civilizado diante do povo atrasado, reforçada por uma série de obstáculos linguísticos, culturais e econômicos à compreensão do grupo visitado. **Mesmo quando o viajante não pertence à nobreza ou à alta burguesia, identifica-se com a civilização européia [sic] e seus padrões de avaliação dos homens [...]**”. (MOREIRA LEITE, 1997, p. 10, grifos nossos).

A modernidade, que se caracteriza por um projeto em que a humanidade se coloca diante do desafio de “tomar as rédeas” de si própria, renunciando a toda explicação que foge ao estritamente humano, ou seja, explicações metafísicas e divinas, transformando-se em sujeitos pensantes, autônomos, emancipados e guiados por uma racionalidade pautada no conhecimento científico (MAYOS, 2004).

O Iluminismo, corrente ideológica que valoriza a racionalidade e a clareza disseminada no século XVIII, tendo como marco a Revolução Francesa, lançou mão de uma racionalidade científica pautada no empirismo e matematicamente estruturada. Para esta corrente, que tinha em Immanuel Kant seu principal representante, a razão deveria ser a faculdade mental valorizada, em detrimento das demais (HABERMAS, 2000).

Nessa corrente de pensamento, a humanidade deveria ser vista em sua unidade e coerência e o homem apenas poderia expressar-se de acordo com a racionalidade comum à própria humanidade (no caso a racionalidade ocidental cristã, dominante). Essa foi, inclusive, uma das principais críticas tecidas pelo movimento Romântico, de caráter idealista – pautado nas concepções de Herder – que apontava o Iluminismo como o responsável por estender o etnocentrismo a nível mundial – com as viagens, o colonialismo e a imposição europeia – fazendo com que todos os povos se identificassem com a “humanidade racionalmente dominante” e tomassem para si os seus valores (MAYOS, 2004).

Embora o Romantismo fosse o contraponto do Iluminismo, rompendo com o materialismo colocado para as ciências humanas e criticando o teor objetivo e analítico das ciências proposto pelo Iluminismo, ambos compartilhavam a concepção comum de que a essência da modernidade residia na emancipação e na regeneração da humanidade, desvinculando-se definitivamente do passado e construindo um novo tempo, chamado de *moderno* (MAYOS, 2004).

É nesse sentido que Habermas (2000) afirma que no século XVIII, juntamente com as expressões “modernidade” e “novos tempos” inserem-se significados, ainda válidos, tais como os de revolução, progresso, emancipação, desenvolvimento, crise etc. (HABERMAS, 2000, p. 11). A ciência cumpre, nesse aspecto, papel fundamental na construção da racionalidade moderna.

Cabe ressaltar aqui, o papel do movimento Romântico dentro da perspectiva da construção da ideia de modernidade. Tendo suas raízes na Alemanha do século XVIII, foi o chamado “*Sturm und Drang*” que se apresentou enquanto o primeiro grande surto romântico que “se produz dentro do complexo conglomerado de Estados que constituía naquela época o mundo alemão e que se caracterizavam por seu notável atraso social, econômico-liberal, científico e técnico” (MAYOS, 2004), trazendo para a discussão o conceito de “espírito nacional” ou “caráter nacional”.

Na tradição romântica, portanto, a principal influência fundamental reside no pensamento de Herder e, ainda, no de “Schelling (1775-1861), Novalis (1772-1801), Fichte (1762-1829), A. W. Schlegel (1767-1845) e seu irmão, F. Schlegel [...] personagens centrais do [...] Romantismo, pilares do idealismo alemão nascente” (GOMES, 2007, p.152).

As influências do movimento romântico perpassaram, inclusive, por alguns discursos notadamente científicos, como o caso de Alexander von Humboldt ou Carl Ritter. Uma vez que, como afirma Capel: “a Gênese deste projeto intelectual humboldtiano deriva seguramente de três correntes de pensamento: duas delas científicas – a botânica e a geognosia – e uma terceira de caráter filosófico e literário – o idealismo e o romantismo alemão” (CAPEL, 1981 apud SILVEIRA; VITTE, 2010, p. 07), e ainda, “Ritter, tendo vivenciado intensamente o processo de construção do romantismo em solo alemão, pôde partilhar das idéias centrais que tomaram o movimento, sobretudo na figura de Schelling” (CAPEL, 1981 apud SILVEIRA; VITTE, 2010, p. 10).

Nessa perspectiva, tomando por base as afirmações acima feitas por Capel (1981) e, ainda, por Moreira Leite (1997), identifica-se casos em que os discursos dos viajantes refletem interesses humanistas, fruto de uma “aura romântica” que os teria “afetado”, citando o romance de Martius: *Frey Apollonio – um romance do Brasil*, como um discurso “à parte” que não encontrou espaço em suas produções sobre botânica, mas que revela seu contato com os indígenas e as relações interétnicas entre religiões e nações. Ou ainda, a produção de Alexander von Humboldt, naturalista, viajante e considerado o fundador da Geografia moderna alemã, que deixou refletir em suas obras traços do romantismo e da estética, como se discutirá adiante.

As influências presentes nos discursos dos viajantes advêm em grande parte, no entanto, de metodologias “estritamente” científicas, conforme o pensamento iluminista sob o qual o positivismo estava pautado, não se devendo desconsiderar, entretanto, demais possibilidades de conexão entre o seus discursos e outras correntes de pensamento vigentes na época.

Alexander von Humboldt, que inspirou diversas gerações de intelectuais e viajantes, servindo para “solidificar a ciência geográfica, em que foi dada atenção especial ao mundo tropical em função de recursos naturais, potencialidades paisagísticas e etnográficas” (VITTE, 2010b, p. 314) foi influenciado diretamente pelo movimento romântico. Moraes (1983), aponta-o como sendo o mentor ou ao menos, o inspirador da maioria dos naturalistas que estudaram o Brasil. Humboldt, além de estar ligado ao planejamento das viagens de *circunavegação* e tendo aplicado o método comparativo que contribuiu com dados geográficos, astronômicos e oceanográficos, sugeriu também a viagem pelo interior dos continentes.

Ao ressaltar o fato de Goethe³⁹ ter sido citado em muitos trabalhos de Humboldt, sobretudo no *Cosmos*, Moraes (1989) aponta para a integração entre a ciência, a arte e a filosofia na obra humboldtiana: “podemos dar às descrições da natureza os contornos claros e todo o rigor da ciência, sem desprovê-las do sopro vivificante da imaginação” (HUMBOLDT apud MORAES, 1989, p. 105).

A distinção entre os discursos geográficos produzidos referentes às mais variadas reflexões acerca do espaço e da relação entre o homem e o meio em que vive já foi clarificada por Moraes (1988) em suas *Ideologias Geográficas*⁴⁰. O autor, distingue esses discursos ao apontar as especificidades do “horizonte geográfico”, que se refere à geografia espontânea, do cotidiano; do “pensamento geográfico” que diz respeito aos discursos “formais” sobre o espaço e a superfície terrestre, tais quais, as reflexões filosóficas, literárias e de cunho científico e, por fim; o campo das “ideologias geográficas” que compoem uma classe mais restrita de discursos, refere-se àqueles de direcionamento político explícito.

Os relatos de viagem enquanto discursos formais que ao serem escritos com intencionalidades específicas – as mais variadas que remetiam à própria motivação da vinda dos viajantes ao Brasil – compõe o campo do “pensamento geográfico”, permitindo acesso e reflexão acerca de *visões de mundo* que extrapolam os discursos do campo disciplinar da geografia, indo na direção teórico-metodológica apontada por Moraes (1988).

As expedições científicas dos viajantes do período tiveram papel fundamental, pois, o momento foi fortemente marcado pelos ideais civilizatórios europeus⁴¹. Nesses termos, para a constituição do pensamento geográfico oficial, Freitas (2004) afirma que a sistematização da ciência geográfica no século XIX deve muito à prática dos viajantes, herdando da “história natural bem mais que simples métodos – descrição, classificação e comparação – mas que a extensão desses métodos ao tratamento do homem e das sociedades tornou efetivamente possível a construção de nosso próprio objeto” (FREITAS, 2004, p. 20).

Conforme destaca Moraes (2005, p. 12), todas as porções da superfície terrestre já eram conhecidas nesse período e os relatos de viagem serviam como “repositório de

³⁹ Além de se aventurar pelo campo das ciências naturais, Goethe foi uma das figuras mais importantes da literatura alemã e do movimento Romântico europeu, nos finais do século XVIII e inícios do século XIX. Juntamente com Friedrich Schiller, liderou o movimento literário *Sturm und Drang*.

⁴⁰ MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

⁴¹ Assim esse começo do século XIX será mais do que nunca uma época da crença na civilização e no progresso, pois tal crença passa a fazer parte do imaginário de uma parte cada vez maior da sociedade europeia [sic]. As ciências naturais se constituíam também como um campo de legitimação social e como uma atividade integrada a um projeto de afirmação da nacionalidade (FREITAS, 2004, p. 16).

informações” sobre os mais diversos lugares do planeta, resultando “na formação de uma base empírica, para a comparação em Geografia”.

O interesse expansionista das potências imperialistas implicava, nesse sentido, no reconhecimento e apropriação dos territórios coloniais e, diante da constante necessidade de conhecimento desses espaços de exploração, “Estados europeus vão incentivar o inventário dos recursos naturais, presentes em suas possessões, gerando informações mais sistemáticas, e observações mais científicas” (MORAES, 2005, p. 12).

Os relatos tornaram-se, desta feita, cada vez mais precisos e sistematizados, evoluindo de ocasionais às expedições científicas. Ademais, foram fundados institutos e sociedades geográficas nas metrópoles a fim de organizar o material recolhido. Assim, “a Geografia da primeira metade do século XIX foi, fundamentalmente, a elaboração desse material” (MORAES, 2005, p. 12).

O discurso produzido pelos viajantes foi essencial nesse processo, uma vez que, forneceu ao europeu, sobretudo, às grandes potências imperialistas do continente, uma *visão de mundo* bastante específica sobre o Brasil. Nessa condição, o país estaria fortemente atrelado ao fornecimento de matérias-primas, bem como, à ideia da natureza exuberante e da potencialidade econômica de seu território, ainda bastante inexplorado. Assim, resgatar a visão e o discurso dos viajantes é, antes de tudo, compreender a formulação de uma representação específica (ou um “imaginário”) sobre o Brasil e, conseqüentemente, a sua identidade enquanto nação. Por outro lado, também é possível apreender os discursos que apresentavam o Brasil ao exterior, ou seja, uma representação que correspondia ao papel esperado da posição do país no *sistema-mundo*, pelo olhar do europeu, a uma imagem favorável à exploração das suas riquezas naturais e de suas potencialidades territoriais.

Capítulo 2: Viagens e Viajantes: seu papel na construção da nacionalidade brasileira

Figura 5: Encontro de viajantes naturalistas com índios. RUGENDAS, Johann Moritz.



Fonte: COSTA, 2005.

Entre dezenas de relatos de viagem, alguns elementos sempre se repetem: a exuberância da natureza, as riquezas naturais e minerais disponíveis em nosso território e, em especial, o misto entre deslumbre e estranhamento que insiste em povoar a visão de mundo dos viajantes estrangeiros em nosso país. O contato com o Brasil produziu relatos que nos permitem compreender o quão inusitado foi o encontro do europeu com nossa fauna, flora e gente. Isso se reflete tanto nos textos como nos desenhos e pinturas, entre as quais, as produzidas por Rugendas, extremamente realistas e precisas, com cores vivas e detalhes que impressionam. O pintor consegue nos transportar para sua obra, coloca-nos a imaginar a cena do *Encontro de viajantes naturalistas com índios*, e o espanto que certamente existiu de ambos os lados. O interesse pela descoberta de novos lugares e, como mais tarde entendemos, sua potencialidade econômica, fora a grande motivação das viagens durante o século XIX para o Brasil e as Américas. O propósito científico esteve presente, por certo, mas, frequentemente acompanhado de outras “necessidades”. Os viajantes, especialmente aqueles ligados à ciência, caminhavam sob olhar atento e método rigoroso de pesquisa e interpretação. Alguns serviram de inspiração para muitos outros e, nesse período, reuniram rico acervo geográfico, histórico, linguístico e iconográfico.

Neste capítulo, buscaremos esclarecer alguns conceitos essenciais a esse trabalho, como o de território, determinante também para a constituição da ciência geográfica e do *pensamento geográfico* como observaremos nos relatos de viagem do capítulo seguinte. Além disso, é imperativo resgatar os caminhos traçados pelo pensamento científico no século XIX, quem foram seus principais autores e a influência de suas construções intelectuais para os viajantes que neles se inspiraram.

“Eu apenas saí para fazer uma caminhada, e por fim decidi permanecer ao ar livre até o pôr do sol, porque sair, eu descobri, era na verdade entrar.”
John Muir

A visão construída sobre o Brasil no olhar dos viajantes estrangeiros perpassa pelo próprio processo de colonização, afinal, durante o século XIX, quando a maior parte deles esteve no país, passávamos por um processo de transição do *status* de colônia para Império e, posteriormente, para República. O processo de colonização pressupõe, como mencionado anteriormente, consequências definitivas para a economia, política e cultura das colônias, segundo Moraes (2008) em uma ótica geográfica, a *valorização do espaço*.

Essa valorização que se confunde com a própria ocupação do planeta e o que o autor chama de “*antropomorfização*”, pode-se dar através da apropriação dos meios naturais, da transformação dos mesmos e da “reapropriação” dos meios transformados. Esse último, atribui ao espaço (re)apropriado um valor de uso adequando-o segundo a necessidade e a organização social vigente. A valorização do espaço pode ser, portanto, entendida como um processo histórico no qual seu fim último seria a formação de um *território* (MORAES, 2008, p. 42-44).

Sobre esse conceito, caro à análise geográfica e presente em seu *constructo* desde as contribuições *ratzelianas* no âmbito da geografia política, entendemos que seu significado está diretamente atrelado ao valor que é dado a ele, materialmente ou ideologicamente. Assim, não é possível tratar do território sem falar em apropriação, ocupação, exploração e, frequentemente, em disputa e conflito.

Se a relevância dessa categoria para a geografia reside no fato de indicar uma visão social do objeto geográfico, permite ainda o aprofundamento da relação entre sociedade e espaço em si, a partir de uma ótica dialética de interpretação. Torna-se possível ainda, a identificação dos agentes do processo de *produção desse espaço*, que se manifestam através de discursos, representações e articulações específicas (MORAES, 2008, p. 45-46).

Entre esses agentes, figura o Estado moderno, um dos mais significativos e que foi responsável por conduzir ocupações territoriais em variados contextos. O território está intimamente ligado ao Estado por ser a jurisdição legal sobre a qual o mesmo exerce seu poder. As abordagens mais recentes no trato com a categoria território advém do século XX quando, segundo Moraes, ele passa a ser interpretado como um resultado histórico da relação entre sociedade e espaço (MORAES, 2008, p. 52).

Para o autor, o Estado moderno, que está na base da formação territorial do século XIX, encontrou na lógica capitalista uma nova forma de expansão e organização espacial. No contexto dessa nova lógica, encontram-se as colônias, territórios dispersos e não contíguos à metrópole que figuram na periferia do mundo capitalista (MORAES, 2008, p. 54-56).

Os territórios coloniais são fruto de um processo de ocupação em que há uma efetiva apropriação do espaço, ou seja, a criação de uma estrutura nas terras colonizadas que responde aos interesses da metrópole. Ainda que o processo de colonização em si fosse determinado pelas particularidades de cada Estado metropolitano, alguns elementos

apareciam recorrentemente. Entre os quais, a militarização e o enfrentamento com as populações locais, inerentes ao próprio processo de ocupação (MORAES, 2008, p. 64-65).

A “variedade” do que era possível de ser encontrado nos territórios coloniais também era um fator de importância. Poderiam ser “atrativos” locais, como recursos naturais, entre os quais aqueles mais raros, como ouro e prata; estoques populacionais, que serviriam como mão-de-obra; estruturas produtivas previamente consolidadas e que poderiam ser aproveitadas pela metrópole. A diversidade dessa “oferta” local seria determinante para a diferenciação das colônias de exploração ou povoamento, além disso, os recursos imediatamente encontrados serviriam para possibilitar a instalação do empreendimento colonial, que seria progressivamente ampliado conforme avançasse a ocupação de novas terras (MORAES, 2008, p. 66-68).

O processo de colonização, que avançaria a partir de *zonas de difusão* e *áreas de trânsito*, conforme já indicado anteriormente neste trabalho, seria responsável ainda pela delimitação dos *fundos territoriais*, áreas geralmente pouco conhecidas, de delimitação incerta que compõe “estoques” para apropriação futura. Trata-se, segundo o autor, dos “sertões”, em sua mais variadas formas e aparições (MORAES, 2008, p. 69), que, conforme veremos nos capítulos seguintes, ganham tantos contornos quanto possível nos relatos de viagem.

Se o processo de colonização foi impulsionado, em grande medida, pela atração do colonizador pela descoberta de terras antes nunca conhecidas, podemos afirmar que as chamadas *mitologias geográficas*, como o já mencionado Sabarabuçu ou Serra das Esmeraldas, serviram como motor para expedições e contribuíram, por certo, para o reconhecimento dos espaços extra europeus (HOLANDA, 2000)⁴².

A ideia dos mitos, chamados de fundadores por José Murilo de Carvalho, compreende, juntamente com as ideologias, utopias, símbolos, alegorias e rituais, os elementos que compõe o imaginário social. O *mito* pode se tornar um poderoso elemento de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. E, uma vez que, tenha êxito em atingir o imaginário social, pode ainda moldar visões de mundo e condutas sociais (CARVALHO, 1990, p. 10).

Chauí (2000) afirma que o mito não deve ser visto apenas como uma narrativa de feitos lendários, mas também como uma “solução imaginária para certas tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade”. Um mito fundador “impõe um vínculo interno com o passado de origem [...] e não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias” (CHAUI, 2000, p. 09).

⁴² Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

Para a autora, esses mitos foram construídos a partir de elementos advindos do período de conquista e da colonização da América e do Brasil. Os três principais elementos considerados “sagrados” são a natureza – a “visão do paraíso” assim chamada por Sérgio Buarque de Holanda – a história teológica providencial e profética e; o governante, símbolo da graça de Deus. Dessa forma, as terras recém “descobertas” constituem invenções históricas e construções culturais. O Brasil, por sua vez, ao ser “inventado” como uma “terra abençoada por Deus” é construído em sua origem como um mito fundador (CHAUI, 2000, p. 57-58).

Nesse sentido, desde o início da colonização o mito da “Ilha Brasil” foi fundamental para orientar Portugal em suas decisões sobre como operacionalizar e executar suas atividades no interior do território brasileiro. Tal “mito” consistia na crença da existência de uma “ilha” cercada pelas águas de rios da bacia do Amazonas e do Prata: “Já na primeira metade do século XVI, entre 1528 e 1543, João Afonso, piloto português ao serviço da França, fala nas suas obras da existência duma ilha Brasil, tão perfeitamente rodeada pelo Amazonas e o Prata” (CORTESÃO, 1956, p.135).

A ilha, que passou a ser denominada de “*Dourado*”, “*Eupana*”, “*Laguna encantada Del Paytiti*”, “*Paraupaba*”, tinha a crença na sua existência ampliada na medida em que novas *bandeiras* eram realizadas. O mito sobre a ilha, entretanto, deslocava-se cada vez mais para o ocidente, contrariando as fronteiras previamente demarcadas pelo Tratado de Tordesilhas e fornecendo a Portugal uma “legitimação poderosa à vontade política expansionista da Coroa, conferindo limites geográficos alternativos para o empreendimento colonial” (MAGNOLI, 1997, p. 47).

Nesse sentido, os mitos constituíram-se como um vetor positivo na busca por riquezas naturais no interior do território. A possibilidade de se encontrar ouro e prata fazia com que os obstáculos para adentrar em um espaço desconhecido se tornassem pouco relevantes. Assim, “lugares extremamente insalubres ou distantes foram ocupados rapidamente quando dotados de reservas minerais valiosas” (MORAES, 2008. p. 66).

Se os mitos e lendas cumpriram o papel de fomentar o interesse estrangeiro sobre as terras recém descobertas, eles também foram responsáveis por povoar o imaginário europeu no século XIX e impulsionar a vinda de viajantes aos mais longínquos territórios, entre os quais, o Brasil.

As motivações para tais viagens foram as mais diversas. Ao observarmos a **Figura 4**, anteriormente apresentada, entendemos que os países mais engajados no envio de viajantes às Minas Gerais do século XIX foram França, Alemanha e Inglaterra, todas potências imperialistas no curso do desenvolvimento econômico e industrial de seus territórios.

Ressalta-se que a Alemanha não era uma nação consolidada durante praticamente todo o referido século. Tratava-se, pelo contrário, de um conjunto de territórios, entre ducados,

reinos e principados que não conheciam unidade econômica ou política. Esse cenário, que começou a se modificar em 1815 na “Confederação Germânica”, alterou-se ao longo do século XIX, mas, consolidou-se apenas em 1870 com a unificação nacional. Um processo impulsionado pela própria solidificação do capitalismo aliada ao expansionismo napoleônico sobre o território alemão (MORAES, 2005).

A França, por sua vez, realiza o que Moraes (2005) chama de “total varredura do sistema feudal”, constituindo, a partir da Revolução Francesa, um Estado que garantisse os interesses da burguesia. Ao contrário da vizinha Alemanha, a França já possuía um território unificado e o poder estava centralizado nas mãos da monarquia absolutista. A burguesia, bem estruturada ideologicamente, comandou a revolução popular e questionou a estrutura vigente, instaurando o capitalismo no país.

A Inglaterra, pioneira na Revolução Industrial no século anterior, reunia já naquele período todas as condições para promover tal revolução. Além de possuir previamente uma estrutura de manufaturas instaladas em seu território, o país que já havia feito sua “revolução agrícola” através dos cercamentos e da modernização da agricultura, passou a fornecer ainda, proveniente do campo, mão-de-obra para a própria indústria. Por fim, essa potência imperialista do século XIX contava com vasto mercado consumidor, tanto no próprio país, como nas colônias. Assim, a Inglaterra aparece como um grande ator no século XIX, tornando-se “preponderante sobre as demais potências europeias porque teve condições de, pioneiramente, colocar em funcionamento do dínamo da modernização econômica proporcionado pela Revolução Industrial” (LESSA, 2005, p.89).

Após investigação da origem e propósito ou interesse das viagens empreendidas pelos estrangeiros, foi possível identificar algumas motivações comuns, facilitando, assim, a organização e entendimento do conteúdo levantado. Contatou-se que, da Alemanha, o propósito principal das viagens foi a pesquisa científica. Seja ela ligada a expedições oficiais ou de interesse particular. A França também enviou significativo número de viajantes interessados na pesquisa científica, também vinculados a expedições oficiais. O mesmo acontece se observarmos os viajantes estadunidenses ou suíços.

A Inglaterra, apesar de ter enviado alguns nomes de relevância científica, como John Mawe e Richard Burton, teve mais viajantes interessados em negócios comerciais com o Brasil que, propriamente, cientistas. O próprio Burton se encaixa nessa condição, como veremos adiante. Isso provavelmente explique o interesse comercial inglês na exploração das minas de ouro e ferro no século XIX. As grandes companhias mineradoras que se instalaram no Brasil ao longo desse século, foram, em sua maioria, inglesas.

Interessante observar que, para além dos países que “enviaram” apenas um ou dois viajantes (o que dificulta a visualização de um padrão no interesse das viagens), a Dinamarca, enviou quatro viajantes renomados, todos eles envolvidos com a pesquisa científica, mas, na

área da paleontologia. Três dos quais, inclusive, viveram e trabalharam juntos em Lagoa Santa-MG, onde foi levantado e coletado rico acervo paleontológico posteriormente enviado à Dinamarca pelos pesquisadores.

A Itália, por sua vez, “enviou” cinco viajantes às Minas Gerais do século XIX. Nenhum, entretanto, envolvido com pesquisa científica. Apesar de terem produzido obras de interesse social e cultural, os italianos empreenderam viagens por interesses que designamos como “pessoais”. Ou seja, com financiamento próprio, com objetivo de conhecer e explorar o território brasileiro, mas, sem propósitos científicos, comerciais ou políticos.

Entre os viajantes, identificamos ainda alguns que ocupavam cargos governamentais (geralmente de Cônsul) de seu país de origem, que, empreendendo viagens de interesse diplomático, relataram o trajeto e suas observações pessoais na forma de diários, cartas oficiais ou obras propriamente ditas (com fins de publicação).

Feito, portanto, o prévio levantamento dos viajantes, suas obras e nacionalidade, que muito dizem a respeito da intencionalidade de sua vinda ao Brasil e mais especificamente às Minas Gerais no século XIX e, entendendo à luz das proposições de Moraes (1991) e Anselmo (2000) que a formação territorial brasileira perpassa pela construção da identidade nacional aliada à unidade territorial, torna-se importante verificar qual o discurso produzido pelos viajantes em relação às Minas Gerais.

Suas elaborações foram construídas acerca da exuberância da natureza e da riqueza mineral, mas também sobre a vida e os homens do lugar e, assim, entendemos que análise das obras deve partir dessas perspectivas e, essencialmente, dos conceitos de paisagem e território, para que, efetivamente possamos compreender a “racionalidade” (no sentido colocado por Habermas) que foi sendo orquestrada de fora e por dentro da sociedade brasileira. Sem dúvida os relatos dos viajantes expressam as intencionalidades de poderes externos e internos da complexa formação territorial brasileira que inclui, como Moraes (1991) afirma na proposição desse conceito: um constructo de nacionalidade atrelado profundamente no sentido da territorialidade.

A geopolítica das viagens: as instituições científicas e apropriação do território brasileiro pelas potências europeias

O ato de viajar carrega consigo alguns significados bastante distintos. Pressupõe interesses, possibilidades e condições necessárias para fazê-lo. O propósito das viagens hoje não se assemelha ao que era há 100 anos. Moreira Leite (1997) mostra-nos que a viagem no início do século XIX possuía um papel educativo, que se transfigurou em um meio de

divulgação dos lugares visitados, especialmente através de jornais ou revistas da época ou, em uma forma de divulgar o conhecimento científico adquirido pelos viajantes.

A ciência no século XIX, era, portanto, parte essencial do “processo” da viagem. Não se pode, nesse sentido, entendê-la de forma desprezível, pois, cumpria dois papéis importantes: a expansão do conhecimento e a expansão do domínio territorial dos grandes impérios da Europa (FETZ, 2011). Ambos estiveram, nesse sentido, claramente atrelados, especialmente no século XIX.

Antes que o interesse geopolítico se apropriasse do conhecimento científico, a ciência era praticamente uma ambição, um “chamado”. Se até meados do século XIX era pouco provável que algum cientista tomasse a ciência como “profissão”, no decorrer do chamado “século da ciência” (entre 1789 e 1914), o cientista ganhou mais independência e sua atividade tornou-se prestigiosa (SCHWARCZ, 1993).

É durante esse século que as ciências naturais encontraram grande valorização, principalmente por meio da “teoria da evolução” de Darwin e seu impacto na (re)construção do conhecimento adquirido até ali. Não foi diferente com as ciências sociais, que se distanciaram da literatura na busca por uma autodefinição que afastasse a análise do indivíduo e a aproximasse dos fatos sociais (SCHWARCZ, 1993).

A ciência que chegou ao Brasil, em grande parte absorvida do conhecimento produzido na Europa e trazida pelos viajantes e cientistas estrangeiros, está intimamente ligada às teorias evolucionistas e social-darwinistas que, para Schwarcz, (1993, p.41), são amplamente popularizadas como justificativas teóricas para práticas imperialistas de dominação. Não negando o fato, há de se considerar que apesar da força e da hegemonia do positivismo clássico, o século XIX foi marcado por complexos embates epistemológicos em vista das grandes transformações presentes ao tempo. Não se pode desmerecer as influências kantistas e toda a movimentação dialética trazida por Hegel e debatida por Marx que agitaram, sem dúvida, não apenas o campo científico, mas todo o sentido do desenvolvimento humano presentes nesse conturbado século.

O conhecimento científico, consumido pelas elites brasileiras, primeiramente como modismo e, tempos depois, como prática, segundo Schwarcz (1993), fez com que essa mesma elite se aproximasse dos modelos de civilidade e conhecimento vindos da Europa. O próprio D. Pedro II, conhecido por suas frequentes aparições em reuniões científicas, expedições e exposições, enxergava a ciência como uma referência, um caminho para mudar a imagem do Brasil no exterior.

Para que isso fosse possível, era preciso construir uma nova significação para o Brasil que afastasse as características de atraso e selvageria e trouxesse em seu lugar uma “imagem” de modernidade e o progresso. Esse processo, como se sabe, deu-se com maior intensidade nos últimos trinta anos do século XIX, quando não só a ciência seria responsável

pela condução da sociedade rumo à evolução almejada. Mas, as reformas necessárias seriam amplamente sentidas nas cidades e em suas obras de saneamento, viabilizadas a partir da implementação de projetos social-darwinistas e do racionalismo científico.

Para Schwarcz, (1993, p.47), “o conhecimento e a aceitação desses modelos evolucionistas e darwinistas sociais por parte das elites brasileiras traziam a sensação de proximidade com o mundo europeu e de confiança na inevitabilidade do progresso e da civilização”. A *máxima* dessa afirmação foi sentida também nas principais instituições científicas do país, responsáveis pela projeção do Brasil em nível internacional e pela modificação de sua imagem. Entre as quais figuram os Museus e os Institutos Histórico e Geográficos.

No que se refere aos Museus, essas instituições passaram, a partir do século XIX, a dedicar-se à etnografia e ao resgate, preservação e exibição de objetos materiais que refletissem a história e o cotidiano no Novo Mundo. Para garantir a acumulação desse material, era preciso que cientistas, ou os “filósofos viajantes”⁴³, quase sempre com auxílio de instituições científicas, se dirigissem a lugares até então pouco ou nunca explorados (SCHWARCZ, 1993, p.89).

As datas de criação dos principais museus brasileiros atravessam todo o século XIX. O Museu Nacional, por exemplo, foi fundado no início do século, em 1808. Já o Museu Paraense Emílio Goeldi em 1866 e o Museu Paulista, em 1894. Schwarcz (1993) afirma que foi somente a partir da década de 1870 que o panorama intelectual no Brasil foi efetivamente modificado. A partir de então, surgiram novos modelos científicos de pesquisa e ensino dos quais os museus foram beneficiados.

Até esse momento, para a autora, a ciência no Brasil era feita, essencialmente, por viajantes estrangeiros, das mais variadas nacionalidades em busca de espécies para coletar e levar ao seu país de origem. *A priori*, não havia por parte do governo e instituições nacionais interesse ou recursos para financiar expedições. Esse cenário muda ao longo do século XIX, seguindo, entretanto, uma lógica que vem do exterior. Schwarcz (1993) reforça que:

[...] Primeiramente, muito antes de aqui se iniciar um debate sobre a instalação de instituições científicas desse tipo, **o Brasil já era considerado local privilegiado para a obtenção de coleções e matéria-prima necessária aos museus europeus**. Por outro lado, quando finalmente montados, os estabelecimentos locais se constituirão em *homelands* para os viajantes financiados por museus estrangeiros e para uma antropologia nascente. (SCHWARCZ, 1993, p.91, grifos nossos).

⁴³ Expressão utilizada por Stocking (1968) para se referir ao conjunto dos viajantes naturalistas, americanos e sobretudo, europeus, que, rumavam em direção à países distantes para obter coleções que confirmassem expectativas teóricas antes formuladas (SCHWARCZ, 1993, p.337).

O Museu Nacional, localizado no Rio de Janeiro teve sua fundação ainda vinculada à D. João VI, como medida adotada para “estimular os estudos de botânica e zoologia”. Antes de passar por uma profunda reorganização, em 1876, ano que também foi fundada a revista trimestral “*Archivos do Museu Nacional*”, sua organização era bastante semelhante à dos museus europeus, em que as coleções eram expostas sem qualquer classificação (SCHWARCZ, 1993).

O Museu Paulista ou do Ypiranga que teve a construção iniciada em 1885 e concluída cinco anos depois, foi inaugurado oficialmente em 1894, após a doação de coleções pertencentes ao coronel Joaquim Sertório. Indicado para ocupar o cargo de direção do Museu, o zoólogo Herman Von Ihering pretendia iniciar uma nova era entre os museus brasileiros, dotando o Museu Paulista de instrumentos e métodos que o tornassem, efetivamente, uma instituição científica (SCHWARCZ, 1993).

Para alcançar seu objetivo de descontinuar os projetos de museus como vinham sendo feitos nos séculos anteriores, Von Ihering elogiava os modelos seguidos pelos museus europeus e norte-americanos, além disso, “a presença estrangeira é tão significativa que a própria revista será basicamente elaborada com a colaboração de naturalistas europeus. Apenas 1% dos artigos é de autoria de cientistas nacionais, assim como boa parte dos ensaios são transcritos no idioma original: inglês, francês ou alemão” (SCHWARCZ, 1993, p. 105).

O Museu Paraense Emílio Goeldi, por sua vez, possui um histórico de fundação bastante peculiar. Tendo em vista que, ao longo do século XIX, a região Amazônica foi visitada por diferentes viajantes e cientistas estrangeiros, tendo despertado interesses que motivaram variadas expedições, era um verdadeiro “paraíso dos naturalistas” (SCHWARCZ, 1993, p. 105). A Amazônia continuava, entretanto, desconhecida para boa parte dos pesquisadores nacionais.

Almejando, portanto, o estudo da flora e fauna da região, bem como, sua geologia, geografia e história, o Museu Paraense deveria “cumprir as atribuições de uma academia, uma vez que a cidade [Belém] não possuía escolas de nível superior ou outras entidades de cunho científico” (SCHWARCZ, 1993, p.109). A direção da instituição foi assumida pelo zoólogo suíço Emilio Goeldi em 1893 e sua reestruturação foi imediatamente iniciada. Também seguindo o modelo de instituições europeias, Goeldi trouxe para Belém vários nomes estrangeiros, como: o botânico Jacques Hubert, o geólogo Frederico Katzer, o zoólogo Godofredo Hagman e o botânico Adolpho Ducke.

No final do século XIX, o Museu Paraense já havia ganhado prestígio e sido responsável pela criação de duas importantes revistas: *Boletim do Museu Paraense* e *Memória do Museu Paraense*. As publicações seriam semelhantes às demais: “com um objetivo bastante centrado nas ciências naturais, que tinha como base estudos locais,

orientados, porém, pela produção e inquietação dos naturalistas europeus e norte-americanos” (SCHWARCZ, 1993, p.112).

Para Schwarcz (1993), a criação e o caráter de cada museu estiveram diretamente ligados ao momento histórico e suas relações com as sociedades da época. Enquanto o Museu Nacional foi fruto da política da monarquia portuguesa que enfrentava a transferência da Corte para o Brasil, tendo sua imagem sempre associada ao Império, o Museu Paulista esteve à serviço da elite local e sua necessidade de afirmação no cenário cultural e político nacional. O Museu Paraense, “porta de entrada da floresta” foi símbolo maior do sucesso do ciclo da borracha na Amazônia e serviu de “abrigo” para os estrangeiros que se arriscavam pela região.

Cabe reforçar, entretanto, que guardadas as devidas especificidades temporais e históricas, os três museus representavam um ideal de construção do pensamento científico brasileiro e cumpriam papel essencial na pesquisa em ciências naturais e em antropologia no país. Além dos museus, os chamados Institutos Histórico e Geográficos também tiveram importante representatividade na constituição desse pensamento científico. Para além disso, foram essenciais para desenvolver outra necessidade decisiva daquele período: construir a história da nação, seu passado, seus mitos, personagens e a homogeneidade necessária para garantir a unidade nacional (SCHWARCZ, 1993).

Entre as principais instituições se destacam o Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, sediado no Rio de Janeiro, o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, o Instituto Histórico e Geographico de São Paulo e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. O IHGB, fundado em 1838, alguns anos após a Independência, surgiu com o ideal de fortalecimento da identidade nacional, pautado no desejo de construção de uma historiografia brasileira original. Seus sócios, de perfil notadamente oligárquico, eram políticos e proprietários de terra, além de literatos da geração romântica nacionalista, pesquisadores e intelectuais de áreas diversas. Alguns figuravam como efetivos, outros como correspondentes, honorários e beneméritos (SCHWARCZ, 1993).

Importante realização do IHGB foi sua revista, editada regularmente a partir de 1839. Segundo Schwarcz (1993), publicação contou desde sua fundação com material voltado especialmente para as áreas de história e de geografia. No que se refere a esta última, os temas são bastante específicos, referindo-se a questões territoriais brasileiras. Outra temática que teve considerável repercussão na revista foi no âmbito da antropologia e da etnologia. Em geral, assim como observamos nos discursos dos viajantes estrangeiros, o negro ocupava sempre posição desprivilegiada, elemento desnecessário na composição social brasileira. O indígena, por sua vez, dividia opiniões, sendo considerado ora selvagem, ora símbolo da identidade nacional.

Além do IHGB, o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, fundado em 1862, reuniu importantes nomes da elite intelectual e econômica nordestina e, boa parte de suas publicações estiveram voltadas para a temática regional. Especialmente a partir de 1870 quando a província pernambucana intentava manter sua hegemonia na região nordeste, como resultado de tensões recém-ocorridas entre as províncias do norte e do sul do país, especialmente no tocante aos incentivos diferenciados sobre os produtos agrícolas e à política imigratória, que favoreciam a região sul. O perfil dos associados do IAGP era, nesse sentido, bastante homogêneo, constituído por grandes proprietários locais que não necessitavam de qualquer competência intelectual ou publicação científica comprovadas (SCHWARCZ, 1993).

A revista do instituto evidenciava temas que valorizavam a identidade pernambucana, além da exaltação de importantes personagens locais. O enfoque dos trabalhos era, nesse sentido, essencialmente político ou cultural. O posicionamento do IAGP quanto à questão racial também não era diferente, apontando o “branqueamento” da população como a alternativa mais viável ao país, tornando-o livre de outras “influências” raciais não desejadas (SCHWARCZ, 1993).

O Instituto Histórico e Geographico de São Paulo foi fundado no final do século XIX e era composto por parte da elite intelectual paulista, com membros da Academia de Direito, por exemplo. Associando a história da província paulista com a do próprio Brasil, em uma clara provocação ao IHGB que se autoproclamou “brasileiro”, o IHGSP representava uma região em franca expansão em razão do avanço da cafeicultura e da integração ferroviária. A “vocação” do instituto estava voltada para o *bandeirantismo* e a cultura do desbravamento e seu passado glorioso, povoaram as publicações de sua revista. A maior parte das publicações estava voltada para questões históricas, que evidenciavam a importância de São Paulo frente à história nacional. Em menor número, publicações sobre geografia e geologia, que, frequentemente, esbarravam em delicados debates sobre a fronteira entre São Paulo e Minas Gerais (SCHWARCZ, 1993).

Fundado já no século XX, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais surgiu em 1907 nos moldes do IHGB. Assim como outros estados que, como acima mencionado, tiveram a necessidade de resgatar sua história com o intuito de contribuir para a construção de uma identidade regional, em Minas Gerais não foi diferente. Vontade manifestada desde o final do século XIX, na recém-criada República do Brasil, o IHGMG destaca-se como depositário das tradições e da história de Minas Gerais.

Segundo Schwarcz (1993), coube aos institutos organizar a história nacional, seus personagens e fatos que, embora tivessem um caráter enciclopédico e fossem pautados em experiências regionais, comprometeram-se a construir uma história do Brasil. O objetivo desses institutos, afirma a autora, esteve ligado a ideia de fundamentar historicamente um projeto nacional, dando ao país um passado e generalizando histórias de grupos regionais

importantes. Outras perspectivas diferentes da visão de Schwarcz (1993), entretanto, entendem que até o final do século XIX os esforços foram realmente feitos para reforçar as identidades regionais/estaduais coincidindo com a ordem da Primeira República, que reforçava o poder dos estados. Então, não haveria comprometimento com a construção da história nacional, mas que, sobretudo a partir de 1930, esse conhecimento regional acumulado passou a, de fato, compor a história nacional.

À despeito disso, quase sempre associados à elite branca e europeia, e apoiando-se em teorias deterministas e propostas de branqueamento, a história do Brasil deveria ser contada com vistas a garantir ideais sociais rígidos, que respeitassem uma hierarquia entre as três raças formadoras (SCHWARCZ, 1993). Guardadas algumas exceções de valorização do sertanejo ou do indígena, por exemplo. Ademais, essas instituições se mostravam associadas aos estados aos quais estavam vinculadas no período de sua criação. O IHGB, por exemplo, manteve sua produção intelectual voltada para o Império, em que a monarquia era constantemente homenageada e vista como a mantenedora da unidade do país. O IHGSP, por sua vez, criado no período republicano, intitulava-se “filho legítimo” do regime vigente.

Nesse sentido, tanto os museus como os institutos históricos são bons exemplos de como os interesses públicos convergiam para a pesquisa científica e para construção da intelectualidade do país, sem, entretanto, desvincular esse fim de interesses políticos e/ou econômicos. Na perspectiva de Leite (1986), os interesses públicos se manifestavam na forma de três aspectos distintos: as relações diplomáticas, o desenvolvimento científico (onde se encaixa a criação de museus e dos institutos de pesquisa e historiografia), além, por certo, da investigação das potencialidades e dos recursos do território, fossem eles materiais ou humanos. Por isso essas instituições cumpriram importante papel nesse contexto, como afirmam Figueirôa e Silva (2004, p. 714-715):

Museus, academias científicas, jardins botânicos constituíram tentativas de gerenciar a explosão empírica de materiais produzidos por meio da disseminação mais ampla dos antigos textos, da maior mobilidade de pessoas e objetos, das viagens de exploração e por formas mais sistemáticas de comunicação, troca e apropriação. Ao redefinir a visão do mundo europeia como uma medida, mesmo que relativa, da “civilização”, todos esses fatores contribuíram também para produzir novas atitudes com relação à natureza e à história natural. (FIGUEIRÔA; SILVA, 2004, p. 714-715)

Voltando nosso olhar para as viagens, Leite (1986) constata que os interesses das nações, além da criação de instituições que valorizassem temas de interesse nacional, refletiram diretamente no propósito de suas viagens, ou seja, países como Inglaterra, França e, em menor proporção Estados Unidos e Rússia, possuíam interesse exploratório “imediato”, aliado ao comércio. Outros como Alemanha, Áustria, Suécia ou Itália, que ainda estavam em

processo de unificação, não participaram diretamente da corrida expansionista. Essas características, segundo a autora, refletiram diretamente na vinda de viajantes estrangeiros para o Brasil e no caráter dessas viagens.

Assim, o contexto geopolítico mundial durante o século XIX foi essencial para determinar o propósito das viagens e o caminho tomado pelos viajantes. Essa ideia confere, portanto, com nosso entendimento de que não era possível que os viajantes não tivessem interesses específicos que condissessem com os de seu país de origem. Ou seja, as viagens não eram despretensiosas, tampouco, deslocadas de interesses políticos e econômicos maiores que que moviam o espírito desbravador de seus realizadores. Ainda segundo Leite (1986, p.74), os desejos da aventura, da pesquisa, do lazer e trabalho, são tidos como motivações pessoais que levariam os viajantes a alcançarem projeção social, *status* ou o enriquecimento. Em verdade, esses fatores particulares estavam inseridos em um contexto mais amplo, que coincidiam, especificamente, com os objetivos da esfera pública do país de origem dos viajantes.

Segundo sugere Hobsbawm (1982, p. 303) as viagens com objetivo exploratório e com vistas à aquisição do conhecimento científico foram promovidas pelas sociedades científicas e universidades do Velho Mundo. Esse processo, que se inicia bem antes das viagens ao Brasil no século XIX, foi sustentado por interesses econômicos e expansionistas que, em nome da ciência, avançavam para terras longínquas e desconhecidas.

Carneiro (2001, p. 235), afirma que os viajantes naturalistas eram “os olhos de um corpo comum de conhecimentos que buscava se constituir na Europa através da enumeração e classificação de todas as espécies da flora e da fauna, assim como de todas formas de sociedade humana”. Em um esforço de sintetizar o papel desses viajantes, Pratt (1999, p. 69), caracteriza-os como “auxiliares das aspirações comerciais expansionistas da Europa”, responsáveis por produzir um conhecimento comercialmente utilizável.

As viagens exploratórias, convergiam, nesse sentido, para a reunião de material de diversas áreas em um sistema enciclopedista, voltando suas observações para a botânica, geologia, zoologia, oceanografia, além de outras de caráter social, histórico, antropológico e cultural. O resultado dessas viagens, segundo Lisboa (1997, p.38) era publicado, geralmente, na forma de relatos que fossem de fácil leitura ao público letrado, servissem também aos interesses de diversas modalidades de ciências empíricas e, ainda, cumpriam os requisitos do racionalismo difundido ao longo do período da *Ilustração* e seu enciclopedismo característico.

Assim, segundo Moreira (2001, p. 48), o relato deveria transmitir, ao mesmo tempo, confiabilidade, objetividade e motivação, a narrativa em muito dependeria da autoridade e talento de seu narrador em reproduzir o que foi vivenciado durante a viagem. Além da

autoridade científica, extremamente valorizada na construção dos relatos, esta era, frequentemente, sustentada pela autoridade institucional.

Nesse sentido, as chamadas credenciais das instituições às quais os viajantes estivessem vinculados e que financiassem as viagens ou expedições tinham grande valor durante todo o processo. Afinal, a difusão dos resultados das viagens não se dava somente através de livros publicados, mas, de relatórios oficiais e palestras para sociedades científicas. Portanto, segundo a autora, “a autoridade daquele que falava ou escrevia, mesclava-se ao projeto colonizador ou imperialista; a legitimidade do discurso era garantida pelo papel civilizador do autor” (MOREIRA, 2001, p. 48).

Se países como Inglaterra e França dispunham de centros de pesquisa voltados para as ciências naturais que favoreciam a realização das viagens – na Inglaterra podemos citar, por exemplo, a Marinha Real Britânica ou a *Royal Geographical Society* –, a Alemanha, que em 1800 estava “atrasada” em relação aos demais (LISBOA, 1997, p.37), destacou-se, entretanto, ao lançar nomes de relevância para a ciência e as viagens ao longo do século XIX, tais como Langsdorff, Wied-Neuwied, Humboldt, este último, especialmente tratado nesta tese ainda neste capítulo.

Cabe destacar nesse contexto que, conforme afirma Figueirôa (1997, p. XXXVIII), ainda que as viagens estivessem diretamente relacionadas ao processo de expansão das nações imperialistas do século XIX, não se pode observar essa questão de modo unilateral. O governo, primeiro português e depois brasileiro, utilizou-se da “mão-de-obra” dos viajantes estrangeiros nas coletas e pesquisas de interesse próprio. Esse material serviria, por exemplo, para alimentar as coleções do Museu Nacional. A autora complementa que:

Os naturalistas estrangeiros, além dos estudos e coletas que efetivamente fizeram, tiveram papel significativo na institucionalização das ciências naturais no Brasil sob o ponto de vista da representação, na medida em que constituíram, por serem provenientes de centros científicos importantes, em modelos a serem seguidos ou buscados. (FIGUEIRÔA, 1997, p. XXXVIII).

Evidentemente, ainda que o propósito das viagens estivesse certo para os países que enviavam seus viajantes, bem como, para o Brasil quando da utilização de seu trabalho e *expertise*, esse propósito raras vezes se faria claro para a população dos lugares visitados pelos estrangeiros. Prova disso, é o espanto do proprietário de uma fazenda visitada pelo barão de Langsdorff em Minas Gerais, na ocasião de sua expedição entre 1824 e 1825:

O proprietário estava muito curioso para saber sobre o objetivo de nossa viagem e desconfiava de tudo que lhe contávamos, pois tudo lhe parecia inacreditável. Parecia-lhe impossível alguém possuir 8 mulas carregadas de caixas e não ter nenhuma mercadoria para vender. Perguntou-me o que os negros carregavam com tanto zelo. A resposta: "Instrumentos". "Ah!, disse ele, "deixe-me ver: são instrumentos que tocam!" Ele nunca ouvira falar de

instrumentos astronômicos. Abriu-se a caixinha para lhe convencer de que ali estavam nossos relógios, ao que ele indagou se éramos relojoeiros. **As palavras, botânicos, naturalistas, museus, ele nunca havia ouvido em sua vida e não conseguia, assim, entender o objetivo de nossa viagem.** (LANGSDORFF, 1997, p. 86, grifos nossos).

Diante da incompreensão dos nativos, esses homens “da ciência” pareciam fruto de uma realidade muito distante, grande parte das vezes, sequer conhecida. As missões por eles empreendidas estiveram, quase sempre, ligadas a propósitos oficiais ou semioficiais, com exceção dos ingleses, afirma Souza (2014), que também se destacaram no ramo empresarial e comercial. Seria esse, por exemplo, o caso do visconde Ernest de Courcy, francês, que esteve no Brasil a serviço de companhias mineradoras europeias com vistas a inspecionar o serviço nas minas. Sua viagem seria, nesse sentido “promocional”, destinada a incentivar a compra de ações do empreendimento por investidores franceses (SOUZA, 2014, p.37).

Como indicamos ao longo do trabalho, os propósitos das viagens foram tão diversos quanto seus realizadores. Se as missões oficiais marcaram as primeiras décadas do século XIX, em razão da recente abertura do país aos estrangeiros, no decorrer do mesmo século esses propósitos se ampliaram e o Brasil passou a receber cidadãos comuns que custearam sua própria viagem pelo território. O “perfil dos viajantes” é, portanto, bastante variado, assim como, sua formação, profissões, expectativas e inspirações.

Um dos casos mais específicos seja, talvez, de Daniel Parish Kidder e James C. Fletcher, missionários preocupados com a evangelização do brasileiro durante os percursos de suas viagens pelos país. A obra publicada em conjunto, serviu também como um manual para os norte-americanos interessados em emigrar para o Brasil, pois, reunia informações valiosas sobre o país em seus mais diversos aspectos, com teor comercial.

Evidentemente, esses casos não representam a maioria das viagens ao Brasil no século XIX. Seu propósito quase sempre esteve ligado a questões de ordem científica, que partiam de outras ainda mais relevantes, de caráter geopolítico. Lisboa (1997, p. 32) afirma que entre os interesses políticos envolvidos na promoção das viagens estavam o estabelecimento de relações diplomáticas, o desenvolvimento da ciência a partir da criação de museus e, a consequente investigação das potencialidades exploráveis do território visitado. Esses interesses e seus desdobramentos, serão por nós abordados nos capítulos seguintes.

Em uma perspectiva mais ampla, Costa (2003, p. 80), reforça que, atrair viajantes ao Brasil, além de fomentar o estudo científico do território, promovia outros objetivos, visto que, “as permissões e convites a viajantes estrangeiros são importante moeda política que o Estado brasileiro manipula, ampliando o arco de alianças. De outro, representam um

conhecimento científico estratégico do qual ele procura se apropriar e reverter em seu benefício”.

O século XIX representa, nesse contexto, uma inversão na política externa brasileira com relação aos viajantes estrangeiros. Uma vez que, eles passam a ser vistos como “guias” que permitiriam o reconhecimento e a exploração do território “a partir de padrões de civilização em relação aos quais eles próprios eram vistos como representantes” (SOUZA, 2014, p. 48).

Falamos em inversão porque, até esse momento, ou seja, durante todo o período colonial, com raras iniciativas isoladas promovidas pela Coroa portuguesa, como a viagem filosófica realizada por Alexandre Rodrigues Ferreira pela Amazônia, entre 1783 e 1792, a insegurança de Portugal quanto à presença de estrangeiros em seu território, condenou como afirma França (1999, p. 13) “a colônia a um brutal isolamento”.

Esse isolamento não era observado somente no Brasil, as colônias hispânicas também tiveram o acesso a seu território restringido. Pratt (1999) afirma que embora a América do Sul tenha sido colonizada desde o século XVI, seu território permaneceu praticamente inexplorado até o século XIX. Inauguradas pelo britânico John Mawe e sua viagem exploratória de interesse comercial empreendida na primeira década do século (1809), as portas do continente foram abertas para que, sucessivamente nos próximos anos, a Inglaterra figurasse entre as nações que mais enviaram viajantes às Américas, tanto espanhola como portuguesa.

Embora tenha sido rompido progressivamente ao longo do século XIX, esse isolamento foi responsável, inclusive, pela negação da entrada de Humboldt no Brasil quando da sua viagem pela América do Sul. Em 1808, Souza (2014, p. 44) ressalta que “Humboldt fora recomendado à vigilância dos capitães ou governadores da província” e sua expulsão foi, nos anos seguintes, “motivo de vergonha para os portugueses e brasileiros”. O século XIX foi, portanto, o período em que as viagens pelo Brasil ganharam novos significados, múltiplos e variados tanto quanto seus propósitos, uma das razões principais que sustentam a escolha por este século como delimitação temporal para nosso trabalho:

[...] o apoio dado pela Coroa, a partir de 1808, aos naturalistas estrangeiros, firmou vivo contraste com a recusa, mantida durante todo o período colonial, à pesquisa e exploração por parte de estrangeiros das riquezas naturais brasileiras, baseada no segredo colonial que sempre foi ponto irrevogável e inquestionável da política lusitana para o Brasil. O território colonial permaneceu, portanto, indevassado aos olhos destes viajantes, o que seria, aliás, fator decisivo para a proliferação de relatos de viagens que ocorreriam no século XIX. (SOUZA, 2014, p. 44).

A importância desse século no tocante à realização das viagens científicas também é evidente na concepção de Pratt (1999). A autora afirma que a partir de 1750 a expansão

política e econômica das grandes potências europeias refletiu-se nas viagens e nos escritos sobre as mesmas. De modo que, os europeus, sob a ótica do “*euroimperialismo*” construíram discursos sobre as regiões do mundo não-europeu, engajando o leitor metropolitano nos (ou, para os) empreendimentos expansionistas. O relato de viagem teria produzido, nesse sentido, concepções sobre o “resto do mundo”, concebidas para o leitor europeu (PRATT, 1999, p. 28).

Esse processo de reconhecimento do europeu para com o mundo colonial, iniciou-se, segundo Pratt (1999, p. 35) em meados do século XVIII, como resultado de dois processos simultâneos: o impulso à exploração continental, em oposição à marítima, e o advento da *história natural* como fonte de conhecimento. A autora reforça que essas circunstâncias particulares se aliaram à consolidação da burguesia e ao avanço do sistema capitalista e sua incessante busca por matérias-primas e mercado consumidor em outros territórios extra europeus.

Essas condições, levaram ao que Pratt (1999, p. 42) define como “consciência planetária” da Europa, alcançada a partir da exploração do interior dos continentes como resultado dos avanços alcançados com os aparatos oferecidos pela história natural. Segundo a autora, essa nova consciência planetária é elemento determinante na construção do *moderno eurocentrismo* e definiu a hegemonia ocidental sobre as demais regiões do planeta.

Assim, na mesma medida em que nosso olhar se volta para o século XIX enquanto um marco temporal para a realização das viagens no Brasil, o território das Minas Gerais se descortina como um dos mais visados como destino dessas viagens, especialmente porque, a região mineradora muito tinha a revelar sobre o Brasil na Europa:

Grande parte das obras produzidas pelos naturalistas luso-brasileiros e estrangeiros se preocupa e revelar as maravilhas do Novo Mundo e, em particular, da Capitania de Minas Gerais para os seus leitores europeus, sejam eles autoridades metropolitanas, ou os próprios monarcas, a quem as dedicavam; sejam homens de Letras e Ciências, ou simplesmente seus concidadãos. (RIBEIRO, 2006, p. 29).

O interesse pela região é despertado especialmente pela disponibilidade de recursos minerais, mas, vai além, pois, Minas Gerais se torna palco de mudanças intensamente vividas pelo Brasil ao longo do século XIX. Ademais, como afirma Motoyama (2004), em virtude das descobertas minerais ocorridas nos séculos anteriores, a Província teve o controle de suas fronteiras intensificado, principalmente com relação à entrada de estrangeiros, o que os impediu até o século XIX de contribuir com o conhecimento sobre a região. Quando esse cenário foi alterado, houve atração de grande contingente de interessados em deslindá-la.

As principais atividades desenvolvidas pelos estrangeiros nessa região, inicialmente empreendidas por ingleses, mas, em seguida reproduzidas por viajantes de outras nacionalidades (à semelhança do que ocorreu na América Espanhola também em razão de

suas riquezas minerais) eram de caráter técnico e envolviam engenheiros, mineralogistas, agrônomos. Esses propósitos dividiram atenção com outros de caráter científico, especialmente na primeira metade do século XIX, o que não significa que ambos não tenham estado presentes na segunda metade.

Pratt (1999) afirma que esses homens, eram enviados ao “novo continente” por companhias e investidores europeus, com vistas a identificar recursos exploráveis, estabelecer contato e contratos com as elites locais, além de recolher informações diversas. Inseridos na categoria que a autora denomina de “*vanguarda capitalista*”, especialmente após as duas primeiras décadas do século XIX, os viajantes concentraram-se em menor medida, a apresentarem-se como os (re)descobridores do mundo “primitivo” americano. Diferentemente dos naturalistas do início do século, a natureza deixa de ser somente uma exuberante manifestação de “fragmentos dos desígnios cósmicos” (PRATT, 1999, p. 256) e passa a ser, definitivamente, vista como fonte de matérias-primas.

De modo que, segundo Pratt (1999, p. 256), a retórica contemplativa e estetizante da descoberta natural (conforme observado em Humboldt ou em outros viajantes do início do século XIX), foi sendo progressivamente substituída por uma “retórica de consecução de objetivos, de conquistas e realizações”. Assim, os desafios se modificam, especialmente os logísticos, que passaram a ser recorrentemente relatados, além de retóricas econômicas e mais pragmáticas que em nada lembram a estética humboldtiana, por exemplo.

Além disso, a natureza que outrora ganhava contornos de beleza e impressionava por sua exuberância será associada, a partir da segunda metade do XIX em vários dos relatos, ao fracasso humano em explorá-la, descrita por vezes como incômoda e considerada reflexo de uma sociedade ainda primitiva. Esse discurso serviu para legitimar o intervencionismo europeu em razão da negligência e incapacidade da sociedade recém independente. Assim, a sociedade colonial americana será, de modo recorrente, “criticada por seu caráter retrógrado, sua indolência, e acima de tudo, seu fracasso em explorar os recursos que a rodeavam” (PRATT, 1999, p. 260). Embora essa afirmação seja feita por Pratt (1999) ao referir-se à América espanhola, observamos que, no Brasil e em Minas Gerais, ela se aplica de igual modo, conforme avaliaremos nos capítulos seguintes.

A suposta ausência de iniciativa, aliada à carência de condições materiais e técnicas, levaria a impossibilidade de exploração dos recursos minerais e também do solo, legitimando, além da intervenção europeia direta nessas áreas, a manutenção da intensa exploração do trabalho através da escravidão, fenômenos que os viajantes observaram como testemunhas (PRATT, 1999). Por essa razão, possivelmente, parte dos viajantes que analisamos, posicionaram-se contrários à abolição no Brasil.

Portanto, a ideia de uma América atrasada e negligente, tal qual foi concebida pela “vanguarda capitalista”, reforça a necessidade da exploração racionalizada dos recursos pelos

européus. Isso porque, “modos de vida de subsistência, sistemas não-monetários de troca e economias regionais auto-sustentadas são anátemas para o capitalismo expansionista” (PRATT, 1999, p. 267).

Caminhando, portanto, no sentido de resgatar os relatos dos viajantes no Brasil do século XIX, sobretudo em Minas Gerais, além de, por certo, (re)visitar e valorizar esse material como parte fundamental da construção discursiva que Moraes (1988) definiu como “pensamento geográfico”, buscamos para além dessa intencionalidade, compreender como o material produzido, bem como as concepções de mundo que subjaziam ao trabalho desses viajantes, foi essencial para a construção da identidade nacional brasileira e para a visão que se conformou sobre o Brasil do ponto de vista do estrangeiro, ou seja, o imaginário externo sobre o país.

Métodos modelo de investigação dos pioneiros viajantes modernos: Humboldt e Darwin

Deslocação. Substituição de um lugar por outro por meio de um percurso determinado; transferência de locais permeada por paragens, geralmente aproveitado para se escrever (SEIXO, 1998). A descrição precisa do que se caracteriza como viagem, perpassa por outras dimensões que fogem à simplicidade do termo. Se na atualidade, viajar se tornou um hábito e uma possibilidade facilitada pelo processo de globalização – guardadas as devidas limitações financeiras dos viajantes – séculos atrás a “deslocação” não se dava da mesma forma.

É justamente esse processo de deslocamento físico sobre o espaço geográfico, aliado à transcrição do observado em narrativa, que caracterizará, segundo Lisboa (1997), a literatura de viagem. É importante lembrar, segundo a autora, que ainda que essa característica seja determinante para definir o gênero de literatura de viagem, ele é mais amplo do que se possa imaginar, tendo em vista que, guarda o subjetivismo dos autores e suas manifestações particulares que podem resultar na crônica, no romance, na poesia, no diário ou relato científico, com ou sem correspondente iconográfico (LISBOA, 1997, p.34).

A realização de uma viagem, especialmente aquelas que objetivavam percorrer grandes distâncias, poderia levar meses ou anos. Desde o planejamento, passando pela reunião de material e ferramentas (no caso dos cientistas) e de equipe apta, custaria muito tempo e dinheiro.

Para Lisboa (1997), além do aparato material que deveria ser reunido com precisão e do dinheiro necessário para custear as despesas da viagem, era preciso que os viajantes, mesmo aqueles que arcavam com os custos por conta própria, como fez Humboldt,

conseguissem licenças oficiais, vistos de entrada, permanência e saída, permissões específicas para territórios restritos, como da região das minas de ouro e diamantes, além de cartas de apresentação que facilitassem sua viagem, pesquisa e hospedagem.

As grandes distâncias somente eram vencidas com a travessia de trajetos longos e desconfortáveis, por vezes, bastante perigosos. As longas jornadas feitas em sua maioria no lombo de mulas (mais resistentes que os cavalos), em que as caravanas atravessavam regiões montanhosas, subidas íngremes e os animais seguiam transportando bagagens e pessoas até à exaustão. A travessia desses lugares tornava-se ainda mais perigosa com as adversidades climáticas, que tornavam as trilhas escorregadias, os rios cheios e a saúde fragilizada.

Mesmo diante de tamanhos desafios, muitos desses viajantes, também artistas além de cientistas, buscaram realizar ao longo de sua jornada, esboços dos lugares por onde passaram, com intuito de registrar paisagens frequentemente alheias ao olhar europeu. A paisagem, por eles vista de forma panorâmica, guardava detalhes precisos que serviriam, mais tarde, para compor o acervo pessoal do viajante ou ainda, para “validar” as experiências e saberes adquiridos com a viagem (BRANDÃO; ARAÚJO, 2015). Em razão disso, Kossoy e Carneiro (1994, p. 19), afirmam que “a iconografia teve papel fundamental enquanto veículo de difusão da imagem do outro, apresentada como novidade”.

Segundo Andriolo (2011), a partir de Goethe, a arte se tornará mediadora entre a experiência da viagem e o conhecimento científico adquirido através dela. Para o autor, esse estilo de viajar, reconhecidamente manifestado a partir do século XVIII, “propunha o exercício individual de cultivar a visão, no intuito do viajante se apropriar do mundo e de si próprio por meio de seus deslocamentos territoriais” (ANDRIOLO, 2011, apud BRANDÃO; ARAÚJO, 2015).

Esse entendimento do sentido da viagem, que preconizava a construção da observação aliada à ideia de subjetividade na construção de uma visão acerca do lugar visitado, mesclava-se, entretanto, com uma visão empiricista e racionalista e, portanto, objetiva. As viagens de exploração e circunavegação, especialmente realizadas no século XVIII, objetivavam o levantamento do maior número possível de informações voltadas para os temas mais diversos: botânica, zoologia, mineralogia, geologia, antropologia, cultura, arte, entre tantos outros possíveis. Esse material, coletado e organizado, a partir de rigorosa observação empírica, era reunido em inventários e relatos que formavam intermináveis enciclopédias (LISBOA, 1997, p.38).

Ainda que essas viagens realizadas no auge do Século das Luzes e da construção do racionalismo científico característico do período da *Ilustração*, em que a razão enciclopedista direcionava as produções da época, observa-se que uma outra forma de interpretação surge paralelamente à essa.

Em 1768, o inglês Lawrence Sterne, publica “Uma viagem sentimental através da França e Itália” e se torna responsável por introduzir o sentimento do “autor-viajante”, fascinado pelas belezas naturais que “representam um espaço para as digressões da alma”. O naturalista e mentor de Humboldt, Georg Forster⁴⁴, inaugurador da antropologia comparada e preocupado em entender o “verdadeiro sentido de humanidade” através dos auspícios do que um “viajante filósofo” poderia realizar, pautava-se no empirismo das viagens para buscar as relações construídas a partir das diferenças determinadas por condições exteriores, materiais, até as que eram comuns a todos os povos e culturas (LISBOA, 1997, p. 39).

Humboldt: viajante moderno precursor

As grandes dificuldades materiais não impediram, entretanto, que Alexander Von Humboldt, prussiano de família aristocrática, nascido em 1769, empreendesse viagens que serviriam de inspiração para seus contemporâneos, sobretudo porque Humboldt desenvolveu um método de investigação inovador que conciliava metodologias empiricistas, à princípios do subjetivismo fortes à época e à sociedade em que o naturalista viveu.

Nascido em Berlim, no ano de 1769, em uma importante família aristocrática, Humboldt teve formação escolar rebuscada. Desde a infância, até a Universidade, aprofundou-se no estudo da natureza, sem abandonar, entretanto, os conhecimentos matemáticos como a estatística e a economia. Sua busca pelas observações diretas da natureza, explicam a aproximação de Humboldt com a botânica e também seu interesse pelas viagens, que o acompanhariam durante toda sua vida (MORAES, 1989).

Humboldt, segundo Lisboa (1997, p.39), considerava-se um discípulo de Forster, tendo com ele realizado expedições pela Alemanha, Holanda, Inglaterra e França, compartilhava também sua concepção holística do funcionamento da natureza, em que, as leis que a regem se encontram em cada uma das partes e os fenômenos ou eventos se interligam na formação do *Todo*. Partindo desse pressuposto, a observação da paisagem de Forster iria além da enumeração dos fatos e descrição dos fenômenos, caminhando no sentido de uma “fantasia reflexiva”, assumida por Humboldt, que também foi além da “taxonomia do historiador da natureza”.

⁴⁴ **Johann Georg Adam Forster** (1754-1794), foi naturalista, etnólogo e viajante. Acompanhou seu pai, Johann Reinhold Forster em várias expedições científicas, incluindo a segunda viagem de James Cook ao Pacífico. Seu relatório dessa jornada, *Uma Viagem ao Redor do Mundo*, contribuiu significativamente para a etnologia do povo da Polinésia. Forster era uma figura central do Iluminismo na Alemanha, suas ideias e personalidade influenciaram Alexander von Humboldt. Seu pai, **Johann Reinhold Forster** (1729-1798) foi um pastor reformado calvinista e naturalista, que fez contribuições para a ornitologia inicial da Europa e América do Norte. É mais como naturalista na segunda viagem de James Cook ao Pacífico, em que foi acompanhado por seu filho Georg Forster.

Entretanto, definir os fundamentos filosóficos que orientaram o pensamento de Humboldt não é tarefa fácil. Segundo Moraes (1989, p. 87), as formulações humboldtianas não apresentavam uma filiação filosófica unitária que pudesse ser enquadrada de forma clara em alguma corrente de pensamento. Pelo contrário, observa-se em suas obras uma pluralidade de orientações até mesmo entre posições conflitantes.

Moraes (1989) explica que isso se deve a alguns fatores. Primeiramente, à época em que Humboldt viveu e realizou sua extensa obra. A transição do século XVIII para o XIX foi um período em que diversos campos do conhecimento científico floresceram na busca por explicações dos fenômenos naturais. Esses avanços ocorreram de forma concomitante, a partir do contato direto entre diversos cientistas da época.

Além disso, a ciência se desenvolveu proximamente à filosofia, ampliando assim, o debate entre os pesquisadores. Por isso, a produção humboldtiana reúne “[...] uma incrível diversidade de campos de investigação e uma preocupação sintética, uma obra que vai desde descrições de campo até reflexões filosóficas de alto nível de abstração” (MORAES, 1989, p. 88).

Segundo Moraes (1989, p. 88), é necessário considerar ainda as especificidades envolvidas na constituição da sociedade alemã em que Humboldt viveu, bem como, em sua própria experiência de vida. A Alemanha, ainda feudalizada, denotava traços específicos no desenvolvimento de seu pensamento intelectual, garantindo elevado nível de abstração e preocupação com questões lógicas e metodológicas. Ademais, Humboldt foi fortemente influenciado pelo pensamento francês com o qual teve contato por toda sua vida.

O fato de ter sido um viajante foi determinante para sua consolidação intelectual, contribuindo para as especificidades de seu pensamento. Apesar da proximidade com o trabalho de campo, responsável por levantamentos e catalogações sistemáticas, Humboldt não se prendeu ao empirismo, traçando caminhos mais abstratos e reflexivos. Não foi, entretanto, um adepto da especulação, afinal, para ele “a verdadeira ciência não tem ponto de partida tomado, e está tão longe de um sensualismo que nada vê atrás dos fatos como de uma metafísica que vive nas quimeras” (HUMBOLDT apud MORAES, 1989, p. 88). Moraes (1989) completa que é justamente a interlocução entre a pesquisa empírica e a filosofia, a grande responsável pela caracterização peculiar do pensamento humboldtiano.

Ainda que inseridos em uma ou outra concepção filosófica, os viajantes do século XIX, assim como Humboldt, guiavam-se pelo espírito científico, sem se descolarem, entretanto, do grupo social ao qual pertenciam, bem como, de suas experiências sociais acumuladas. A viagem científica se moldava de acordo com os objetivos propostos para a expedição. Assim, durante o percurso era necessário relatar, organizar e classificar o material levantado de modo que a publicação fosse possibilitada após o retorno do viajante (LISBOA, 1997, p. 45).

Lisboa (1997) ressalta que o comprometimento com a coleta do material e a construção do relato de viagem era resultado da racionalidade advinda do período da *Ilustração*, em que a narrativa deveria refletir de modo fiel a observação realizada, traços claros do positivismo. Segundo a autora, algumas estratégias eram utilizadas para se alcançar esse objetivo, tais como, a “escrita-em-trânsito”, com relatos diários e detalhados da jornada, acompanhados, quase sempre, de ilustrações que corroboravam com a narrativa, além, por certo, de objetos naturais e iconográficos, enquanto amostras da realidade observada. Essas estratégias, foram, no caso de alguns viajantes além de Humboldt, conforme analisaremos nos capítulos seguintes, aliadas à narrativa de caráter romântico e a estética poética presente no relato (LISBOA, 1997, p. 46).

O relato construído ao fim da viagem era a materialização da experiência vivida pelo viajante, que deveria cumprir o propósito para ela colocado e ser comprometido com a verdade. Lisboa (1997) afirma que, em especial na Alemanha do início do século XIX, havia três fontes de financiamento para a realização das viagens científicas: recursos oferecidos por nobres e monarcas; recursos oferecidos pelas instituições acadêmicas e científicas; ou autofinanciamento. Reforça-se que, “as heranças da Ilustração manifestam-se nos projetos ilustrados das academias científicas, cujo propósito de enviar pesquisadores mundo afora está relacionado com a necessidade de multiplicar o conhecimento científico, pautado no enciclopedismo francês e representado pelo naturalista ou historiador da natureza” (LISBOA, 1997, p. 67).

Segundo Lisboa (1997), a nova perspectiva de descrição das viagens científicas, inaugurada por Humboldt, buscava tratar os temas da história natural sob a perspectiva estética, intensificando as descobertas da ciência sobre as “forças ocultas” que regem a natureza. Com esse propósito, Humboldt elege os trópicos como lugar privilegiado para compreender a “comunhão da natureza com a vida espiritual do homem”. Para isso, as descrições deveriam preencher os requisitos de seu “quadro da natureza”, oferecendo ao leitor “um panorama da natureza em larga escala, como uma prova da ação conjunta das forças”. Aliada à representação, a escrita de Humboldt caminhava no sentido de uma “prosa poética”, projetada com sentimento e fantasia (LISBOA, 1997, p. 40).

Dentre as principais “conquistas” de Humboldt estão, na América do Sul, os *Andes*, o *Orinoco* e o *Chimborazo* e, na Europa, a Rússia. Foram as viagens a esses lugares que possibilitaram a Humboldt consolidar sua ideia de natureza, enquanto unidade. A *Naturgemalde* de Humboldt, termo em alemão para “pintura da natureza” ou “quadro da natureza”, representava em um só desenho um “todo vivo”, contendo fenômenos individuais “em sua relação com o todo” (WULF, 2016).

Segundo Gomes (2017, p. 37), o termo “pintura da natureza” não deve ser reduzido a uma mera “figuração de uma paisagem ou lugar”, uma vez que a imagem ocupa um lugar

privilegiado na obra de Humboldt. A originalidade do trabalho, segundo o autor, reside no fato de apresentar os elementos que compõe a natureza conjuntamente, situando-os e localizando-os através de uma única imagem “[...] o veículo que descreve e faz pensar, pelo cruzamento possível de informações situadas em um mesmo plano, sem apelar para uma narrativa anterior da qual a imagem seria apenas uma expressão” (GOMES, 2017, p. 41).

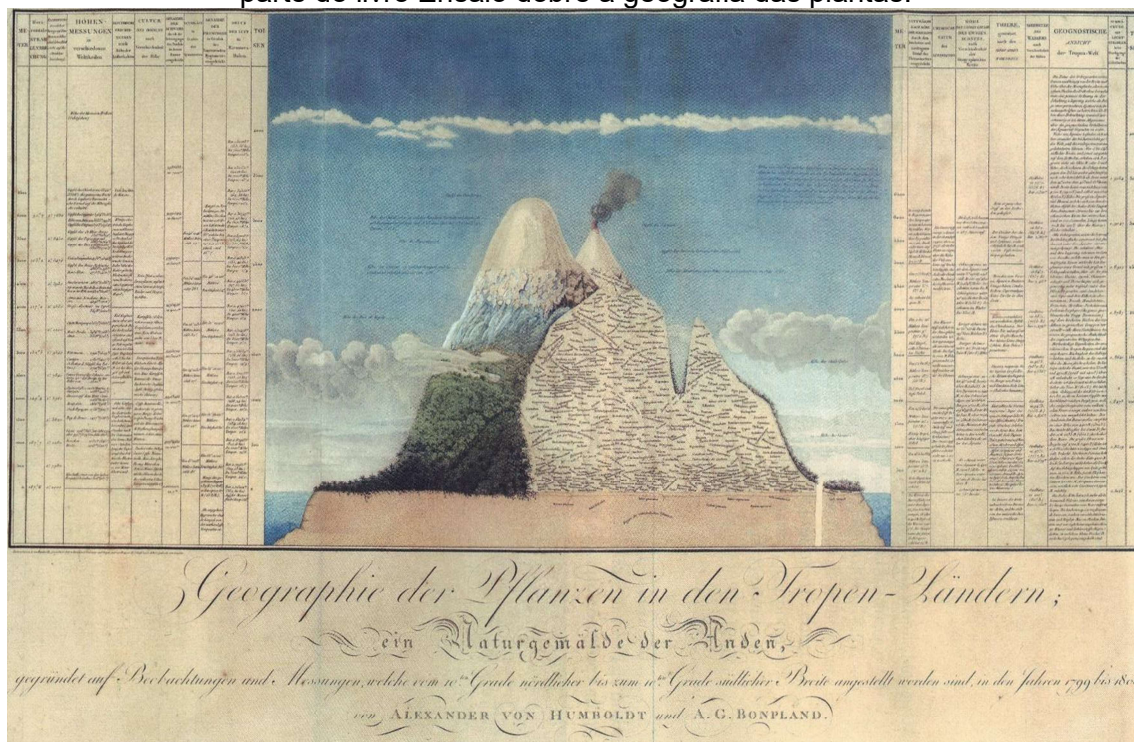
Embora não tenha sido o único viajante de sua geração a correlacionar o desenvolvimento das plantas às condições geográficas, ou conectar o desenvolvimento das plantas à altitude, por exemplo, ele foi pioneiro ao agregar múltiplos fatores e apresentá-los na forma de uma “pintura”, ou seja, artisticamente. O que vemos na *Naturgemalde* (Figura 6, página seguinte) é um perfil de montanhas, o *Chimborazo* e o dia e altitude alcançados. À direita, o *Cotopaxi*, vulcão também localizado no Equador. No “céu” estão indicadas as altitudes de outras montanhas, para comparação. Na montanha, do lado esquerdo, observa-se as variações da vegetação: densa no sopé, até as rochas desnudas, no topo. No lado direito, aparecem as diversas espécies vegetais, segundo sua ocorrência em diferentes altitudes. Em ambos os lados do desenho, há vinte colunas com informações sobre aspectos que sofrem variação de acordo com a altitude (visibilidade, tipos de cultivo, refração, força gravitacional, composição do ar etc.) (GOMES, 2017).

As informações podem ser lidas de três formas:

[...] no sentido vertical, comparando as modificações sucessivas de um aspecto segundo a variação da altitude; no sentido horizontal, comparando e fazendo correspondências entre as variações de diferentes aspectos segundo a altitude; e a terceira, relacionando os dados expostos nas colunas com as espécies vegetais anotadas sobre o desenho e correlacionando-os ao aspecto visível que nos é dado pela figuração da montanha no desenho. (GOMES, 2017, p. 38).

Ainda segundo Gomes (2017), a *Naturgemalde* de Humboldt seria um conceito, provocando o raciocínio a partir da busca pela conectividade de diversos elementos, que juntos, atuam sobre um determinado fenômeno, em um determinado lugar. O autor complementa que, “[...] a obsessão de Humboldt por medir, comparar, descrever, é construída pela ideia epistemológica de que essa descrição é capaz de exprimir esse mundo de relações entre coisas, características e atributos, e de que esse mundo pode ser inscrito em uma imagem e ser pensado a partir dela” (GOMES, 2017, p. 41).

Figura 6: A espetacular Naturgemalde de Humboldt, desenho de 90cmx60cm que fazia parte do livro *Ensaio sobre a geografia das plantas*.



Fonte: WULF, 2016.

Assim, pela primeira vez, um cientista criava um desenho que, ao contrário de classificar o mundo natural em tabelas e unidades taxonômicas, representava a natureza como uma força global, com zonas climáticas que correspondiam aos continentes e tendo a vegetação associada ao clima e à localização. O magnífico desenho da *Naturgemalde* compunha o primeiro volume de *Ensaio sobre a Geografia das plantas*, acompanhado de um *quadro físico das regiões equinociais* que, mais tarde, constituiria os 34 volumes de *Viagens às regiões equinociais do Novo Continente*. O livro, considerado o primeiro a tratar de ecologia no mundo, retratava, portanto, a natureza como a interação holística dos fenômenos, uma perspectiva original que apenas foi permitida por meio da viagem à América do Sul (WULF, 2016). Nesse sentido:

[...] Seu olhar tinha por objeto os elementos mais variados do meio físico, mas não se limitava a eles, Humboldt observava também a sociedade local. Cada observação era analisada separadamente e em seguida recolocada em conexão com as outras, a fim de regatar uma verdadeira cadeia explicativa. Não é, portanto, difícil de compreender a insistência com que o nome de Humboldt é associado ao da geografia moderna. A despeito da continuidade com as narrativas de viagens e as cosmografias, Humboldt soube, graças à sua grande cultura, reconduzir essas tradições a um novo modelo científico e atualizá-las levando em conta as principais descobertas da época (GOMES, 2016, p. 151).

Esse novo modelo científico desenvolvido por Humboldt que buscava estabelecer as conexões entre os fenômenos e organizá-los de modo visual e inteligível tal como observamos na *Naturgemalde*, reforça, segundo Gomes (2017) a ideia de que a obra de Humboldt foi construída a partir da elaboração de “quadros”. O próprio título da obra onde a *Naturgemalde* foi inserida, apresenta o termo em destaque. O referido “quadro físico” compõe-se de detalhada descrição de todos os elementos presentes no desenho, quase como um “memorial descritivo da imagem”, com intuito de complementar aspectos que não puderam ser totalmente tratados (GOMES, 2017, p. 46).

Seu objetivo com a elaboração dos *quadros* seria “falar ao espírito e à imaginação”, uma vez que, “essa forma de expressão facilitaria novas conexões entre os fenômenos para aqueles que os estudam diariamente”. Com eles, seria possível proporcionar uma visão geral e em conjunto do que era observado. Essa escolha foi para Humboldt mais acertada quando comparada aos relatos de viagem convencionais escritos à época (GOMES, 2017, p. 48).

Pratt (1999, p. 213) afirma que a escolha pela representação em imagem ou “quadro” foi o caminho pensado por Humboldt para retratar esteticamente os objetos da história natural. Essa escolha foi, segundo a autora, a solução encontrada por Humboldt para corrigir o que ele considerava como falhas nos relatos de viagem de seu tempo, como o acúmulo de detalhes científicos “espiritualmente e esteticamente enfraquecidos”.

Se a viagem foi o impulso para o desenrolar da obra de Humboldt e permitir-lhe desenvolver sua *Naturgemalde*, com vistas a “proporcionar prazer indiferentemente a todos os que o apreciem, ainda que não sejam iniciados nas ciências” (GOMES, 2017, p. 47), a influência do romantismo alemão de Goethe e de Schelling no pensamento humboldtiano foram o diferencial na construção de sua interpretação acerca da natureza e na construção de seu “estilo estético-científico”. De Friedrich Schelling, Humboldt absorveu a ideia de unidade e seu conceito de “organismo” como base para a compreensão do mundo natural. Ainda segundo Gomes:

O organismo é a síntese da atividade universal, parte do fluido (oxigênio) e, ao mesmo tempo, objeto condensado e motor da atividade infinita em um certo sentido, da vida). [...] No sistema Schelling, a natureza é a força motriz universal e se realiza em entidades vivas que variam das mais simples às mais complexas. O organismo é a síntese superior da atividade e da coesão, “onde o ideal encontra o real”. A ciência era, para Schelling, composta de uma parte teórica, encarregada de identificar as forças construtivas do movimento de oposição (magnetismo, eletricidade, química), e de uma parte prática de descrição dos organismos, compreendendo a filosofia da História, a manifestação da liberdade e a revelação de Deus. (GOMES, 2016, p. 97)

A *Naturphilosophie* de Schelling, embora mantivesse, segundo Gomes (2016, p. 97) ligações com o desenvolvimento da ciência de sua época, era considerada incompatível com

o pensamento Iluminista e a valorização da razão (enquanto concepção positivista cartesiana), tornando-se, portanto, a essência do idealismo e do romantismo alemães.

De Goethe, com quem teve um convívio próximo nas cidades de Jena e Weimar, Humboldt compartilhou de experimentos científicos a debates intermináveis sobre a *Crítica da Razão Pura* de Immanuel Kant, para o qual o sentido de entendimento da natureza deveria ser alterado, partindo-se do “eu” em direção à uma estética “combatente” do racionalismo Iluminista (BARBOSA, 2011).

De Schiller, autor bastante ligado à Schelling e Goethe, Humboldt ressalta sua capacidade de entender o “sentimento harmônico que liga a natureza às emoções humanas”. Humboldt recorre às citações da obra schilleriana e demonstra simpatia para com sua produção filosófica (MORAES, 1989).

De Kant e suas conferências intituladas *Physische Geographie*, Humboldt agradeceu-se da ideia de *sistema* do filósofo, em que os fatos individuais deveriam se adequar num arcabouço amplo de *contemplação*. Nesse sentido, da mesma forma que o mundo exterior apenas poderia ser percebido através dos sentidos e da percepção dos indivíduos, a nossa compreensão de natureza só poderia ser concebida aliando-se às ideias e aos sentimentos (WULF, 2016).

Barbosa (2011) afirma que a Estética Germânica Romântica influenciou as ciências e, dentre elas, a Geografia. A subjetividade como meio para se alcançar a verdade objetiva, explícita na máxima de Goethe “os nossos sentidos não nos enganam. O que nos engana é o nosso julgamento”, fez modificações substanciais na interpretação de natureza de Humboldt. Foi nesse período que ele abdicou da pesquisa puramente empírica, pautada em observações atentas e medições precisas, em busca de uma interpretação da natureza através dos sentimentos, afirmando que, os que insistissem em descrever o mundo apenas classificando as plantas, rochas e animais, “jamais chegarão nem perto dele”. Goethe instigou Humboldt, portanto, na combinação entre natureza e arte, fatos e imaginação (WULF, 2016).

A proposição de Goethe em unir ciência e poesia, entrou, portanto, em consonância com a herança científica aplicada por Forster, ambas essenciais na interpretação da natureza inovadora de Humboldt. Ao retomar a concepção organicista de Herder, Goethe traduziu o mundo natural como um “grande animal vivo, um organismo que jamais poderia ser matematizado”. Sua oposição ao mecanicismo na interpretação da natureza abria espaço para a visão poética assimilada por Humboldt (LISBOA, 1997, p. 40).

A materialização dessa combinação se concretizou na obra *Quadros da Natureza* em que Humboldt procurou demonstrar a influência da natureza na imaginação das pessoas através de uma misteriosa comunicação com nossos “sentimentos interiores”. Nessa obra, uma vez mais, Humboldt apresenta a natureza como uma “rede viva” com todos os organismos subsistindo de maneira interdependente. Ao relacionar, entretanto, um céu azul e

outro coberto de nuvens negras com o estado de ânimo que nos acomete, Humboldt trouxe para as ciências aquilo que somente poetas haviam feito (LISBOA, 1997, p. 40).

Para Silveira e Vitte (2010, p.12), a paisagem em Humboldt seria, portanto, “a reunião harmoniosa na montagem de um *quadro natural*.” A reunião entre a arte e a ciência permitiriam avançar para além da busca de uma causa final da natureza, mas, proporcionaria a montagem de uma cena, tomada como paisagem. Aliado a isso, a linguagem poética também proporciona o distanciamento analítico de uma ciência objetiva, e os “Quadros da natureza” de Humboldt podem se equiparar, segundo os autores, “a uma pintura linguística da paisagem na busca do protótipo goetheano”.

Coroando a metodologia inaugurada em *Quadros da Natureza*, o *Cosmos* amplia seu entendimento científico sob a perspectiva globalizante, criando, “um esboço de uma descrição física do mundo” e definindo “a doutrina do cosmo” como o conhecimento comparativo da terra e do céu, não qualificando a obra, contudo, como uma enciclopédia que reunia os levantamentos de naturalistas e outros cientistas. Para Humboldt, esse material somente seria utilizado na medida em que pudesse explicar a “ação conjunta das forças no cosmo” (LISBOA, 1997, p. 40).

Assim, a ideia de uma unidade orgânica corroborada por Humboldt era reflexo de transformações filosóficas que alteraram, no século XIX, os pressupostos do Iluminismo forjado no século anterior (OLIVEIRA, 1990). A concepção de sociedade ganha novos contornos e cada parte que a compõe, pessoas e grupos, desempenham suas próprias funções garantindo a unidade do todo. Segundo Oliveira (1990), o momento posterior ao Iluminismo, mediante o questionamento da onipotência da razão, passa a valorizar outras esferas do ser humano (instintos, inconsciente) e outras concepções de alcance do conhecimento (intuição, compreensão). Desta feita, passa-se à valorização de diferentes civilizações e sociedades, em detrimento do etnocentrismo europeu (OLIVEIRA, 1990, p. 44-45).

Silveira e Vitte (2010), afirmam, portanto, que a obra de Humboldt assimila de Kant a ideia central de que a natureza atua segundo fins específicos, buscando construir para esse fim uma relação entre o todo e suas partes. A ciência humboldtiana, mesmo se pautando na descrição das formas naturais, não se limita a essa tarefa, simplesmente. E, ao recorrer a Goethe, busca encontrar o “princípio unificador de toda a vida, a gênese estrutural que permite uma unidade em tudo que se apresenta como variado e multiforme” (SILVEIRA; VITTE, 2010, p. 11). Assim:

Ainda no que se refere às formas, a imagem artística da natureza teria uma importante vantagem sobre a própria manifestação real da natureza, afinal, suplantaria o problema do movimento, da constante fuga do objeto no momento da análise. Logo, a paisagem surge para a Geografia Física

humboldtiana como a possibilidade de encerrar na representação estática da forma, uma compreensão da natureza em sua condição fugidia e dinâmica. Este será um importante fundamento da constituição da paisagem, a sua visão como cena, como momento de uma natureza em movimento. Contudo esta representação não poderia ser estritamente uma descrição analítica, haja vista a função da intuição, da estética na apreciação do sentido da natureza pelas formas. A importância dada por Goethe ao artístico olhar, assume em Humboldt a mesma fundamentação analítica, se ligando igualmente a busca de uma síntese, de um fim da natureza e de um protótipo das formas naturais. (SILVEIRA; VITTE, 2010, p. 11).

Gomes (2016, p. 154) afirma, nessa perspectiva, que a dualidade presente em Humboldt se traduzia em um ecletismo que lhe permitia a combinação entre as proposições do idealismo alemão e do romantismo filosófico com as ideias advindas do materialismo racionalista característico do Iluminismo. Essa dualidade, que na obra de Humboldt aparece sem descontinuidade ou dicotomia, torna seu discurso lógico e racional e ao mesmo tempo poético e emocional, sem que se possa distingui-los.

A natureza é vista como um todo [...]. Porém, para ascender à compreensão desse todo é preciso agir metodicamente, comparando e combinando elementos aparentemente desconectados, e a razão é o instrumento capaz de promover sua reunião. Segundo ele, o primeiro passo a dar para desvelar o “plano do mundo” consiste em generalizar fatos particulares. O papel da ciência é o de procurar as regularidades que se manifestam sob certas condições. Esse papel é também o de estabelecer, a partir das observações, as leis que regem os fenômenos. Assim definido, esse programa está em perfeito acordo com o ponto de vista da ciência experimental e racionalista. É preciso, todavia, notar que a busca metódica de conexões causais não pode ser separada de uma cosmovisão de um todo harmônico e equilibrado. Desta maneira, a compreensão desse todo também é acessível por outra via além daquela da ciência metódica, isto é, por um conhecimento imanente, nascido da conjunção do espírito e da natureza (GOMES, 2016, p. 156).

Nesse sentido, as anteriormente mencionadas influências no pensamento humboldtiano estão associadas ao mesmo movimento filosófico, o idealismo alemão pós-kantiano do final do século XVIII. Em razão, especialmente, de sua concepção de unidade, movimento, além da valorização da arte, da linguagem e da Estética como uma teoria explicativa da relação sujeito-objeto, da qual falaremos mais adiante. Além, por certo, de sua aproximação com o romantismo, o que reforça a filiação de Humboldt a essa corrente filosófica (MORAES, 1989).

Portanto, Pratt (1999) afirma que Humboldt procurou ao mesmo tempo, recompor a subjetividade europeia afastando-se de sua característica separação entre objetivismo e subjetivismo, entre ciência e sentimento, informação e experiência. Segundo a autora, Humboldt propôs, ao lado de outros contemporâneos seus, uma nova “consciência planetária”. Sua interpretação e descrição estética da natureza, aliada às revelações

científicas, introduziria na literatura alemã uma forma completamente nova de discurso sobre a natureza.

As obras e pesquisas de Humboldt foram lidas e apreciadas por outras figuras de importância na época e extrapolaram os meios científico e artístico. Humboldt se tornou referência quando o assunto era América do Sul. Seu *Ensaio político sobre o reino da Nova Espanha*, publicado entre 1808 e 1811 em quatro volumes, popularizou-se à época em que a América Latina atravessava seus processos de independência. Thomas Jefferson, presidente dos Estados Unidos entre 1801 e 1809, foi grande apreciador da obra de Humboldt, afirmando que foi graças a ela, um verdadeiro tesouro de informações, que se tornara possível conhecer o vasto continente (WULF, 2016).

O interesse do então presidente norte-americano não se limitava, entretanto, a conhecer belas paisagens e peculiaridades sobre a cultura ou o clima dos vizinhos sulistas, mas, sua preocupação estava diretamente relacionada com o futuro dos países independentes e sua influência na economia dos Estados Unidos. Thomas Jefferson sabia que, unidas, as repúblicas livres da América do Sul eram um potencial rival econômico para seu país, tornando-se um vizinho muito poderoso (WULF, 2016).

O alcance do trabalho de Humboldt corrobora com a hipótese esposada neste trabalho em que se procura romper com a ideia de que as obras dos viajantes tinham apenas interesses científicos despretensiosos. Afinal, o viajante naturalista prussiano apresentou a América do Sul em detalhes ao mundo e aos seus líderes políticos mais expressivos:

[...] geografia, plantas, conflitos de raça e exploração comercial espanhola com as consequências ambientais do jugo colonial e as condições de trabalho da mão de obra na produção manufatureira, nas minas e na agricultura [...] informações sobre receitas brutas, rendimentos públicos, proventos, impostos, taxas e defesa militar, sobre estradas e portos, e incluiu uma gama de tabelas com dados que variavam da produção de prata nas minas à produtividade agrícola, bem como o volume total de importações e exportações para e das diferentes colônias. Os volumes deixavam alguns pontos bastante claros: o colonialismo era desastroso para as pessoas e para o meio ambiente; a sociedade colonial era baseada na desigualdade; os povos indígenas não eram bárbaros, tampouco selvagens, e os colonos eram tão capazes quanto os europeus de realizar descobertas científicas e igualmente habilidosos para produzir arte e artesanatos; e o futuro da América do Sul baseava-se na agricultura de subsistência e não na monocultura e muito menos na mineração [...]. **O Ensaio político sobre o reino da Nova Espanha não era uma narrativa de viagem nem uma evocação de paisagens maravilhosas, mas um manual de fatos, dados concretos e números.** (WULF, 2016, p. 228, grifo nosso).

Deve-se salientar que, ainda que Humboldt se afaste da racionalidade positivista enquanto única proposição metodológica de suas obras e de seu pensamento, a forte presença desse método se traduz em dados e informações que permitiam vislumbrar regiões praticamente desconhecidas das Américas enquanto fontes de recursos e matérias-primas

passíveis de exploração. Humboldt caminha no sentido de sistematizar os levantamentos e informações coletados em suas viagens, lançando mão do esforço de criar de modo enciclopédico e sintético tal como previa o positivismo clássico do início do século XIX, ele estava, de certo modo, permitindo o acesso à essas informações (GOMES, 2016, p. 159).

Humboldt acreditava que “as ciências estavam acima dos interesses nacionais” (WULF, 2016, p. 158), o que não o impediu, nesse sentido, de fornecer informações preciosas que serviram aos mais diversos interesses políticos e econômicos.

Thomas Jefferson, por exemplo, desejava ansiosamente encontrar-se com Humboldt para discutir, em especial, sobre o México. O território controlado pelos espanhóis era objeto de curiosidade do presidente, sendo até então, inacessível. Humboldt, entretanto, levou até ele “mapas, estatísticas e cadernetas com anotações”, revelando-lhe informações sobre o novo território da Louisiana e sobre o México, questão urgente para Jefferson, a delimitação da fronteira entre a colônia espanhola e os Estados Unidos (WULF, 2016, p. 158).

Ao ser questionado pelo presidente sobre as informações que havia coletado em território mexicano, Humboldt não hesitou em fornecer suas anotações estatísticas, sobre população, agricultura, manufatura e comércio, além de informações sobre a região fronteira, entre os rios Sabine e Grande. “Menos de um mês depois, o presidente convocou uma reunião de gabinete acerca da estratégia dos Estados Unidos com relação à Espanha, em que discutiu de que forma os dados que tinha recebido de Humboldt poderiam influenciar as negociações entre os dois países” (WULF, 2016, p. 159).

Ao mesmo tempo, além de Thomas Jefferson, Simón Bolívar, líder político venezuelano, também estudou com afinco os volumes da obra de Humboldt e assim como o político norte-americano, tornou-se amigo e admirador do naturalista. As ideias de Humboldt, acerca dos prejuízos do colonialismo aos territórios sul-americanos, serviram de sustentação para Bolívar justificar a espoliação sobre os recursos e o povo das colônias espanholas, liderando movimentos emancipacionistas na Bolívia, Colômbia, Equador, Panamá, Peru e Venezuela. Portanto, a simpatia de Humboldt pela causa da independência das colônias americanas, evidencia em suas obras uma postura anticolonialista. Além da crítica estabelecida a qualquer relação de produção não capitalista, como a escravidão, por exemplo (MORAES, 1989).

Segundo Moraes (1989), esse posicionamento político e social está intimamente ligado ao Iluminismo, enquanto uma fecunda manifestação das formulações que sustentaram a revolução burguesa, no momento histórico em que essa classe aparecia no quadro social europeu como aquela que promoveria a transformação da ordem social vigente. Responsável, por entre tantas outras contribuições, pelo estímulo ao pensamento crítico e ao rompimento com os dogmatismos vigentes.

Embora esboçasse preocupação social para com as colônias visitadas, Moraes (1989) afirma que o interesse pelo material humano e sua análise enquanto ser social não se fazia presente em Humboldt. O homem, em sua concepção intelectual seria somente mais um elemento do quadro natural terrestre e, sua preocupação científica no âmbito da Geografia, estava voltada para o estudo da natureza, que, evidentemente “englobava a humanidade enquanto espécie ativa” (MORAES, 1989, p. 120), não sendo o homem, entretanto, seu objeto de estudo.

Já esboçamos anteriormente que o método humboldtiano extrapola as limitações impostas pelo positivismo clássico e transita por outras elaborações menos usuais à ciência de sua época, respondendo a proposições filosóficas que transcendiam o positivismo como único caminho possível para a aquisição do conhecimento. Ao denominar seu método de “empirismo raciocinado”, combinando observação, descrição, indução, comparação e generalização, num processo que articulava a diversidade e a unidade; a individualidade e a universalidade, bem como, a objetividade e a subjetividade, Humboldt acreditava ser possível ao final, estabelecer leis gerais e explicar a combinação dos fenômenos na superfície terrestre (MORAES, 1989).

Esse longo itinerário metodológico, voltado para a pesquisa geográfica, deixaria, segundo Moraes (1989, p. 117), “diferenciados resultados parciais (levantamentos, classificações, descrições locais, teorias sobre a distribuição dos fenômenos etc.), em si bastante relevantes”. Assim, com vistas a compreender a unidade dos mais variados fenômenos naturais, Humboldt acabaria por oferecer, isoladamente, uma gama de material de interesse geográfico que poderia, eventualmente, ser utilizado com outros propósitos que não, essencialmente, os científicos, como os anteriormente mencionados interesses políticos.

Para além do material reunido nas viagens e no interesse que essas informações poderiam despertar, Pratt (1999) no alerta para o fato de que Humboldt, ao criar uma *imagem da natureza* sul-americana, refez, na verdade um caminho outrora percorrido pelos europeus séculos anteriores nas viagens exploratórias responsáveis pela colonização desse continente. Ou seja, construiu uma imagem da América frente a um discurso de acúmulo, abundância e “inocência”. As imagens criadas por Humboldt não projetaram nenhum obstáculo ao progresso ocidental sobre as Américas.

Às vésperas da independência da América hispânica, na eminência de uma “disputa capitalista pela América”, não diferente da disputa capitalista pela África (ainda por vir), as *Imagens* de Humboldt e sua abordagem estabelecem um novo começo para a história da América do Sul, um novo ponto de partida (norte-europeu) para o futuro que ora se inicia, e remodelaria aquela “terra-selvagem”. (PRATT, 1999, p. 224).

A autora enfatiza que as imagens criadas por Humboldt foram, inevitavelmente, condicionadas por particulares circunstâncias ideológicas e históricas, além de relações particulares de poder e privilégio. A América do Sul, embora não necessitasse, foi reinventada como “natureza primal”, em que Humboldt, mesmo quando retratou “as imagens canônicas das planícies do interior, montanhas de picos nevados, e as densas selvas”, não o fez fora da história do euroimperialismo. Afinal, os habitantes dos *llanos* venezuelanos ou dos *pampas* argentinos, embora afastados dos centros coloniais, seriam convocados a lutar nas guerras de independência. A selva havia sido penetrada pelo sistema colonial das missões e a cordilheira andina, além de lugar de moradia da maioria dos habitantes do Peru, também foi o veio central da riqueza mineral colonial (PRATT, 1999).

Repetidamente, o discurso europeu sobre a paisagem das Américas afastava os povos nativos (indígenas, no caso da América espanhola, na qual se refere a autora) dos territórios aos quais outrora pertenceram, aproximando esses territórios dos interesses europeus. Nos relatos de viagem, assim como em Humboldt, deve-se questionar, segundo Pratt (1999) o papel “transculturador” desses discursos, ou seja, em que medida conhecimentos americanos são transportados para a Europa, produzindo conhecimentos apropriados pelos europeus que são constituídos por outros, de origem extra europeia.

Portanto, esses discursos que se materializaram em interesses diversos, ou que viabilizaram esses interesses através do envio de homens e mulheres que trabalharam com vistas a produzir esse material posteriormente utilizado na Europa, encontraram terreno fecundo nas produções dos viajantes estrangeiros, tanto pela América espanhola, como pelo Brasil.

De modo semelhante observamos esse processo nas viagens por Minas Gerais, conforme proposta deste trabalho, os interesses foram de encontro com os relatos de viagem e demais produções científicas e absorveram deles o material geográfico, político e social que atendesse aos vislumbres das principais nações imperialistas europeias, como veremos adiante. Tantos outros viajantes posteriores, muitos dos quais inspirados por Humboldt e sua influência científica, reuniram em suas obras material coletado durante as viagens, que, embora não tenham seguido estritamente seu método de pesquisa, levaram inúmeras possibilidades de reconhecimento e compreensão dos lugares visitados.

Antes de prosseguir, é necessário dar visibilidade a outra importante figura do século XIX que dividiu os olhares atentos da ciência oitocentista, essa figura foi Charles Darwin, responsável por revolucionar o entendimento humano sobre a origem e evolução das espécies. Tendo se distanciado completamente de outras interpretações metodológicas que não fossem referentes ao positivismo, enquanto método de pesquisa, Darwin ocupará posição de destaque na ciência até os dias atuais, e sua obra também ecoará entre os viajantes e cientistas do século XIX.

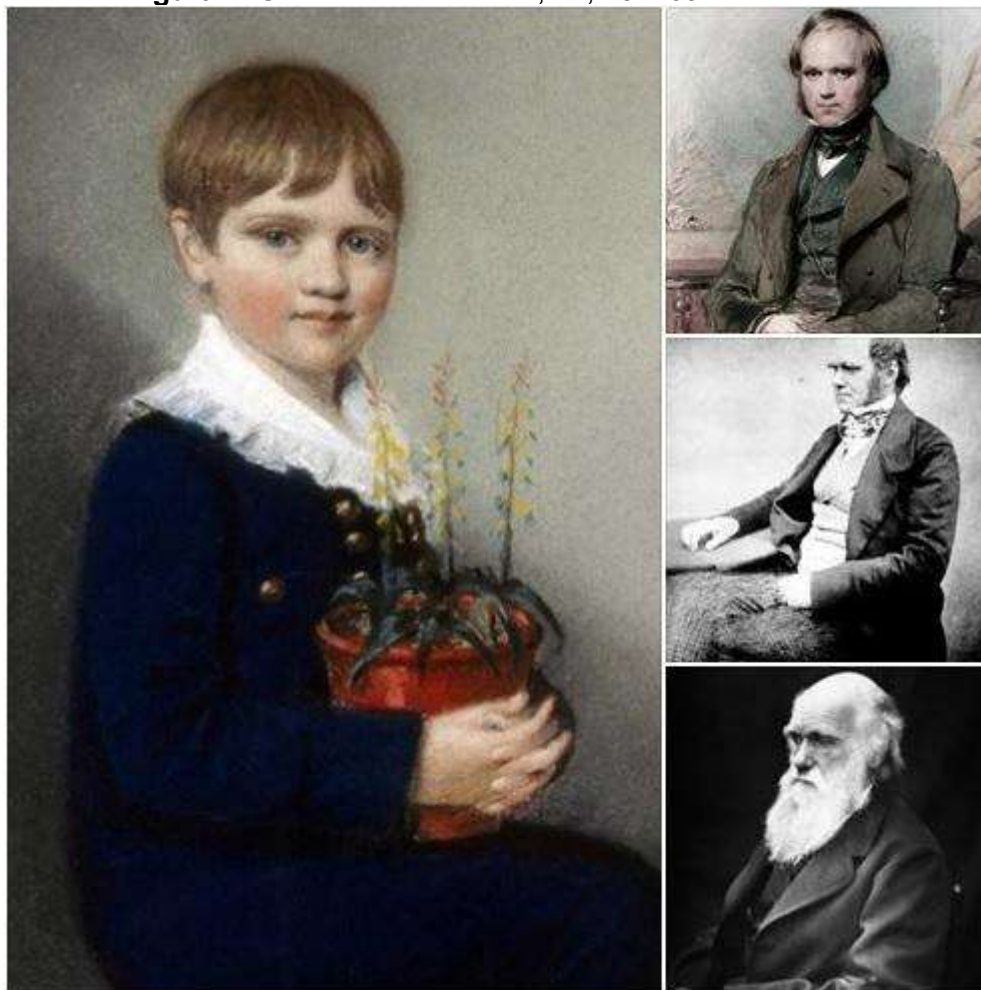
Segundo Lisboa (1997), somente Darwin conseguiu superar a importância de Humboldt na produção científica naturalista da primeira metade do século XIX, esse feito é ainda maior se considerarmos, conforme ressalta a autora, que o barão prussiano fora a “estrela guia” da maioria dos projetos e missões que tinham como destino a América. Em função, justamente da importância desses nomes para a construção do pensamento científico no século XIX, bem como, de sua influência incontestável nos viajantes posteriores a eles, fez-se necessário aqui deslindar um pouco mais sobre a trajetória pessoal e intelectual de ambos. Considerando ainda, por certo, os métodos que os guiaram na realização de suas pesquisas.

Darwin: um viajante naturalista a bordo do Beagle

“Nasci naturalista”. Assim, um dos revolucionários do pensamento científico do século XIX se define, no anseio de que essa simplória afirmação fosse suficiente para explicar a grandiosidade de seus feitos e a genialidade de sua pesquisa. E segue dizendo: “Minha paixão pela ciência natural tem sido constante e ardente” (BROWNE, 2011, p. 22). Fruto dessa paixão nasceu a teoria darwinista e a ideia da evolução das espécies pela seleção natural. Segundo Browne (2011), pelo trabalho de ter “retirado” Deus do processo da criação humana, Darwin colheu os frutos e sofreu as consequências. Um homem como ele, foi também, para além da genialidade, o resultado de muitas oportunidades que lhe possibilitaram desenvolver seu pensamento científico (BROWNE, 2011, p. 22-23).

Nascido em 1809 em família abastada na Inglaterra, pai médico de posses e mãe herdeira de uma fábrica de porcelanas, pôde estudar medicina na *Cambridge University* e tecer uma rede de relações pessoais que anos mais tarde garantiriam seu embarque no *Beagle* e sua presença nos “círculos científicos de Londres”. Herdeiro também de uma família de outros feitos científicos, seu avô, Erasmus Darwin publicou o livro *Love of the Plants* na década de 1790. O casamento com uma prima da classe alta proporcionou-lhe a tranquilidade e a segurança que necessitava para embarcar em seus feitos científicos (BROWNE, 2011, p. 22-23, Figura 7, abaixo).

Figura 7: Charles Darwin aos 7, 24, 45 e 69 anos de idade.



Fonte: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2018.

Sobre Darwin, cabe dizer que justamente a rede de relações pessoais que o “transportou” aos lugares mais cobiçados entre os intelectuais da época, acompanhou-o por toda a vida. A autora de sua mais recente biografia, afirma que sua obra prima, *A origem das espécies*, não pode ser vista como uma conquista individual. Afinal, para que ela se concretizasse, Darwin mobilizou sua família, amigos, professores, especialistas e todos mais que pudessem, de algum modo, contribuir para a pesquisa. Para a autora, embora a teoria fosse sua, ele absorvera todas as informações necessárias desse círculo de convivência, usando-as a seu favor (BROWNE, 2011).

Ademais, assim como outros grandes nomes da ciência do século, Darwin garantiu recursos governamentais para custear a publicação de suas obras, fruto da viagem, anos mais tarde. Para ele, os anos que passara a bordo do *Beagle* foram definitivos para determinar sua carreira, e a publicação de *A zoologia da viagem do HMS Beagle (1838-1843)*, deveria se assemelhar “numa escala menor, às magnificas publicações de Humboldt” (WULF, 2016, p. 328).

Entre os grandes nomes que se tornaram sua inspiração, está, portanto, o do próprio Alexander von Humboldt, responsável por fazê-lo embarcar no *Beagle* como voluntário e leitura obrigatória durante a viagem. Os sete volumes da *Narrativa pessoal* de Humboldt o acompanharam juntamente com seus exemplares, escolhidos a dedo, de botânica e zoologia (WULF, 2016, p. 322).

A épica viagem rumo aos trópicos despertou em Darwin sentimento semelhante ao de Humboldt ao desvendar as paisagens pitorescas e exuberantes, “um perfeito furacão de deleite e assombro” (WULF, 2016, p. 320). Durante quase cinco anos o *Beagle*, que iniciou sua viagem por Tenerife e Cabo Verde, passou também pelo Brasil (Bahia e Rio de Janeiro), Montevideu, Malvinas, Chile, Galápagos, Nova Zelândia e Austrália. As observações feitas por Darwin em seu trajeto basicamente “revisitavam” as anotações de Humboldt, “as novas sensações” e a “alegria de poder ver” pela primeira vez as “constelações do Hemisfério Sul ou ao visitar as planícies chilenas após dias explorando a floresta indomada” (WULF, 2016, p. 324).

Segundo Wulf (2016, p. 325), tamanha admiração acabou refletindo também em sua escrita. Tomando como modelo a redação de Humboldt, Darwin fundiu em seu diário de viagem a linguagem científica e a escrita poética, tornando-o extremamente similar à *Narrativa pessoal*. As semelhanças entre ambos não paravam na escrita. Ao compreender o mundo natural sob outra perspectiva, combinando minuciosa observação dos menores detalhes da paisagem para, em seguida, tecer comparações e elevá-las para uma outra escala de análise, Humboldt e Darwin partiam do microscópico (particular) para o macroscópico, panorâmico (geral).

Inegável, entretanto, é a essência positivista das análises darwinistas. Ainda que sua escrita permitisse algumas elaborações alheias ao campo científico, os procedimentos que o levaram a constatar os mecanismos da evolução das espécies seguiam rigorosos procedimentos de observação, comparação, experimentação. O positivismo, “herdeiro legítimo da ciência do Século das Luzes” e da “agitação causada pela filosofia” (GOMES, 2007, p. 85), fez do século XIX, segundo Gomes (2007, p. 85), o momento da consolidação do pensamento científico, em que a metafísica fora definitivamente substituída por um conhecimento objetivo e racional.

Barbosa (2007) explica que, para o positivismo, o objeto somente poderia ser compreendido se fosse estudado objetivamente e exteriormente ao sujeito, como “coisa” que se relaciona com outra e possui uma “lei natural geral” que a explica como fenômeno. Portanto, o único “espírito” que rege as explicações sobre as coisas, deve ser o “científico”. Para que isso ocorra é preciso sempre utilizar métodos indutivos ou dedutivos, com o rigor da análise positivista que promove a chamada “higienização do real” ou seja:

Levanta-se uma hipótese plausível a partir da dúvida metódica, isola-se o fenômeno para que ele possa ser compreendido “científico-empiricamente” e, de acordo com um procedimento metodológico, chega à grande *lei explicativa que há em todo fenômeno*. Dito de outra maneira, provar a verdade de uma hipótese que foi construída sob os rigores que exige a dedução metódica. (BARBOSA, 2007, p.80).

Esse conhecimento normatizado, responsável pelo estabelecimento de leis gerais (a partir de observações particulares), tal qual realizava Darwin, partia de procedimentos rigorosos que obedeciam a uma racionalidade específica do fazer científico. Para entender esses procedimentos, é necessário recorrer a duas correntes filosóficas oriundas do século XVII, o *racionalismo* e o *empirismo*. O racionalismo cartesiano foi a denominação dada ao método criado por René Descartes, que, em sua busca pela verdade, teve como ponto de partida a dúvida e, enquanto ser que duvida, pensa e, se pensa, existe. Daí a máxima, “penso, logo existo” (ARANHA; MARTINS 2003, p. 131).

Enquanto ser pensante, o ser humano apoia-se nas ideias que Descartes chamou de *inatas*, ou seja, aquelas estritamente verdadeiras, não sujeitas a erros, pois, advém da razão e são independentes das demais ideias, exteriores, formadas a partir dos sentidos ou da imaginação. Como ideias inatas, ele apresenta o *cogito*, pelo qual o ser humano se descobre ser pensante e, as ideias de infinitude e perfeição de Deus e, as ideias de extensão e movimento. Como se observa, Descartes caminha no sentido de promover uma ampla valorização da razão, do entendimento, do intelecto. Como consequência desse movimento, Aranha e Martins (2003), afirmam que se acentua a partir de Descartes, o “caráter absoluto e universal da razão”, que, partindo do cogito, descobre todas as verdades possíveis (ARANHA; MARTINS 2003, p. 131).

Opondo-se à possibilidade de se estabelecer verdades universais, uma vez que, a inteligibilidade está diretamente relacionada aos sentidos, porém, não negando a fonte racional do conhecimento (ou racionalismo) John Locke e David Hume propõem o *empirismo*. Para os empiristas a “limitação da abrangência do conhecimento humano é largamente compensada pela extensão proporcionada pelo conhecimento empírico”, e, portanto, “a percepção e não mais o trabalho intelectual sobre as imagens sensíveis é vista como a fonte ordinária do conhecimento (HAGUETTE, 2013, p. 202).

Ressalta-se, que, embora sejam colocadas em lados opostos, *racionalismo* e *empirismo* são duas faces da mesma moeda. Conforme apontam Aranha e Martins (2003) e Haguette (2013), não se pode afirmar que o racionalismo exclua completamente a experiência sensível, mas, que segundo essa corrente, a experiência está sujeita a enganos, seja “pela observação é falha por desatenção ou incompletude”. Na mesma medida em que, a razão não é posta de lado pelos empiristas, uma vez que, ela aparecerá posteriormente, ainda que subordinada à experiência.

Em uma tentativa de superar a dualidade entre racionalismo e empirismo, Immanuel Kant na sua *Crítica da razão pura*, questiona a existência de uma “razão pura” que seja completamente independente da experiência e desenvolve a partir disso, o método conhecido como *crítico*. Ao passo em que critica os empiristas e o conhecimento oriundo dos sentidos, também nega o racionalismo e as ideias inatas. Para Kant, “o conhecimento deve constar de juízos universais, da mesma maneira que deriva da experiência sensível”, ou seja, “ainda que ele reconheça a experiência como fornecedora da matéria do conhecimento, é o nosso espírito, graças às estruturas *a priori*, que constrói a ordem do universo” (ARANHA; MARTINS 2003, p. 136).

Tendo por base esses pressupostos, Aranha e Martins (2003) afirmam que a filosofia *kantiana* influenciará dois polos distintos da ciência no século XIX: o *positivismo* e o *idealismo*.

As novas necessidades de compreensão da sociedade que advêm do século XVIII, como resultado da Revolução Industrial e suas transformações técnicas essenciais, refletirão também na organização social, e acabarão impondo cobranças também à ciência. Nesse contexto, o *cientificismo* passa a ser entendido hegemonicamente como o único caminho possível para possibilitar essa compreensão, e o método das ciências da natureza, passa a ser o único com validade científica, estendendo-se também ao campo das ciências sociais e humanas (ARANHA; MARTINS 2003, p. 140).

Esse método, de amplo alcance durante o século XIX é o *positivismo*, cujo principal representante é Augusto Comte. Comte afirma que o espírito humano teria passado por três estados históricos diferentes: o *teológico*, em que as explicações são fornecidas a partir do sobrenatural; o *metafísico*, em que o sobrenatural é substituído por forças e noções abstratas e, o *positivo*, que decorre do aparecimento da ciência e se dá através da observação e do raciocínio, objetivando alcançar leis efetivas. Esse estado, chamado *positivo*, segundo Comte, é a oposição aos outros dois e representa a maturidade do espírito humano (ARANHA; MARTINS 2003, p. 140).

O positivismo, que retoma a crítica feita por Kant à metafísica no século XVIII, coloca a razão no centro do debate e delega à mesma a responsabilidade de compreender as relações necessárias e constantes entre os fenômenos, ou seja, as *leis invariáveis* que os regem. Essas leis invariáveis, oriundas da física e sustentadas pelo postulado do *determinismo*, influenciam também as ciências humanas. Assim, o determinismo cientificista desconsidera outras formas de compreensão da realidade que não sejam positivistas, entre as quais, a religião e a metafísica (ARANHA; MARTINS 2003, p. 140-141).

Cabe ressaltar que, como resultado do determinismo cientificista e sua influência na compreensão da sociedade sob a perspectiva positivista, Comte, inspirado também por outras teorias de desenvolvimento cerebral, entende que o pleno desenvolvimento das capacidades intelectuais é restrito a uma pequena parcela da população. Em sua concepção, somente uma

parte dos homens teria a capacidade de desenvolver a parte frontal do cérebro, responsável pela inteligência e sentimentos morais. E vai além, afirmando que, os demais seres humanos, desprovidos dessa capacidade e dominados, portanto, pela afetividade, causadora da instabilidade social, precisam ser guiados em nome da ordem social, a fim de se garantir “o progresso dentro da ordem” (ARANHA; MARTINS 2003, p.141).

Aranha e Martins (2003) afirmam que alguns autores consideram a filosofia *comteana* como uma reação conservadora à Revolução Francesa. Para outros, entretanto, seu pensamento não chega a alcançar o *status* de contra-revolucionário, mas, busca instaurar uma *ordem* soberana. Ordem que, segundo as autoras, teria o sentido de “arranjo” e “mando”, enquanto uma necessidade de se classificar as ciências e o conhecimento de modo estanque. Seu conceito de ciência é, portanto, de um “saber acabado”.

A ciência, conforme concebida por Auguste Comte, tinha papel central, inclusive, no desenvolvimento social, responsabilizando-se pela organização da sociedade a partir de bases positivistas ao invés de crenças teológicas e metafísicas. Essa “base positivista” advinha principalmente da biologia e medicina, apoiando-se na noção de organismo (ARANHA; MARTINS 2003, p.141).

A influência de Kant sobre o *idealismo*, por sua vez, deriva, segundo Aranha e Martins (2003), do fato de que, na filosofia kantiana, não é possível conhecer a *coisa-em-si*, uma vez que, podemos somente apreender os fenômenos, ou seja, “o que aparece”. Para Kant, nós participamos da construção do mundo dos fenômenos e, eles só existem na medida em que “aparecem” para nós. Portanto, o conhecimento em Kant somente pode ser construído pela forma *a priori* do espírito e pela matéria que a experiência *sensível* nos fornece (ARANHA; MARTINS 2003, p.136).

Decorre disso, o fato de Kant afirmar na *Crítica da razão pura* a existência do conhecimento metafísico, uma vez que, não é possível obter uma experiência sensível do que é sobrenatural. Kant procura na *Crítica da razão prática* restaurar o rompimento com a metafísica, ocupando-se do debate da ação moral, na qual o ser humano pode agir mediante sua própria vontade (ARANHA; MARTINS 2003, p.136).

Assim, Aranha e Martins (2003) afirmam que o pensamento kantiano é conhecido como *idealismo transcendental*. Idealista porque, apesar de reconhecer a experiência como fornecedora do conhecimento, o nosso espírito e suas estruturas *a priori*, constroem a ordem do universo. Nesse sentido, o pensamento kantiano acaba por influenciar idealistas como Hegel, Schelling e Fichte.

Cabe fazer mais algumas considerações sobre a estética romântica e a contribuição kantiana a partir de sua *Crítica do juízo*, elaborada em 1790, tendo em vista que sua obra foi influência para Humboldt, abordado anteriormente.

Caminhando no sentido oposto da estética racionalista ou cartesiana, Kant elabora a distinção entre percepção estética e outras formas de pensamento conceitual, além de diferenciar o juízo estético dos juízos sobre outras fontes de prazer e juízos de utilidade e bondade. Ademais, dividiu a beleza em duas espécies: a livre, que independe de conceitos de perfeição ou uso e a beleza dependente desses conceitos. Em Kant, os juízos estéticos estão primeiramente relacionados com a beleza e a experiência do belo ocorre no campo do sensível, independentemente de qualquer interesse de outro tipo. A beleza para Kant, portanto, reside na atitude desinteressada do sujeito em relação às experiências por ele vivenciadas. Aranha e Martins (2003, p. 395), afirmam que “o que garante a universalidade dos juízos estéticos é o fato de que todos os homens têm a mesma faculdade de julgar, assim como a razão é idêntica para todos” (ARANHA; MARTINS 2003, p.395).

O *juízo de gosto* kantiano é fundamental por inaugurar uma nova forma de lidar com a natureza e suas representações. Nesse sentido, o agradável está ligado às sensações, ao prazer oferecido por um objeto ou situação. O que é bom está ligado ao que é útil, relaciona-se diretamente moral. O juízo de gosto deve ser puramente contemplativo, não devendo demonstrar interesse ou finalidade. O que é belo, nesse sentido, é antes de tudo, universal e particular. É universal porque se estende a todos os sujeitos e particular porque “se realiza na intuição espontânea do sujeito diante do objeto, uma apreciação estética” (SILVEIRA; VITTE, 2010, p. 08).

Nesse sentido, para Silveira e Vitte (2010, p.09), quando Kant trabalha com a percepção estética, ele está situando o papel da intuição no campo do conhecimento. A importância disso para Humboldt e para a constituição da Geografia Moderna reside no fato de que a *paisagem* como categoria analítica situa-se na “perspectiva intuitiva de contemplação das formas.”

Ademais, em sua *Crítica do juízo*, Kant desenvolve a noção do princípio teleológico da natureza, que se distancia de uma causalidade mecânica e linear. De acordo com sua faculdade do juízo reflexiva, é possível, a partir de dados objetivos do mundo dos fenômenos, caminhar no sentido de uma lei geral que explique a dinâmica da natureza. Assim, a natureza atuaria segundo fins, segundo uma teleologia própria a ela mesma (SILVEIRA; VITTE, 2010, p. 08).

Essa discussão, segundo Silveira e Vitte (2010, p.09) é essencial porque é a partir dela que se desenvolve o pensamento romântico alemão do século XIX. A paisagem ganharia um sentido analítico e revelaria uma ordem da natureza em busca de seu fim. Elementos de extrema importância na obra de Humboldt e na constituição da geografia moderna, como já apresentado anteriormente.

A estética romântica, construída a partir de então, resumia-se em algumas expressões como, *gênio, imaginação, originalidade, expressão, comunicação, simbolismo, emoção* e

sentimento. A ideia de gênio está relacionada à figura do artista e seu dom intelectual e espiritual inato. A imaginação, coloca-se eventualmente acima da própria razão, por ser uma faculdade responsável por captar a verdade e é considerada um dom do artista. O simbolismo, por sua vez, refere-se, no romantismo, às obras de arte, enquanto “encarnação material de um significado espiritual” (SILVEIRA; VITTE, 2010, p. 08).

Para Barbosa (2011, p.52), a estética romântica foi responsável por desenvolver uma nova forma de pensamento que partia do “eu” e se colocava em oposição aos pressupostos da lógica afirmados pelo Iluminismo. Essa revolução somente foi possível porque o pensamento kantiano somado às revoluções inglesa e francesa possibilitou vislumbrar a transformação do mundo por outras vias (não convencionais) como as que eram seguidas até ali.

Cabe ressaltar que os românticos também receberam influência do pensamento de Plotino, especialmente os alemães que puderam embasar sua *Naturphilosophie*. Barbosa (2011, p.984) reforça que a discussão de beleza em Kant foi responsável por anunciar os prelúdios das teorias românticas, uma vez que, a ideia de *contemplação* kantiana ofereceu aos românticos condições para observar a natureza não como engenhosidade mecânica, mas sim como perspectiva estética. Reside aí, portanto, a influência do romantismo em Humboldt.

Diante do exposto, entendemos, em conformidade com Gomes (2016, p.26), que a racionalidade tida como hegemônica até meados do século XIX, na verdade, conviveu com diversas outras “*contracorrentes*”. É contestada, nesse sentido, a dominação da razão enquanto ideia universal e dominante desde o Século das Luzes, demonstrando o autor que, na verdade, existe um “duplo caráter”, em que a razão representa um saber “metódico e normativo”, e as “*contracorrentes*” aparecem em oposição a ela.

Amparando-se na premissa de que a ciência é o elemento fundador da modernidade, tal como já apontamos anteriormente ao citar Habermas (2000), Gomes (2016, p.27) afirma que reside nesse ponto a fragilidade dos debates acerca da modernidade, tendo em vista a “legitimidade e os limites da razão”. Sendo assim, ainda que haja controvérsias na delimitação temporal do período em que denominamos o início da “modernidade”, é preciso esclarecer que em torno da ciência, segundo esse geógrafo, constituíram-se “dois polos epistemológicos distintos e opostos entre si, com diferenças metodológicas evidentes”.

Um deles é resultado do Iluminismo e prevalece a universalidade da razão. Sendo assim, a verdade somente poderia ser alcançada através de uma lógica científica coerente, que fosse ordenada e sistemática, respeitando a “não-contradição, a generalização e a demonstração”. Com resultado desse sistema, o conhecimento deveria progredir gradualmente. Para a ciência racionalista, o método lógico racional deveria se constituir no único caminho possível para garantir a veracidade entre o pensamento e a realidade. A explicação deveria ser o resultado da análise de um dado fenômeno, que, partindo da

observação do que é particular e concreto, caminharia para o geral e abstrato, construído a partir do raciocínio lógico, na busca pela elaboração de verdades universais (GOMES, 2016, p.32).

O outro polo epistemológico, também fruto do Século das Luzes, coloca-se, entretanto, em oposição ao primeiro. Compõe-se de “contracorrentes” em que a razão não é universal. Ou seja, não há possibilidade de que ela tenha sempre a mesma forma e as mesmas atribuições. Sendo assim, valoriza-se um fenômeno em seu contexto singular, impossibilitando a generalização a partir de uma “exterioridade que não corresponde à essência do fato observado”. Nesse sentido, esse polo epistemológico não previa o distanciamento do objeto, pois assim, perderíamos “a riqueza da diversidade dos fenômenos”. Por isso, “o sentimento, a empatia, a identidade, são instrumentos epistemológicos tão importantes quanto o raciocínio lógico” (GOMES, 2016, p.33).

A oposição entre esses dois polos, que podemos denominar *positivismo* e *romantismo*, segundo Gomes (2016), apresenta-se como problemática recorrente nas ciências sociais, entre elas a Geografia. Segundo o autor, esses dois polos epistemológicos opostos colocam em xeque a racionalidade e sua centralidade na ciência moderna. O racionalismo que ganha ares de parcialidade e reducionismo, confronta-se diretamente com a subjetividade e a valorização dos sentidos, presente nas “contracorrentes”. Reforça o autor que, “parte-se da concepção de que a ciência moderna se alimenta da controvérsia entre esses dois polos, através da qual são asseguradas simultaneamente a manutenção do movimento permanente da ciência” (GOMES, 2016, p.40).

É importante ressaltar, entretanto, que apesar do fato incontestável da oposição frontal entre os polos epistemológicos discutidos por Gomes (2016), o século XIX é marcado pela sistematização da dialética hegeliana e pela sua contestação direta, o materialismo histórico e dialético, complexizando muito mais o debate. Não cabe nos propósitos desta tese entrar nesse campo de discussões, mas não se quer aqui olvidar os grandes embates filosóficos, científicos e políticos daquele tempo e daquela sociedade que, sem dúvida, está envolta em desafios decisivos para os encaminhamentos que se deram dali para frente. Não se pretende ainda, desconsiderar a hegemonia do pensamento racionalista positivista que se consagra desde então indiscutivelmente no que se refere à compreensão dos fenômenos naturais e se apresenta como uma possibilidade explicativa para os fenômenos da vida social. O século XIX foi marcado pelo desenvolvimento das ciências biológicas e das sociais. A sociologia que promove, para Comte, a ligação entre o “homem e a cultura”, poderia ser o caminho para a reforma social (GOMES, 2016, p.40). Não coincidentemente, grande parte da institucionalização das ciências humanas ocorre nesse século, entre as quais, figura a própria Geografia.

É nesse contexto turbulento de ideias ao longo do século XIX que se desenvolvem as chamadas teorias evolucionistas. Envoltas pelo tripé natureza, sociedade e ciência, passam a ser o caminho explicativo para as descobertas do próprio Darwin ou de Lamarck⁴⁵. A leitura de ambos, de caráter estritamente “naturalista”, coloca a natureza no centro do evolucionismo e suas variações passam a ser explicadas a partir de uma dinâmica específica, prática e organicista. A ideia de “organismo” deixa definitivamente para trás a concepção advinda da física no século anterior, de natureza e sociedade “máquina” (GOMES, 2007, p. 86).

A natureza “máquina” de René Descartes é entendida como um sistema de leis matemáticas regidas por um Deus racional. Em sua obra, de acordo com Gomes (2016, p. 72), já aparecem os princípios fundamentais que comporão a reflexão no Século das Luzes: o princípio da crítica, a razão natural, a ideia de ciência progressiva e o uso de uma linguagem para toda a ciência, a matemática. Somente a manutenção de Deus como “única prova final” foi questionada no âmbito do racionalismo cartesiano.

Charles Darwin, ao retornar de sua viagem pelas Américas à Inglaterra, em 1836, estava absorto em suas descobertas e com os baús carregados de amostras de animais, fósseis e rochas. Agora, com o todo material que conseguira reunir em cinco anos a bordo do *Beagle*, necessitava inserir-se de uma vez por todas no mundo científico. Participava das reuniões das *Royal Society*, das Sociedades Geológica e Zoológica, sem deixar de manter contato com os amigos que frequentavam essas organizações ou trabalhar em seus artigos (WULF, 2016, p. 328-329).

Em 1839 veio a publicação de seu diário, *Viagem de um naturalista ao redor do mundo* e um exemplar foi prontamente enviado à Humboldt para que ele o apreciasse. O resultado não poderia ser mais glorioso: Humboldt não só teceu comentários a respeito de cada observação de Darwin, como o elogiou publicamente em uma carta à Sociedade Geográfica de Londres, afirmando que aquela era “uma das obras mais extraordinárias que, no decorrer de uma longa vida, tive o prazer de ver publicada”. O diário aliado aos elogios de Humboldt cumprira seu papel, tornando Darwin um homem famoso (WULF, 2016, p. 328-329).

Mas, seu trabalho estava apenas começando. Entre 1839 e a publicação de *Origem das espécies* passar-se-iam 20 anos. Foi com o auxílio do amigo ornitólogo John Gould que trabalhou na identificação dos pássaros coletados após seu retorno do continente americano, que, pela primeira vez o inglês percebeu que as diferentes espécies coletadas em variadas ilhas, deveriam, devido a seu isolamento geográfico, ter evoluído a partir de um ancestral comum que migrara para as ilhas (WULF, 2016).

⁴⁵ Jean-Baptiste Pierre Antoine de Monet ou Chevalier de Lamarck, foi um naturalista francês que desenvolveu a teoria dos caracteres adquiridos, inspirando as ideias pré-darwinistas sobre a evolução.

Sempre vindo em seu auxílio, estava a *Narrativa pessoal* de Humboldt, que outrora escrevera sobre a geografia das plantas e suas “zonas de vegetação” com espécies semelhantes em ambientes completamente isolados uns dos outros. Além de outras reflexões pertinentes sobre a semelhança entre os crocodilos do Orinoco e os lagartos europeus. Outra obra, agora de um economista, Thomas Malthus⁴⁶, foi essencial para dar corpo às suas teorias. Aliada às proposições de Humboldt que apresentavam a dinâmica populacional das capivaras, que na mesma proporção em que se reproduziam eram devoradas pelas onças ou crocodilos, mantendo sua população estável, a obra de Malthus, *Ensaio sobre o princípio da população*, teve impacto direto na teoria darwinista.

Assim, a seleção natural proveria o equilíbrio necessário para a manutenção das espécies e, conforme previra Humboldt anos antes, as plantas e animais estariam interligados por uma rede de complexas relações, a “teia da vida” humboldtiana, revisitada por Darwin na “árvore da vida” da qual se originariam todas as espécies animais e vegetais, a base para sua teoria da evolução. A *Origem das espécies* estaria, portanto, intimamente ligada à *Narrativa pessoal* de Humboldt, unindo dois ilustres viajantes separados por alguns anos, mas, que compartilhavam a mesma paixão pela ciência.

Ressalta-se que, segundo Geraldino (2016), Darwin não foi o primeiro a propor uma teoria evolutiva e para sustentar suas teorias foi necessário romper com alguns conceitos bastante delicados, especialmente o de *essencialismo biológico*, que entendia que cada espécie possuía uma essência própria, não-mutável, e adaptadas ao meio onde habitavam, sendo, portanto a base da *Teologia Natural* vigente. Para que a teoria evolutiva fosse viabilizada por meio da seleção natural era preciso reconhecer as sutis diferenças entre os indivíduos de uma mesma espécie, para que se pudesse “pensar que tais variações possam vir a ser selecionadas de forma diferencial, e herdadas para futuras gerações, em relação às condições de determinados meios” (GERALDINO, 2016, p. 38).

Outra teoria presente em seu arcabouço teórico é o *nominalismo*, que, ao contrário do *essencialismo*, coloca as espécies em um movimento constante de evolução. Nessa perspectiva:

Darwin vai entender tais diferenças individuais como potenciais caminhos evolutivos distintos. A cada nova geração, a espécie se transforma devido à presença de variações individuais selecionadas diferencialmente sob condições do meio e passadas hereditariamente para as futuras gerações. Não haveria aqui, portanto, um retorno a um tipo, a uma essência, isso, ao contrário, se esfacelaria, pouco a pouco, em cada geração, dando origem a novas espécies. (GERALDINO, 2016, p. 41).

⁴⁶ A teoria malthusiana previa que a população do mundo crescería em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos em progressão aritmética. Ou seja, a população aumentaria muitos mais que a produção de comida, levando à fome e miséria. A menos que, eventos como as guerras ou epidemias tratassem de “controlar” o crescimento da população mundial.

Portanto, a evolução tal como previa Darwin, não caminhava em uma direção determinada, “mas sim na relação dos indivíduos para com seus ambientes, cujo único fim é manter-se vivo para reproduzir-se” (GERALDINO, 2016, p. 50). A transformação dos seres vivos em Darwin se dariam de uma forma não-finalista, por isso, não haveria uma escala ou hierarquia natural entre os seres vivos e, a ideia de progresso enquanto melhoria relativa a um ideal e, a “ideia de formas simples se desenvolverem por uma força interna aumentando o grau de complexidade orgânica até resultar na forma dos seres humanos é algo que se associa aos escritos de Lamarck e não os de Darwin” (GERALDINO, 2016, p. 50).

Para Darwin, ainda é preciso esclarecer o papel do meio natural na evolução das espécies ou na modificação dos seres vivos. Enquanto Lamarck baseava-se na influência do meio geográfico como fator determinante para essas modificações, dando ao ambiente “prioridade na explicação evolutiva”, uma vez que, “mudanças em suas configurações físicas obrigariam os organismos a operarem transformações adaptativas por meio de esforços contínuos que resultassem em aumentos ou diminuições de suas estruturas fisiológicas que, por sua vez, seriam passadas para as gerações seguintes” (GERALDINO, 2016, p. 51), Darwin entendia o meio natural como um fator de importância secundária.

Portanto, na perspectiva darwinista, segundo Geraldino (2016), o ambiente não seria fator determinante para a evolução das espécies, ocasionando somente variações casuais nos descendentes. Assim, ainda que Darwin reconhecesse a influência ambiental como agente causador de variações diretas e indiretas nos organismos, “a seleção natural ambientalmente exercida apenas retiraria as variações e não as promulgaria” (GERALDINO, 2016, p. 51).

Um dos principais desdobramentos da teoria darwinista nas ciências sociais e humanas, entre as quais, a geografia, é o chamado “*darwinismo social*”, que, segundo Geraldino (2016, p. 189), foi equivocadamente denominado, pois, a referida teoria social baseada na “brutal luta pela existência”, refere-se, na verdade, a um “*lamarckismo social*”, tendo em vista que, a proposição de “sobrevivência dos mais aptos”, diante, por exemplo, da miséria, serviria como estímulo para que os indivíduos evoluíssem. O meio teria, nesse contexto, papel fundamental na evolução, tal como concebeu Lamarck.

Assim, o darwinismo social enquanto uma teoria amplamente difundida que compreendia o processo de evolução da sociedade baseado na sobrevivência dos mais “aptos”, serviu como base para legitimar estudos sobre a demografia e o aumento populacional, além de ideias de fundo imperialista e racista. Na geografia, teorias semelhantes também ecoaram entre os intelectuais na transição do século XIX para o XX. A mais evidente influência, deu-se no pensamento de Friedrich Ratzel, na chamada escola *determinista* e em suas teorias *antropogeográficas*.

Embora a concepção *ratzeliana* de geografia muito devesse à Ritter e Humboldt, está amplamente estruturada sob uma visão darwinista. Ao estabelecer leis gerais sobre a influência da natureza sobre o homem, Ratzel coloca-o sob uma perspectiva ainda não vista. Seu pensamento exerce influência considerável no desenvolvimento da geografia. Tanto na França, onde Vidal de La Blache acompanha atentamente suas publicações, quanto nos países anglo-saxônicos (CLAVAL, 2015).

Os principais conceitos desenvolvidos pelo alemão são os de *espaço vital* e de *território*, indicando de antemão o caminho tomado em suas proposições. Assim, como pontua Moraes (1990), a disputa pelo território é uma condição inerente dos homens e, tanto a luta como a propriedade são colocadas por ele como naturais à história. Ratzel concebe o embate entre sociedades, etnias e nações um processo normal que garante a expansão de um povo e a conquista territorial. Sob esses preceitos, o elogio ao colonialismo feito por Ratzel vai conferir ao seu pensamento as bases para o expansionismo alemão no contexto da unificação no século XIX (MORAES, 1990).

O darwinismo social esteve presente também no cenário brasileiro e nas teorias raciais que aqui foram introduzidas após 1870. Schwarcz (1993), ressalta que as teorias evolutivas, bem como o próprio positivismo científico, tornaram-se verdadeiros paradigmas na época, resultando em diversas escolas ou interpretações.

A autora explica que, não coincidentemente, essas correntes de pensamento fortificaram-se com as viagens empreendidas pelos europeus em outros continentes. Inaugurando um debate alimentado pela conquista de territórios pouco conhecidos e, evidentemente, pelo contato do europeu com outras etnias. Foi no decorrer do século XIX que o termo *raça* passou a ser introduzido na literatura especializada, “inaugurando a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos” (SCHWARCZ, 1993, p. 63).

Entre os postulados do darwinismo social estava o debate sobre a *miscigenação*, entendida de forma pessimista por ser considerada degenerativa, uma vez que, não seria possível se transmitir caracteres adquiridos, nem mesmo pela evolução social. Esse discurso resultou no enaltecimento dos “tipos raciais puros”, ocasionando práticas de submissão e eliminação das consideradas raças inferiores, como a *eugenia*⁴⁷, por exemplo. Para os darwinistas sociais, portanto, o progresso estaria restrito às sociedades “puras”, livres da miscigenação (SCHWARCZ, 1993, p. 80).

Esse debate, intensamente difundido entre os intelectuais europeus e, posteriormente, introduzidos no cenário brasileiro esteve em evidência até meados da década de 1930.

⁴⁷ Termo criado em 1883 pelo cientista Francis Galton, cujo sentido era intervir na reprodução da população. Proibindo, por exemplo, casamentos inter-raciais e restringindo “alcoólatras, epiléticos e alienados”, visando o equilíbrio genético e o aprimoramento das raças (Schwarcz, 1993, p. 78-79).

Segundo Schwarcz (1993), os intelectuais brasileiros e estrangeiros estarão vinculados às mais diversas instituições científicas, entre as quais os Museus etnográficos, onde seus discursos ressoarão entre os demais e suas teorias serão reconhecidas.

Discursos estes, reconhecidos e reproduzidos também pelos viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil durante o século XIX, quando, as questões raciais, o estranhamento e o preconceito demonstrado pela maioria deles, ficará evidente em suas obras.

A cobiçada *Minas Gerais*: a mineração e a modernização do território

“Sertão dos Cataguases”, assim eram denominadas as Minas Gerais no início de seu processo de ocupação. O sertão, conforme já definido por Moraes (2009) como “um qualificativo de lugares, um termo da geografia colonial que reproduz o olhar apropriador dos impérios em expansão” (MORAES, 2009, p. 98) servia para caracterizar uma localidade praticamente inexplorada. Assim se apresentavam aquelas terras além do litoral já intensamente ocupado.

Muitas dificuldades se impuseram sobre aqueles que ousaram desbravar esse território. Se anteriormente à descoberta do ouro nas Minas Gerais, os maiores núcleos de povoação se encontravam no litoral da Colônia e o interior era ainda pouquíssimo explorado, sua ocupação era essencialmente composta por populações indígenas e locais de colonização isolados – geralmente ligados às atividades agropecuárias. A busca por pedras preciosas pelo interior do país que se iniciou ainda nos “dois primeiros séculos de ocupação da colônia” foi fundamental para definir a ocupação do território (FONSECA, 2011, p. 58).

Ocorreram, nesse sentido, expedições que se destinavam especificamente à procura de metais preciosos, diferentemente daquelas primeiras voltadas apenas para a captura de escravos e que, esporadicamente, encontravam ouro. Tal como aquela responsável pela descoberta dos tesouros presentes na região que viria a ser Vila Rica – atual Ouro Preto – liderada por Manuel Garcia e acompanhada pelo mulato Duarte Lopes, que obtiveram sucesso em sua empreitada, no ano de 1695 (LIMA JÚNIOR, 1996).

Lima Júnior (1996), afirma que após a descoberta feita por Manuel Garcia, Antônio Dias, organizou uma nova Bandeira que posteriormente encontrou, na outra vertente, novos depósitos auríferos. Daí em diante, a notícia da riqueza que se escondia naquelas terras se espalhou e, embora Portugal tentasse suprimir as informações sobre o ouro, viajantes de todas as partes vieram em busca de sua sorte:

[...] os judeus de todo o mundo conheciam detalhadamente tudo quanto aqui se passava, pois que a maior parte dos ocupantes das novas terras fossem paulistas ou da Bahia e Rio de Janeiro, que nos vales úmidos do Ouro Preto

se reuniam na faina de minerar, eram quase todos cristãos novos, judaizantes em segredo, que se comunicavam com os seus onde quer que eles se encontrassem.” (LIMA JÚNIOR, 1996, p. 59).

Tão depressa quanto se descobriu o ouro, povoou-se a região de Vila Rica (Ouro Preto) e, “trataram, logo, de fazer plantação, frutificar a terra e cultivá-la, para haverem de se sustentar e habitar nela” (SARMENTO, 1735 apud LIMA JÚNIOR, 1996, p. 59).

A ocupação do território não era planejada e foi movida por expedições que adentraram no interior das Minas Gerais num processo que Fonseca (2011, p. 54) caracterizou como “[...] um espaço em perpétuo vir a ser, convertido em território na medida em que o povoamento avança e se intensifica”. Com o crescimento acelerado dos povoamentos e a busca por ouro que atraía cada vez mais viajantes, o interesse da Coroa portuguesa em controlar e administrar esse território em expansão se intensificava. A partir do século XVIII, a Coroa lançou mão de um mecanismo bastante eficaz: o poder eclesiástico.

A estrutura eclesiástica serviria para controlar de perto as ações naquele território, além de garantir que os habitantes das terras longínquas fossem catequizados. Diferentemente do que ocorreu no litoral do país, onde a Igreja acompanhou e liderou o processo de ocupação e territorialização, no interior, ela apenas se apossou de uma estrutura que já estava organizada. Nesse sentido, conforme as primeiras vilas eram criadas, subordinadas aos ditames da Coroa e da Igreja, cada qual passava a ter também seus “*concelhos*”⁴⁸ e sua autonomia administrativa, seguindo o modelo utilizado em Portugal. Concomitantemente à criação dessas vilas, surgiram cada vez mais arraiais: pequenas povoações dependentes de uma sede de *concelho*, que por sua vez também estavam submetidas aos interesses da metrópole.

Daí em diante, contando com a iniciativa dos habitantes da região das zonas do ouro, capelas foram erguidas, irmandades foram criadas e religiosos passaram a ser remunerados por suas celebrações. Paula (2000, p. 49) destaca a importância decisiva dessas irmandades, que eram “... talvez, as mais importantes instituições da sociedade civil de então [...] capazes de garantir algum grau de organização autônoma, de busca de defesa e interesses coletivos etc.”

Nesse movimento, começaram a surgir as primeiras “*sedes paroquiais*” que, para Fonseca (2011, p. 85), constituíam “as células base da organização eclesiástica da colônia”. Era a partir das “*paróquias*” ou “*freguesias*” que emanavam as atividades religiosas e administrativas da região. Essas “*freguesias*” não possuíam limites bem definidos em função da grande extensão territorial e, conforme era necessário – devido ao aumento da população

⁴⁸ Também chamados de cidades, vilas, coutos e honras. [...] Eram as células básicas da organização político-territorial portuguesa e foram, mais tarde, também chamados municípios (FONSECA, 2011, p. 27).

ou aos obstáculos postos pelo terreno – novas “*freguesias*” eram criadas ou tinham seus limites redefinidos.

Cabe ressaltar que a região mineradora possuía a maior parte das “*sedes paroquiais*”. Ouro Preto, Rio das Mortes e Serro concentravam a grande maioria das *capelas* criadas. Ao longo da serra do Espinhaço, portanto, encontravam-se os arraiais mais “estáveis”, localizados nas principais regiões auríferas. Além disso, a maior parte das “*freguesias coladas*”⁴⁹ que se encontravam nas zonas mineradoras foi criada na primeira metade do século XVIII, apogeu da produção aurífera e período de muitas revoltas em Minas Gerais – vide a já referida Inconfidência Mineira. Justifica-se, portanto, para Fonseca (2011) a criação de tantas *paróquias* com padres de confiança para manter o controle sobre a região.

Entre os anos de 1711 e 1730 foi quando surgiram mais da metade das vilas que tiveram seu início com a povoação nos núcleos mineradores ao longo da Serra do Espinhaço (antes mesmo da autonomia da capitania em relação a São Paulo, que ocorreu em 1720). Em 1711, Ribeirão do Carmo (atual Mariana), Vila Rica (atual Ouro Preto) e Vila Real do Sabará (atual Sabará), foram “agraciadas” com o título de primeiras municipalidades⁵⁰ da capitania de Minas Gerais (FONSECA, 2011).

Em meados de 1750, quando a crise da produção aurífera já se anunciava, houve uma expansão da área de exploração e ocupação, avançando para regiões menos conhecidas, nos limites da capitania. Esse processo se acelerou diante da intensificação da fiscalização da Coroa Portuguesa nas regiões mais ocupadas da Capitania. Nesse sentido, parte da população saiu das “zonas centrais” em direção ao oeste da Colônia (minas auríferas de Goiás), na busca pela descoberta de novas jazidas e de terras agricultáveis.

Outro fator que contribuiu para o declínio da extração do ouro seria reforçado durante a passagem dos viajantes estrangeiros décadas mais tarde: a falta de técnicas melhores que promovessem a extração em locais de difícil acesso, e não somente o ouro de aluvião no leito dos rios, por exemplo. Tal necessidade fora apontada por D. Rodrigo José de Menezes já em 1780:

Para arrancar das entranhas da terra êste metal preciosíssimo, não só é necessário ao mineiro um excessivo trabalho e despesas avultadíssimas, mas elê acha a cada passo obstáculos quase invencíveis, umas vezês na mesma natureza do terreno onde, depois de ter gasto anos e dinheiro em abrir a mina, encontra uma pedreira que o impossibilita de continuar e fica malogrado todo o trabalho e despesa e o mineiro pobre, exposto às execuções de seus credores e sem crédito ou cabedal para poder comprar negros, sustentar alguns, se os tem e tentar por êste modo vencer a

⁴⁹ Ou “colativas”. Eram as paróquias em que os padres eram “colados” ou “perpétuos”, nomeados pelo rei e beneficiários da cômputa (benefícios eclesiásticos) (FONSECA, 2011).

⁵⁰ Corresponde a uma autarquia local, independente, ao contrário dos concelhos que eram administrados pelos municípios.

dificuldade. Outros, na falta total das águas, que é necessário encanar de distancias afastadas para lavar a terra, em cujo trabalho encontram oposições, discórdias e processos. Algumas, na pouca harmonia, dos vizinhos, que, por não concorrerem cada um de sua parte com alguma despesa em bem-comum de todos, desprezam a sua felicidade e a do Estado, deixando inúteis lavras reconhecidamente ricas. Muitos, na insaciável cobiça de outros, que, tendo noticia da riqueza de uma mina, vão atalhar com uma outra contramina, que faz com que a primeira largue o seu trabalho e vá pelo mesmo método primeiro seguido, do que tudo resultam demandas intermináveis e ficar a lavra, entretanto, inútil, sem dela aproveitarem os vassalos, nem a Real Fazenda tirar o seu Quinto (LIMA JÚNIOR, 1965, p. 74-75).

A despeito da queda na produção no final do século XVIII, a importância da região mineradora foi tamanha que se tornou responsável por dinamizar as relações do interior do território, antes inexplorado, com o litoral, centro de onde emanava o poder da Coroa e onde se faziam as “trocas” com a metrópole. Para Galeano (2011, p. 82) “[...] a ‘idade do ouro’ de Minas Gerais transferiu para o Sul o eixo econômico e político do país e, a partir de 1763, fez do Rio de Janeiro, o porto da região, a nova capital do Brasil”.

As vilas de Ouro Preto, Sabará, São João d’El Rei, Ribeirão do Carmo (atual Mariana) se destacaram e foram elevadas, posteriormente, à categoria de cidades, concentrando riquezas e ocupando posição relevante para a produção da época. Como salienta Santos (1986), “os lugares possuem situações específicas em relação à divisão territorial do trabalho na escala nacional, num dado momento” (SANTOS, 1986 apud CASTILLO; FREDERICO; 2010).

Essas localidades tiveram, nesse sentido, importante função na economia do ouro e na organização da região tal qual ela se apresentava no período. Desde a descoberta das jazidas, passando pela instalação dos arraiais e vilas, até a elevação à categoria de cidades, os lugares e sua participação no “circuito espacial da produção” (SANTOS, 1986), foram fundamentais para o surgimento e o apogeu do “ciclo do ouro”.

Essa região, vista como “homogênea” e que integra um território com características similares, tais como, a produção ali existente, corresponde, segundo Jacques Boudeville (1983) a um “espaço contínuo em que cada uma das partes que o constituem apresenta características que as aproximam umas das outras, tornando-a homogênea”.⁵¹

Nesse sentido, a região mineradora era composta pelas terras que avançavam pelo Rio das Velhas, Rio das Mortes, Serro Frio e Vila Rica (Ouro Preto). Segundo Paula (2000), os municípios que ganharam destaque foram, Ouro Preto, Mariana, Sabará, São João Del Rei, Caeté, Pitangui, Serro, Diamantina, Minas Novas. Como se pode observar na Figura 8, abaixo, essas localidades compuseram no século XVIII uma “rede” urbana estruturada que

⁵¹ (JACQUES BOUDEVILLE apud ANDRADE, 1983, p. 45).

sustentou a produção aurífera, permitindo, que além da extração e comercialização do ouro, atividades paralelas como agricultura, pecuária e comércio se desenvolvessem e ganhassem destaque (ARAÚJO, 2014).

Figura 8: Mapa da Província de Minas Gerais no final do século XVIII



Fonte: minasancestrais.blogspot.com.br

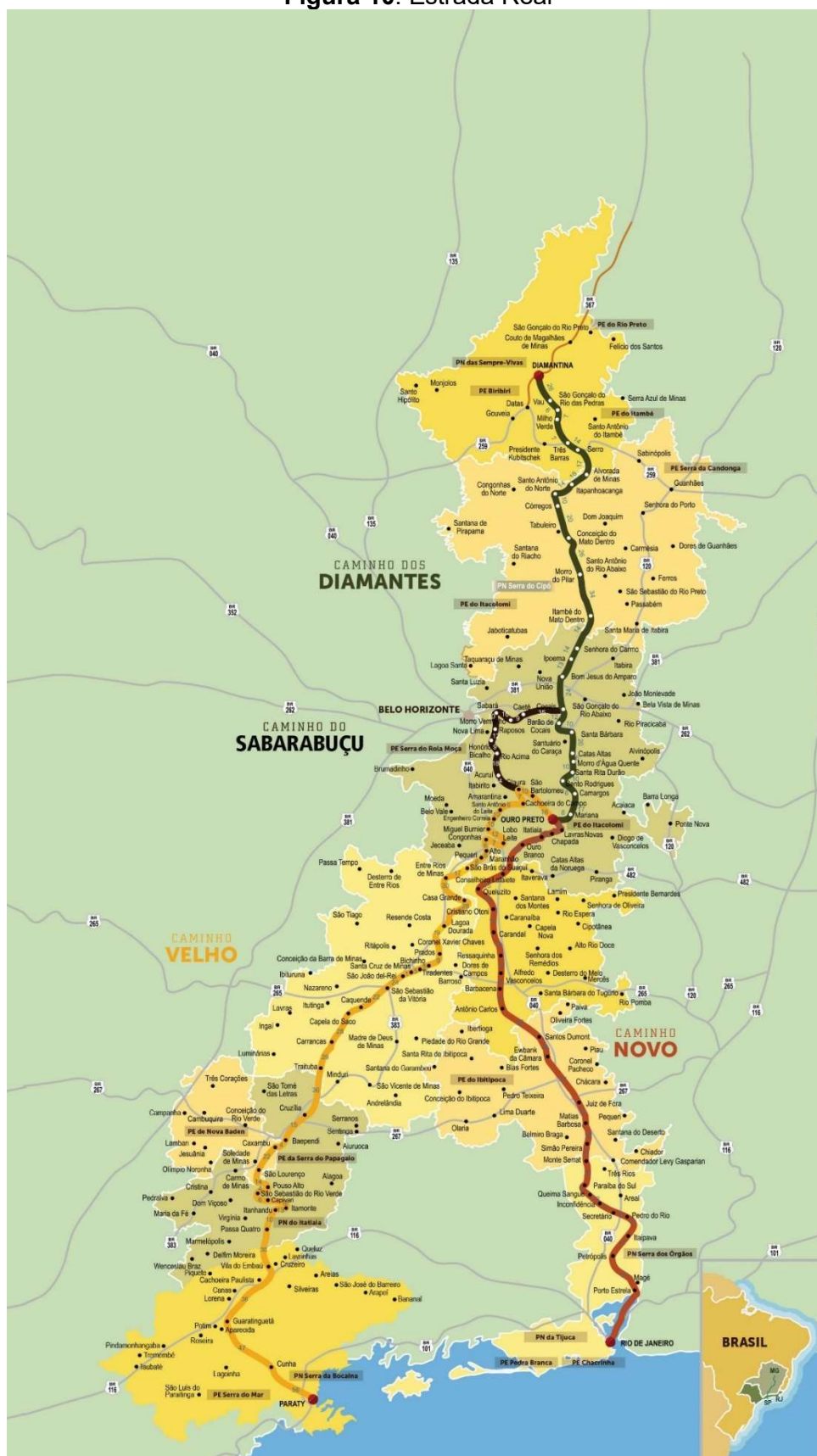
Se no século XVIII o desenvolvimento das Minas Gerais se deu, essencialmente, no entorno dessas localidades, no século seguinte a área passou por um novo processo de regionalização, fazendo surgir novas delimitações fronteiriças em seu interior. Segundo Chaves (2012), a partir de adaptação e análise de Saraiva (2008), a Província passaria a se dividir em três segmentos: regiões estáveis (V – Centro, I – Sul, VII – Norte); regiões em formação (III – Triângulo Mineiro, II – Zona da Mata); regiões de formação incompleta (VI – Leste, IV – Oeste), como se observa na Figura 9, abaixo:

Figura 9: Província de Minas Gerais em meados do século XIX

Fonte: CHAVES, 2012; SARAIVA, 2008.

A estrutura urbana de Minas Gerais se desenvolveu ao longo desses dois séculos de ocupação através dos caminhos das Estradas Reais, composta por mais de 1500 km de extensão, desde o sul da então capitania de Minas Gerais até seu interior, atravessando ainda as capitanias de São Paulo e Rio de Janeiro, passando por municípios como Lorena e Guarantiguetá em São Paulo e Itaipava e Petrópolis no Rio de Janeiro. Essas “estradas do ouro” eram compostas por quatro caminhos distintos e serviram de passagem para escoar a produção aurífera, bem como, para levar mantimentos e bens manufaturados às vilas e povoados. Os caminhos denominavam-se: *Caminho Velho*, *Caminho Novo*, *Caminho do Sabarabuçu* e *Caminho dos Diamantes* e tiveram seu uso estratégico em períodos diferenciados da história da capitania mineira (Figura 10).

Figura 10: Estrada Real



Fonte: www.institutoestradaareal.com.br

O Caminho Velho, mais antigo dentre todos, foi oficialmente aberto pela Coroa Portuguesa ainda no século XVII, sendo amplamente utilizado para se atingir o interior da capitania. Originando-se no litoral paulista, em Paraty, o Caminho Velho atravessava municípios como Tiradentes, São João Del Rei, São Lourenço e Passa Quatro em direção à região central da capitania mineira até seu destino, Ouro Preto. O Caminho Velho possuía o trajeto mais longo. A duração da travessia de São Paulo a Ouro Preto ou a região do rio das Velhas era cerca de 74 dias de viagem (COSTA, 2005).

Através dele se percorria áreas de grande altitude (entre 1000m e 1400m), dificultando o transporte das pedras e das mercadorias. Além disso, após a abertura do porto no Rio de Janeiro, tornou-se inviável o transporte pelo mar entre Paraty e Rio, surgindo a necessidade de utilização de um caminho alternativo.

Surgiu assim o Caminho Novo que teve sua abertura autorizada pela Coroa Portuguesa no final do século XVII, sendo concluído no início do século XVIII, por volta de 1707 (CARVALHO, 2011). Esse caminho, surgiu como uma alternativa mais viável ao primeiro, por ser mais curto, levava-se cerca de doze dias para ser percorrido (COSTA, 2005), além de boa parte de seu trajeto percorrer áreas de menor altitude, entre 200m e 800m. Ressalta-se que o Caminho Novo foi construído para exercer fundamentalmente o papel de “corredor de exportação”, responsável por escoar a maciça produção da região das minas de ouro.

Os dois outros caminhos possíveis eram o Caminho do Sabarabuçu que fazia a ligação entre o Caminho Velho e o Caminho dos Diamantes por um pequeno trecho que saía da região de Ouro Preto, com destino ao município de Caeté e o Caminho dos Diamantes, localizado mais ao norte da capitania mineira, ligando o município de Diamantina a Ouro Preto. Esse Caminho começou a ser utilizado em meados da década de 30 do século XVIII com a descoberta e extração de diamantes naquela região. O chamado “distrito dos diamantes” teve sua primeira delimitação feita em 1737 e foi sucessivamente ampliado em função da descoberta de novas jazidas (FONSECA, 2011).

Os “caminhos reais”, hoje definidos com certa facilidade, foram sendo traçados ao longo dos séculos de acordo com as expedições realizadas e com a descoberta de novas jazidas, além da necessidade recorrente de escoamento da produção mineral. Abreu (1989, p. 45) salienta que “os primeiros descobertos lavraram-se em águas do rio Doce, do rio das Velhas, mais tarde, do rio das Mortes e do Jequitinhonha”.

A importância dos rios que cortam a região fica evidente nesse momento. A bacia do rio Doce, por exemplo, abrange municípios como Ouro Preto e Mariana, enquanto o rio das Velhas tem suas nascentes localizadas também em Ouro Preto, passando ainda por Sabará, outro município de importância durante o ciclo do ouro.

O rio das Mortes atravessa outras localidades de relevância do período áureo da mineração, tais como, São João Del-Rei, Tiradentes e Barbacena. O rio Jequitinhonha, por sua vez, localizado mais ao norte do estado de Minas Gerais, tem suas nascentes próximas à Diamantina e Serro. Observa-se que, os quatro rios mencionados atravessam ou situam-se próximos aos municípios que, no século XVIII, compunham o cenário da exploração do ouro. Para Abreu (1989), o rio Jequitinhonha foi, juntamente com o rio das Mortes, os últimos a serem alcançados nesse século, visto que, as bandeiras partiam do Sul em direção ao Norte da capitania.

Ressalta-se que a necessidade de organização desses caminhos, bem como do espaço urbano que se configurou em Minas Gerais nos séculos XVII, XVIII e XIX, são fruto do processo de formação territorial inerente à região. Processo este, responsável por definir seu desenvolvimento econômico, político, demográfico, identitário e cultural e que permitiu a vinda de viajantes estrangeiros com propósitos e interesses bem definidos para a região.

Não nos parece possível, portanto, separar o processo de urbanização da região mineradora da ideia de modernidade que se impôs sobre a mesma. Como já vimos, o conceito de modernidade está diretamente ligado às concepções da cultura europeia ocidental, cujas raízes se fundaram e se consolidaram entre os séculos XVII, XVIII e XIX. Em Minas Gerais, a modernidade se fez presente também a partir da perspectiva da ruptura com o antigo, o atrasado. E, para compreendê-la, é preciso conforme aponta Gomes (1999, p. 26), “esclarecer as escolhas realizadas pelos atores envolvidos em um processo social, como é o da proposta de um projeto de modernidade”.

Na tentativa de esclarecer esse processo, procedemos à recuperação dos caminhos traçados pelos viajantes estrangeiros e, nos capítulos seguintes, à análise dos relatos de viagens por eles produzidos. Para isso, foi realizado o mapeamento dos roteiros de viagem, das obras que dispunham desses roteiros, evidentemente. Tendo em vista que, algumas das obras produzidas pelos viajantes não tinham caráter de diário, ou não se preocuparam em registrar detalhadamente os locais de passagem.

Após organizar os viajantes pelas décadas em que realizaram suas viagens por Minas Gerais, entendendo que, desse modo, poderíamos visualizar a ocorrência das viagens, os locais mais visitados e, conseqüentemente, os interesses intrinsecamente presentes nesse processo, além de permitir contemplar todo o século XIX, em especial, a delimitação histórica proposta para essa tese, entre 1808 e 1889.

De imediato observamos que os caminhos traçados pelos viajantes coincidem com os caminhos oficiais da Estrada Real. Evidentemente, porque a viagem por percursos outrora definidos e estabelecidos, com paragens específicas e, ainda que minimamente, assistência aos viajantes que por ali passavam, facilitava o trajeto. Além disso, o percurso preferencial dos viajantes compreendia a região mineradora, tendo em vista que boa parte deles, como

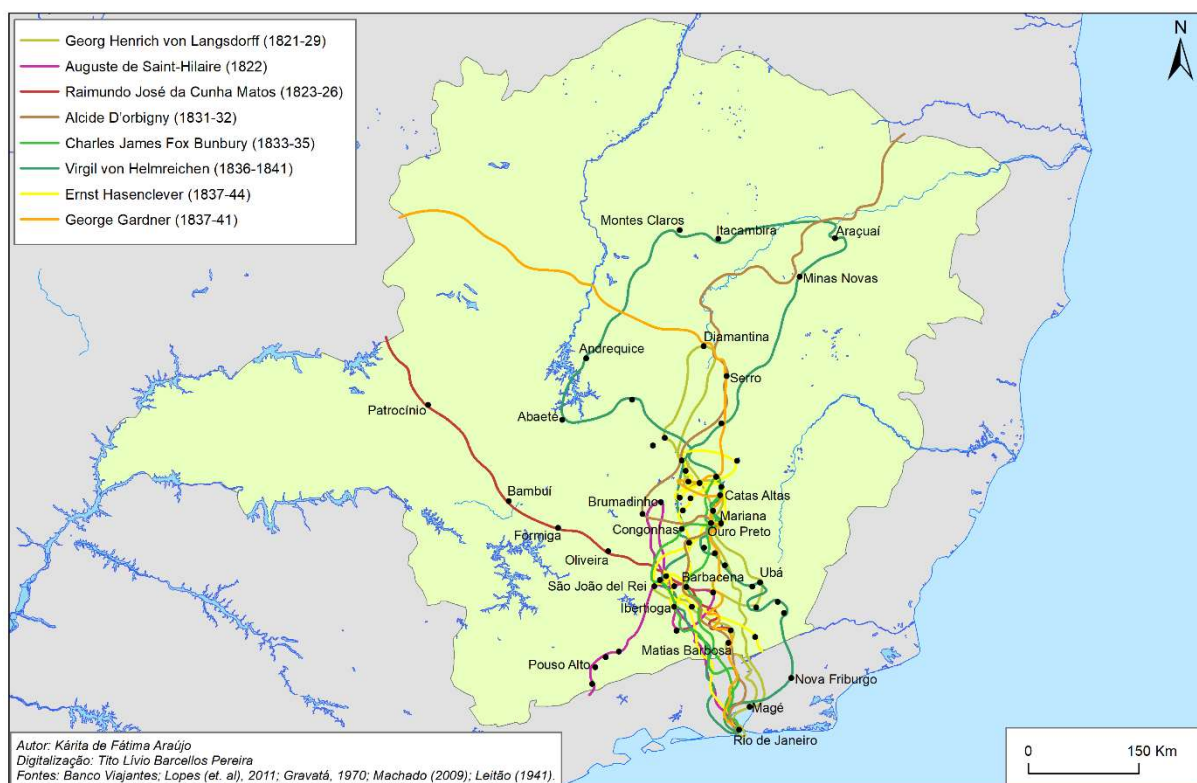
veremos adiante, ainda que tivessem propósitos diferenciados, se interessavam por explorar a história, os costumes, bem como, o desenvolvimento e a decadência experimentados pela região.

As estradas públicas, como a Estrada Real, foram inicialmente abertas em picadas pelos primeiros descobridores, e progressivamente alargadas na medida em que as tropas ou comboios avançavam em direção aos lugares mais povoados. Essas povoações, por sua vez, garantiam que as estradas que levavam à elas fossem mais bem conservadas que outras mais isoladas (MATOS, 1981, v.2).

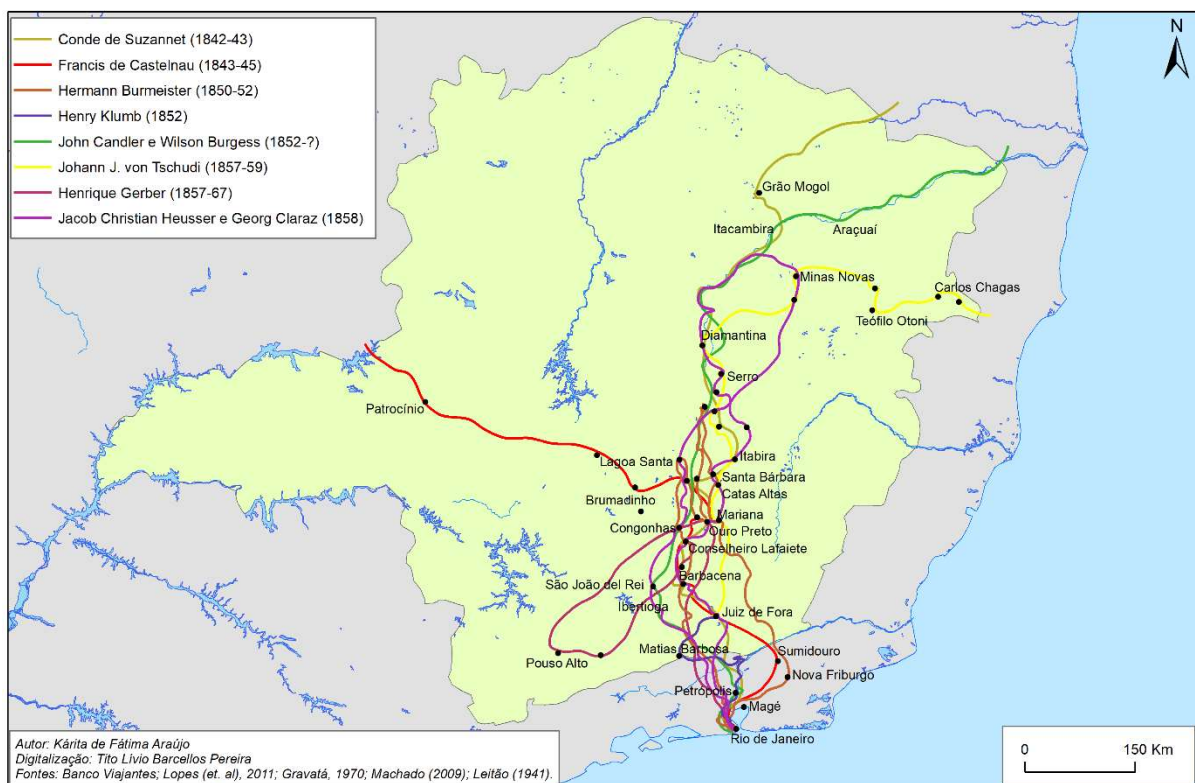
Observamos após a confecção dos mapas que os fluxos de viajantes se deram de modo diferenciado ao longo do século XIX. Tanto no que se refere ao número, quanto ao seu propósito. As maiores expedições científicas responsáveis pela vinda de Spix e Martius, Auguste de Saint-Hilaire e o barão de Langsdorff, por exemplo, ocorreram na primeira metade do século XIX, em especial nas três primeiras décadas. Essas expedições com claros propósitos científicos, serviram como um verdadeiro reconhecimento territorial e das potencialidades paisagísticas e recursos naturais do Brasil (Figuras 11 e 12):

Figura 11: Roteiro dos Viajantes por Minas Gerais 1808-1819



Figura 12: Roteiro dos Viajantes por Minas Gerais 1820-1839

A partir da década de 1840 até o final do século, tendo passado o *frenesi* das viagens do início do século, observamos que os trajetos se restringem por uma área delimitada, que vão de norte a sul de Minas Gerais, quase sempre, seguindo os caminhos da Estrada Real ou importantes rios, como o Jequitinhonha e o São Francisco. Observamos que a região oeste do estado fica esquecida a partir dessa década, e as movimentações dos viajantes não se afastam da região central e leste de Minas Gerais (Figuras 13, 14 e 15 abaixo).

Figura 13: Roteiro dos Viajantes por Minas Gerais 1840-1859

A década de 1860 traz a vinda de viajantes com outros propósitos. Em especial comerciais e com vistas a promover a exploração mineral na província de Minas Gerais, fosse através das companhias estrangeiras, à serviço do governo imperial brasileiro, como Charles F. Hartt e Claude-Henri Gorceix (obras e relatórios sem caráter narrativo na forma de diário de viagem, por isso, sem roteiro a ser mapeado). Além de obras como a de Oscar Canstatt, agrônomo alemão da Comissão Imperial de Agrimensura, que buscou reunir em um livro informações que interessassem aos leitores de seu país, incentivando a imigração para o Brasil. Observamos também a ocorrência de viagens com objetivos “pessoais”, com vistas a conhecer a região, como Thomas Hinchliff ou William Hadfield. Destacamos ainda a viagem realizada por Richard Burton, inglês que estende sua passagem pelo Brasil para além de Minas Gerais e realiza um itinerário longo e com propósitos diversos (Figura 14).

Figura 14: Roteiro dos Viajantes por Minas Gerais 1860-1869

Esse cenário se mantém constante até a década de 1870, quando na década seguinte, a aproximação da República e as tensões envolvidas nesse processo, além dos interesses abolicionistas e demais questões que interferem na geopolítica do país, como a Guerra do Paraguai (1864-1870), alteram a cena política brasileira, e as viagens reduziram-se consideravelmente (Figura 15, abaixo).

Além disso, evidenciamos uma questão externa ao Brasil que pode ter sido determinante para a diminuição das viagens no final do século XIX. A colonização da África pelas principais potências europeias que também foram responsáveis pelo envio de viajantes ao Brasil, como Alemanha, França e Inglaterra. A partir do Congresso de Berlim (1885) e da partilha do continente africano segundo os interesses das potências coloniais da época, os olhos da Europa se voltam para àquela região, revelando novos territórios e paisagens a serem exploradas. Além disso, os movimentos de independência da América Latina, entre eles do Brasil, sinalizavam para a necessidade de a Europa direcionar seus anseios exploratórios para outras regiões do globo, que tivessem menos impedimentos aos seus interesses.

Figura 15: Roteiro dos Viajantes por Minas Gerais 1870-1899

Boa parte das viagens, concentraram-se na região central de Minas, e, como tal, ao longo dos caminhos da Estrada Real, portanto, poucos viajantes exploraram o Norte de Minas Gerais ou Triângulo Mineiro. Essa última região, anexada à Minas Gerais somente em 1816, após minucioso trabalho do Barão de Eschwege, como veremos adiante, pertenceu anteriormente à São Paulo e Goiás, e foi incorporada à Minas a pedido de fazendeiros, políticos e comerciantes de Araxá, que alegavam que Ouro Preto, então capital da província, era mais próxima do Triângulo Mineiro que de Goiás.

Observamos que, nas primeiras décadas do século XIX, as viagens estiveram, entretanto, bem mais dispersas pelo território, quando comparado com a segunda metade do século. Entendemos que isso se deveu ao fato de que no início do século, o interesse principal das viagens, coincidindo com seus propósitos científicos, era de re(conhecimento) territorial, compreendendo regiões que foram pouco ou nada exploradas. Em razão da concentração das viagens por trajetos menos dispersos a partir da década de 1840, ganham destaque dois rios de importância no território de Minas Gerais.

O Rio São Francisco, que figurou entre os de maior interesse de reconhecimento pelos viajantes, tanto por aqueles envolvidos em projetos de navegação conduzidos pelo Império, quanto por exploradores estrangeiros interessados não somente na navegabilidade do rio, mas, na paisagem do seu entorno, como veremos adiante. Raimundo José da Cunha Matos,

autor da *Corografia histórica da província de Minas Gerais* (Original publicado em 1837) e referência nos estudos sobre a província durante o século XIX, explica que o Rio São Francisco disputa sua primazia somente com o rio Grande, em razão de formarem as bacias mais consideráveis de Minas Gerais, com inúmeros afluentes que engrossam o troço principal (MATOS, 1981, v.1).

O Rio Jequitinhonha, por sua vez, é segundo Matos (1981, p. 274, v.1) “[...] célebre por sua extensão e mais ainda pelas riquezas prodigiosas que se têm tirado do seu leito e das suas margens”. Reside também na ocorrência de minérios, o interesse dos viajantes por incluir esse rio em seus roteiros.

A navegabilidade dos rios também foi valorizada nos relatos, assim como a viabilidade de se ampliar essa modalidade de transporte como forma de integração do território de Minas Gerais à outras regiões do país e de escoamento da produção da província em direção ao oceano Atlântico. Além dos rios São Francisco e Jequitinhonha, o rio Doce, Paraíba e Pardo Setentrional são segundo Matos (1981, p. 80, v.2) os mais “frequentados para exportações e importações de fora da província”.

Entre os viajantes que traçaram seus roteiros tendo Minas Gerais como destino ou como via de passagem, destacam-se aqueles de nacionalidade alemã, francesa e inglesa. Tanto alemães como franceses tiveram suas viagens relacionadas a propósitos científicos, fossem de seus países de origem ou por uma demanda do governo Imperial.

Os ingleses, por sua vez, especialmente os que estiveram no Brasil após a segunda metade do século XIX, tiveram interesses variados no país, especialmente relacionados ao comércio e aos negócios. Em razão desses interesses, voltados para atividades como mineração e produção cafeeira, Minas Gerais aparece como lócus privilegiado de visitação. Sobre a expansão da influência inglesa ao redor do mundo, Forman (1999) explica que:

Um desses casos é o Brasil, onde a extensa influência da Grã-Bretanha sobre mineração, produção e distribuição de café, transporte marítimo, construção (de ferrovias, esgotos, luzes e telégrafos) e até política (da mudança da capital portuguesa para o Rio sob a auspícios da frota britânica em 1808 até a abolição da escravidão em 1888) – o que levou muitos historiadores a denominar o século XIX lá “o século inglês”. (FORMAN, 1999, p. 456, tradução nossa⁵²).

Forman (1999) afirma que os investimentos ingleses estiveram em diversas áreas como ferrovias, dragas, usinas a gás, minas de carvão, fundições, além de empresas sob o

⁵² One such case is Brazil, where Great Britain's extensive influence-over mining, coffee production and distribution, shipping, construction (of railroads, sewers, lights, and telegraphs), and even politics (from the relocation of the Portuguese capital to Rio under the auspices of the British fleet in 1808 to the 1888 abolition of slavery) – has prompted many historians to dub the nineteenth century there “the English Century”.

comando de engenheiros ingleses. Embora o Brasil não fosse uma ex-colônia inglesa, ou uma "esfera de influência" designada, tornou-se uma das áreas em que a Grã-Bretanha perseguia seu desejo de estender sua autoridade ao redor do mundo" (FORMAN, 1999, p. 456, tradução nossa⁵³).

Para que possamos verificar mais especificamente os interesses dos viajantes estrangeiros em Minas Gerais, passaremos à análise dos discursos por eles produzidos e redigidos na forma de relatos, diários ou relatórios oficiais conforme o propósito da viagem. Como já sinalizado anteriormente, organizamos os textos dos viajantes de acordo com os objetivos das viagens, relacionando-os aos interesses e deslumbramentos sobre o território e a paisagem.

⁵³ Although Brazil was not an English-speaking country, a British colony, or even a designated "sphere of influence," it became one of the areas in which Britain pursued its desire to extend its authority around the globe.

Capítulo 3: Viajantes estrangeiros em Minas Gerais: o interesse pelo território

Figura 16: Lavagem de ouro de Itacolomi (século XIX). Ilustração de Johann Moritz Rugendas



Fonte: Viagem pitoresca através do Brasil

Uma vaga notícia das riquezas do sertão circulava, por certo, habitualmente desde a época em São Paulo [...] o capitão Manuel Garcia, acompanhado pelo Coronel Salvador Fernandes e de alguns bandeirantes, tomava a resolução de empreender as mesmas buscas. Este encontrou Bueno e sua gente na montanha de Itaverava, a oito léguas ao sul de Vila Rica, e foi o primeiro a voltar à sua pátria, após haver recolhido apenas oito oitavas de ouro. Ainda assim, este derradeiro descobrimento determinou o governador a estabelecer antecipadamente uma fundição na Vila de Taubaté, provavelmente em razão da esperança que inspiravam as descobertas do futuro. O que há de certo é que, a partir desta época, entre os sertanejos se conheceu um prodigioso impulso, que levou à região das minas todos os homens dotados de alguma energia. Não são mais escravos, ou hordas indígenas que vão achar, é ouro e a região de Minas é designada – Jean Ferdinand Denis.

“Se existe uma região que poderia sobreviver sem o resto do mundo, esta seria
certamente a província de Minas Gerais”
Auguste de Saint-Hilaire

Neste capítulo, procuraremos (re)conhecer nos discursos dos viajantes, sua intencionalidade ao descortinar através dos relatos e material de pesquisa, as potencialidades do território das Minas Gerais. Tanto quando aparecerem diretamente, no caso de expedições científicas e viagens financiadas por órgãos institucionais ou comerciais ou, subjetivamente, quando escaparem à essas limitações. Para isso, optamos por separar os discursos de acordo com o propósito e interesse do viajante, sem que, para isso, estivéssemos presos a delimitações temporais ou caminhando linearmente do início ao final do século XIX. Em conformidade com metodologia semelhante utilizada por Souza (2014, p. 09), daremos voz aos viajantes a partir de citações de seus textos, permitindo que as mesmas “façam por si, de forma que sua interligação sirva para aproximar os diversos viajantes citados e os temas por eles tratados”. Nossa preocupação foi, portanto, atrelar esses discursos à materialidade do território e sua construção nas obras, que se mostrou diretamente relacionada à oferta de recursos naturais, especialmente minerais, além da projeção de Minas Gerais e do Brasil no exterior como fornecedores desses recursos.

Interesses científicos

A afirmação de Auguste de Saint-Hilaire, embora pareça audaciosa, foi reiterada por seu conterrâneo, Alfred Marc, que esteve no Brasil entre 1887 e 1889. O jornalista e vice-presidente da 3ª sessão da Sociedade Geográfica Comercial de Paris, Alfred Marc, publicou duas obras relatando sua viagem por grande parte do território brasileiro e, na ocasião de sua visita pela Província de Minas Gerais afirmou:

O mineiro tem razão em seu orgulho provincial, porque sua pátria é admiravelmente dotada, esta província, “com um coração de ouro em uma caixa de ferro”, como a tão bem qualifica M. Henri Goercix, outro francês, por ela conquistado e que a conhece bem, sabe o que ela pode realmente fazer sem o resto do mundo. Minas Gerais já haveria provado isso, se tivesse uma saída direta no mar, mas, fora privada e seu território era completamente interno. Vingou-se, entretanto, fazendo seus afluentes das regiões vizinhas do Espírito Santo ao norte, do Rio de Janeiro ao centro e de São Paulo ao Sul, cujos portos lhe servem de pontos de venda. Se alguma vez a divisão administrativa e política do Brasil for reformada, Minas vai cavar uma fatia de terra no litoral com toda sua preponderância (MARC, 1890, p. 02, tradução nossa⁵⁴).

O francês apresenta um relato dos aspectos físicos mais relevantes da província mineira, tais como sua localização geográfica entre outras importantes províncias brasileiras, o fato de ser atravessada por rios grandiosos, como o Paranaíba, o Rio das Velhas e o Rio Grande, além de se referir às importantes formações rochosas como as serras da Mantiqueira, da Canastra e do Espinhaço. Faz observações acerca do clima e da vegetação, que são, segundo ele, bastante variados na extensão da Província (MARC, 1890).

As observações mineralógicas que se estendem para uma análise histórica da Real Fábrica de Ferro de Ipanema, avançam no sentido de reforçar a importância das pesquisas que envolvem a mineração em Minas Gerais, sobre isso, Marc (1890) afirma:

Antes de deixar esta bela província, no entanto, é aconselhável dar uma olhada em algumas das grandes tendências de sua atividade. em primeiro lugar, a indústria, pois teve alguns primórdios brilhantes e, a esse respeito, subiu para um bom posto como a própria capital do Império. Estamos ansiosos para a bela e rigorosa Exploração Científica

⁵⁴ Le mineiro a raison dans son orgueil provincial, car sa patrie est admirablement dotée, cette province au coeur d'or dans une poitrine de fer, comme la si bien qualifié M. Henri Goercix, un français dont elle la conquiert l'affection et qui la connaît bien, peut en effet se passer du reste du monde, comme le attestait Saint-Hilaire. Elle l'eut déjà prouvé, si elle avait une sortie direct sur la mer, dont la privée sa situation complètement intérieure. Mais elle a pris sa revanche, en faisant ses tributaires des régions voisines de Espírito Santo au nord, Rio de Janeiro au centre e São Paulo au Sud, dont les ports lui servent de débouchés. Si jamais on remanie la division administrative et politique du Brésil, Minas se taillera sur la côte une tranche en rapport avec sa prépondérance réelle.

da ordem de administração e despesas do Provincial Tesouro realizada pela Comissão Geológica e chefiada pelo Sr. Orville A. Derby, que inclui M. Sampaio, F. de Oliveira, e A. Loefgren. Foi a primeira província no Brasil que tomou a iniciativa para esse trabalho. Em Minas, Henri Gorceix, o nosso compatriota, fez, juntamente com os funcionários da Escola de Minas, muitas pesquisas desta natureza, e ainda busca meios para organizar uma exploração metódica para poder traçar um mapa geológico completo de Minas, o sonho de toda a sua vida. De Minas, como vimos, são extraídos minério de ferro, xisto, pedra de construção e calcário, especialmente para fazer cal, e o barro usado para fazer tijolos, telhas, cerâmica, faiança comum. preponderância (MARC, 1890, p. 320, tradução nossa⁵⁵).

Provavelmente figurando entre os nomes de maior importância na pesquisa científica brasileira no século XIX estejam Orville Adelbert Derby e Claude-Henri Gorceix. Gorceix, graduou-se na École Normale Supérieure de Paris, em ciências físicas e matemáticas e, juntamente com o norte-americano Orville Adelbert Derby, foram essenciais na produção de material científico e estudos geológicos sobre o *Quadrilátero Ferrífero*. Machado (2009, p. 148) afirma que as “contribuições destes dois naturalistas evidencia o processo de especialização da ciência Geologia e da formação e consolidação de instituições de pesquisa geológica no Brasil”.

Derby, por sua vez, compôs, a convite de Charles Frederic Hartt, as “Expedições Morgan” (ocorridas em 1870 e 1871). As expedições chefiadas por Hartt objetivavam realizar uma sistemática exploração geológica do Brasil. O trabalho do grupo ficou, entretanto, restrito à confecção de uma “Carta Geológica do Império pelo Aviso Imperial, de 30 de abril de 1875, que regia as atribuições da Comissão” (MACHADO, 2009, p. 152).

Em 1877, a Comissão foi dissolvida, Derby, entretanto, permaneceu no Brasil e dirigiu a Seção de Mineralogia e Geologia do Museu Nacional, para onde foi transferido o material coletado pela Comissão Geológica do Império. Depois, esteve à frente da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Além desta, vigorou na mesma época outra semelhante, mas, em Minas Gerais. Criada em 1892, a Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais, chefiada por Augusto de Abreu Lacerda, existiu até 1898,

⁵⁵ Avant de quitter cette belle province, il convient cependant de jeter encore un coup de oeil sur certains grands branché de son activité. L'industrie d'abord, car elle y a eu des debuts brillants, et, sous ce rapport, elle luté a un bon rang avec la capitale memê de l'Empire. On attend avec impatience la superbe et rigoreouse exploration scientifique enterprise sur l'ordre de l'administration et aux frais du Trésor, provincial par la comission geologiqué que dirige M. Orville A. Derby et dont font partie M. M. T. Sampaio, F. de Oliveira, et A. Loefgren. C'est la premieré province au Brésil quit ait pris l'initiative de un semblable travail. A Minas, M. Henri Gorceix, notre compatriote, a fait de son chef, avec ses collaborateurs de l'Ecole de minas, bien des recherches de cette nature, il n'a pu encore obtenir des pouvoirs publics les moyens d'organiser un exploration methodiqué et suivie, de façon à pouvoir dresser une carte géologique compléte de Minas, lê rêve de toute sa vie. Pourtant, on l'a vu, on extrait des mineraïs de fer, des schistes, des pierres de construction et du calcaire, espécialement pour faire de la chaux, et de l'argile quit sert à frabriquer des briqués, des tuiles, de la poterie, de la faience commune.

tendo sido encerrada pelos mesmos motivos econômicos. Durante os seis anos de trabalhos e expedições realizadas, foi idealizado um mapa geológico que não chegou a ser publicado (MACHADO, 2009, p. 154).

Entre as publicações de Derby destacam-se a detalhada descrição da Serra do Espinhaço e a discussão sobre a extensão da Serra da Mantiqueira. Outras publicações de Derby tiveram bastante repercussão especialmente aquelas referentes à questão da divisa entre as então capitanias de Minas Gerais e São Paulo, no século XVIII. O geólogo que teve acesso à carta inédita do Conde de Cunha, vice-rei do Brasil, escrita no Rio de Janeiro em 31 de outubro de 1765 e dirigida ao governo da Metrópole, sobre essa questão, Derby demonstra em reuniões do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) a insatisfação existente entre os paulistas com a divisão territorial entre as duas capitanias:

Consta desse importante documento que II Conde de Cunha, em cumprimento à ordem do rei determinando que elle mandasse tomar assento dos limites por onde deve partir a capitania de S. Paulo com as de Minas e Goyas, afim de ser resolvido o que ao rei parecesse mais justo, devendo entretanto, ser observado o que fosse assentado até a definitiva resolução da coroa, convocará um ajunta composta dos Ministros da Junta da Fazenda e de pessoas praticas daqueles sertões, dentre as quais salienta o Guarda Mór das Minas Geraes, Pedro Dias Paes Leme, como a de maior credito, tanto pela sua natural sinceridade, como pelo seu conhecido desinteresse, sendo esta pessoa a deu a luz que era precisa para a organização das cartas geográficas que elle Conde de Cunha e o Governador de Minas mandaram fazer, nas quaes ve-se claramente onde nasce o Rio Grande do Paraná e por onde faz a sua corrente; diz mais o documento que tendo Dom João V em 1748 mandado que o governador do Rio de Janeiro e Minas governasse também São Paulo e que dividisse este governo com o de Minas pelo Rio Sapucahy ou por onde melhor lhe parecesse, dito governador não tendo como é notório affecto aos Paulistas, mandou que tirando-se urna linha recta do marco da serra Mantiqueira até a de Mogy-guassú, deste ponto imaginário e pelos altos della fosse findar a divisão no Rio Grande; em consequência desta ordem tirava-se da capitania de S. Paulo todo o grande território entre este rio e a serra do Dumba a que se dava o nome de Mogy-guassú, mas a demarcação feita pelo Ouvidor Thomnz Reby ainda causou muito maior prejuizo a capitania de S. Paulo. Apezar de ser claríssima a justiça. e razão dos Paulistas pretendendo e esperando a restituição de todo o território que até as margens occidentaes do rio Sapucahy se lhes tem indevidamente tirado, e sendo o assento da Junta conforme e sem menor discrepancia deste parecer, assim como também o Bispo da diocese entende que pelo Sapucahy devia ser feita a divisão, todavia encontrava elle Conde de Cunha um embaraço em enviar a copia de Assento aos Governadores de Minas e Goyas para a observarem até a definitiva resolução conforme a ordem do rei, o qual consistia no seguinte: «A capitania de Minas julgando-se então excessivamente vexada com a obrigação de pagar annualmente cem arrobas de ouro, desejava uma modificação daquela quota e poderia ser motivo para exigir dita modificação a tirada daqueles territórios uteis de que estava de posse desde 1749, podendo também darem-se distúrbios diffceis de conter e pacificar; é portanto de opinião que a

divisão se faça pela forma determinada por Dom João V, isto é, pelos rios Grande e Sapucahy e que nada se abata na quota das cem arrobas que Minas tem a obrigação de pagar, porque quando as offereceu não possuía aqueles territórios e só os Paulistas tinham deles alguma notícia>>. (DERBY, 1895, p. 173).

Em volume seguinte da Revista do IHGSP, Derby resgata antiga descrição de mapa de:

grande parte da antiga capitania de S. Paulo, esboçado poucos anos depois de sua criação em 1709 e antes do desmembramento, 1720, do território que hoje constitue o grande Estado de Minas-Geraes, sendo provavelmente o primeiro mappa geográfico especial da parte oriental da capitania de S. Paulo e da região mineira recentemente descoberta e que ainda lhe pertencia. (DERBY, 1895, p. 197).

O mapa, que se encontrava desaparecido na ocasião da publicação de Derby (1895), acrescido de sua descrição, não possuía autoria ou ano de publicação. Estima-se que a data esteja entre 1715 e 1717. O manuscrito que o acompanha, intitulado “*Descrição do Mappa Geographico*” possuía informações referentes a portos, ilhas e povoações da costa marítima, caminhos para as minas, partindo do Rio de Janeiro e Paraty, rios e sua descrição geográfica, lavras de ouro e as cinco comarcas representadas no mapa.

A importância desse achado, reside, segundo Derby (1895, p. 197) no fato de somar para o “estudo do desenvolvimento dos conhecimentos geográficos do território que especialmente interessa a esta associação (IHGSP)”. Não seria diferente se pensar que houvesse àquela época interesse em desmistificar o passado e a constituição das capitanias de São Paulo e Minas Gerais, tendo em vista que a presença de metais e pedras preciosas que outrora despertara o interesse da Coroa e do Governo Imperial, também seria recorrente na República.

Outros dois nomes também ressoam no Brasil Imperial quando se trata do estudo da geologia no país. Além de Orville Derby, anteriormente mencionado, Charles Frederic Hartt e John Casper Branner também as “Expedições Morgan”, que ocorreram entre 1870 e 1871, com o objetivo de realizar uma exploração geológica do Brasil. Em 1875 foi criada a Comissão Geológica do Império, que, além dos nomes estrangeiros, contou com alguns brasileiros, como Elias F. Pacheco Jordão, Francisco José de Freitas e o fotógrafo franco-brasileiro Marc Ferrez, tendo percorrido diversas províncias do Sul, Sudeste e Nordeste do país. O resultado do trabalho do grupo, consistiu na elaboração da “Carta Geológica do Império pelo Aviso Imperial, de 30 de abril de 1875, que regia as atribuições da Comissão”.

No ano de 1877, a Comissão foi dissolvida. Entre as prováveis causas estão a contenção de gastos diante da crise econômica que se instalara no país e o não cumprimento do prazo de entrega dos trabalhos diante da quantidade de material recolhido. No ano seguinte, Hartt faleceu e Branner retornou aos EUA, após significativa quantidade de publicações sobre a geologia do Brasil. Entre as mais relevantes, estão a obra publicada em 1919 no Boletim da Sociedade Geológica Americana, *Resumo da Geologia do Brasil para acompanhar o mapa geológico do Brasil; Geologia elementar preparada com referência especial aos estudantes brasileiros e à geologia do Brasil*. De Hartt, destaca-se, principalmente, a obra *Geologia e Geografia Física do Brasil*, publicado originalmente em 1870.

Sanjad (2004) afirma que o nome de Hartt tem sido frequentemente associado ao processo de institucionalização das ciências naturais no Brasil. É preciso lembrar que o cientista realizou cinco viagens pelo Brasil como membro da Expedição Thayer (1865-1866), de maneira independente (1867), nas Expedições Morgan (1870 e 1871) e na Comissão Geológica do Império (1875-1878). A extensa experiência vivida no Brasil foi responsável, segundo o autor, por nortear a carreira acadêmica de Hartt, a partir do material coletado e das informações adquiridas durante as viagens pelo país.

Na obra *Geology and physical geography of Brazil*, publicada pela primeira vez em 1870, além de suas próprias observações, Hartt faz “uma síntese de vários textos escritos sobre a natureza brasileira, desde a carta de Pero Vaz de Caminha até livros de autores que lhe eram contemporâneos” (SANJAD, 2004, p. 450).

Também como resultado das viagens, Sanjad (2004) afirma que Hartt acaba se aproximando das instituições científicas brasileiras, como resultado, é fundada a já mencionada Comissão Geológica do Império. Além de sua contribuição na referida Comissão, Hartt também deixou um importante legado ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, desde que foi contratado como naturalista-viajante oficial da instituição em 1874, cargo este, criado em 1872 por influência de Ladislau de Souza Mello Netto.

As descrições de Hartt (1941, p.157-158) sobre Minas Gerais voltam-se, assim como em toda a obra, para sua geologia e aspectos físicos. O cientista chama especial atenção dos leitores para as montanhas e vegetação da província, descrita como “rica e populosa” e “cercada de terras e separada do mar por serras e florestas”:

[...] A Serra da Mantiqueira e a Serra do Mar guarnecem-na ao sul, e a leste as costas montanhosas, conhecidas em conjunto pelo nome de Serra dos Aimorés, revestida de floresta, forma sua linha fronteira oriental. Nenhum destes rios é navegável até o mar, embora alguns deles sejam, por várias milhas, navegáveis em seus cursos superiores; mas todos eles são interrompidos por fortes quedas ou corredeiras em sua descida do planalto para as planícies costeiras. Muitos deles, como se dá com o Doce. Mucuri, Jequitinhonha e São Francisco, são

navegáveis em seus cursos inferiores, às vezes mesmo até os confins da província. (HARTT, 1941, p. 158).

Muito empenhado em descrever com precisão o relevo, a vegetação e a hidrografia da província, Hartt (1941) não deixa de relacionar esses elementos naturais da paisagem à fertilidade oferecida pela terra. Estando em Filadélfia, atual município de Teófilo Otoni, o viajante afirma em tom de otimismo:

[...] No que diz respeito à qualidade das terras circunvizinhas posso apenas repetir o que já disse ao tratar do Urucú⁵⁶, reafirmando a minha comparação entre eles e os solos da região de café do Rio Paraíba do Sul. E numa palavra, posso dizer que toda a região, desde o Rio das Pedras até as cabeceiras do Mucuri, forma uma das regiões agrícolas mais extensas e uniformemente férteis do Brasil que fica ao sul do Amazonas, e não posso deixar de exprimir a minha firma crença de que, tendo a natureza tão abundantemente favorecido o Mucuri, em dias não muito distantes, vel-o-ei regorgitando [sic] de gente e constituindo a principal via de comércio com o interior de Minas. (HARTT, 1941, p. 162).

A promissora região do Mucuri e dos municípios de Teófilo Otoni e Carlos Chagas foram, inclusive, escolhidas para abrigar uma experiência de colonização com imigrantes estrangeiros, principalmente alemães, franceses e suíços, experiência que abordaremos mais adiante, entendida como um dos interesses de ocupação e exploração do território pelos estrangeiros.

Ademais, os aspectos geológicos abordados por Hartt (1941) evidenciam a necessidade em descrever a importância das formações rochosas de Minas Gerais, em especial aquelas com viabilidade de exploração.

Indo em direção ao norte da província, Hartt (1941, p. 166) descreve a Serra do Grão Mogol, que segundo suas notificações, pode ser observada “[...] desde as proximidades de Minas Novas, embora distante umas trinta milhas”. Sobre a serra, ele explica:

[...] Os contornos das colinas são inteiramente diferentes dos das serras de gnais [sic] da costa. Ocorre ouro nesta serra, juntamente com minérios de outros metais, tais como ferro que ultimamente é extraído e fundido em uma localidade chamada Tropoinha, duas léguas ao sul da cidade de Grão Mogol. A região compreendida entre Minas Novas e Calháo é, segundo minhas próprias observações, composta de xistos argilosos, e esse grupo de rochas sem dúvida estendem-se consideravelmente para oeste e sudoeste de Minas Novas. De próximo à foz do Arassuaí [sic], até um pouco abaixo de Cachoerinha, as rochas são gnais [sic], ardósias micáceas e semelhantes. Todas estas rochas tem sido dobradas, metamorfozadas e desnudadas. (HARTT, 1941, p. 166-167).

⁵⁶ Atual município de Carlos Chagas.

A região de Minas Novas, que, segundo Hartt (1941) foi historicamente ocupada em razão da descoberta de ouro, obtido especialmente a partir da lavagem da areia e do cascalho do Rio Capivari, próximo ao Arraial da Chapada⁵⁷. O cientista afirma que pouquíssimo ouro foi extraído dos veios de quartzo da região, “alguns dos quais ricamente auríferos” (Hartt, 1941, p.183). Em razão da dificuldade em explorá-los no século XVIII e da suposta escassez de água para a lavagem do ouro – segundo Hartt (1941, p. 183) o rio passava a pouco mais de cem metros do local – além da proibição da mineração em Minas Novas no ano de 1746 em razão do controle da Coroa sobre o contrabando de diamantes, as minas decaíram e ficaram praticamente abandonadas.

Segundo Hartt (1941, p. 184), entretanto, “a ideia de que as minas foram esgotadas é muito errônea” e prossegue:

[...] Em Minas Novas e Chapada as rochas são xistos e quartzitos, e assemelham-se muito estreitamente às da região de ouro da Nova Escócia. De fato, foi a grande semelhança com os xistos de Calhaó e suas vizinhanças, com a rocha matriz de ouro de Nova Escócia, que despertaram o meu interesse, e me levaram a mudar de rumo para visitar Minas Novas. (HARTT, 1941, p. 184).

Sobre a ocorrência e a exploração do ouro na região, afirma ainda:

[...] O grande tamanho dos veios de quartzo das vizinhanças pode ser deduzido das dimensões dos “boulders” de quartzo espalhados pelas superfícies, alguns dos quais pesam muitas toneladas. Não sei de nenhum veio aurífero que haja sido lavrado em Minas Novas ou próximo daí, mas no Arraial da Chapada existem vários que foram antigamente mais ou menos explorados. Um rico veio, segundo o testemunho geral, atravessa a praça, e é bem conhecido o fato de um mineiro que o escavou em segredo até que ele solapou a casa de seu vizinho, quando então o seu segredo foi descoberto. Ouvem-se lá os termos “veio” e “cascalho” de ouro, e vi belas amostras de ouro cristalizado nas mãos dos habitantes, algumas das quais retiradas diretamente dos veios de quartzo, se bem que outros hajam sido obtidos de seixos de quartzo. Não pode haver dúvida que ricos veios auríferos existem nas vizinhanças, que nunca foram explorados, e que um dia devem ser descobertos, pois todo o ouro que tão ricamente abunda no “drift” deve ter vindos das rochas que estão por baixo. (HARTT, 1941, p. 185-186).

Além dessas ocorrências em Minas Novas, Hartt (1941) julga necessário comentar alguns dos principais empreendimentos mineradores do Brasil, todos eles, localizados na província de Minas Gerais. Para isso, ele explica que o ouro no Brasil ocorre “em rochas metamórficas antigas, em cascalhos e argilas de *drift*⁵⁸, areias aluviais e cascalhos derivados do desgaste dessas rochas”. (HARTT, 1941, p. 572).

⁵⁷ Atual município de Chapada do Norte.

⁵⁸ Depósito sedimentar glacial ou flúvio-glacial.

Hartt (1941, p. 572) pondera ainda que o gnaisse existente ao longo da faixa costeira fornece ouro em várias localidades em sua extensão, como, por exemplo, Jaraguá em São Paulo e Cantagalo no Rio de Janeiro. O viajante reforça que o ouro aparece com mais facilidade em formações de xistos argilosos, cortados por veios de quartzo aurífero. Isso ocorre, por exemplo, na rocha itacolomito e, em certos minérios de ferro, designados itabirito ou jacutinga.

Ele explica que a região de Ouro Preto é bastante aurífera, e que é “neste local onde estão situadas as mais ricas minas de ouro do Império” (HARTT, 1941, p. 576). E completa que nessa área,

O ouro ocorre primariamente em veios de quartzo que atravessam várias rochas metamórficas, tais como xistos argilosos, micaxistos, xistos ferruginosos, etc., e se disseminam pela rocha em alguns lugares; é secundariamente encontrado espalhado pelo *drift* e areias aluviais e cascalho. (HARTT, 1941, p. 576).

Hartt (1941) explica que nos arredores de São João d’El Rey e Tiradentes, existiam diversos depósitos auríferos que foram primitivamente explorados durante muitos anos. Inclusive, pela São João d’El Rey Mining Company (*St. John d’el Rey Mining Company*), que após ter arrendado as minas, abandonaram a produção em 1834. Morro Velho, por sua vez, apresentou notável sucesso na exploração, após ser adquirida pela mesma companhia, principalmente porque, a formação fornece, segundo o geólogo, um filão rico e bem definido, que, embora irregular em direção é composto de quartzo, “com piratas de ferro distribuídas por toda a rocha e, não raramente, tendo o veio atravessado por xisto argiloso e quartzo branco esteril”. (HARTT, 1941, p. 577).

Ele reforça que a “mina de Morro Velho é um exemplo de prosperidade em mineração de filão situado a grande profundidade” (HARTT, 1941, p. 581), não parecendo haver, perda da riqueza do minério na medida em que se desce.

Hartt (1941) cita ainda, as minas de ouro de Gongo-Soco, que “já foram muito produtivas, e tornaram-se famosas” (HARTT, 1941, p. 582). Ele recorre a Helmreichen para explicar a sucessão de rochas dessas minas: uma camada de itacolomito, abaixo desta, uma camada de jacutinga aurífera e depois, uma espessa camada de itacolomito ferruginoso, assentada sobre xistos argilosos, com grandes massas de minério de ferro (HARTT, 1941, p. 582). E explica como era feita a exploração:

[...] O ouro ocorria livre na jacutinga, e era separado por lavagem. M. Weddell descreve a jacutinga de Gongo Soco como preta e friável como carvão; diziam ser muito mole, de modo a consentir ser trabalhada a picareta; eram desnecessários explosivos. Quando não era visível, o ouro era moído e lavado sem emprego de mercúrio. Quando o precioso metal estava visível era tratado primeiro em um

gral⁵⁹, e depois lavado em uma bateia. O ouro de Gongo Soco dizem conter paládio, e é de cor amarelo escuro. (HARTT, 1941, p. 582-583).

Além dessas, de maior interesse dos viajantes, Hartt (1941) cita ainda a ocorrência mineral do Morro de Sant'Ana e, próximo a ele, as minas de Maquiné, ambas exploradas pela Dom Pedro North d'El Rey Mining Company. As minas de Cata Branca também foram mencionadas e, pertencem à Companhia Moro Velho. Entre todas, Hartt (1941) afirma que somente Morro Velho e Maquiné tem dado resultado, principalmente porque, em sua opinião, foram mal geridas.

E conclui, oferecendo um panorama geral das minas brasileiras e, evidentemente, demonstrando interesse e viabilidade em sua exploração, a ser realizada, por certo, com tecnologia e investimento estrangeiros:

A opinião geralmente recebida que as minas de ouro do Brasil estão exaustas é um engano muito grande. Há ainda depósitos superficiais de grande extensão que, por processo modernos, podem ser explorados com sucesso. A riqueza do subsolo da região está quase intacta, e se o público interessado em minas, nos Estados Unidos, conhecesse melhor o Brasil, estou convencido que as regiões auríferas desta região não estariam desprezadas pelos capitalistas americanos. (HARTT, 1941, p. 587).

John Casper Branner, que juntamente com Charles Frederic Hartt compôs o grupo responsável pelas “Expedições Morgan”, também discorre sobre Minas Gerais em algumas de suas principais publicações. Em *Geologia elementar preparada com referência especial aos estudantes brasileiros e à geologia do Brasil*, Branner (1915) apresenta a província de Minas Gerais como região privilegiada na ocorrência de importantes minérios. Embora possua caráter didático, a obra é resultado do conhecimento acumulado por Branner nas viagens pelo Brasil e sua participação na Comissão Geológica do Império:

Os depósitos de ferro no estado de Minas Geraes são hoje os mais importantes do mundo. São semelhantes a quasi todos os respeitos aos da America do Norte, e talvez da mesma idade geológica, quer dizer precambriana. Em alguns lugares esses depósitos de ferro têm uma espessura de seiscentos metros e contêm sessenta e cinco por cento ou mais de ferro metallico. (BRANNER, 1915, p. 293).

Branner (1941) explica como o processo de formação do ferro ocorre em Minas Gerais:

⁵⁹ Espécie de pilão ou almofariz.

O endurecimento tem lugar actualmente em muitas rochas, havendo no Brasil excellentes exemplos deste processo. A crosta ferruginosa tão commum em muitos lugares no estado de Minas Geraes onde é conhecida pelo nome de canga é produzida pela oxidação dos mineraes de ferro expostos na superfície. Estes mineraes eram originalmente molles ou incoherentes, mas pela combinação com oxygenio e água se fornía a crosta de canga sobre a superfície do chão e com a espessura de um ou mais metros, achando-se incluídos muitos fragmentos de rocha. Na vizinhança de Ouro Preto e entre os arraiaes de Inficionado e Água Quente em Minas existe uma planície coberta com um soalho desta canga ou mineral de ferro oxidado encerrando cascalho e outros fragmentos de rocha. Em alguns lugares a canga apresenta a espessura de dez metros, sendo devida a ella a protecção da planície de erosão. (BRANNER, 1915, p. 216-217).

E prossegue, localizando as rochas de valor comercial para o Brasil:

As rochas da Serra do Mar produzem granadas e mineraes de metamorphismo, alguns de valor commercial. É possível que a este pertençam os depósitos em que se acham as minas de ouro dos estados de Espirito Santo, Minas Geraes, S. Paulo, Goyaz, e de outras partes do Brasil. (BRANNER, 1915, p. 293).

O cientista menciona ainda sobre a ocorrência do mármore, de importante valor econômico:

São conhecidos depósitos de mármore nos estados do Rio de Janeiro, Minas Geraes, S. Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco perto de Aguas Bellas, Bahia perto de Joazeiro, no Rio Grande do Norte, no Ceará perto da estação de Agarape, e em Goyaz, que são provavelmente da idade archeana. (BRANNER, 1915, p. 293).

Também figurando entre os mais importantes cientistas estrangeiros no Brasil, Claude-Henri Gorceix, francês que empreendeu importantes estudos sobre a mineralogia da província de Minas Gerais, foi essencial para a estruturação e funcionamento da Escola de Minas de Ouro Preto, além de ter sido responsável pela criação dos *Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto*, revista da instituição. A importância da publicação foi esclarecida pelo francês em seu primeiro número, no ano de 1881, visto que a revista deveria oferecer:

os pormenores mais precisos que se puderem dar sobre a situação das minas exploradas no Império do Brasil e sobre o estado das diversas concessões feitas pelo governo, dos estudos sobre os estabelecimentos metalúrgicos existentes, dos trabalhos de mineralogia e geologia relativos ao país, dos resultados das analyses feitas no laboratório de docimasia da Escola. Darão também noticias dos aperfeiçoamentos mais recentes introduzidos na exploração das minas e na metalurgia, e em fim informações sobre as questões financeiras ou jurídicas mais importantes, que interessem tanto a

indústria mineira do Brasil, como a do resto do mundo. (GORCEIX, 1881, p. VI).

E emenda:

Tais assumptos, bem como outros que interessam ainda mais diretamente a indústria do país, quais sejam: a exploração do ferro em Minas Gerais, presente e futuro dessa indústria, ensaios sobre a natureza das diversas terras vegetais, serão reservados para uma segunda publicação, cujo aparecimento dependerá do acolhimento que tiver a primeira. Não faltam materiais para a execução da obra que empreendemos. O estudo da mineralogia e geologia do Brasil e de suas aplicações à indústria está ainda inteiramente por fazer. Mui poucas das riquezas do solo brasileiro são conhecidas, e hoje que o melhoramento das vias de comunicação e os progressos do país em todas as outras ordens de ideias permitem dar à indústria mineira nova impulsão, é do nosso dever fazer conhecer essas riquezas e vulgarizar noções exatas sobre sua constituição geológica. (GORCEIX, 1881, p. VIII).

Esclarecidos ficam, nesse sentido, os objetivos que a publicação pretendia alcançar. Ampliando-se a pesquisa científica no Brasil e viabilizando o acesso às informações necessárias acerca da geologia e mineralogia do país. Informações que, nas palavras de Gorceix (1881), serviriam para garantir o pleno desenvolvimento da indústria mineradora nacional e estrangeira.

Ao tratar dos arredores de Ouro Preto discorre sobre as características das rochas quartzosas da região, dividindo-as em dois níveis principais que se originam após a união do quartzo com duas substâncias bem diferentes: uma substância verde e o ferro oligisto. Em relação aos níveis que ocupam na série geológica dos terrenos da província de Minas Gerais, Gorceix (1881) afirma que os quartzitos inferiores poderiam sofrer duas subdivisões. Nos quartzitos inferiores, a “substancia verde em lugar de ser disseminada irregularmente na massa e disposta em camadas que determinam uma clivagem fácil”, como exemplo, ele cita as pedreiras nos arredores de Ouro Preto de onde se retiram as “pedras das lages”.

A outra “subdivisão seria representada pelas rochas muito mais importantes, onde a substancia verde está disseminada irregularmente na massa e algumas vezes mesmo desaparece completamente”. Como exemplo ele cita o Pico do Itacolomi, a Serra da Cachoeira e do Caraça, estendendo-se até Diamantina:

Estes quartzitos tanto do nível inferior como do superior são atravessados por um numero considerável de veieiros auríferos em muitos dos quaes a ganga é essencialmente formada de sul tu rotos e arsenio-sulfuretos de ferro. Nesse caso, como em Morro Velho, Pary, etc. a quantidade de quartzo é relativamente pequena, o ouro muito fino, podendo mesmo em certos casos existir em combinação, o theor

em ouro geralmente constante, pelo contrario, quando as pyrites deesapparecem, o quartzo forma quasi completamente a matéria do veieiro, torna-se compacto, duro e o ouro se apresenta em grãos mais grossos, porem disseminados irregularmente no veieiro. São designados esses quartzitos nos livros clássicos pelo nome de *itacolumitos*, apesar de existirem com outros nomes em diferentes regiões do mundo. (GORCEIX, 1881, p. 03).

Prossegue Gorceix (1881) sobre o teor das formações rochosas:

O andar superior dos quartzitos, que para mim constituo o nivel mais alto das rochas metamorphicas cio centro da província de Minas Geraes, é essencialmente caracterisado pela presença cio ferro oligisto, o qual substituo a matéria verde dos precedentes o dá às rochas um facies especial. Em certos pontos o ferro oligisto representa mais ou menos metade da substancia componente da rocha e em outros, pelo contrario, o quartzo existe em quantidade diminuta e mesmo pode desaparecer completamente. As camadas dessa rocha, as quais conservei o nome de *itabiritos*, attingem em varias localidades potências de mais de 200 metros e constituem as mais ricas jazidas minério de ferro do mundo, não só por causa da pureza como também por causa da facilidade de extração. (GORCEIX, 1881, p. 03).

E reafirma:

Não occupar-me-hei nesse primeiro trabalho dessas rochas, que farão o objecto de um estudo especial, reclamado pela sua importância sob o ponto de vista industrial e pela sua originalidade que dá aos terrenos da provincia de Minas Geraes e de outras do Império um caracter que não tem termo de comparação no resto do mundo. (GORCEIX, 1881, p. 03).

Também responsável por inúmeras contribuições mineralógicas no Brasil, no início do século XIX, em virtude de uma contratação da Coroa Portuguesa para prestar seus serviços e desenvolver novas técnicas de mineração – tendo sido responsável ainda pela fundação da Sociedade Mineralógica, em 1817 – e permanecendo no país por onze anos (entre 1810 e 1821), o Barão Wilhelm Ludwig von Eschwege foi, certamente, um dos mais notáveis estrangeiros que aqui desembarcaram.

Entre suas principais obras estão *Jornal do Brasil (1811-1817)*, um compilado de anotações sobre suas inúmeras viagens e experiências diversas no Brasil; *Brasil, novo mundo* (1824) e, *Pluto Brasiliensis* (1833), todas traduzidas para o português. Além desses trabalhos de maior evidência, o alemão publicou dois artigos na Academia de Ciências de Lisboa: *Memória sobre a decadência das minas de ouro em Minas Gerais* (1815) e, *Notícias e reflexões estatísticas a respeito da província de Minas Gerais* (1825).

Eschwege (2002) atribui à vinda da família Real a quantidade de material produzido sobre o Brasil por ele e demais cientistas, o que ele classifica como “um feliz

acontecimento para o Estado [...] e mais promissoras consequências para as ciências da história natural” (ESCHWEGE, 2002, p. 37 - Original publicado em 1818). O viajante explica que, até esse acontecimento, as principais notícias científicas sobre o Brasil se resumiam a algumas publicações de Domingos Vandelli, outrora mencionado, e seus discípulos, na Universidade de Coimbra. Ele reitera que, embora os portugueses, de modo geral, não se sentissem confortáveis com a presença de estrangeiros no país (em razão de “querelas políticas da Europa”), a tarefa de divulgar o Brasil ao mundo coube aos alemães (ESCHWEGE, 2002).

Minas Gerais também ganha importância em suas publicações em razão dos quatro anos de trabalho empreendidos na capitania, que lhe possibilitaram observar e examinar pessoalmente todas as suas regiões. Evidentemente, as questões relacionadas à mineralogia se destacam quando ele se refere a Minas Gerais. Em viagem à região de Vila Rica no ano de 1815, Eschwege (2002) comenta que a extração do ouro naquela localidade ocorria de três modos diferentes:

O primeiro consiste em explorar o ouro por meio de galerias exploratórias; no segundo, as camadas auríferas são desmontadas por água corrente e conduzidas a tanques coletores localizados no sopé do morro, que retém a terra e a areia, e, finalmente, o terceiro, os trabalhos dos negros pobres nos leitos dos rios. (ESCHWEGE, 2002, p. 50 – Original publicado em 1818).

Ele explica cada um dos métodos e pontua seus resultados e eficácia, exercício semelhante também realizado por outros viajantes como veremos adiante:

[...] as galerias exploratórias levam na horizontal para dentro da montanha, os buchos e depósitos são encontrados com facilidade por causa da pequena espessura dos veios auríferos extremamente ricos [...]. Aqui se cava por tanto tempo até que o ar viciado apague a luz (o que já ocorre a poucas braças de profundidade), ou até que uma ocorrência dessas acabe ou a rocha se torne dura demais, ou então quando o material é considerado pobre demais. Nesses casos a lavra é abandonada e recomeça-se a escavar poucos passos adiante. Dessa forma, a montanha se apresenta completamente esburacada pelas escavações, quando não erodida pelas águas [...]. O segundo método [...] é um dos serviços menos engenhosos – mas cômodo – e, ao mesmo tempo, o mais devastador que já foi inventado. Muitas vezes se conduz a água através de um rego extenso e oneroso, serviço no qual o mineiro local é mestre, até o local que se pretende devastar. Lá, escravos, com alavancas e outros instrumentos, revolvem constantemente a terra, soltando as rochas friáveis dos morros, que são desintegradas pela água corrente e transportadas pela mesma água para os tanques coletores escavados no sopé do morro e para as valas. A fim de que rochas estéreis não sejam levadas também até os tanques, são afixadas várias grades ao longo da vala, sobre as quais as rochas rolam, permitindo que somente a água com areia mais fina passe até os tanques coletores, conhecidos como *mundéus*. Não é preciso ser grande perito em mineração para perceber que os veios

auríferos não podem ser inteiramente transformados em areia fina, mas que a maior parte deles rola por sobre as grades, perdendo-se assim, muito ouro e grandes riquezas que ficam enterradas para sempre nos leitos dos rios. É desse desperdício de ouro que se baseiam os serviços nos leitos dos rios efetuados hoje em dia nos arredores de Vila Rica pelos negros pobres, conhecidos como faiscadores [...]. Esses faiscadores trabalham de diversas maneiras. Alguns ficam até a cintura dentro d'água e vão empurrando com uma gamela redonda – a bateia, muito empregada aqui – a areia à sua frente rio abaixo, de modo que a água leva a areia mais leve, e a mais pesada, contendo o ouro, sempre cai de volta no leito do rio. Quando a areia está bem separada do material mais leve e de pedras maiores, o faiscador enche a bateia com esta areia lavada e gira-a de cá para lá embaixo d'água, de maneira que a água circule na bateia. Com esse movimento o ouro se deposita no fundo da bateia e as areias menos pesadas ficam em cima. Esta pouca quantidade de ouro ainda não bem lavado é juntado em outro recipiente e, no fim da jornada, todo o material é limpo de novo. [...] Outros faiscadores juntam a areia nas margens dos rios, misturam-na em um pouco de água corrente para que os materiais mais leves sejam levados pela água e lavam o resto nas mesas preparadas logo junto ao rio e revestidas com argila. A extremidade superior dessas *canoas*, como são conhecidas aqui, onde a areia é amontoada e remexida aos poucos, é quase horizontal e não é revestida num comprimento de 3 a 4 pés. Aqui começa a mesa forrada, que é um pouco mais comprida e tem uma largura de 1 ½ pés, apresentando um declive maior, revestido com pele de boi ou com pano de lã. Na parte superior da canoa, fica preso o ouro mais grosso. Os couros ou panos são lavados de tempos em tempos num recipiente com água, enxaguados, e tudo é lavado no fim da jornada numa bateia. Muitos faiscadores ainda guardam a areia ferrífera, preta e pesada (chamada *esmeril*), que é separada do ouro na bateia no final do processo e, quando tiverem juntado uma quantidade suficiente, eles ainda a esfregam com água sobre uma pedra lisa, da mesma forma que um pintor tritura sua tinta, conseguindo extrair ainda bastante ouro desse material (ESCHWEGE, 2002, p. 51-52 – Original publicado em 1818).

O alemão esclarece que esses métodos ainda eram, àquela época, bastante utilizados, principalmente em razão de sua comodidade, embora, muitas lavras já tivessem sido destruídas, assim como muitos leitos de rios tenham sido assoreados. Ele reitera que somente após a redução da ocorrência de ouro nos leitos dos rios é que os mineiros passaram a buscá-lo em suas jazidas primárias. Para isso, os rios que transportavam o ouro foram rastreados até as montanhas circunvizinhas às nascentes. O grande problema, em sua opinião, foi a ausência de conhecimentos que permitissem outros tipos de exploração, fazendo com que o homem “imitasse” a natureza ao observar que a água da chuva trazia o ouro das montanhas (ESCHWEGE, 2002).

Nos arredores de Ouro Preto (Vila Rica) e Mariana é onde Eschwege (2002) afirma que os leitos dos rios são praticamente todos auríferos, mas, encontram-se em

sua maioria exauridos ou soterrados por novas camadas de *aluviação*⁶⁰. Ele constata que, especialmente em decorrência das inadequadas técnicas de extração do ouro, que há muito vinham causando o esgotamento do leito dos rios naquela região, devia-se a decadência na arrecadação do Estado com a mineração. O alemão compara, nesse ponto de sua análise, que, no ano de 1754, o *quinto real* do ouro rendeu 118 arrobas e, naquele ano de 1815, somente 18 arrobas (ESCHWEGE, 2002).

Como possível alternativa para reanimar a atividade mineradora, Eschwege (2002, p.59 – Original publicado em 1818) aponta algumas alternativas viáveis, que, segundo ele, “poderiam tornar essa rica província em um estado poderoso”:

1. abolição completa do sistema minerário aplicado até agora;
2. legislação de mineração completamente nova;
3. criação de um departamento específico para a administração da mineração, porém sob a condição de que seus funcionários, desde o presidente até o mais humilde escrevente, tenham estudado ciências da mineração na teoria e na prática, como é o costume nos países em que a mineração e metalurgia estão em pleno funcionamento. (ESCHWEGE, 2002, p. 59 – Original publicado em 1818).

Outro fator a se considerar foi ponderado por Auguste de Saint-Hilaire (2000), que, no curso de uma de suas viagens por Minas Gerais, no ano de 1816 afirma que, tendo o Brasil se emancipado de Portugal e aberto seus portos aos estrangeiros após a vinda da Família Real, deveria agora, libertar-se dos “males engendrados” pelo sistema colonial. Ele explica que, “[...] como foi permitido aos mineradores explorar o ferro de suas montanhas, podia-se, devia-se mesmo, conservar imposto elevados sobre o ferro estrangeiro, para forçar os consumidores a renunciar seu uso” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 51 – Original publicado em 1837).

Saint-Hilaire (2000) aponta ainda outros elementos que, segundo ele, levaram ao abandono e decadência da antiga região mineradora, outrora vislumbrada entre as mais promissoras de Minas Gerais. Para o viajante francês, o principal problema residia na negligência em que viveu a população mineradora em relação à disponibilidade dos recursos minerais, ignorando o fato desses recursos serem esgotáveis, embora, as reservas estivessem, em sua perspectiva, longe do esgotamento, aliado ao fato de o capital proveniente da mineração não ter sido reinvestido em outras atividades além daquelas relacionadas à prática mineradora, como a compra de escravos.

[...] Os mineradores, deslumbrados, acreditavam que essas miríficas jazidas eram inesgotáveis; despendiam imprevidentemente todo o ouro

⁶⁰ Aluviação é um depósito de sedimentos formado por um sistema fluvial no leito e nas margens da drenagem, incluindo as planícies de inundação e as áreas deltaicas, com material mais fino extravasado dos canais nas cheias.

que extraíam, e rivalizavam em luxo e prodigalidade. O metal precioso, porém, que constituía o objeto de suas pesquisas não se reproduz como os frutos e os cereais; e, revolvendo imensas extensões de terra, despojando-as do seu humus pela operação das lavagens, esterilizaram-nas para sempre. O ouro que se retira da terra não deve, por consequência, ser considerado como um rendimento, e sim como capital. Este ouro era necessário fazê-lo valer, sob pena de ter a sorte do proprietário que vende sua herdade por parcelas, e foi isso o que aconteceu aos mineradores. Não conheciam mais que uma maneira de capitalizar: comprar, como meios de exploração, negros e burros, e esse emprego era precário. À medida em que o ouro era retirado da terra saía da província para nunca mais voltar, e ia enriquecer os comerciantes de Londres e de Lisboa: os pais viveram na opulência; os filhos são pobres. Sem dúvida, o ouro da província ainda está longe de haver esgotado; os primeiros habitantes legaram a seus sucessores a parte de mais difícil extração, e precisamente assim que se tornaram necessários mais escravos em grande quantidade, não se possuem os meios para adquiri-los. (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 89).

O viajante francês entendia, à semelhança de Eschwege (2002), que a ausência de técnicas mineradoras mais eficazes, bem como, o investimento em seu aprimoramento, eram à época a maior causa do insucesso da exploração mineral em Minas Gerais. E afirma:

Aquilo que os mineiros são mais competentes é na maneira de conduzir a água para os lugares em que a lavagem do ouro a torna necessária. Quanto ao mais, a arte de explorar minas não é entre eles mais que uma rotina imperfeita e cega, e não existe em seu país escola nenhuma em que possam adquirir os conhecimentos que lhes são tão necessários. Sem previdência para o futuro, entulham os vales com a terra das montanhas; cobrem com os resíduos de lavagens terrenos que ainda não foram explorados, e que contém também grande quantidade de ouro; obstruem o leito dos rios com areia e pedras, e comprometem frequentemente a existência dos escravos. (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 110 – Original publicado em 1837).

Vale lembrar que Saint-Hilaire (2000) apontava para a inexistência da formação de mão-de-obra qualificada para a exploração mineral no Brasil, e, para a consequente necessidade da criação de uma instituição que atendesse essa demanda, em vista da criação da Escola de Minas de Ouro Preto ter entrado em funcionamento somente no ano de 1876, décadas após a passagem do viajante francês pelo país (CARVALHO, 1978).

De passagem por Itabira, Saint-Hilaire (2000) sinalizava para o fato de que, diante do futuro esgotamento das minas de ouro ou da diminuição de sua produtividade, como outrora ocorrera em outras regiões de Minas Gerais, a extração do ferro devia ser viabilizada, em razão da abundância do minério na província. E, alerta:

Essas minas, entretanto, atualmente ricas, esgotar-se-ão como as de Vila Rica, Catas Altas, etc.; e se a exploração do ferro, que abunda no

local, não se tornar uma fonte mais durável de riqueza, nada poderá reter os habitantes sobre um morro árido, cujos arredores, despojados de terra vegetal pelos mineradores, serão pouco próprios para a agricultura. (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 123 – Original publicado em 1837).

Ainda destacando a importância do ferro na província de Minas Gerais, Saint-Hilaire (2000, p. 127-128) confirmava a abundância do minério, e afirmava que o acesso a ele era facilitado, pois, estava ao alcance da superfície: “O ferro das montanhas de Minas Gerais pode de certo modo se considerar inesgotável. Não é necessário ir buscá-lo com grandes dispêndios ao interior da terra: encontra-se à superfície, e o minério tem rendido até oitenta e cinco por cento, e até mais.”

O francês explica na obra que, com a vinda da Família Real ao Brasil, a exploração do ferro foi possibilitada, uma vez que, Portugal proibira no século anterior que houvessem manufaturas na colônia. Com a alteração desse cenário, os brasileiros puderam, enfim, gozar desse recurso natural, que, mais tarde, evidentemente, seria também explorado por companhias estrangeiras no país:

[...] Todavia, quando o Brasil ainda gemia sob o regime colonial, era proibido a seus habitantes fundir a menor parcela de ferro, e os que, ao pisar calcavam esse metal, eram obrigados a receber do comerciantes de Lisboa os instrumentos de agricultura e as ferramentas com que exploravam o ouro no próprio ferro. Com a chegada do Rei Dom João VI, tudo mudou sob esse aspecto, e foi permitido aos brasileiros aproveitar-se dos tesouros que lhes prodigalizara a natureza; estabeleceram-se forjas na Província de Minas, e simples particulares construíram, em suas casas, fornos catalães em que se puseram a fundir ferro para seu próprio uso. (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 128 – Original publicado em 1837).

Ainda sobre a decadência da mineração em Minas Gerais, especialmente do ouro, que experimentou o declínio desde a segunda metade do século XVIII, Eschwege (1825) afirmava que, além da ausência de técnicas que permitissem manter a exploração ativa, faltou, por parte da Coroa Portuguesa, o estabelecimento de uma administração eficiente, que controlasse a extração dos recursos minerais. Ao comentar sobre as casas de fundição, onde o ouro era fundido em barras e, de onde se retirava o quinto antes da fundição, Eschwege (1825) explicava que, a ausência de pessoas qualificadas para a tarefa prejudicava sua realização:

Estabelecerão-se estas casas quando a mineração estava no seu maior auge, e o Real quinto rendia então 118 arrobas. He para lastimar que naquele tempo não houvesse no Ministerio de Sua Magestade, pessoas formadas nas sciencias montanisticas, para dar ao governo das Minas hum regimento solido que affiançasse e assegurasse á posteridade essas fontes de riqueza natural. Era para prever que os

grandes tesouros que os mineiros acharão quasi na superfície da terra, e com pouco trabalho, deverião diminuir com o tempo, ajudando sobre tudo a ignorancia para destruir mais depressa o que por huma regular administração montanistica seria objecto de industria para muitos seculos. (ESCHWEGE, 1825, p. 12).

O cientista alemão também afirmava que para que a mineração fosse reanimada no país, seria necessário ampliar os estatutos que a regulavam, bem como, incentivar a criação de sociedade de mineração que atendessem às suas demandas. Eschwege (1825, p.16) evidenciava então a criação da *Carta Régia*, de 12 de Agosto de 1817, ordenando o “estabelecimento das sociedades de mineração”. Além disso, uma vez mais, o alemão ponderava sobre a inadequação das técnicas empregadas na mineração, bem como, a inaptidão dos mineiros atuantes do no país:

A ignorância deitou a perder este grande ramo da riqueza nacional; mas a hum sabio Governo pertence remediar os males passados. N'hum paiz onde ha tanta falta de braços, e onde os poucos que ha, tanta preguiça tem, deve ser o principal objecto substituir esta falta por meio de engenhos, e maquinas. Nenhuma occupação offerece hum campo tão vasto ao mineiro scientifico para tirar as maiores vantagens do seu saber que a mineração, o que nunca se poderá esperar em quanto estes trabalhos estiverem nas mãos de homens ignorantes, que só seguem o que aprendêrão de seus pais: portanto formar uma administração regular, simples e economica, de pessoas scientificas, e formadas nas sciencias montanisticas, criar as sociedades de mineração em toda a sua extensão, formar leis proprias para o paiz, he o unico meio de fazer florescer outra vez as minas de oiro, e he também o grande objecto que merece toda a attenção de hum sabio Governo. (ESCHWEGE, 1825, p. 25).

Eschwege (1825) completou seu relato com a descrição de uma experiência a partir da qual constatou a recuperação de uma mina julgada “esgotada”, apenas com a instalação de um engenho no local:

A copia de huma atestação junta dá huma pequena idéa das vantagens para a mineração, que se podem tirar da applicação de engenhos: “Romualdo José Monteiro de Barros, professor na Ordem de Christo, Coronel de Milicias, etc., attesto e faço certo que por insinuação do Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros, Guilherme Barão de Eschwege, fiz construir hum engenho para reduzir a pó, e ao mesmo tempo lavar a formação de pedra da minha lavra, seguindo-se em tudo a sua direccção, com que principiei logo a perceber grande vantagem de tirar vinte e seis oitavas de huma mina abandonada pela sua pobreza, no curto espaço de pouco mais de dois dias de trabalho, em que forão occupados apenas dous escravos; vantagem esta que antes não percebia com trinta peças occupadas na mesma mina em huma semana. E por esta me ser pedida a passei para constar. Morro de Santo Antonio 13 de Maio de 1815. Romualdo José Monteiro de Barros. (ESCHWEGE, 1825, p. 25-26).

Sobre a instalação de fábricas de ferro no país e sua vantagem para a economia, Eschwege (1825) afirmava que nenhum outro metal se constituía de tanta importância para a indústria nacional, e apontava Minas Gerais como território privilegiado na oferta desse metal:

De certo, metal nenhum contribue tanto para a riqueza, e industria nacional que o ferro, ainda que pouco lucro tirão os fabricantes que o produzem, com tudo he huma fonte de que milhares de pessoas tirão o seu sustento, he o movel que vivifica a agricultura, e todas as fabricas, e que mais influe sobre o augmento da população de hum paiz. O interior de Brasil, principalmente a provincia de Minas Geraes, he o mais abençoado paiz a este respeito, he hum sabio Governo deve procurar todos os meios para tirar as grandes vantagens destes bens da natureza. Animar a fabricação por meio de premios, augmentar as fabricas pequenas espalhadas em toda a provincia, sera o verdadeiro methodo que mais influirá sobre a felicidade dos povos. Fabricas grandes podem por modo algum subsistir, principalmente no interior. A população ainda he mui diminuta, por consequencia o consumo está nesta mesma proporção. A exportação para os portos do mar sem estradas, e rios navegáveis, e aonde o ferro de fóra está por um preço tão baixo, preço a que apenas poderá chegar o do Brasil, a nenhum homem de senso lembrará, entretanto he necessario que o Brasil tenha algumas fabricas grandes, como a de São João de Ipanema, e a do Morro do Pilar, para as necessidades do Estado e casos extraordinários. (ESCHWEGE, 1825, p. 26).

Observava que, à despeito da oferta do metal em Minas Gerais, sua produção limitava-se ao uso local, tendo em vista que a venda para outras regiões do país ou mesmo para a exportação, ficava restrita em decorrência da ausência de estradas ou rios navegáveis, questão estrutural observada também por outros viajantes, como veremos adiante.

Ainda sobre a província mineira, Eschwege (1825) destacava que mesmo estando localizada em território privilegiado e dispondo de “capacidades” para instalação de manufaturas e fábricas que trariam prosperidade à região, isso não aconteceu. O barão relata:

Havendo tantas proporções, e capacidade nesta provincia, para estabelecimentos, fabricas e manufacturas, he para admirar como até agora a industria tenha feito tão poucos progressos, de modo que hoje em dia só existam alguns estabelecimentos Regios de pouca utilidade, algumas fabricas, mas nenhuma manufactura. (ESCHWEGE, 1825, p. 10).

Enfatiza, mesmo diante dessa condição, os atributos produtivos de cada comarca da província de Minas Gerais, voltados tanto para o comércio interior como exterior:

Na comarca de Oiro Preto: oiro, ferro, topazios, mantimentos e algum toucinho. Comarca de Sabara: oiro, ferro, mantimentos, toucinho, queijos, fumo, gado vaccum e fazendas d'algodão. Comarca do Rio das Mortes: oiro, ferro, mantimentos, toucinho, queijos, fumo, gado vaccum e cavallar. Comarca do Serro Frio: oiro, diamantes e outras pedras preciosas, ferro, gado vaccum e principalmente algodão em rama, do districto de Minas Novas. Comarca de Paracatú: pouco oiro, toucinho, pouco algodão (sendo o do Abaeté de tão boa qualidade como o de Minas Novas), gado vaccum e cavallar. (ESCHWEGE, 1825, p. 10).

O interesse do alemão pela província de Minas Gerais, fazia-se perceber de imediato em outra de suas publicações, também realizada na Academia Real das Ciências de Lisboa, mas, no ano de 1816. Nela, Eschwege (1816) afirma que as riquezas minerais em seu território há muito despertavam interesse e admiração, inclusive, de outros viajantes naturalistas, sendo esta, a principal razão que o trouxera até o Brasil:

Esta tão celebre Capitania tem sido com razão admirada, desde o seu descobrimento, pelo ouro e pelas pedras preciosas que della se tem tirado, e os Naturalistas estrangeiros tiveram sempre pezar de que se achasse tão longe de seus olhos; eu mesmo confessarei de mim, que o desejo de viajar por este Paizes, foi o principal estímulo, que me incitou a sahir da minha Pátria, e a aceitar as offertas do Governo Portuquez. (ESCHWEGE, 1816, p. 65).

No documento, Eschwege (1816) afirma que, tendo sido prontamente atendido pelo Governo, em especial pelo Conde de Palma⁶¹, então Governador da Capitania de Minas Gerais, não tardou, a conhecer as minas de ouro, tendo observado que, estavam, de fato em decadência. Caberia a ele, nesse sentido, levantar as razões que levaram a esse cenário.

A primeira delas é apontada em decorrência da queda na arrecadação do *quinto*, ou os *Reaes Quintos do Ouro*, “[...] que tinham chegado ainda no anno de 1753 a cento de dezoito arrobas, e não obstante o accrescimo da população, diminuirão constantemente desde aquelle tempo, de tal sorte que hoje em dia importão em pouco mais de vinte arrobas” (ESCHWEGE, 1816, p. 65).

Além desse fato, novamente é relatada a ausência de melhorias das técnicas de exploração mineral. A princípio, a falta de habilidade dispensada pelos mineiros devia-se ao pouco conhecimento de outrora, em meados do século XVIII, entretanto, o alemão observa que mesmo um século depois, o cenário não estava diferente. Sua afirmação é corroborada pela citação da fala de José Bonifácio de Andrada, no jornal *Patriota*, de

⁶¹ Foi conselheiro de estado, senador do Império do Brasil de 1826 a 1843 e governador das capitanias de Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

julho de 1814: “he tal a cegueira e o desleixo, que mui pouca gente ha entre nós, que esteja capacitada das grandes vantagens e proveitos que consigo trará a lavra regular das nossas minas, e huma boa administração metallurgica” (ESCHWEGE, 1816, p. 68).

Para Eschwege (1816) a decadência advém, portanto, de suas causas principais: “[...] terem se franqueado ao povo as minas de Ouro sem limitação, e sem inspecção sobre os seus trabalhos; e na falta absoluta de Leis montanisticas, adequadas a este Paiz” (ESCHWEGE, 1816, p. 69).

A falta de aproveitamento durante o processo de extração do ouro, em razão da ausência de técnicas adequadas e da abundância do minério, que fazia com que os mineiros não valorizassem cada porção que ainda podia ser extraída do processo, causavam espanto comparando à situação em seu país:

Quem conhece as sabias Leis montanisticas da Alemanha; quem vê por meio dellas abrir e lavar com vantagem as minas mais pobres; quem sabe que a Sciencia metallurgica naquele Estado tem chegado no ponto de se extrahir com lucro uma pequenissima porção de Ouro, por exemplo $\frac{1}{4}$ de grão de oito arrobas de terras metalíferas; fica bem pasmado das riquezas imensas deste Paiz, e da imperfeição dos seus trabalhos, em que somente se aproveita o Ouro, que se mostra visível n’huma batéa de terra, que não conterà mais que huma arroba, lançando-se fora toda a terra, em que se não acha alguma faisca visível. (ESCHWEGE, 1816, p. 69).

Eschwege (1816) explica ainda que o trabalho de extração do ouro ocorria somente de modo superficial e sem a utilização de outros métodos a não ser a lavagem, tornando o aproveitamento de todo o processo bastante limitado:

No trabalho dos Vieiros e Camadas nunca chegam ao fundo; o minimo obstaculo que se encontra, ou a falta de ouro visível, faz esmorecer o mineiro: não sabendo remediallo, e temendo perder mais serviços huma vez que continue, larga o trabalho e principia n’outro lugar, arranhando só a superficie do terreno. Para a apuração da terra extrahida não sabem outro methodo, senão o da lavagem; e isto sem engenho ou máquina alguma, aproveitando somente o Ouro mais grosso e pesado, pois o mais fino o arrasta a agoa consigo para os Rios. Não fallamos no Ouro que se acha chimicamente ligado com outras substancias, e que desaparece de todo nestes trabalhos, nelle he que o mineiro sofre a maior perda. A perda nas Fundições. Desde o principio das Casas de Fundições usou-se sempre, e usa-se ainda com grande prejuizo da Fazenda Real, para a apuração e fundição do Ouro, do Muriato de Mercurio (*Solimão*) o qual vem por hum preço subido dos Paizes estrangeiros. He bem sabido que elle se decompõe na fundição, passando o ácido muriatico a oxidar o Ferro, Cobre e outros metaes, com que ordinariamente o ouro está misturado. O Mercurio que então se volatiliza com grande velocidade, arrasta consigo mecanicamente em seus vapores muitas particulas de Ouro, e eis-aqui porque os trabalhos da Fundições quase sempre differem, mostrando menos perda hum do que outro, em Ouro do mesmo toque. (ESCHWEGE, 1816, p. 69-70).

Na tentativa de solucionar esses problemas, Eschwege (1816, p. 70) explica que desde sua chegada ao Brasil e a Minas Gerais procurou visitar diversas lavras, com intuito de “espalhar entre os mineiros algumas luzes para huma mineração regular, e apuração mais perfeita”. Além das visitas, o alemão afirma não ter poupado despesas para fazer modelos de engenhos a fim de mostrar suas vantagens no processo. Tão logo seu trabalho começou, o barão se mostrava decepcionado com o pouco interesse dos mineiros em aprender suas técnicas:

[...] Principiei esta doutrina com os mineiros mais opulentos, que podião servir de exemplo aos outros, e não descancei com estas diligencias, até me enganar inteiramente de que todo o meu trabalho era baldado. Huns riem-se de cousas que nunca ouvirão fallar, cuidando que são chimeras; outros tem a condescendia de fingirem estar persuadidos do que digo; outros estão realmente convencidos, mas não tem animo de largar a pratica antiga; outros finalmente reconhecem a vantagem que lhe proponho, mas não tem resolução de despende o dinheiro que exige a construção de alguma maquina, ou hum serviço regular, em que não se pode tirar Ouro logo nos primeiros dias. (ESCHWEGE, 1816, p. 70).

Além do ouro, a ocorrência de outros minérios de importante valor econômico também é relatada por Eschwege (1816): a Prata (Rio Abaeté), o Cobre (Arraial do Inficionado do Caraça e Serro Frio), o Chumbo (Congonhas do Campo, margens do Rio São Francisco), a Platina (Arraial da Conceição do Serro e Rio Abaeté), além de Estanho (Rio Antonio Dias), Bismuto (Rio Guarapiranga), Cobalto (Arraial do Tejuco e Serro Frio), Manganês (em toda a capitania) e Zinco (Rio Jequitinhonha). Após localizá-los no território, afirmava:

Pelo que acabamos de expor tão resumidamente, se vêm as riquezas que esta Capitania offerece em Metaes; e sendo tal a sua posição geografica, que pouco ou nenhum proveito se pode nella tirar da Agricultura, dever-se-hião fazer todos os esforços para promover a exploração, e trabalho regular das minas, e estabelecer as competentes fabricas. (ESCHWEGE, 1816, p. 75-76).

E reforçava, em uma de suas mais valiosas e divulgadas obras – *Pluto Brasiliensis* (1979 – Original publicado em 1833) – a importância da província e as possibilidades de pesquisas científicas para os viajantes que nela se aventurassem:

Minas Gerais é, sem dúvida, a província brasileira mais interessante e instrutiva sob o ponto de vista geológico e mineralógico, especialmente nas regiões de Vila Rica e Sabará e em toda a zona cortada pela estrada que se dirige para o distrito diamantífero do Serro do Frio. O viajante que percorre essas regiões e dispõe de algum tempo para

pesquisa-las, não só fica conhecendo todas as rochas que ocorrem na província e a sequência de suas camadas, mas ainda em oportunidade de observar os métodos de exploração do ouro usualmente adotados no Brasil. (ESCHWEGE, 1979, p. 07, v.2 – Original publicado em 1833).

Entre os métodos por ele descritos estão o talho aberto, em que a rocha, “[...] desagregada à força pelas águas, é recolhida a quatro grandes mundéus e as pedras são fragmentadas pelos escravos, pulverizadas, e em seguida, lavadas” (ESCHWEGE, 1979, p. 07, v.2 – Original publicado em 1833). Além disso, o observador presenciaria a lavagem realizada nos mundéus e a separação final do ouro.

Quanto aos diamantes, a busca pelas preciosas pedras, segundo Eschwege (1979, p. 127, v.2 – Original publicado em 1833), “[...] não exige grande prática dos garimpeiros, bastando a estes extrair e lavar o cascalho. Só muito raramente precisam os feitores conhecer alguma coisa de hidráulica”. E ao descrever o processo, constatava que “os leitos antigos dos rios, assim como os atuais, constituem o principal campo de atividade, que se exerce, ou nos tabuleiros à margem dos rios, ou no próprio leito, de que, previamente, se desviam as águas”.

E completava, sobre a inaptidão dos trabalhadores acerca de técnicas que facilitariam seu trabalho:

Infelizmente, esses homens não passam de empíricos, que nunca tiveram oportunidade de adquirir conhecimentos técnicos. Por isso mesmo, são sempre contrários à introdução de máquinas, que lhes poupariam o trabalho de muitos escravos. Entretanto, é bom que se diga que essa repugnância não se origina de interesses particulares, mas sim do fato de nunca terem visto uma delas (máquina hidráulica). Para eles, máquina alguma presta, nada funciona tão bem como os braços e a cabeça dos negros. (ESCHWEGE, 1979, p. 127, v.2 – Original publicado em 1833).

A ocorrência das lavras, por sua vez, descrita com riqueza de detalhes, contempla, além de sua localização, o tipo de formação rochosa, a quantidade de trabalhadores empregados (livres ou escravos) e sua produtividade. O extenso quadro organizado por Eschwege (1979 – Original publicado em 1833), reúne informações sobre as lavras das cidades de Ouro Preto, Mariana, Serro, Caeté, Minas Novas, Pitangui, Sabará, São João Del'Rey, Paracatu, Tiradentes, Barbacena, Campanha.

O alemão afirmava que as informações por ele organizadas no quadro permitiriam que se verificasse não somente a “[...] a grande extensão do distrito aurífero, senão também a esperança de que essa extraordinária disseminação de ouro pode de novo atingir grande prosperidade, desde que haja uma boa administração” (ESCHWEGE, 1979, p. 50, v.2 – Original publicado em 1833).

Eschwege (1979, p. 19, v.2 – Original publicado em 1833), afirmava ainda que esse material deveria servir de guia, “[...] não só ao mineiro e ao geólogo, como também ao homem de negócio, em suas viagens na Província de Minas Gerais”. Com essa afirmação, entendemos, portanto, que o conhecimento científico acumulado pelos viajantes estrangeiros em Minas Gerais, decorrente do interesse científico fomentado tanto no Brasil como dos países europeus, também serviu, paralelamente, aos interesses comerciais.

Além do ouro, Eschwege (1979) relatou a ocorrência de pedras preciosas, encontradas em diversos rios da província de Minas Gerais, entre as quais, diamantes, topázios, safiras, turmalinas, ametistas, crisoberilos, granadas. O alemão explica na obra que,

O achado casual dos diamantes e, sobretudo, das pretensas esmeraldas⁶², em busca das quais os aventureiros se atiraram aos sertões inóspitos, provocou, finalmente, a descoberta de ouras pedras. Os sertões remotos de Minas Novas, principalmente, foram o objeto exclusivo de numerosas bandeiras, que, arrostando todos os perigos e afrontando muitas vezes a morte, iam em busca das pedras. (ESCHWEGE, 1979, p. 109, v.2 – Original publicado em 1833).

À despeito da ocorrência e variedade das riquezas encontradas na província, seu pleno aproveitamento estaria, segundo Eschwege (1979), condicionado a algumas providências necessárias. Em primeiro lugar, seria necessário adequar as leis da mineração e os métodos empregados às especificidades do Brasil. Juntamente com a necessidade de mão-de-obra técnica especializada para a supervisão nas minas bem como para sua administração (ESCHWEGE, 1979).

Foi no ano de 1803 que a mineração foi entregue à Real Junta Administrativa e Juntas Territoriais, através de lei que era considerada adequada às necessidades da mineração no país. Eschwege (1979), entretanto aponta na obra algumas incoerências. Segundo ele, a Junta, cuja jurisdição abrangeria todo o Brasil, jamais poderia fiscalizar as lavras que se localizavam em regiões longínquas, distantes centenas de milhas de Vila Rica, local onde a referida Junta, deveria se reunir. Além disso, “[...] em hipótese alguma, os governadores de outras províncias, déspotas verdadeiros, se sujeitariam ao governador de Minas Gerais” (ESCHWEGE, 1979, p. 271, v.2 – Original publicado em 1833).

Ademais, Eschwege (1979, p. 271, v.2 – Original publicado em 1833) explicava que as pessoas que desempenhavam funções secundárias “[...] era exatamente as

⁶² Eschwege (1979) esclarecia que, cientificamente, não havia erro quando os sertanistas denominavam de esmeraldas o berilo e a água marinha, pois, as três pertencem à mesma família natural dos silicatos e alumina e glucínio.

peessoas que possuíam preparo técnico, isto é, os intendentes, mineralogistas e agrimensores”. E reafirmava em tom enfático:

Até hoje, a causa da decadência da mineração tem sido propriamente a legislação defeituosa. Na realidade, entregou-se um tesouro a ignorantes, que não sabiam preservá-lo, e a juristas, que nada fizeram senão estabelecer medidas legais inoportunas. Nem estes, nem aqueles, foram capazes de propor medidas adequadas, pois nem sequer percebiam que elas existiam. Assim não poderia a mineração deixar de decair. (ESCHWEGE, 1979, p. 275, v.2 – Original publicado em 1833).

Entre as propostas para uma legislação adequada às especificidades do país, Eschwege (1979) apontou 31 artigos que substituiriam as leis vigentes à época. Entre os quais, figurariam os seguintes:

- 2- A lei nova, a principio só se aplicará às províncias de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás;
- 3- Cada uma delas terá o seu intendente geral de mineração, que será pessoa perfeitamente entendida em mineração e metalurgia. Sob sua orientação ficarão todas as instalações de minas e metalurgia; assim como as Casas de Fundição e companhias que se dedicarem a esse ramo da indústria;
- 6- Todas as questões entre mineiros, relativamente ao direito de propriedade das minas, serão resolvidos pelo intendente, o qual poderá formar um tribunal, cujas decisões ele confirme. As decisões tomadas serão inapeláveis;
- 12- No que respeita à administração diamantina, esta possuirá, igualmente, um intendente habilitado. A exploração dos rios diamantíferos será entregue, mediante certas condições, a companhias, das quais a Coroa adquirirá os diamantes por preços fixos, se assim o entender;
- 21- Toda e qualquer administração de minas será exercida por administradores habilitados. Tratando-se de sociedades, serão os mesmos propostos pela diretoria e aceitos pelo intendente, caso este os julgue capazes. Os administradores de estabelecimentos oficiais serão nomeados pelos intendentes e confirmados no cargo pelo presidente da província;
- 25- Todos, sem exceção, nacionais ou estrangeiros, poderão organizar ou fazer parte de companhias de mineração, desde que se submetam às exigências legais e assegurem seu direito de propriedade; (ESCHWEGE, 1979, p. 272-274, v.2 – Original publicado em 1833).

Como se observa, a sua preocupação essencial residia na administração, que, sob nenhuma hipótese, poderia ser entregue a pessoas despreparadas. Além disso, a inserção do estrangeiro no processo de exploração das minas que se intensificou após a Independência, já era aventada por Eschwege (1979), quase uma década antes.

A influência do estrangeiro, especialmente na elaboração das leis que regiam as minas, era criticada por Eschwege (1979, p. 271, v.2 – Original publicado em 1833), pois “seria difícil chegar a uma solução quanto às medidas necessárias ao incremento da

mineração, se quiséssemos transportar para a América a mais completa organização europeia, sem primeiro adaptá-la às condições locais”. Por outro lado, o alemão entendia que a formação técnica seria fundamental para criar os especialistas necessários no país, para tanto, enviá-los à Europa seria essencial para sua educação, “à custa do Estado [...] onde, durante quatro anos, se especializariam em Geologia e Metalurgia. Findo esse prazo, voltariam para o Brasil, e só seriam colocados caso demonstrassem conhecimentos práticos e teóricos, no exame rigoroso a que seriam submetidos” (ESCHWEGE, 1979, p. 277, v.2 – Original publicado em 1833).

Diferentemente do barão de Eschwege, Virgil von Helmreichen realizou um trabalho um pouco mais “independente” do julgo do governo imperial. O austríaco que esteve pela primeira vez no país em 1836, tendo retornado em 1841, trabalhou em companhias de mineração e, concomitantemente, desenvolveu sua pesquisa, enviando amostras coletadas ao Museu de História Natural de Viena, na Áustria. Embora não tenha recebido ajuda de custo suficiente para custear sua viagem, Helmreichen partiu, em 1846, para o Mato Grosso, de onde seguiu para o Paraguai, vindo a falecer em 1852, no Rio de Janeiro.

A mão-de-obra austríaca era recorrente nas companhias mineradoras de ouro naquele século. Embora os ingleses trouxessem capital para financiar os empreendimentos e a tecnologia na lavra subterrânea, não possuíam experiência com a metalurgia do ouro. Assim, em virtude da tradição das Escolas de Minas alemãs e austro-húngaras, a mão-de-obra dessas nacionalidades era valorizada pelos ingleses. Esses últimos tiveram importante participação na lavra do ouro em Minas Gerais durante o século XIX. A primeira companhia a se instalar na região foi a *Imperial Brazilian Mining Association*, fundada em 1824 e proprietária das minas Cata Preta, Antônio Pereira e Gongo-Soco (RENGER, 2002, p. 14).

Entre os empreendimentos ingleses, o mais bem-sucedido foi o da *St. John D’el Rey Mining Company*, onde, o também austríaco George Schuch, obteve permissão para trabalhar na lavra do ouro, metais e pedras preciosas no ano de 1828. A empresa, supervisionada por Charles Herring, operou durante quatro anos, sem alcançar os resultados esperados. Após esse período, a empresa adquiriu a mina do Morro Velho – em Congonhas do Sabará, hoje Nova Lima – iniciando seus trabalhos na localidade em 1834 (RENGER, 2002, p. 14).

A propriedade das terras onde se localizavam as minas era, por certo, uma questão contraditória. As terras ocupadas pela *Brazilian Company Ltd.*, companhia proprietária de grande extensão de terras no Pico do Itabirito e das minas de Cata Branca e Morro das Almas em Ouro Preto, “pertenciam originalmente a colonos pobres, brasileiros e portugueses” tendo sido “repassadas” ao Conde de Linhares que vendeu

a concessão ao anglo-americano Dr. Cliffe (RENGER, 2002, p. 14). A transação de venda e a criação da empresa, em 1833, referia-se, portanto, a um terreno de grande valor agregado e sua exploração que passou a pertencer a uma empresa estrangeira. As minas, responsáveis pela produção de considerável quantidade de ouro, chegavam à quantidade de 1,4kg ainda em 1814.

Se nesse período da história ainda não havia sequer a projeção de uma Lei de Terras, que viria a acontecer somente 20 anos mais tarde, de maneira controversa em função da aquisição passar a ser feita mediante a compra (restringindo a população que de fato poderia realizar essa compra), observa-se que a posse e uso acabava, como nesse caso, com estrangeiros e grandes companhias europeias.

Entendendo o papel do estrangeiro como central na construção deste trabalho, seja em função do material produzido ou dos interesses associados à sua vinda ao Brasil, observamos que, repetidamente, nosso país foi mapeado, registrado e ilustrado em suas publicações. Deve-se à Helmreichen, por exemplo, a elaboração de um rascunho do que hoje corresponde ao *Quadrilátero Ferrífero*, além de amostras geológicas e mineralógicas. Nos anos que se seguiram, o austríaco estabeleceu contatos com outras companhias inglesas, vindo a trabalhar em Gongo-Soco em 1839.

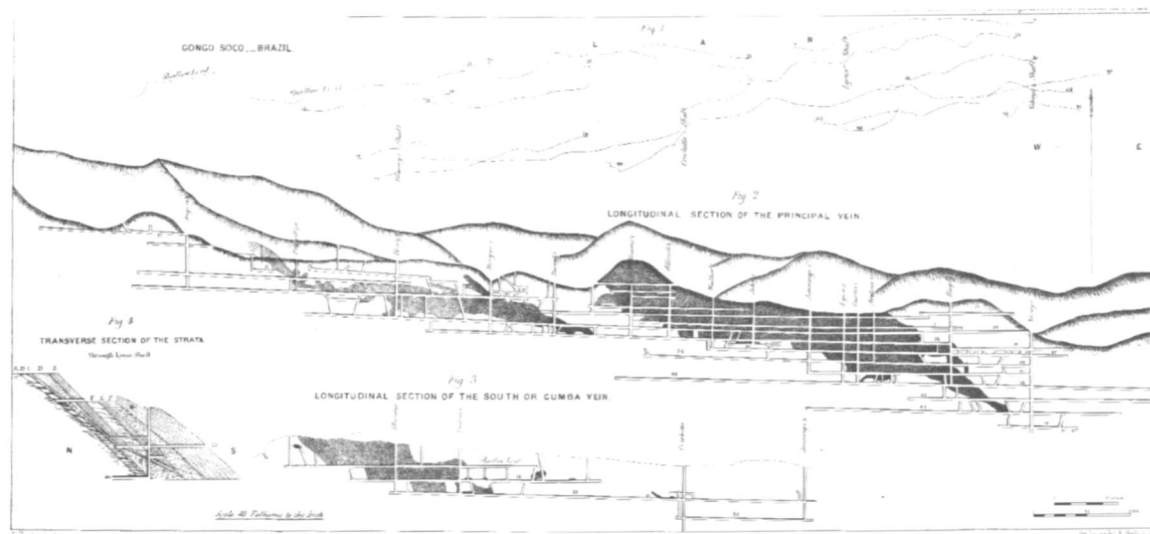
O mapa do *Quadrilátero Ferrífero*, que delimitaria o distrito aurífero de Minas Gerais, na região de Sabará, Queluz e Ponte Nova, também faz referência à distribuição ferrífera dos maciços do Caeté, Moeda e Santa Bárbara. O referido mapa não foi terminado, tendo sido publicado pela primeira vez por Peter Claussen, em 1841, no artigo: *Notes géologiques sur la Province de Minas Geraes au Brésil*.

Um dos mais completos relatórios sobre Gongo-Soco foi de autoria de Helmreichen. O relatório publicado entre a coletânea de suas principais obras pela Fundação João Pinheiro, teve como objetivo apresentar os resultados obtidos nos processos de extração, bem como, o então estado da mina, além das medidas cabíveis para aprimorar o trabalho no local. Ele aponta que desde a aquisição da mina pela *Imperial Brazilian Mining Association* a maior parte da considerável produção no ano de 1832 foi extraída do veio⁶³ central (assim chamado por se localizar entre os veios Sul e Norte (Figura 17). Dois anos depois, em 1834, um novo veio foi descoberto, fazendo com que a produção da mina ao longo de seis anos rendesse toneladas de jacutinga⁶⁴ valiosa.

⁶³ Camada mineral da mina que se pode explorar; filão.

⁶⁴ Minério de ferro pulverulento, muitas vezes com altíssimo teor de ouro típico da região do Quadrilátero Ferrífero, entre Mariana/Ouro Preto e Itabira.

Figura 17: Perfil longitudinal da mina de Gongo-Soco



Fonte: Helmreichen, 2002.

Além de Gongo-Soco, Helmreichen (2002) tratou da Mina do Cumba, explorada desde 1838, tendo rendido “considerável quantidade de minério para os pilões”⁶⁵. O austríaco afirmava ainda que, “se descoberto novo veio através da galeria transversal Cumba, para a parte central da Mina do Gongo, terão descoberto uma jazida praticamente virgem” (HELMREICHEN, 2002, p. 38).

Denotando interesse significativo na exploração da Mina de Gongo-Soco, Helmreichen apontava a importância de a empresa inglesa seguir investindo no local. Para ele, não era recomendável naquele momento que a companhia trabalhasse em outras minas de sua posse, como Cata Preta, Antônio Pereira, Câmara ou Paracatu, tendo em vista que não havia mão-de-obra suficiente para executar o trabalho nas demais minas sem prejudicar Gongo-Soco.

Tampouco recomendava a instalação de uma fundição de ferro para produção em larga escala, considerando que a demanda pelo minério era pouca “em um país tão pouco habitado” sem mencionar as “dificuldades de transporte”, pois, o seu custo elevado não permitiria competir com as fundições menores, isoladas que vendiam seu produto para a vizinhança. Parece interessante, entretanto, aos olhos de Helmreichen (2002) que se fizesse um investimento somente na produção para abastecer a mina, permitindo a independência da compra de ferro dos “nativos”. Cabe ressaltar que, entre os anos de 1826 e 1856, a Mina de Gongo-Soco produziu 12.887 kg de ouro⁶⁶.

⁶⁵ Engenho de tritar minério, movido, em geral, por uma roda d'água.

⁶⁶ Valores obtidos a partir dos relatórios semestrais da *Imperial Brazilian Mining Association* em 1871.

Outro grande interesse do austríaco ao dirigir-se para o Brasil era realizar uma viagem “transcontinental” pela América do Sul. Em 1846 ele iniciou a jornada que tinha entre seus objetivos realizar um levantamento geológico e construir o perfil do continente; tecer observações astronômicas e barométricas de pontos “salientes” como rios e picos, além de observações magnéticas para determinar o equador magnético, por fim, desejava coletar objetos de História Natural, como artefatos e rochas e estabelecer contato com tribos indígenas. O trajeto, que passou por Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e desembocou no Paraguai, terminou com Helmreichen adoentado e impossibilitado de retornar ao Rio de Janeiro com todo o material que havia coletado (RENGER, 2002, p. 16).

Durante sua viagem, especialmente de passagem pela região do *Quadrilátero Ferrífero*, Helmreichen (2002) relata a ocorrência de ferro nas camadas das rochas da Serra do Espinhaço, ele recolhe amostras e aponta que são encontradas com e sem ouro em sua composição. O austríaco também se deparou com a exploração de uma companhia inglesa em Cocais, que tentava avançar em novas frentes de exploração embora tenha se deparado com uma formação ferrífera carbonática bastante dura, que impedia esses avanços. A empresa a qual ele se refere era a *National Brazilian Mining Association*, que encerrou seus trabalhos em Cocais em 1846 (HELMREICHEN, 2002, p. 109).

Minas Gerais despertava especial interesse em Helmreichen, não só pelo fato do trabalho para o qual fora contratado contemplar àquela região, mas, porque a concentração de riquezas minerais era abundante e variada. Segundo Abreu (1946, p. 227, tradução nossa):

o fator fisiográfico tem dificultado a exploração dos recursos minerais em certos terrenos e favorecidos nos demais. Os terrenos da Serra do Espinhaço e da chapada Diamantina contribuíram em grande parte para o desenvolvimento da indústria mineral – o afloramento dos leitos, os vales profundos cavados pelos rios e as exposições devido a falhas e desdobramentos, a ausência de vegetação espessa na região nordeste, também teve influência útil da descoberta dos pegmatitos contendo minerais úteis, enquanto a floresta densa do vale do Amazonas, por exemplo, impediu sua a prospecção.⁶⁷

⁶⁷ The physiographic factor has handicapped the exploitation of the mineral resources in certain and favored in the others. the landforms of the Serra do Espinhaço and chapada Diamantina have contributed largely to the development of mineral industry – the outcropping of the beds, the deep valleys dug by the rivers, and exposures due to faulting and folding, the absence of thick vegetation in the northeastern region also has had helpful influence of discovery of the pegmatites containing useful minerals, whereas the dense forest of the Amazon valley has hindered prospecting.

Condição que fica evidente ao observarmos a Figura 18, abaixo, que demonstra em detalhes a ocorrência de recursos minerais em ativa exploração no Brasil, em 1944. Minas Gerais se destaca pela variedade e distribuição dos minérios em parte considerável de seu território, especialmente ao longo da Serra do Espinhaço:

Figura 18: Brasil – Recursos minerais em exploração ativa (1944)



FIG. 1—Key: 1, Iron; 2, Coal; 2a, Lignite; 2b, Peat; 3, Oil wells; 3a, Oil shales; 4, Manganese; 5, Nickel; 5a, Cobalt; 6, Chromium; 7, Tungsten; 8a, Pegmatites with quartz, beryl, tantalite, cassiterite; 8b, Pegmatites with quartz, mica, beryl; 9, Zirconium; 9a, Monazite sands; 10, Titanium; 11, Bauxite; 12, Magnesite; 13, Tin placers; 14, Copper; 15, Lead-silver-zinc; 16, Gold placers and mines; 17, Quartz (crystal); 18, Mica; 19, Fluorspar; 20, Barite; 21, Diatomite; 22, Graphite; 23, Diamond; 24, Semi-precious stones; 25, Salt; 26, Pyrites; 27, Phosphates; 28, Asbestos; 29, Limestone; 30, Gypsum; 31, Kaolin; 32, Feldspar; 33, Ochres; 34, Asphalt.

Fonte: ABREU, 1946.

Ao observar a figura acima, pode-se destacar a ocorrência dos seguintes minérios no território de Minas Gerais, todos com possíveis interesses comerciais: xistos betuminosos, manganês, cobalto, cassiterita, zircônio, titânio, bauxita, magnesita, estanho, ouro, quartzo (cristal), mica, barita, grafite, diamante, pedras semipreciosas, piratas, caulim, limonita (ABREU, 1946).

Essa variedade mineral, observada na região central de Minas Gerais, corrobora o interesse demonstrado por Helmreichen (2002) no potencial mineralógico da Serra do Espinhaço. Se a variedade das riquezas encontradas no território mineiro impressionava os viajantes, esse processo se intensificou a partir de 1830, adentrando pelo século XX, até a década de 1960, principalmente em decorrência da exploração mineral empreendida pelas companhias inglesas na região.

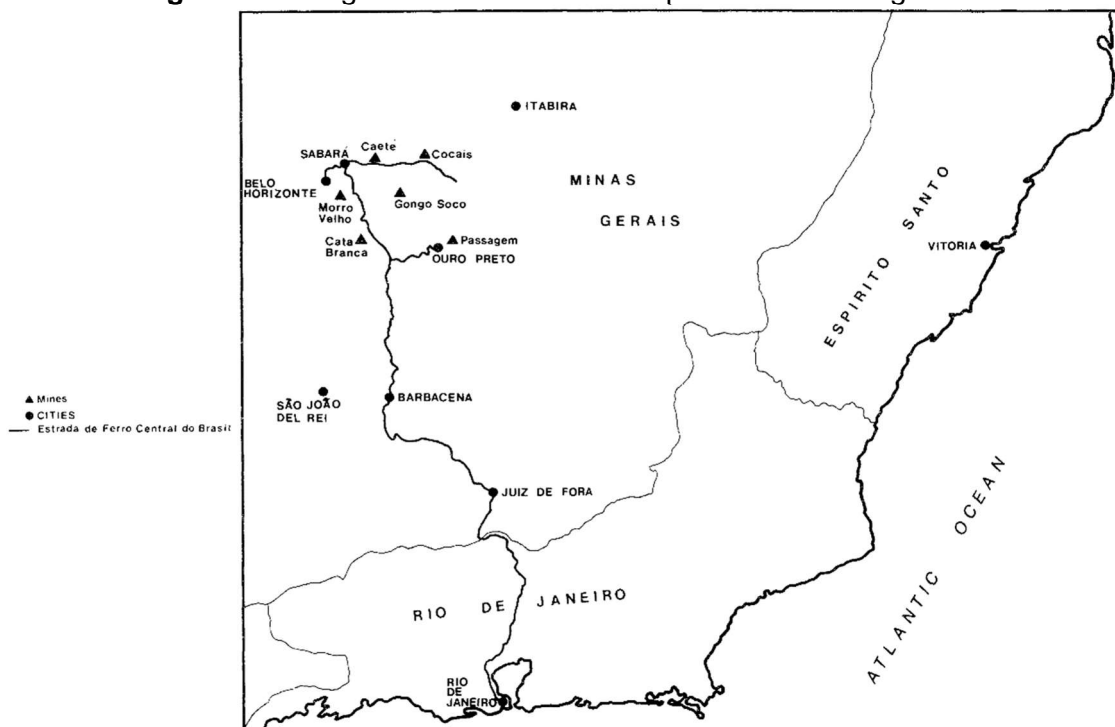
Os interesses estrangeiros na mineração

Com a independência de países latino-americanos no século XIX, o território da América do Sul se abriu para o capital inglês e, posteriormente, para o norte-americano. A abertura política e econômica para Eakin (1986) e o advento dos nacionalismos na região sul do continente, ampliou também o interesse de investidores em pesquisa para reconhecer as melhores condições de exploração das matérias-primas disponíveis. O impacto do capital inglês nos países recém independentes foi expressivo de forma que o autor o aponta como responsável por “distorcer” a economia nascente das novas repúblicas, voltando sua produção somente para a exportação de matérias-primas e produtos agrícolas e recebendo, em contrapartida, produtos manufaturados e capital. Identifica-se aí, a clássica divisão imposta no chamado *sistema-mundo* (Wallerstein, 1974), e a condição na qual os países de passado colonial foram repetidamente submetidos.

Essa condição não se realizaria, entretanto, não fosse a colaboração das elites locais. Em “parceria” com as empresas inglesas, sua política econômica favorecia a geração de lucros em níveis superiores aos praticáveis em mercados domésticos nos países industrializados. Essa política de favorecimento das empresas estrangeiras incentivou ainda mais a exportação dos setores primários em detrimento do desenvolvimento do mercado interno (EAKIN, 1986, tradução nossa).

Entre essas empresas, destacou-se a *St. John d’el Rey Mining Company Limited*, responsável por explorar a maior mina de ouro na América Latina durante mais de um século (1830-1960), em Nova Lima, Minas Gerais. Explorando a região de Morro Velho, a empresa inglesa construiu um verdadeiro império com a exploração de ouro e ferro, além de ter investido em fazendas, hidroelétricas, estradas (EAKIN, 1986). (Figura 19).

Figura 19: A região mineradora e os empreendimentos ingleses.



Fonte: EAKIN, 1986.

O século XIX recebeu, portanto, diversos investimentos estrangeiros o que garantiu o reerguimento da zona metalúrgica em Minas Gerais, sentido ao longo do século seguinte. Esse processo se intensificou por volta da década de 1820, depois de várias décadas de declínio na produção aurífera na capitania de Minas Gerais que começou a ser sentido por volta de 1750. Segundo Eakin (1986), a produção que chegara a 15 milhões de gramas anualmente na metade do século XVIII, caiu para 800 mil gramas em 1814.

Para o autor, foi somente a partir da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808 e a abertura dos portos às Nações amigas e, posteriormente, com a independência de Portugal em 1822 e, com a Constituição promulgada em 1824, que as barreiras impostas aos investimentos estrangeiros começaram a ser retiradas. Com isso, a partir da década de 1830, a Inglaterra iniciou seus investimentos econômicos na mineração brasileira e também mexicana e colombiana. Isso somente foi possível porque a Inglaterra experimentou considerável crescimento econômico no período pós-napoleônico, buscando possíveis investimentos mundiais para seu capital e produção industrial.

Cabe ressaltar que os investimentos britânicos na mineração brasileira tiveram três momentos essenciais. O primeiro deles se iniciou por volta de 1820 até 1830. O

segundo, e mais intenso, veio somente na década de 1860 e o terceiro, ocorreu no último quartel do século XIX. Entre as companhias que surgiram na primeira onda de investimentos, somente duas sobreviveram à metade do século. O mesmo aconteceu com as que surgiram na década de 1860, somente duas resistiram ao final do século XIX. Àquelas que iniciaram suas atividades no último quartel do século XIX desapareceram (com exceção de uma) em 1905 (EAKIN, 1986).

As minas que resistiram ao início do século XX foram: *The Ouro Preto Gold Mines Company*, que operava a mina da Passagem e, *St. John d'el Rey Mining Company Limited*, operando em Morro Velho. Para Eakin (1986) dois fatores foram essenciais para garantir seu funcionamento por longo período: rica concentração de ouro nos veios das minas – sendo um dos maiores depósitos de ouro do mundo – e, excelente administração.

Além desses fatores, os empreendimentos ingleses contavam ainda com o incentivo do governo imperial, valorizando e favorecendo sua atuação em território brasileiro:

o pensamento que caracterizava os líderes políticos e econômicos do Brasil imperial favorecia o investimento estrangeiro e respeitava a competência técnica e econômica dos ingleses, que as elites brasileiras procuravam imitar em economia, política e assuntos sociais com a esperança de duplicar seus sucessos. (EAKIN, 1986, p. 723).⁶⁸

Segundo o autor, a empatia do governo imperial pelos empreendimentos estrangeiros fica ainda mais evidente quando se verifica que as importações de equipamentos e suplementos necessários para a produção das empresas inglesas eram frequentemente isentas de taxas para estimular o crescimento da indústria no país. A proximidade da família imperial com a companhia inglesa garantia esse tipo de facilidades. Tanto Dom Pedro I como Dom Pedro II visitaram São João d'el Rey e acompanharam a produção nas minas. Proximidade com o governo, que ficou, em parte, comprometida com o advento da República (EAKIN, 1986).

Com atribuições não tão semelhantes às de Helmreichen, tendo em vista que ele esteve no Brasil a serviço das companhias inglesas de mineração, o engenheiro alemão Henrique Gerber esteve no Brasil a serviço do governo provincial, escreveu *Noções Geográficas e Administrativas da Província de Minas Gerais*, obra rica em documentos cartográficos e iconográficos de importância para a representação de

⁶⁸ The thinking that characterized the political and economic leaders of the imperial Brazil favored foreign investment and respected the technical and economic competence of the British, whom the Brazilian elites sought to emulate in economics, politics and social affairs with the hope of duplicating their successes.

Minas Gerais. Gerber, natural de Hannover, estudou na Escola Politécnica de sua cidade entre 1847 e 1852, trabalhando inicialmente como arquiteto em parceria com seu professor (RENGER, 2013).

Em Minas Gerais esteve entre 1857 e 1867, atuando como engenheiro na Repartição de Obras Públicas da Província. Seus projetos concentraram-se em realizar orçamentos e levantamentos topográficos de estradas de rodagem. No ano de 1864 foi responsável por elaborar um novo plano viário para Minas Gerais, em substituição ao já existente desde 1835. O novo plano deveria fazer a ligação entre as estradas de rodagem e a rede ferroviária do Império, que começou a ser construída na década anterior, ligando o Rio de Janeiro ao Vale do Paraíba e à estrada de rodagem da Companhia União e Indústria, que ligou Petrópolis a Juiz de Fora (RENGER, 2013).

Além desses projetos, Gerber debruçou-se sobre obras arquitetônicas em Minas Gerais, entre as quais figuraram o projeto de reforma do Teatro de Ouro Preto, urbanização e saneamento de Águas Virtuosas da Campanha (atual Lambari), Baependi e Caldas, reforma do cemitério da igreja do Carmo e do memorial aos Inconfidentes Mineiros na praça Tiradentes, também em Ouro Preto. Por fim, ficou responsável pela reforma do encanamento de água da cidade de Queluz, hoje, Conselheiro Lafaiete (RENGER, 2013).

Renger (2013) afirma, entretanto, que o principal trabalho de Gerber consistiu na elaboração da carta geográfica da província mineira, acompanhada do texto explicativo de título mencionado anteriormente. O mapa, litografado em um dos melhores estabelecimentos da Europa, Editora e Instituto Litográfico Carl Flemming, e o texto, impresso pela Tipografia de Georges Leuzinger, no Rio de Janeiro, foram importantes ferramentas para a administração pública da Província, servindo para o planejamento governamental durante toda a segunda metade do século XIX.

Em 1866, Gerber passou a ocupar o cargo de engenheiro-chefe da Repartição de Obras Públicas, recém-criado, tornando-se responsável pela reelaboração do sistema de serviços postais da província de Minas Gerais, a partir de detalhado estudo das agências dos correios, suas distâncias, duração e custo das entregas dos malotes. No ano seguinte, Gerber tirou uma licença de um ano para viajar pela Europa e dela, nunca retornou ao Brasil.

Segundo Renger (2013), a necessidade da contratação de mão-de-obra estrangeira para essas obras de infraestrutura, eram resultado, assim como no caso da extração mineral, do descaso com a formação de especialistas em nosso país no período colonial e pós-Independência. O primeiro curso de engenharia civil, por exemplo, só fora criado em 1858 no Rio de Janeiro, após a transformação da antiga Academia Real Militar em Escola Central (RENGER, 2013).

Com o objetivo de promover a integração da província de Minas Gerais e a facilitação da comunicação de seu território ao Sul da Província com o Rio de Janeiro, o projeto viário de Lei n.18 criado em 1835 pela Assembleia Legislativa Provincial, previa a construção de novas estradas e pontes, além de “quatro estradas principais e tantas laterais e sublaterais”, “quantas fossem necessárias para facilitar a comunicação da capital da província com suas cidades e vilas”, atendendo todas as direções, de Norte a Sul e Leste a Oeste.⁶⁹

Esse projeto, que mais tarde contaria com a colaboração de Gerber para a elaboração de alterações em sua organização, foi de responsabilidade ainda em 1836 do também engenheiro alemão Fernando Halfeld, que serviu à província de Minas Gerais até 1852 quando foi desligado do cargo. Diversos foram os nomes de estrangeiros envolvidos nas obras públicas em Minas Gerais. Entre 1840 e 1860, franceses, ingleses e principalmente alemães, ocuparam cargos nessas empreitadas. Nesse período, figuraram nomes como os de Edouard de La Martinière (francês), Bruno von Sperling, Frederico Wagner e Julio Borell du Vernay (alemães) (RENGER, 2013).

Tendo em vista que em 1850 o transporte ferroviário começa a ganhar importância no país e que em 1854 inaugura-se o primeiro trecho de linhas férreas, empreendido pelo Barão de Mauá, que fez a ligação entre o Rio de Janeiro e a estação Raiz da Serra, aos pés da Serra do Mar, Gerber passou a realizar, em 1858, estudos dos municípios de Mar de Espanha e Três Barras no Rio de Janeiro, com objetivo de ligá-los à Zona da Mata mineira e à estrada da Companhia União e Indústria.

Segundo relatório do inspetor geral das Obras Públicas, José Rodrigues Duarte, a importância das referidas estradas residia no fato de conectarem o rico Vale do Rio Doce às estradas da Companhia União e Indústria e Estrada de Ferro D. Pedro II.⁷⁰ A necessidade integrar a província de Minas Gerais aos grandes centros, como Rio de Janeiro, também foi apontada pelo presidente da Assembleia Provincial em 1863, João Crispiniano Soares, que, em carta direcionada aos deputados, apontava para a precariedade dos sistemas de comunicação e integração do território interiorano de Minas Gerais:

[...] estou persuadido de que as linhas férreas demandam ser alimentadas; e para isso é necessário penetrar nos pontos mais remotos do país, pois só assim será possível alcançar cousas ou gêneros e pessoas. Debaixo deste aspecto, acredito que a questão das estradas ordinárias deve preocupar vossa ilustrada atenção; elas são uma necessidade palpitante para a Província, mesmo porque de outra sorte os grandes trabalhos das vias férreas serão improdutivas. [...] por

⁶⁹ (Art. 1º da Lei Mineira n.18/1835 apud Renger, 2013).

⁷⁰ (Relatório do inspetor-geral das Obras Públicas, José Rodrigues Duarte, de 10/03/1859, Anexo A4 do Relatório do Presidente de 1859, de 06/04/1859 (u257) apud Renger, 2013).

isso, eu invoco vossa solicitude e lembro que uma das principais necessidades é começar pelos trabalhos gráficos e estudos preparatórios do melhor sistema de estradas nesta Província. E se me é permitido aventar alguma ideia sobre matéria que me é muito estranha, direi, que todo sistema de estradas deve partir da estrada de ferro de Pedro II e encaminhar-se para três pontos: o vale do Rio Grande, o Rio das Velhas e o Rio Doce. A cada um desses troncos, todas as mais estradas se devem prender como ramos de uma grande e majestosa árvore, que formará a rede secundária dos caminhos provinciais, municipais e vicinais.⁷¹

Diante dessa recorrente constatação, foi então solicitado a Gerber em 1864, a organização de um plano viário para Minas Gerais, contemplado em sua Carta da Província, em que fosse traçado “sobre a carta geográfica da província as linhas das estradas já existentes e das que se devam abrir para o futuro”.⁷² Esse estudo já havia, entretanto, sido realizado por Gerber em 1863 e entregue às autoridades da Província.

O alemão optou por desconsiderar o que fora anteriormente proposto na Lei n.18/1835, que apontava para a necessidade de quatro estradas que ao saírem de Ouro Preto tomariam as direções Norte (Itabira, Serro, Diamantina e Minas Novas), Sul (Queluz, Barbacena, Juiz de Fora – Rio de Janeiro), Leste (Ponte Nova e Abre Campo) e Oeste (Araxá e Uberaba) de Minas Gerais. Sua opção, que iria além de se considerar as direções tomadas pelo comércio considerariam ainda o que ele chamou de “troncos obrigatórios de uma rede de estradas”: a estrada de ferro de Dom Pedro II, parte da estrada da União e Indústria e os rios navegáveis (o tronco de Sapucaí, o tronco do Rio Grande com o ramal do Pará e, o tronco da União e Indústria com os ramais do Paraopeba, Rio das Velhas, Diamantina e Rio Doce, além dos pequenos ramais do Mar de Espanha e Leopoldina). Os troncos se iniciariam em estações que já existiam ou que seriam futuramente construídas da estrada de ferro de Dom Pedro II.⁷³

Em 1867, Gerber apresenta um novo plano de vias de comunicação para Minas Gerais, como uma complementação do plano de 1864. Nesse projeto, o engenheiro retomou a ideia da integração das vias de comunicação com as estradas de ferro construídas no Rio de Janeiro e São Paulo. Propôs ainda, a extensão das linhas férreas da estrada de ferro de Dom Pedro II e da estrada de ferro de São Paulo. O plano de Gerber, dividido em cinco etapas apresentava um mapa com as estradas existentes e suas despesas de construção (RENGER, 2013).

Renger (2013) reforçava ainda que, entre os anos de 1855 e 1865, período que praticamente coincide com a estadia de Gerber no Brasil e sua prestação de serviços ao governo provincial, boa parte dos investimentos feitos nas estradas de rodagem

⁷¹ (Relatório do Presidente de 1863, de 16/10/1863 (469BN; p. 17) apud Renger, 2013).

⁷² (Relatório do Presidente de 1863, de 30/05/1864 (470BN; p. 10-11) apud Renger, 2013).

⁷³ (Anexo 5 do Relatório do Presidente de 1863, de 30/05/1864 (470BN) apud Renger, 2013).

concentraram-se nas regiões Central, Sul e Zona da Mata mineira, enquanto que, Triângulo Mineiro, Noroeste, Norte e Leste, foram pouco contemplados. Reforça-se, nesse sentido que os planos de investimento no desenvolvimento de Minas Gerais, fosse na criação ou integração das vias de comunicação e transporte, ocorrem, necessariamente, em concomitância com os locais de exploração mineral. Visto que, esses deveriam ser os locais privilegiados pelos investimentos que viabilizariam o desenvolvimento econômico da Província.

O mapa de Gerber, no entanto, tornou-se referência para o governo provincial por trinta anos (entre 1862 e 1892), sendo substituído somente em 1893 por outro produzido por João Chrockatt de Sá Pereira de Castro na década de 1880. A importância da produção cartográfica de Gerber se estendeu para além da própria Repartição de Obras Públicas, instituição em que o engenheiro atuou e que reproduziu seu mapa em cartogramas das vias postais, das estradas e dos postos de coletorias da Província. O mapa foi enviado ainda para o IHGB em 1863 e utilizado pelos viajantes e exploradores que percorreram Minas Gerais, entre os quais, Richard Burton, que se guiou por ele em 1867 em sua passagem pelo *Quadrilátero Ferrífero* e, Charles Frederick Hartt, que em 1866 viajou pela bacia do Rio Jequitinhonha, no norte da Província.⁷⁴

A valorização das vias férreas enquanto eixo de ligação fundamental na integração da província mineira deve-se à grandeza dos empreendimentos construídos naquele período. A Cia. Estrada de Ferro D. Pedro II, previa inicialmente a travessia da Serra do Mar para, em seguida, bifurcar no trajeto para São Paulo e Minas Gerais, com vistas a atender as áreas produtoras de café do vale do Paraíba ao porto do Rio de Janeiro. A partir dessa bifurcação, dever-se-ia construir linhas férreas em direção ao norte da Província, outra a leste para atender a Zona da Mata e mais uma que conectasse o Rio Grande ao alto São Francisco.⁷⁵

A linha férrea alcançou o território de Minas Gerais em 1869. A denominada Linha Auxiliar, desceu ao longo do Rio Paraíba e atravessou o Rio Paraibuna, chegando a Minas. Em junho desse ano foram inauguradas as estações de Santa Fé e Chiador e a linha seguiu para Porto Novo do Cunha (hoje Além Paraíba) e Leopoldina (VASCONCELOS, 1934 apud RENGGER, 2013).

As estradas de ferro estavam relacionadas diretamente ao processo de modernização do Império, projeto que ganhou força na segunda metade do século XIX, quando se objetivava impulsionar o desenvolvimento da economia, com investimentos

⁷⁴ (Anexo 5 do Relatório do Presidente de 1863, de 30/05/1864 (470BN) apud Renger, 2013).

⁷⁵ (Anexo 5 do Relatório do Presidente de 1863, de 30/05/1864 (470BN) apud Renger, 2013).

necessários tanto na infraestrutura, como na urbanização do Brasil. Sendo assim, Gerber sinaliza em sua obra a estrada de Ferro Dom Pedro II como via de “inquestionável vantagem para o comércio mineiro, podendo sê-lo ainda mais se lançasse um ou mais braços pelo interior” (GERBER, 2013, p. 123 – Original publicado em 1863).

Para Gerber (2013 – Original publicado em 1863), do ramal oeste deveriam partir as comunicações com os vales dos rios Grande e Sapucaí. A linha do Rio Grande deveria bifurcar-se entre Barra do Pirai e Arraial dos Remédios, cortando o Vale do Rio Preto, atravessando a Mantiqueira para seguir o Rio Grande até onde fosse navegável. A essa linha poder-se-ia ligar o São Francisco por dois ramais: um em São João del Rey até chegar à bacia do Rio Pará e outro atravessando Piumhi até alcançar a cabeceira do São Francisco. O Rio Sapucaí, por sua vez, teria sua ligação em algum ponto entre Resende e Cachoeira, assim, “as estradas que tendem a entroncar-se no ramal de leste (Porto Novo do Cunha) são as mesmas que procuram a estrada de rodagem da União e Indústria” (GERBER, 2013, p. 123 – Original publicado em 1863).

A estrada da Companhia União e Indústria, por sua vez, construída para ligar Petrópolis a Paraibuna (hoje, Juiz de Fora), era para Gerber (2013) o melhor empreendimento do gênero que o Brasil possuía na época. Dela, dever-se-iam estender diversos ramais ao interior da Província. Um deles deveria partir da estação do Forno de Cal aos municípios de Mar de Espanha e Leopoldina; outro saindo de Juiz de Fora para Mar de Espanha e Pomba e, depois de atravessar a Serra da Caramona, alcançará o Rio Doce e, por último, mais um ramal que, passando por Barbacena, deveria alcançar os vales dos rios das Mortes, Paraopeba e das Velhas (GERBER, 2013, p. 123 – Original publicado em 1863).

A referida estrada, dois anos mais tarde visitada por Jean Louis Rodolphe Agassiz e Elisabeth Cary Agassiz em seu caminho de Petrópolis para Juiz de Fora, recebe elogiosos comentários, visto que, transformou a “estreita trilha de burros, esburacada, perigosa, onde uma viagem de uma centena de milhas exigia uma caminhada de dois ou três dias”, “numa boa estrada de rodagem que não faz inveja a qualquer outra do mundo”. Os viajantes reforçam que, a estrada que naquela ocasião encontrava-se finalizada até Juiz de Fora, era indispensável ao transporte do café que saía da região em direção ao Rio de Janeiro (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 80 – Original publicado em 1869).

Viajando entre Petrópolis e Juiz de Fora em 1861, Thomas Woodbine Hinchliff relata, à princípio, baixas expectativas quando à qualidade da estrada, afirmando que, “apesar de ter sido severamente advertido sobre a nova estrada para Juiz de Fora, estava determinado a não perder a oportunidade da viagem”. E emenda:

As estradas comuns são compostas da terra vermelha que fica abaixo do solo vetável, e seu estado depois de algumas horas de chuva é imundo ao extremo. Os brasileiros estão plenamente conscientes da grande importância de construir estradas melhores, não apenas pelo conforto de viajar, mas também pelo trânsito mais seguro e rápido de suas valiosas produções do interior ao litoral. (HINCHLIFF, 1863, p. 283, tradução nossa⁷⁶).

Em seguida, entretanto, mostra-se surpreso com a notícia de que a estrada havia sido refeita e inaugurada meses antes (Figura 20), contando com ótima estrutura.

Figura 20: Estrada de Petrópolis a Juiz de Fora.



Fonte: HINCHLIFF, 1860.

Pensando na comodidade das viagens, bem como, na facilidade de escoamento das diversas produções da província mineira, o viajante afirma:

A província de Minas Geraes é uma das mais importantes do império, além de suas minas de ouro e diamantes, e outro tesouro ainda mais valiosos, o café. Era imprescindível abrir uma comunicação entre essa parte do país e o Rio de Janeiro por meio de uma estrada de primeira linha, a ser disponibilizada para carros e carruagens em todos os tipos de clima. Uma empresa foi formada com o apoio do governo e, alguns meses antes de minha chegada a Petrópolis, a nova estrada foi aberta até Juiz de Fora, a cerca de 160 quilômetros de distância. Era um milagre de bom trabalho. Vale a pena ver por si só, mas também me

⁷⁶ The ordinary roads are composed of the red earth which lies below the vetable soil, and their state after a few hours rain is filthy in the extream. The brazilians are fully aware of the vast importance of making better roads, not only for the confort oh traveling, but also for the more safe and expeditious transit of their valuable productions from the interior to the coast.

levaria através de alguns dos melhores momentos no Brasil. (HINCHLIFF, 1863, p. 284, tradução nossa⁷⁷).

O espanto do viajante com a obra aumenta na medida em que ele avança através dela:

A estrada é admiravelmente feita ao longo de toda a distância, e posso realmente dizer que nunca vi a mesma coisa em qualquer parte da Inglaterra ou da Europa. A parte mais incrível é que foi construída através de um país montanhoso, onde inesgotável fonte de gnaiss e granito são encontrados no local; e vê-se centenas de homens, negros, pardos e amarelos, constantemente empolgados em explodir a rocha, quebrando-a e reparando os lugares que necessitam na estrada. (HINCHLIFF, 1863, p. 286-287, tradução nossa⁷⁸).

Também viajando entre o Rio de Janeiro e Juiz de Fora, mas, alguns anos depois de seu conterrâneo, o inglês William Hadfield autor de *Brazil and the River Plate in 1868*, relatou o trajeto entre as duas cidades, realizado através da Estrada de Ferro D. Pedro II e da Estrada de Rodagem União e Indústria, que se encontravam em Entre Rios, atual município de Três Rios. Assim como feito por Hinchliff (1860), Hadfield (1869) ressaltava a necessidade da construção de empreendimentos como esses, atrelando a eles, os importantes avanços econômicos que poderiam ser alcançados pelo país:

Estimar os recursos de um país com uma extensão tão grande de território quanto o Brasil pela quantidade de algodão, açúcar, café ou outros produtos que ela realmente exporta, ou pela extensão das cidades em seu litoral, seria formar um idéia muito inadequada do que esses recursos são capazes de se tornar por meio de mão-de-obra importada, das ferrovias e outras instalações de transporte na forma de boas estradas. Até com a população limitada atual, calcula-se que as ferrovias aumentariam enormemente a quantidade de produções brasileiras, já que naturalmente conduzem à abertura de outros modos de intercomunicação e atraem para elas fluxos subsidiários de tráfego que até agora não conseguiram encontrar um respiradouro. (HADFIELD, 1869, p. 86, tradução nossa⁷⁹).

⁷⁷ The province of Minas Geraes is one of the most important in the empire, an account of its mines of gold and diamonds, and its still more valuable treasures of coffee. It was determined to open a communication between this part of the country and Rio de Janeiro by means of a first-rate road, to be made available for wheeled carriages and wagons in all kinds of weather. A company was formed with the support of the government, and a few months before my arrival at Petropolis, the new road had been opened as far as Juiz de Fora about a hundred miles distant. It was spoken of as a miracle of good work, which was not only well worth seeing for its own sake, but would also take me through some of the finest scenery in Brazil.

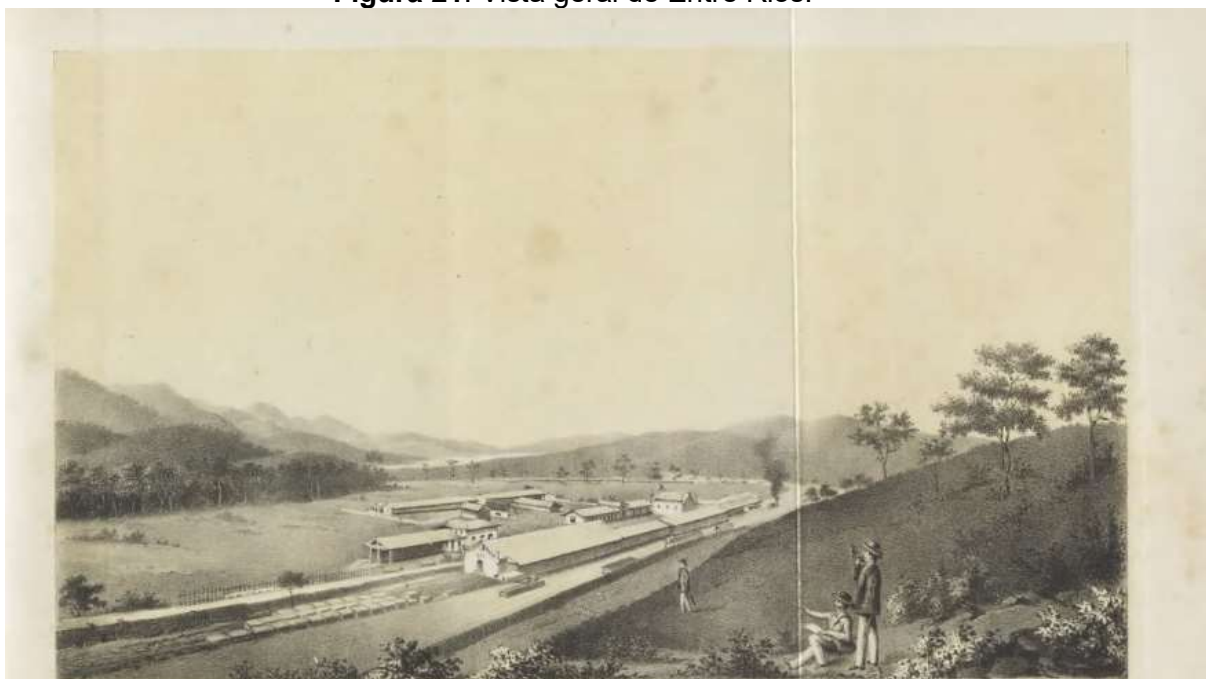
⁷⁸ The road is admirably made throughout the whole distance, and I can truly say that I never saw its equal in any part of England or Europe. The greater part of it is carried through a mountainous country, where inexhaustible supply of gneiss and granite is to be found on the spot; and hundreds of men, black, brown and yellow, are constantly employed in blasting the rock, breaking it up and mending weak places in the road.

⁷⁹ To estimate the resources of a country with such an enormous extent of territory as Brazil by the quantity of cotton, sugar, coffee, or other products she actually exports, or by the extent of towns and cities on her seaboard, would be to form a very inadequate idea of what those resources are

Ainda sobre a importância do entroncamento entre essas duas estradas em Entre Rios, bem como, da grandeza dos empreendimentos e de sua necessidade para a região, Henry Klumb, alemão que esteve no Brasil em meados de 1850 para atuar como fotógrafo da família imperial, criticava em seu diário posteriormente publicado com o título *Doze horas em Diligência: Guia do Viajante de Petrópolis a Juiz de Fora*, a falta de cuidado com a manutenção da estrada e das estações em alguns trechos da viagem.

Em Entre Rios (Figura 21), o viajante comenta que lhe parecia impensável que “esta estação tão bem construída aparentemente não pode resistir a uma chuva um pouco forte, nem mesmo a uma ventania, sem que no dia seguinte haja necessidade de alguns consertos” (KLUMB, 1872, p. 50).

Figura 21: Vista geral de Entre Rios.



Fonte: KLUMB, 1872.

Certamente, o descuido com um patrimônio recém construído não lhe parecia o caminho ideal para o progresso do país:

Certamente estimamos vêr o progresso desenvolver-se neste formoso paiz, e não foi sem experimentar viva emoção que temos saudado a

capable of becoming by means of imported labour, th of railways, and other transport facilities in the shape of good roads. Even with the present limited population, railways are calculated to swell enormously the amount of brazilian productions, as they naturally lead to the opening out of other modes of intercommunication, and draw toward them subsidiary streams of trafic which have hitherto been unable to find a vent.

primeira locomotiva que chegou até aqui; entretanto ficamos também penalizados vendo tanto trabalho, tanta intelligencia e tantos esforços empregados em um dos mais gigantescos trabalhos empreendidos até então no Brazil, como esta magnifica estrada—União-Industria—ficarem por isso mesmo inutilizados dalli a pouco. (KLUMB, 1872, p. 48).

Como se observa, os possíveis caminhos que permitissem o deslocamento na província de Minas Gerais, e de lá para o litoral, foram preocupações recorrentes de Klumb (1872), tanto no que tange à hidrografia, quanto à construção das vias férreas ou estradas mais modernas. A hidrografia de Minas Gerais, especificamente, ganhou capítulo especial em suas notas sobre a província e nele, o engenheiro destacou os principais rios e seus afluentes: Rio Grande, Rio São Francisco, Rio Pardo, Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce e Paraíba (Figura 22). Eram considerados por ele, a extensão, a distribuição na superfície das bacias hidrográficas, além da altura das cachoeiras, seus afluentes e volume de água.

Figura 22: Rio Paraíba. Ilustração de Johann Moritz Rugendas.



Fonte: RUGENDAS, s.d.

Rotmando Gerber (2013), além dos produtos vegetais e animais, meteorologia e hidrografia, o engenheiro também realizou estudos sobre a formação geológica e minérios presentes na Província. A orografia de Minas Gerais foi subdividida em alguns grupos e suas ramificações, entre os quais: o grupo Serra do Espinhaço subdivide-se

em Serra da Mantiqueira, Serra do Itacolomi, Grupo do Serro Frio e Grupo da Serra de Itacambira. O Sistema da Serra Geral das Vertentes subdivide-se, por sua vez, em: Grupo Serra das Vertentes, Serra da Canastra, Serra da Mata da Corda e Serra dos Pirineus. Embora, segundo Renger (2013), as medições de altitude feitas por Gerber não coincidam com os valores atuais para essas localidades, além de haver, atualmente, outras interpretações para a denominação da Serra das Vertentes, por exemplo.

O engenheiro aponta que, geologicamente, Minas Gerais é composta por duas regiões: sendo uma de formação primitiva ou plutônica e outra de formação de transição, entre as quais encontram-se formações metamórficas que guardam depósitos de todas as espécies minerais, principalmente ouro e pedras preciosas (que ocorrem em diversos lugares da Província), minerais de ferro (principalmente à norte e oeste de Ouro Preto até Grão Mogol), chumbo e minerais de cobre (Indaiá, Pitangui, Santa Luzia e Mariana) e esteatito e ardósia (Ouro Preto, Mariana, Ubá, entre outros). Os principais grupos das formações metamórfica demarcados são o gnaiss, o quartzito e o xisto argiloso.

As formações primitivas apontadas, por sua vez, compor-se-iam de granito e gnaiss, existentes nas áreas de maior altitude como a Serra do Mar e Serra da Mantiqueira. Além, dos quartzitos e anfibolitos, com transição para sienito e diorito. Por fim, as formações de transição, que ocupariam o noroeste de Minas Gerais, no sertão do Rio São Francisco e Rio das Velhas, desde Lagoa Santa, cujo principal representante seria o xisto traumático. Essas formações, quase sempre horizontais, incluíam em seu interior, algumas vezes, cavernas de larga extensão. Como as que ocorrem nas redondezas de Lagoa Santa e foram amplamente estudadas por Peter von Lund, responsáveis por abrigar fósseis de animais primitivos.

Sobre o ouro, diamantes e pedras preciosas, Gerber (2013) traçou relato histórico sobre seu descobrimento e exploração, exaltando a grandiosa quantidade desses minerais extraídos da Província⁸⁰ e das pedras únicas, de tamanho e valor incomparável encontradas em algumas regiões, como Abaeté e Patrocínio. O engenheiro apontava ainda para a queda na produção aurífera após a Independência, que se deveu essencialmente pela exaustão das principais minas de ouro, que outrora haviam produzido a inacreditável quantidade de 105 toneladas de ouro entre 1700 e 1820 (GERBER, 2013, p. 105 – Original publicado em 1863).

⁸⁰ “[...] Já em 1732, levou a frota do Rio de Janeiro 1.146 onças (1 onça corresponde à 8 oitavas e, 1 oitava à 18 quilates) de diamantes para Lisboa. No tempo dos contratadores, havia anos em que extraíam mais de 12 mil oitavas. No tempo decorrido de 1772 a 1794, a extração importou em 48.547 oitavas, além de 449.825, 75 oitavas de ouro que, simultaneamente, fora tiradas”. (GERBER, 2013, p. 104 – Original publicado em 1863).

Ao tratar das principais companhias de exploração das minas de ouro no Brasil, Gerber (2013) chamava atenção para a já visitada anteriormente *St. John d'el Rey Mining Company*, que após ter instalado lavras nas imediações de São João del Rey, adquiriu terrenos do Morro Velho, alcançando sucesso na empreitada. Para o engenheiro, “esse feliz resultado não se deve somente à riqueza das formações, mas especialmente à perfeição do método da extração do ouro e à grande perícia com que o estabelecimento é regido” (GERBER, 2013, p. 106 – Original publicado em 1863).

A *National Brazilian Mining Association*, por sua vez, dedicada à exploração das minas de Macaúbas, Cuiabá e Cocais, não teve o mesmo sucesso da companhia inglesa, não tendo provido nenhum dividendo aos seus acionistas em trinta e um anos de existência (GERBER, 2013, p. 107 – Original publicado em 1863).

As considerações de Gerber sobre o ferro são bastante interessantes uma vez que ele considerava que sua “fabricação devia formar um dos primeiros ramos da indústria do país” por se achar “espargido sobre toda a província de Minas Gerais”. O engenheiro ponderava ainda que as oficinas que se dedicavam à fabricação do ferro localizavam-se somente nas comarcas de Ouro Preto, Piracicaba e Serro “a um número de 90 e tantas”, dentre as quais a fábrica de João Antônio de Monlevade, “situada poucas léguas ao sul de Itabira de Mato Dentro, a mais notável”. Além disso, Gerber apontava para o fato de que nenhuma dessas fábricas produzia “ferro líquido em fornalhas altas, mas em *stuckoefen* e forjas catalonas, ferro maleável de excelente qualidade” (GERBER, 2013, p. 108 – Original publicado em 1863).

A geologia da Província, fator determinante para a ocorrência de metais preciosos em abundância, além de sua diversidade vegetal, climática e presença de recursos hídricos por todo o território, fez de Minas Gerais, rica em produtividade, “somente esperando que o trabalho e a inteligência do homem os chame em proveito da sociedade” (GERBER, 2013, p. 101 – Original publicado em 1863).

Para Gerber (2013), diante de tamanho acesso aos mais variados recursos, vegetais, animais e minerais, e do desenvolvimento pouco expressivo da agricultura e indústria, faltava somente à Província “a disseminação da população pelo vasto território e a dificuldade de comunicações”. O engenheiro viajante atribuí a população branca a “prevenção contra o trabalho agrícola [...] próprio somente de braços africanos”, o que é injustificável, já que em sua opinião, no Brasil a agricultura deveria “constituir o elemento fundamental da riqueza pública” (GERBER, 2013, p. 101 – Original publicado em 1863).

Apontando para a necessidade de aproveitamento dos atributos naturais da província para a prática da agricultura, Gerber (2013, p. 101 – Original publicado em 1863) sinalizava que “a maior parte das terras agricultáveis de Minas acha-se,

propriamente, inculta, porém quase todas têm dono, e a superfície das terras devolutas é diminuta”, essas propriedades se localizavam, somente, aos sertões dos Rios Doce e Mucuri e nas comarcas do Jequitinhonha, Indaiá e Paraná. Tendo sido a maior parte das terras concedida por posse ou por meio da distribuição das sesmarias – que consistiam em terras incultas ou abandonadas cedidas pela Coroa Portuguesa aos colonizadores – o autor concluiu que a concessão de terras na província de Minas Gerais era bastante desigual, não pelo acesso dos demais indivíduos à posse (não questionada pelo engenheiro), mas, pelo tamanho dos terrenos que variavam entre “60 braças quadradas e 48 léguas quadradas”.⁸¹

Auguste de Saint-Hilaire corroborava a afirmação de Gerber (2013) constatando que a agricultura seria atividade de importância econômica no Brasil desde que a terra fosse valorizada pelo brasileiro. O que não ocorria, especialmente entre os primeiros colonizadores do país, tendo em vista que a extensão do território que lhe era designado estendia-se a perder de vista:

[...] Uma região imensa se lhes oferecia aos olhos; às vezes um homem subia a uma elevação e exclamava: “Tudo o que avisto me pertence”; e em tempos recentes ainda se viu recompensar por uma doação de vinte e quatro léguas de terra, sobre ambas as margens de um rio navegável, algumas obscuras vitórias alcançadas sobre índios tímidos. Homens que podia dispor à vontade de um território imenso, não tinham nenhuma necessidade de tomar precauções para poupar o pedaço de terra em que acabavam de colher alguns grãos. (SAINT-HILAIRE, 2000, p.90 – Original publicado em 1837).

Ainda que a agricultura aparecesse com certa frequência nos relatos e estivesse presente na visão de mundo do estrangeiro, a vocação agrário-exportadora do Brasil e o estímulo ao desenvolvimento do país pela via da exploração mineral não foram raras. Mencionamos que mesmo anteriormente à Independência, foram feitas algumas tentativas de implantação de indústria siderúrgica no Brasil: a Fundação Ipanema, na região de Sorocaba, outra em Gaspar Soares, uma terceira em Congonhas do Campo e uma quarta tentativa em Caeté.

A experiência de Gaspar Soares, em especial, chamou a atenção de Tschudi (2006 – Original publicado em 1866-69) quando esteve em Minas Gerais no ano de 1858. Na ocasião da instalação da fábrica de ferro, em 1809, o intendente do Distrito Diamantino, Manoel Ferreira da Câmara – já mencionado neste trabalho em função de sua formação científica em mineralogia na Europa, além de ter sugerido uma legislação reguladora para a extração mineral na província de Minas Gerais e sugerido a necessidade de fundação de escolas mineralógicas e metalúrgicas no Brasil – recebeu

⁸¹ 1 braça quadrada corresponde à 2,2 metros e, 1 légua corresponde à 4828 metros.

autorização para construir grandiosa fábrica de ferro às custas da Fazenda Real na província mineira (TSCHUDI, 2006, p. 54 – Original publicado em 1866-69).

O local escolhido por ele foi o morro de Gaspar Soares, que, segundo Tschudi (2006), não foi decisão acertada. Para o suíço, ainda que o local abrigasse minério de ferro de boa qualidade (magnetita, especularita, hematita e limonita) e quantidade, além da proximidade com o Rio Picão, que garantiria a força hidráulica necessária, havia poucas áreas de mata. Construíram-se grandes instalações na encosta do morro e os recursos hídricos foram explorados de forma desmedida. Em 1814 realizou-se a primeira tentativa de fundição, fracassada. Para Tschudi (2006), a água não era suficiente e na seca praticamente desaparecia, com isso, os caros reservatórios escavados foram inúteis, assim como, os foles, a forja e os malhos⁸². Os fornos, por sua vez, foram tão mal feitos que precisaram ser demolidos após a primeira tentativa de fundição. Os sucessivos reparos feitos ao longo dos anos, tornaram o empreendimento muito oneroso e trouxeram somente prejuízos à Fazenda Real. Críticas também foram feitas pelo suíço às ambiciosas pretensões de Câmara com relação à fábrica:

Ele queria tornar os rios Santo Antônio e Doce navegáveis e, por meio desse caminho fluvial, levar o ferro produzido na Fábrica Real para o Rio de Janeiro e mesmo para a Europa. Queria fabricar também canhões para o exército e a marinha e enviá-los rio abaixo até a capital do Império. Hoje, meio século depois, as ruínas e os reservatórios rachados no morro Gaspar Soares testemunham que uma suntuosa instalação industrial foi ali erguida. O caudaloso Rio Doce ainda não é navegável, as armas são forjadas na Inglaterra e os pequenos canhões do exército são carregados nas costas das mulas, com esforço e custo altíssimo, até o interior da província. (TSCHUDI, 2006, p. 55 – Original publicado em 1866-69).

As fábricas de ferro apareceram recorrentemente nos relatos de Tschudi (2006, p.83 – Original publicado em 1866-69), como alternativa economicamente viável à exploração aurífera já bastante esgotada. O suíço apontava que na comarca de Serro Frio existiam, no ano de 1858, aproximadamente 25 fábricas de ferro funcionando. Apesar de numerosas, eram bem pequenas e não conseguiam suprir a demanda dessa região da Província. Ele afirmava que, em função disso, o preço do ferro era alto. O “quintal” ou 4 arrobas⁸³, cerca de 60kg de ferro bruto custava 20 mil réis. As ferraduras, custavam entre 300 e 360 réis a peça.

Para o viajante suíço, “se os brasileiros tivessem um pouco mais de cuidado e habilidade em seus empreendimentos industriais, a produção de ferro nessa parte de

⁸² Forja é uma ferramenta usada pelos ferreiros para atizar o fogo na hora da forja de metais; Forja é o forno utilizado para aquecer os metais a serem trabalhados por um ferreiro; Malho é o martelo usado no procedimento de forja.

⁸³ 1 arroba corresponde à 15 kg.

Minas poderia desenvolver-se e se transformar num ramo industrial florescente”. E prossegue, afirmando que isso não acontecia em função da “maldita fome de ouro”, e a preferência por “cavar em lavras esgotadas para tentar obter alguns grãos de ouro a dedicar-se a empreendimentos mais sérios que exigem persistência e conhecimento” (TSCHUDI, 2006, p. 83 – Original publicado em 1866-69).

Tschudi (2006) elogiava a iniciativa da fábrica de ferro administrada pelo engenheiro de minas francês Jean Antoine Felix Dissendes de Monlevade, ou João Monlevade, como ficou conhecido. Monlevade chegou ao Brasil em 1817, aos 28 anos de idade. Apaixonado por mineralogia e geologia, aceitou a missão do governo francês na região das Minas Gerais, onde estudaria os seus recursos minerais e desenvolveria pesquisa que resultaram na descoberta de vastas forjas propícias para a produção de ferro. Jean Monlevade investiu na região e adquiriu, próximo do então arraial de São Miguel, algumas sesmarias de terras. Na localidade ele construiu uma forja catalã⁸⁴ que, inicialmente, produzia trinta arrobas diárias de ferro e, em 1818, uma sede para a fazenda, o Solar de Monlevade. Depois de passar por várias fases de crescimento, declínio e decadência, trocando de proprietários por diversas vezes, a fábrica de ferro se tornou o embrião da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, criada efetivamente apenas em 1917⁸⁵. Cabe sinalizar aqui a importância de Monlevade no sentido de encabeçar o início da exploração do ferro comercialmente na região.

De modo semelhante, ponderando sobre a ocorrência das fábricas de ferro em Minas Gerais, o barão de Eschwege (2002) afirmava que desde a primeira tentativa de fabricação em Antônio Pereira, o ferro passou a ser produzido em pequena escala para consumo próprio na Capitania. A produção, caseira, não possuía fornos padronizados, tampouco utilizava máquinas, somente a mão-de-obra escrava que forjava “o ferro com martelos simples, cujo resultado, naturalmente, era apenas a produção diária de poucas libras” (ESCHWEGE, 2002, p. 172 – Original publicado em 1818).

Eschwege (2002, p. 174 – Original publicado em 1818) também se referiu à experiência de Manuel F. da Câmara “de grande renome entre os mineralogistas” e sua tentativa de construir uma “grande fábrica de ferro por conta da Fazenda Real, na comarca do Serro Frio”, no chamado Morro do Pilar. A localização, segundo o alemão não era a ideal. A encosta íngreme do morro não oferecia água suficiente para a operação das máquinas. Além disso, o grande montante de dinheiro para a realização do projeto a ser usado tanto na construção dos altos-fornos como das caldeiras de

⁸⁴ A forja catalã era um estabelecimento siderúrgico dedicado à redução direta do minério de ferro e à produção de ferro e aço que empregava um forno de pedra com 2 metros de altura, cujos insufladores de ar eram foles de couro acionados por trompas d'água.

⁸⁵ Prefeitura Municipal de João Monlevade. **Síntese da história de João Monlevade**. Disponível em: < http://www.joaomonlevade.com.br/site/?page_id=3 > Acesso em: 17 de Nov. 2018.

refino, poderia ter sido reduzido caso o local fosse mais apropriado. Após algumas intervenções realizadas por metalúrgicos alemães, inclusive pelo próprio Eschwege, a fábrica funcionou entre 1814 e 1822.

De modo geral, apesar das experiências nem sempre rentáveis no que tange à siderurgia em Minas Gerais, geralmente decorrentes de má administração, falta de investimento em técnicas mais adequadas ou habilidade em conduzir os empreendimentos, como apontaram Tschudi (2006) e Eschwege (2002), este último considera conveniente que a instalação das fábricas de ferro em Minas Gerais, especialmente em razão de sua “situação geográfica, a sua população e o estado de desenvolvimento dessa capitania” (ESCHWEGE, 2002, p. 176 – Original publicado em 1818).

Entretanto, o alemão pondera que:

[...] Não se sustenta a ideia de se construir uma grande fábrica de ferro em Minas, a não ser que se proibisse toda a importação de ferro estrangeiro nos portos do Brasil, o que não é compatível com o atual sistema de livre comércio. Deve-se pensar antes em aumentar o número de pequenas fábricas, importar operários e artistas que trabalhem o ferro e aperfeiçoar seu trabalho por meio de máquinas, de modo que seus produtos cheguem mais baratos aos portos marítimos do que os importados, e logo a importação de ferro do exterior poderá ceder e as fábricas daqui irão prosperar. Sabe-se que essa regra é válida para todas as fábricas e manufaturas, havendo grandes dificuldades, na maioria dos casos. Mas superá-las, no caso da fabricação de ferro, será fácil, por causa da extraordinária abundância de jazidas de minério de ferro existentes aqui. (ESCHWEGE, 2002, p. 177 – Original publicado em 1818).

Além da evidente valorização do território em razão de sua disponibilidade de recursos minerais, o que permitiria a produção de ferro necessária para atender a demanda da capitania e de outras regiões do país e, à despeito das dificuldades anteriormente mencionadas, Eschwege (2002) ponderava que a produção não poderia se restringir a uma única grande fábrica, devendo ser descentralizada. Isso já ocorria na capitania mineira, uma vez que, existiam cerca de 30 pequenas fábricas em funcionamento e abastecendo grande parte da capitania. A proximidade com o mercado consumidor era a principal razão para que as fábricas se mantivessem espalhadas, sendo, portanto, “de maior utilidade para seus vizinhos, economizando-se em transporte, que de outra maneira representaria 100% do custo” (ESCHWEGE, 2002, p. 176 – Original publicado em 1818).

O também alemão que esteve no Brasil entre 1850 e 1852, Hermann Burmeister, naturalista e professor, ocupou, a partir de 1837, cadeira na Universidade de Halle. Em função de sua consagração como membro dessa instituição, obteve, através da

intervenção de Humboldt junto ao Ministro da Cultura de Landenberg, subsídio à viagem ao Brasil. Exímio pesquisador em zoologia, deixa grande contribuição à fauna brasileira, embora sua obra ainda tenha sido pouco explorada.

Não deixa, entretanto, de prestar contribuições à geologia, flora e mineralogia em sua passagem por Minas Gerais. Ainda que recorra com frequência, e sabedoria, à obra de Eschwege (2002) em seu relato, o alemão tece seus próprios comentários sobre a região de Minas Gerais e sua produção aurífera e diamantífera. Afirmando que a “província de Minas Gerais é a mais rica” de todo o Brasil, faz uma comparação interessante acerca das diferentes produções que ocorrem no interior e litoral, que são, em sua visão, definidas por limitações geográficas.

Isso se observa, segundo ele, na Serra da Mantiqueira em que, no interior, a oeste dessas montanhas, predomina uma região de campos em que a população se dedica às atividades mineradoras e à metalurgia. Enquanto no litoral, as atividades mais desenvolvidas são agricultura e pecuária. Além disso, o comércio mais intenso também fica restrito às regiões costeiras, uma vez que, as dificuldades geográficas para que as mercadorias alcancem o interior são enormes. E cita, como exemplo, o rio São Francisco, com as imponentes cachoeiras de Pirapora e de Paulo Afonso, obstáculos intransponíveis para a navegação (BURMEISTER, 1980, p. 210 – Original publicado em 1852).

Corroborando entendimento de Burmeister (1980 – Original publicado em 1852) sobre a navegação, Wilhelm Christian Gotthelf von Feldner, alemão que esteve no Brasil algumas décadas antes com a tarefa de conduzir a fábrica de ferro de São João de Ipanema, na Província de São Paulo, esteve em Minas Gerais e comentou sobre os obstáculos encontrados nos rios com relação à navegação: “A província pode com a grande riqueza interior e por suas conexões fluviais, poderá tornar-se muito em breve um dos mais prósperos do império, embora seja reconhecido o forte argumento que a maioria dos rios tem muitos obstáculos no setor de transporte” (FELDNER, 1828, p.146, tradução nossa⁸⁶).

Burmeister (1980 – Original publicado em 1852) ainda dá especial atenção às regiões diamantíferas de Minas Gerais, que, embora ele não tenha visitado, pôde recolher informações importantes sobre sua formação geológica e importância econômica. O Distrito Diamantino, que compreende as áreas fluviais dos rios Jequitinhonha e Pardo, é a região onde mais se encontram as pedras com facilidade. Os diamantes, são encontrados ainda hoje nos leitos dos rios e naqueles que já se

⁸⁶ Die Provinz kann bei dem großen innern Reichthum durch ihre Flußverbindungen sehr bald eine der blühendsten des Reiches werden, obwohl freilich der starke Fall, welchen die meisten Flüsse haben, der Schifffahrt viele Hindernisse in den

encontram secos. São encontrados misturados à pedregulhos e barro. O trabalho se torna bastante dificultoso quando é preciso desviar o curso atual do rio, por meio da construção de diques e o leito fique, finalmente exposto para extração. Esse trabalho, segundo ele, feito à época com auxílio de bombas, utilizava no passado somente a força bruta dos escravos (BURMEISTER, 1980, p. 368 – Original publicado em 1852).

A produção mineral também se destaca no relato do naturalista inglês Charles James Fox Bunbury, que em sua viagem por Minas Gerais entre 1833 e 1835, dedicou-se a explorar as regiões mineradoras da província mineira. Percorreu, nesse sentido, Barbacena, Mariana, Catas Altas, Gongo-Soco e Cocais, a fim de ampliar seus conhecimentos sobre as atividades ali desenvolvidas. Formado pela Universidade de Cambridge e já tendo realizado expedições anteriores pela América do Sul e África, realizou sua expedição pelo Brasil com propósitos científicos, além, por certo, de ampliar o conhecimento dos leitores europeus sobre país.

Assim como Hermann Burmeister (1980 – Original publicado em 1852), Bunbury (1981) também demonstrou preocupação com a integração do território e as limitações decorrentes da falta de transporte adequado, para que fosse facilitada a circulação de produtos e pessoas:

Nenhum melhoramento, quase, é tão necessário ao Brasil como a construção de boas estradas. Até mesmo a grande linha de comunicação entre o Rio e a região das Minas não é acessível a qualquer espécie de veículo. Consequentemente, todas as mercadorias têm que ser levadas por mulas ou cavalos entre a capital e as cidades daquela importante região, e, naturalmente, entre elas e as povoações situadas mais para o interior. As melhores estradas são ruins; na estação chuvosa são quase intransitáveis, e é comum os viajantes ficarem parados por muitos dias por causa do transbordamento dos rios. A viagem para Ouro Preto, uma distância de pouco mais de 300 milhas⁸⁷, é raramente feita em menos de 15 dias. O correio entre o Rio e as Minas é levado por homens a pé, que, fazendo caminhos mais curtos através das florestas e por cima das montanhas, conseguem cobrir a distância mais rapidamente do que cavaleiros podem fazer pela estrada. (BUNBURY, 1981, p. 41).

O inglês salientava que a consequência da falta de investimento em boas estradas, recaía sobre o valor do transporte das mercadorias, sem mencionar a limitação de peso e de mercadorias perecíveis ou sensíveis a grandes impactos. Nesse sentido, apesar de Minas Gerais enviar ao litoral essencialmente pedras preciosas e ouro, que compensavam o valor do transporte, ou artigos de fácil transporte como algodão, couro e café, todos em menor quantidade, a falta de estradas impedia o transporte do ferro, minério que, segundo o viajante, existia na província mineira em “inesgotáveis reservas”

⁸⁷ 1 milha corresponde a 1.61 km.

e poderia ser aproveitado não fosse a dificuldade e custo de seu transporte (BUNBURY, 1981, p. 41).

Em outro momento, o inglês reforçava que “a quantidade de minério de ferro nessa parte do Brasil é realmente espantosa. Não é exagero dizer que montanhas inteiras, mesmo cordilheiras, são formadas por alguns dos mais ricos minérios desse metal” (BUNBURY, 1981, p. 77).

Para o viajante, ainda que a grande quantidade de pedras preciosas em Minas Gerais tenha tido significativa importância no século anterior, quando o ouro era encontrado com facilidade mesmo no leito dos rios e que a má condução da exploração dessas riquezas pela “maneira inábil e desmazelada habitual do Brasil”, as fez parecer esgotadas, é uma inverdade quando se observa a região com “perícia e espírito de empreendimento”, afinal, no Ribeirão do Carmo não são raras as vezes em que se observa “negros com ancinhos e alguidares, lavando a areia em busca do ouro, e ao longo de todo o lado da Serra do Ouro Preto existem inúmeras pequenas cavernas cavadas nas rochas, de onde antigamente o precioso metal era extraído; mas nenhuma delas foi levada a uma profundidade de muitos pés” (BUNBURY, 1981, p. 67).

Além de contribuir economicamente para o desenvolvimento do país, Charles James Fox Bunbury acreditava que a abertura de boas estradas entre o litoral e o interior, favoreceria também a riqueza e o conforto material dos habitantes, além de permitir que se tornassem mais civilizados, uma vez que, ocorreria com mais frequência “o intercâmbio entre a gente das grandes cidades e a do interior”, o que favoreceria o compartilhamento do conhecimento entre os que menos o detém (BUNBURY, 1981, p. 67).

Corroborando com Bunbury (1981) no que diz respeito à oferta de metais preciosos em Minas Gerais, especialmente o ouro, que outrora fora fonte de riqueza “inesgotável” para a Província, Alcide D’orbigny, naturalista francês que contribuiu com levantamentos em diversas áreas como zoologia, paleontologia, arqueologia, antropologia, esteve na América do Sul entre 1826 e 1833 e, mais especificamente no Brasil, entre 1831 e 1833, a serviço do Museu de História Natural de Paris. Em sua obra traduzida para o português sob o título *Viagem Pitoresca através do Brasil*, afirma:

As explorações de ouro são feitas em quase toda a província de Minas Gerais; as mais ricas estão em Vila Rica ou Ouro Preto, Vila do Príncipe, Campanha, Santa Bárbara, São João D’el Rey, Paracatu, Pereira, Inficionado, Catas Altas de Mato Dentro, etc. essas lavras, outrora ricas, só dão hoje resultados medíocres, e todas aquelas cidades ou povoações, florescentes na época de sua fundação, oferecem, agora, um aspecto de abandono e decadência. Houve um tempo em que, para se descrever a abundância dos filões da região, dizia-se: “Arrancaí um tufo de capim em Minas Gerais e sairão paletas

de ouro". Com efeito, nada igualava a facilidade com que os primeiros mineradores encontravam o precioso metal. As veias auríferas, porém, iam se esgotando, de dia para dia; e, por outro lado o deslocamento das terras, nas quais se procurava o ouro por meio de escavações, impossibilitava, por longo tempo, a utilização daquelas terras para agricultura. Os mineiros gastavam sua fortuna tão facilmente como a adquiriam, não pensando no futuro e acreditando ter encontrado uma fonte inesgotável de riqueza. O ouro, à medida que era extraído da terra, ia enriquecer os negociantes de Londres e Lisboa, e pouca coisa ficava no país que o conservava em suas entranhas. (D'ORBIGNY, 1976, p.146).

Para D'orbigny (1976), a inaptidão do solo para a agricultura, especialmente na região de Ouro Preto que contava com um terreno seco e irregular, era compensada por suas riquezas minerais, das mais variadas, como "o ferro que se acha em massas muito ricas em todas as montanhas que margeiam o Rio São Francisco; o cobre perto de Fanado⁸⁸, o cromo e o manganês em Paraopeba; a platina em Gaspar Soares; o mercúrio, arsênico, bismuto, antimônio nos arredores da cidade" (D'ORBIGNY, 1976, p.150).

A ausência de técnicas diferenciadas que permitissem o aumento da produção aurífera também se mostrava como uma preocupação para D'orbigny (1976). O francês lembrava que, basicamente, existiam dois tipos de mineração: a mineração de morro e de cascalho e a de lavra, denominação considerada genérica por ele. Na mineração de morro, o ouro se encontra na superfície ou no interior do mesmo, seja em pó, grãos ou lâminas. Ele aparece ou disseminado em sua matriz, geralmente de ferro, ou em filões. A extração se dá hora a céu aberto, em que os morros são cortados perpendicularmente ao solo, hora em galerias abertas a fim de acompanhar os filões no interior das montanhas. Depois que o minério é extraído, realiza-se o trabalho de lavagem, em que o ouro é separado das demais matérias em que ele se encontra (D'ORBIGNY, 1976, p. 145).

Para que haja total separação do ouro das demais matérias heterogêneas, é necessário realizar a lavagem em três fases: "1º a separação do ouro das substâncias mais grosseiras, pela ação de uma corrente de água; 2º uma segunda lavagem, em outro canal, o que se chama apurar as canoas; 3º e, finalmente, a rotação na bateia, onde se livra o ouro das últimas substâncias estranhas" (D'ORBIGNY, 1976, p. 145).

O viajante salientava que outra técnica de lavagem e separação foi desenvolvida por Eschwege, em que:

⁸⁸ O rio Fanado é curso de água do vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, Brasil, que desagua no rio Arauaí. O Rio Fanado leva água a importantes áreas urbanas da região como a cidade de Minas Novas.

[...] as terras auríferas eram colocadas sobre uma espécie de peneira, disposta em declive e formada por pequenas travessas paralelas, que, prendendo as pedras e a areia grossa, deixava, no entanto, entre si, bastante espaço para que as parcelas de ouro pudessem passar com a água que se jogava sobre a peneira. Assim, as partes terrosas se diluíam na água e o ouro caía, como resíduo no fundo da cuba. Em seguida, essa cuba era esvaziada por uma abertura lateral e a água descia por um plano inclinado revestido de um pano de lã, no qual ficava o pouco ouro que escapasse da operação anterior. Os últimos resíduos dessas lavagens sucessivas ainda eram explorados por pobres coitados, chamados faiscadores, que retiravam as menores palhetas. (D'ORBIGNY, 1976, p. 145).

O pouco investimento e a ausência de conhecimento acerca de técnicas que facilitassem o trabalho nas minas não era raro de se encontrar no caminho dos viajantes. George Gardner, botânico e naturalista inglês que esteve no Brasil entre 1837 e 1841, relatou em passagem por pequena lavra próxima à Diamantina em sua obra publicada originalmente em 1846:

[...] Pouco antes de nossa chegada, um dia de trabalho produziu até quatro onças, mas esta quantidade havia de novo baixado a menos de uma onça. Pelo modo primitivo com que se faziam os trabalhos pareceu-me que os resultados nunca seriam compensadores, pois o encarregado das operações não somente ignorava inteiramente a arte da mineração, mas também desconhecia as mais simples operações de mecânica. Enquanto se fazia o trabalho de escavação, grande quantidade de água, de duas fontes, corria constantemente para dentro da mina; esta água era retirada em baldes, num labor manual ininterrupto dia e noite, ao passo que uma bomba de pequeno diâmetro serviria para retirar a água mais rápida e eficazmente, economizando o trabalho de dez ou doze homens pelo menos. Quando mencionei esta possibilidade, disse-me o feitor que, naquelas redondezas, ninguém tinha a mínima ideia da construção de uma bomba. Mesmo um molinete comum com baldes daria melhor resultado que o plano aqui adotado; mas era tal o atraso de seus conhecimentos mecânicos, que nem esse engenho tão simples sabia construir. (GARDNER, 1975, p. 200-201 – Original publicado em 1846).

Possivelmente, a inexperiência relatada pelo estrangeiro na lavra do diamante se devesse em parte pela facilidade com que elas eram adquiridas. Assim como mencionado anteriormente por outros viajantes, após a independência do Brasil, “o privilégio de lavar diamantes, outrora monopólio do governo, [...] tornou-se acessível a qualquer indivíduo disposto a arriscar seu tempo e capital nesse labor.” (GARDNER, 1975, p. 209 – Original publicado em 1846).

E completava: “tudo que se requer é que o aventureiro informe à câmara municipal o ponto exato onde pretende trabalhar, informação exigida para proteção de alguns tractos virgens ainda reservados como propriedade real.” (GARDNER, 1975, p. 209 – Original publicado em 1846). A lavra de diamantes, atividade bastante comum

naquela região dada a abundância de pedras em seu terreno, tornara-se recorrente para os habitantes da localidade:

A maioria dos habitantes de Diamantina que são senhores de alguns escravos empregam-nos nas lavagens que se fazem de preferência nos lugares onde o cascalho está perto da superfície e próximo ao leito das pequenas correntes de água da montanha, tão comuns na localidade adjacente. Muitos pretos forros também trabalham por conta própria, obtendo assim precário meio de vida. Os que se empenham nestas aventuras são em geral gente muito imprevidente, pois mesmo os que dirigem os mais vastos serviços, como chamam as lavras, às vezes se aprofundam em dívidas depois de exaurida uma rica mina e antes que encontrem outro sítio produtivo. Afirmou-me um dos maiores mineiros do distrito que a excitação produzida por este gênero de vida é semelhante a do jogador: quem nele entra nunca mais o deixa. (GARDNER, 1975, p. 209 – Original publicado em 1846).

O ferro também não passou despercebido aos olhos de George Gardner. Na região de Minas Novas, deparou-se com um imigrante alemão, proprietário de um bucólico sítio e sua forja que produzia cem libras⁸⁹ de ferro por dia. Em conversa com Gardner, o estrangeiro manifestou interesse em construir uma segunda forja para ampliar sua produção diária. Observou o viajante que junto do homem havia alguns outros envolvidos na fabricação de diversos implementos de ferro, principalmente ferraduras (GARDNER, 1975, p. 216 – Original publicado em 1846).

O dono do sítio afirmara para Gardner (1975, p. 216 – Original publicado em 1846). que vivia ali há sete anos, num total de dezoito que estava no Brasil. E que seu trabalho se mantinha em virtude da abundância do minério de ferro nos arredores, além da grande quantidade de madeira para produzir o carvão de lenha usado na redução do minério. O viajante inglês recorreu então à Auguste de Saint-Hilaire para afirmar que a província de Minas Gerais era talvez o território mais rico em ferro do que qualquer outra parte do mundo, já que, na Europa, o minério encontrava-se a grande profundidade, o que não ocorria em Minas Gerais, geralmente localizado perto da superfície (GARDNER, 1975, p. 217 – Original publicado em 1846).

O território brasileiro também foi amplamente revisitado por Oscar Canstatt, alemão, membro da Comissão Imperial de Agrimensura, que tendo vindo ao Brasil em 1868 construiu em *Brasil: a terra e a gente* uma visão panorâmica das principais atividades econômicas do Império, além de observações referentes ao clima à topografia, passando pela fauna, flora, população, comércio e indústria.

Afirmava o alemão no prefácio da obra que suas pretensões não são científicas, tendo assumido ele a tarefa de apresentar o país “sob sua verdadeira luz”.

⁸⁹ 1 libra corresponde à 0,453 kg.

Ademais, como incentivador da imigração alemã para o Brasil, visitou colônias germânicas que aqui existiam, como Blumenau e São Leopoldo, apresentando-as em riqueza de detalhes aos que, por ventura, tivessem interesse em habitá-las.

Estreitamente ligada à imagem de riqueza do território brasileiro estava a presença de ouro e pedras preciosas, que, em especial na capitania de Minas Gerais, atraiu, desde o início de sua ocupação, *sertanistas* em busca de tais riquezas. Esse movimento, que segundo Canstatt (2002, p. 150 – Original publicado em 1877(?)) foi uma verdadeira “peregrinação em massa”, foi favorecido pelo fato de o ouro estar disponível em grandes quantidades, à vista, sem necessidade de grandes esforços para retirá-lo da terra. O auge dessa produção fora atingido ainda e meados do século XVIII. Na ocasião de sua vinda ao Brasil, ele explica, a “exploração das minas de ouro achasse quase inteiramente nas mãos de companhias inglesas, que de vido ao encarecimento e à falta de mão-de-obra não estão fazendo um negócio brilhante” (CANSTATT, 1954, p. 150 – Original publicado em 1877(?)).

A respeito dos diamantes, o alemão comentava que sua descoberta foi feita posteriormente ao ouro e afirmava que as pedras não se encontravam mais em suas primitivas jazidas, mas, deviam ser procuradas nas areias dos rios. Ele completava que “as zonas onde são encontrados são ainda hoje a Província de Minas Gerais, ao longo da serra do Espinhaço, na parte de cima dessa montanha, até ao limite norte da província, bem como nas montanhas que ficam a sudoeste das cabeceiras do São Francisco” (CANSTATT, 2002, p. 152 – Original publicado em 1877(?)).

Ao descrever as lavras de diamantes, Canstatt (2002 – Original publicado em 1877(?)) reiterava que não era um procedimento complicado, depois de se atingir o cascalho. Esse trabalho, que ficava à cargo dos escravos, que, estando de pé na água, lavavam certa quantidade de cascalho em gamelas, deixando escorrer a lama e verificando com cuidado a areia que ficava retida. E emenda:

A lavagem das areias diamantíferas, nas chamadas lavras, o que quer dizer garimpos (minas), é muito semelhante à lavagem do ouro; requer, porém, grande capital, que parece tanto mais inseguro nesse empreendimento por ser o comércio de diamantes feito por poucas firmas de pequeno capital, e estarem eles sujeitos a grandes oscilações de preços. Existem lavras do rio e lavras do campo (minas de rio e minas do campo). Para abertura duma lavra no leito de um rio onde se supõe existirem diamantes, é preciso primeiro que o leito fique seco ou que o rio seja represado por algum tempo. Feito isto, é preciso tirar a primeira camada, o chamado cascalho brávio, bem como a segunda, de pedras em de composição, sob a qual aparecem então a cama da indicativa da presença de diamantes, a de cascalho virgem semelhante a enxurro. Muitas vezes basta só cavar alguns pés de profundidade para encontrar a camada indicativa de diamantes; muitas vezes, também, só a 20 ou 25 pés de profundidade é que se encontra o cascalho virgem. As pedras soltas, de cima, são retiradas em

gamelas pelos trabalhadores, e despejadas em montões que durante a estação das chuvas ficam menores e lavados. Algumas espécies de pedras, quando aparecem, fazem logo concluir pela presença de diamantes, de modo semelhante ao que acontece com o ouro. Chamam-lhes formação mineral, e são muito diferentes, conforme o local onde se encontram. (CANSTATT, 2002, p. 152 – Original publicado em 1877(?)).

Canstatt (2002, p. 154 – Original publicado em 1877(?)) afirmava ainda que, no geral, as lavras de diamantes não provêm lucro exorbitante, em função do valor dispendioso da extração. Os que enriqueciam nesse negócio, eram, segundo ele, os compradores. O comércio das pedras, facilitado após a mudança da corte portuguesa para o Brasil e a abertura dos portos às nações estrangeiras, favoreceu a exportação de diamantes do Brasil para outros países. Não sem motivo eram bem vistoriados os limites da província de Minas Gerais. Na travessia do Rio de Janeiro para Minas, o alemão relatava sobre um posto alfandegário já desativado, que desde há muito ali existe, tendo em vista que:

Minas Gerais, particularmente, pertencia às regiões que encerravam no seu seio as maiores riquezas em pedras e me tais preciosos. E por isso nas fronteiras dessa província se erigiram diversos postos alfandegários para rigorosa fiscalização das estradas por parte do estado, para que não escapassem os tributos que pesavam sobre o ouro e diamantes. (CANSTATT, 2002, p. 337 – Original publicado em 1877(?)).

Entre outros metais de importância econômica existentes em território brasileiro, o alemão fazia menção especial ao ferro, que, segundo ele já no início do século XIX, “os brasileiros se tinham convencido da importância da exploração da enorme massa de minério de ferro existente no país, e o governo empenhou-se em iniciá-la mandando vir mineiros e fundidores estrangeiros” (CANSTATT, 2002, p. 156 – Original publicado em 1877(?)).

Para Canstatt (2002, p. 155 – Original publicado em 1877(?)), o insucesso da produção de ferro no país se devia, essencialmente, à ausência de infraestrutura adequada, como estradas, que valorizassem os empreendimentos e permitissem o escoamento da produção. O pouco progresso na produção era, segundo o estrangeiro, ainda mais sentido nos locais onde o governo assumiu a dianteira do negócio.

Outro viajante movido pelas pesquisas científicas no que diz respeito à geologia de Minas Gerais, foi Sébastien Joseph Denis de Herve, francês, que publicou no Boletim da Academia Real de Ciências de Bruxelas, em 1840, texto referente à exploração dos diamantes na província de Minas Gerais, intitulado *Notice sur le gisement et l'exploitation du diamant dans la province de Minas Geraes au Brésil*, fruto

de sua estadia no Brasil por oito anos, entre 1832 e 1839. A experiência no país, foi classificada por ele como diversa, “às vezes como viajante naturalista, às vezes como engenheiro de empresas de mineração” (HERVÉ, 1840, p. 133, tradução nossa).

A publicação no periódico científico procurou esclarecer alguns importantes aspectos sobre a geologia da região, em especial no que se referia aos diamantes, de início, entretanto, a importância da província mineira foi por ele descrita:

Antes de entrar nos detalhes do depósito de diamantes, é preciso se ter uma ideia do resumo da natureza e qualidade do terreno em geral. Toda a província de Minas Geraes no Brasil, pode ter um relevo considerado elevado, cortado por cordilheiras do sul ao norte, que às vezes se aproximam, outras, afastam-se, deixando entre elas terras montanhosas cuja superfície é toda desigual, formando o leito de grandes rios. Estas montanhas, cobertas com uma terra argilosa avermelhada, devido ao ferro oxidado, são muito férteis e possuem florestas densas [...]. A parte oriental inteira pode ser chamada de distrito das minas: em todos os lugares há mais ou menos ouro, ferro e muitas outras formações metálicas, além de uma grande quantidade de pedras preciosas; mas o ponto é que essas áreas permanecem pouco conhecidas e pouco povoadas. (HERVÉ, 1840, p. 133, tradução nossa⁹⁰).

A província mineira facetada por cadeias montanhosas de elevadas altitudes, como relatou Hervé (1840), possui como sua “espinha dorsal” a serra que leva o mesmo nome, batizada de “Espinhaço” por Eschwege ainda no século XIX. Esse relevo, o mais imponente do país, é a única cordilheira de nosso território, responsável pela divisão entre a bacia do Rio São Francisco e os demais rios que correm em direção ao oceano Atlântico.

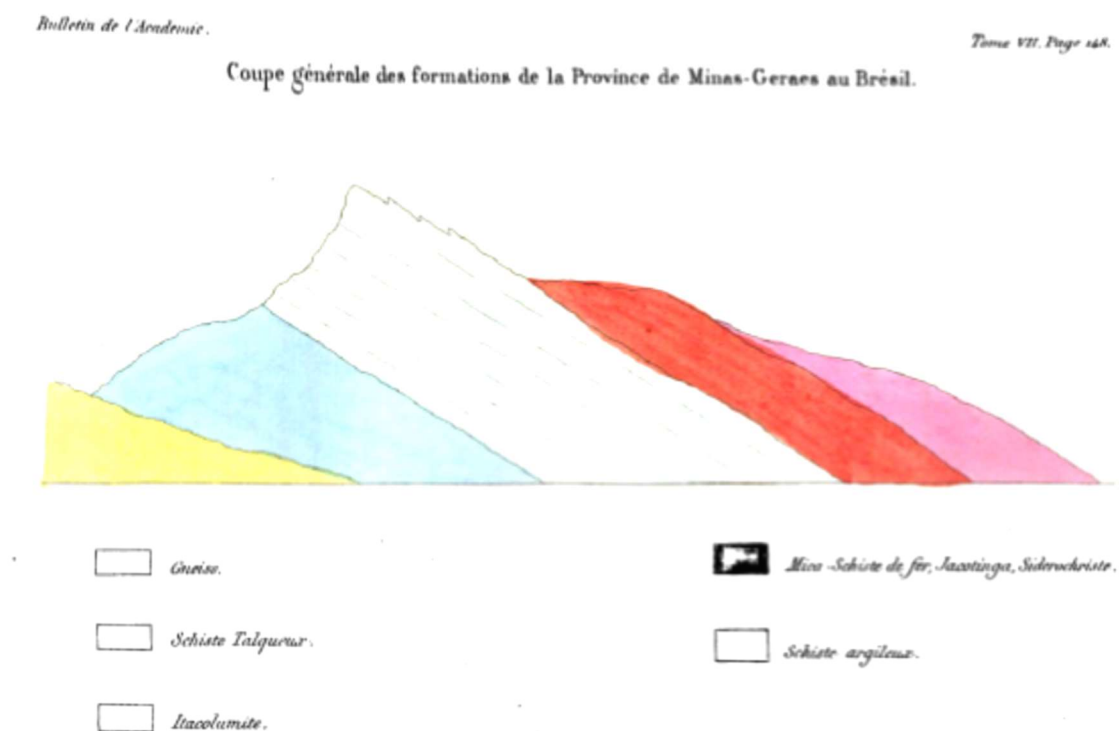
Hervé (1840, p. 134) afirmava que, a oeste destas cadeias, estendia-se a vasta bacia do rio São Francisco, que formaria o maior platô do mundo. De um lado estavam vastos pastos; onde ainda não se tinha explorado o ouro, mas havia ferro, chumbo, entre outros minérios. O ouro, ele afirmava, reaparecia a oeste da cordilheira, onde estavam

⁹⁰ Avant d'entrer dans les détails du gisement du diamant, il ne sera peut-être pas hors de propos de donner une idée sommaire de la nature et de la qualité du terrain en général. Toute la province de Minas Geraes au Brésil peut être considérée comme un terrain élevé, coupé par des chaînes de montagnes se dirigeant du sud au nord, qui, tantôt se rapprochent, tantôt s'éloignent, laissant entre elles des terres montagneuses dont la superficie est toute crêpée et inégale, formant le lit de grandes rivières et de grands fleuves. Ces montagnes, recouvertes d'une terre argileuse rougeâtre, couleur due au fer oxydé, très-fertiles et couverts de forêts à haute futaie, dominant de la sorte, sur un développement de plusieurs lieues, toute la partie orientale de ces cordons de chaînes de montagnes jusqu'à la dernière élévation du littoral, d'où les rivières et les fleuves se précipitent en grandes cascades, et laquelle il vise le terrain bas de l'élevé, qui constitue celui de la province. Toute la partie orientale peut s'appeler un district de mines par excellence : partout on y trouve plus ou moins de formations d'or, de fer et de beaucoup d'autres métaux, outre une grande quantité de pierres précieuses; mais le point tout à fait Est reste encore peu connu et peu peuplé.

as minas ao redor de Paracatu, nomeada por sua riqueza mineral já extraída, mas, que continuava sendo muito produtiva e importante polo extrativista.

As montanhas de Minas Gerais atraíram o viajante francês não somente em razão de suas paisagens com relevos “amplamente cobertos de verdes, belos pastos ou florestas; suas formas arredondados, parcialmente nuas, estéreis, outras agudas, rasgadas em rápido-declive” (Hervé, 1840, p. 134, tradução nossa⁹¹), mas, por abrigarem riquezas minerais em abundância e variedade, como os gnaisses, xistos, granitos e itacolomitos (Figura 23).

Figura 23: Corte geral das formações da província de Minas Gerais do Brasil, segundo Hervé



Fonte: Hervé, 1840.

O itacolomito ganhou destaque na publicação, quando o geólogo procurou localizá-lo no território mineiro:

⁹¹ Ces chaînes de montagnes sont en grande partie recou vertes de beaux verts pâturages ou de forêts; leurs som mets sont arrondis , en partie nus, stériles, d'autres sont à faîtes aigus, déchirés et à pentes rapides, la plus grande partie formés de gneiss, de schiste talqueux, d'itacolumite, de roches sideroxydées, et de schiste argileux.

As terras do itacolumito são as mais extensas neste província: nas partes norte e oeste, formam-se próximo que todas as cordilheiras, denominadas: Serro do Frio, Serra da Lapa, Serra do Itambé, Minas Novas, Serra da Piedade, Serra de Ouro Branco, Itacolumi, do Caraça, Serra de Capanema, Cocaes, Serra do Itabira, do Campo, etc. Esta rocha é muito bem estratificada, em todos os ângulos, da vertical para horizontal, formando picos, planaltos e altos picos, como o pico de Itacolumi, Ouro Preto e Itambé, a Chapada da Cidade Diamantina, o Caraça, o grande Mojol de Minas Novas, a Serra da Lapa, o entorno da Cidade Dia mantinha, etc. (HERVÉ, 1840, p. 139, tradução nossa).

A descoberta de uma localidade diamantífera, afirmava Hervé (1840, p. 141, tradução nossa⁹²) ocorria, quase sempre, devido ao acaso; principalmente quando havia garimpo, feito em geral por negros, contrabandistas ou fugitivos da justiça, que se embrenhando pelo sertão, ocasionalmente, realizavam tais descobertas. Os locais mais procurados eram os rios, córregos de águas rasas, que apresentavam menos dificuldade.

A exploração dos diamantes, ressaltava o francês, poderia se dar de maneira mais eficiente, com o uso de máquinas simples que auxiliassem na retirada da água no processo de separação do cascalho, isso evitaria a utilização de mão-de-obra desnecessária durante o processo (HERVÉ, 1840).

Para a separação das pedras preciosas do cascalho, Hervé (1840), apontava como métodos mais usuais a separação no canal e com o uso da bateia. A primeira refere-se à construção de um canal onde o minério será depositado e lavado em água corrente por um ou dois escravos responsáveis por agitar continuamente o cascalho trazendo-o para cima. As areias maiores, que ainda podem conter pequenos diamantes, são removidas para um tanque onde são novamente lavadas.

O segundo método é feito com a utilização da bateia, instrumento semelhante à uma peneira e segurado por vários escravos enfileirados em um canal com água na altura dos joelhos. O procedimento consiste em depositar uma porção de cascalho na bateia que será, em seguida, agitada e lavada no canal a fim de separar as eventuais pedras do material residual. O procedimento, repetido inúmeras vezes, é sempre supervisionado com atenção (HERVÉ, 1840).

Também se referindo ao itacolumito, na Serra de Itabira, em visita à mina inglesa de Cata Branca no final de 1843, o francês Francis de Castelnau, acompanhado

⁹² La découverte d'une localité diamantifère est presque toujours due au hasard ; ce sont le plus souvent des nègres appelés grimpeiros (contrebandiers), et quelques crime nels échappés à la justice qui se sont enfuis dans les lieux deserts qui ont fait les principales découvertes. Presque toutes les rivières, ruisseaux et bas-fonds sont plus ou moins exploités, sauf ceux qui présentent de trop grandes difficultés, ou bien là où il y a manque d'eau, chos indispensable pour le travail; sur les montagnes, on ne le recherche que pendant la saison des pluies, et alors on y creuse des réservoirs pour réunir les eaux des averse.

pelo geólogo dinamarquês Peter Claussen, bem como, pelos demais membros de sua expedição, descrevia o trabalho na mina, caracterizando-a como um empreendimento nitidamente inglês, em razão de “[...] sua extrema limpeza e seus jardins floridos em frente às habitações. os escravos, em número de quatrocentos e cinquenta, são notáveis pela robusta aparência e aspecto sadio”. (CASTELNAU, 1949, p.160 – Original publicado em 1850-57).

A mina de Cata Branca é formada de um filão de quartzo que atravessa o itacolomito e os xistos argilosos, onde essas duas rochas alternam entre si e as camadas são quase verticais, levemente inclinadas para leste (Castelnau, 1949, p. 164 – Original publicado em 1850-57). Sobre o trabalho nessa mina e com base nos registros de seus companheiros de expedição, Weddell e D'osery, o francês explicava que:

[...] Nossa atenção se dirige a princípio para a parte mais aparente destes trabalhos, que são os que se fazem na superfície do solo. Três imensas máquinas hidráulicas, cujas rodas motrizes têm cerca de quarenta pés de diâmetro, põem em movimento uma infinidade de pilões de ferro, que incessantemente trituram o minério, reduzido previamente a pequenos fragmentos pelos negros, que o trazem da entrada dos poços. À medida que a pedra vai sendo pulverizada pela queda dos pilões (*stamps*), uma corrente de água atravessa toda a massa, arrastando as parcelas mais leves, enquanto o metal e algumas outras substâncias de peso específico mais considerável se depositam, acumulando-se em quase sua totalidade no fundo dos pilões. as parcelas de ouro que porventura escapem, são retidas na sua passagem por um plano inclinado, em pedaços de pano colocados expressamente para este fim. Nova lavagem manual concentra ainda o produto, fazendo aparecer a poeira de ouro, que até então é, na maioria das vezes, invisível. Esse pó é tratado em seguida pelo mercúrio, cujo excesso se separa mediante pressão, através de uma pele de camurça. A amálgama sólida obtida por esse modo é submetida finalmente à ação do calor, que promove a volatilização do mercúrio e deixa o ouro em estado de pureza. Hoje que a mina não é mais tão produtiva como antigamente, é necessário tratar quinze toneladas de minério para obter uma libra de ouro. Pela segunda lavagem, cerca de nove pés cúbicos do produto da primeira lavagem são reduzidos ao duodécimo de seu volume, sendo sobre este último que se faz atuar o mercúrio. a quantidade de pedra extraída por dia é aproximadamente de dezoito a vinte toneladas. (CASTELNAU, 1949, p.161 – Original publicado em 1850-57).

A observação de ambos também resultava na descrição dos processos de mineração na mina de Gongo-Soco:

Na mina de Gongo o metal precioso se acha disseminado numa ganga preta e friável como carvão, com que aliás muito se assemelha; dão a essa matéria o nome de jacutinga. O ouro, que hoje só se acha em pequena quantidade, foi extraído às mancheias pelos primeiros exploradores da mina, a ponto de uma vez terem sido tiradas mais de cem libras em três horas. mas já vai longe este tempo. O minério, como nas outras minas por nós visitadas, é esmagado num jogo de pilões;

mas as máquinas utilizadas na trituração da jacutinga estão muito longe de oferecer a aparência quase "coquette" dos *stamps* de morro velho e de cata branca. Uma vez retirada do pilão e concentrada por meio de novas lavagens, não é a areia submetida à ação do mercúrio; ela é tratada por meio de outras lavagens mais perfeitas. Quando o ouro aparece é vista nos filões, ele não é tratado pela maneira que acabamos de descrever, mas pilado em almofarizes e lavado à mão, em pequenas bacias rasas de madeira, a que dão o nome de bateias. (CASTELNAU, 1949, p.175-176 – Original publicado em 1850-57).

Também escrevendo sobre os arredores de Ouro Preto, os geólogos e mineralogistas suíços Christian Heusser e Georg Claraz, comentavam os processos de extração mineral na região, comparando-os com os do início do século, quando Eschwege esteve no Brasil e ressaltando seu atraso: “No que diz respeito à extração de ouro nesses depósitos, isso acontece por trabalho explosivo, geralmente de dia, ilegal, como na época de v. Eschwege [...]. Também no tratamento de minérios, poucas melhorias foram introduzidas [...]” (HEUSSER; CLARAZ, 1859, p. 454, tradução nossa⁹³).

De modo geral, o que se observa entre os cientistas que estiveram em Minas Gerais durante o século XIX, é a semelhança ao evidenciarem as riquezas minerais do território. Faltam somente, segundo seus relatos e relatórios técnicos, investimentos e técnicas adequadas para explorar esses recursos. Condições que, evidentemente, poderiam ser oferecidas através dos investimentos estrangeiros no país, conforme constatado nas experiências acima relatadas provenientes dos empreendimentos ingleses na mineração.

A Expedição Científica Austríaca (1817 a 1820)

Figurando entre as mais emblemáticas viagens ao Brasil no século XIX, a expedição austríaca que reuniu importantes nomes da ciência e das artes foi realizada em virtude do anúncio da proximidade do casamento da arquiduquesa da Áustria D^a Leopoldina com o príncipe real do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves D. Pedro de Alcântara. A princesa Leopoldina, que demonstrara desde a juventude interesse especial pelas ciências naturais, fora agraciada com a realização da expedição, somente possibilitada devido a abertura dos portos e revogação da proibição de desembarque de estrangeiros no Brasil.

⁹³ Goldgewinnung auf diesen Lagerstätten anbelangt, so ge schieht sie durch Sprengarbeit, meistens unter Tag, ungesetzmässig, wie zur Zeit v. Eschwege's, als reiner Raub bau. Auch in der Aufbereitung der Erze sind wenige Verbesserungen eingeführt worden [...].

Entre os nomes de maior relevância figuravam os zoólogos Johan Baptiste Von Spix (1781-1826) e Johann Natterer; os botânicos Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), Johann Sebastian Mikan (1769 – 1844), Giuseppe Raddi e Johann Emanuel Pohl. Além do pintor Thomas Ender (1793 – 1875). Nem todos estiveram em Minas Gerais, uma vez que, segundo relatou Johann Emanuel Pohl em sua obra *Viagem no interior do Brasil*, a equipe estava convencida que

[...] uma viagem em conjunto no interior do País seria menos produtiva para nossas observações e coleções do que viagens isoladas, em que cada qual, segundo o seu destino, tomaria a sua rota, pois no primeiro caso, juntos uns com os outros, seria grande o número de animais necessários para o transporte e difícil a hospedagem numa região ainda inculta. Resolvemos, pois, fazer primeiramente pequenas viagens de experiência, que seriam realizadas em separado pelos membros da expedição. (POHL, 1976, p. 15 – Original publicado em 1832).

O objetivo da viagem está claro no início da publicação de Pohl (1976):

Nesta obra, que surge sob os magnânimos auspícios de Sua Majestade o nosso clemente Imperador, vêm descritas as observações e acontecimentos de uma viagem ao Brasil que, por ordem imperial, foi realizada por ocasião do casamento de sua augusta filha, a sereníssima Senhora Arquiduquesa Leopoldina, com Dom Pedro, então Príncipe Herdeiro de Portugal, Algarves e Brasil, e posteriormente Imperador do Brasil. Com munificência imperial, Sua Majestade, resolveu mandar que vários naturalistas austríacos, no interesse da ciência, percorressem aquela terra tão importante e, contudo, ainda pouquíssimo conhecida. (POHL, 1976, p. 15 – Original publicado em 1832).

De caráter menos técnico que de seus companheiros Spix e Martius, e construído na forma de relato de viagem, Pohl explica que seu diário se destinava a “todas as espécies de leitores” e, com vistas a torná-lo mais “atrativo àqueles que, por sua tendência e pendor, pouca inclinação poderiam ter por sua parte estritamente científica e pela coleta feita para as ciências naturais propriamente ditas, resolveu o Autor separar a narração pitoresca, que oferece naturalmente interesse geral, e apresentar à parte tudo o que é rigorosamente científico.” (POHL, 1976, p. 14 – Original publicado em 1832).

Especificamente a respeito da coleta de material mineralógico e mapeamento mineral do território, o austríaco explica que “a coleta fora muito pobre, considerada a extensão da viagem, e proveniente na maioria do domínio da *Geognosia*, como era de esperar de uma terra inculta, onde não se acham pedreiras e só raramente há simples começos de mineração regular.” (POHL, 1976, p. 15 – Original publicado em 1832).

Tendo a expedição sido realizada antes da independência do Brasil, observa-se no relato de Pohl (1976) como o acesso à exploração do ouro era supervisionado rigorosamente, e o dos diamantes era restrito somente à Coroa Portuguesa. Ao contrário do ocorrido nos relatos das décadas que se seguiram, em que a compra e a exploração das lavras poderia ser feita por qualquer indivíduo, inclusive, e como diversas vezes relatado, por estrangeiros.

Ao meio-dia de 21 de setembro, depois de subir vários morros consideráveis, acampamos em Paraibuna, à margem do rio do mesmo nome. Um dos nossos burros caíra na estrada, morrendo ali, e tivemos que buscar sua carga. A localidade tem somente algumas cabanas e uma igreja, tudo ameaçando ruir. Só a casa em que moram os funcionários aduaneiros, na outra margem do rio, já na capitania de Minas Gerais, é prédio grande e bem conservado. Esses funcionários aduaneiros estão especialmente encarregados de impedir o contrabando do ouro em pó e dos diamantes. Segundo as leis, que neste particular são muito rígidas, todo o ouro extraído dos rios e das minas por particulares deve ser entregue à Real Fundição do ouro, onde o Governo, depois de deduzir a quinta parte, manda fundi-lo em barras, nas quais um selo indica o peso em quilates. O proprietário recebe ao mesmo tempo um certificado escrito, sob cuja forma a barra pode circular como moeda; outrora podia até ser exportada, o que, ultimamente, foi proibido. No caso da infração da lei, todo o ouro vai para o Tesouro Real e, além disso, o culpado tem que pagar ao apreensor o dobro do valor. Ainda mais rigorosamente, é proibida a exportação do diamante, considerado propriedade exclusiva da Coroa. Quem possui uma pedra bruta dessa natureza arrisca-se ao confisco dos bens e degredo de dez anos em Angola. (POHL, 1976, p. 79 – Original publicado em 1832).

Ademais, a própria entrada no território de Minas Gerais era bastante restrita e para que os viajantes alcançassem seu interior, eram necessárias autorizações específicas emitidas por órgãos da Coroa. Autorizações essas que não permitiam o acesso dos viajantes ao Distrito Diamantino, para, justamente, impedir o contrabando das pedras.

As coleções seguiram para Viena em 1º de junho de 1818, quando embarcaram de regresso Sua Excelência o Grande Embaixador Conde von Eltz e o professor Mikan, o pintor de paisagem Ender, o acidentado Buchberger e o naturalista grão-ducal toscano Raddi. Mikan inspecionou nossas coleções. De então por diante ficamos sob a direção do enviado e ministro plenipotenciário na Corte brasileira o Barão von Neveu. Ele nos forneceu o dinheiro requerido e pediu-nos os planos de nossas viagens futuras pelo interior do país. [...] Todas as autoridades haviam recebido instruções para prestar-nos assistência. Além disso, havia cartas de recomendação aos Governadores autorizando-os a fazer-nos adiantamentos de dinheiro. Mas o Capitão-General de Minas Gerais teve expressa proibição de nos deixar entrar no distrito diamantino. Esta cláusula teve por motivo a declaração de uma pessoa pertencente a uma Legação estrangeira, que, desejando visitar Minas Gerais, dissera em algumas reuniões, por brincadeira,

que não retornaria sem um saco cheio de diamantes. Antes de começarmos a viagem, tivemos de ser apresentados, por intermédio do Senhor Real e Imperial Ministro, a Sua Majestade o Rei Dom João VI. O soberano recebeu-nos com bondade e despediu-nos com os mais benévolos votos para que nossa jornada terminasse de modo feliz. (POHL, 1976, p. 73 – Original publicado em 1832).

Na mesma expedição, porém, realizando caminho diferente de Johann Emanuel Pohl, estiveram Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philip von Martius, ambos alemães, zoólogo e botânico, respectivamente, foram responsáveis por um dos maiores inventários da fauna e flora brasileiras no século XIX. Dentre as muitas publicações específicas de suas áreas de estudo, destaca-se a obra conjunta *Viagem pelo Brasil*, publicada em três volumes, que, aparentemente foi inteiramente escrita por Martius (FERRI, 1981, p. 10).

O relato da viagem, assim como demais publicações de Spix e Martius são resultado da viagem de três anos por Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas, que originou completas e extensas monografias descritivas, ricas em ilustrações e detalhadas e aspectos diversos da fisionomia da flora e fauna de nosso país (FERRI, 1981, p. 10).

Animados pelo espírito científico e com vistas a atender pedido do Rei Maximiliano José I, da Baviera, Spix e Martius embarcaram para o Brasil e, como resultado de sua expedição, dedicam ao Rei sua *Viagem pelo Brasil*:

Quando Vossa Majestade resolveu mandar uma expedição científica ao Brasil, dignou-se de confiar a realização de tal propósito aos dois humildes abaixo assinados. A amor devido a Vossa Majestade e à ciência foi a determinante que nos conduziu, através dos riscos e canseiras de tão longa viagem, a uma parte do mundo ainda mal conhecida, e que nos trouxe de lá, com felicidade, ao seio da pátria. A Vossa Majestade, pois, remontam a origem e as vantagens dessa talvez não pequena empresa na história da nação bávara, e tudo que com isso podem lucrar as ciências, devem os contemporâneos e os pósteros atribuir à magnanimidade e benevolência de um monarca que, considerando a ciência a mais alta nobreza da humanidade, sobre ela estabeleceu os mais sábios fundamentos da felicidade do seu povo. Cheios de gratidão, ousam humildemente os viajantes abaixo assinados aproximar-se do trono de Vossa Majestade, depondo respeitosos diante dele o primeiro fruto da sua expedição, dedicado ao melhor dos soberanos. Animados, pela real aprovação, de terem correspondido aos propósitos de Vossa Majestade na realização da viagem, agora aspiram ainda, com a exposição científica dos resultados dela, a contentar o muito amado monarca. Concluindo somos, com profundo respeito, de V.M súditos obedientes. (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 15, v.1 – Original publicado em 1823-31).

A influência do Rei Maximiliano José I e suas estreitas relações com a Áustria, foram responsáveis por permitir a inclusão de Spix e Martius na referida expedição. O

envio de cientistas pelo rei bávaro à América do Sul era desejo antigo do monarca. Em 1815, Maximiliano José I solicitara à Real Academia e Ciências de Munique, que organizasse uma viagem científica ao novo continente, como a empreitada não foi realizada, o casamento da arquiduquesa Leopoldina com Dom Pedro I, serviu como oportunidade para envio de seus cientistas ao Brasil (LISBOA, 1997, p.21).

Conscientes do valor da viagem e do progresso científico e material que ela traria, tanto cientistas como o Rei Maximiliano José I, sabiam que o continente americano muito lhes tinha a revelar. Mesmo apoiados sob o discurso do progresso da ciência, no início de seu relato Spix e Martius (1981) deixavam transparecer outros interesses europeus por esse território ainda pouco explorado:

A América, essa nova parte do mundo apenas conhecida de poucos séculos atrás, tem sido, desde a época de seu descobrimento, objeto da admiração e predileção da Europa. A feliz situação, a fertilidade e diversidade de riquezas do seu solo, atraem tanto colonos e negociantes, como pesquisadores científicos. Rapidamente se povoou e assim se desenvolveu a nova terra, pelo ativo comércio com a mãe-pátria e graças aos trabalhos dos sábios, que porfiaram em longínquas viagens ao interior, procurando conhecê-lo. Inolvidáveis são, nesse sentido, os méritos de muitos corajosos exploradores dos primeiros tempos, assim como especialmente dos últimos decênios, por meio dos quais se tornou conhecida a América, mais do que nenhuma das velhas partes do mundo, com exceção da Europa. Apesar, porém, dos grandes progressos do conhecimento dessa parte do mundo, oferece ela ainda vasto campo ao espírito pesquisador a fim de estender, com os descobrimentos, o círculo da ciência humana. Mais do que qualquer outra povoação da América, o Brasil seu mais belo e rico país, é, entretanto, pouco povoado e conhecido, embora seja ele o coração desse novo continente. (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 25, v.1 – Original publicado em 1823-31).

Reforça-se que, o desconhecimento acerca do território brasileiro quando comparado aos demais países da América espanhola, devia-se, à época, às políticas portuguesas de restrição da entrada de estrangeiros no país, rompida somente com a vinda de Dom João VI a abertura dos portos, em 1808. Assim, mesmo no século XIX ainda havia grande parte do território sem ser explorada ou ocupada.

Além das atribuições de zoólogo e botânico assumidas por Spix e Martius (1981), lhes foi pedido atenção especial à mineralogia. Embora Johann Emanuel Pohl tenha afirmado que as coletas nesse ramo tenham sido insuficientes dada a extensão da expedição, Spix e Martius (1981) sinalizavam em seu relato que verificar a geologia e o solo do país era tarefa essencial:

Além desses deveres que havíamos assumido, forma-nos feitos também, em relação aos restantes ramos das ciências naturais, especiais pedidos, uns por parte de físicos e outros por parte das

restantes divisões da Academia. Com relação à mineralogia, impunha-se-nos [sic] como tarefa atento **estudo da natureza do solo em geral, assim como especialmente o quadro geológico das formações montanhosas, sua ordem, tamanho, direção e inclinação; e, também, o exame de ocorrências, em parte ainda problemáticas, de ouro, de diamantes e de outras pedras preciosas, bem como de todos os fósseis importantes.** (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 26, v.1, grifos nossos – Original publicado em 1823-31).

De fato, a mineração ganha frequente atenção no relato da viagem, quando no texto observamos a descrição das formações rochosas, bem como a ocorrência de metais preciosos, como ouro. Ademais, preocupavam-se os viajantes em associar a atividade mineradora à ocupação dos habitantes locais e ao desenvolvimento das vilas e cidades por eles visitadas:

A aldeia de São Gonçalo, que dista a N.N.E. três léguas de Santa Bárbara, tinha, há uns trinta anos, consideráveis lavagens de ouro e gozava de grande riqueza, cujo caráter efêmero dão testemunho diversos edifícios imponentes, já meio arruinados. Entretanto, a maioria dos habitantes que aqui ainda auferem dois até quatro mil cruzados das suas minas, o que é para eles considerável lucro, quando com isso não abandonam a lavoura. Ao longo do caminho de São Gonçalo para a Vila da Campanha, encontram-se por toda parte vestígios da principal ocupação da lavagem de ouro, sobretudo os fossos pelos quais a água necessária é encaminhada das regiões mais altas, de extensão às vezes extraordinária e correndo na distância de várias horas pelas encostas da montanha. A montanha consiste também aqui em granito, que não raro passa a gnaisse, e cujo feldspato fortemente se decompõe em argila. Frequentemente se encontram grandes extensões, decompostas em argila branca ou violeta-clara, porque a cor branca tem o feldspato, que é em geral o maior componente da pedra, e a cor violeta provém pouco a pouco pela decomposição. A mica é prateada ou esverdeada; a massa de quartzo é aqui relativamente pouca; num e noutro ponto, nas mais diversas direções pela montanha, se estendem filões de quartzo e estes são sempre ricamente salpicados de ouro. Todavia, são pelos mineiros somente procurados e seguidos nos pontos, onde a pedra em volta já está em decomposição, e se acha tão solta, que dê o desejado rendimento sem mineração própria. A Vila da Campanha, ou, propriamente, Vila da Princesa da Beira, que alcançamos cedo, no mesmo dia, pois dista apenas quatro léguas a noroeste de São Gonçalo, está situada sobre alto outeiro, e é, depois da Vila de São João D'el Rey, a mais importante e populosa da comarca do Rio das Mortes. As minas de ouro, que, em parte só há poucos anos, foram abertas na vizinhança, incluem-se entre as mais ricas das atualmente exploradas, e deram grande opulência aos habitantes, entre os quais travamos relações com o capitão-mor, um compatriota nosso, irmão do Sr. Stockler, Governador das Ilhas dos Açores. Aqui, vimos diversas e bonitas casas de dois pavimentos, providas de janelas envidraçadas, um dos mais custosos artigos do interior do Brasil. (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 185, v.1 – Original publicado em 1823-31).

Assim como outros viajantes apontaram para a necessidade de valorizar a rede hidrográfica brasileira, especialmente mineira, para facilitar o escoamento de

produtos, bem como, a distribuição de mercadorias pela capitania e interior do país, Spix e Martius (1981) também atentavam para o mesmo caminho ao dirigirem-se para São João D'el Rey:

Quando, futuramente, com o progresso do povoamento, o comércio entre Goiás e Minas se tornar mais considerável, pode este ponto vir a ser de grande importância, como escala de navegação do Rio Grande. Não somente para o sul, isto é, para o Paraguai, e daí para Buenos Aires, pode-se viajar nesse extenso rio, mas igualmente pelos seus afluentes ao norte é possível a viagem até poucas léguas de Vila Boa, capital de Goiás. Os braços do Rio Grande que descem do norte, dos Montes Pireneus e das serras vizinhas de Santa Marta e Escavado, até hoje ainda não são bastante conhecidos; todavia, particularmente a viagem fluvial que empreendeu o Capitão José Pinto em 1816, partindo de Vila Rica, a fim de achar uma via fluvial para São Paulo, esclareceu bastante a geografia dessa região, podendo-se pensar numa comunicação entre as nascentes principais do Rio Grande e os rios de Goiás. (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 191, v.1 – Original publicado em 1823-31).

Segue o relato atentando para a necessidade de compreensão da imponência de nossos principais rios e seus aspectos físicos, ressaltando ainda, a ocorrência de ouro no interior do país:

Tão interessante, porém como examinar as condições geográficas do Rio Grande e suas ramificações para quem prevê as possibilidades futuras de muito extenso comércio do sertão, é, para o naturalista, a situação física de sua bacia. Todo o sistema de rios que ele e seu confluente, o Paraíba, acolhem no seu extenso percurso, vem de montanhas, que se distinguem tanto por altura e extensão, como também por pertencer à sua formação a prodigiosa riqueza de ouro. A leste, está a pinturesca [sic] Serra da Mantiqueira, o principal limite da bacia desse rio. A nordeste, formam as Serras Negra, da Canastra, da Marcela e dos Cristais, a vertente das águas entre ele e o Rio São Francisco. Ao norte, as principais montanhas de Goiás, isto é, os montes Pireneus e suas ramificações, separam os grandes vales dos Rios Araguaia e Tocantins daquele do Rio Grande. Todas essas montanhas, cuja consistência fundamental é sobretudo o itacolomito, contém em ambas as suas escarpas as mais ricas jazidas do metal precioso. Elas formam o centro de todas as montanhas do interior do Brasil, e dos seio partem para o mar três vastos rios – o Tocantins, o Rio São Francisco e o Paraná – em três direções completamente diversas para o mar. (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 192, v.1 – Original publicado em 1823-31).

A descrição dos minérios que ocorriam em Minas Gerais aparece em outros momentos do relato. Acompanhados por Eschwege e caminhando pela região de Ouro Preto, Spix e Martius constatavam que o “ouro é encontrado em Vila Rica, em pó finíssimo, em folhetas de vários tamanhos ou sob a forma de cristal, especialmente octaedros e tetraedros, crescidos sobre a forma dendrítica, e também, se bem que mais raramente, em pedaços inteiros”. Ademais, sua forma mais comum de extração se dava

nos córregos e rios, de terra argilosa, ou em filões de quartzo quebrados e camadas de minério de ferro que continham ouro em suas camadas (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 206, v.1 – Original publicado em 1823-31).

Os viajantes valeram-se ainda da necessidade de descrever o morro onde se localizava Vila Rica, que ia na direção oeste para leste, ao longo do ribeirão de Ouro Preto, até a Passagem, coberto de mato baixo e até o cume mais alto, de capim e arbustos. A sua lombada era, segundo eles, plana e a montanha, do lado da cidade menos íngreme. Sua primeira camada, seria formada por uma jazida de minério de ferro, chamada de canga e estava uniformemente espalhada sobre grande parte da superfície do morro de Vila Rica, cobrindo de três a vinte pés as formações mais antigas da montanha, que, pela facilidade da extração tinham sofrido grandes alterações pelos mineradores (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 208, v.1 – Original publicado em 1823-31). Seguem, descrevendo, em caráter classificatório:

Abaixo dessa jazida de minério de ferro, acha-se na maioria das minas no morro de Vila Rica aquela modificação do micaxisto, que o Sr. Eschwege tornou conhecida com o nome de itabirito. É um micaxisto, no qual a mica, na proximidade das mencionadas jazidas de minério de ferro, é substituída por limonita; em outros lugares por oligisto. Encontra-se essa espécie de mineral aqui como em muitos lugares de Minas, de grande diversidade de colorido, densidade e peso. Na maioria das vezes, é cinzento-aço; em antigos desabamentos, às vezes, é pardo amarelada ou vermelho-telha, segundo o grau de oxidação do metal. Num e noutro ponto, aparece granulado e listado, quando contém considerável quantidade de quartzo branco. O conteúdo de ferro no mineral, às vezes, tão avultado, que ele pode com vantagem ser derretido. (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 208, v.1 – Original publicado em 1823-31).

Ainda sobre a exploração e fundição do minério de ferro, Spix e Martius (1981) relatam que visitaram também na companhia de Eschwege a usina da “Forja do Prata” (fundada pelo Conde de Palma e por Eschwege) que produzia ferro em quatro fornos suecos e outros dois fornos para barras, cerca de mil arrobas de ferro batido anualmente, grande parte para consumo no local. Ao visitar a lavra que abastecia a fundição, os viajantes constataram que a mesma não era de micaxisto, contendo oligisto ou canga, mas sim, um xisto argiloso amarelo-isabel, atravessado por filões de quartzo, contendo ouro (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 245, v.1 – Original publicado em 1823-31).

Em visita às referidas “Forjas do Prata”, Auguste de Saint-Hilaire explicou que as mesmas foram construídas sob a direção de Eschwege, que, com a participação de alguns acionistas, reuniu capital necessário para iniciar as operações no final de 1812, tendo garantido, segundo o alemão, lucro considerável aos investidores (SAINT-HILAIRE, 1974). Isso se deveu, segundo Saint-Hilaire, ao fato de as forjas estarem

situadas em terrenos com abundância de ferro, onde “[...] o minério mostra-se a flor da terra e, por conseguinte, é pequeno trabalho de extração” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 94 – Original publicado em 1838).

De modo semelhante ao relato de Saint-Hilaire (1974), Spix e Martius (1981), ao visitarem outra forja, a noroeste de Antônio Pereira, dirigida por um fundidor alemão, relatam que essa fábrica “aproveita o micaxisto que contém oligisto, o qual forma considerável depósito, acima de dentro do xisto quartizítico branco; jazem por ali, em volta, grandes blocos dele, na superfície”. Afirmam ainda que, o minério ali disponível era muito rico, “contendo sessenta até oitenta por cento, e daqui se poderia fornecer ferro a toda Minas Gerais”, o que não acontecia, tendo em vista que muitos fazendeiros faziam eles mesmos o ferro que utilizavam nas forjas, além disso, boa parte do ferro usado na capitania era importado do Rio de Janeiro, limitando a produção diária a uma ou duas arrobas, empregadas somente na fabricação de “facões, machados, folhas de faca, ferraduras e pregos” (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 247, v.1 – Original publicado em 1823-31).

A riqueza da região de Ouro Preto, então Vila Rica, especialmente quando houve a exploração do ouro com maior intensidade, ainda no século XVIII, foi ressaltada pelos viajantes. Explicam Spix e Martius (1981) que em função disso, a Coroa Portuguesa manteve atenta vigilância sobre a região, tanto impossibilitando a aquisição e exploração de lavras por quaisquer pessoas, bem como, instalando conventos e mantendo religiosos com vistas a garantir o controle da população dessas localidades (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 212, v.1 – Original publicado em 1823-31).

Além do controle promovido pela Coroa Portuguesa, os viajantes ressaltavam a importância da região mineradora e como os indígenas foram expulsos para que fosse garantida a manutenção da exploração dos minérios:

Os índios eram antigamente senhores de todas essas terras auríferas da província; foram, porém, cedo e quase por toda parte expulsos delas pelos imigrantes sequiosos de ouro. Aqueles que ainda se achavam em Minas Gerais pouco a pouco se foram retirando para as impenetráveis matas virgens que revestem a Serra do Mar ao longo da costa, numa extensão de trinta a cinquenta léguas, terra adentro. São especialmente as tribos dos Coroados, Coropós, Puris, Botocudos (Aimorés), Macuanis, Malalis, Panhames, Menhames, Paraibas (Goitacás). (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 212, v.1 – Original publicado em 1823-31).

As medidas tomadas pela Coroa para controlar os indígenas também foram apontadas pelos cientistas. Segundo eles, dentre todas tribos, os Botocudos eram os mais temidos por sua agressividade e antropofagia, sendo assim, era necessário contê-

los de maneiras mais eficazes, objetivando favorecer o avanço sobre a região e, principalmente, sobre o Rio Doce, via fluvial que ganhou importância na época:

Os mais irrequietos e perigosos índios de Minas são os antropófagos Botocudos, que ocupam particularmente a margem do baixo Rio Doce. Como nestes últimos decênios se reconheceu a utilidade de navegação para o oceano por esse rio, cujas nascentes, assim como as de seus afluentes superiores, têm origem na capitania de Minas Gerais e, a pequena distancia de Vila Rica, formou-se uma companhia para o fomento da navegação do Rio Doce e para domesticar os índios ali residentes (Junta da Conquista e Civilização dos Índios, do Comércio, e navegação do Rio Doce). As tentativas dessa companhia não deixaram, desde então, de dar frutos. Pois diversas tribos de índios pouco a pouco entraram em trato com os portugueses. Nós já havíamos ouvido contar muita coisa desses filhos das selvas, e o nosso anseio de observar no seu próprio domicilio uma tribo tornava-se cada vez mais vivo. (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 213-214, v.1 – Original publicado em 1823-31).

A ocorrência de diamantes e seu processo de extração também aparecem no relato de Spix e Martius (1981). No Distrito Diamantino, os dois principais rios onde ocorriam as pedras preciosas com maior frequência eram o Jequitinhonha e o rio Pardo, afirmação feita por Hermann Burmeister, também alemão, cerca de 50 anos mais tarde. Em toda a região, entretanto, a ocorrência das pedras era aparente e, “além destes dois maiores rios, quase todos os demais córregos e nascentes do Distrito são mais ou menos portadores de diamantes, tanto em leitos novos, como sobretudo nos antigos, e atualmente, muitas vezes cobertos com cascalho, em considerável profundidade” (SPIX e MARTIUS, 1981, p.33, v.2 – Original publicado em 1823-31).

A preocupação com o contrabando dos diamantes também foi relatada por Spix e Martius (1981). As restrições estendiam-se inclusive para a lavra do ouro no Distrito, tendo em vista que, o acesso de garimpeiros às pedras poderia ser facilitado. Sobre a autorização conseguida por Manoel Ferreira da Câmara, intendente do Distrito Diamantífero, relatam:

O governo, antigamente, havia proibido com o máximo rigor, lavar-se ouro dentro dos limites do Distrito, por querer conservar intacto o território e reservar para si a extração dos diamantes. Contudo, diante das repetidas representações feitas no Rio de Janeiro, conseguiu o intendente licença para, também agora, estabelecer lavagens de ouro na Demarcação, em sítios escolhidos pela Junta. Já se expediram duzentas concessões destas aos habitantes do Distrito. Alegava Ferreira da Câmara em favor dessa licença as razões de que, em geral, as regiões ricas em ouro são pobres em diamantes, que o erário seria amplamente compensado da perda das pedras sonegadas com o quinto do ouro arrecadado dos terrenos explorados, e que a diferença dos métodos de extração nas duas espécies de mineração não permitia aos faiscadores colher diamantes ao mesmo tempo. Essas razões confirmaram-se plenamente na prática, e muito ouro, que, de

outro modo, seria levado pelos rios ao mar, foi assim preservado. Quando também às vezes aparecem pedras preciosas nas lavagens de ouro, logo são entregues, como nós mesmos fomos testemunhas, pelos donos das minas, à Junta de Extração, segundo manda a Lei (SPIX e MARTIUS, 1981, p.34, v.2 – Original publicado em 1823-31).

O modo como o cascalho era lavado na busca pelos diamantes foi descrito e ilustrado pelos viajantes em sua passagem por Curralinho (Figura 24):

Figura 24: Lavagem dos diamantes.



Fonte: SPIX; MARTIUS, 1981.

Assim como, o papel do escravo nesse processo e o modo como eram observados pelos olhos atentos do feitor ao realizá-lo:

O cascalho, retirado do leito do rio, era acumulado entre os feitores e os lavadores; uma pequena gamela de madeira, cheia de água límpida, estava sob um banco, entre os feitores. O trabalho executado tem muita semelhança com a manipulação de mergulhar, na lavagem do ouro. O preto enche a sua bacia redonda, de madeira, que tem em geral um e um quarto de pé de diâmetro, com o cascalho; volta ao seu lugar, começa a escolher os pedaços maiores e atira-os para fora; mergulha, então, a bateia, sacode-a de um lado para o outro, deita fora as camadas mais grossas que se juntam em cima pouco a pouco,

remexe no cascalho restante, cada vez mais fino, lavando-o com uma nova água. Se descobre na areia pesada, que ficou no fundo, alguma pedra reluzente, toma-a entre o polegar e o indicador, levanta-se da tábua, coloca sobre ela a bateia, e caminha na água até ao prato, onde deixa cair o diamante. Se já lavou completamente o cascalho na bateia, deixa boiar a gamela vazia sobre a água, ergue-se, bate palma três vezes, e estende os braços, conservando as mãos abertas, para mostrar que não escondem coisa alguma; toma de novo, finalmente a bateia, e enche-a de cascalho, a fim de recomeçar o trabalho. Os feitores vigiam, se cessar, os movimentos dos escravos, enquanto lavam, para que eles não possam empregar ardis. Se acaso se descobre alguma infidelidade, expia o culpado o extravio, primeiro por meio de chicotadas com o colar de ferro ao pescoço e prisão; reincidindo na culpa, ele não pode mais ser empregado no serviço. (SPIX e MARTIUS, 1981, p.37, v.2 – Original publicado em 1823-31).

A expedição, organizada e movida com objetivos específicos, iluminou a ciência brasileira com os nomes de Spix e Martius, além de, evidentemente, favorecerem à construção de uma visão de mundo sobre o Brasil, na Europa.

Interesse diplomático

Movido por interesses diplomáticos, o autor de *Le'Empire du Brésil souvenirs de Voyage*, Just Jean Étienne Roy, foi Consul francês no Brasil e visitou as províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (Vila Rica e São João del Rey). Além da introdução histórica que fez em sua obra, resgatando os nomes de importantes viajantes e suas produções, a descrição dos lugares foi feita com base no testemunho direto, ou seja, mediante o percurso traçado pelo francês. Foram realizados comentários sobre o espaço urbano das cidades visitadas e seu comércio.

Sobre Minas Gerais, comentou a opulência das cidades visitadas, especialmente Vila Rica, como resultado da efervescência da exploração mineral naquela região, ainda que, o tempo áureo do ciclo do ouro já tivesse ficado para trás:

Essa rua termina no centro da cidade. Existem várias outras que se cruzam em direções diferentes, e que possuem lojas ricas, onde se encontra uma variedade completa de produtos estrangeiros. Dou outro lado da cidade, você chega àquele habitado pela aristocracia e funcionários públicos vivem, com casas bonitas e pessoas que, para viver, não precisam se envolver em comércio. Este lado de Vila Rica é realmente muito bonito. Em suma, tudo o que é oferecido aos olhos do estrangeiro, necessariamente, lembra-lhe que ele considera os restos de uma cidade outrora muito opulenta. Ela ainda é cheia de vida, embora muito despojada de seu antigo esplendor. (ROY, 1875, p. 171-172, tradução nossa⁹⁴).

⁹⁴ Cette rue se termine au centre de ce qu'on pourrait appeler proprement la cité. La on en rencontre plusieurs autres qui se croisent en différents sens, et qui sont garnies de riches

Roy (1875) explica quais riquezas minerais ocorriam no país, tanto em Minas Gerais como em demais províncias. Não deixava de mencionar, entretanto, que ainda que os minérios fossem abundantes, sua extração demandava especial atenção:

A província de Minas Geraes não é a única onde o ouro é encontrado; a de Mato Grosso e Goyaz também produzem esse metal precioso. Há também minas no país de prata, platina, chumbo, enxofre, mercúrio, carvão e assim por diante. Foi no início do século passado que foram descobertos os primeiros diamantes, na região de *serra* do Frio, muitos escondem-no sob a crosta das montanhas, mas necessita-se algum trabalho para extraí-los, pois, são em geral envoltos de terra ferruginosa e seixos rolados. (ROY, 1875, p. 174, tradução nossa⁹⁵).

A variedade das pedras preciosas, além dos diamantes, impressionou o francês:

Os topázios, que abundam no país, como já tive a oportunidade de salientar, são maiores que as de Saxe ou Sibéria, sua cor geralmente é amarelo-palha ou amarelo-vermelho [...]. As turmalinas tomam o nome de esmeraldas quando são verdes e safiras quando são azuis. Existem ainda ametistas, rubis, cymophanes⁹⁶ e vários cristais de rocha. (ROY, 1875, p. 176, tradução nossa⁹⁷).

Além de demonstrar deslumbre pelas paisagens do país, no geral, o francês se mostra admirado pelo “potencial” do Brasil e pelo caráter de seu povo.

Também partilhando de interesses diplomáticos em nome do governo de seu país, a Suíça, mas também com propósitos científicos e a serviço de uma companhia

magasins, ou l'on trouve un assortiment complet de marchandises étrangères. Si l'on traverse ce quartier, on arrive à celui de l'aristocratie, où demeurent, dans de jolies maisons, les fonctionnaires publics et les gens qui, pour vivre, n'ont pas besoin de se livrer au commerce. Côté de Vila Rica est réellement fort beau. En somme, toute ce qui s'offre aux regards de l'étranger lui rappelle forcément qu'il considère les débris d'une cité jadis très-oppulente. Elle est encore pleine de vie, quoique bien déchué de son ancienne splendeur.

⁹⁵ La province de Minas Geraes n'est pas la seule où l'on trouve de l'or; celles de Mato Grosso et de Goyaz produisent aussi ce précieux métal.

Il existe en outre dans le pays des mines d'argent, de platine, de plomb, de soufre, de mercure, de houille, etc. Ce fut vers le commencement du siècle dernier que les premiers diamants furent découverts, dans le district de la *serra* do Frio, beaucoup se cachent sous la croûte des montagnes, mais il faut quelque travail pour les extraire, ils sont en général enveloppés de terre ferrugineuse et de petits cailloux roulés.

⁹⁶ Cymophane é uma variedade de crisoberilo que pode ter cores diferentes, de verde a amarelo e cinza. Seu corte clássico é o cabochão redondo ou de carvalho, para destacar o efeito visual particular que é criado devido à presença de duplas vazias e paralelas.

⁹⁷ Les topazes, qui abondent dans le pays, ainsi que j'ai déjà eu l'occasion de le faire remarquer, sont plus grosses que celles de Saxe ou de Sibérie, leur couleur est jaune-paille ou jaune-rouge; souvent elles deviennent électriques à l'action du feu. Les tourmalines prennent le nom d'émeraude quand elles sont vertes, et de saphirs quand elles sont bleues. Il y a en fin des améthystes, des rubis, des cymophanes et divers cristaux de roche.

de mineração inglesa, o viajante naturalista Barão Johann Jakob von Tschudi (1818-1889) esteve no Brasil, portanto, em duas ocasiões: entre 1857 e 1859, quando viajou por Minas Gerais e, entre 1860 e 1861 quando seu destino foram outras províncias do sudeste e sul do país (FILHO; LAMOUNIER, 2006).

O suíço possuía interesses variados: cientista, médico e diplomata, com doutorado em zoologia e medicina pelas Universidades de Zurique e Wurzburg, respectivamente. Além de viajante, tornou-se autodidata em linguística e arqueologia. Sua segunda viagem ao Brasil teve propósitos diplomáticos e ele esteve diretamente a serviço do governo suíço (FILHO; LAMOUNIER, 2006).

Estando no Brasil anos depois de outros nomes de importância para a ciência no século XIX, como Spix e Martius, Johann E. Pohl, Saint-Hilaire, entre muitos mais, Tschudi também figurou entre os mais relevantes cientistas de seu tempo. Vindo de uma família de longa tradição de intelectuais, teve contato ainda na Europa outro importante viajante que outrora estivera no Brasil: Louis Agassiz, professor de história natural com ênfase em zoologia, em Zurique (RENGER, 2006).

Além de sua viagem pelo Brasil e pela província de Minas Gerais, interesse de nossa pesquisa, Tschudi (2006) realizou viagens pelo continente europeu, que lhe oportunizaram, por exemplo, conhecer Alexander von Humboldt, que o presenteou com suas anotações sobre zoologia de sua viagem à América Equinocial (1799-1804). Esteve também no Peru em 1838, onde permaneceu por dois anos em exploração pelo interior do país (RENGER, 2006).

Em Minas Gerais, onde chegou em 1858, esteve em Juiz de Fora, Mariana, Santa Bárbara, Itabira, Itambé do Mato Dentro, Morro do Pilar e Conceição do Mato Dentro, Serro, Diamantina, Mendanha (distrito de Diamantina), Rio Manso, Rio Preto, Minas Novas, Capelinha. Dali seguiu viagem com destino à Nova Filadélfia, atual Teófilo Otoni, ponto central da *Companhia de Mucury* e seu projeto de colonização. Após curta permanência em Nova Filadélfia, onde teve contato com os colonos em sua maioria suíços e alemães, seguiu viagem com o idealizador do projeto, Teófilo Ottoni, passando por Poton, Itamunheque, Urucu, Nanuque, Mucuri (RENGER, 2006).

Alguns temas foram de especial interesse de Tschudi (2006), como, a etnografia dos botocudos⁹⁸ e a possibilidade de ampliar seus estudos sobre a diversidade das “raças humanas”, como bem observado pelo suíço, em Minas Gerais pôde verificar

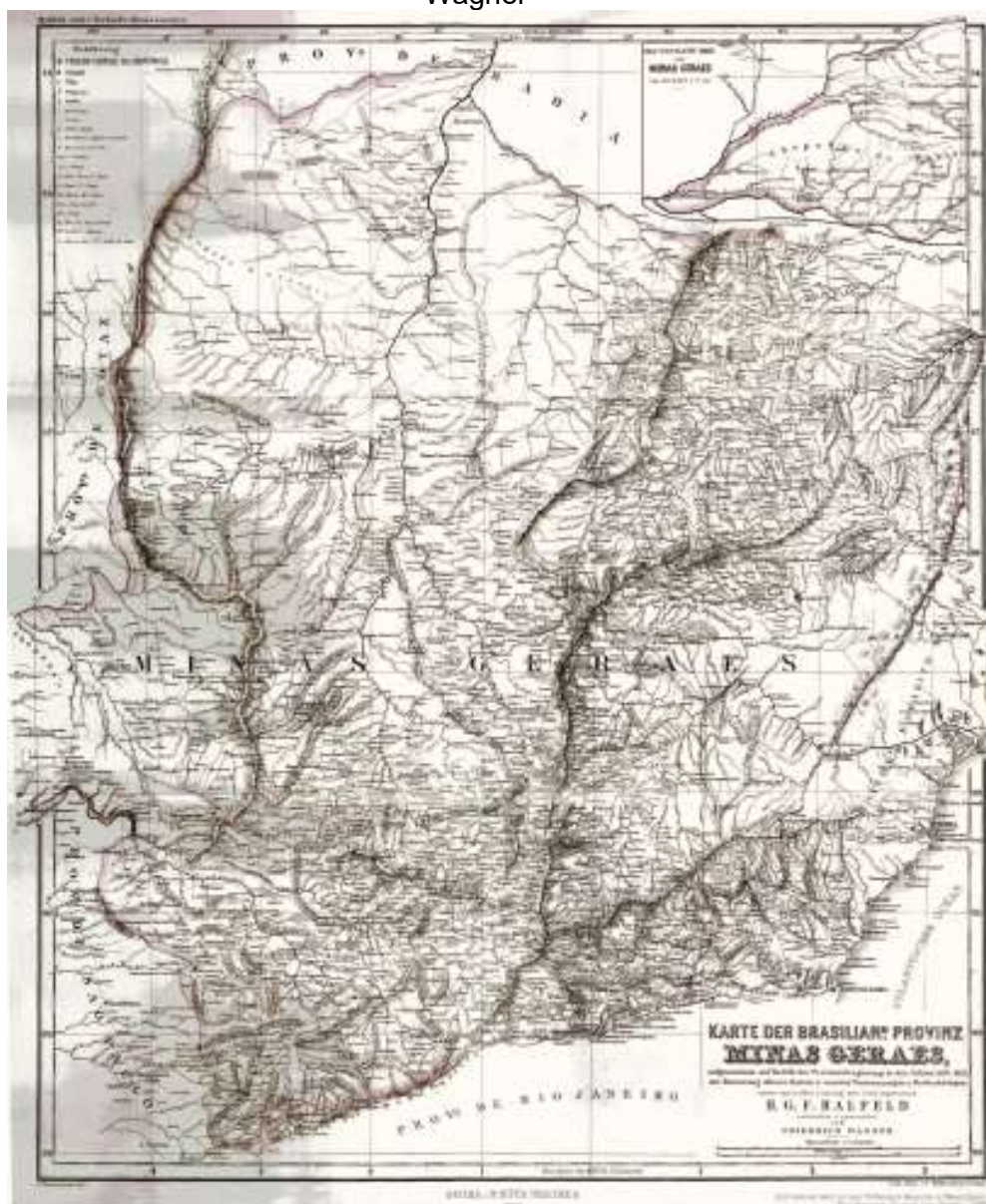
em poucos metros quadrados num rancho da Companhia do Mucuri, reunidos, representantes das quatro principais raças do mundo:

⁹⁸ Botocudos foi uma denominação genérica dada pelos colonizadores portugueses a diferentes grupos indígenas pertencentes ao tronco macro-jê, de diversas filiações linguísticas e regiões geográficas, cujos indivíduos, em sua maioria, usavam botoques labiais e auriculares.

européia nos portugueses e germanos, mongólica nos *coolies* contratados para abertura da estrada de Santa Clara; africana nos escravos pretos; e americana nos nativos desta terra, os índios na variedade de suas tribos (TSCHUDI, 2006, p. 22 – Original publicado em 1866-69).

Além da etnografia havia o esperado interesse pela mineralogia, uma vez que viera ao Brasil através de uma companhia inglesa que tinha interesse em realizar pesquisas e conferências de mapas de minas de ouro em Minas Gerais. Em razão disso, Tschudi publicou na escala 1:2.000.000 mapa idealizado pelo engenheiro Fernando Halfeld e desenhado pelo cartógrafo alemão Friedrich Wagner que trabalhava na província mineira na ocasião de sua visita: “Com muita dedicação e mediante a utilização escrupulosa dos dados disponíveis, o sr. Wagner executou o mapa na escala de 1:2.000.000. É o mapa mais exato e mais completo existente de qualquer das províncias brasileiras” (TSCHUDI, 2006, p. 24 – Original publicado em 1866-69). A descrição corográfica, feita por Tschudi (2006) e o mapa, receberam o título de “A província brasileira de Minas Gerais”, ver abaixo, Figura 25 (RENGER, 2006).

Figura 25: Mapa “A província brasileira de Minas Gerais” – H.G.F Halfeld e Frederico Wagner



Fonte: “A província brasileira de Minas Gerais”

O mapa acima, anterior àquele produzido por Gerber e que servira por muitos anos como o mais completo da província de Minas Gerais, teve sua elaboração autorizada anos antes de ser publicado em 1855. A Lei nº 70 de 03 de março de 1837 autorizava a vinda para a província da Europa de “instrumentos necessários para levantar uma carta geográfica e topográfica”. Halfeld, contratado como engenheiro da província, ficou encarregado pelo mapa e pela organização de uma Comissão Geográfica que contaria ainda com o cartógrafo Frederico Wagner.

A escassez de recursos materiais e humanos atrasou o trabalho em anos. Martins (1998, p. 36) reforça que “apesar do recorrente discurso oficial sobre a imperiosa

necessidade de representação cartográfica do território, a carta geral da província nunca recebeu uma prioridade alta [...] pelo contrário, essa tarefa não era a única, nem mesmo a principal atribuição do minguado corpo técnico do governo”.

Além disso, fica claro que, diante desses empecilhos técnicos, a missão da referida comissão tornou-se menos dispendiosa e demorada:

Os relatórios deixam claro que a missão da comissão de geografia não era a de fazer um levantamento sistemático, completo e original do território mineiro, mas, antes coletar, compilar e adaptar cartas existentes, reduzindo-as à escala da carta geral pretendida, e acrescentando, à medida em que se tornassem disponíveis, correções e novas observações levantadas pelos engenheiros em seus serviços através da província. (MARTINS, 1998, p. 36).

Essa prática trazia, entretanto, algumas complicações. Como os mapas eram verdadeiras “construções coletivas” ou uma “tradição sucessiva de diversas cartas anteriores” (D’Andrea apud Martins, 1998, p. 37), havia recorrentemente problemas relacionados a autoria dos mesmos. Com o mapa de Halfeld-Wagner não foi diferente. Além de o mesmo ter incorporado os levantamentos feitos anteriormente por outros engenheiros antes dele, como Pedro Victor Renault na década de 1830, dos rios Mucuri, Todos os Santos, Paracatu, Prata e Escuro; além dos mapas de Tamanduá, Oliveira e leste mineiros, de Wagner; das contribuições de Júlio Borell du Vernay, que explorou o rio Doce; E. de la Martinière, que levantou o rio das Velhas, além de vários outros; não há indícios de que Halfeld tenha tido papel central ou exclusivo na elaboração do mapa, pelo contrário, muitos autores do século XIX atribuem o mapa somente à Wagner (MARTINS, 1998, p. 36).

Inegável é o fato de que Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld teve destaque dentre os engenheiros que foram contratados pelo governo Imperial para realizar levantamentos geográficos na província de Minas Gerais. O alemão que veio ao Brasil em 1825 como oficial do nascente exército imperial, que recrutava soldados da Europa, deixou a carreira militar e dirigiu-se para Minas Gerais para atuar como engenheiro nas empresas de mineração de Gongo-Soco e da Serra dos Cocais. Em 1836, ele assinou contrato com o governo mineiro para ocupar o cargo de engenheiro da Província. Naturalizou-se brasileiro e adotou em seguida o nome de Henrique Guilherme Fernando Halfeld. Entre 1852 e 1854 realizou levantamento detalhado do Rio São Francisco, que resultou em um atlas com 30 pranchas, na escala 1:71.250 e um relatório que descreve cada légua do rio e suas margens desde Pirapora até desembocar no Oceano Atlântico. Esse trabalho consagrou seu nome na Província como cartógrafo e explorador (MARTINS, 1998, p. 25-32).

A descrição da viagem exploratória, intitulada “Atlas e Relatório concernente à exploração do Rio de S. Francisco desde a Cachoeira da Pirapora até ao Oceano Atlântico”, feita por ordem do Governo de D. Pedro II, realizada em quase 60 páginas com riqueza impressionante de detalhes técnicos, segue do início ao fim (1ª a 382ª légua) avaliando medidas de extensão, profundidade, características de solo e rochas, além, da viabilidade de navegação e outros usos possíveis para o rio e seu entrono:

[Primeira Légua] Que começa no porto immediato debaixo da cachoeira da Pirapora, e estende-se até pouco abaixo das Pedras do Serafim. A cachoeira da Pirapora com 2.416 palmos e 6,4 polegadas de altura sob o nível do mar, tem entre os níveis da superfície d'água no seu começo e fim, 25 palmos de altura perpendicular. Ela é formada por um banco de pedras de arêa (Grês traumático, Grauwacken-Sanlistein) de cor parda arroxeadada de grão fino, compacto e duro que jaz em camadas horizontalmente assentadas formando paralelepipedos de 3 a 6 palmos de grossura e de 20 a 30 palmos de comprimento em direção de 4 a 10º de N. a S. É excellente para construcções de edificios, podendo-se tirar d'este material magnificos cunhaes, hombreiras columnas e escadarias de todos os tamanhos. A margem esquerda do rio no lugar da cachoeira, onde está o sitio de José Bahia e o curral do Pirapora, é um taboleiro alto e aprazível, não exposto às maiores enchentes, e oferece terreno próprio para a edificação de casas para uma povoação, os barrancos à direita do rio são baixos, de 6 palmos até quase o nível de suas águas ordinárias e a margem pantanosa (HALFELD, 1860, p. 02).

Ao final, o engenheiro apresenta suas conclusões sobre a expedição e o levantamento realizado, bem como, relação de valores e melhorias a serem feitas no curso rio com o intuito de torná-lo perfeitamente navegável da montante à jusante:

Em conclusão elo resultado dos exames que fiz relativamente à exploração do Rio de S. Francisco, posso afirmar que a navegação por vapor, se ella fôsses e desde já estabelecida, não acharia obstáculo algum entre a Cachoeira da Pirapora e a Villa do Juazeiro, excepto na passagem pela Cachoeira do Sobradinho ou de Santa Anna, uma vez que sejam os vapores dirigidos por pilotos attentos e páticos da linha do canal navegável, que corre nesta parte do Rio limpo, com profundidade sufficiente em toda a sua largura e extensão longitudinal; todavia por qualquer descuido ou acontecimento alheio à perísia e attenção da parte do piloto, seria possível que o vapor se desvias e do actual canal limpo e fosse d'encontro, a um ou outro dos seus lados, sobre p dras ou baixio, que poderião pô-lo em perigo ou danifica-lo. Para evitar semelhante acontecimento ó indispensável tratar-se de desobstruir o rio na extensão do seu canal navegável, o que se consegue executando-se os melhoramentos que e achão indicado na descripção do canal actual, legua por legua, em toda a sua extensão longitudinal. Para e efecctuar taes melhoramentos necessário despender-se com a desobstrucção da pedras, construcção de obras e fachinas e tapagens, desde a Cachoeira da Pirapora até a Cachoeira do Sobradinho, a quantia de: 36: 354\$000 (HALFELD, 1860, p. 55-56).

Além do relatório e das trinta grandes folhas que traçam o curso do rio S. Francisco na escala de 1:71.250, já mencionada constam ainda na obra: A planta da Cachoeira do Sobradinho, que passa pelo Caixão no braço septentrional do rio S. Francisco; A planta especial da barra do dito rio ; A planta geral do dito rio na escala de 1:712.500 ; O perfil longitudinal do curso deste rio desde a Cachoeira de Pirapora até o Oceano Atlântico; A planta da Cachoeira de Paulo Affonso, escala de 1:3.300; A planta do rio Grande desde a villa de Campo-largo até sua confluência com o rio S. Francisco, fronteiro à Villa da Barra do rio Grande, na província da Bahia, escala de 1:71.250, e, por fim, duas vistas da cachoeira de Paulo Affonso, que seguem:

Figura 26: Vista da Cachoeira de Paulo Afonso



Fonte: HALFELD, 1860.

Figura 27: Segunda Vista da Cachoeira de Paulo Afonso



Fonte: HALFELD, 1860.

Hermann Burmeister, que esteve em Minas Gerais entre 1850 e 1852, encontrou-se com Halfeld que lhe relatou as dificuldades encontradas para publicar seus levantamentos. Segundo ele, o governo teria a intenção de “fazer publicar essas cartas, mas, a lentidão da maquina administrativa no Brasil e vários outros pequenos empecilhos [...] não permitirão que tal plano se realize tão depressa” (BURMEISTER, 1980, p.230 – Original publicado em 1852).

De fato, o trabalho de Halfeld só foi publicado quase uma década mais tarde, em 1860, não sem ter sido valorizado em razão de seu mérito. Kidder e Flecher (1941), afirmam que o levantamento feito por Halfeld fariam com que os interesses da província de Minas Gerais fossem “grandemente favorecidos”. Segundo os estadunidenses, “quando se vier a concluir um sistema de melhoramentos internos como esses, nenhuma província será mais beneficiada do que Minas Gerais” (KIDDER e FLECHER, 1941, p.171 – Original publicado em 1845).

A imigração para o Brasil nos relatos dos viajantes: J. Friedrich von Weech, William Scully, Karl F. Kotte, J.J von Tschudi e Carlos Augusto Taunay

A imigração para o Brasil, que se intensificou após a abolição já em meados do século XX, iniciou-se décadas antes. No caso alemão, em 1808 quando D. João VI autorizou a colonização baseada no minifúndio e no trabalho livre (especialmente no Sul do território colonial, zona de fronteiras), as colônias alemãs começaram a surgir. Assim, o objetivo para aquela região estaria alcançado: as zonas fronteiriças seriam ocupadas e protegidas e haveria um incremento demográfico acrescido de benefícios sociais e econômicos para a região. Nesse sentido, a obra de Weech (1992 – Original publicado em 1828) traz informações como, “vantagens do Brasil para o emigrante” e “instruções para progredir em diferentes profissões” ou “para obter a posse de uma terra”. Sobre Minas Gerais, a ocupação do território pelo imigrante se daria a partir da prática da agricultura e pecuária.

Segundo Alves (1992), o movimento migratório da Europa em direção ao “Novo Mundo”, iniciou-se no final do século XVIII e foi resultado da industrialização dos países europeus e da exploração capitalista da terra, responsáveis por romper com as instituições feudais que concentravam a propriedade da terra nas mãos de poucos. A perda da terra ou seu uso por uma significativa parcela de camponeses, obrigou muitos outros a emigrar, visto que se encontravam desempregados e miseráveis. Esse movimento migratório alcançou grandes proporções em países como Irlanda, Itália e Alemanha.

No caso alemão, a emigração em massa foi resultado da insuficiência do desenvolvimento econômico do capitalismo, resultado da falta de modernização intensiva do setor fabril, fazendo com que, durante a primeira metade do século XIX, a Alemanha permanecesse essencialmente agrícola. Diferentemente de países que promoveram que experimentaram revoluções típicas do fim do sistema feudal, o Estado monárquico prussiano fez uma “revolução de cima”, transformando os senhores feudais em capitalistas e os antigos servos em assalariados (ALVES, 1992).

Ainda que a mercantilização da terra fosse o caminho necessário para se aumentar a produtividade agrícola, essa medida “não-revolucionária” tomada pela Prússia, chamada de “emancipação camponesa alemã”, alterou a estrutura econômica e social do mundo agrário, dividindo-o entre os grandes e pequenos proprietários e os trabalhadores rurais sem terra. Com isso, em 1849 o número de assalariados e sem terra na Prússia chegou a 2 milhões. Para Hobsbawm (1982, p. 169), “estava formada

a grande massa de trabalhadores livres que a sociedade burguesa capitalista tanto necessitava”.

Esse cenário levou à pauperização incontrolada da sociedade alemã, não somente em decorrência da capitalização da terra ou da industrialização e dispensa da mão-de-obra artesã, mas, em razão de um significativo crescimento populacional frente à economia estagnada. A disponibilidade de força de trabalho, fez com que, praticamente durante todo o século XIX, a Alemanha fornecesse emigrantes ao mundo, especialmente às Américas:

No início do século XIX, o grande contingente emigratório provinha do sudoeste da Alemanha, formado essencialmente por camponeses com um paulatino aumento no número de artesãos. Na década de 1840, os Estados do centro e do norte passaram a fornecer a maior parte dos emigrantes, na sua maioria, não-agricultores. Em meados dos anos 50, o sul da Alemanha tornou-se a principal região emigratória, e seus emigrantes eram predominantemente agricultores. Nos anos 60, houve novamente um grande número de emigrantes do norte, de camponeses em terra das regiões a oeste do Elba. A partir dos anos 80, os emigrantes eram na sua maioria operários e artesãos. A emigração em massa nessa década é consequência da grande crise econômica. No início dos anos 90, a industrialização alemã toma novo impulso e faz o fluxo emigratório cair rapidamente. (ALVES, 1992, p. 14).

Incumbido de promover um estímulo à imigração, J. Friedrich von Weech escreveu *A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial*, que se trata de um guia para imigrantes alemães interessados em vir ao Brasil. Weech, que esteve no país entre 1823 e 1827, aproximadamente, era oficial do exército alemão e agrônomo, e produziu a obra no sentido de orientar os conterrâneos que desejassem imigrar ao Brasil. Sua obra, portanto, não tinha pretensões científicas a não ser, oferecer um verdadeiro “manual” de orientação destinado, especialmente, aos agricultores.

Intentando estimular e facilitar a vinda e permanência de alemães ao Brasil, Weech (1992) esclarece seu propósito no início da obra: “escrevi esse livro movido pelo desejo de ser útil aos meus conterrâneos dispostos a emigrar e de dar-lhes meios para seu desenvolvimento em terra estranha” (WEECH, 1992, p. 21 – Original publicado em 1828). O material por ele reunido, considerado um *manual ao imigrante*, reúne informações coletadas a partir da convivência com habitantes de diversas províncias, bem como, por viagens realizadas pelo autor nas regiões vizinhas da província do Rio de Janeiro. De imediato, oferece aos seus leitores um panorama geral do Brasil, ainda que sob aspectos pouco convidativos:

A toda-poderosa mãe natureza deleitou-se em derramar sobre os países da zona quente toda a riqueza de sua cornucópia. Porém, ainda

que as entranhas da Terra abriguem os mais preciosos e úteis metais, ainda que nela brilhem valiosíssimas pedras preciosas, e que em seu peito se nutra avidamente a vegetação mais abundante – o mortal aqui aprende: “Sob as estrelas, nada é perfeito”. Terríveis doenças, que em poucas horas matam, febres malignas, um calor quase insuportável, insetos venenosos, feras de todos os tipos lutam pela sobrevivência, e a força da Europa com frequência desaparece sob os poucos raios de sol no cinturão incandescente da Terra nas Américas. Depois que o agricultor venceu o medo do terremoto, os furacões ameaçam engolir os frutos de seu esforço de muitos anos, destruir seu bem-estar e reduzi-lo à miséria. Mas um desses países desfruta de todas as vantagens acima mencionadas e apresenta poucas desvantagens de que se lamentar: esse magnífico país, esse favorito da natureza, é o Brasil. (WEECH, 1992, p. 25 – Original publicado em 1828).

Os benefícios oferecidos aos imigrantes, afirma o alemão, estendem-se desde o território abundante em riquezas naturais, propícias ao cultivo agrícola, até outros de caráter legislativo, como o recebimento gratuito de “tanta terra quanto for necessário para si próprio e os seus”, além da isenção de impostos e das obrigações dos habitantes nativos, por dez anos. Além disso, “se ele desejar incorporar-se a uma colônia já existente, será para lá conduzido e receberá uma subvenção em dinheiro ou em produtos agrícolas, até se encontrar em condições de sobreviver da renda de sua terra” (WEECH, 1992, p. 26 – Original publicado em 1828).

A benevolência do governo favorecia ainda o direcionamento dos imigrantes para regiões de clima mais ameno, longe das regiões costeiras e do norte do país. Segundo Weech (1992, p. 41 – Original publicado em 1828), entretanto, “existem bem poucos europeus que, algum tempo após sua chegada, não sentiram os efeitos prejudiciais do clima sobre sua saúde, devido ao calor inusitado e ao desleixo na observância de precauções”.

O alemão reforçava que o europeu que se dispusesse a tal empreitada necessitaria de “grande força interior para, vivendo numa floresta virgem, não se tornar em pouco tempo misantropo e hipocondríaco” e concluía, que aquele que na Europa tivesse vivido no campo, se adaptaria melhor à vida no Brasil (WEECH, 1992, p. 110 – Original publicado em 1828).

Para a realização da atividade agrícola, Weech (1992) ressaltava que o imigrante que não desejasse ser instalado em uma colônia, necessitaria de considerável capital inicial para estabelecer-se. Existiam à época, três maneiras de o imigrante abastado adquirir sua própria terra: solicitando ao governo cessão gratuita, comprando uma propriedade à venda ou tomando certa quantia de terra dos grandes proprietários como aforamento, em que terras eram cedidas a famílias que pudessem nelas cultivar e habitar, ficando a critério do proprietário, no entanto, reavê-las quando lhe

interessasse, sem indenizações (não recomendado pelo alemão, tendo em vista os transtornos e arbitrariedades geradas dessa concessão).

Quando ao cultivo, Weech (1992) sugeria algumas possibilidades: para a subsistência, a mandioca, o milho, batata, feijão, legumes e frutas. Entre os produtos comercializáveis apostava no café, cana-de-açúcar, arroz, tabaco e algodão, além da pecuária. A opção devia ser feita pelo agricultor considerando o clima, a localização da propriedade, as propriedades do solo, disponibilidade de capital e, por fim, mas, não menos importante, a inclinação pessoal.

As orientações do alemão partiam da instalação da propriedade rural, que, quando ocorresse em floresta virgem, sem que a terra tivesse sido anteriormente submetida a nenhum tipo de cultivo, devia seguir algumas diretrizes. Primeiramente, o lugar para se edificar a moradia do colono e seus escravos devia ser estabelecido, considerando “uma localização livre e saudável, se possível com uma bela vista, mais distante ou mais próxima de alguma estrada, mas especialmente próxima de água corrente, para fazer mover moinhos e outros mecanismos”. (WEECH, 1992, p. 112 – Original publicado em 1828).

Em seguida, o local devia ser demarcado e devia-se dar início à derrubada da floresta. Sugeria entregar esse serviço a lenhadores hábeis para que a tarefa fosse realizada o mais rapidamente possível e sem acidentes.

Enquanto os lenhadores rossam [sic], os negros podem, em outra parte da floresta, cortar madeira para seu futuro alojamento, extrair e juntar sippo [sic], sapé ou ramo seco de palmeira, amontoando-os em algum lugar. Faltando-lhes um trabalho mais leve, pode-se deixá-los fazer pisé [sic] (pedras). Se houver na propriedade um pedaço de terra coberto exclusivamente de arbusto, manda-se um negro que saiba manejar a foíça derrubá-los, secá-los e queimá-los para o cultivo da mandioca, durante o qual os novos negros são paulatinamente habituados ao trabalho e ao manuseio da enchada [sic]. (WEECH, 1992, p. 113 – Original publicado em 1828).

Weech (1992) orientava que, quando a derrubada da floresta fosse concluída, era conveniente que o tempo estivesse quente e seco para que as folhagens secassem por, pelo menos, seis a oito meses. Caso chovesse com frequência, os arbustos e ervas daninhas brotariam novamente e seria preciso queimar a roça em alguns locais. O fogo, que não teria o objetivo de reduzir as árvores a cinzas, devia somente matar as sementes das árvores daninhas, aumentando a fertilidade do solo. Para a queima, o alemão sugeria fazê-la ao meio-dia quando o vento leve auxiliasse o trabalho espalhando o fogo. Caso a queimada fracassasse, devia-se derrubar nova roça, deixando a anterior intocada por um ano. Sendo época de plantio, devia-se limpar o terreno quando o solo esfriasse e proceder-se ao mesmo.

Sobre a criação de animais, Weech (1992) afirmava que a maior dificuldade residia na necessidade de se plantar pastos artificiais, que resultassem em despesas consideráveis. O terreno devia ser preparado e a grama devia ser plantada, preferencialmente, na estação chuvosa. Dessa forma, conseguir-se-ia um pasto nutritivo e, com um pouco de cuidado, duradouro. O principal objetivo da pecuária no país era o de abastecer as cidades com a carne e o leite, do qual são produzidos derivados, como o queijo. O alemão destacava as províncias de São Paulo e Minas Gerais como produtoras de bovinos de qualidade, afirmando que:

A pecuária é explorada em grande escala nas províncias de São Paulo e Minas Gerais, constituindo um ramo da agricultura muito lucrativo, pois os pastos sempre verdes e o clima ameno dispensam o esforço do agricultor em providenciar ração e estábulo. Mesmo com relação a um rebanho considerável, acabam sendo necessárias poucas pessoas para examinar o gado, conduzir as vacas diariamente ao curral onde são ordenhadas, capturar o gado destinado à venda e castrar os touros novos que ultrapassam determinado número. (WEECH, 1992, p. 163 – Original publicado em 1828).

Ainda sobre a criação de animais, afirmava que os ovinos poderiam ser mais bem aproveitados por ambas as províncias. O Manual menciona que em Minas Gerais há animais grandes e de boa qualidade, mas, sua lã é grosseira. Por isso, os rebanhos serviriam somente para alimentar seus donos, sem que a lã pudesse ser manufaturada. Ele afirmava ainda que, se tivesse existido interesse por parte do governo em se trazer de Portugal um rebanho de nobres ovelhas, há muito o Brasil disporia de excelentes animais, que “poderia satisfazer uma parte do consumo de tecido, que se venderia por um preço mais barato do que os estrangeiros” (WEECH, 1992, p. 113 – Original publicado em 1828).

O alemão ressaltava que, em Minas Gerais, foram feitas algumas tentativas de se empreender manufaturas de tecidos em épocas passadas, tentativas essas, abortadas por Portugal para evitar a concorrência na exportação para o Brasil, tornando os habitantes “independentes” dos gêneros produzidos na Europa (WEECH, 1992).

Outra obra produzida com propósitos semelhantes, é de autoria de William Scully (1868), com o extenso título: *Brazil; its provinces and chief cities; the manners & customs of the people; agricultural, commercial and other statistics, taken from the latest official documents; with a variety of useful and entertaining knowledge, both for the merchant and the emigrant*. De imediato, observamos que é realizada pelo irlandês, que no Brasil aportou como professor de caligrafia e fundou o jornal *Anglo-Brazilian Times*, com reflexões sobre as mais variadas temáticas.

No prefácio do livro, ele esclarece seu objetivo:

O Brasil tem sido visitado em muitos momentos por muitos naturalistas e escritores, cujas pesquisas, publicadas à palavra, se tornaram "palavras familiares", entre todas as classes e, portanto, a maioria dos leitores dos dias atuais está familiarizada com sua flora, sua fauna, sua entomologia e seus diamantes. Ainda que isso seja muito interessante, instrutivo e estimulante, pelas mais variadas formas de estilo, e eloquente descrição, não satisfazem, em todos os aspectos, as exigências da época, já que não costumam ser condescendentes àqueles detalhes que, nestes dias comerciais, são vistos por muitos como um *sine quan non* em um trabalho descritivo. Portanto, evitando terreno já tão habilmente trabalhado e raramente desfrutando de divergência, dos estritos limites de seu propósito, o autor sistematizou e organizou uma gama de assuntos de forma e tamanho adequados, como ele espera fazer seu trabalho, os olhos do estadista, o comerciante, o marinheiro e o agricultor, um verdadeiro e conveniente livro-guia para o Brasil (SCULLY, 1868, p. VII-VIII, tradução nossa⁹⁹).

“A importância de um bom material orientativo é, sem dúvida, essencial para se empreender uma viagem, sendo tão necessário ao viajante quanto a bússola é ao navio. Caso contrário, o estrangeiro pode ficar alheio aos costumes e informações mais interessantes sobre o país” (SCULLY, 1868, p. IX, tradução nossa¹⁰⁰). Ainda mais atento deve estar o pretense imigrante, já que, sua permanência no país tende a ser prolongada. Afirmava o irlandês, que o governo brasileiro se prestava a oferecer incentivos de todos os tipos aos estrangeiros, sendo sua presença bem vista no país, ao contrário de outros lugares preferidos pelos imigrantes, como os Estados Unidos.

O estrangeiro é bem-vindo, e o povo e o governo se esforçam por todos os meios para encorajar a imigração; e com as grandes facilidades proporcionadas e o imenso campo para empreendimento de agricultores industriais, é surpreendente que emigrantes escoceses e irlandeses não procurem este país, onde uma vida de mais prosperidade e de maior facilidade os espera do que se pode realizar nos Estados Unidos, onde o estrangeiro é desprezado, e onde o terrível inverno de um clima ártico demanda trabalho excessivo do agricultor, e onde o calor do verão, mesmo nas regiões equatoriais mais quentes

⁹⁹ Brazil has been visited at sundry times by many naturalists and writers, whose researches, published to the word, have become "household words", among all classes and thus most readers of the present days are familiar with her flora, her fauna, her entomology and her diamonds. Still this works thought, most interesting and instructive, and enlivened by the most varied charms of style, and eloquent description, do not in all things meet the requirements of the age, as they do not usually condescend to those details, which in this commercial days, are looked upon by many as a *sine quan non* in a descriptive work. Therefore, avoiding ground already so ably occupied, and rarely indulging himself in divergence, from the strict limits of his purpose, the author has condensed, systematized, and arranged the mass of private and official matter at his command into such a suitable form and size as he hopes made hender his work, into the eyes of statesman, the merchant, the seaman, and the agriculturist, a true and convenient guide-book to Brazil.

¹⁰⁰ The importance of good guidance material is undoubtedly essential to undertake a voyage, and it is as necessary for the traveler as the compass is to the ship. Otherwise, the foreigner may be oblivious to customs and more interesting information about the country.

do Brasil, nunca foi experimentado. (SCULLY, 1868, p. XIV-XV, tradução nossa¹⁰¹).

No capítulo reservado à Minas Gerais, William Scully ofereceu um panorama geral da história e descobertas minerais mais importantes da Província, como a fundação de Diamantina. Quanto aos aspectos físicos, considerava o clima “moderado e saudável”, deu ênfase aos importantes rios e afluentes que atravessam a Província em direção a outras partes do país, como o Rio Doce, Jequitinhonha e São Francisco, cuja relevância para a navegação e comunicação entre o território já fora levantada por diversos outros viajantes. Segundo o irlandês, esses rios podiam se tornar essenciais para servir ao comércio e desenvolvimento do interior deste rico e próspero distrito do Brasil (SCULLY, 1868, p. 260, tradução nossa¹⁰²).

Riqueza esta, originada na prodigiosa variedade de minerais que ocorrem em seu território, entre os quais ele cita o ouro, diamantes, esmeraldas, rubis, prata, ferro. Não se esquecia, entretanto, da riqueza vegetal, contida no “solo fértil, coberto por imensas florestas com excelente madeira em algumas partes, e em outras fornecendo vales pastoris de qualidade para pastagem” (SCULLY, 1868, p. 261, tradução nossa¹⁰³).

Com relação aos desafios enfrentados pelos imigrantes, geralmente, por desinformação, o livro de Scully (1868) objetiva esclarecer alguns desses aspectos, especialmente relacionados ao clima, língua e “localidades que o emigrante deve seguir, os meios de acesso, os preços e os termos em que as terras são vendidas, os incentivos oferecidos pelo Governo e empresas, e várias outras informações detalhadas necessárias para orientar o emigrante em seu curso” (SCULLY, 1868, p. 371, tradução nossa¹⁰⁴).

Quanto às regiões mais promissoras do país, o irlandês apontou o litoral, tendo em vista que era onde a maior parte da população se concentrava, e onde as atividades produtivas também eram mais presentes, restando ao interior praticamente desocupado, atividades arcaicas como a lavagem do ouro e a criação de animais:

¹⁰¹ Foreigner are welcomed, and the people and Government endeavour by every means to encourage imigration; and with the great facilities afforded and the imense field for enterprise for industrious agriculturists, it is surpresing that Scotch and Irish emigrants do not seek this country, where a life of more prosperity and of greater ease awaits them than can be realised in the United States, where the foreigner is despised, and where the frightful winter of an artice clime axacts from the panting farmer excessive labour in a summer heat that is never experienced even in the hottest equatorial regions of Brazil.

¹⁰² This province gives origin to several large rivers, [...] are capable of being turning to essencial service to the commerce and development of the interior of this rich flourishing district of Brazil.

¹⁰³ The soil is in general very fertile, covered with large forests with excellent timber in some parts, and in others furnishing fine pastoral valleys for grazing.

¹⁰⁴ [...] localities which the emigrant shoud proceed, the means of access, the prices and terms on which lands are sold, the inducements ofered by the Government and companies, and various other detailed information necessary to guide the emigrant in his course.

Nove décimos da população livre, e quase todos os escravos, são desembarcados na faixa de terra baixa ao longo da costa marítima, onde o algodão, o açúcar e o tabaco são cultivados, e particularmente na província do Rio de Janeiro e nos outros distritos produtores de café em seu entorno, o restante do país está abandonado à solidão, ao trabalho da lavagem do ouro em um processo bruto, e à criação de gado e cavalos. (SCULLY, 1868, p. 372, tradução nossa¹⁰⁵).

O estrangeiro afirmava que os tipos de produtos cultivados estavam, necessariamente, associados ao clima das regiões produtoras, o que poderia facilitar ou tornar o trabalho mais difícil:

Na metade norte, as estações são regularmente divididas em úmidas e secas, e grandes secas são tão comuns e prejudiciais a ponto de incapacitar uma grande parte delas para uma agricultura sem recorrer à irrigação. [...] Na metade sul, as estações não são prejudicialmente regulares, e as chuvas caem mais ou menos ao longo do ano, portanto, esta região está bem ajustada em todos os aspectos tanto para a agricultura quanto para o pasto. (SCULLY, 1868, p. 372, tradução nossa¹⁰⁶).

Outro empecilho era a ausência de estradas que interligassem o território do país. Scully (1868) afirmava que a falta de boas estradas somente não era mais sentida em razão da proximidade das regiões produtoras com o litoral e, conseqüentemente, com o escoamento para o exterior.

A grande desvantagem no Brasil é a escassez de estradas para veículos e, de fato, de boas estradas de qualquer tipo. Essa necessidade não foi muito sentida, já que as terras em cultivo geralmente não estão muito longe do mar. (SCULLY, 1868, p. 376, tradução nossa¹⁰⁷).

Opinião partilhada, em partes, por outros viajantes, especialmente engenheiros contratados pelo governo Imperial, como Gerber (2013) e Halfeld (1860) para esboçar algumas tentativas de solução para a questão das estradas, como vimos

¹⁰⁵ Nine-tenths of the free population, and almost all the slaves, are gatered into the strip of low land along the sea-coast, where suggar, cotton and tabacco are cultivated, and particularly into the province of Rio de Janeiro and the other coffee-growing districts around it, the remainder of the country be abandoned to solitude, to the work of such gold washings as still repay the rude process used, and to the rearing of cattle and horses.

¹⁰⁶ In the northern half, however, the seasons are too regularly divides into the wet and dry, and great droughts are so common and injurious as to unfit a large proportion of it for an agricultural without resort to irrigation. [...] In the southern half, the seasons are not injuriously regular, and rains fall more or less throughout the year, this region, therefore, is well fitted in all respects for both agriculture and grazing.

¹⁰⁷ The great drawback in Brazil is the scarcity of roads for vehicles, and indeed, of good roads of any kind. This want was not so much felt, as the lands in cultivation lie usually at no great distance from the sea.

anteriormente. Evidentemente, o entendimento sobre os prejuízos causados em decorrência da distância das regiões produtivas para Scully (1868) não era o mesmo de outros viajantes. Segundo ele, a província de Minas Gerais, não era tão distante e nem tão pouco interligada ao Rio de Janeiro e a seus portos que, desde o período colonial, experimentou mudanças realizadas no curso da Estrada Real, com vistas a melhorar o fluxo e a acelerar o escoamento do ouro e outros produtos minerais.

O destaque é dado pelo irlandês para a, também recorrentemente mencionada em outros relatos, estrada que liga Petrópolis à Juiz de Fora.

[...] esplêndida estrada de carruagem feita pela União e Indústria Empresa, que se estende pelo distrito cafeeiro e agrícola e forma comunicação com a província pastoral e agropecuária de Minas Gerais, de onde é derivada uma grande proporção da comida e demais exportações do Rio. (SCULLY, 1868, p. 378, tradução nossa¹⁰⁸).

Quanto à imigração, o viajante advertia que, embora fosse uma realidade no país, nem sempre as tentativas de empreendê-la foram bem-sucedidas, especialmente no tocante às colônias organizadas e promovidas pelo governo Imperial:

O governo do Brasil tem sido por muito tempo desejoso de atrair a emigração para este país, e alguns anos atrás se comprometeu a fazer isso através do estabelecimento de colônias assistidas, e encorajando as províncias, empresas e indivíduos para estabelece-las. As colônias, no entanto, não foram tão bem-sucedidas quanto os sacrifícios feitos pelo governo deveriam ter garantido, pois, embora algumas tenham se saído moderadamente bem, outras pararam, e várias se deterioraram. (SCULLY, 1868, p. 381-382, tradução nossa¹⁰⁹).

As experiências negativas, associavam-se, na opinião de William Scully (1868), às dificuldades enfrentadas pelos imigrantes para iniciar a lida com a terra, tendo em vista que, as regiões onde foram alocados, necessitavam de todo tipo de intervenção, desde a derrubada da mata nativa, até o preparo da terra para o plantio, como já apontado por Weech (1992), anteriormente.

Em nossa opinião, o maior erro foi localizar esses emigrantes em uma região do país com vegetação nativa, pois a terra virgem significa estradas ruins e cansaço, trabalho excessivo, e a simples limpeza de

¹⁰⁸ [...] splendid carriage road made by the União and Indústria Company, develops an excellent coffee and agricultural district and forms communication with the interior pastoral and agriculture province of Minas Gerais, whence is derived a large proportion of the food and exports of Rio.

¹⁰⁹ The government of Brazil has been for a long time most desirous of drawing emigration to this country, and some years ago undertook to do this by the establishment of assisted colonies, and by encouragement an aid given to the provinces and to companies and individuals to establish others. The colonies, however, have not been so successful as the sacrifices made by the government should have warranted, for though some have done moderately well, others have stood still, and several have decay.

alguns acres para iniciar uma plantação sobrecarregou o colono com uma quantidade de débito que, em um país já desmatado, teríamos fornecido a ele os implementos e estoque necessários para um começo bem-sucedido. A terra virgem também impede a criação de ovelhas e, em grande medida, de qualquer gado. (SCULLY, 1868, p. 383, tradução nossa¹¹⁰).

À despeito dessas dificuldades, o irlandês afirmava que os imigrantes não ficaram totalmente desamparados pelo governo, sendo recebidos e assistidos no momento de sua chegada, desfrutando de “instalações especiais para o assentamento. Um escritório de agência para colonização”, estabelecido no Rio de Janeiro, “onde todas as informações sobre terras a serem vendidas, e outros detalhes, podem ser facilmente obtidas” (SCULLY, 1868, p. 388, tradução nossa¹¹¹).

Algumas das colônias citadas por Scully (1868) incluíam aquelas localizadas no sul do país, nas províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, além de outras em São Paulo, Espírito Santo e também em Minas Gerais, como a empreendida no vale do Mucuri. E afirmava que, as províncias do sul do país deviam ser prioridade de escolha para os imigrantes que pretendiam trabalhar com a agricultura e a criação de animais:

[...] O emigrante tem a oportunidade de selecionar, entretanto, a partir de uma ampla variedade de setores e situações, áreas saudáveis, bem irrigadas e sem grande distância do mar, além de possuírem um clima temperado e um solo rico, permitindo o crescimento de quase todos os itens básicos e luxuosos que podem ser desejados. Agricultores industriais, e pessoas que vão voltar sua atenção para a agricultura ou o pastoreio, aproveitarão a vida no sul do Brasil, e não precisam temer trazer a si mesmos e suas famílias para as férteis e grandes florestas e planícies deste país. (SCULLY, 1868, p. 398, tradução nossa¹¹²).

¹¹⁰ In our opinion, the greatest error was in locating such emigrants in a timbered country, for timber land means bad roads and wearying, excessive labour, and the mere clearing of a few acres for a crop burdened the colonist with an amount of debit which, in an open country, would have supplied him with the implements and stock necessary to a successful start. Timber land also precludes the rearing of sheep, and to a great degree, of any stock, except hogs, which, however, though valuable to the established farmer, are only an embarrassment and an injury to a new settlement, since their presence necessitates more costly.

¹¹¹ Colonists arriving in this country enjoy special facilities for the settlement. An agency office for colonization was established here last year, where all information upon lands to be sold, and other particulars, can be easily obtained.

¹¹² The emigrant, therefore, has an opportunity of selecting from a vast variety of tracts and situations, healthy, well watered, and at no great distance from the sea, and possessed of a temperate climate and a rich soil, permitting the growth of almost every remunerative staple and luxury that may be desired. Industrious farmers, and persons who will turn their attention to agriculture or grazing, will do well and enjoy life in southern Brazil, and any number of such need not fear to bring themselves and their families to the fertile and fruitful wood and plains of this country.

Outro alemão responsável por trazer à baila a discussão da imigração para o Brasil no século XIX foi Karl Friedrich Kotte. Autor de *O Brasil e sua importância para a emigração alemã*, Kotte esteve no Brasil em 1855 e sua obra, direcionada para essa temática, aborda aspectos relevantes da imigração para o país e, mais precisamente, para colônias em Minas Gerais.

Com esse objetivo em mente, ele se aprofundou na descrição da província de Minas Gerais e destinou capítulo específico à análise da Companhia de Navegação e Comércio do vale do Mucuri, com vistas à sua ocupação por imigrantes estrangeiros:

As terras da Companhia de Mucuri, cujo nome deriva do rio Mucuri, a via principal da região, encontram-se na província de Minas Gerais, que, entre o 13º e o 23º graus de latitude sul, não apenas é rica em minerais nobres, mas também – por causa da grande fertilidade de seu solo e de seu clima bastante saudável – é a província mais populosa do grande império americano. (KOTTE, 1855, p. 73).

O alemão explica na obra que muitos dos habitantes foram “atraídos para a região por causa do lucro fácil, por causa do ouro, abundante no passado, bem como, de seu clima saudável, sua beleza surpreendente e a fertilidade do solo” (KOTTE, 1855, p. 73). Tamanha era a facilidade em encontrar ouro naquela região, que segundo ele, nem mesmo a vegetação servia como impedimento para que isso ocorresse:

Com grande sabedoria o Criador distribuiu os dons da natureza, pois enquanto as regiões, nas quais se ergue uma robusta mata virgem plena das mais belas madeiras de luxo e apropriadas ao mobiliário, é pobre em metais; o solo que dispõe de ouro é coberto apenas por uma medíocre relva (KOTTE, 1855, p. 74).

De modo geral, Minas Gerais foi bastante valorizada na obra de Kotte (1855). Em relação ao clima, o alemão comentou sobre a composição orográfica do Brasil e destacou a influência da altitude na variação da temperatura no país como um todo. Ele afirmava que era infundada toda a hostilidade do europeu para com o clima tropical, uma vez que, “no país tropical, predomina apenas uma temperatura, mais constante, e que as terras altas exercem nela significativa influência” (KOTTE, 1855, p. 74).

Sobre Minas Gerais especificamente, Kotte (1855) afirmava que a temperatura média ficava entre 14 e 21 graus no verão e entre 7 e 16 graus no inverno, tornando o clima na Província preferível ao dos Estados Unidos, por exemplo. A vantagem da província mineira também recairia, segundo ele, sobre a fertilidade de seu solo, que guardaria mais riquezas que “somente” os preciosos minérios:

Ainda que a riqueza dos habitantes de Minas Gerais decorra bem mais de tempos passados, quando o ouro e o diamante garantiam

rendimentos abundantes, conseguidos sem esforço, atualmente, o solo, por sua fertilidade, e os bosques, por sua imensurável riqueza e pelos ramos de comércio e indústria relacionados a ele, compensam, quando não mais abundantemente, de modo mais seguro aquela perda (do ouro e do diamante). (KOTTE, 1855, p. 74).

Em razão disso, principalmente, Kotte (1855) compreendia que a região do vale do Mucuri guardava vantagens sobre as demais regiões da província de Minas Gerais e, por isso, precisava ser economicamente aproveitada:

O solo de Mucuri e de Todos os Santos, por que passa o rio, são os mais férteis das terras brasileiras e, além disso, é banhado por muitos afluxos do Mucuri, algo apropriado para qualquer tipo de instalação industrial. É magnífico como prosperam nessa região, café, chá, arroz, açúcar, algodão, mandioca, abóbora, feijão etc., enquanto nas regiões mais altas florescem, em exuberante abundância e excelente qualidade, os tipos de plantação (cereais/grãos) europeia. (KOTTE, 1855, p. 78-79).

Além da mineração e da agricultura, a oferta de madeiras nobres, para comercialização, também seria abundante:

Nos diversos pequenos riachos encontram-se grandes pastagens naturais com o mais rico e saudável pasto, e os bosques densos fornecem as madeiras de luxo e apropriada para móveis, dentre elas caviúna, itapicuru, jacarandá, bálsamo, ipê, jequitibá, peroba, etc., que são muito cobiçadas e existem ali em abundância, de modo que é possível obter delas um lucro substancial. (KOTTE, 1855, p. 79).

E se arriscou a propor uma atividade que, segundo ele, poderia tornar-se rentável e atrair adeptos:

A fertilidade do solo e a amenidade do clima formam aqui uma eterna primavera, que jamais é interrompida. O solo verde dos prados e bosques é coberto de flores desabrochando e plantas, e se na Europa a **criação de abelhas** provê um rendimento satisfatório, aqui o rendimento deve ser ainda maior, pois as plantas, de modo geral, são mais abundantes em mel, e porque o cuidado com as colmeias no inverno são menos dispendiosos. Devido ao uso cada vez mais frequente do mel, muitos se dedicaram à criação de abelhas e, no Brasil, quando isto aconteceu, aqueles que haviam se dedicado mais cuidadosamente às colmeias não se arrependem dos grandes lucros que conseguiram, face aos poucos esforços exigidos por esta tarefa.. (KOTTE, 1855, p. 79, grifos nossos).

Tendo essas condições em vista, o alemão passou a analisar o empreendimento realizado pela Companhia do Mucuri:

A Companhia Mucuri constituiu-se originariamente apenas como uma sociedade de ações para se poder navegar o rio Mucuri, contanto que

fosse navegável, com navios a vapor e para construir, a partir de um lugar adequado de sua margem, uma via navegável passando pela serra até os vales dos rios do Jequitinhonha e para o distrito de Diamantina, na província de Minas Gerais. A decisão de fixar colonizadores ao longo desta via ocorreu apenas mais tarde. (KOTTE, 1855, p. 79).

A cidade de Filadélfia, hoje, Teófilo Otoni, foi escolhida para ser o principal local do empreendimento e, Kotte (1855, p. 85), apostava no pleno desenvolvimento do lugar: “Esta nova cidade (Filadélfia) formará o ponto central do comércio geral de ambas as comarcas na estrada de Minas Novas para Santa Clara e, em pouco tempo, experimentará célere prosperidade”.

O ponto médio de Todos os Santos, no centro de todo o empreendimento, recebeu o nome de Filadélfia, e é determinado a servir como ponto de desenvolvimento de uma nova população. O engenheiro alemão Robert Schlobach, responsável pela construção da estrada daqui até Alto dos Bois e pela criação da nova cidade, caracteriza este lugar como extremamente favorável, fértil e muito saudável. (KOTTE, 1855, p. 79).

O propósito do empreendimento que levou à ocupação da região do vale do Mucuri também foi explicado por Hartt (1941):

O Senador Theophilo Benedito Ottoni, há uns vinte e cinco anos concebeu o projeto de abrir uma boa estrada de rodagem de Santa Clara até Minas Novas, através da larga região florestal do Mucuri, e de colonizar esta região. uma companhia foi organizada com esse objetivo. Por intermédio de agentes da Europa, um considerável número de colonos alemães, franceses e suíços [sic] foram conseguidos, e foram fundadas duas colônias, uma no Rio Urucú, a outra em Filadélfia, em Todos os Santos, sendo as colônias do Mucuri fundadas no ano de 1858. (HARTT, 1941, p. 159).

Kotte (1855, p.85), procurou justificar a escolha do local da implantação do empreendimento:

Considerando as condições favoráveis para a agricultura, bem como para o comércio, a Companhia ocupa-se, atualmente, de derrubar a floresta neste planalto e estabelecer armazéns, igreja, escola e outras construções públicas. De Poté, a mais encantadora aldeia de índios, cuja posição o Sr. Schlobach acredita ser bastante adequada para a construção de um pequeno ângulo, o caminho se bifurca em três direções: uma vai para a cidade Serro, a outra para Minas Novas, enquanto a terceira liga o Jequitinhonha até Santo Antônio com Filadélfia. (KOTTE, 1855, p. 85).

E explicar como se daria a distribuição das terras e a exploração do comércio pela companhia:

Das dez milhas de terra, que foram vendidas à Companhia pelo governo pelo preço regulado em lei de 18 de setembro de 1850, serão distribuídos $\frac{3}{4}$ para a localidade de Filadélfia e $\frac{1}{4}$ a diferentes localidades. Depois de deduzidas as terras para igreja, escola, lugares da cidade etc. a terra de Filadélfia será vendida a particulares pelo preço de 1 mil-réis a medida prussiana¹⁸, enquanto o restante será utilizado para objetivos da Companhia. Além dessas 10 milhas, concedeu-se à Companhia o terreno necessário ao longo de toda a estrada. O privilégio de comércio e transporte, também concedido à Companhia por 40 anos, não é exercido como monopólio: os artigos autorizados à comercialização, como sal, chumbo, ferro, aço, vinhos, são deixados ao livre-comércio. A Companhia comercializará estes produtos, mas apenas em grande quantidade (atacado), e ainda assim ela permite concorrência, pois o transporte, a Companhia o contratará dos habitantes de Filadélfia. (KOTTE, 1855, p. 85).

Além de apresentar as atribuições dos colonos e colonizadores:

Os colonizadores, no campo, formam entre si comunidades, que têm de prover mutuamente as estradas necessárias à conexão entre seus lugares. O colonizador torna-se, sem restrições, proprietário do terreno e do solo comprados, e, imediatamente depois de medida a terra, a sociedade (Companhia), à sua custa, fornece a ele um documento de compra legal, assim como garante a ele pleno usufruto de seus direitos e liberdades civis. A Companhia garante como dotação para uma escola alemã 150 mil braças de terra para usufruto dos professores da escola, e se o número de colonizadores atingir mil pessoas, nos primeiros seis anos, 600 mil réis como contribuição para uma autoridade religiosa da religião professada pela maioria dos colonizadores. Mesmo que a Companhia assegure aos colonizadores a liberdade imprescindível de comércio e manufatura (ofício), ela também mantém para venda, para conforto dos mesmos, no início, bens de primeiras necessidades, equipamentos para lavoura, ferramentas, sementes e animais reprodutores, sem com isto querer formar um monopólio, como também se responsabiliza por fornecer o transporte dos produtos dos colonizadores de Filadélfia ao Rio de Janeiro pelo menor preço possível, e para o primeiro período depois de sua chegada, cuidar para que os mesmos tenham assegurados 100 dias de trabalho na floresta ou na construção de estradas e que sejam autorizados a receber por isso o pagamento equivalente ao que recebem os trabalhadores brasileiros. (KOTTE, 1855, p. 87).

Apresentando também um orçamento para a empresa:

O colonizador deve arcar com os custos da migração (imigração) até o Rio de Janeiro e, depois de liquidados os custos da viagem, ele deve comprovar ter ainda pelo menos 200 mil réis em espécie, por família, quando serão postos à sua disposição maquinário para o campo e outras ferramentas. A partir do Rio de Janeiro, os colonizadores e suas bagagens até 30 arrobas (à 32 libras) serão transportados até Santa Clara e, até sua chegada a Filadélfia, serão fornecidos gratuitamente, pela Companhia, os gêneros alimentícios necessários. De Santa Clara até Filadélfia, as crianças e mulheres serão, à custa da Companhia, colocadas em carroças e, na colônia há, para o primeiro alojamento,

mais de 30 alojamentos para colonizadores, onde podem permanecer até que consigam sua própria morada. Até mesmo para o caso de ocorrer algum imprevisto em relação à viagem de partida, os colonizadores receberão, à exceção de crianças menores de quatro anos, para cada dia de permanência (atraso), um mil réis de indenização por cabeça, pagos pela companhia. O colonizador pode liquidar os débitos (amortizar a dívida) em datas definidas de quatro anos, de modo que a primeira metade seja liquidada depois de concluída a segunda colheita de milho; o terceiro quarto, no terceiro ano e, finalmente, o último quarto seja liquidado no final do último ano. (KOTTE, 1855, p. 87).

Kotte (1855) alertava, entretanto, sobre a aptidão e dedicação necessária por parte dos imigrantes. E afirmava que não deve haver ilusão por parte dos que chegam ao país, buscando rápido enriquecimento, uma vez que, o trabalho seria árduo e dispendioso:

À pergunta “quem deve emigrar para o Brasil” há apenas uma resposta: “Pessoas que possuem patrimônio próprio e que querem trabalhar”. Independentemente de quanta riqueza cada um que traga consigo, os dois primeiros anos apresentarão a ele o mesmo esforço e cuidado que devem superar em cada país. Aquele que espera acumular riquezas levando uma vida doce, sossegada, este terá cometido um terrível engano. Aquele, contudo, que traz junto com sua riqueza vontade de trabalhar e amor pelo trabalho, nunca se arrependerá de ter colocado seus pés numa terra, cujas riquezas necessitam apenas de uma mão inspiradora (que a desperte), para recompensá-lo efusivamente. (KOTTE, 1855, p. 88).

O alemão esclarecia, no entanto, que, ao imigrante, seria garantida a tranquilidade e amparo necessários desde sua chegada até a instalação no lugar destinado à sua moradia:

Destas poucas linhas gerais sobre a colônia Mucuri, é possível reconhecer o regime humano e vantajoso em que ela se baseia, para dar a ela o significado merecido. Uma vantagem muito especial é garantida à medida que garante ao colonizador, já antes que aporte o navio, a custódia especial da Companhia e, de modo que, ao desembarcarem no Brasil, não sejam expostos às trapaças de que tão comumente se queixa, e que são, mais ou menos, consequência do desconhecimento da língua estrangeira e dos costumes. Assim, o colonizador pode confiar unicamente aos cuidados da Companhia, que assume não apenas o seu transporte, incluindo o custo até o lugar de destino, mas também o auxílio e o aconselhamento necessários a todo o tempo. (KOTTE, 1855, p. 88).

Apesar de afirmar que o imigrante seria plenamente assistido após sua chegada ao Brasil, essa expectativa não se confirmou completamente. Hartt (1941), que esteve na região mais de vinte anos após o início das atividades da Companhia do Mucuri, em 1847, comentou sobre sua decadência, elencando as possíveis razões do

insucesso do empreendimento, que ele atribuiu, essencialmente, à oposição política enfrentada pelo senador Ottoni, além da “má qualidade” dos imigrantes enviados ao lugar:

Uma excelente estrada de rodagem, necessitando atualmente de reparos, foi construída de Santa Clara a Filadélfia, e uma estrada para mulas foi aberta até Minas Novas; mas os colonizadores parecem ter sido de muito má qualidade. Por falsas promessas dos agentes da companhia na Europa, os colonos contavam entrar na posse, logo de chegada, de uma casa e uma área cultivada. Amargo desapontamento para eles foi serem mandados para a floresta virgem. Não obstante, foram feitos extensas derrubadas, e as violas de Urucú e Filadélfia foram construídas; mas a oposição política dos inimigos de Ottoni somou-se às dificuldades com que os colonos tiveram que arcar. A companhia faliu; os colonos, desapontados em suas esperanças, desertaram aos magotes, e hoje o Mucuri está arrastando uma existência miserável, Filadélfia está em decadência, e a estrada está precisando de reparos. (HARTT, 1941, p. 159).

Mesmo diante dessas ocorrências, Hartt (1941) afirmava que a região não podia ser desprezada, afinal, o destino do empreendimento nada teve a ver com as evidentes qualidades naturais que ali existiam:

[...] Não foi porque os terrenos do Mucuri deixassem de ser férteis. São extremamente ricos, sendo o clima ameno e saudável. Não que o projeto de abrir uma estrada, através do Mucuri, para Minas, fosse levianamente panejada, mas devido à má orientação por parte da companhia, às calúnias dos inimigos, e à má qualidade de grande parte dos próprios colonos, foi que a empresa experimentou falência. (HARTT, 1941, p. 159-160).

É preciso lembrar que, à despeito do resultado do empreendimento, Teófilo Ottoni elaborou um projeto de desenvolvimento para integração daquela região, como uma alternativa à crise econômica gerada pela escassez do ouro. Miranda (2007) explica ainda que aliado ao processo de exploração fluvial do Rio Mucuri, o que garantiria o escoamento da produção da região até o mar, era imprescindível que houvesse um bom sistema agrícola que garantisse a alta produtividade, nesse sentido a imigração europeia se fazia indispensável.

Em razão desse audacioso projeto, transcorrido ainda em meados da década de 1850, a região que até então era temida pela presença dos *Botocudos* e pouco ocupada, a não ser pelos aventureiros em busca do ouro e pedras preciosas, povoou-se com a vinda de europeus de diversas nacionalidades, solucionando, em parte, o problema da mão-de-obra e contribuindo para que o empreendimento frutificasse (MIRANDA, 2007).

Outro viajante que abordou a questão da imigração em sua obra foi o suíço Johann Jakob von Tschudi, e seu trabalho que se desdobrou a partir do segundo momento em que esteve no Brasil, em 1860, que consistiu em conhecer e analisar experiências de colonização europeia no país. Entre as quais, aquela promovida pelo empreendedorismo de Teófilo Ottoni¹¹³, que em uma iniciativa inovadora para a época, criou uma empresa de comércio e colonização, a *Companhia de Comércio e Navegação do Vale do Mucury*, que funcionou em meados do século XIX.

A companhia, sociedade anônima criada pelos irmãos Honório e Teófilo Ottoni em 1847, foi um empreendimento com vistas a incentivar o processo de ocupação das regiões Nordeste e Leste de Minas Gerais. Segundo Freitas (2008, p. 16):

O período em que a Companhia do Mucury atuou na região estaria marcado, se seguirmos o discurso de Teófilo Ottoni e alguns historiadores, por uma mudança no trato das populações indígenas e por significativos avanços no processo de colonização. As estratégias de ocupação da região até a primeira metade do século XIX definiam-se em atitudes “hostis” para com os indígenas (guerra justa declarada aos Botocudos por Carta Régia em 1808, aldeamentos compulsórios em quartéis ou em missões religiosas) e, segundo Carneiro da Cunha (1992), todos os projetos e práticas em relação aos índios no século XIX visavam sua integração por quaisquer meios. Entretanto, ainda seguindo o discurso de Ottoni, teríamos com a Cia. do Mucury um “plano pacífico de civilização”, ou uma nova catequese, que dá, como pretendemos demonstrar, outros matizes a essa integração inevitável que persegue índios, historiadores e antropólogos.

Justamente esse processo chamou a atenção do viajante. Especialmente porque as condições precárias de habitação, alimentação e higiene, causaram sérias doenças e descontentamento aos imigrantes. O tema acabou ganhando destaque na imprensa alemã e o Mucuri tornou-se malvisto pela sociedade daquele país. Quando retornou à Europa, Tschudi (2006) apresentou ao governo suíço um relatório detalhado da condição dos colonos no Brasil, conseguindo assim, a indicação como enviado especial e ministro plenipotenciário¹¹⁴ da Confederação Helvética junto ao Governo Imperial do Brasil. Dessa vez, deveria vir exclusivamente ao Brasil para visitar as colônias de imigração das províncias de Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (RENGER, 2006).

A colônia do Mucuri, que retomaremos mais adiante, ganhou destaque no relato de Tschudi (2006). A sociedade anônima, criada pelos irmãos Honório e Teófilo

¹¹³ Teófilo Benedito Ottoni foi comerciante, político e empresário brasileiro. Descendente de italianos, foi deputado provincial por Minas Gerais, deputado geral e senador do Império do Brasil de 1864 a 1869. Fundou a “Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri”, que tinha como objetivo promover o desenvolvimento e colonização do Vale do Rio Mucuri.

¹¹⁴ Agente diplomático investido de plenos poderes, em relação a uma missão especial.

Otoni recebeu do governo central algumas vantagens, tais como: exclusividade da navegação a vapor no rio Mucuri e seus afluentes e cabotagem ao longo da costa até o Rio de Janeiro e Bahia; direito de explorar o frete de mercadorias do Rio de Janeiro pelo caminho indicado até Minas Novas; direito de renovar por igual período os mesmos privilégios depois de um prazo de 40 anos, se, depois da avaliação de seu custo, o governo preferisse não pagar pelas obras construídas ao longo do rio; permissão para adquirir dez léguas de sesmarias ao longo do rio Mucuri com 1 légua de profundidade, sob a condição de assentar, em dez anos, pelo menos 60 famílias por légua quadrada¹¹⁵ (TSCHUDI, 2006, p. 212 – Original publicado em 1866-69).

A colônia, chamada de “Filadélfia” pelos irmãos Otoni significava “amor fraternal”, que, segundo Tschudi (2006) existiu de sobra, para levar adiante o empreendimento que desde o início enfrentou resistência por adversidades políticas, falta de mão-de-obra e descaso do governo brasileiro. Houve os que dissessem que o nome, emprestado da cidade estadunidense, fosse um protesto contra o governo monárquico e refletisse a “simpatia política dos irmãos para com o Estados Unidos, uma república modelo” (TSCHUDI, 2006, p. 215 – Original publicado em 1866-69).

Filadélfia, que na visão do viajante poderia servir como importante entreposto de mercadorias vindas da capital do Império por se localizar próxima à Capelinha, Minas Novas, Diamantina e Serro, precisava ser valorizada para que as transações comerciais na região se tornassem mais dinâmicas. Os colonos, enviados para a região a partir de parceria feita com a casa Morgenstern & Schlobach, em Leipzig, Alemanha, somaram entre 1851 e 1858 o número de 1768 indivíduos (TSCHUDI, 2006, p. 215 – Original publicado em 1866-69).

Sabe-se que as colônias de imigrantes se tornaram comuns no Brasil em decorrência da proibição do tráfico negreiro em 1850. A mão-de-obra europeia surgiu como alternativa para a crescente expansão da cafeicultura no país, atividade que se estendeu ao longo do século XIX com alternativa à decadência da mineração. A maior parte desses imigrantes, na província de São Paulo, por exemplo, era de nacionalidade alemã ou suíça. Ocorreu que, devido às precárias condições de vida, situação de exploração e dependência dos colonos aos fazendeiros, alguns deles trabalhando em situação de escravidão, levou-se à proibição da emigração desses países para o Brasil (RENGER, 2006).

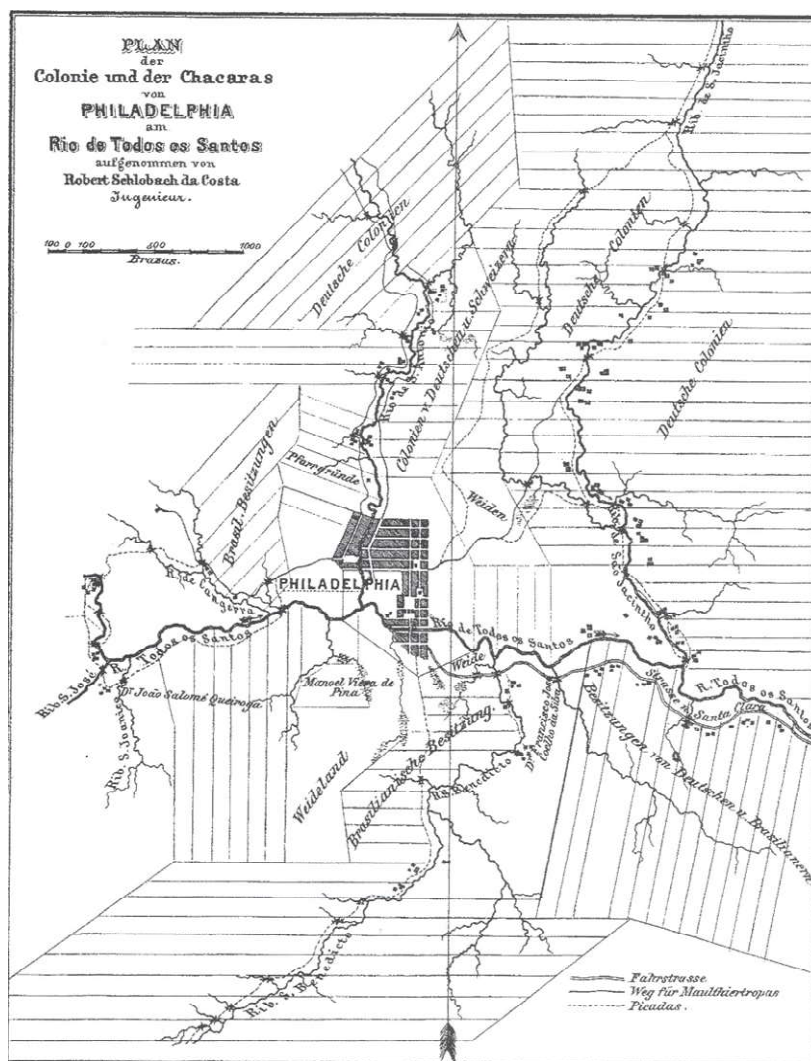
¹¹⁵ **Uma légua quadrada** era uma unidade de área definida como a área de um quadrado cujos lados medem uma légua terrestre. É a maior unidade de área do sistema imperial. Era usada para se medir a área de uma nação e de todas as suas divisões territoriais. Equivale a 23,309892993024 quilômetros quadrados.

Esse modelo de colonização, chamado “colônias de parceria”, consistia no financiamento, por parte do cafeicultor, que arcava com o transporte, instalação e manutenção dos imigrantes, devendo partilhar a colheita anualmente. A ideia era que a dívida fosse progressivamente abatida através da partilha e, até que isso ocorresse, toda a família dos colonos estaria “vinculada” à fazenda que os trouxe (MARTINS, 1998, p. 20).

Em Filadélfia, a maioria dos colonos era de origem alemã. Viviam, em sua maioria, segundo relato de Tschudi (2006), insatisfeitos com os baixos salários e os altos preços dos alimentos. A produção em suas terras era insuficiente, dada as condições climáticas e a má administração, até mesmo para o próprio consumo. As queixas também recaíam sobre a má distribuição dos alimentos conforme constava no contrato, especialmente difícil no período das chuvas quando a estrada que dava acesso ao local ficava intransitável. Os alimentos acabavam atolados na lama e não chegavam ao seu destino (TSCHUDI, 2006, p. 221 – Original publicado em 1866-69).

Em 1861, conforme relata Tschudi (2006), a colônia foi passada para José Cândido Gomes, comissário do governo Imperial. Na ocasião, havia somente 487 colonos em todos os assentamentos do empreendimento. Esses, possuíam quase 16.489.000 braças quadradas de terra, das quais somente 1.759.500 eram cultivadas. Abaixo, mapa das colônias e chácaras em Filadélfia (Figura 28).

Figura 28: Mapa das colônias e das chácaras em Filadélfia no Rio de Todos os Santos



Fonte: TSCHUDI, 2006.

Em sua função diplomática, Tschudi (2006) foi responsável por alguns ganhos especialmente importantes para os colonos suíços no Brasil, entre os quais, a assinatura de uma convenção consular assinada pelos representantes dos dois países em 1861, dando pleno reconhecimento da liberdade religiosa (protestantismo) e dos casamentos realizados fora da igreja católica. Além do direito a cemitérios próprios, nomeação de cônsules e contratação de pastores. A missão dada ao diplomata foi, portanto, plenamente cumprida e ele pôde retornar à sua pátria (RENGER, 2006).

Outra obra produzida por um estrangeiro, ainda que não tenha sido voltada exatamente para o estrangeiro no Brasil, mas, com propósito de atender o agricultor de modo geral, foi elaborado por Carlos Augusto Taunay, que, juntamente com o botânico Ludwig Riedel, membro da Expedição Langsdorff, incumbiram-se de redigi-lo. Riedel ficou responsável pelo apêndice do livro, com princípios básicos sobre botânica, além

de ter contribuído com notas e elaborado a taxionomia do texto principal (MARQUESE, et al., 2001).

Carlos Augusto Taunay, irmão de Aimé-Adrien e de Thomaz Marie Hippolyte Taunay, veio ao Brasil com sua família após combater no exército napoleônico e, posteriormente, atuar no exército brasileiro. Quando deu baixa no exército, passou a dedicar-se à agricultura, especificamente ao cultivo do café, em fazenda adquirida pela família no Rio de Janeiro. Seu conhecimento sobre agricultura, entretanto, extrapolou os limites da produção do café em sua propriedade, expandindo-se para outras culturas, como, algodão, cana-de-açúcar, fumo, horticultura, pomares, criação de gado, além de capítulos da obra dedicados à administração das propriedades rurais e trato com os escravos.

Ludwig Riedel, por sua vez, fora contratado por Langsdorff para atuar como botânico e zoólogo na expedição pelo Brasil, dedicou-se à mesma entre os anos de 1825 e 1829. Ao final da expedição, ocupou alguns cargos no Rio de Janeiro, inclusive no Museu Nacional. A obra *Manual do Agricultor Brasileiro*, de caráter prático e elucidativo, foi pensada, portanto, para o produtor rural e a lida no campo.

Marquese et al. (2001) explicam que o *Manual* foi a primeira obra do tipo publicada no Brasil, no ano de 1839, e contempla três temas essenciais ao agricultor no século XIX, “a escravidão, agricultura de exportação e gêneros de primeira necessidade”. Dando atenção a esses pontos centrais, o agricultor poderia atingir as metas propostas pelos autores, aumentar e diversificar a produtividade, tanto dos gêneros de primeira necessidade, como daqueles voltados para a exportação.

O ponto alto da obra, que demorou cerca de dez anos para ser publicada após sua finalização, é o cultivo do café, especialidade de Taunay. Segundo Marquese et al. (2001), sabe-se que o francês foi o responsável por difundir o plantio do café em curvas de nível. Taunay (2001, p. 126 – Original publicado em 1822) explica como se daria o processo e afirma que “Este método merece que alguns lavradores industriais o experimentem”:

Disseram-no que os holandeses nas suas colônias dispõem as mesmas fileiras ou paredões horizontalmente ao redor dos outeiros e morros, de sorte que a flor da terra, que tende a descer com as águas quando o solo está lavrado e fofo, vai pegar-se à primeira cerca que encontra, ganhando assim as imediatas na descida o que perdem as de cima. (TAUNAY; 2001, p. 126 – Original publicado em 1822).

Os demais gêneros contemplados no livro e suas técnicas de cultivo, tiveram outras atualizações em obras posteriores, que fizeram com que o *Manual* ficasse ultrapassado (MARQUESE, et al., 2001).

Entendendo o período entre 1808 e a década de 1830 como decisivos para a reorganização da estrutura social e econômica do país, marcado pelo aumento das tensões sociais, além da ruptura com o sistema colonial e reordenamento da ordem escravista de produção, com o fim do tráfico negreiro, o *Manual do Agricultor Brasileiro* deve ser entendido, segundo Marquese et al. (2001) como uma peça importante na construção da “nova ordem nacional”, justamente por abordar temas que apontam para a necessidade daqueles que detinham o controle dessa construção (MARQUESE, et al., 2001).

O objetivo da obra seria, portanto, “[...] suprir a falta quase absoluta de guias e livros elementares que sofrem os lavradores brasileiros” (TAUNAY, 2001, p. 39 – Original publicado em 1822), além de “[...] oferecer aos cidadãos dedicados à arte sustentadora do gênero humano um fio por onde saíssem a salvo o labirinto de prejuízos e trevas que a agricultura jaz sepultada” (TAUNAY, 2001, p. 41 – Original publicado em 1822).

De início, na Introdução da obra, o Brasil é apresentado considerando sua extensão, localização e variedade climática, o que lhe conferiria a adaptabilidade de variadas espécies vegetais:

Entre todas as regiões do globo, talvez a mais apropriada à agricultura seja o Brasil, pois que na sua vasta extensão acham-se climas, terrenos e exposições de quantas qualidades é possível imaginar, de forma que dificilmente poderemos lembrar de uma espécie de vegetal, ou de uma sorte de cultura, que não exista já, ou que não possa, para o futuro, introduzir-se neste abençoado país, tão fecundo e variado em produções, ameno em aspectos e ares, tão regado de águas, revestido de matas, e aprazível à vista, que os primeiros descobridores não duvidaram avançar que tinham por fim deparado com o paraíso terrestre. (TAUNAY, 2001, p. 33 – Original publicado em 1822).

A agricultura, nesse sentido, era entendida como prática indispensável ao desenvolvimento do país, pois, a partir dela, poder-se-ia alcançar o crescimento em outros setores, como o fabril:

Tantas vantagens próprias são ainda realçadas pela posição média que ocupa no globo, e que comanda a comunicação marítima dos seis continentes. Possuindo portos vastos e seguros, onde podem-se abrigar todas as embarcações do mundo, **o Brasil é, por sua natureza, destinado a servir de empório a todos os povos**, e, por consequência, a possuir o centro do comércio, cujos materiais são em grande parte fornecidos pela agricultura, se houver recíproca cooperação dessas duas grandes fontes de riqueza nacional, para promover não só o seu mútuo aumento, como também o adiantamento da indústria fabril, e afinal elevar o Império a um inaudito grau de prosperidade. (TAUNAY, 2001, p. 33-34, grifos nossos – Original publicado em 1822).

O que se precisava romper, entretanto, era com o atraso instalado no país, especialmente relacionado a técnicas produtivas e a comunicação com o interior, tendo em vista que “[...] no Brasil as comunicações são ainda, ou nulas, ou dificultosíssimas, e mesmo nos lugares onde o mar e os rios oferecem canais naturais, o desleixo ou vertiginosa ambição do fisco multiplicam os embaraços”. E ainda, quanto à utilização de técnicas que favoreçam a produtividade, o francês afirma que “O emprego das máquinas que multiplicam as forças do homem é a base de todo o produto avultado da agricultura” (TAUNAY, 2001, p. 35 – Original publicado em 1822).

Como técnicas e ferramentas necessárias à prática agrícola, Taunay (2001) destacava, por exemplo, o arado, e comentava que no Brasil, os únicos instrumentos utilizados pela maioria dos agricultores eram a enxada, a foice e o machado. Evidentemente, não somente a introdução de novos e mais modernos utensílios faria com que a agricultura se desenvolvesse no país. Por isso, elencam-se na obra alguns tópicos de maior necessidade e urgência:

- 1) Abertura de estradas e canais, e promovimento [sic] do comércio de cabotagem que se deveria permitir a quantos o quisessem fazer para utilizar tantos produtos do litoral.
- 2) A redação de um código para a escravatura, que uniformize o tratamento que se deve dar aos escravos, e combine o interesse dos senhores com o tolerável bem-estar dos pretos, pois que a religião, a humanidade, e a utilidade pública e particular assim o exigem.
- 3) A convocação anual, em cada comarca, dos agricultores mais consideráveis e pessoas mais conspícuas para formar um júri de agricultura, que premiaria com gratificações, medalhas e honrosas menções aqueles que se tivessem distinguido no decurso do ano pela perfeição dos seus produtos, introdução de alguma cultura nova, ou cuja escravatura estivesse no melhor estado, ou tivesse sofrido proporcionalmente menor mortandade.
- 4) A criação de cadeiras de agricultura em todas as capitais de províncias, e mesmo cabeças de comarcas importantes, exigindo-se que os administradores e primeiros feitores de engenhos e fazendas que contassem mais de vinte escravos fossem assistir às lições, e proibindo-se mesmo, depois de um prazo razoável, que se destinassem a semelhantes empregos as pessoas que não apresentassem diploma de terem frequentado aquelas escolas.
- 5) A redação e distribuição, em todas as freguesias do Império, de livros e folhetos sobre a arte em geral, e os principais ramos de que se compõe. (TAUNAY, 2001, p. 38-39 – Original publicado em 1822).

Taunay (2001) dedicou ainda um capítulo do *Manual* à necessidade da criação de cursos agronômicos e fazendas-modelos no país. Ele explicou como se daria a organização e tais cursos, bem como, o que neles seria ensinado, o que incluiria: botânica, zoologia, veterinária, química aplicada à agricultura, mineralogia, direito

constitucional e economia política. Além de outras, como matemática, mecânica, história natural, geografia e literatura.

Segundo o francês, a importância desses cursos deveria ser de primeira ordem para o governo. Interessante observar a quem, evidentemente, os cursos seriam direcionados:

Em lugar dos cursos jurídicos que devem inundar o Brasil de jurisconsultos formados no antigo direito romano e ordenações do Reino, talvez tivesse sido melhor que as Câmaras institíssem cursos agrônômicos, aonde **os filhos do habitantes mais abastados, destinados a serem algum dia senhores de grande número de escravos em engenhos e fazendas**, se formassem na nobre e benfazeja ciência da agricultura, base de toda a civilização, fonte de toda a riqueza, com especialidade da brasileira, **entrando também certo número de jovens de boa índole e aptidão antecipada, mas pouco favorecidos dos bens da fortuna**, os quais seriam habilitados para serem excelentes administradores, ou para servirem as cadeiras dos mesmos cursos, ou outras idênticas que as províncias, comarcas ou vilas quisessem instituir. Grifos nossos. (TAUNAY, 2001, p. 282 – Original publicado em 1822).

Atenção especial deveria ser dispensada também à província de Minas Gerais, principalmente no que se referia à sua integração por vias terrestres ao Rio de Janeiro e, conseqüentemente, ao porto. Taunay (2001, p. 38 – Original publicado em 1822), explicava que era de extrema importância garantir a Minas Gerais “[...] os meios de conduzir à Corte, em decuplada abundância, os gêneros que hoje nos manda, e outros muitos que o atual sistema de transporte não abrange”. Ele completava afirmando que se a referida estrada já tivesse sido construída, o Brasil estaria “em suma paz e prosperidade”.

Lembrando que, a demanda da construção da estrada que fizesse a ligação entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro foi somente atendida após a década de 1850, com a ligação entre a Estrada de Ferro D. Pedro II com a Estrada de Rodagem União e Indústria, como já mencionado anteriormente.

Taunay (2001) insistia em afirmar que, no Brasil, as dificuldades advindas do transporte dificultavam a comunicação entre as lavouras e os locais onde eram comercializados seus produtos fazendo dispendar mais tempo e forças que o necessário e que “[...] esta parte da economia política e agrícola [sic] tem sido tão lamentavelmente negligenciada, que todas as suas vantagens naturais se acham, por assim dizer, paralisadas” (TAUNAY, 2001, p. 92 – Original publicado em 1822).

Além da negligência apontada pelo francês com relação a produção de gêneros agrícolas voltados para a exportação, ele também indicava que o agricultor brasileiro não aproveitava a terra para a horticultura. E afirmava, que “[...] aonde a

natureza dá muito, o homem se descuida, e não obstante as maiores facilidades, a arte da horticultura acha-se no Brasil no mesmo ponto de atraso do que as demais” (TAUNAY, 2001, p. 215 – Original publicado em 1822).

Segundo Taunay (2001), seria recomendado que todo agricultor, independentemente da produção de suas terras, se dedicasse ao cultivo de uma horta em sua propriedade. A “arte da horticultura” no Brasil, assim denominada por ele, deveria se espelhar em países que, mesmo pouco agraciados com a natureza e o clima, conseguiram desenvolver hortas invejáveis, e cita, Estocolmo na Suécia e São Petersburgo, na Rússia.

Ele acreditava que o descuido e a indiferença do brasileiro para com a agricultura, era resultado de sua falta de “aperfeiçoamento social”, decorrente da exploração colonial no território por longo período. Como boa parte dos estrangeiros, Taunay (2001) acreditava que essas características tendiam a ser amenizadas em razão da independência de Portugal e, por certo, da vinda de estrangeiros ao país:

É preciso confessar que o estado colonial explica e desculpa a indiferença do brasileiro para qualquer aperfeiçoamento social. O dobrado jugo do despotismo e da superstição acanhava-o, debaixo dos grilhões da rotina e costume, ao escasso passadiço de que por necessidade os descobridores se contentaram. Mas o tempo da liberação chegou, e, verdadeiramente, desde a vinda da corte e dos estrangeiros, observaram-se grandes melhoramentos em vários ramos de agricultura. (TAUNAY, 2001, p. 216 – Original publicado em 1822).

Taunay (2001) reservou ainda um capítulo aos “flagelos que perseguem o agricultor” no Brasil, que são poucos, em sua opinião, tendo em vista que no país não ocorriam “[...] nem as secas devoradoras da África e Ásia, nem os gelos tardios das zonas temperadas, nem os tufões de Pedras, os furacões das Antilhas nos castigam; cá não há vulcões nem terremotos”. E completou: “[...] se existe na Terra um país mais poupado do que o outro, devemos com gratidão reconhecer que é o Brasil” (TAUNAY, 2001, p. 266 – Original publicado em 1822).

Ele afirmava que dentre todos os possíveis flagelos naturais, somente a ausência de chuvas regulares em algumas regiões e épocas do ano, poderiam apavorar os agricultores e criadores de gado. Problema que seria certamente resolvido com a irrigação, quando “[...] a população for mais numerosa e a indústria mais desenvolvida” (TAUNAY, 2001, p. 267 – Original publicado em 1822). De imediato, o francês explica que a solução para a ausência de água está na construção dos poços artesianos, e afirma que: “[...] Esta descoberta é de tanta utilidade, e pode vivificar de tal forma os

sertões mais íngremes e faltos de umidade e vegetação” (TAUNAY, 2001, p. 35 – Original publicado em 1822).

Em razão das inúmeras qualidades da natureza no Brasil levantadas por Taunay (2001) no desenrolar do *Manual*, além do retorno que podia alcançar o agricultor que se dedicasse à prática de modo determinado, o francês encerrou, afirmando que a “agricultura é sem dúvida a ocupação mais útil, a mais nobre, e a mais chegada à natureza, de quantas o estado da civilização tem proporcionado aos homens” (TAUNAY, 2001, p. 300 – Original publicado em 1822). Para ele, portanto, o Brasil possuía a evidente vocação para a agricultura, e deveria nela, apoiar-se para desenvolver sua economia.

A relações comerciais do Brasil com a Rússia e a *Expedição Langsdorff* (1825-1829)

A expedição idealizada pelo então Cônsul da Rússia, e financiada pelo Czar Alexandre I, aconteceu entre os anos de 1825 e 1829, e seu roteiro incluía as províncias de São Paulo, Mato Grosso e Pará. O Barão de Langsdorff, como era conhecido Georg Heinrich von Langsdorff, alemão (naturalizado russo) registrou sua viagem pelo interior do Brasil na forma de diário, os famosos “*Diários de Langsdorff*”.

Georg Heinrich von Langsdorff, algum tempo após chegar ao Brasil, adquiriu uma propriedade rural no Rio de Janeiro, a conhecida, entre os viajantes, *Fazenda Mandioca*, localizada ao fundo da baía da Guanabara, atual município de Magé-RJ. “A fazenda que possuía uma excelente biblioteca, coleções de objetos naturais, acima de tudo, o afável dono, atrairiam muitos homens de ciência europeus, e também os participantes das viagens de circunavegação russas” (KOMISSAROV, 1997, p. XVI).

Assim, Langsdorff iniciou a expedição que lhe renderia numerosa coleção botânica, zoológica e mineral que, custou-lhe, entretanto, sua sanidade mental. Suas coleções foram enviadas à Rússia e ele retornou à Alemanha adoecido, onde veio a falecer (KOMISSAROV, 1997).

Ressalta-se que, além de, evidentemente, o interesse da expedição ser científico, havia questões diplomáticas envolvidas, tendo em vista que Langsdorff era cônsul russo no Brasil. Foi, segundo Komissarov (1997), no século XIX, que as relações entre Rússia e Brasil começaram a acontecer. Ainda em 1807, quando o Czar Alexandre I assinou com Napoleão o Pacto de Tilsit e se uniu ao bloqueio continental contra a Inglaterra, a Rússia procurou estabelecer novas relações comerciais com países da Ásia, com os Estados Unidos, com as repúblicas da América do Sul e, com o Brasil. De

acordo com Komissarov (1997), desde que Langsdorff assumiu o consulado no Rio de Janeiro, em 1813, ele procurou estreitar essa relação:

Langsdorff fazia o possível para fomentar o comércio dos mercadores russos no Brasil. Ele escrevia que lá encontrariam ferro, lona, resina, breu (pez), cordame de navio. Traçou ainda, uma proposta de gráfico (horário) para os navios mercantes russos que partiam desde os portos bálticos até o Rio de Janeiro. Em 1814-1815, os primeiros a chegar trazendo mercadorias, foram o "Suvorov", que pertencia a Companhia Russo-Americana, o "Patriarkh", o "Henry" e o "Dvina". (KOMISSAROV, 1997, p. XV)

Em 1824, após cumprir alguns anos como cônsul, Langsdorff considerou iniciar a viagem ao interior do país, recebendo o apoio necessário do Imperador brasileiro e da pátria Rússia. Alguns fatores, entretanto, levaram-no a restringir seu itinerário. Como a situação financeira e política no Brasil não eram boas, não havia dinheiro para a viagem até a Amazônia. Na fronteira Sul do Brasil, ocorriam conflitos militares com o Uruguai. E, as províncias do Nordeste estavam contrárias ao Governo. Langsdorff então, optou pela Província de Minas Gerais (KOMISSAROV, 1997).

Em setembro de 1825 a Expedição Langsdorff já estava avançando pela Província de São Paulo. Em abril de 1826, encontravam-se em Porto Feliz, onde Langsdorff e os seus companheiros terminavam os preparativos para a viagem fluvial até Cuiabá (KOMISSAROV, 1997).

Entre os membros mais ilustres da expedição de Langsdorff estiveram: Aimé-Adrien Taunay, pintor e desenhista contratado para ocupar o lugar de Rugendas quando este deixou a Expedição. Cristian Hasse, nas funções de botânico e de zoólogo; Rubzoff na função de astrônomo e topógrafo, Hércules Florence, também na função de desenhista e, Ludwig Riedel, nas funções de botânico e zoólogo.

Além das publicações de Langsdorff, o diário de Hércules Florence também veio a público quando o Visconde de Taunay realizou sua tradução e o publicou no ano de 1875 na Revista do IHGB sob o título: *“Esboço da viagem feita pelo Sr. de Langsdorff no interior do Brasil, desde setembro de 1825 até março de 1829. Escrito em original francês pelo 2o desenhista da Comissão científica Hércules Florence. Traduzido por Alfredo d’Escagnolle Taunay.”*

A importância dessa obra, reside no fato de que, estando esquecida na residência dos Taunay até a ocasião de sua publicação, guarda especiais detalhes sobre a jornada de Langsdorff e sua equipe, que foi seriamente prejudicada em razão de graves acontecimentos, como a morte de alguns membros e a perda da sanidade que acometeu o cônsul russo no rio Tapajós.

Qual seria, nesse sentido, a importância da expedição científica de Langsdorff e seus propósitos, além, evidentemente, daqueles científicos? Figueirôa (1997, p.XXXVII, grifos nossos) afirma que essa resposta reside em um próprio questionamento do viajante em seus diários, ao lamentar a ausência de uma carta geognóstica do Brasil: **"não é estranho que o Imperador da Rússia se interesse mais pelas riquezas naturais do Brasil do que o próprio Imperador do Brasil?"**.

Figueirôa (1997) esclarece que, como já apontado neste trabalho anteriormente, as viagens científicas do século XIX e a difusão das ciências naturais nesse período, caracterizam um momento de expansão do capitalismo, em que, as nações que estavam se industrializando, buscam recursos naturais e matérias-primas para fazê-lo. Aliado à ascensão dos novos impérios, estava o surgimento das nações independentes na América Latina, portanto,

as viagens e coletas feitas por naturalistas no Novo Mundo adquirem um significado que engloba e ultrapassa o interesse exclusivamente científico, sendo a Ciência ferramenta que engloba e ultrapassa o interesse exclusivamente científico, sendo a Ciência ferramenta necessária ao desenrolar do jogo político-econômico. (FIGUEIRÔA, 1997, p. XXXVIII).

Portanto, a exploração do ouro e das pedras preciosas está entre as principais observações dos viajantes e no relato de Langsdorff isso não é diferente. Ao chegar à localidade de Descoberta Nova, ele se apressa em visitar algumas minas de ouro próximas, onde, segundo o barão, encontra-se intensa atividade mineradora, realizada por mulheres, homens, jovens e idosos:

Cava-se a camada superior de terra do barranco, chega-se, então, à pedra bruta mais superficial, o cascalho grande e, mais embaixo, o cascalho pequeno, misturado com argila, mica, fragmentos de cristais, de pedras quebradas, de minérios de ferro, etc. Toda essa massa, normalmente úmida, é amontoadada junto a um pequeno riacho, a critério do lavador de ouro, e depois despejada nas "canoas" - "barcos" mais estreitos na frente e mais largos atrás - construídas uma após a outra. Lá ela é remexida pelos negros, e, com esse procedimento, remove-se toda a terra fofa e barrenta, ficando, apenas, as pedras e o cascalho, que são oportunamente lavados. O ouro, então, deposita-se no fundo e ali permanece, até que se decida lavá-lo de forma especial. (LANGSDORFF, 1997, p. 77-78).

Espanta-se o viajante com o fato de, apesar da grande quantidade de ouro extraída naquela localidade desde o início de sua exploração estimada entre 30 e 40 arrobas de ouro e, a despeito do fato de já haverem se aglomerado ali mais de 3 mil pessoas, "o governo parece não ter tomado conhecimento disso; não recebeu nenhum tributo referente ao ouro já comercializado até agora" (LANGSDORFF, 1997, p. 79).

De passagem por Ouro Preto, o viajante teve a oportunidade de visitar uma pequena fábrica de ferro e sobre essa produção fez algumas considerações. A fábrica pertencia ao austríaco Rochus Schuck, que veio ao Brasil em 1817 na Expedição Austríaca e se localizava entre as cidades de Ouro Preto e Mariana, em uma área, segundo o viajante, particularmente abundante em ouro, entretanto, “como o dono ou o proprietário dessa mina não soube fazer um poço de mina para explorar o ouro de uma maneira mais conveniente, ele acaba tendo mais prejuízo do que lucro” (LANGSDORFF, 1997, p.126).

Ainda assim, esse estabelecimento destacou-se na região por sua produção de ferro e ouro. Langsdorff (1997) explica que, até há alguns anos, a Coroa Portuguesa impedia a exploração das jazidas de ferro, tendo em vista que o mesmo deveria ser adquirido através de Lisboa. Toda a produção empreendida em Minas Gerais era controlada com a mesma rigorosidade: “Antigamente, os governadores de Minas Gerais tinham ordens para considerar como suspeita qualquer pessoa que possuísse mais de 10.000 cruzados em bens, bem como para confiscar seus bens na primeira oportunidade” (LANGSDORFF, 1997, p.127).

O Distrito dos Diamantes, por exemplo, era uma das regiões que mais recebia atenção do governo. Além do acesso ser controlado e restrito, impedindo a entrada de quem não possuísse uma permissão especial do inspetor ou intendente do Distrito, eram cobrados altos impostos para que os escravos acessassem a região, uma vez que, sua presença estava associada ao contrabando das pedras (LANGSDORFF, 1997).

Além dos diamantes, o controle da Coroa portuguesa se estendia para outros bens manufaturados ou que indicassem possíveis tentativas de se empreender uma produção industrial: “Várias vezes, foram dadas ordens de Lisboa para queimar todos os teares e toda máquina de qualquer ramo industrial, para obrigar os habitantes a comprar, a preços elevados, todos os produtos vindos de Lisboa” (LANGSDORFF, 1997, p.127).

O viajante seguiu de Ouro Preto na direção norte da província mineira, passando por localidades reconhecidamente abundantes em minério de ferro, que, mais tarde, se destacariam na produção mineral, tais como, Bento Rodrigues, Catas Altas e Brumal (Santa Bárbara), compondo a região que atualmente conhecemos como *Quadrilátero Ferrífero*. Nas proximidades do distrito de Morro da Água Quente, em Catas Altas, Langsdorff afirma que o caminho é “margeado por paredes de ferro” e, detalha:

Algumas daquelas montanhas de ferro constituem-se igualmente de uma grande massa de ferro compacta; outras, entretanto, parecem consistir de fragmentos de ferro cimentados entre si. Vimos hoje longos trajetos com esse tipo de formação. Encontram-se, também, em

algumas regiões, muitas formações isoladas de titanato ferroso. (LANGSDORFF, 1997, p. 131).

Em breve visita à mina de Gongo-Soco, o barão de Langsdorff foi convidado pelo Guarda-Mor geral da mina a instalar-se em sua residência por alguns dias. Em certa ocasião, em conversa com o mesmo, Langsdorff (1997) questionou-lhe sobre “até que ponto era conveniente para o governo conceder uma permissão para uma companhia mineradora inglesa se estabelecer em Minas” (LANGSDORFF, 1997, p.135).

O barão explica na obra a razão da pergunta: certa companhia inglesa queria se estabelecer em Minas e, já tendo assumido duas minas abandonadas, que estariam sob a proteção direta do governo, pretendia, ao invés de pagar a quinta parte do que se paga ao governo, dar um adiantamento de 100 contos de réis a serem descontados do ouro a ser ganho. A resposta fora enfática:

[...] qualquer um pode estabelecer-se; qualquer cidadão tem o mesmo direito de posse e está sob a proteção de um governo caridoso. Quanto mais capitalistas chegarem ao país, melhor. Quanto mais ricos os súditos, mais rico o Estado. Para promover a imigração dos capitalistas e facilitar seu estabelecimento, seria vantajoso liberá-los do décimo da compra. Aos agricultores, dá-se uma isenção do décimo por 10 anos e nenhuma outra vantagem. A companhia mineradora inglesa pode comprar lavras antigas ou novas, e deve pagar um tributo de balança. O governo não quer receber os 100 contos de réis. (LANGSDORFF, 1997, p. 135-136).

A empresa da qual se refere Langsdorff é a Companhia de Mineração São João d'El Rey (*St. John d'el Rey Mining Company*). Embora tivesse ficado evidente na fala do Guarda-Mor que havia amplo interesse do governo em receber as instalações de empresas estrangeiras, Libby (1997) e Eakin (1986), afirmam que, entre 1824 e 1889, o capital britânico investido nas atividades de mineração, essencialmente em Minas Gerais, ultrapassou pouco mais de 4% do total investido no país. Os autores reforçam que um balanço final desses empreendimentos mostra que somente aquele executado em Morro Velho fora plenamente lucrativo, em virtude de três fatores específicos: a riqueza da jazida de Morro Velho, sua excelente administração (com a introdução de inovações tecnológicas), além do estabelecimento de uma poderosa articulação política no país, garantindo os interesses da companhia.

Seguindo por Caeté e Sabará, Langsdorff passa pelo arraial de Curral De'l Rey, atual município de Belo Horizonte, capital do estado. A cidade, que não teve sua fundação ligada diretamente à mineração, teve seu marco inicial ainda nos idos do século XVIII, quando uma capela foi erguida no entorno de Sabará e dali o povoamento se consolidou (LIMA JÚNIOR, 1996).

O viajante mostrou-se bastante espantado com os atributos naturais da localidade, atributos estes que incluíam o uso de ervas medicinais responsáveis por garantir a longevidade da população que ali residia. Ele reforçava que o arraial era de clima agradável e solo fértil, possuía abundante produção de alimentos e criação de gado. Além disso, Curral De'l Rey localizava-se próximo de alguns rios navegáveis que deveriam ser valorizados, sendo, o Rio das Velhas, Rio Grande e São Francisco. Além disso enfatizava o potencial da localidade e sugeria-o como possível capital do Império:

A vila em si, embora praticamente no centro desta Província populosa e do Império, está bem localizada: dela pode-se ter acesso ao Pará, por meio do rio Tocantins, e a Montevidéu, pelos rios Paraguai ou Grande. Qualquer produto de outros países do mundo pode ser trazido para cá pelo rio São Francisco e rio das Velhas. **Não seria este um local conveniente para se construir a nova capital do Império?** O calor e o clima do Rio de Janeiro e a sua distância em relação às mais longínquas províncias, como Pará, Mato Grosso e Montevidéu – e consequentemente, o desconforto para deputados de algumas províncias, que levam mais de oito meses para ir de Mato Grosso ao Rio de Janeiro -, todos esses fatores deveriam ser objeto da atenção e reflexão por parte do governo. (LANGSDORFF, 1997, p. 159-160, grifos nossos).

Ao estender sua viagem até Diamantina, o barão de Langsdorff ressaltava que esta era, sem dúvida, a região mais rica do país e que outra atividade não se desenvolvia ali além da extração das pedras preciosas:

Neste lugar e redondezas e numa região onde rochas escalvadas e paisagens desérticas oferecem aos seus habitantes tesouros escondidos em seu subsolo, só se ouve falar de coisas como cadeias de montanhas, jazidas de ouro e de diamante (lavras) e lavações. Embora aqui e em alguns vales férteis e bem irrigados haja excelentes possibilidades de exploração da terra, não se vêem nem vestígios de atividade agrícola. (LANGSDORFF, 1997, p. 279).

Sabe-se que, em Minas Gerais, há ocorrência de diamantes em diferentes regiões do estado. As maiores concentrações estão nas bacias hidrográficas dos rios Jequitinhonha e Paranaíba e, em menor quantidade, nas bacias dos rios São Francisco, rio Grande e rio Doce. As principais regiões diamantíferas são a Serra do Espinhaço, Alto Paranaíba e Oeste São Francisco. De acordo com Chaves e Chambel (2003), estados brasileiros como Mato-Grosso, Goiás, Tocantins, Bahia, entre outros, também registram a ocorrência de depósitos diamantíferos.

O primeiro diamante foi encontrado no Brasil em 1714, justamente em um garimpo de ouro próximo à cidade de Diamantina, mas, o registro oficial da descoberta das pedras pertence ao português Bernardo Lobo, que, em 1721 encontrou em seu garimpo algumas pedras e presenteou o então governador de Vila Rica. Bernardo Lobo

ficou, portanto, conhecido como o descobridor oficial do diamante no Brasil, em 1730. Em decorrência de sua descoberta, foi criado o chamado Distrito Diamantino do Serro Frio (Chaves e Chambel, 2003).

Tendo acompanhado parte da expedição, até seu desentendimento com o barão de Langsdorff, Johann Moritz Rugendas viajou por diversas províncias brasileiras entre 1821 e 1825, entre as quais Minas Gerais. Como resultado de sua passagem pelo país, publicou *Viagem pitoresca através do Brasil*, obra rica em gravuras (são 110 no total, que retratam paisagens naturais, regiões visitadas, negros e indígenas, além de cenas da escravidão nas fazendas e cotidiano dos negros), mas, que avança no sentido de compor um relato sobre o Brasil no período em questão.

Na província mineira não foram raras as tentativas feitas pelo artista em caracterizar a mineração como atividade predominante daquela região. Utilizando-se de relatos históricos sobre a formação do território mineiro, sua ocupação e o início da exploração das minas de ouro, Rugendas (s.d.) traçou um perfil mineralógico, ainda que genérico e sem precisão científica, quando comparado ao que fizera Langsdorff (1997), o chefe da referida expedição.

De imediato, ao referir-se a Minas Gerais, ele afirmava que as montanhas que a cercam eram determinantes para definir suas fronteiras, tanto com São Paulo, como com o Rio de Janeiro. Afirmava que as referidas montanhas eram de ambos os lados repletas de minérios valiosos. Ademais, Rugendas (s.d) entendia que a “vocação” da província mineira era mesmo fornecer seus recursos minerais.

Ao descrever as fronteiras entre as províncias, ele afirmou: “[...] Assim, essa cadeia que serve de divisor de águas entre a costa oriental e o São Francisco, em vez de constituir também o limite entre Minas Gerais e as províncias da costa, encontra-se quase no meio da primeira, **destinada a ser exclusivamente a província do ouro**” (RUGENDAS, s.d, p. 09, grifos nossos).

Mais de uma vez Rugendas (s.d.) afirmou a importância mineral da Província de Minas Gerais, alçando-a entre as mais importantes do Brasil do ponto de vista econômico e elevando sua vocação de exportadora de minérios para a Europa, continente que, segundo ele, tem grande interesse nesses atributos: “O ouro e os diamantes, que enriquecem a província de Minas Gerais, fazem dela uma das mais importantes do Brasil e a influência dessas matérias preciosas sobre o comércio universal a torna igualmente interessante aos olhos do Velho Mundo” (RUGENDAS, s.d., p. 31).

A oferta de recursos desse tipo na região de Vila Rica, causava espanto no viajante, que relatou, aliando também a essa condição, as modificações causadas na paisagem:

Os arredores de Vila Rica têm um caráter muito peculiar: não somente os rochedos, os vales, as cascatas lhe dão um aspecto selvagem, mas ainda as feridas que a exploração das minas abriu no solo por todos os lados. Não é possível ter-se uma ideia da abundância do ouro nessas regiões; é sem dúvida alguns dos fenômenos mais interessantes do nosso planeta. Em torno da cidade, esse metal se encontra por toda parte: nas alturas, nos baixios, no leito dos rios e dos riachos, nas águas, na poeira das estradas e até nos ciscos das casas. Não raro, ao arrancar-se uma planta, veem-se as raízes recobertas do ouro que as águas pluviais nelas acumularam. (RUGENDAS, s.d., p. 38).

Paralelamente ao exagerado deslumbramento causado pela abundância do ouro, estava presente no relato do viajante a mesma impressão que, recorridas vezes, reafirmamos nessa tese: de que a insuficiência de técnicas adequadas e de legislação que atendessem às demandas de exploração fossem melhoradas, para se garantir o pleno aproveitamento desses recursos:

Tanto do ponto de vista técnico como das leis que a regulam, a exploração do ouro ainda se encontra no mesmo estado em que se achava na época da descoberta dessas regiões. É verdade que as leis atuais foram somente codificadas e redigidas a partir do fim do século passado, mas elas se inspiram ainda nos mesmos princípios e apresentam os mesmos defeitos. Adequadas tão apenas às circunstâncias da época par a qual foram feitas, não atendem em absoluto às necessidades atuais. (RUGENDAS, s.d, p. 39).

Ainda que, evidentemente, guardando interesses e preocupações científicas no que diz respeito aos *Diários de Langsdorff*, ou que, esses interesses também fiquem evidenciados na aparente escrita despretensiosa de Rugendas (s.d.) em sua *Viagem pitoresca através do Brasil*, compartilhamos do entendimento de Figueirôa (1997, XXXIX) de que nessas obras encontramos a revelação do “cotidiano das expedições científicas, tantas vezes omitido quando da publicação dos livros de viagens e, mais ainda, dos textos científicos, tidos como necessariamente “objetivos” e, portanto, expurgados de tudo que possa cheirar a subjetividade”.

Interesses comerciais

A proximidade comercial da Alemanha com o mercado sul-americano se deveu a alguns fatores. Alves (2015) explica que em 1804, após Napoleão Bonaparte tornar-se imperador da França, estabelecendo uma hegemonia política e econômica sobre parte da Europa, foi proibida a entrada de produtos como tecidos, artigos de cutelaria, entre outros, vindos de outros países. A então região de Berg, que realizava o comércio

dessas mercadorias com a França, teve as transações interrompidas. Consequentemente, o comércio com a Espanha (feito através da França) e com a América do Norte, por meio da Holanda, também foram comprometidos.

Além disso, em 1806, Napoleão declarou o Bloqueio Continental¹¹⁶ e, com a expansão francesa pela região do Mar do Norte, os comerciantes do ducado de Berg perderam o que restava de seu mercado consumidor, bem como, o comércio pelo porto de Hamburgo. Com o fim do bloqueio e a expulsão dos franceses, a Prússia retomou o controle do ducado e o comércio foi novamente reestabelecido, permitindo a entrada de produtos ingleses, principalmente tecido e ferro. Com isso, os comerciantes alemães, sem poderem concorrer com as mercadorias inglesas, sem proteção aduaneira para seus produtos e enfrentando dificuldades no transporte de mercadorias, enfrentaram longo período de estagnação econômica. Foi quando o mercado extra europeu se tornou uma realidade (ALVES, 2015).

Ainda que não detivesse a formação acadêmica voltada para a mineração, o alemão Ernst Hasenclever que esteve no Brasil entre 1837 e 1844, sabia bem o que procurar em terras brasileiras, especialmente em Minas Gerais. As impressões deixadas por ele foram organizadas na forma de diário, em quatro cadernos, com anotações precisas do trajeto da viagem por Minas Gerais acrescidos de ilustrações feitas pelo próprio Hasenclever. O alemão, que diferentemente de outros artistas responsáveis por importantes obras da iconografia brasileira, não tinha a priori, intenções de publicar seu trabalho, produziu desenhos à lápis e pouco rebuscados, com intuito de tão somente registrar a beleza dos lugares visitados.

Hasenclever, que fora enviado ao Rio de Janeiro com somente 23 anos de idade para auxiliar seu primo Johann Gottfried Hasenclever na sucursal da “Casa Hasenclever” aberta na capital do Império, era herdeiro de tradicional família de comerciantes da pequena cidade de Remscheid-Ehringhausen, no ducado de Berg, hoje, Renânia do Norte-Vestfália. A empresa familiar, fundada pelo avô de Hasenclever em 1786, já exportava no final do século XVIII produtos de ferro e aço para França, Espanha, Portugal e Estados Unidos. A firma que também atuava como intermediária na exportação de tecidos produzidos nas redondezas, abriu sua filial no Rio de Janeiro em 1830 (ALVES, 2015).

Desde 1819, a família Hasenclever já realizava transações comerciais com Boston, Nova York, Philadelphia, Havana e também Rio de Janeiro. A possibilidade comercial com o Brasil se deu em 1822, após a Independência, em que a firma operava

¹¹⁶ Com o bloqueio, Napoleão determinava que todos os países europeus fechassem seus portos para o comércio com a Inglaterra, prejudicando as exportações do país e causando uma crise industrial.

através de agentes comerciais na Bahia, Pernambuco e na capital do Império. O Rio de Janeiro era um mercado em potencial. Com a transferência da Corte portuguesa e a abertura dos portos em 1808, a cidade passou por intensas transformações políticas, econômicas e culturais, recebendo um incremento populacional que já contabilizava 137.078 mil almas em 1838 (dessas, pouco mais da metade eram escravos). Com o aumento da população, cresceu também o consumo que, desde a vinda da Corte portuguesa, era majoritariamente suprido pelos produtos ingleses. Em segundo lugar, estava o comércio com a França, mas, a Alemanha pretendia abocanhar parte desse mercado (ALVES, 2015).

Em 1830, quando Johann Gottfried Hasenclever chegou ao Rio de Janeiro, quase não existiam estabelecimentos especializados na venda de determinados produtos. Sua loja, que inicialmente deveria vender apenas produtos de cutelaria e ferro, passou a oferecer tecidos e até mesmo brinquedos. Em cinco anos a firma prosperara de tal forma, que precisou recorrer à matriz. Ernst então veio ao Rio de Janeiro onde viveu por seis anos e três meses. Residiu ainda por quatro meses em Pernambuco e na Bahia.

Como o propósito de sua viagem não era científico, Hasenclever pode ser incluído na categoria que Mary Pratt (1999) denominou *vanguarda capitalista*. Utilizada para se referir ao estrangeiro que viaja em função de conduzir ou ampliar os negócios familiares, de modo que, as viagens têm interesse econômico e não científico, ainda que isso não esteja explícito nos relatos da viagem. Hasenclever era, portanto, “um representante da expansão mercantil europeia, que via o Brasil e os países da América Latina, pós-independência, como um mercado grande e promissor” (ALVES, 2015, p. 36).

Seu objetivo foi plenamente cumprido quando, em 1839 realizou viagem pela província de Minas Gerais, com intuito de conhecer as riquezas minerais provenientes daquelas terras. Não coincidentemente, realizou extenso relato das minas de Gongo-Soco, Morro das Almas e Cata Branca e, deslumbrado com a quantidade de minério de ferro vista em Minas Gerais, afirmou que se a região de Remscheid possuísse tamanha riqueza, os produtos da firma Hasenclever seriam os mais baratos do mundo (ALVES, 2015, p. 36).

O interesse na região mineradora se devia ao fato de que após a independência do Brasil a nova legislação do Império permitia que estrangeiros comprassem antigas minas desativadas ou em decadência. O mercado já vinha sendo dominado pelos ingleses, como mencionado anteriormente, pois dispunham de capital e tecnologia para investir no setor. Não à toa, o empreendedorismo britânico em Gongo-Soco ter

surpreendido o alemão, diante da quantidade de ouro extraída e da possibilidade extrativista da região (ALVES, 2015).

A importância da mina de Gongo-Soco já era apontada alguns anos antes da vinda de Hasenclever. Entre 1818 e 1821, quando da visita de Jean Ferdinand Denis ao Brasil, ele apontara a mina como “o mais célebre de qualquer dos estabelecimentos fundado outrora em Minas Gerais”. Gongo-Soco que como já mencionado, foi comprada pela *Imperial Brazilian Mining Association*, ainda no início do século XIX, em razão do interesse despertado pelos bons rendimentos oriundos da exploração de seu antigo proprietário, o capitão-mor José Alves (DENIS, 1980, p. 358).

Mais de uma vez em seus relatos, Hasenclever chamou a atenção do leitor para a importância dos projetos de mineração em Minas Gerais. Ele relacionava, por exemplo, a pobreza instalada em Prados, após a falência do curto empreendimento da companhia inglesa de mineração *General Mining Association*, que funcionou entre 1828 e 1829, com sede em São José del Rey (atual Tiradentes). Ao passar pela localidade e conhecer os moradores, Hasenclever verificou que havia entre todos “muita esperança na formação da nova companhia” (HASENCLEVER, 2015, p. 143 – Original publicado em 1839), cuja permissão para minerar foi dada a Gustavo Adolpho Reye, em 1840.

Além da viagem por Minas Gerais Hasenclever também foi a São Paulo, saindo do Rio de Janeiro, passando por Santos e pela capital paulista. Anos mais tarde, em 1844, o estrangeiro também esteve em Pernambuco e Maceió. Nessas cidades reencontrou conhecidos e fez novas amizades, todas do ramo comercial, sempre em busca de novos contratos e possibilidade de negócio em terras brasileiras. As boas relações de Hasenclever no Brasil incluíam um círculo seletivo de negociantes estrangeiros, segundo Alves (2015), havia uma relação direta entre os interesses econômicos e diplomáticos e, ultrapassavam o ramo comercial.

Seu tio, Josua Hasenclever, por exemplo, possuía relações próximas com o futuro rei da Prússia, Friedrich Wilhelm, possibilitando se tornar representante dos comerciantes do Ducado de Berg. O parentesco com Josua abriu, inclusive, algumas portas para Ernst no Brasil. Entre seus contatos mais relevantes no país estavam o adido comercial da Rússia, H. Lomonosoff e, o futuro cônsul de Hamburgo, Hermann Schroder (HASENCLEVER, 2015, p. 143 – Original publicado em 1839).

A história da Casa Hasenclever no Brasil, que teve início em 1830 e acompanhou as transformações sociais na capital Rio de Janeiro durante o século XIX, viu o fim de suas atividades com a Segunda Guerra Mundial e as “dificuldades políticas e econômicas decorrentes dela, tanto para a matriz, como a filial carioca” (ALVES, 2015, p.51). Em 1942, com a entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados e a consequente declaração da Alemanha como inimiga, veio a proibição das atividades de empresas

alemãs no país, e os Hasenclever tiveram que passar o controle da empresa para um brasileiro. Na Alemanha, a sede da empresa não conseguiu sobreviver ao pós-guerra e, em 1963 foi incorporada pela Karl Adolf Tillmans, encerrando aí suas atividades.

Realizada duas décadas antes de Hasenclever, a viagem de Alexander Caldcleugh, ao Brasil entre 1819 e 1821, pode ser enquadrada em dois interesses principais, diplomático, em função de acompanhar na ocasião o ministro britânico que visitava a corte portuguesa e viajava pela América do Sul e comercial, devido ao interesse explícito em inserir o Brasil “ao alcance da aventura comercial estrangeira”, abrindo-o “aos empreendimentos britânicos por mudanças revolucionárias e pela adoção de uma política liberal e iluminada” (JEHA, 2000, p. 14).

O viajante inglês vai além, segundo Jeha (2000), expõe ao longo de sua obra, as condições financeiras do Brasil e o “direito” à exploração que deveria ser dado à Inglaterra. Para tanto, era essencial que os relatos acerca dos recursos naturais fossem escritos, garantindo amplo conhecimento de sua disponibilidade. Isso ocorreu, como é sabido, em decorrência da Abertura dos Portos brasileiros, que atraíram comerciantes ingleses com interesses de importar mercadorias e ampliar suas transações com o Brasil. O momento em que esteve no Brasil foi, portanto, um dos mais delicados e transitórios de nossa história, se comparado aos demais viajantes do século XIX.

Alexander Caldcleugh que em nenhum momento se isenta da intencionalidade de seus relatos em oportunizar aos seus conterrâneos condições de realizar bons negócios no país, descreve o Brasil “informado pela ideologia capitalista, à busca de informações que permitam a expansão do comércio inglês e sua hegemonia sobre os demais” (JEHA, 2000, p. 15).

O viajante mostra-se atento e preocupado em antecipar ao leitor as características geográficas essenciais do país, como clima, hidrografia, aspectos do solo e rochas (incluem-se aí as pedras preciosas, ouro e diamantes), agricultura, fábricas, fauna e flora, população, além de aspectos políticos, militares, dentre outros de relevância para seu relato (Original publicado em 1825).

Ele não hesita, também, em reafirmar a Inglaterra como eixo principal na relação comercial entre o Brasil e a Europa:

O sistema colonial, que foi estritamente preservado até a chegada da corte, mantinha o país num estado de completo desconhecimento dos vários e belos artigos de fabricação inglesa, mas agora todos comprar vorazmente. Pode-se considerar o comércio brasileiro inteiramente nas mãos dos ingleses, como se existisse um monopólio exclusivo em seu favor. O tratado comercial de 1810, um tratado abusado por todos os lados e conseqüentemente tido como muito justo, determina que seja cobrado um imposto de quinze por cento *ad valorem* sobre os bens ingleses e sobre os dos outros países vinte e quatro por cento. Mas,

asseguram-me que mesmo se essa diferença não existisse, mesmo se nossas fábricas pagassem um imposto maior do que quaisquer outras, eles ainda dominariam o mercado. Elas sempre conseguiram fornecer produtos a um preço mais baixo, o que num país novo, com população escrava, é no fim das contas, o principal (CALDCLEUGH, 2000, p. 59 – Original publicado em 1825).

Não deixa também de atentar para o fato de que outras relações são possíveis de serem estabelecidas entre os dois países. O inglês sugere que os botânicos de seu país negligenciaram as riquezas vegetais brasileiras. Ele afirmava que, se comparado com a grande quantidade de cientistas e viajantes alemães, o número de ingleses empenhados nessas pesquisas no Brasil, foi bastante reduzido. Segundo ele, os alemães “fizeram extensas coleções de história natural, e o mundo educado espera agora os trabalhos de alguns daqueles que já voltaram à Europa”. E segue, reforçando: “que esses cavalheiros coletaram com ardor é bem conhecido, e seus trabalhos publicados provarão isso suficientemente, mas o campo é vasto, e, sem dúvida, ainda resta muito a ser feito” (CALDCLEUGH, 2000, p. 46 – Original publicado em 1825).

De fato, a visão de Alexander Caldcleugh sobre o reduzido número de ingleses (pelo menos até àquele momento) interessados em pesquisas científicas no Brasil, corrobora nosso entendimento, apresentado anteriormente, de que, de fato, a Inglaterra possuía outros interesses que não os científicos em nosso território. Enquanto os ingleses direcionavam seus esforços para o comércio com o recém-aberto mercado brasileiro e, após a década de 1830, voltaram-se para os investimentos em companhias de mineração nas Minas Gerais, a pesquisa científica ficou concentrada nas mãos de países como Alemanha e França (JEHA, 2000).

Chegando em Minas Gerais em meados de 1886, o Visconde Ernest de Courcy, que carregava esse título em função de descendência aristocrática francesa, não possuía outros atributos que indicassem para uma formação acadêmica, intelectual ou, sequer, relacionada ao funcionalismo público. O nobre viajante viera ao Brasil, especificamente a Minas Gerais, para inspecionar minas de ouro pertencentes a companhias europeias. Em companhia do administrador das minas, misteriosamente denominado “Sr.B.”, dirige-se à *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited*, em que, a principal atuação ocorria na mina da Passagem, em Mariana (LIBBY, 1997, p. 17).

Segundo Libby (1997), Ernest de Courcy, assim como Mawe, Caldcleugh, Walsh, Bunbury, Dent, Freiryss, entre outros, não podem ser enquadrados entre os viajantes de maior expressividade que estiveram no Brasil e, em particular, em Minas Gerais, sobretudo porque sua estadia na Província foi curta demais ou ainda, porque, suas obras, foram ofuscadas por outras de maior importância produzidas por nomes como Eschwege, Spix e Martius, Saint-Hilaire, Gardner, Burton, Luccock ou Wells.

De antemão, o que se observa dos relatos do Visconde, é sua clara benevolência com o regime monárquico. Essa visão, que parece permear toda a obra, carrega o olhar do francês com observações extremamente elogiosas sobre o Brasil Imperial, criando “um reino quase perfeito” e alçando D. Pedro II à condição de monarca sempre “sábio, honrado e justo”, nas palavras de Libby (1997).

Interessante ressaltar que, dado o ano em que esteve no Brasil e a proximidade com a data assinatura da Lei Áurea, em 1888, nenhuma palavra foi dita sobre o movimento abolicionista ou sobre o movimento republicano, que culminaria em 1889 com a proclamação da República. Ao que parece, todo tipo movimentação contrário à monarquia foi negligenciado no relato de Courcy, restando, somente, sua admiração inexorável pela monarquia.

Até mesmo o movimento inconfidente, que ocorrera um século antes de sua vinda ao Brasil, ganhou novas feições em seu relato. Segundo ele, o movimento que foi resultado da “perturbação” levantada pelo eco da Revolução Francesa no Novo Mundo, não passou de vaidade da província mineira em se construir como República. Erroneamente, descreve Tiradentes como “rico proprietário de terras de Ouro Preto”, que esteve à frente da conspiração. O viajante acerta somente ao tratar do destino do Alferes: “teve os membros cortados e expostos nos quatro cantos de Ouro Preto”, relata ele em tom de aviso reforçando que “desde então a província de Minas Gerais permaneceu tranquila e submetida às leis do país” (COURCY, 1997, p. 76-77 – Original publicado em 1889).

Cumprindo sua função em visitar e inspecionar as minas sob controle da companhia, *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited*, que segundo ele mesmo, era de investimento inglês, embora, a empresa tenha sido a primeira de mineração europeia e ser capitalizada na bolsa de Paris, o que deixa a impressão de que a companhia fosse administrada por franceses (FERRAND, 1913 apud COURCY, 1997, p. 17 – Original publicado em 1889).

Courcy objetivava com clareza, em seu relato, “promover e estimular a compra de ações no empreendimento por parte de investidores franceses em potencial” (COURCY, 1997, p. 17 – Original publicado em 1889). Tanto que, visita todas as minas da companhia, Passagem, mais antiga e lucrativa, Raposos, Espírito Santo e Borges, então adquiridas quando da sua passagem pela região.

A mina da Passagem, localizada em Mariana, foi das primeiras a entrar em operação em Minas Gerais. Ainda antes da Independência, em 1817, o Barão de Eschwege organizou a pequena companhia denominada Sociedade Mineralógica Mina da Passagem, estabelecendo ali, o primeiro plano de lavra subterrânea. Ressalta-se que somente após o ano de 1800 é que se descobriu ouro nos quartzitos, nos xistos

grafitosos e nos dolomitos, oportunizando avanços na exploração das jazidas. A operação na mina por Eschwege consistiu em um engenho de sete pilões, lavadores e moinhos, onde trabalhou em filão de quartzo e pirita arseniaca. Com a partida do barão, a mina da Passagem teve sua exploração retomada somente em 1863, através da *Anglo Brazilian Gold Mining Company Limited*, posteriormente, adquirida pela *Ouro Preto Gold Mining of Brazil Limited*, em 1884¹¹⁷.

A *Ouro Preto Gold Mining of Brazil Limited*, última companhia a adquirir o direito de exploração da mina, reconheceu, na ocasião da visita de Courcy, a importância dos muitos nomes estrangeiros envolvidos no empreendimento. A eles, a Companhia promoveu uma festa no interior da mina, em que foi montada uma mesa, carregada de pratos, flores e frutas sob a luz de centenas de velas (Figura 29) e o administrador da mesma agradeceu aos

homens de ciência, de devotamento e de trabalho, que há três anos, se dedicaram à mina da Passagem [...] seus esforços serão recompensados por esse vasto campo de exploração que os envolve por todas as partes. [...] promete fazer tudo a partir de agora para retirar os metais preciosos dessas imensas cavidades [...] profetizando para a companhia *Ouro Preto Gold Mining of Brazil Limited*, a fortuna e o renome. (COURCY, 1997, p. 88 – Original publicado em 1889).

¹¹⁷ (CALAES, G. D.; OLIVEIRA, L. C. A, 2009, p. 222).

Figura 29: Festa na mina de Passagem



Fonte: COURCY, 1997.

A mina, que operou regularmente até a década de 1950, tornou-se ponto de visitação turístico na década de 1970.

Entre os nomes citados por Libby (1997) como sendo de maior expressividade entre os viajantes em Minas Gerais, está o do engenheiro inglês James William Wells, que chegou ao Brasil em 1868 ou 1869 e permaneceu no país até 1886. Em Minas Gerais, onde esteve entre 1873 e 1875, trabalhou especificamente em função de seu contrato com a empresa de construção de ferrovias inglesa *Public Works Construction Company*. A mesma fora contratada pelo governo imperial para realizar um levantamento para o trecho final da ferrovia Estrada de Ferro Pedro II, ligando o vale do Paraopeba e do São Francisco a Pirapora, com vistas a integrar a ferrovia à navegação do rio (MARTINS, 1995, n.p.).

Wells atuava como membro da *Institution of Civil Engineers* e também da *Royal Geographical Society*, de Londres, demonstrando, segundo Martins (1995), relativo prestígio entre os intelectuais ingleses da época, tendo em vista que, foi responsável por pronunciar algumas conferências sobre geografia, geologia, ferrovias e comércio exterior no Brasil. O objetivo de sua viagem não permite esconder, entretanto, alguns dos propósitos de seu relato, originalmente publicado em 1886:

transmitir uma imagem imparcial dos assuntos de que tratei; escrever, nem como otimista, nem como pessimista, e relatar fielmente e sem exagero não as pesquisas e descobertas de um especialista, mas as experiências concretas de um engenheiro em meio às saudáveis

alturas de Minas Gerais, aos pântanos insalubres do vale do Rio São Francisco, aos planaltos claros e ventilados de Goiás, ao longo do Rio Tocantins, nas ondulações arenosas do Maranhão, e através das florestas tão lindas mas torturantemente infestadas de insetos do Rio Grajaú (WELLS, 1995, p. 35 – Original publicado em 1886).

Faz ainda ressalvas sobre “o pecado comum de todo viajante” de alongar-se demais nos detalhes considerados triviais do percurso, como suas refeições, ataques de insetos ou outros fatos cotidianos. Completa, entretanto, que

essas trivialidades condenáveis formam uma parte tão importante de suas experiências que a lembrança delas chega a ofuscar muito do interesse realmente intrínseco; e como meu objetivo principal é descrever as experiências e vida nas matas, nos campos e nos pântanos de um viajante, com seus prazeres e vicissitudes diários, de maneira tão realista quanto possível para aqueles leitores que não tiveram a ventura ou desventura de viajar pelo Brasil, não posso, mesmo correndo o risco de uma condenação por ter-me detido em detalhes enfadonhos, omitir pormenores tão importantes do quadro. (WELLS, 1995, p. 35 – Original publicado em 1886).

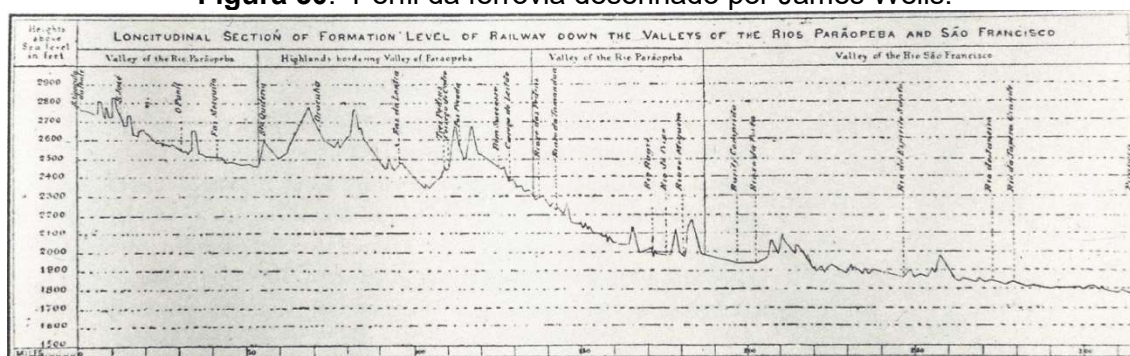
Sua permanência em Minas Gerais por dois anos inteiros lhe permitiu estabelecer um vasto roteiro pela Província, que, para além de seu compromisso com a companhia inglesa ou com o governo imperial, resultou em descrições interessantes sobre o cotidiano da região, o comércio e seus habitantes (MARTINS, 1995, n.p.). Wells (1995), assim como outros viajantes ingleses esteve atento aos benefícios trazidos pela construção de ferrovias em território brasileiro. Elas seriam vantajosas para a Inglaterra, uma vez que a melhoria nas vias de transporte e comunicação permitiriam a expansão do comércio no Brasil e ampliaria as exportações brasileiras, além, por certo, de estimular a imigração europeia para o país, que poderia transformar o “interior estagnado e decadente” (HILL, 1995, p.25).

O investimento nas ferrovias não se daria, entretanto, sem muita dificuldade em sua construção. Desde o levantamento dos trechos onde seriam instalados os trilhos, o trabalho já era árduo:

A nova seção compreendia uma extensão de treze e meia milhas e ocuparia setenta e oito dias de levantamento, um contraste muito favorável com minha primeira seção de 17 milhas, que exigira 135 dias para ser coberta; todavia, é impossível estimar quanto tempo pode ser necessário para se projetar um trecho de ferrovia no Brasil. Isto não depende apenas da habilidade e capacidade de trabalho do engenheiro, mas muito mais da natureza da região – se ela é acidentada ou plana, enflorestada ou coberta de capim. (WELLS, 1995, p. 185 – Original publicado em 1886).

Segundo levantamento feito por Wells (1995), o comprimento total desde São Gonçalo da Ponte até Pirapora foi de 315 milhas, 190 no Paraopeba e 125 no vale do Rio São Francisco. Em função da extensão do trajeto, a obra da ferrovia seria dispendiosa. Para sua construção, Wells previu a necessidade de 6.220.766 jardas cúbicas de escavação; 647 aquedutos; 199 pontes (totalizando 8.607 pés¹¹⁸); 3 viadutos (cada um com quatro vãos de 100 pés) e 17 túneis, com comprimento total de 14.645 pés (WELLS, 1995, p. 241, 2v. – Original publicado em 1886), conforme esboço feito por ele (Figura 30):

Figura 30: Perfil da ferrovia desenhado por James Wells.



Fonte: WELLS, 1995.

Veza ou outra a construção das ferrovias aparece em seu relato sob a perspectiva não do viajante, mas sim, dos moradores locais. Em certa ocasião, na fazenda chamada Picada, ouviu de seu proprietário em tom afrontoso:

Bem senhores, como eu estava dizendo a vocês, esta ferrovia será uma coisa magnífica, porque todos nós seremos empregados nela e ganharemos rios de dinheiro; esses ingleses são todos ricos, e todo dinheiro do mundo vem de seu país; sei que quando o nosso rei precisa de algum, manda buscar na Inglaterra e depois deixam os ingleses virem pra cá e levarem o ouro do Brasil que não sabemos nós mesmos extrair; eu estive em Morro Velho, e os vi despachando o ouro em sacas, como fazemos com o feijão [...]. Eu sei que esta ferrovia está sendo feita unicamente para carregar o ouro que eles vão cavar em alguma mina lá pelo sertão, da qual ninguém tem notícia. (WELLS, 1995, p. 194 – Original publicado em 1886).

O inglês retoma em seu relato os tempos áureos da mineração do ouro em Minas Gerais, mas, afirma que a verdadeira riqueza ainda estava escondida, as minas de cobre e diamantes que necessitavam de amplos conhecimentos técnicos, incipientes no Brasil, além de alto investimento e sem garantia de retorno imediato (HILL, 1995, p.28). Para Wells (1995), a pujança do passado áureo da mineração na província de Minas

¹¹⁸ 1 pé corresponde a 0,3 metros.

Gerais ainda se via nas majestosas estruturas urbanas, tais como, as igrejas da região e completa que

Os indícios decadentes de uma passada eram de prosperidade e indicação de uma fase de transição que deverá, por fim, apesar de todos os obstáculos, levar a um novo estágio de existência e à produção de indústrias mais estáveis. O potencial está lá, latente no momento, falta apenas o estímulo, e este chegará apenas quando uma onda de emigrantes, como novo sangue e energia, recolonizar este grande país, como os intrépidos portugueses de outrora o fizeram em tempos passados. Então o matuto livre e independente terá de ocupar no mundo seu nicho de serventia e não se tornar peso morto sobre a terra, um mandrião improdutivo e inútil como ele geralmente é hoje. (WELLS, 1995, p. 98 – Original publicado em 1886).

Sobre a ocorrência de diamantes, Wells (1995) fez menção em sua passagem pela região de Abaeté, até Pirapora, afirmando que os rios Abaeté, Borrachudo, Indaiá, Sono, além de outros menores eram todos diamantíferos. A despeito da presença das pedras no leito desses rios, o viajante comenta sobre a forma rudimentar como as lavras eram trabalhadas:

Uns poucos trabalhadores, chamados garimpeiros, são ocasionalmente empregados para mergulhar na água do rio e encher com pequenas conchas, raspando o cascalho no leito, os baldes e caçambas que são presos à canoas por cordas; os achados são poucos e raros, como se poderia esperar de um sistema tão primitivo. No entanto, deve compensar, de outro modo não se continuaria fazê-lo em um país onde cem por cento do ano não é considerado mais do que um lucro razoável. Um traje de mergulho deve valer a pena em uma localidade como essa. (WELLS, 1995, p. 260 – Original publicado em 1886).

Ele explica que no Rio Tapera, “nas margens, baixios e pedras do São Francisco” encontra-se formação diamantífera com frequência. E emenda:

“Formação diamante” é o nome dado no Brasil aos diversos minerais que são encontrados acompanhando o diamante quando ele existe nos leitos ou praias dos rios. Os nomes dados à aparência das diferentes pedras e substâncias pelos nativos nem sempre indicam materiais iguais; por exemplo, uma substância conhecida como esmerim ou esmeril é sempre encontrada no fundo de uma bateia de garimpeiro, misturada com grãos de ouro, e é também vista nos bancos e areia auríferos ou diamantíferos. Ela aparece em forma de grãos cristalizados pretos de formas diversas e pode ser pedaços de turmalina ou ferro puro, ou lascas de minério de ferro, ou tantalato, ou ferro titanífero, ou piritas de ferro, ou mesmo platina, paládio ou irídio. Os demais constituintes da formação são conhecidos como cativo, fígado de galinha, fava, feijão [...] e o mais geral e abrangente, cascalho. O último nome significa uma brecha que consiste de argila ferruginosa, cristais de quartzo, areia e fragmentos e óxido de ferro. Os termos anteriores representam partículas de topázio, berilo, crisoberilo,

turmalina, cianita [...] itacolomita, feldspato e ouro. Em outras partes do Brasil, como a Serra de Santo Antônio, na nascente do Rio Jequitinhonha e na Serra do Mato da Corda, os diamantes também são encontrados incrustados nas rochas de itacolomita destas montanhas. A formação mais rica é um conglomerado duro “canga”, frequentemente encontrado sobre camadas de mármore. (WELLS, 1995, p. 260 – Original publicado em 1886).

O viajante realizou ainda ponderações sobre a mineração do ouro e diamantes no Brasil, elencando alguns pontos favoráveis e outros contrários à prática exploratória, especialmente por estrangeiros que quisessem investir no ramo. Contrariando provável abundância de pedras preciosas ainda inexploradas no território brasileiro, além da dificuldade técnica de exploração, Wells (1995, p. 258 – Original publicado em 1886), afirmava que os fracassos acumulados por estrangeiros e nativos na tentativa de reativar antigas lavras exauridas, abandonadas, era outro ponto contrário à mineração no país.

Favoravelmente à exploração residia o fato de que, segundo Wells (1995, p.258 – Original publicado em 1886), era pouco provável que em vasta extensão territorial, até então sequer conhecida pelo homem, “com exceção do índio nômade”, inexistisse outros depósitos auríferos além daqueles já conhecidos. O inglês afirmava, inclusive, que poderia ser útil na tarefa de buscar tais riquezas:

[...] O problema é encontrar os veios; pode ser como procurar uma agulha no palheiro, mas, a agulha está lá, e muitas outras além dela. Gostaria de reunir um meia-dúzia de californianos e australianos práticos e resistentes e indicar-lhes onde ir no Brasil. Estou convencido de que poderia coloca-los na pista certa, através da prospecção de regiões inexploradas em uma continuação das agora facilmente traçadas linhas de terreno aurífero. (WELLS, 1995, p. 258, v.2 – Original publicado em 1886).

Além da mineração, a agricultura deveria, em seu entendimento, receber atenção redobrada, dada a vastidão de terras adequadas para tal atividade. Em outra ocasião, do romance escrito por ele “*A voz de Urbano: um Romance de Aventura na Amazônia*”, o inglês retoma a discussão sobre o povo brasileiro e as riquezas vegetais do território, em sua visão, negligenciadas, bem como, o poder existente entre os indígenas, que necessitavam somente de “tratamento justo e humano para se tornarem cidadãos úteis ao Império” (HILL, 1995, p.31).

Reforçava a potencialidade do território brasileiro com vistas à agricultura, sem que houvesse necessidade de ir até o oeste longínquo para encontrar os solos mais férteis: “Mencionarei apenas três: a bacia fértil do Rio Doce, os limites ocidentais do Espírito Santo e mesmo a um dia de viagem da capital do Império, entre as terras altas

de Teresópolis, há excelentes campos para novas povoações”. (WELLS, 1995, p. 284, v.2 – Original publicado em 1886).

A utilidade dos indígenas residiria especialmente sobre sua utilização como mão-de-obra, tendo em vista que, o movimento antiescravagista promovido pela própria Grã-Bretanha levava a escassez de trabalhadores no Brasil, o que acabou estimulando a entrada de mão-de-obra livre no país a partir de 1886. Ressalta-se que, ainda que o movimento contra a escravidão contasse com idealistas benfeitores que viam nesse sistema a crueldade contra o ser humano, outros, especialmente negociantes, entendiam a abolição da escravidão como uma forma de criar um mercado amplo para as importações britânicas, para a imigração inglesa, além de elevar a exportação de produtos agrícolas do Brasil para a Inglaterra (HILL, 1995, p.31).

A imigração europeia para o Brasil reaparece como alternativa viável, tanto para a economia, quanto por questões sociais, servindo, por exemplo, para combater a “letargia, indolência e degradação moral que existe tão frequentemente entre a maior parte dos camponeses do distante interior do Brasil”, afinal, “de que adiantam ferrovias e comunicações para pessoas como essas, a menos que elas sejam reerguidas pelo exemplo de imigrantes diligentes e esforçados?” (WELLS, 1995, p. 277, 2v. – Original publicado em 1886). Assim, o inglês propõe:

Finalmente, o futuro próximo ou remoto do Brasil dependerá quase inteiramente de o país tornar-se mais cedo ou mais tarde, uma meta preferencial dos imigrantes da abarrotada Europa. Na República Argentina e no crescimento dos Estados Unidos, testemunham-se os resultados maravilhosos produzidos por uma afluência de imigrantes, e se o movimento se dirigir mais tarde para o Brasil, a prosperidade do país aumentará aos saltos e borbotões. (WELLS, 1995, p. 286, v.2 – Original publicado em 1886).

Entre os viajantes com aptidões e interesses voltados para o comércio, que estiveram em Minas Gerais, encontramos também John Luccock, comerciante inglês, “inteligente, dotado de uma cultura fora do vulgar” (FERRI, 1975, n.p). Apesar disso, não possuía formação voltada para a ciência ou academia, e, mesmo assim, produziu uma das obras mais ricas em detalhes sobre os lugares por onde passou. Sua estadia no Brasil foi a mais longa entre todos os viajantes (com exceção dos que aqui estabeleceram residência, como Peter Lund), entre os anos de 1808 e 1818. O resultado de suas viagens pelos arredores do Rio de Janeiro, Minas Gerais e sul do Brasil, está em sua obra *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*.

Interessado em conhecer a então capitania das Minas Gerais, Luccock empreendeu sua viagem em 1817 e 1818 rumo a Barbacena, São João Del Rey, Vila Rica, Mariana, localidades visitadas por boa parte dos viajantes do século XIX.

Chegando em São João Del Rey, logo se espantou com a silhueta da cidade, seu entorno montanhoso e as rochas que, em sua opinião, davam um aspecto de aridez ao lugar. Em seguida, começa a se questionar sobre a condição comercial da cidade, suas lojas, fregueses e produção, parecendo, por certo, decepcionado com o que vira:

[...] De um modo geral, a cidade é compacta, sua forma aproximadamente circular e sua situação e porte muito semelhante aos de *Halifax* no *Yorkshire*. O cenário vizinho é grandemente montanhoso, e apresenta estranha mistura de morros arredondados e rochedos fragmentados, de aridez e verdura, de pobreza do solo e riqueza da vegetação, de jardins em meio de desertos e de conforto em plena desolação. Após contemplar com espanto e prazer uma tão estranha paisagem, pensei cá comigo: “Será essa a cidade da qual por dez anos tanto ouvi falar? Onde será que se efetuam os seus tantos e conhecidos negócios? Onde se consumirão tantos gêneros que ela recebe? Onde estarão as habitações dos seus comerciantes, seus armazéns e suas lojas? Onde as residências dos seus fregueses e auxiliares? Onde as lavouras que lhes dão os produtos e os fornecem de um excesso exportável”. (LUCCOCK, 1975, p. 302).

Segue observando como se organizava o comércio na cidade e que, de modo geral, essa atividade não ocupava a maior parte da população trabalhadora, tampouco a produção industrial, que na região era inexistente nesse período.

Há em São João cerca de seis mil habitantes, dos quais apenas um terço se compõe de brancos e o restante de negros e mulatos. Não existem, para o seu sustento ou emprego, fábricas nenhuma, salvo uma pequena, de chapéus desabados de lã, característicos das regiões mineiras e excelentes, em seu gênero. Faz-se, nas regiões vizinhas [sic], uma grande quantidade de tecidos de algodão, à custa de matéria prima nativa, que serve para os fins ordinários. As lojas ocupam, se é que a isso se pode chamar de ocupação, uma certa parcela da população, enquanto que outros se empregam em suas fazendas, viajam com suas tropas, ou preenchem cargos de confiança pública. (LUCCOCK, 1975, p. 302).

O viajante ressalta que a mineração ainda era uma atividade que ocupava a população com menos recursos financeiros, nesse caso, essas pessoas se dedicavam à prática da “faiscação”, um método simples de extração em que se usavam as mãos ou a bateia para separar o ouro do cascalho. Tal atividade, na opinião de Luccock (1975) não trazia ganhos consideráveis aos que a praticavam, tendo em vista que a mineração se encontrava em decadência, perdendo espaço, inclusive, para a agricultura.

Desde as míseras criaturas que por esses modos desperdiçam seu tempo à cata do metal precioso, através de todas as categorias sociais, até os mais afortunados, quase que toda a população anda empenhada em especulações mineiras, ou, de algum modo, com elas relacionadas, e, a julgar pelas aparências, auferem delas pouco mais que pífia compensação. Muitos há que, nestes últimos anos, perderam

as fortunas que seus predecessores haviam conseguido e alguns que de todo se arruinaram; não, creio eu, que estejam as jazidas esgotadas [sic], que o rio traga areia menos rica que dantes, ou porque seja o cascalho mais difícil de encontrar, ou ainda, forneça teor menor de ouro; mas sim porque o trabalho sumiu, o preço dos escravos aumentou, os produtos agrícolas estão com maior procura, emprestando assim valor à terra. Também as idéias do povo estão passando por uma revolução, essa mesma alteração comum que o estabelecimento do Governo do Brasil introduziu; cenários novos por isso se abriram, novas perspectivas surgiram e animaram-se. (LUCCOCK, 1975, p. 306).

O que se observa, portanto, de modo geral no relato do inglês, é que, enquanto comerciante, avaliava que a mineração não devia ocupar a dianteira das atividades econômicas no Brasil. A agricultura devia ser considerada enquanto atividade potencialmente importante, tendo em vista a disponibilidade de terras para tal e o interesse de outros países na exportação de gêneros agrícolas tropicais.

Ademais, a ausência de conhecimento técnico na extração mineral também era um fator levantado por Luccock (1975) como de primeira ordem para a insuficiência da mineração como principal atividade econômica do Brasil. Lembrando que, o inglês esteve no Brasil antes da independência, período em que as companhias inglesas ainda não haviam iniciado suas atividades com profusão no território, algo que se deu somente após a década de 1830.

Por onde quer que os objetivos da pesquisa sejam o ouro ou os diamantes, seria de esperar que todas as energias do espírito fossem chamadas à ação, a-fim-de imaginar meios de facilitar a tarefa e de aproveitar ao máximo da munificência da natureza; é no entanto verdade que, conquanto uma sede inexaurível [sic] por essa espécie de riqueza se suscitasse, é quase totalmente impossível a pessoa residente na Inglaterra fazer ideia de quão ignorantes são os brasileiros em quanto se diz respeito aos processos mecânicos de minerar. Não que, conforme anteriormente já disse, sejam os brasileiros por natureza falhos de inteligência, ou mesmo destituídos dessa energia que em muitos casos os habilitaria a se destacarem, mas é que não possuem eles máquina alguma, não se enfronharam em assuntos de filosofia experimental, nunca se habituaram a contemplar a natureza e a acompanhá-la em seus sombrios recessos. (LUCCOCK, 1975, p. 309).

Ao condicionar o sucesso da mineração ao desenvolvimento de técnicas mais adequadas e modernas, retirando do brasileiro a condição intelectual para realizar tais feitos e chamando a atenção do povo inglês para essa condição, Luccock (1975) aparenta ter promovido entre seus leitores europeus meios para aproveitar a inabilidade do brasileiro na extração mineral, que poderiam, perfeitamente, ser apropriados por seus conterrâneos.

A despeito das considerações do viajante sobre a falta de condições técnicas adequadas para a mineração no Brasil, ele sinalizou em visita a então Vila Rica (Ouro

Preto), o trabalho de um “barão alemão”, que certamente se tratava de Wilhelm Ludwig von Eschwege, engenheiro, geólogo e mineralogista responsável por resgatar a mineração decadente no Brasil. John Luccock mencionou o moinho d’água construído por Eschwege com objetivo de “britar e lavar o cascalho que se encontra com grande abundância a pequena distância dali.” (LUCCOCK, 1975, p. 309). Após descrever o moinho, aparentando de fato desconhecer a importância de seu inventor, Luccock emenda:

[...] A máquina tem toda ela péssimo acabamento e montagem; não tanto creio eu, por qualquer falta do necessário conhecimento e habilidade de seu autor, como pela completa ausência de destreza por parte dos que a construíram. Conquanto imperfeito, o moinho do barão é grandemente gabado, bem o merecendo, aliás, pois que é a única coisa do gênero em toda a região. Quem o projetou é digno de nossa estima, já que é homem capaz de imaginar planos mais extensos, e realmente já fez e ainda está a fazer um grande benefício, entre seus descuidosos vizinhos, pondo em voga idéias novas. (LUCCOCK, 1975, p. 335-336).

Sobre Vila Rica, reiterava que a mineração ainda era a atividade que mais se desenvolvia entre seus habitantes, afirmando que por toda parte havia pessoas que queriam arrendar as terras para “empregar seus capitais em aventuras minerais”. Por isso, novamente, a agricultura não se desenvolvia, e as pessoas plantavam apenas o que consumiam (LUCCOCK, 1975, p. 336).

Em contrapartida, o inglês ressaltava que a região de Vila Rica era abundante em outro metal, ainda mais útil que ouro, em sua opinião, o minério de ferro. Segundo notícias que tivera em sua visita, havia “vastíssima quantidade dessa substância” (LUCCOCK, 1975, p. 336), entretanto, em função da ausência de instalações com o fim de fundir e tornar maleável o ferro, parecia-lhe “pura perda dessa dádiva da natureza”. (LUCCOCK, 1975, p. 336).

Como não poderia deixar de analisar, o comércio em Vila Rica tem alguma importância para Luccock (1975). Em função de sua localização geográfica, Vila Rica figurou por bastante tempo como ponto exclusivo de comércio com Goiás e Cuiabá, à época da visita do inglês, entretanto, essa função já era dividida com São João Del Rey. O viajante analisava que, ainda que de modo bastante rudimentar, o povo do interior da capitania de Minas Gerais encontrava-se adiantado em relação às províncias brasileiras localizadas no litoral no que dizia respeito à produção industrial.

[...] Fiam e tecem lã e algodão; suas manufaturas são, porém, puramente de ordem doméstica; seu instrumental e maneiras de usá-lo, o que há de mais antigo e atrasado. Talvez que quando se aplacar a fúria da mineração, possa este distrito tornar-se mais rico, por obra

de suas empresas comerciais, das quais estas constituem o embrião, do que pela de todo o ouro que jamais tenha recolhido. Isto, contudo, será dito por muitos como extravagante estimação do valor de suas manufaturas, quando souber-se que, em pouco mais de cem anos, segundo as entradas na Casa de Fundição de Vila Rica, somente essa localidade pôs em circulação mais de dois milhões de libras-peso de um arrátel de ouro. **E se a essa massa acrescentarmos tudo o que foi extraído doutro lugares, não será natural perguntar: “onde está tudo isso agora?”.** (LUCCOCK, 1975, p. 337, grifos nossos).

O autor finaliza, questionando-se “onde está tudo isso agora?”, se a mineração, atividade mais praticada na capitania de Minas Gerais desde mais de um século atrás, e que ainda, a despeito da decadência sofrida desde o final do século XVIII, era praticada por muitos habitantes da região, não permitiu que a economia se diversificasse ou que fossem desenvolvidas técnicas modernas que ampliassem a produção.

Outro inglês que esteve no Brasil mediante interesses comerciais, mas, em um outro período, já no final do século XIX, início da República, foi Percy Falcke Martin. Sua obra, publicada no início do século XX, *Thought five republics of South America*, retrata a viagem empreendida por cinco países da América do Sul: Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Venezuela. Seu intuito era tecer um panorama acerca do comércio, agricultura e transportes em todos os países visitados. Foram realizadas ainda observações de cunho econômico, político, jurídico e social sobre esses lugares.

Evidentemente, para alcançar esses objetivos, Martin (1905) precisou abordar a mineração, apontando-a como um dos caminhos viáveis para o desenvolvimento do Brasil, que necessitava, entretanto, de investimentos estrangeiros e facilitação da ocorrência dos mesmos por parte do governo, o que ainda não se viabilizara, segundo sua análise:

Sabe-se bastante sobre os recursos minerais do Brasil para encorajar a crença de que o país tem um futuro rico e atarefado antes dele. Com um território tão vasto, é lógico que a formação geológica do país seja pouco conhecida, e até agora as indústrias de mineração da República foram trabalhadas apenas sob os métodos mais primitivos. Apesar disso, os resultados promissores foram alcançados; mas, enquanto o governo insistir em impor pesadas taxas e encargos sobre máquinas importadas, o setor de mineração permanecerá em suspenso, pois, o Brasil ainda não está em posição de fabricá-las. (MARTIN, 1905, p. 217, tradução nossa¹¹⁹).

¹¹⁹ Sufficient is known of the mining resources of Brazil to encourage the belief that the country has a rich and busy future before it. With such an enormous tract of territory, it stands to reason that the geological formation of the country can be but little known, and so far the mining industries of the Republic have been worked under the most primitive methods only. In spite of this, promise results have been achieved; but so long as the Government insists upon imposing heavy duties and freights upon imported machinery, so long will the mining industry remain in abeyance, for Brazil is not yet in a position to manufacture its own plant.

O inglês comentava, entretanto, que a despeito da ausência de medidas mais efetivas a favor das companhias estrangeiras, devia-se destacar que algumas concessões eram feitas pelo governo brasileiro:

De vez em quando, a favor especial, o ministro da Fazenda concede isenção do pagamento de impostos e fretes sobre máquinas importadas. Isso foi feito no caso do Sr. J.L.Fernandes Braga e em nome da Associação Nacional de Mineração do Brasil, que trouxe uma boa quantidade de material de Liverpool. Eu não ouvi falar de nenhuma concessão semelhante feita a uma corporação ou indivíduo britânico. (MARTIN, 1905, p. 217, tradução nossa¹²⁰)

O ouro ganhava, como em tantos outros relatos, atenção especial do viajante por sua vasta ocorrência no país, embora, ele acreditasse que o sucesso dos empreendimentos de exploração da riqueza mineral não tivessem alcançado seu auge: “O ouro foi encontrado nos estados de Minas Geraes, São Paulo, Paraná, Goyaz, Mato Grosso e Bahia, e a mineração de ouro é realizada no país há mais de um século, com pouco sucesso”. (MARTIN, 1905, p. 217, tradução nossa¹²¹).

Interessado em evidenciar os principais empreendimentos de mineração do país, Martin (1905) atribuía à Inglaterra a origem das companhias que mais investiam na atividade à época:

Existem várias empresas de mineração atualmente presentes no Brasil sob administração britânica e financiadas por empresas britânicas, como a Companhia Brasileira de Diamantes e Exploração, Sindicato de Ouro e Exploração, São Bento Gold Estates, São José Diamantes e Carbonos, etc. montante - até agora, o capital britânico foi investido nas Empresas de Dragagem de Mato Grosso, formadas na República Argentina. (MARTIN, 1905, p. 217, tradução nossa¹²²).

Ressalta-se que, essas companhias atuavam no Brasil no início do século XX, diferentemente e outras mencionadas neste trabalho que encerraram suas atividades

¹²⁰ Now and again, by special favour, the Finance Minister grants exemption from the payment of duties and freights upon imported machinery. This was done in the case of Mr. J.L.Fernandes Braga, and behalf of the National Brazilian Mining Association, who brought a good deal of material from Liverpool. I have not heard of any similar concession being made to a British Corporation or individual.

¹²¹ Gold has been found in the states of Minas Geraes, São Paulo, Paraná, Goyaz, Matto Grosso and Bahia, and gold mining has been carried on in the country for over a century with no little sucess.

¹²² There are several mining enterprises at presente carried on in Brazil under British management and financed by British companies, such as the Brazilian Diamond and Exploration Company, Brazilian Gold and Exploration Syndicate, São Bento Gold Estates, São José Diamonds and Carbons, etc. and small amount – so far British capital has been invested in the Matto Grosso Dredging Companies formed in the Argentine Republic.

anteriormente. A *The São Bento Gold Estates, Limited*, por exemplo, teve autorização de funcionamento na República do Brasil, em virtude dos decretos de número 2536, de 28 de junho de 1897 e 3998, de 22 de abril de 1901. A empresa inglesa, que embora já tivera um registro de funcionamento em 1862, manteve suas atividades nos idos de 1900 (BRASIL, 1905).

Martin (1905, p. 220, tradução nossa¹²³) reiterava que a despeito do número de empresas exploradoras de diamantes que foram formadas para a busca de pedras no Brasil ser considerável, a grande maioria parecia ter sido excessivamente desafortunada. Isso se deveu, entre outros fatores, ao que ele denominou de confusão das leis de exploração mineral no país:

Uma das maiores desvantagens para mineração no Brasil é a imensa quantidade de litígios que é imposta às empresas e às empresas e indivíduos em razão das complexas e confusas leis de mineração do país. Um comitê foi formado para considerar as condições de toda a indústria de mineração da República. As leis de mineração parecem ter sido, entretanto, aprovadas em uma desesperada pressa, sem a devida consideração pelos direitos dos proprietários, uma causa frutífera de problemas é a transferência da propriedade do subsolo do Estado para o dono da terra. (MARTIN, 1905, p. 217, tradução nossa¹²⁴).

Dividindo com Luccock (1975) a importância de ter sido um dos primeiros viajantes ingleses interessados em estabelecer relações comerciais com o Brasil, John Mawe (1978 – Original publicado em 1812) reuniu informações científicas sobre o país e durante o tempo que esteve aqui foi movido pela “curiosidade de conhecer os aspectos brasileiros do interior, dos quais foi, quiçá, o primeiro devassador estrangeiro do tempo a deixar memórias impressas, e prestou igualmente, ótimos serviços à Ciência Pura, mediante observações que fez nos domínios da Geologia e Mineralogia, onde pontificava” (LESSA, 1978, p. 15).

O interesse de Mawe (1978) pela mineralogia fica evidenciado em sua passagem por Minas Gerais, em que o inglês procurou visitar e desvendar as ocorrências de minerais e pedras preciosas. Na região de Vila Rica, mais precisamente

¹²³ The number of Diamond Exploration Companies which have been formed to search for stones in Brazil is considerable, but the great majority of them seem to have been exceedingly unfortunate.

¹²⁴ One of the greatest drawbacks to mining in Brazil is the immense amount of litigation which is thrust upon companies and upon Companies and individuals by reason of the complex and confusing mining laws of the country. Not before it was wanted, a Committee has been sitting to consider the conditions of the whole mining industry of the Republic. Mining laws seen to have been passed in a desperate hurry, without due consideration as to the rights of the owners, one fruitful cause of trouble being the transfer of the ownership of the subsoil from the State to the owner of the land.

em Capão, ele conheceu uma mina de topázio. A referida mina, que atualmente se denomina *Mina do Capão do Lana* era a única mina em operação no mundo responsável pelo fornecimento do topázio imperial em escala comercial. Essa pedra, que ocorre somente em Ouro Preto, tem importante valor econômico e foi vista de perto pelo viajante inglês, e a mina foi analisada por ele com interesse:

[...] Perto do Capão, descí uma colina tão abundante em minério de ferro, que se poderia amontoar toneladas do que estava espalhado pela superfície. Pouco mais adiante, encontramos uma casa, cujo proprietário, informaram-nos, possuía nos arredores mina de topázio. A menção de uma mina de topázio excitou minha curiosidade, porque me deu a ideia de um veio explorado debaixo da terra e contendo gemas em sua matriz. Manifestando ao proprietário o desejo de ver a mina, ele se ofereceu cortesmente para acompanhar-nos. Depois de ter subido a pé durante meia milha a colina, a que me referi o guia mostrou-me duas aberturas, onde, informou-me estavam as minas de topázio. Entrei em uma dessas fendas, cuja extensão era de perto dois acres; o xisto argiloso, que formava a rocha superior, se mostrava em diferentes estado; a maior parte tendia para xisto micáceo. Vi, em um lugar, dois negros escavando nos pequenos veios fracos, que as fendas deixavam lóbrigar, com um pedaço de ferro enferrujado, provavelmente parte de uma velha enxada, e ao perguntar o que faziam, informaram-me que eram os mineiros, procurando topázios. (MAWE, 1978, p. 120 – Original publicado em 1812).

O interesse de Mawe (1978) pelas pedras preciosas também fica evidenciado em sua passagem por Diamantina, quando teve oportunidade de visitar a lavra dos diamantes no Rio Jequitinhonha. Na ocasião, o inglês descreveu o processo de lavagem das pedras, feitas pelos escravos e relatou sobre sua ocorrência no rio, segundo ele, composto de ricos terrenos em toda a sua extensão. Afirmava que “este e os diversos ribeiros desse distrito (Diamantino), explorados há vários anos, têm produzido quantidades consideráveis de diamantes, tidos como da mais bela qualidade, mas de tamanhos diferentes” (MAWE, 1978, p. 157 – Original publicado em 1812).

O Rio Pardo, que está em confluência com a bacia do Jequitinhonha, também foi visitado por Mawe (1978). O rio, que se sabe tem elevado potencial mineral, foi descrito pelo viajante como fornecedor dos “maiores e mais brilhantes diamantes” e ele afirmava ainda que “[...] o terreno não explorado daria para ocupar cem negros durante vinte anos”. E reforçava: “Embora lamacento e pouco considerável, o Rio Pardo produziu tantas pedras belíssimas quanto qualquer outro rio do distrito. Nele se encontram os diamantes verde-azulados, antigamente tão apreciados pelos holandeses. As pedras desse córrego são ainda hoje tidas como as mais preciosas do Brasil” (MAWE, 1978, p. 160 – Original publicado em 1812).

Em direção a Minas Novas, Mawe (1987) também relatou a ocorrência das pedras preciosas, explicando que a região era cercada por diversos regatos e neles as pedras eram abundantes:

[...] Em alguns, encontram-se topázios brancos, conhecidos aqui mais comumente pelo nome de minas novas: são lindas pedras transparentes; algumas perfeitamente cristalizadas, com a forma de topázio amarelo. Também se encontram topázios azuis e águas-marinhas; os primeiros são de variedade singular, tendo uma parte azul e outra clara e diáfana. Esta região também é afamada por produzir o crisoberilo, muito apreciado pelas pessoas das classes altas do Brasil, e disputado pelos joalheiros do Rio de Janeiro. Raramente essas pedras se apresentam cristalizadas; vendem-se brutas por preço considerável e são mais apreciadas na América do que na Inglaterra, onde, em verdade, são pouco conhecidas. (MAWE, 1978, p. 163 – Original publicado em 1812).

Além da oferta das pedras preciosas, o viajante inglês entendia que os rios de Minas Gerais, bem como de todo o reino do Brasil, poderiam, de modo geral, ser mais bem aproveitados para o comércio, especialmente. Ele observava, em particular, o Rio Jequitinhonha, que desemboca no Rio Grande, o qual desagua no mar, e explica:

Nunca seria demasiado aconselhar o Governo do Brasil a promover a exploração de tais rios; esse trabalho se poderia executar com poucas despesas, em dois meses, com grandes canoas, e, se fosse necessário, poder-se-ia estabelecer comunicação entre sua foz e Tocaia. Facilmente se concebe a vantagem que resultaria para os habitantes, da abertura da navegação. Seu algodão, café, açúcar, sua bela madeira de marchetaria e outros objetos preciosos teriam saída mais pronta; formar-se-iam grandes plantações; todo o território lucraria em melhoramentos. [...] é manifesto que uma das grandes desvantagens desse vasto reino provém de que todos os seus rios, com exceção do Rio Grande e São Pedro, não são aproveitados em benefício do comércio. (MAWE, 1978, p. 164 – Original publicado em 1812).

Não somente os rios carecem, na opinião de Mawe (1978), de especial atenção do governo brasileiro. A exploração mineral, como já indicado por outros viajantes neste trabalho, objeto de interesse de comerciantes e do próprio governo, além de um dos sustentáculos do desenvolvimento econômico do Brasil, era negligenciada segundo o relato do viajante. Faltavam técnicas e meios para desenvolvê-la de modo mais eficiente:

Já notei que, na exploração das minas, a falta de máquinas e de instrumentos convenientes faz com que os trabalhadores percam muito tempo e trabalho. Não se utilizam absolutamente de carretas, nem de carrinhos de mão, os negros tudo conduzem em suas bateias sobre a cabeça, algumas vezes escalando subidas muito escarpadas, onde poderiam vantajosamente ser usados planos inclinados, que não

custaria muito a preparar. O caixão é a única máquina hidráulica que se conhece; é geralmente adotado, mas de construção difícil e dispendiosa, e só pode ser empregado em lugares onde se disponha de uma fonte corrente d'água. Poder-se-iam fabricar, com pouca despesa, bombas adaptáveis na máquina usada na quebra do milho. (MAWE, 1978, p. 187 – Original publicado em 1812).

Ele explicava ainda, que a lavagem do cascalho em busca do ouro, poderia ser otimizada pelo uso de máquinas que auxiliassem na separação e substituíssem as tradicionais bateias e o uso de dezenas de escravos. E que, faltavam utensílios no trabalho nas minas, como o macete¹²⁵, que quebraria as gangas mais facilmente, ao invés das usuais pedras que se utilizavam nesse processo. Para isso, o inglês ressaltava que seria necessário acesso ao ferro, utilizado na produção de diversas ferramentas e que era, infelizmente, tão caro para adquiri-lo (MAWE, 1978, p. 187 – Original publicado em 1812).

Além do incremento das técnicas de exploração, Mawe (1978) entendia que o governo precisava, com urgência, investir na instrução dos envolvidos na exploração mineral, bem como, no demais ramos comerciais, como a agricultura, para assim garantir a melhoria dos resultados das respectivas produções, bem como a melhoria da condição de vida da população:

Quando se considera o estado atual do distrito das minas e se comparar a pujança de seus recursos com a falta de estabelecimentos que impede os habitantes de os aproveitarem, deseja-se que o governo funde e anime sociedades moldadas nas nossas Sociedades de Artes, de Manufatura e de Comércio, onde se poderiam colher informações sobre tudo quanto se relacionasse com as atividades práticas. Também se poderiam organizar, nas principais cidades da capitania, mostruários, nos quais fossem depositados os modelos das máquinas e das invenções úteis para a instrução do público. Dever-se-iam comprar livros de ciências e empregar todos os meios possíveis para propagar a instrução entre os habitantes. Na assembleia dessas sociedades, discutir-se-iam com particulares atenção todas as medidas tendentes a aumentar o comércio do distrito. Seria necessário dar honrarias a todos aqueles que favorecessem estes progressos e oferecer recompensas para animar todas as tentativas de melhoria da sorte dos negros. Posto sejam estes melhor tratados no Brasil do que nas outras colônias, a amenização da sua sorte é um assunto que deve sempre ocupar o primeiro lugar no espírito de um verdadeiro filantropo. Os outros objetivos, dignos de fixar a atenção de uma sociedade do gênero da de que nos ocupamos, são a cultura do linho e do cânhamo, a melhoria do algodão, muito abandonada há alguns anos, a do café, à qual não se presta nenhuma atenção, a da cana, que é muito medíocre, e que facilmente poderia ser aperfeiçoada. Enfim, a sociedade deveria ocupar-se de cultivar o capim para os animais, e também com os meios de lavar o ouro e os diamantes sem que os negros estejam constantemente curvados. (MAWE, 1978, p. 188 – Original publicado em 1812).

¹²⁵ Tipo de martelo.

Com uma visão um pouco mais otimista, e tendo vindo ao Brasil algumas décadas após Mawe (1987), por volta de 1880, o escritor, economista e editor irlandês Michael George Mulhall, mudou-se para a Argentina quando tinha 22 anos e fundou naquele país o jornal *Buenos Ayres Standard*. Seu livro, *Handbook of Brazil*, retratou aspectos de várias províncias brasileiras, entre as quais, Minas Gerais. O viajante mostrava espanto com a quantidade de ouro já explorada na região de Vila Rica, especialmente no auge do ciclo do ouro:

Tal era a abundância de ouro que se tornava costume, sempre que o governador-geral jantava com qualquer indivíduo, colocava diante dele um prato de canjica em que peças de ouro ocupavam o lugar do milho e, em Ouro Preto, os cavalos da guarda de honra atada a certas procissões religiosas eram calçadas com ouro. (MULHALL, 1877, p. 101, tradução nossa¹²⁶).

Após visitar algumas minas em atividade, sendo a principal delas, a mina de Morro Velho, fez observações sobre seu funcionamento e afirmava que o empreendimento era bastante rentável: “[...] A mineradora inglesa de *San Juan del Rey*, em Morro Velho, tem sido acompanhada de maravilhosos resultados. Foi criado em 1842 e reembolsou o capital investido em 8 vezes” (MULHALL, 1877, p. 101-102, tradução nossa¹²⁷).

O irlandês explicava que a extração do ouro fora modernizada poucos anos antes de sua visita, facilitando o processo de retirada do minério, bem como, amenizando as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores na mina:

Este renomado empreendimento é constituído por um leito de piratas auríferas, situado a cerca de doze léguas de Ouro Preto. [...] O leito de rolamento de ouro é quase vertical e trabalhou sob um eixo de mais de 600 pés. [...] Em sua lateral, observa-se vinte ou trinta mineiros estão pendurados, perfurando os buracos para as cargas de dinamite, que de vez em quando explodem com o relatório do tanque e quebram massas de minério no chão. Desde 1875, no entanto, máquinas de perfuração, operadas por ar comprimido, foram introduzidas. O minério assim obtido é de cerca de 150 toneladas por dia. Enormes rodas de água foram também empregadas para manter os trabalhadores livres de água durante a escavação [...]. (MULHALL, 1877, p. 102-103, tradução nossa¹²⁸).

¹²⁶ Such was the abundance of gold that it become the custom, whenever the goveral-general dinied with any private individual, to set before him a dish of hominy in which pieces of gold took the place of the maize, and at the Ouro Preto the horses of the guard of honor atached to certain religious processions were shod with gold.

¹²⁷ The english mining company of San Juan del Rey at Morro Velho, has been attended with marvelous results. It was established at 1842, and has repaid the capital 8 times over.

¹²⁸ This renowned consists of a bed of auriferous pyrites, and is situated about twelve leagues of Ouro Preto. [...] The gold-bearing bed is almost vertical and worked beneath a shaft over 600

Além desse tipo de exploração, Mulhall (1877) também visitou o Morro de Santana, e falou sobre a ocorrência da jacutinga na região:

O Morro de Sant'Anna oferece um bom exemplo do segundo tipo de depósito de ouro, provavelmente peculiar ao Brasil, sendo o ouro encontrado em jacutinga, a variedade arenosa dos quartzitos com ferro oligisto. Está situado a 8 milhas de Ouro Preto e um de Mariana. Não há poços, e as galerias estão quase todas secas, formando-se numa rocha negra, ferrosa e arenosa que mostra cintos e grãos de quartzo. O ouro distribui-se irregularmente por essa rocha arenosa, mas, está concentrado em certas estrias, às vezes com a espessura de um braço, e sua descoberta pode em um dia retribuir a busca infrutífera de meses. (MULHALL, 1877, p. 105, tradução nossa¹²⁹).

Ele explicou que esse tipo de mina era ainda bastante rentável, especialmente porque os veios não tinham sido completamente explorados, esgotando-se totalmente. Em grande medida, afirma Mulhall (1877), porque as técnicas necessárias nesse processo não eram plenamente satisfatórias, assim como os instrumentos disponíveis para empreendê-la. Sabe-se que, atualmente, ainda há mineradores revolvendo o minério de quase dois séculos atrás em busca dos resquícios deixados pela mineração naquele tempo:

[...] Em Itabira e Conceição outras minas de jacutinga são trabalhadas com sucesso, e as minas de jacutinga estão em grande demanda, mas a distribuição do ouro nelas continua um mistério. As minas do século passado devem ter deixado muitos veios e depósitos não descobertos, além de outros abandonados apesar de sua riqueza, porque os instrumentos utilizados na ocasião, não serviam mais para torná-los lucrativos. (MULHALL, 1877, p. 106, tradução nossa¹³⁰).

feet. [...] On the side twenty or thirty miners are hanging, drilling the holes for the charges of dynamite, which from time to time explode with deafening report and shatter down masses of ore upon the floor. Since 1875, however, drilling machines, worked by compressed air, have been introduced. The ore thus obtained amounts to about 150 tons a day. Huge waterwheels are employed in keeping the workers free from water [...].

¹²⁹ The Morro de Sant'Anna affords a good example of the second kind of gold deposit, one probably peculiar to Brazil, the gold being found in jacutinga, the sandy variety of the quartzites with oligist iron. It is situated 8 miles from Ouro Preto and one from Mariana. There are no shafts, and the galleries are almost all dry, being formed in a soft, black, ferriuginous, sandy rock showing belts and grains of white quartz. The gold is irregularly distributed through this sandy rock, but concentrated in certain paying streaks, sometimes the thickness of an arm, the discovery of one of which may in a day repay the fruitless search of months.

¹³⁰ [...] At Itabira and Conceição other mines of jacutinga are worked successfully, and the jacutinga mines are in great request, but the distribution of the gold in them continues a mystery. The mines of the last century must have left many veins and deposits undiscovered, and they abandoned many rich ones because their defective appliances no longer served to make them profitable.

Os apontamentos feitos por Mawe (1978) ainda no início do século XIX no sentido de apontar possíveis caminhos para o desenvolvimento da ciência e do comércio no Brasil, condizem com o entendimento de Souza (2014) sobre a modernização do país, que, à despeito dos inúmeros fatores que o categorizam como *paraíso*, estão sempre em dualidade com o *atraso*.

A superação dessa condição de atraso se daria somente através da intervenção do estrangeiro, cuja visão de mundo seria indispensável para o alcance evolutivo necessário ao país. O que observamos, por exemplo, no relato de Mulhall (1877), é que, em partes, esse processo evolutivo ocorreu, viabilizado pelo investimento estrangeiro na mineração, que, com a modernização das técnicas de extração, através da atividade das companhias mineradoras, especialmente inglesas, tornou a mineração um investimento viável e lucrativo.

Richard Francis Burton foi, por certo, um dos viajantes ingleses de maior repercussão no Brasil do século XIX. O comerciante e explorador britânico, além de estudioso do Oriente e do continente africano, esteve como cônsul inglês em Santos e realizou diversas viagens pelas províncias brasileiras no ano de 1867, entre as quais, Rio de Janeiro (Petrópolis), Minas Gerais (Juiz de Fora, Barbacena, Barroso, São João del Rei, Congonhas do Campo, Morro Velho, Mariana, Vila Rica, Sabará), Mato Grosso (Cuiabá), além da região do Rio São Francisco.

Sua obra em três volumes, *Viagens aos planaltos do Brasil*, baseia-se no relato de suas observações diretas. O viajante não deixava de mencionar, entretanto, alguns nomes com Saint-Hilaire, Castelnau, Luccok e Gardner. Minas Gerais foi o foco central do inglês e ocupou praticamente dois dos três volumes do relato. Sua paisagem, questões sociais e, claro, a mineração, são os pontos principais colocados em discussão. Além de outras temáticas relacionadas à cultura, fatos históricos e curiosidades, em razão do vasto conhecimento acumulado do viajante, que comenta também sobre a relação do Brasil com os ingleses, inclusive, atribuindo a eles, a responsabilidade pela negligência pela falência da Mina de Cata Branca:

A falência de Cata Branca, uma das muitas, infelizmente, resultou de duas causas. Em primeiro lugar, havia uma ausência total de espírito de economia e, como observa o Sr. Moshesh, com muita razão, e com peculiar aplicação às minas, até mesmo o ouro pode ser comprado caro demais. Em segundo lugar, a mina era mal explorada. A jacutinga era então uma formação desconhecida, mas os mineiros ingleses, especialmente os da Cornoalha, estão crentes de que sabem tudo. Consequentemente, não se resignam a receber nenhuma lição. Os que não os julgam pelo seu próprio padrão são levados a crer que eles aprenderam pelos dedos alguma coisa de mineralogia e um pouco de geologia. Mas desde o tempo de Howel, ou Houel, “rei da pequena Bretanha”, que eles nascem mineiros com ares de onisciência. (BURTON, 1983, p. 270, v.1).

Assim como diversos outros viajantes, Burton (1983) recorreu à ausência de conhecimentos técnicos dos envolvidos na mineração como explicação para o fracasso de muitas experiências no ramo:

Encontraremos estes mesmos males, despesa descuidada e falta de conhecimentos especializados na história de muitas outras aventuras mineiras. Daí o fato de, nesta terra de riqueza mineral sem conta, muitas companhias haverem chegado a tristes resultados e tantas minas terem sido, para usar o termo técnico, trancadas. (BURTON, 1983, p. 270-271, v.1).

Ressaltava, à despeito disso, as muitas e valiosas riquezas disponíveis no país, sua maior parte, ainda inexplorada em razão da dificuldade de acesso às reservas: “[...] O Brasil tem ainda muitos depósitos não descobertos, mas sua grande riqueza jaz profundamente encerrada no subsolo” (BURTON, 1983, p. 289, v.1). E esclarece alguns aspectos da ocorrência mineral, especialmente em Minas Gerais:

As explorações de ouro de Minas Gerais, e especialmente as de Morro Velho, corrigem um erro popular. Lembro-me como, há alguns anos, um notável presidente da Sociedade Geológica costumava comparar a formação do ouro com uma mão com os dedos coltados para baixo, supondo-se que com os outros metais se dá o oposto: pouco em cima e muito na parte inferior. A generalização do Dr. Couto é também, creio eu, baseada em dados insuficientes, quando sustenta a crença favorita de Lehmann de que o sol é o principal agente da alquimia do ouro, asseverando que as minas jazem aqui nos flancos orientais das montanhas e raramente em outras direções. Por outro lado, aqui, como na Cornoalha, a tendência de uma direção leste-oeste dos meios metalíferos já foi notada. É explicada popularmente pela direção “geralmente para oeste das correntes voltaicas, ligadas á direção em geral meridional da agulha magnética”. No Brasil, também as cadeias de montanhas auríferas são geralmente meridionais. Plínio (XXXVII, 15) está, pos, certo quando assegura que o diamante (se é que o seu hexaédrico *adamas* não é o *córinton* e sim o légítimo diamante) é quase sempre encontrado próximo do ouro é invariavelmente acompanhado de alguma forma de ferro. O mesmo se pode dizer dos diamantes. Os depósitos de ouro de Minas Gerais podem ser divididos em três formações, todas produto de rochas primitivas e metamórficas. São elas: 1) Quartzos, ou ouro de cascalho; 2) Jacutinga; e 3) Formações piríticas. (BURTON, 1983, p. 289-290, v.1).

Relatava também as experiências bem-sucedidas na exploração do ouro em Minas Gerais, citando o exemplo de Morro Velho, empreendimento conduzido pelos ingleses desde meados da década de 1830:

A mina de Morro Velho abriu um novo capítulo na história provincial, mostrando que, mesmo sob circunstâncias adversas, muito se pode ser feito por homens de honestidade e energia, combinadas com o conhecimento prático e científico da profissão. Poderei terminar este

esboço exprimindo minha convicção de que quase matamos a galinha dos ovos de ouro e que, até mudar-se radicalmente o presente processo, é preferível deixar o ouro nas entranhas da terra. Por outro lado, tenho algo a dizer acerca da atitude do Brasil no presente assunto. (BURTON, 1983, p. 301-302, v.1).

Além do ouro, o minério de ferro também ganha destaque no relato, tendo sua abundância comparada a ocorrências semelhantes encontradas no continente africano. Em Minas Gerais, no entanto, Burton (1983) foi categórico ao afirmar, recorrendo aos também viajantes Martius e Saint-Hilaire, que as jazidas de ferro na região eram inesgotáveis:

Na manhã seguinte visitamos os fornos da Fábrica. Na margem direita do rio Gongo há um afloramento de pedra de areia até a superfície, descendo em direção a oeste e formando uma camada sobre a jacutinga, que é facilmente transformada em ferro fundido e ferro em barras. Há uma riqueza estupenda deste minério, que me fez lembrar Unyamwezi na África central; estende-se por léguas e mais léguas. Martius e Saint-Hilaire são unânimes em afirmar que, como Plínio em relação à pequena Elba, parte de Minas possui uma riqueza de ferro inesgotável. O minério contém de 50 a 80% de ferro puro; o que vimos sendo explorado continha 60%. Que preço não alcançaria na Inglaterra, que tem de se contentar com 20 a 35%! (BURTON, 1983, p. 08, v.2).

Algumas medidas importantes para impulsionar o comércio e a exploração mineral deveriam, no entanto, ser tomadas. Entre elas, Burton (1983) apontava a integração do território, através da abertura de vias férreas ou da implantação da navegação fluvial, como imperativo para que a comunicação com a metrópole fosse estabelecida:

A comunicação pelo valor não irá criar uma população salvo se atrair colonos. Por outro lado, ela irá, como a estrada de ferro, beneficiar a região, reunindo e centralizando as atuais habitações esparsas. Esse caminho de 1800 milhas, ligando o coração do Brasil com sua cabeça, a metrópole, e colocando suas mais ricas províncias em ligação com o mundo exterior, será a medida mais importante agora tomada. A abertura do rio São Francisco não somente beneficiará diretamente as províncias de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe e, indiretamente, as de Goiás e Mato Grosso, Piauí e Ceará, mas contribuirá grandemente para manter a integridade do império. (BURTON, 1983, p. 39, v.3).

E critica o modo como são conduzidos os empreendimentos de comunicação territorial no Brasil, especialmente em razão da concessão dos serviços aos responsáveis pelas obras, que mal realizadas, rapidamente se deterioram, resultando em um descaso com o dinheiro empregado:

Em todo o Império, as vias de comunicações estão classificadas em imperiais, provinciais e municipais. Em todas elas se passam esses tristes fatos. Quando se vai abrir uma estrada, é feita uma concessão, às vezes em pagamento de serviços políticos do concessionário, que a constrói bem ou mal, conforme o caso. É então aberta ao público e abandonada até que se estrague. Quando está consumida até os ossos e transformada numa escada de pedra, num sistema de carris e profundos tremedais, em que os animais se afundam e morrem, então, às vezes, abre-se, ao lado da velha, uma nova estrada, cuja sorte, ao cabo de certo tempo, será inevitavelmente a mesma. Muitas vezes, amigos meus brasileiros disseram-me que quem viajou por tão fatigantes estradas não pode mais ser castigado. (BURTON, 1983, p.127, v.1).

Além das estradas, o deslocamento hidroviário também deveria ser considerado como uma alternativa na integração do território, especialmente do interior, promovendo sua saída para o mar. Burton (1983) não foi o único viajante a aventar essa possibilidade, como já visto anteriormente. Entretanto, alguns obstáculos deveriam ser vencidos, entre eles, as grandiosas cachoeiras:

A Pirapora é um sério obstáculo. Não é que seja impossível ultrapassá-lo, mas custaria mais dinheiro e tomaria mais tempo para ser removido que todos os outros obstáculos do rio das Velhas. Nenhuma obra pode ser empreendida na estação chuvosa e as inundações estragariam o trabalho feito durante a seca. Os operários teriam que ser enviados para cá com grandes despesas e mesmo neste solo saudável seriam precisas provisões importadas. Acima dela também, o rio de São Francisco torna-se em conjunto de cachoeiras, e quanto estivéssemos livres de uma, começaríamos e ouvir falar de outra. As canoas sobem com dificuldade até a embocadura do Abaeté. O Sr. Liais fez uma planta acurada até a embocadura do Paraopeba e achou que nenhuma despesa desimpediria mais que uma centena de léguas do seu curso. (BURTON, 1983, p. 11, v.3).

A descrição dos rios de Minas Gerais ocupou o viajante inglês. Além do Rio das Velhas, o São Francisco era considerado de grande valor, tanto por suas águas, repletas de espécies variadas de peixes, quanto pelos terrenos adjacentes, que poderiam abrigar a pecuária e a agricultura e ainda eram repletos de minerais de elevado valor econômico:

Este rio não é um rio santo, *caret quia vale sacro*, porém o seu futuro será mais honroso do que o passado do Ganges ou do Indo. O vale e os altos gerais secos, que o limitam de ambos os lados, contêm todos os elementos de prosperidade requeridos por um império. A população é atualmente calculada em um e meio a dois milhões provavelmente mais próxima do último algarismos que do primeiro. O vale pode sustentar vinte milhões de almas. Como disseram do alto Amazonas “aqui a cana e o abacaxi podem ser vistos por um espectador em campo de cevada e em um batatal”. Os terrenos elevados podem sustentar, em qualquer quantidade, toas as espécies de pecuária: bois, cavalos, mulas, carneiros, porcos, cabras e não haverá dificuldade em

aclimar-se o camelo. A respeito da riqueza mineral, além de diamantes e opalas, ágatas, ouro, ferro, vimos mencionados pelo Sr. E. de laMartinière e outros, platina, galena argentífera, mercúrio, cobre (perto de Sete Lagoas), antimônio, arsênio, manganês, cobalto e várias piritas. Sal, salitre, enxofre e pedra-hume têm sido achados em grandes depósitos. Acerca de materiais de construção tivemos notícia de mármore, pedra comum e ardósia, cal, argila para cerâmica são também abundantes. O terreno é admiravelmente apropriado para o bicho-da-seda e para o cultivo do algodão, que algum dia rivalizarão com suas imensas pescarias. A bacia do São Francisco é terrestre e não aquática. É completamente isolada pelas cataratas perto das nascentes e acima da foz. Os peices, aliás, que tem nomes amazônicos serão certamente considerados natureza diversa. A localização de espécies ultimamente encontradas, mesmo em uma extensão maior corrente da grande bacia do norte, diversifica-se em diversas famílias, repetir-se-á certamente aqui. Os ribeirinhos, que nunca tentaram uma classificação, distribuição ou limitação, podem geralmente dizer se um peixe é ou não pescado em certas regiões. O naturalista que se dedicar à ictiologia do São Francisco terá dele anos de trabalho. Os resultados estupendos obtidos pelo Prof. Agassiz, a revolução na ictiologia de que ele fala, foram resultado de uma imensa colaboração, pública e privada, no que refere às coleções. Esse sábio pode-se dizer que foi auxiliado pelas forças do império. (BURTON, 1983, p.28-29, v.3).

Quanto à prática da agricultura, Burton (1983) a evidenciava em diversas localidades da província de Minas Gerais e do Brasil, em razão da fertilidade do solo e disponibilidade hídrica, como no caso do São Francisco; entretanto, algumas críticas ao sistema implantado no Brasil foram feitas pelo viajante:

Aqui também a terra sofre de duas pragas especiais: o latifúndio e o sistema de lavoura herdado dos aborígenes ou da África central, e perpetuado pelos métodos desmazelados de cultura, inevitáveis em qualquer lugar em que se empregue trabalho escravo. No Brasil, como na Rússia e nos estados do sul da União Americana, as vastas plantações precisam somente ser roçadas, e o solo virgem forma uma considerável parcela do valor real das propriedades territoriais. A falta de adubos e a necessidade de se deixar a terra em descanso faz com que somente metade, e às vezes um décimo, de toda a propriedade seja aproveitada para a lavoura anual. Sem o combate a este mal, não há possibilidade de colonização, nem de se desenvolver a terra consideravelmente. Mas não é fácil fazer qualquer plano sem esbarar nas dificuldades da desapropriação. (BURTON, 1983. p.107, v.1).

Embora sendo inglês e tendo revelado em sua obra interesses comerciais condizentes com seu país de origem, Burton (1983) atribuía, em boa parte, as mazelas enfrentadas pelas regiões coloniais à ação exploratória e desumana dos colonizadores europeus: “Dizem que os ingleses, em caminho para a Índia, deixam a consciência no Cabo e se esquecem de retomá-la de volta” (BURTON, 1983, p. 301, v.1).

[...] É, contudo, triste verdade que, nesta terra, a honestidade parece ser artigo desprezível na bagagem de um aventureiro. Nas minas como

nas estradas de ferro, a culpa, a causa da falência reside, repito, não nos brasileiros, mas às nossas portas. Houve os maiores desgovernos tanto aqui quanto no estrangeiro. Preferiram-se os interesses privados aos públicos. Em certos casos notórios foi organizado um verdadeiro sistema de saque, planos impossíveis singraram através do mercado. Os mais simples especuladores transformaram-se em ricos, a economia foi inteiramente desprezada e o dinheiro foi enterrado, como se esperasse seu crescimento. (BURTON, 1983. p.301, v.1).

Como se observa, no que se refere ao Brasil, a atuação estrangeira era vista por Burton (1983), em grande parte, como nociva. No entanto, o viajante não desprezava que, a política liberal do Brasil, fora, até então, acertada:

Na sua política altamente liberal, o Governo brasileiro esteve energeticamente certo. Os educados e o vulgo, que encaram somente as quantias pagas no momento e que imaginam que esses enormes benefícios indiretos nada significam, estão igual e expressivamente errados. Não tivesse sido dispensado o imposto imperial de Morro Velho, e este e outros estabelecimentos ter-se-iam arruinado. Os que estavam no poder tiveram felizmente a coragem de sustentar a política do *do ut des*¹³¹, em oposição à política do “cão na manjedoura”¹³² que é a dos países semicivilizados. (BURTON, 1983. p.302, v.1).

Portanto, Burton (1983) entendia que, à despeito da postura exploratória e do jugo do colonizador, o avanço do país estaria condicionado ao investimento estrangeiro, visto que as obras realizadas por companhias e investidores europeus garantiriam melhorias significativas à economia do império brasileiro. E concluía afirmando que o país “[...] não merece melhor fortuna do que coube à mineração e às estradas de ferro inglesas no Brasil” (BURTON, 1983. p.302, v.1).

¹³¹ *Dou para que tu dês*. Norma de contrato oneroso bilateral.

¹³² “Não prive os outros do que não pode desfrutar”.

Capítulo 4: A *paisagem* e a construção da nacionalidade

Figura 31: Sem título. Porto-Alegre, Araújo.



Fonte: Porto-Alegre, Araújo. Sem título. 1850-60.

Outrora escrevera Drummond: “Paisagens, país feito de pensamento da paisagem, na criativa distância *espacitempo*, à margem de gravuras, documentos, quando as coisas existem com violência mais do que existimos: nos povoam e nos olham, nos fixam. Contemplados, submissos, delas somos pasto, somos a paisagem da paisagem.” A paisagem sempre despertou a curiosidade e o interesse daqueles que por diferentes caminhos transitaram. O Brasil, em particular, fora reduto de viajantes que, de um modo ou de outro, descreviam a paisagem de acordo com o que sua criatividade e o alcance e seu olhar lhes permitia. A paisagem, que aparecia ora sublime, ora obscura, transmitia, quase sempre, a sensação de olhar para o desconhecido, procurando desvendá-la e assimilar suas características mais marcantes. Assim, o quadro de *Araújo Porto-Alegre*, pintado na metade do século XIX e que, mesmo sem ter sido intitulado por seu autor, convida-nos a caminhar por entre as árvores imponentes e suas folhagens verde-escuras, que ao mesmo tempo em que encantam, sufocam e nos fazem buscar a luz que aparece ao fundo da tela, como único caminho possível entre aquele emaranhado desconhecido. Caminho este, que nos levará a outras paisagens, menos ou mais *pittorescas* e que serão, aos poucos, desvendadas pelo olhar dos viajantes que por elas passaram. Neste capítulo, estendemos nosso olhar para a *paisagem*, categoria primordial da geografia, que representa para nós o olhar que os viajantes estrangeiros deixaram sobre nosso país. Olhar este, quase sempre carregado de “pré-conceitos” e interesses diversos: em conhecer, registrar através de texto ou imagem, aquilo que de mais incrível lhes saltasse aos olhos. A exuberância da paisagem até então pouco conhecida, faz-se presente na maioria dos relatos. E constatamos que, alguns desses discursos, não caminham por uma via de mão única, pautado exclusivamente nos rigores positivistas que orientaram a ciência no século XIX. Mas, foram no sentido oposto, em direção ao romantismo e uma outra abordagem da viagem científica. Paralelamente, não deixaríamos de mencionar o *povo*, que, em todos os aspectos possíveis, contrastava com a paisagem ao seu redor.

[...] Em vão procuraria o artista um posto de observação nessas florestas em que o olhar não penetra além de poucos passos; as leis de sua arte não lhe permitem exprimir com inteira fidelidade das variedades inumeráveis das formas e das cores da vegetação em que ele se vê envolvido.

Johann Moritz Rugendas

A paisagem como conceito

Na Geografia, a categoria paisagem ganhou destaque com o paradigma Tradicional, ainda no século XIX, quando, segundo Corrêa (2012) os debates se deram em torno também dos conceitos de região natural, gêneros de vida e diferenciação de áreas.

Sob uma perspectiva culturalista, Murari (2009, p. 41) afirma que o conceito de paisagem vai muito além da ideia de representação – no sentido de construções imaginárias que se tornaram sua própria expressão visual, alçadas à condição de símbolos coletivos. Ela é, para a autora, a forma como enxergamos a natureza, uma referência de duração e pertencimento adequada para a afirmação da continuidade e do culto à história. Essa concepção, de cunho fenomenológico, é uma das muitas abordagens acerca desse conceito.

Vitte e Silveira (2010) ressaltam a diversidade de contribuições que levaram à atribuição da paisagem como categoria geográfica de análise. Para os autores, a paisagem ganha um sentido analítico tornando-se fundamental para a constituição da Geografia moderna. A partir do pensamento de Alexander Von Humboldt influenciado por Immanuel Kant – na busca pela ordenação da natureza (com suas causalidades e fins – “teleologia da natureza”) – que se estabelece uma noção importante para a fundação do pensamento geográfico, tendo a paisagem como uma das categorias base.

No pensamento kantiano delineia-se uma estética universal, que partirá para o entendimento da estética da natureza como forma de lidar com suas representações. Para entender o “juízo de gosto” proposto por Kant, é necessário distinguir três pressupostos: o agradável, o bom e o belo. O primeiro está ligado ao prazer, às sensações e percepções que o objeto desperta no sujeito. Quanto ao segundo, o que é “bom”, também remete a um interesse do sujeito, ligado por sua vez, à noção de dever moral. O “juízo de gosto”, no entanto, não deve comportar nenhum interesse, sendo assim, puramente *estético*. O belo, nesse sentido, compreende apenas uma apreciação estética, do sujeito perante o objeto – em uma esfera intuitiva (VITTE e SILVEIRA, 2010, p.08).

Os autores ressaltam ainda que o ponto mais relevante da fundação da paisagem como categoria da Geografia Física Moderna reside no fato de Kant tratar da percepção estética para designar o belo, já que, essa perspectiva intuitiva de contemplação das formas será apropriada pela geografia em sua gênese (VITTE e SILVEIRA, 2010, p.09).

Não apenas Kant influenciou a concepção de paisagem em suas origens humboldtianas. A leitura do poeta Johann Wolfgang von Goethe permite uma descrição da natureza para além da ciência racionalista. Sua representação não se reduzia a uma mecanicidade: embora partisse também da observação e da descrição, Goethe compreendia o mundo como sendo vivo, dinâmico, linear e oferecia à análise científica uma perspectiva artística, uma descrição aliada à linguagem poética. Há em Goethe e, posteriormente, em

Humboldt, uma confluência entre a análise científica e as manifestações artísticas, especialmente a pintura e a poesia. Ao lançar um olhar artístico sobre as coisas dispostas na natureza, pode-se vislumbrar interação e indissociabilidade entre os elementos que conectam o homem ao mundo e vice-versa. (VITTE e SILVEIRA, 2010, p.10).

Ao associar as influências dos pensamentos de Kant e Goethe à Humboldt, Vitte e Silveira (2010, p.11) apontam que para ele a natureza atua segundo determinados fins, reconhecendo nela uma causalidade (teleologia), no intuito de construir uma ciência que agrupasse informações e representações da interação entre o todo e suas partes. Mesmo se debruçando sobre a descrição das formas naturais, não se limita a ela puramente. Humboldt busca assim, em Goethe, a unidade em tudo que se apresenta como variado, recorrendo à imagem artística da natureza e, resolvendo assim, “o problema do movimento, da fuga do objeto no momento da análise”.

Para os autores, Humboldt busca escapar do distanciamento de uma ciência objetiva através da linguagem poética. A valorização da vegetação enquanto elemento integrador entre as variáveis climáticas e morfológicas se manifesta, seja pela pintura ou pela linguagem poética, enquanto uma fonte de conhecimento sobre a Terra. A paisagem para Humboldt seria, portanto, “a sua visão como cena, como momento de uma natureza em movimento [...] ela seria a composição destas diferentes formas, a reunião harmoniosa na montagem de um “quadro” natural” (VITTE e SILVEIRA, 2010, p.11).

O que se observa, entretanto, entre os viajantes estrangeiros em Minas Gerais, é o prevalecimento da visão positivista da paisagem, enquanto meio natural ou recurso econômico, que a distancie de uma interpretação mais subjetiva, tal como concebiam Goethe ou Humboldt. Gerber (2013) autor de *Noções geográficas e administrativas da Província de Minas Gerais*, por exemplo, foi enquadrada como “produto vegetal”, relacionando com objetividade a taxonomia das plantas à variedade do solo e clima de onde ocorrem.

O termo *Landschaft*, originado a partir da separação dos vocábulos *Land Schaffen*, é mais antigo que sua versão em francês, *paysage*, e, em alemão, significa criar ou produzir a terra, em uma associação direta do sítio a seus habitantes, em suas formas físicas e culturais (BRANDÃO E ARAÚJO, 2015, p. 71). O conceito de *Landschaft*, segundo Castro (2004), não possui correspondência em outras línguas e possui uma variedade considerável de significações conforme as visões de mundo que lhe conferem interpretações e utilizações diversas.

Se na Geografia o conceito de paisagem trazido *a priori* da inspiração humboldtiana, ganhou importância central nas discussões da disciplina, e, ao longo do tempo, apresentou outras concepções, entre elas aquelas de cunho mais materialista, no extremo oposto do subjetivismo kantiano. Sem perder, claro, sua essência no debate da geografia, a paisagem foi especialmente retomada nos últimos anos nos moldes da geografia cultural, que buscou

incorporar noções como percepção, imaginário, simbolismo e representação (CASTRO, 2004).

Para a historiografia, a paisagem está associada, especialmente, ao campo do patrimônio cultural, ou seja, o conceito vem sendo adotado, inclusive, como tipologia para o reconhecimento de determinados bens culturais, caracteristicamente marcados pela interação entre o homem e a natureza. Brandão e Araújo (2015) resgatam Raymond Williams ao afirmar que não cabe à historiografia somente resgatar a história da paisagem, tanto na literatura, como na pintura ou na cultura em geral. Mas, sua análise deve relacionar essas histórias à história comum de uma terra e da sociedade que nela vive (RAYMOND WILLIAMS, 1989, p. 167 apud BRANDÃO E ARAÚJO, 2015, p. 73).

Outro conceito que, de acordo com Moreira (2001, p.55-56) associava-se à ideia de paisagem no século XVIII, estendendo-se pelo XIX, é o chamado “pitoresco”. A autora afirma que, no contexto dos viajantes, especialmente ingleses, duas correntes se vinculavam ao pitoresco. Uma delas delimitava a experiência do artista amador, “turista”, que em viagem buscava por cenas abruptas e selvagens da natureza. A outra corrente, orientava-se pela ideia do *gentleman* empreendedor, na medida em que o viajante buscava a transformação de um lugar pitoresco em outro aprazível para se viver, especialmente quando se tratava de propriedades rurais.

Moreira (2001) reforça ainda que, o pitoresco estava no contexto das viagens relacionado à ideia de exótico, abarcando coisas que embora exóticas, não eram, necessariamente, pitorescas. Assim, o termo pitoresco associar-se-ia frequentemente àquilo que era exótico ao europeu, acessado através das viagens e expedições marítimas. Por esse motivo, segundo a autora, encontramos tantas obras e ilustrações desse período que levam “*pitoresco*” no título.

Para Souza (2014, p. 63), “o pitoresco é o que não é europeu; quanto menos europeu, melhor”. Assim, uma viagem à França ou outra paisagem europeia “não daria um relato de viagem”, não porque os exemplos fossem nela inexistentes, mas, faltariam elementos suficientes que contrastassem com o olhar do viajante, tanto em relação aos seres, quanto à própria paisagem (SOUZA, 2014, p. 63).

A paisagem tropical, surge, portanto, como a maior referência para a construção da ideia de pitoresco, sua flora e fauna rapidamente povoam o repertório de imagens do europeu. Moreira (2001) explica que se convencionou denominar de *trópico*, ou outras variações, como *zona tórrida*, alguma coisa culturalmente estranha e ambientalmente diferente da Europa.

Justamente essa *estranheza*, causada pelo deslumbre diante da exuberância da natureza criaria, segundo Souza (2014, p. 58), “um sentimento de desproporção entre as dimensões da natureza tropical e os recursos do quais a ciência – e, portanto, eles próprios,

viajantes – dispõe para descrevê-la; como se o aparato europeu se apequenasse diante da tarefa”.

Segundo o autor, a atração inicial sentida pelo viajante em seu primeiro contato com paisagem brasileira é causada pela diferença visual associada a ela, quando comparada às paisagens europeias, por exemplo, por isso, quase sempre é descrita como deslumbramento. Tal qual relata Saint-Hilaire (2000) em sua chegada ao Brasil:

Quando um europeu chega à América, e que, ao longe, avista as matas virgens pela primeira vez, admira-se de não mais perceber certas formas curiosas que admirou nas nossas serras quentes, e que aqui estão confundidas nas massas de vegetação; admira-se de encontrar, nos contornos das florestas, tão pouca diferença entre as do Novo-Mundo e as do seu país; e se alguma coisa o surpreende, é unicamente a grandeza das proporções e o verde carregado de austero. Para conhecer toda a beleza das florestas tropicais é necessário penetrar nesses retiros tão antigos como o mundo. Lá nada faz lembrar a fatigante monotonia dos nossos bosques de carvalhos e pinheiros; cada árvore ostenta, por assim dizer, um porte que lhe é próprio; cada qual tem sua folhagem, que frequentemente difere do matiz das árvores vizinhas. Vegetais gigantescos, que pertencem às famílias mais afastadas, misturam seus ramos e confundem suas folhas. (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 22 – Original publicado em 1837).

Essa sensação de “espanto”, obtemos em diversos relatos, por exemplo, na descrição feita pelo francês Francis de Castelnau, em passagem pelo Rio das Velhas, paisagem a qual, ele mesmo descreve como *pitoresca*:

[...] nada mais **pitresco**, diz Weddell, do que este rio cujos contornos se veem de longe desenhar-se por entre a **luxuriante vegetação**, aqui desaparecendo por detrás de uma colina, acolá aparecendo de novo para, logo depois, mais uma vez esconder-se. A travessia, bastante perigosa dada a instabilidade das embarcações feitas de um só tronco escavado de árvore, foi-nos muito bem paga pela **magnificência dos lugares** por onde passamos. Eu já havia visto muitas matas virgens; mas nenhuma me impressionou tanto pela **magia da decoração** como a que me era dado admirar nesse momento. Para isso muito contribuía a presença da grande palmeira indaiá, já observada por nós em chapéu de uvas e em Pitangui. (CASTELNAU, 1949, p. 205-206. Grifos nossos – Original publicado em 1850-57).

O pitresco não despertaria, entretanto, somente as sensações de estranhamento ou deslumbramento, mas, de proximidade e identificação, entre o viajante e o lugar visitado:

Talvez pela primeira vez em minha vida, não tendo nada melhor para fazer, deixo-me ir, sinceramente, sem mistura, ao prazer de adornar essa natureza estranha com horizontes distantes, perspectivas vastas, infinitamente menos ricas, incomparavelmente menos luxuriante que o dos arredores do Rio, mas que tem para mim um encanto singular, uma **atração indefinível**, que nunca teve, que nunca terá as mais magníficas florestas virgens. Ali, em meio a essas árvores gigantescas, essa vegetação exuberante, essa desordem impenetrável, sem ar, sem espaço e quase sem luz. o homem, cercado por

todos os lados, deve se sentir esmagado pela natureza, desamparado, aniquilado - ou não sentir nada, o que é melhor - mas aqui, no meio desses imensos pastos, onde o olho caminha, para perda de visão, sem encontrar nada além de picos descobertos, sem descobrir quase outros animais além dos bois que pastam na encosta, sem perceber nenhum outro vestígio humano que o caminho por onde andamos, caminho dos animais em vez de pessoas, eu finalmente sinto a **sedução que o deserto exerce** [...]. (SELYS-LONGCHAMP, 1875, p. 82-83, grifos nossos; tradução nossa¹³³).

Essa relação com o pitoresco e suas variadas formas de aparecimento nos relatos de viagem, está, talvez, mais enraizada na constituição científica da geografia do que possamos imaginar. Atraídos pelo método positivista e preocupados com o rigor metodológico dessa corrente de pensamento, muitos geógrafos – e viajantes, debruçaram-se sobre etapas importantes do procedimento científico como a observação e a descrição, a comparação e a conclusão, “assim, a tradição das narrativas de viagens e das descrições regionais se encontrava incorporada em sua construção científica” (GOMES, 2016, p. 209).

A inspiração romântica

Johann W. Goethe foi mais de uma vez inspiração para os viajantes do século XIX. O poeta, que influenciou a grandiosa obra de Humboldt e sua percepção da natureza, foi também escolha feita por outros “homens da ciência” na busca por sua interpretação da paisagem.

Entre eles, está Hernst Hasenclever, comerciante alemão que esteve no Brasil entre 1837 e 1844 para prestar auxílio ao seu primo na sucursal da “Casa Hasenclever” aberta na capital do Império. Em seu trajeto pelo Brasil imperial, com atenção especial para a província de Minas Gerais, Hasenclever procurou incorporar em seus relatos e iconografia a percepção romântica da paisagem, inspiração trazida dos textos de Goethe.

Assim, de modo semelhante à Humboldt, que procurou estabelecer com a paisagem uma conexão que ultrapassava o empirismo puro, na busca por caminhos mais reflexivos e

¹³³ Pour la première fois peut-être de ma vie, n'ayant rien de mieux à faire, je me laisse aller, sincèrement, sans mélange, au plaisir d'admirer cette nature étrange aux horizons lointains, aux vastes perspectives, infiniment moins riche, incomparablement moins luxuriante que celle des environs de Rio, mais qui a pour moi un charme singulier, un attrait indéfinissable, que n'ont jamais eu, que n'auront jamais les plus magnifiques forêts vierges. Là, au milieu de ces arbres gigantesques, de cette végétation exubérante, de ces fouillis impénétrables, sans air, sans espace et presque sans lumière l'homme, enserré de toutes parts, doit se sentir écrasé par la nature, impuissant, anéanti — ou bien ne rien sentir, ce qui vaut mieux — mais ici, au milieu de ces pâturages immenses, où l'oeil se promène, à perte de vue, sans rencontrer autre chose que des cimes dénudées, sans découvrir presque d'autres animaux que les boeufs paissant sur le versant des coteaux, sans apercevoir d'autre trace humaine que le sentier où nous marchons, sentier de bêtes plutôt que de gens, j'éprouve, enfin, cette séduction que le désert exerce [...].

abstrados, que promovessem a interlocução com a filosofia e a arte, Hasenclever também construiu sua interpretação da paisagem sob essa perspectiva.

Brandão e Araújo (2015) afirmam que a inspiração de Hasenclever segue com fidedignidade o método cognitivo de Goethe, ou seja, não preza pela separação entre sujeito e objeto, recorrente na fragmentação do conhecimento científico a partir do século XIX. Andriolo apud Brandão e Araújo (2015, p. 68) segue explicando o referido método:

Diversos autores apontaram o processo de gestação de um método de conhecimento desenvolvido por Goethe ao longo da viagem à Itália, fomentado pelo ato de viajar e pela posição do olhar frente às paisagens, às obras de arte, aos elementos da natureza e às pessoas dos lugares [...] a visão se torna ela própria objeto de conhecimento, o visível deixa de ser algo incorpóreo e torna-se hóspede do corpo humano, responsável pela produção de fenômenos dissociados do mundo exterior. Inversamente à transparência do conhecimento clássico, Goethe apresenta a opacidade do observador como condição à aparência do fenômeno.

Buscando inspiração em Goethe, tal qual fez Humboldt, Hasenclever propôs-se a viajar pelo Brasil, em especial por Minas Gerais, desenvolvendo sua habilidade de contemplação dos lugares, captando sua essência e procurando não a subordinar a seu olhar. Assim, o alemão atenta para a reprodução fidedigna dos lugares e objetos em uma outra perspectiva que não a científica que prevalecia entre os viajantes da época (BRANDÃO E ARAÚJO, 2015).

Não somente em seu texto, mas também em seus desenhos, é possível observar a representação da paisagem assumida por Hasenclever. O conjunto iconográfico por ele produzido revela uma “energia muito particular e são o resultado de um tremendo esforço no sentido de compartilhá-las e de, minuciosamente, tentar fazê-las corresponder ao real observado” (Figura 32) (BRANDÃO E ARAÚJO, 2015, p. 69).

Figura 32: Ouro Preto e Pico do Itacolomi. Desenho a lápis.



Fonte: HASENCLEVER, 2015.

Ao ler o texto, temos a mesma impressão:

Ouro Preto, a capital da província de Minas e sede do governo, antigamente chamada de Vila Rica, situa-se em 19° 45' de latitude sul, no encontro de duas cadeias de montanhas. É compreensível que tal local não possa ser plano. Pelo contrário, a paisagem é de colinas e morros. Nesse espaço, ou melhor, em cima desses morros e vales profundos, ergue-se essa cidade curiosa. Ela consiste praticamente de uma única rua comprida e sinuosa que serpenteia pelo terreno irregular, subindo morros e passando por vales, onde ficam duas belas pontes de pedra. Assim, parece que são várias ruas até que, ao virar uma esquina, percebemos que estamos defronte da mesma igreja pela qual passamos um quarto de hora antes. Por conseguinte, trata-se de um único caminho, cortado em ambos os lados, aqui e ali, por becos pequenos sem saída ou dando origem a uma trilha íngreme que leva para alguma capela isolada (HASENCLEVER, 2015, p. 156-157 – Original publicado em 1839).

O viajante prossegue que:

[...] fica deslumbrado com a vista do alto de onde se sobressaem as edificações mais importantes da cidade, como as lindas igrejas, o palácio, a câmara, etc., situadas na parte alta. Inúmeras casas, muito brancas, enfeitam a cidade, escondendo do olhar a parte baixa, acobertada pelas montanhas. Com seus picos rochosos e escuros, a serra de Ouro Preto forma um fundo perfeito desse belo cenário. No ponto mais alto da cidade, o Alto da Cruz, fica uma igreja de silhueta esbelta e elegante que chama a atenção do distante observador. Uma escada de pedra comprida conduz até lá. Logo atrás dessa igreja, fica o ponto mais elevado da serra, encimado por duas colunas rochosas que os índios chamam de Itacolomi, que quer dizer “filho da pedra”, porque uma é menor que a outra. A formação principal da serra é granito.

Essas colunas, porém, são formadas por uma massa silicosa e avermelhada que, com alto grau de certeza, foi recentemente identificada como a rocha matriz dos diamantes em Serro Frio, no distrito dos diamantes (HASENCLEVER, 2015, p. 156-157 – Original publicado em 1839).

Se o retrato de Ouro Preto e do imponente Itacolomi guardam com fidedignidade as características urbanas e naturais, em traços delicados, porém consistentes, que revelam diferentes perspectivas da visão da cidade naquele 1839, observa-se que Hasenclever é ainda mais detalhista ao descrever sua passagem pela cidade. Essa preocupação, recorrente em todo o texto, revela-se novamente a cada paisagem visitada, como por exemplo, o trajeto pelo Rio Guandu, na província do Rio de Janeiro:

[...] largura de mais ou menos quarenta passos, cujas margens são excepcionalmente belas, ornadas com ricos arbustos. [...] quando a luz iluminava por momentos a região, a vista era deslumbrante. De um lado os muitos picos e o cume mais alto da Serra de Botais, e de outro, entre matas abertas, vales com casas de lavradores rodeadas por lugarejos de negros localizados em meio às plantações de café, com suas cores verde-claro, contrastavam com as matas escuras, já que a floresta virgem, com suas palmeiras e árvores floridas de todas as cores, sempre forma o fundo do tapete maravilhoso que a natureza tropical do Brasil estendeu em todos os cantos (HASENCLEVER, 2015, p. 126 – Original publicado em 1839).

A descrição da paisagem feita por Hasenclever, quase nos faz transportar para aquele lugar e momento, dada sua riqueza de detalhes e escrita cuidadosa. Talvez fosse mesmo esse o propósito do alemão. Especialmente, diante de sua perspectiva sobre a viagem ao Brasil:

Eu queria conhecer um país que me fosse completamente desconhecido, atravessar as províncias onde um povo com muitas particularidades constrói poucos vilarejos e cidades e as singelas estradas militares só apresentam raras casas residenciais. Um denso véu encobria aquilo que eu só iria descobrir a cada passo. Descrições além da incerteza de se o tempo gasto e os problemas e as privações que precisaria enfrentar, renderiam o retorno esperado desta viagem (HASENCLEVER, 2015, p. 126 – Original publicado em 1839).

Ainda que voltadas para uma outra compreensão e interpretação do significado da paisagem, Hasenclever também não abandona a perspectiva fisiológica e traz para seu relato a caracterização do relevo e dos biomas, alinhada à sua interpretação romântica:

O Brasil se divide em suas paisagens distintas. De norte a sul, é dividido em duas partes desiguais por uma cadeia de montanhas longas e muito ramificadas, que Eschwege denominou muito apropriadamente de serra do Espinhaço. A parte mais estreita entre a serra e o mar é montanhosa e densamente coberta de mata virgem. A outra parte constitui-se de campos quer dizer, de cobertura herbácea intercalada de matas isoladas de maior ou menor porte. Ao norte, a última parte é muito montanhosa e só se torna mais

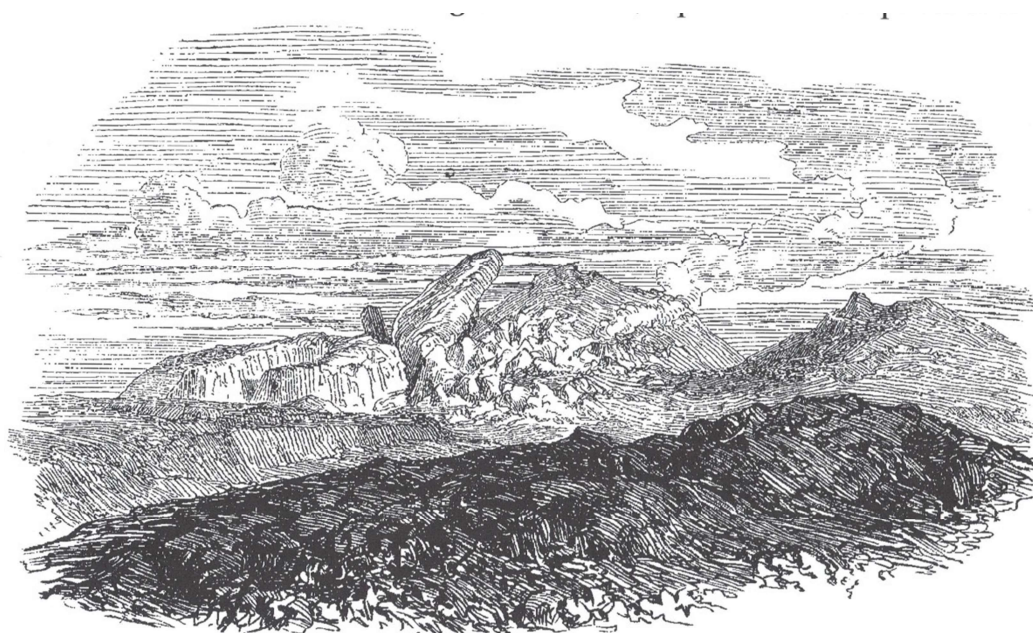
plana bem ao sul, na província do Rio Grande do Sul, nos pampas. O oeste do país, a região menos conhecida do Brasil, é a mais triste, onde só se encontram matas de vegetação raquítica e por isso é denominada sertão (HASENCLEVER, 2015, p. 136-137 – Original publicado em 1839).

Essa postura também coincide com a de Humboldt, que também influenciado pelo método de Goethe, não abandona a descrição da paisagem em sua perspectiva fisiológica, ainda que seja, quase permanentemente aliada ao romantismo interpretativo.

Diferenças claras entre o perfil interpretativo de Hasenclever para outros viajantes do período podem ser observadas, por exemplo, em comparação com a descrição e ilustração de Tschudi (2006) (Figura 33) da mesma paisagem do pico do Itacolomi. Ao contrário de Hasenclever, sua ilustração é “precisa” e “detalhada” no que se refere ao perfil da rocha, suas características e formação. Desse modo, a paisagem do entorno é retratada como pouco atrativa, não possuindo elementos outros que a integrem à cidade de Ouro Preto, e não havendo a preocupação do viajante em relatá-la sob outros aspectos que não os geológicos e físicos.

Observamos aqui, por esse motivo, a influência do método racionalista usado por Darwin, que, estando em um polo epistemológico oposto ao de Humboldt, como tratado no capítulo 2, dá preferência à racionalidade e fidedignidade aos aspectos visíveis, bem como, o apego aos procedimentos de observação e comparação, caros ao método positivista. Assim, a paisagem tal qual descrita por Tschudi (2006) não reflete preocupações outras que não as evidentes no texto do viajante, referentes aos aspectos físicos da rocha e da vegetação no seu entorno.

Figura 33: Ouro Preto e Pico do Itacolomi. Desenho a lápis.



Fonte: TSCHUDI, 2006.

A descrição que segue, acompanha o mesmo sentido da imagem:

Somente no segundo dia de estada em Ouro Preto é que avistei, à tarde, o pico do Itacolomi localizado defronte a cidade. Até então, ele estava encoberto por nuvens densas e escuras. Sua visão me surpreendeu. A rocha nua e fraturada, as encostas cobertas por vegetação escassa, a rocha do pico com uma forte inclinação para o lado e na base de outro rochedo, quase na forma de uma coluna, posicionado na direção contrária a primeira formam, em seu conjunto, uma paisagem pitoresca e rara. (TSCHUDI, 2006, p. 25 – Original publicado em 1866-69).

Igualmente descritiva e carregada de teor essencialmente descritivo, característica dos relatórios científicos produzidos por instituições como a Comissão Geológica do Império, é a discussão travada por Orville Derby (1881) acerca das características do itacolomito, sendo:

membro d'uma extensa serie de camadas, mais ou menos metamorfoseadas, serie esta largamente desenvolvida na parte central do Império [...]. em aspecto o itacolomito differe pouco de muitos grés não alterados, porém estando associado com uma serie não metamórfica, deve dar-se-lhe o nome de quartzito. Esta serie acha-se magnificamente exposta na cidade de Ouro Preto e na base da serra de Itacolomi, onde os numerosos cortes naturaes e artificiaes não deixam duvida quanto ao lugar e as relações do itacolomito na serie a que pertence. O Pico do Itacolomi, bem como a próxima Serra do Ouro Branco, é pela maior parte constituído de possantes camadas de grés, muito semelhante ao itacolomito quando visto em amostras destacadas, mas jazendo em estractificação discordante sobre as camadas metamórficas entre as quaes se acha o verdadeiro itacolomito. (ORVILLE DERBY, 1881, p. 122).

Ou ainda, a descrição observada no relato dos geólogos e mineralogistas Jacob Christian Heusser e Georg Claraz, suíços que estiveram no Brasil em 1856, e empreenderam viagem por Minas Gerais, publicando *Physikalische und Geologische Forschungen in Innern Brasiliens*¹³⁴ em 1859, sem tradução para o português. De imediato no trabalho, os cientistas esclarecem seu objetivo ao percorrer as montanhas de Minas Gerais, ao longo da Serra do Espinhaço, afirmando que naquela localidade “[...] o estudo mineralógico e geológico oferece muito mais variedade e interesse do que nas montanhas costeiras” (HEUSSER; CLARAZ, 1859, p. 447, tradução nossa¹³⁵).

Sobre o Itacolomi, eles observam: “A rocha que forma o Itacolumi, o itacolumito, é um arenito de quartzo friável com textura xistosa. Os estratos das rochas formam as

¹³⁴ Pesquisas físicas e geológicas no interior do Brasil.

¹³⁵ Das mineralogische und geologische Studium derselben bietet ungleich mehr Mannigfaltigkeit und Interesse als im Küstengebirge.

incontáveis pontas já mencionadas, todas voltadas para oeste ou oeste-noroeste. (HEUSSER; CLARAZ, 1859, p. 453, tradução nossa)¹³⁶.

E atribuem a Eschwege a primeira análise da formação rochosa afirmando que o alemão “[...] tornou-a famosa em dois aspectos, como a montanha mais alta do Brasil e como o principal portador do arenito flexível. (HEUSSER; CLARAZ, 1859, p. 452, tradução nossa).¹³⁷

A descrição ausente de características que não aquelas de valor científico permanecem na medida em que os viajantes avançam sobre o pico:

A subida é acentuada e é tão pedregosa que o caminho só pode ser percorrido a pé. Característica de toda a cena é o aparecimento de uma miríade de cristas rochosas nuas, principalmente direcionadas para o mesmo lado (oeste), cuja formação só pode ser atribuída ao intemperismo [...]. (HEUSSER; CLARAZ, 1859, p. 453, tradução nossa)¹³⁸.

Sob influência romântica, por sua vez, escrevendo na segunda metade do século XIX, está o francês Charles Ribeyrolles, que esteve no Brasil entre 1858 e 1861, permanecendo no entorno do Rio de Janeiro e algumas regiões de Minas Gerais. Em dois volumes publicou *Brasil Pitoresco* (Original publicado em 1861) obra que ultrapassa o propósito de um diário de viagem e faz um resgate histórico desde o início da colonização.

Republicano convicto, exalta a Revolução Francesa e condena a monarquia, orientando que o Brasil deve seguir o caminho da liberdade e democracia:

Mas não basta reconhecer a soberania nacional e engastá-la como uma joia. Que importa o povo ser nomeado nos textos, se ele não intervém no exercício ou se não pode delegar senão misérias? Há países em que a vontade nacional é lembrada em todos os decretos, em que o sufrágio universal é consagrado pela Constituição e funciona regularmente: o povo elege, nomeia, porém, seus delegados nada têm que se manifestar sobre a paz ou a guerra, nem sobre os tratados e as alianças. Apenas chancelam. Que é, no fundo, um tal governo? A ditadura disfarçada sob as formas e hipocrisias democráticas. (RIBEYROLLES, 1980, p. 100, v.2).

Para o viajante francês, no entanto, era preciso caminhar no sentido da democracia ausente de “hipocrisias”, àquela que não representa o povo em sua essência. A manifestação pela instauração da República, desejo outrora reivindicado pela arcádia brasileira e os poetas

¹³⁶ Das Gestein, aus welchem der Itacolumi besteht, der Itacolumit, ist ein mürber Quarzsandstein mit schiefriger Textur. Das Ausgehende der Schichten bildet die bereits erwähnten unzähligen Köpfe, die alle gegen West oder Westnordwest blicken.

¹³⁷ Eschwege in doppelter Beziehung berühmt gewordenist, als höchster Berg Brasiliens und als Hauptträger des merkwürdigen biegsamen Sandsteins.

¹³⁸ Dieser steigt steil an und ist so steinig, dass der Weg nurzu Fuss zurückgelegt werden kann. Fürden ganzen Stock ist charakteristisch das Hervortreten einer Unzahl kahler, meistnach derselben Seite (West) gerichteter Felsenspitzen, deren Entstehung nur der Verwitterung zugeschrieben werden kann [...].

inconfidentes, ainda que somente do território das Minas Gerais, fez-se presente nos anos que antecederam a Proclamação.

Se o romantismo ganha corpo com raízes na literatura inglesa do século XVIII e na filosofia alemã do mesmo século, as revoluções inglesa e francesa servem como pano de fundo para sua consolidação. Nesse contexto, o subjetivismo e o personalismo se manifestam e, em âmbito coletivo, a construção da Nação aparece como necessidade imperativa. Assim,

[...] um país do Novo Mundo como o Brasil buscava recriar toda a sua história, inserindo, assim como muitos europeus, em seu passado um país unificado onde antes só havia províncias distantes; em suma, para unificar a nação recém-libertada e desenvolver uma futura pátria orgulhosa, era necessário recriar a história justamente daquele período que os intelectuais e artistas buscavam superar: o Brasil colonial. (SANTOS, 2018, p. 90).

Como parte importante desse processo está a valorização da natureza e sua contemplação. Assim como em Ernst Hasenclever, Charles Ribeyrolles busca inspiração em Goethe para assimilar seu entendimento sobre o meio natural, e a paisagem surge no texto como um elemento vivo, relatado em tom poético. Em sua passagem por Ubá num dia chuvoso, reflete:

A bela natureza tropical tem, como todos os organismos delicados e vigorosos, **suas tristezas, suas crises, suas convulsões**, e aqui, quando o **céu chora**, suas lágrimas são tempestades. As nuvens carregadas, ofegantes, rápidas como carros assustados. Um vento de fogo as impele, o fuzil as despedaça e o trovão estoura as suas metralhas num fundo de trevas. Tudo é inquieto sobre a terra, no mar nas florestas. O corvo alcança as brechas onde habita, a serpente os seus troncos, o melro¹³⁹ os seus esconderijos e os pequenos batráquios¹⁴⁰ estremecem nos charcos. Todas as vozes estão no vento. Isso não dura muito. Em pouco, o temporal vaza as nuvens. Os elementos se calam. E a chuva torrencial se despeja da abóbada como de um teto esburacado. (RIBEYROLLES, 1980, p. 240, v.1, grifos nossos).

Não só os fenômenos climáticos despertam interesse no viajante, mas aparecem ainda menções detalhadas à fauna e à flora, descritas no mesmo tom romântico em praticamente todo o texto, com intuito de transportar o leitor para o interior das paisagens vivenciadas por ele:

O sol doura as cortinas verdes e sombrias, sem que as penetre. Um único feixe de raios passa, em espiral, por entre os ramos secos e esbranquiçados de um velho iriribá queimado, e beija embaixo, a meus pés, as impoméias de flores rubras. Pequenas caravanas em marcha fazem sussurrar as folhas.

¹³⁹ Ave pertencente ao gênero *Turdus*. Ocorre naturalmente na Europa, Norte de África, Médio Oriente, Ásia Meridional e Ásia Oriental, e foi introduzida na Austrália e Nova Zelândia na segunda metade do século XIX.

¹⁴⁰ Classe dos vertebrados anfíbios.

São os trabalhadores da mata, isentos e lagartos que fazem a colheita ou a caça. A borboleta debruça-se nos cálices que a abelha caba de visitar. A tribo das formigas neutras vai em grupos à procura dos pulgões, e o medroso preá, oculto sob os musgos, rói à distância folhas e raízes. Ao passo que as capivaras, os veados e as antas almoçam longe, sob os caramanchões isolados, entre as rochas. E muitas léguas se atravessariam nesses bosques sem encontrar a onça, a caçadora rajada de branco e preto, que costuma seguir os botocudos. Acima dos cipós e dos fetos, através dos ramos mais altos, tagarelam os papagaios debaixo das folhas verdes. Saguís gulosos do inseto cabriolam, à espreita. A cigarra estridula monotamente. O beija-flor procura o pólen. Há poucos pássaros canoros. Mas que esplêndidas librés ostenta toda essa companhia alada que suga o néctar da flor! Embaixo, no relvado, há menos bulha. Um mundo trabalhador aí vive e se anima, os troncos de árvores são povoados. As raízes escondem as colmeias. A casca abriga legiões. A seiva espouca. Há vida em tudo. É a criação incessante universal, infinita, que nada esgota e que vive da morte. (RIBEYROLLES, 1980, p. 256, v.1).

A objetividade na descrição das paisagens, em tom positivista e com rigor científico, também aparece em outros relatos com frequência. Johann Emanuel Pohl, médico, mineralogista e botânico que esteve no Brasil entre 1817-1821, percorreu os caminhos menos usuais entre os viajantes da época. Seu espírito desbravador e sempre animado pelas possibilidades de descobertas científicas, levou-o em certa ocasião, de passagem pela Serra da Estrela, atual município de Magé no Rio de Janeiro, à Fazenda Mandioca, de propriedade do Barão de Langsdorff, que a adquiriu em 1816, transformando-a em ponto de paragem para os muitos viajantes de passagem por ali. Na descrição da serra, entende-se o propósito exclusivamente descritivo daquela paisagem, ausente das *romantizações* aparentes em outros discursos:

A rocha granítica da Serra da Estrela, sobre a qual passa a estrada para o norte do interior da Capitania, é um prolongamento da Serra dos Órgãos, em parte escarpada e cheia de cumes, que se vê do Rio de Janeiro. Dirige-se esta, de leste a oeste, da costa entre Macacu Cantagalo, e recebe diferentes nomes, como já dissemos, conforme suas ramificações. Esta montanha termina na Capitania de São Paulo, na Lagoa Grande dos Patos, a 31° de latitude Sul. Em Mandioca aparece a serra em cones arredondados, que, segundo a medição barométrica de Eschwege, tem a elevação máxima de 1.190 metros acima do nível do mar. Para o lado sul há vertentes alcantiladas; contudo passa por cima delas uma estrada calçada com pedras, cheia de curvas, de três braças de largura e uma légua de comprimento, a qual, em razão das suas escarpas, nunca poderá ser trafegada por carros. Aliás, nem mesmo por animais deverá ser transitada. Aqui nasce o Rio *Inhumirim*, que serpenteia velozmente como humilde riachinho (pelo menos na estação seca, quando o vi) entre espessas florestas e fetos arborescentes, Pothos, Marantáceas, begônias, Piperáceas e inúmeras outras plantas que apreciam a sombra e a umidade. (POHL, 1976, p. 74-75 – Original publicado em 1832).

Igualmente rigoroso na descrição da paisagem e, de passagem, pela mesma localidade que Pohl (1976), o francês Francis de Castelnau, em expedição até Minas Gerais em 1843, faz referência à formação geológica da região da Serra da Estrela:

Depois de Sumidouro, a direção do caminho é geralmente para o norte, ao passo que a das montanhas é de leste para oeste. Vimos numa barroca uma jazida de greda cinzenta, com veios pardacentos e roxos devidos à presença de óxido de ferro. Os granitos, que formam sempre a composição geológica do país, apresentam alguns depósitos superficiais de argila. O solo é, de regra, uma terra vermelha, composta de detritos de rocha granítica. Desce-se até o paraíba, atravessando uma sucessão de gargantas e espigões, sempre em direção perpendicular ao eixo da serra. Nas proximidades do rancho da encruzilhada, aparecem gnaisses bem caracterizados; têm cor cinzento-azulada e seus estratos, muito compactos, não têm mais do que duas ou três linhas de espessura. Esses gnaisses, sublevados evidentemente pelo granito, correm paralelamente ao eixo do rio; seu mergulho é norte 15 a 20 graus oeste. Assim, as camadas são levantadas para o sudeste, a 15 ou 20 graus do sul. À medida que desce para o rio, as camadas de gnaisses se tornam menos inclinadas, aproximando-se mais e mais da verticalidade, até que, ao chegar ao rio, se tornam efetivamente quase verticais. Elas aí contêm grande quantidade de granadas, e apresentam, graças ao óxido de ferro, uma tonalidade avermelhada, ou mesmo cor de ferrugem. Perto do rancho da encruzilhada o mergulho das camadas é tal, que ele corresponde a um ângulo de três ou quatro graus apenas com o plano vertical, tendo-se assim a prova de que o levantamento se processou do sul para o norte, isto é, de Porto Estrela para o Paraíba, erguendo as camadas cada vez mais, à medida que se chega mais perto deste último. (CASTELNAU, 1949, p. 115 – Original publicado em 1850-57).

Se os viajantes e seus relatos transitavam entre a descrição da natureza positivista, direta, mecânica e descritiva, e outras de caráter romântico, no sentido do idealismo alemão, podemos encaixar nessa última descrição, o texto de dois importantes naturalistas alemães, responsáveis por compor um dos relatos mais relevantes sobre o Brasil do século XIX: Spix e Martius.

Embora tenham sido responsáveis por uma das maiores coletas de material biológico, construindo rico acervo com exemplares de nossa fauna e flora e seu texto tenha caráter descritivo com rigor científico em diversos momentos, verificamos que, conforme já apontado por Lisboa (1997, p. 25), Spix e Martius apresentavam características que fizeram a autora denominá-los de “historiadores da natureza”, repletos de questões e pensamentos que definiam especificidades em seu modo de enxergar o mundo natural.

Lisboa (1997, p. 25), ao resgatar as heranças intelectuais de Spix e Martius, compreende que, sua interpretação da natureza advém de nomes que estavam, naquele momento, questionando o enciclopédismo setecentista. Assim, os viajantes alemães encontram-se alinhados ao pensamento naturalista de Goethe e Humboldt, além da *Naturphilosophie* de Schelling.

Humboldt, conforme sinalizado em capítulo anterior, constrói, inspirado por Georg Foster e sua prática de viagem, e Goethe, pautado na união entre poesia e ciência, um método específico de interpretação da natureza, baseado em um “estilo estético-científico”. Nesse sentido, a viagem em Humboldt transitava entre dois polos opostos que, segundo Lisboa

(1997, p. 41), se consolidaram ao longo do século XVIII, “a missão científica, representada pelos relatos ancorados no pensamento enciclopedista, e a viagem sentimental, na linha do que Sterne propusera”.

Naturalmente, a relevância da produção científica de Humboldt arrebatou seguidores durante o século XIX. Seu método de pesquisa e seus objetivos científicos, atraíram especialmente os naturalistas que se dirigiram aos trópicos após sua vinda. Entre os quais, figuram Spix e Martius, que ao construir os volumes de *Viagem pelo Brasil*, cumprem dois objetivos essenciais segundo Schiller acerca da literatura errante: instruir e entreter. Talvez por isso, sua obra construa um diálogo bastante próximo do romantismo alemão, com temáticas como a fuga ao urbano, o retorno a vida natural, o interesse pelo “exótico”, tendo todos contribuído para que a literatura de viagem fosse apreciada na Alemanha do início do século XIX (LISBOA, 1997, p. 47).

Paralelamente à construção romântica do relato científico, Spix e Martius utilizaram-se de um método sistemático da história natural, pautado no rigor classificatório do naturalista Lineu, que, sobrepondo-se aos demais existentes para a botânica entre 1647 e 1775, tornou-se a norma a ser seguida para a taxonomia do mundo natural, permitindo que toda a natureza pudesse ser classificada e enquadrada em uma taxonomia (LISBOA, 1997, p. 68).

Segundo Pratt (1999, p. 59), a partir das contribuições de Lineu, as viagens e seus relatos jamais seriam os mesmos. Afinal,

[...] fosse uma dada expedição primariamente científica ou não, fosse o viajante um cientista ou não, a história natural desempenharia algum papel nela. A coleta de espécimes, a construção de coleções, o batismo de novas espécies, a identificação de outras já conhecidas, tornaram-se temas típicos nas viagens e nos livros de viagem.

Assim, segundo a autora, a partir do rigor da classificação taxonômica e do estabelecimento de uma ordem de classificação global, a observação e a catalogação se tornaram narráveis, constituindo-se como uma possibilidade de se criar uma sequência de eventos ou mesmo um *enredo*.

Esse método de escrita foi essencial para as obras de Spix e Martius. Reforça-se que, além de *Viagem pelo Brasil*, de caráter mais “comercial” e acessível a uma gama variada de leitores, os cientistas bávaros publicaram obras voltadas para o público acadêmico, como *Flora Brasiliensis* e *Historia Naturalis Palmarum*, que trata das palmeiras brasileiras e de outras regiões tropicais do planeta, inspirada pelos *Quadros da Natureza* de Humboldt (LISBOA, 1997, p. 71).

A inspiração romântica, por sua vez, não aparece somente enquanto um movimento de oposição ao racionalismo do Século das Luzes, mas, como uma visão de mundo pautada no sentimento, que busca a “nostalgia das sociedades pré-capitalistas e uma crítica ético-

social ou cultural ao capitalismo” e a valorização de virtudes anteriores a esse sistema econômico, tais como, “valores qualitativos (valores de uso, éticos, estéticos e religiosos), a comunidade orgânica entre os indivíduos, o papel essencial das ligações afetivas e dos sentimentos” (LISBOA, 1997, p. 72).

E é justamente transitando entre os caminhos da ciência e da poesia, que Spix e Martius constroem seu relato. Não se pode ignorar como afirma Lisboa (1997, p. 92), que sua “observação científica do mundo natural é poetizada; é estetizada”. O que observamos em *Viagem pelo Brasil*, segundo a autora, são as *cenas da natureza*, a união entre “a interpretação científica e o sentimento evocado pela observação do mundo natural”.

No relato dos viajantes encontramos o que Cândido (1959, p. 278) chamou de “singularidade da emoção dos autores”. Desde a chegada no Rio de Janeiro vislumbramos com clareza essa perspectiva:

O dia estava encantadoramente claro e límpido, e o vento favorável nos levou além do alto cabo. Não tardou a patentear-se aos nossos olhos, embora ainda distante, a grandiosa entrada do porto do Rio de Janeiro. À direita e à esquerda, elevam-se, como portões da baía, escarpados rochedos, banhados pelas vagas do mar; o que domina ao sul, o Pão de Açúcar, é um conhecido marco para os navios afastados. Depois do meio-dia alcançamos, aproximando-nos cada vez mais do mágico panorama, os colossais portões de rocha, e finalmente por eles entramos no vasto anfiteatro, onde o espelho do mar reluzia como sossegado lago, onde espalhadas em labirinto, ilhas olorosas verdejavam, limitadas no fundo por uma serra coberta de matas, como jardim paradisíaco de exuberância e magnificência. Do Forte de Santa Cruz, pelo qual a nossa chegada foi anunciada à cidade, trouxeram-nos uns oficiais da marinha a licença para nos adiantarmos. Enquanto se tratava desses pormenores, todos e deleitavam na contemplação do país, cuja doçura, cuja variedade encantadora e cujo esplendor superam muitos todas as belezas naturais, que jamais havíamos visto. (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 43, v.1 – Original publicado em 1823-31).

Uma vez mais o Itacolomi é descrito para além de sua formação geológica. Nos parece que os viajantes procuram nos agraciar com a visão da montanha que irrompe no horizonte de Ouro Preto e compõe uma *cena da natureza* característica de Minas Gerais, mas que, nesse caso, é descrita em conformidade com a estética romântica que envolve aquela paisagem:

Ao meio-dia, estávamos ao pé do mais alto cume cônico, coberto em parte de capim e arbustos baixos, e em parte é parede nua de rochedo; deixamos as mulas, que montamos comodamente até aqui, a pastar nos campos ralos e fizemos a pé a ascensão da última parte da montanha. Do topo descortinou-se-nos [sic] um magnífico e vasto panorama sobre todas as serras circunstantes, dominadas pelo colossal Itacolomi, o mais alto monte da comarca de Ouro Preto, e que é como o centro de um grande sistema de montanhas. A montanha escarpada de minério de ferro de Itabira, com seus dois picos, um dos quais parece uma enorme torre, as montanhas de Coche d'água, as de Lavras Novas, a Serra do Caraça e muitas outras estendiam-

se aos nossos pés. Apresentavam-se todas com a mesma feição, como o próprio Itacolomi, isto é, em prolongadas serras com cumes achatados, e aqui e ali apumadas cristas verdes, sem paredões nus consideráveis. (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 243, v.1 – Original publicado em 1823-31).

Como se observa, por vezes, a descrição da paisagem extrapola os limites da racionalidade positivista, em que o empirismo simplista revela estruturas e fenômenos naturais. A visão estética na análise da paisagem, inaugurada por Humboldt e tratada no capítulo segundo, perpassa o olhar de outros viajantes, e constrói uma lógica diferente daquela repetida pela grande maioria dos cientistas do século XIX.

A paisagem como recurso

Frequente entre os viajantes estrangeiros está a paisagem como recurso potencialmente comercializável. Aquela que será viabilizada a partir de sua utilização como matéria-prima para o desenvolvimento econômico de uma região ou país. Tschudi, viajante e diplomata suíço no Brasil em 1857, recorre a essa conceituação ao descrever a “maravilhosa paisagem que a nova estrada percorre com suas curvas sinuosas ao longo do rio Piabanha [Rio de Janeiro]. A terra é bem cultivada, embora muitas partes do solo permaneçam *inaproveitadas*, algo comum no sistema agrícola brasileiro” (TSCHUDI, 2006, p. 255 – Original publicado em 1866-69).

As descrições seguem no sentido de apontar as principais causas e efeitos dos impactos naturais sobre o sistema produtivo, no caso de Tschudi (2006), é analisado o sistema agrícola em sua passagem por fazendas em Minas Gerais:

É mais que ingênua a opinião contida em algumas obras sobre o Brasil de que neste país o pequeno agricultor precisa trabalhar um mês para comer com abundância o ano todo. [...] As colheitas são, todavia, mais ricas porque o solo é, em média, muito mais fértil. Deve-se levar em conta, entretanto, o fato de que colheitas mal sucedidas são aqui ainda mais frequentes. Às vezes, a estação chuvosa se prolonga, e o agricultor não pode fazer sua queimada ou só pode fazê-la parcialmente. Outras vezes, as chuvas chegam tarde demais e a seara morre pela falta e umidade; algumas vezes, as chuvas se antecipam, e a lavoura, ainda não colhida, sofre grandes prejuízos. Frequentemente, chuvas torrenciais, pragas de insetos, degeneração e outras eventualidades põe o resultado da colheita em risco. (TSCHUDI, 2006, p. 260 – Original publicado em 1866-69).

A agricultura também ganha destaque na obra de Oscar Canstatt. O alemão, assim como Tschudi (2006), considera que o cultivo agrícola está vinculado às características particulares de cada lugar, uma vez que, a área em que a agricultura se destaca no estado

de Minas Gerais, varia conforme a região. Por isso, o Brasil em função de sua “extraordinária variedade de circunstâncias”, possui “grandes contrastes”:

A região das florestas virgens é mais fértil que a vasta região das campinas. Nos vales dos rios oferecem-se aos habitantes ocupações diferentes das próprias das zonas de montanhas; a proximidade do Equador favorece o desenvolvimento das plantas e a capacidade de produção da natureza em alta escala, do mesmo modo que no Sul, mais frio, e na costa a vida é naturalmente movimentada, há comércio mais animado do que no interior. (CANSTATT, 2002, p. 117 – Original publicado em 1877(?)).

É em virtude desses contrastes que a produção agrícola no país encontra variados tipos de cultivo. Ainda que, segundo Canstatt (2002, p. 117 – Original publicado em 1877(?)), a agricultura no Brasil fosse, à época, “praticada por processos ineficientes e inadequados”, ocupava boa parte da população e estava voltada essencialmente ao mercado externo, com os produtos de origem colonial, como o café, o açúcar, o algodão e o tabaco. Esses produtos, que para o alemão constituíam boa parte da riqueza do país, ganhavam especial atenção nas lavouras, em detrimento dos produtos alimentícios, consumidos pela maioria da população e voltados para abastecer o mercado interno.

O inglês Hastings Charles Dent, que publicou *A year in Brazil*, depois de viajar por algumas províncias entre 1883 e 1884, corrobora a afirmação de Canstatt (2002), que entre os principais produtos exportados, estavam o café, o tabaco, o açúcar e o algodão. Por essa razão e em virtude de tudo mais que é produzido no país, especialmente em Minas Gerais, ele acreditava que essa Província deveria ser a mais industrializada do Brasil, justamente porque abastecia não somente o mercado interno, mas, sustentava boa parte das exportações (DENT, 1886, 262).

A cultura do café também foi destacada pela historiadora e jornalista Marie Robinson Wright, em sua obra *The New Brazil*, resultado de viagem exploratória pelo país e continente sul-americano em 1889. A obra, que aborda os principais aspectos históricos e geográficos do Brasil, reserva dois capítulos para Minas Gerais e, sobre a importância que o café já apresentava na economia brasileira no final do século XIX, ela relata que, “o principal produto agrícola do Estado de Minas é o café, que é cultivado em grande escala na parte sul [...]. Grandes fazendas se estendem ao longo dos vales da Parahybuna, um ramo da Parahyba Rio e a Sapucahy, uma ramificação do Rio Grande” (WRIGHT, 1907, p. 286). Ainda sobre a produção agrícola no país, a autora reforça:

Mas embora a cultura do café ocupe a principal parcela de atenção, outros produtos ganham importância anualmente, especialmente cana de açúcar, arroz, algodão e cereais. A fim de incentivar a cultura dos cereais, o Estado adotou uma tarifa protetora sobre todos os cereais importados que podem ser cultivados em seu solo. É o esforço constante do governo para promover a indústria agrícola em todos os possíveis forma, e, além da tarifa protetora, um

sistema de crédito foi estabelecido, permitindo que os agricultores passem por uma estação ruim com suportar os infortúnios de uma colheita super produtiva com os baixos preços que a acompanham. (WRIGHT, 1907, p. 286, tradução nossa¹⁴¹).

A paisagem mineira e o cultivo agrícola também atraíram a atenção do Visconde Ernest de Courcy. A caminho de Minas Gerais, viagem que fez de trem, observava as plantações de café e afirmava que “todas as encostas dessa região são cobertas por plantações de café”, aquela que é “a riqueza do Brasil, que sozinho, fornece quase dois terços do consumo de todo o mundo”. Afirmava que o sucesso no cultivo se dava pela riqueza natural do solo e que, a paisagem muito lembrava o cultivo da vinha na Europa. O único problema, para o francês, era a monotonia da paisagem, que perdia sua peculiaridade e singularidade local (COURCY, 1997, p. 65 – Original publicado em 1889).

Admirado se mostrava o francês pelo gosto do brasileiro pelo café e o modo como era consumido: “um cone de lã é atado em torno de um círculo de ferro, o qual tem um cabo preso na parede: o café é queimado, moído e posto no cone, por cima derrama-se de imediato água fervente, depois, com uma xícara que se põe embaixo, recolhe-se o que escorre.” Tendo apreciado o sabor da bebida, afirmava que os cozinheiros do continente europeu deviam fazê-la dessa forma (COURCY, 1997, p. 65 – Original publicado em 1889).

O café, que fora introduzido no Rio de Janeiro ainda no final do século XVIII, encontrou ali as condições ideais para cultivo, especialmente nas áreas pantanosas da região. As plantações avançaram vertiginosamente pelo Vale do Paraíba e, até o início do século XX, contribuiu significativamente para o desenvolvimento econômico do Brasil. Durante todo esse período, era fácil observar a paisagem “coberta por plantações de café”, conforme relatou Courcy (1997) em sua viagem pela região. Pois, de modo geral, as propriedades possuíam uma pequena roça para produzir alimentos destinados ao consumo interno, enquanto todo o restante da propriedade estava voltado ao cultivo do grão.

Essas plantações, que se desenvolveram através dos latifúndios monocultores e eram mantidos com mão-de-obra escrava, sofreram um primeiro impacto ainda em 1850 com a proibição do tráfico de escravos. Com vistas a resolver a questão da mão-de-obra, atraíram imigrantes europeus e recorreram à empréstimos bancários para investir nas futuras lavouras.

¹⁴¹ The chief agricultural product of the State of Minas is coffee, which is grown on a large scale in the southern section, the export for 1906 amounting to one hundred and forty-three million two hundred and fifty-four thousand four hundred and ninety-eight kilograms. Extensive fazendas stretch along the valleys of the Parahybuna, a branch of the Parahyba River, and the Sapucahy, a branch of the Rio Grande. But though coffee culture occupies the principal share of attention, other products are gaining in importance annually, especially sugar cane, rice, cotton and cereals. In order to encourage the culture of cereals, the State has adopted a protective tariff on all imported cereals that can be grown on its soil. It is the constant effort of the government to promote agricultural industry in every possible way, and, in addition to the special schools and the protective tariff, a system of agricultural credit has been established, enabling farmers to pass through a bad season safely or to withstand the misfortunes of an over-productive harvest with its attendant low prices.

Além disso, os cafeicultores paulistas, especialmente, ousaram dinamizar a produção do café e passaram a investir em outros ramos, como comércio e indústria, desenvolvendo a economia interna e impulsionando a urbanização no Brasil. A questão da mão-de-obra escrava e a necessidade em mantê-la foi apontada em 1860 por Tschudi (1980) como essencial para que a cafeicultura se mantivesse com viabilidade econômica no país, afinal, segundo ele, ainda que viessem imigrantes europeus tendo como destino as enormes propriedades de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, não seria suficiente para alcançar a produtividade necessária:

O colono livre, ainda pouco acostumado a essa cultura, e que forçosamente tem que plantar também os produtos de que precisa para sua manutenção, nunca poderá cultivar mais do que 1000 pés de café. Para cuidar de uma plantação que desse uma safra de 2 milhões de sacas, precisar-se-ia, pois, de 160.000 colonos, e como podemos calcular que numa família é composta de 4 pessoas em média, das quais cada uma poderá tomar conta de 100 pés, precisar-se-ia, pois, de 40.000 mil famílias para tal fim. Quem conhece a situação colonizadora do Brasil, percebe logo que é humanamente impossível atrair e estabelecer tão grande número de colonos no Brasil, mesmo que não se poupassem os maiores sacrifícios, e que não se hesitasse em empregar fundos elevados. [...] A vida econômica do país depende desse problema. Este país exclusivamente agrícola, paga aquilo que importa do exterior com seus produtos agrícolas, entre os quais o café ocupa o primeiro lugar. Se a exportação for diminuta, a importação o será também, e as rendas do governo sofrerão portanto idêntica redução. [...] Tais motivos induzirão o Brasil a manter a escravidão custe o que custar, cedendo o mais tarde possível à pressão da opinião pública e às leis naturais do direito das gentes. (TSCHUDI, 1980, p. 55 – Original publicado em 1866-69).

Em função da carência de mão-de-obra que se colocaria como imperativo dentro de alguns anos, Tschudi (1980) acreditava que o Brasil havia atingido naquele ano o ápice de sua exportação de café, com 2.500.000 milhões sacas. Além da provável escassez de mão-de-obra, outros fatores se colocavam como obstáculos para o pleno desenvolvimento da agricultura no Brasil.

Isso pôde ser verificado ainda no início do século XIX, com a vinda de Jean Ferdinand Denis ao país, entre 1818 e 1821. O historiador, bibliotecário e escritor francês, que esteve viajando pela América do Sul por interesses pessoais (provavelmente com objetivo de, mais tarde, seguir carreira diplomática) permaneceu três anos no Brasil, e em 1822 retornou a Paris e publicou juntamente com Hippolyte Taunay (1755-1830), o livro *Le Brésil, ou Histoire, Moeurs, Usages et Coutumes des Habitans de ce Royaume*. O relato, bastante detalhado, trata da produção agrícola em todas as províncias por ele visitadas. Em seu entendimento, os obstáculos que se apresentavam à agricultura estavam relacionados, principalmente, à exuberância da vegetação e certos preconceitos e desconhecimento por parte dos agricultores brasileiros:

Em primeiro lugar, é preciso destruir essa ideia tão falsa e que tão deplorável influência exerceu na Europa, de que a terra tem necessidade de descanso. Em geral, os cultivadores brasileiros imaginam que a cinza das madeiras virgens é o único esterco conveniente; que após cinco ou seis colheitas, a terra mais fértil está debilitada, e queimam novas madeiras para obter novas colheitas. (DENIS, 1980, p. 354).

O grande potencial natural e econômico brasileiro, para o viajante francês, residia, entretanto, na mineração, especialmente nas minas de ferro, que à despeito da riqueza outrora gerada pela exploração aurífera, deveria superá-la. As minas de ferro para Jean Ferdinand Denis compunham um inexaurível manancial de prosperidade para o país, por não haver, no mundo, tamanha riqueza de modo similar. A proibição de sua exploração por Portugal, em 1785, com vistas a evitar “meios decisivos para a independência, que fazem conseguir todos os outros”, não conseguiria, entretanto, ocultar seu valor incomparável, atribuído por nomes de importância como Eschwege, citado pelo francês, em que afirmava que “montanhas inteiras estão cobertas de ferro” (DENIS, 1980, p. 368).

O viajante fazia apelo à exploração urgente dessas riquezas:

[...] Já se disse que o mundo inteiro poderia ser abastecido de ferro por esta província central, sem que uma diminuição sensível se fizesse marcar, na quantidade de mineral com a qual poderia ela alimentar as fundições. O mesmo a respeito da província de São Paulo; e com prazer o espírito se transporta a essa época em que as vastas minas de Gaspar Soares, do Bonfim, de Sorocaba, estando em plena exportação, todas as previsões dos economistas começarão a realizar-se. Erigir-se-ão imensas construções, caminhos de ferro atravessarão lugares hoje desabitados; vastas solidões serão povoadas, e só então se entenderá o que há de verdadeiro nestas palavras, um pouco entusiastas, de um publicista brasileiro: “A exploração do ferro, dizia, não há muitos anos, um dos redatores do “Investigador”, forma uma era de glória e de prosperidade para o Brasil; e é quando esta exploração tiver recebido todo o seu desenvolvimento que entrará na ordem das grandes nações”.

Além de Jean Ferdinand Denis, o alemão que esteve no Brasil entre 1814-15 acompanhando o príncipe Maximilian zu Wied-Neuwied em sua expedição pelo país, também chamava a atenção de seu leitor para as valiosas reservas de ferro encontradas em Minas Gerais. Recorria, assim como fez Ferdinand Denis, aos estudos de Eschwege sobre sua potencialidade econômica e à grande ocorrência desse minério na província mineira. Reforçava a falta de interesse por parte do governo em explorar esse recurso:

Em Minas Gerais [...] há serras inteiras e cadeias de montanhas de ferro oligisto¹⁴², magnético e especular, de forma que o Brasil pode, não somente suprir-se de todo o ferro que precisa, como também segundo meu amigo sr. Von Eschwege, fornecê-lo a todas as nações quando no velho mundo as

¹⁴² Óxido natural de ferro Fe₂O₃, que dá colorido às rochas sedimentares (argila, arenito) e constitui um mineral explorável em certos xistos: o oligisto é um excelente mineral de ferro. (Sinônimo: hematita).

minas já estiverem esgotadas. Hoje, porém, há pouca probabilidade de poder o ferro ser um artigo de exportação brasileira e, apesar de não ter faltado animação por parte do governo, a escolha dos meios não tem sido muito feliz. Assim, por exemplo, um estabelecimento em São Paulo, para o qual se mandaram vir operários suecos e um diretor, com extraordinárias despesas, acabou por causa de intrigas do diretor. Uma outra fábrica organizada pelo conhecido Câmara, em Serro Frio, tem feito poucos progressos em seis anos por ter faltado a Câmara bons operários. Por isso, a fábrica de Congonhas é agora a única, e como 50 arrobas não são suficientes, os povos do norte da Europa terão ainda ocasião de trocar o seu ferro pelo ouro brasileiro. Mas há também muitas forjas onde o ferro é fundido em fornos pequenos. Se, porém, é exato o que diz Eschwege, que foram os escravos que ensinaram os processos, não me foi possível verificar. Uma das dificuldades da mineração do ferro no Brasil consiste em que nos lugares onde aparece o minério não costuma haver matas. Mas, se ao contrário, Beyer, afirma que as madeiras brasileiras não se prestam para fazer carvão, ele engana-se, somente é inevitável que entre tantas diferentes madeiras usadas ao mesmo tempo, algumas hajam que contribuem para que o ferro brasileiro seja de dureza tão desigual. (FREIREYSS, 1982, p. 42).

Ressalta-se que, de fato, tentativa de produzir ferro em Congonhas do Campo foi dentre todas as outras a mais bem-sucedida. Com a supervisão de Eschwege, a fábrica produziu ferro antes das demais, em 1812 e manteve-se em funcionamento até 1822.

Outras rochas também ganharam atenção dos viajantes no século XIX em Minas Gerais. Como já apontamos anteriormente, muitos foram os estrangeiros interessados em reconhecer e mapear as riquezas minerais existentes no território brasileiro, em especial, Minas Gerais. Tschudi (2006) reiterava a importância da região para a compreensão e a pesquisa geológica, retomando a descrição do pico do Itacolomi feita pelo seu conterrâneo, geólogo Dr. Heusser:

O itacolomito, a rocha da qual o Itacolomi é formado, é um arenito friável com textura xistosa. O afloramento das camadas forma as incontáveis pontas já mencionadas, que apontam todas, para o oeste ou noroeste. A inclinação para leste é de 5° a 10°. É provável que esse ângulo tenha sido originariamente maior. Esse baixo mergulho deve ser atribuído à erosão e à consequente separação das camadas. Nos planos de xistosidade, vê-se uma corrosão peculiar que lembra o fenômeno *karste*¹⁴³, só que em uma escala bem menor. A diferença da rocha pode contribuir também, em parte, para a diversidade do intemperismo. (TSCHUDI, 2006, p. 26 – Original publicado em 1866-69).

A importância geológica do pico do Itacolomi, bem como, da província de Minas Gerais na geologia brasileira, foi outrora levantada pelo Barão de Eschwege, a quem Tschudi

¹⁴³ Também conhecido como relevo cárstico ou cársico ou sistema cárstico ou cársico, é um tipo de relevo geológico caracterizado pela dissolução química (corrosão) das rochas, que leva ao aparecimento de uma série de características físicas, tais como cavernas, dolinas, vale seco vale cegos, cones cársticos, rios subterrâneos, canhões fluvio cársticos, paredões rochosos expostos e lapíás. O relevo cárstico ocorre predominantemente em terrenos constituídos de rocha calcária, mas também pode ocorrer em outros tipos de rochas carbonáticas, como o mármore e rochas dolomíticas.

(2006, p. 27-28) reconhece pelo grande mérito por ter divulgado em primeira mão “esclarecimentos sobre as condições geológicas do Brasil Central, principalmente sobre a interessante província de Minas Gerais, deu à rocha que forma o maciço principal do Itacolomi o nome de itacolomito.” E prosseguia afirmando que o alemão “descreve uma variedade dessa rocha que, mesmo em grandes placas, apresenta certa elasticidade, que chamou de *arenito elástico* e enviou excelentes amostras desse tipo extraordinário de rocha para diferentes coleções europeias”. Atualmente, o termo itacolomito é usado como sinônimo de quartzito flexível.

O encontro da existência dos recursos naturais com a necessidade de exploração dos mesmos, aliado à inaptidão do brasileiro para fazê-lo, coloca-se como imperativo em alguns relatos. Tanto na agricultura, como na mineração, os discursos dos viajantes promovem ao leitor (europeu) uma visão clara, não somente da disponibilidade de recursos no território ou de como e onde eles ocorrem na paisagem, mas, sobretudo, reforçam a necessidade de intervenção na exploração dos mesmos. Tendo isso em mente, o inglês Hastings Charles Dent recorreu ao também inglês Richard Burton quando este retomou a fala de João Crispiniano Soares, jurista e presidente da província de Minas Gerais entre 1863 e 1864:

O ouro é feito para a população negra e para o antigo proprietário de obras, que, ignorantes do grande progresso da ciência e da arte de trabalhar minas, encontram-se incapazes de extrair as riquezas que existem. Prova disso é que, em 1879, quatro empresas mineradoras, regularmente equipadas, mas, sem todos os aparelhos que se encontram, extraíram 483.606 oitavas de ouro, enquanto em 1814, setenta e nove proprietários de obras no muito rico município de Ouro Preto, obtiveram apenas 30.815 oitavas. A província de Minas é um território vasto e soberbo, que ainda em sua juventude se apresenta para a grande indústria da extração de ouro. O futuro não muito distante produzirá espíritos empreendedores, novas empresas serão organizadas, e acredito piamente que esta bela província irá surpreender a palavra, verificando que eu antecipo em referência à sua longa prosperidade atrasada. (DENT, 1886, p. 263, tradução nossa¹⁴⁴).

E ainda citando Richard Burton, ele reforçava: “O resultado mais lamentável é a falsa convicção na Europa de que a semente do capital não pode ser semeada com lucro no Brasil,

¹⁴⁴ Gold is done for to the black population and to the old proprietor of works, who, ignorant of the great progress of science and the art of working mines, find themselves incapable of extracting the riches that exists. The proof is that, in 1879, four mining companies, regularly equipped, but, without all the appliances that might be, extracted 483,606 oitavas of gold, whereas in 1814, seventy-nine proprietors of works in very rich municipality of Ouro Preto, obtained only 30, 815 oitavas. The province of Minas is a vast and superb territory, which yet in its youth, presents itself for the great industry of the extraction of gold. The not far distant future will produce enterprising spirits, new companies will be organized, and I piously believe that this beautiful province will astonish the world by verifying that I anticipate in reference to its long delayed prosperity.

quando não há país onde, apropriadamente manejada, teria uma safra melhor” (DENT, 1886, p. 263, tradução nossa¹⁴⁵).

Ainda que o relato de Hastings Charles Dent seja uma narrativa pessoal dos lugares por onde passou no Brasil, com pormenores cotidianos que não se comparam à riqueza de informações de outros viajantes com propósitos mais específicos no país, o inglês se preocupa em resgatar outros discursos, anteriormente escritos, para sustentar a ideia de que os empreendimentos de exploração dos recursos naturais disponíveis no Brasil somente funcionam quando conduzidos por estrangeiros.

Reside nisso, portanto, uma importância fundamental dos relatos enquanto meios de divulgação e atração de investimentos estrangeiros que fossem rentáveis, não para o Brasil, por certo, mas, para aqueles que neles depositassem sua fé e seus recursos.

A opinião geralmente aceita de que as minas de ouro do Brasil estão esgotadas é um grande erro. Ainda há depósitos superficiais em grande parte, com aparelhos modernos que podem ser trabalhados com sucesso. A riqueza subterrânea do país está quase intocada, e se o público mineiro da América conhecesse melhor o Brasil, estou convencido de que os campos de ouro daquele país não seriam negligenciados pelos capitalistas americanos. (DENT, 1886, p. 264-265, tradução nossa¹⁴⁶).

Na mesma linha de pensamento desses viajantes, está a escritora estadunidense Marie Robinson Wright, que entendia a mineração como uma das atividades mais importantes de Minas Gerais e do Brasil, negligenciada, entretanto, pela ausência de investimentos em técnicas que permitiriam a melhor exploração dos recursos minerais, bem como, pelas dificuldades enfrentadas pelos investidores do ramo no país:

Embora o ouro seja encontrado em quase todos os estados do Brasil, as minas mais importantes as de Minas Geraes, que, mesmo sob os processos primitivos de mineração que prevaleceram há um século, nunca deixou de ser lucrativo. A indústria não produziu enormes retornos durante o século XIX, como durante o período anterior de sua exploração; mas, isso não foi devido ao esgotamento das minas, mas ao fato de que elas eram trabalhadas apenas superficialmente pelos métodos inapropriados seguidos naquela época, e quando sistemas científicos tornaram-se necessários, houve desânimo geral, aumentado pela pesada tributação imposta, pela incerteza quanto aos direitos de propriedade e pela confusão as leis de mineração. (WRIGHT, 1907, p. 299, tradução nossa¹⁴⁷).

¹⁴⁵ The most regrettable result is the false conviction in Europe that the seed of capital can not be sown with profit in Brazil when there is no country where, properly managed, it would have a better crop.

¹⁴⁶ The generally received opinion that the gold mines of Brazil are exhausted is a very great mistake. There are still surface deposits of great extent which, with modern appliances could be successfully worked. The underground wealth of the country is almost untouched, and if the mining public of America knew Brazil better, I am persuaded that the gold fields of that country would not be neglected by American capitalists.

¹⁴⁷ Although gold is found in nearly every State of Brazil, the most important mines are those of Minas Geraes, which, even under the primitive processes of mining that prevailed a century ago, never ceased to be profitable. The industry did not yield such enormous returns during the nineteenth century as during

A autora fazia ainda referência à descoberta dos diamantes e sua exploração, afirmando que, além de terem havido restrições quanto ao acesso às minas, o fato de as mesmas terem permanecido durante muito tempo sob monopólio da Coroa portuguesa, impediu que técnicas mais eficientes fossem implantadas no processo de mineração das pedras:

Por um século após sua descoberta, os diamantes foram extraídos no Brasil como monopólio da Coroa, todas as minas de diamantes foram declaradas propriedade do Estado por o rei de Portugal; e foi só depois da abdicação do primeiro imperador do Brasil que a mineração privada de diamantes foi legalizada pelo governo nacional, no ano de 1832. Os métodos de mineração perseguidos pelos funcionários do governo encarregados deste valioso propriedade do Estado eram extremamente descuidadas e míopes [...]. Como resultado, são grandes depósitos de cascalho de diamante que nunca poderão ser extraídos porque foram enterrados sob os detritos de outros trabalhos. (WRIGHT, 1907, p. 299, tradução nossa¹⁴⁸).

Wright (1907) acredita que, tão logo essas questões fossem plenamente resolvidas, a atividade mineradora no país seria retomada e seu crescimento estaria garantido diante da disponibilidade de recursos ainda existentes. E reiterava que,

para alcançar os melhores resultados em desenvolvimento das minas brasileiras, é necessário o investimento de muito capital e o estabelecimento de empresas que trabalhem numa base científica e sistemática. Sob tais condições, não é difícil imaginar um futuro que rivalize em prosperidade as regiões minerais de Austrália e Kimberley. (WRIGHT, p. 308, 1907, tradução nossa¹⁴⁹).

the earlier period of its exploitation; but that was not due to the exhaustion of the mines, but to the fact that they were worked only superficially by the wasteful methods followed at that time, and when a more scientific system became necessary there was general discouragement, which was increased by the heavy taxation imposed, the uncertainty about property rights, and the confusion of the mining laws.

¹⁴⁸ For a century after their discovery, diamonds were mined in Brazil as a monopoly of the crown, all diamond mines being declared State property by the king of Portugal; and it was only after the abdication of the first emperor of Brazil that private diamond mining was legalized by the national government, in the year 1832. The methods of mining pursued by the government officials in charge of this valuable property of the State were extremely careless and shortsighted, the main object, apparently, being to get with the least delay the greatest amount of treasure possible. As a result, there are large deposits of diamond-bearing gravel which can never be mined because buried under the detritus of other workings.

¹⁴⁹ A further decided impetus has been given to the mining industry of Brazil by the recente Federal legislation favoring its development. The government has removed the heavy import duties on machinery, implements, and other accessories used in mining works, placing, instead, a tax of five per cent ad valorem on these imports. In addition, the State of Minas Geraes has reduced the export tax on gold and promulgated a law to define more clearly the regulations affecting prospecting and mining concessions in connection with land under State control. In regard to the acquirement of mining property, the law is liberal, and restrictions are few and reasonable. The owner of land has the first right to tine mineral, but if he fails to exercise his privilege others may explore after giving notice. The discoverer of the mineral is entitled to four lots of fifty metres square, with ground necessary for working. Claims are transferable, but no single person or company may own more than a hundred contiguous lots. But, in order to accomplish the best results in the development of Brazilian mines, the investment of much capital is necessary, and the establishment of enterprises working upon a scientific and systematic

A prosperidade na exploração mineral em Minas Gerais, estaria, portanto, para a historiadora estadunidense, diretamente relacionada à evolução das técnicas empregadas na atividade, que, por certo, seriam trazidas a partir da atuação de empresas estrangeiras. Algumas das quais ela mencionava em sua obra:

Nos últimos anos, modernos métodos foram aplicados ao diamante mineração no Brasil com resultados eminentemente satisfatórios. A Companhia da Boa Vista, composta de capitalistas brasileiros, franceses e belgas, foi o primeiro a instalar aparelhos, para o equipamento de um dos mais importantes estabelecimentos de mineração de diamantes no mundo. As obras estão localizadas a poucos quilômetros de Diamantina no Vale do Jequitinhonha. A Companhia Mineradora de Água Suja, também introduziu métodos modernos no desenvolvimento de suas minas, que estão situadas perto de Bagagem, ou como a cidade é agora chamada em homenagem à grande descoberta de diamantes feita há meio século atrás, Estrella do Sul. Outras empresas as seguiram e a exploração da região dos diamantes é realizada de forma mais sistemática e bem-sucedida do que nunca. A Empresa Brasileira de Diamante e Exploração Limitada, empreendimento inglês, A Companhia Brasileira de Diamante, Ouro e Desenvolvimento, organizada pelos capitalistas da América do Norte, e a Companhia Victor Northman, estão entre as principais corporações envolvidas na mineração de diamantes no estado. (WRIGHT, p. 308, 1907, tradução nossa¹⁵⁰).

Compartilhando o mesmo entendimento dos anteriormente mencionados, o conde de Suzannet (1957), francês que produziu uma narrativa pessoal como resultado de sua viagem por várias províncias brasileiras, entre as quais, Minas Gerais, enaltecia a riqueza mineral da região, sem, entretanto, deixar de mencionar a inaptidão do povo e do governo para gerir esses recursos:

A exploração das riquezas materiais da Província de Minas deixa também bastante a desejar. O minério de ferro é muito abundante, mas infelizmente a falta de comunicações torna o combustível mais caro que na Europa. O minério produz às vezes 90 por cento de ferro e no entanto [...] todos os estabelecimentos que o governo quis criar não puderam sustentar-se; o ferro usado é o que vem da Europa, quando poderia ser usado com vantagem o

basis. Under such conditions, it is not difficult to picture a future rivalling in prosperity the mineral regions of Australia and Kimberley.

¹⁵⁰ Within recent years modern scientific methods have been applied to Diamond mining in Brazil with eminently satisfactory results. The Companhia da Boa Vista, composed of Brazilian, French, and Belgian capitalists, was the first to instal expensive modern appliances, for the equipment of one of the most important diamond mining establishments in the world. The works are located a few miles from Diamantina in the Jequitinhonha Valley. The Agua Suja Mining Company, Limited, has also introduced modern methods in the development of its mines, which are situated near Bagagem, or as the town is now called in honor of the great diamond discovery made there half a century ago, Estrella do Sul. Other companies has follow these, and the exploration of the diamond region is carried on more systematically and successfully than ever before. The Brazilian Diamond and Exploration Company, Limited, and English enterprise, The Brazilian Diamond, Gold and Developing Company, organized by North America capitalists, and the Victor Northman Comapany, are among the principal corporations engaged in the diamond mining in the state.

do Brasil, que pela sua dureza e sua maleabilidade, rivaliza com o da Suécia. (SUZANNET, 1957, p. 97-98).

Sobre o ouro, o viajante francês também comentava em tom enfático:

O ouro que era outrora encontrado na superfície do solo, esconde-se agora nas profundezas da terra. Os trabalhos de uma mina exigem despesas tão grandes num país onde a mão-de-obra inteligente não existe, que só uma mina muito abundante cobriria as despesas de exploração. Os sábios mineralogistas que publicaram o resultado de suas observações na Província de Minas, são todos unânimes em reconhecer que deve existir ouro em grande quantidade no seio da terra. (SUZANNET, 1957, p. 98).

A exploração do ouro, que mediante os investimentos necessários poderia rentabilizar aos interessados em realizá-los, fica, entretanto, muito aquém dessa realidade, relegada ao quase esgotamento na região em que mais ocorria esse minério:

Vi, mais de uma vez, ao atravessar o pequeno rio de Ouro Preto, os infelizes negros na faina de retirar a areia que amontoavam nas margens. As partículas de ouro que conseguem extrair da areia, bastam para a sua alimentação: mas são obrigados a trabalhar o tempo todo senão um rival pega logo o lugar, pois todos têm igual direito a ocupar o leito do rio, que é propriedade pública. Perguntei a um desses infelizes se estava satisfeito com seu trabalho: ele disse que raramente tem resultado; passava às vezes semanas inteiras trabalhando sem recolher nenhuma partícula de ouro. (SUZANNET, 1957, p. 99-100).

Colocando também em evidência os empreendimentos estrangeiros em Minas Gerais, Suzannet (1957) relatou sua visita aos três principais à época: Cata Branca, Morro Velho e Gongo-Soco. Ele explicava que todos eles eram conduzidos por companhias inglesas, entretanto, a condução do trabalho nas minas era bastante diferente. Em Cata Branca, o engenheiro responsável pela direção da mina afirmava ser o mais experiente dentre os mineiros que se poderia encontrar na França ou na Alemanha. Na opinião de Suzannet (1957), o erro residia justamente nesse excesso de confiança, especialmente por parte da companhia que o contratara:

[...] O fato é que as companhias inglesas, em vez de confiarem os seus interesses a homens especializados ou geólogos instruídos, enviou ao Brasil capatazes de minas, bastante inteligentes para continuarem trabalhos já começados, mas incapazes de dirigir com sucesso a difícil exploração de uma mina de ouro. Mesmo homens que têm experiência de trabalho em todas as outras minas, fracassam nesta exploração tão cheia de dificuldade e riscos. (SUZANNET, 1957, p.111).

Em Morro Velho, por sua vez, ele afirma que a mina contou com a condução de um engenheiro experiente. O grande problema nesse caso, era a “[...] dificuldade que apresenta a exploração dessa mina”, devido à complexa extração, “a separação do ouro de seu invólucro

de pirita arsenical”, o que levava a perda do ouro em cerca de 50% durante o processo (SUZANNET, 1957, p. 114).

A despeito da surpresa que envolveu o viajante quanto à condução das minas inglesas, “ao saber que as companhias inglesas, tendo empregado capitais tão consideráveis nas minas, não tivessem escolhido para dirigi-las homes práticos” (SUZANNET, 1957, p. 121), tampouco ele entendia que esse trabalho pudesse ser realizado pelos brasileiros. Em visita à lavra de diamantes em Grão-Mogol, ele explicou, realizando um alerta ao europeu:

[...] Se o governo tivesse resolvido executar o projeto apresentado ao Congresso, que consistia na venda de concessões de terrenos no distrito diamantino, e se europeus inteligentes aproveitassem a ocasião para explorar o solo que está entregue às mãos inábeis dos brasileiros, estou convencido que os capitais empregados em tal empresa seriam quintuplicados, em menos de dois anos. O trabalho dos europeus serviria de modelo aos habitantes do país que ganhariam em riqueza e bem-estar. A presença de geólogos instruídos traria novas descobertas nessas montanhas, na maior parte inexploradas. (SUZANNET, 1957, p. 162-163).

Demonstrando clareza e segurança na fala, Suzannet (1957) atribuía ao Brasil a condição de “produtor”, ou seja, exportador da maior variedade de produtos primários, que, em seu entendimento, trariam riquezas ao povo e prosperidade ao Império. Evidentemente, já pudemos encontrar em seu discurso o papel que o estrangeiro ocuparia nesse processo, e uma vez mais, o brasileiro era colocado à margem da condução de seu próprio país:

[...] O Brasil sendo um país produtor, deve ter o comércio como base da sua riqueza: a exploração das minas, organizada com inteligência, a produção bem dirigida dos gêneros coloniais, proporcionariam a este Império grande prosperidade. O que é que adiantam tantas riquezas inexploradas? Por que, como um solo tão fértil e entre as maravilhas de uma vegetação desconhecida nos nossos climas, a população definha na miséria? Não se pode deixar de julgar com severidade essa gente que descarta a exploração dos produtos naturais, num país onde com tão pouco esforço se poderia ter bem-estar; mas o mais culpado não será o governo que não sabe dar a essa sociedade decaída uma orientação útil aos seus interesses? (SUZANNET, 1957, p. 58-59).

Notável era também nos relatos a transformação sofrida pela paisagem, especialmente nos arredores dos locais de mineração, e essa transformação, chama a atenção dos viajantes estrangeiros. Eugène Delessert, francês que realizou extensa viagem não somente pelo Brasil ou América do Sul e do Norte, como também por outros continentes, como África e Ásia, espantava-se com a paisagem nos arredores da então Vila Rica:

Ao norte das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, entramos no El Dourado, esse fabuloso país, acreditava-se que produz ouro e diamantes [...]. A província de Minas Geraes é uma das mais mal cultivadas. Os braços que lidam com o ouro poderiam, nós já dissemos abaixar para trabalhar a terra?

Também os arredores de Vila-Rica, a principal cidade, entristecem os olhos por sua aparência e selvageria. Por todos os lados, descobrimos apenas desfiladeiros profundos, montanhas áridas. A maioria dos sulcos que estão rasgados, perturbados, atestam o trabalho dos mineiros. (DELESSERT, 1848, p. 36, tradução nossa¹⁵¹).

E continuava, ao passar por Serro Frio, tecendo uma crítica à exploração dos diamantes, que, geravam riquezas que não permaneciam naquele lugar, o que era visível, pois, a paisagem ao redor era de extrema miséria:

Vamos saudar esta grandeza caída, para a qual o ouro é! Muito mais do que uma quimera, e vamos ficar ainda mais vigilantes, aqui estamos em Villa-do-Príncipe, onde poderíamos ter sido presos como suspeitos: é a fronteira do distrito dos diamantes, o Cerro-do-Frio. À medida que avançamos para esses lugares de tesouros escondidos, o lugar montanhoso e árido é pouco habitado, a miséria está no auge. Eles são exclusivamente destinados aos homens para as indústrias mais produtivas, eles enriquecem, e o mundo e vive em dificuldades. Em Cerro-do-Frio, o aspecto da paisagem tem mudanças: a superfície do solo, coberta de cascalho e quartzo, desprovida de grama e madeira, apresenta camadas de arenito micáceo. Em vários lugares, nas margens dos rios, há grandes massas de seixos rolados, aglutinados com óxido de ferro, e envolvendo ouro e diamantes. (DELESSERT, 1848, p. 36, tradução nossa¹⁵²).

Igualmente espantado pelos resultados negativos da extração mineral, tanto na paisagem, quanto socialmente, Eschwege (2002) de passagem por Congonhas do Campo, atual município de Congonhas, observava:

[...] Esse arraial também é formado por casebres miseráveis, em parte em ruínas, entretanto, nota-se ainda vestígios de uma antiga opulência que a mineração do ouro lhe proporcionou até certa época. Mas esse tempo áureo durou pouco: a superfície ao redor do arraial logo ficou toda revolvida e exaurida; não se soube avançar mais em profundidade. Atualmente a região tem o solo todo esburacado por profundas valas. Estes vestígios da mineração se estendem até os pobres casebres dos moradores, que formam

¹⁵¹ Au nord des provinces de São Paulo e Rio de Janeiro, nous entrons dans l'El Dourado, ce pays fabuleux, on le croyait qui produit l'or et les diamants. [...] La province de Minas Geraes est une des plus mal cultivées. Les bras qui manient l'or pourraient-ils, avons-nous déjà dit s'abaisser à travailler la terre? Aussi les environs de Vila-Rica, la ville principale, attristent-ils les regards par leur aspect apre et sauvage. On ne découvre de tous cotés que des gorges profondes, des montagnes arides. Partout des terrains sillonnés, déchirés, bouleversés, attestent les travaux des mineurs.

¹⁵² Saluons cette grandeur tombée, pour laquelle l'or n'est! Trop réellement plus qu'une chimère, et soyons encore davantage sur nos gardes, nous voici à Villa-do-Principe, ou nous pourrions bien être emprisonnés comme suspects: c'est la frontière du district des diamants, le Cerro-do-Frio: à mesure que nous avançons dans ces lieux de trésors enfouis, la contrée, montagneuse et stérile est peu habitée, la misère est à son comble. Singulier destinée que celle des hommes occupés aux plus productives industries, ils enrichissent le monde et vivent de privations. Dans le Cerro-do-Frio, l'aspect du paysage a changé: la surface du sol, recouverte de graviers et de quartz, dépourvue d'herbes et de bois, présente des couches de grès micacé. Dans plusieurs endroits, sur les bords des rivières il y a de grandes masses de cailloux roulés, agglutinés par de l'oxyde de fer et qui enveloppent l'or et les diamants.

um estranho contraste com o esplendor e a limpeza do templo de Matosinho¹⁵³. (ESCHWEGE, 2002, p. 255-256 – Original publicado em 1818).

De modo semelhante aos anteriormente mencionados, o espanto pelo impacto causado na paisagem e na população das regiões mineradoras acometeu também o Barão de Langsdorff, cônsul russo no Brasil, que em sua viagem pelos arredores de Ouro Preto na década de 1820, relatou:

A abundância em ouro foi o primeiro motivo para o estabelecimento nesta região. É difícil ter uma idéia dos absurdos e da devastação que se cometem aqui nas escavações do ouro. E como se morros e vales tivessem sido rasgados e despedaçados por uma tromba d'água. A sede de ouro está tão enraizada nas pessoas que muitas delas, ainda hoje, continuam a investir contra as partes ainda intocadas dos morros, revolvendo e escavando a terra a esmo. Elas jogam na loteria; preferem passar fome na expectativa duvidosa de achar ouro vivendo na ociosidade do que buscar, através da atividade agrícola, um sustento seguro e prazeroso. (LANGSDORFF, 1997, p. 30-40).

Ainda que a riqueza gerada pela extração mineral fosse de interesse do governo e também das potências imperialistas que enviaram seus viajantes ao Brasil, o resultado dela para a população em geral era, quase sempre, a pobreza. Além dos impactos observados na paisagem, Langsdorff (1997) julgava que outras atividades, como a agricultura, poderiam gerar mais renda à população, afirmava o Barão que, “onde há lavagem de ouro, reina a pobreza!” (LANGSDORFF, 1997, p. 121).

Em regiões desse tipo, dever-se-ia introduzir uma agricultura bastante diferente da existente, particularmente a estabulação para produzir adubos. A terra teria que ser lavrada e adubada e talvez devesse ser utilizada para outros fins agrícolas, como, por exemplo, plantação de algodão, criação de gado, especialmente de cabras e porcos, nos locais onde o milho prospera, e outros. (LANGSDORFF, 1997, p. 121).

Além da evidente condição de pobreza gerada pela exploração mineral, Langsdorff (1997) se referia também aos impactos negativos da prática na paisagem de Ouro Preto:

Os arredores da cidade apresentam um quadro assustador de devastação do solo. Os campos áridos, desprovidos de todo tipo de árvores e arbustos, cobertos de montes de cascalhos, dão ao conjunto um aspecto triste, amenizado aqui e ali por uma pequena cabana, capela ou casinha branca. De certa forma, deveríamos chamar todos esses campos de artificiais, pois, antigamente, todos eram cobertos por floresta virgem. Aos poucos, eles foram sendo devastados, de modo que, hoje, a madeira para o uso diário tem que ser trazida de locais distantes mais de uma hora, e isso é muito dispendioso. (LANGSDORFF, 1997, p. 125).

¹⁵³ O Santuário de Bom Jesus de Matosinhos é um conjunto arquitetônico e paisagístico formado por uma igreja, um adro e seis capelas anexas. Nele se localizam os *Doze Profetas*, conjunto de esculturas em pedra-sabão feitas entre 1794 a 1804 por Aleijadinho.

Impressão semelhante o Barão teve em Sabará, afirmando que, embora os “montes e colinas não sejam muito rochosos, mas cobertos por terra fértil, quase não se vêem jardins ou lavouras de importância” e, a atividade predominante, a extração mineral, também deixou suas marcas na paisagem:

A vila parece morta: só se vêem mendigos, nenhuma indústria propriamente dita ou produção de alimentos, nenhuma fábrica; só pessoas inativas. Ela deve seu surgimento à lavagem do ouro. Ainda hoje, o ouro é explorado nesta comarca, mais do que nas outras, e talvez essa seja a causa da decadência e pobreza da cidade. (LANGSDORFF, 1997, p. 151).

Também causa espanto a quantidade de espécimes vegetais e animais coletadas ao longo da expedição de Langsdorff (1997). Em diversos momentos da viagem, o Barão remeteu suas coletas ao Rio de Janeiro e de lá, as mesmas foram enviadas à Rússia, São Petersburgo, especificamente. Em certa ocasião, após deixar Santa Luzia e se encontrar no pequeno arraial de Pau de Cheiro (hoje, Funilândia), Langsdorff (1997) precisou atrasar sua viagem em alguns dias em virtude da grande quantidade de animais de grande porte abatidos e preparados para fazer a travessia do Atlântico:

Ao sair de Pau de Cheiro, encomendei, a alguns caçadores que se encontravam ali, algumas espécies que eu desejava ter, dentre elas, o tamanduá-bandeira, a ema, a seriema e o tatu-canastra. E realmente, hoje cedo, trouxeram-me um grande cervo, uma ema - o avestruz brasileiro - e uma siriema. Com esse acréscimo de material de grande porte, vi-me obrigado a permanecer mais alguns dias aqui. Tive que mandar fazer caixas especiais para empacotar e enviar as mais de 700 espécies de plantas e cerca de 800 pássaros que havíamos colecionado desde Santa Luzia e que pretendíamos remeter ao mesmo tempo. (LANGSDORFF, 1997, p. 151).

Evidentemente, diante do financiamento da expedição ter partido do Czar Alexandre I da Rússia, todo o material coletado por Langsdorff (1997) foi remetido para aquele país, que, como já demonstrado anteriormente, dispunha de interesses particulares na aproximação comercial com o Brasil, além, por certo, de almejar destacar-se entre os demais países europeus no campo das pesquisas científicas.

Interessante ainda observar as considerações de Langsdorff (1997) sobre o bioma Cerrado que ele percorreria ao longo de sua expedição, o qual lhe rendera esse variado e excelente material de pesquisa. Na região da Serra do Cipó, ao se hospedar na propriedade de José da Silva, de 64 anos, o barão escutou relatos sobre as austeras mudanças climáticas da região. Segundo seu anfitrião, as chuvas cada vez mais escassas desde 1814. Como consequência disso, eram

A cana-de-açúcar, que antes prosperava muito bem aqui, hoje está ressecada. Ele possui um moinho e planta cana-de-açúcar todos os anos, mas ela não vinga. A produção de cereais também não é mais tão regular e garantida como antes. Quando, por exemplo, a lavoura de milho vai bem, falta o feijão, ou vice-versa. O algodão é o único produto comercializado; a criação de gado e os cereais são suficientes apenas para o consumo mínimo de subsistência. (LANGSDORFF, 1997, p. 234).

O Barão afirmava que as consequências de tamanha secura sentir-se-iam no futuro, e se questionava: “Com o tempo, o que acontecerá com esta região, quando a chuva levar a terra cultivada e o solo estiver queimado e árido como um deserto?” (LANGSDORFF, 1997, p. 235).

O anfitrião de Langsdorff (1997, p. 235-236) relatava ainda que “graças a seus esforços e cuidados, tem agora mais matas (capoeira) do que outrora”. Embora, as árvores características da localidade tivessem sempre sido baixas, com os galhos curvos e de casca grossa. O barão emendou que, “com todas essas circunstâncias adversas, é de se admirar que esse proprietário rural tenha conseguido administrar com tanta eficiência a sua propriedade”.

Torna-se possível compreender o relativo sucesso do pequeno proprietário quando o barão de Langsdorff (1997, p. 235) relatou o manejo utilizado por ele antes do plantio: “No inverno, ou seja, em julho e agosto, as matas se congelam; árvores, gramíneas e folhas mortas e secas estão prontas para serem queimadas, como preparação para futuras plantações”. O grande problema residiria no fato de que o fogo, frequentemente, “atinge proporções terríveis e acaba arrasando e destruindo matas, campos e terras”.

Em setembro do ano passado, depois de forte geada, o fogo subiu a montanha e deixou em cinzas matas e terras num raio de mais de 14 léguas. Durante 22 dias, o ar ficou tão carregado de fumaça que mal se podia enxergar poucos passos à frente. Ao secar, a roupa ficava amarelada; os olhos lacrimejavam. Era até perigoso sair de casa. O fogo ardia em toda a região, espalhando-se até mesmo sobre o rio Cipó, que tem 20 braças de largura, e sobre outros menores. Não há canais, água, leis, nada que proteja a região contra as queimadas. Neste ano também houve geada e fogo, mas só houve três dias de atmosfera carregada de fumaça. (LANGSDORFF, 1997, p. 235).

Verifica-se no texto, tanto a percepção de Langsdorff (1997) sobre a fragilidade do ecossistema do cerrado, como o entendimento de alguns habitantes do manejo da região, especialmente os possíveis efeitos do fogo no solo.

Em igual medida, Auguste de Saint-Hilaire também demonstrava preocupação quanto ao método que utilizava as queimadas: “[...] O sistema de agricultura adotado na província das Minas e em outras partes do Brasil, torna, como já tive ocasião de dizer, os incêndios muito frequentes, e é esse ainda um dos inconvenientes que apresenta”. (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 130, v.1 – Original publicado em 1842).

Saint-Hilaire (2000), recorrentemente preocupado com a prática das queimadas como parte do método de plantio, reforçava que:

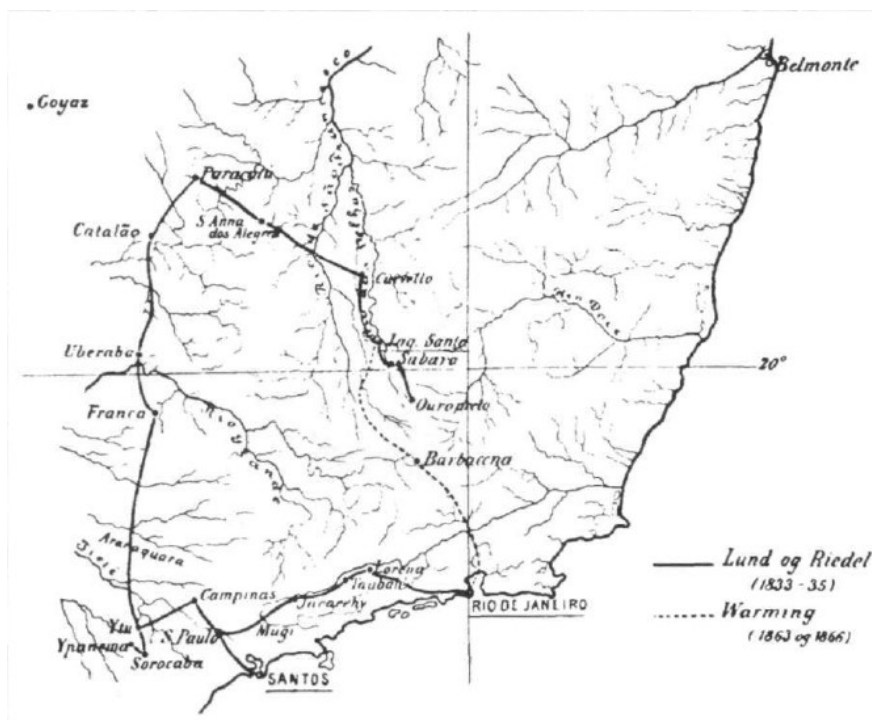
[...] É possível que, no meio de tantos e tão repetidos incêndios, não tenha desaparecido uma série de espécies úteis às artes e à medicina, e, dentro de alguns anos, a Flora que nesse momento acabo de publicar, não será mais, para certas regiões, senão um monumento histórico. (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 91 – Original publicado em 1837).

Tratando-se do cerrado, especificamente, outro viajante que se dedicou ao estudo desse bioma, foi o botânico Eugen Warming, que publicou *Lagoa Santa e a vegetação dos cerrados brasileiros* como resultado de sua estadia na região entre 1863 e 1866. Residindo em Lagoa Santa, na companhia de outro importante nome da ciência, Peter Wilhelm Lund, e trabalhando como seu auxiliar, Eugen Warming iniciou sua pesquisa sobre a vegetação local,

levando em consideração aspectos edáficos e climáticos, buscando explicações para a forma apresentada pelos vegetais e relacionando-a à frequência das queimadas, realçando, já àquela época, a importância do fogo para a arquitetura das plantas e para a diminuição da densidade da vegetação. (KLEIN, 2002, p. 11).

Tendo coletado centenas de amostras de plantas durante sua viagem e moradia em Lagoa Santa (Figura 34) abaixo, alcançou seu diploma em História Natural e passou a atuar como professor permanente na Universidade de Copenhague (KLEIN, 2002).

Figura 34: Roteiros das viagens de Lund e Riedel (1833-35) e de Warming (1863 e 1866)



Fonte: KLEIN, 2002.

Primoroso desenhista e munido também de uma máquina fotográfica, Warming realizou importantes registros da vegetação do cerrado, em sua maioria bastante detalhados, ricamente ilustrados e em cores vivas (Figura 35). Além, evidentemente, de descrever a ocorrência dessa vegetação na província de Minas Gerais e no entorno de Lagoa Santa, onde viveu boa parte de sua vida:

A três ou quatro dias de viagem de Lagoa Santa, a vegetação tornou-se mais abundante e, em volta de Lagoa Santa, havia muitos campos cerrados, isto é, sobretudo campos fechados. As árvores são mais retas, mais altas e mais próximas umas das outras, mas a argila vermelha e espessa que constitui o solo continua a ser recoberta por gramíneas altas e por muitas plantas herbáceas. (WARMING, 1973, p. 65 – Original publicado em 1908).

Figura 35: Desenhos de orquídeas brasileiras

Fonte: KLEIN, 2002.

Outro bioma que foi eventualmente descrito nos relatos dos viajantes quando, entrando na província de Minas Gerais atravessaram a Serra da Mantiqueira, foram os *campos*. Característico por possuir vegetação rasteira composta por pequenos arbustos e gramíneas, era encontrado nessa região e, em razão do contraste com a densa mata atlântica observada pelos viajantes desde o Rio de Janeiro, o bioma era relatado com ares de surpresa, como nos diários de Eugen Warming:

Após duas a três semanas, o caminho tornou-se mais abrupto, subindo cada vez mais. Estávamos, então, na parte da Serra do Espinhaço, conhecida como Serra da Mantiqueira. Assim que chegamos ao ponto mais alto, voltei-me e olhei para trás. Sob meus olhos, estendia-se uma imensa paisagem onde se sucediam cumes recobertos por florestas de um verde um pouco pálido. Ao alcançarmos as terras altas, a natureza se transformava totalmente, de um modo estranho. De fato, a região continuava cheia de vales e bastante irregular, mas se tornava cada vez mais deserta. Só havia florestas nos vales, às margens dos rios, enquanto as partes mais altas apresentavam-se cobertas de gramíneas e de plantas herbáceas, entre as quais se espalhavam pequenas árvores. Os brasileiros chamam esta paisagem de Campo, isto é, campo de gramíneas; os espanhóis a chamam Savana. (WARMING, 1973, p. 73 – Original publicado em 1908).

Surpresa semelhante demonstra Auguste de Saint-Hilaire, que de passagem pela mesma região, relatou:

[...] Repentinamente a região mudou como um cenário de teatro, e descortinei uma extensão imensa de colinas arredondadas, cobertas unicamente por ervas pardacentas, e entre as quais se viam aqui e ali moitas de vegetação de um verde carregado. Penetrava na região dos campos. (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 61, v.1 – Original publicado em 1842).

O viajante francês julgava importante destacar as diferenças entre os diferentes tipos de *campos*, procurando estabelecer as características do que se denominam atualmente campo limpo (vegetação que ocorre no Brasil central) e campo de altitude (vegetação dos

pontos mais elevados das montanhas, como na Serra do Espinhaço onde se localizava Saint-Hilaire naquela ocasião):

Que não se pense, porém, que existe entre todos os campos uma semelhança perfeita. [...] Pode-se, todavia, estabelecer que as partes mais elevadas da região dos campos são geralmente cobertas por pastagens herbáceas, e que, mas partes mais baixas, os pastos se apresentam semeados de arbustos. Por isso não encontrei senão campos constituídos por ervas e arbusticulos em uma imensa porção da mais alta, talvez, das comarcas de Minas, a de São João d'El Rey; e são ainda campos da mesma natureza os que continuei a ver por toda a parte, atravessando quase pela base da Serra do Espinhaço. (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 64-65, v.1 – Original publicado em 1842).

E também Robert Walsh, que no ano de 1828, após subir a serra da Mantiqueira, observava:

[...] aqui se opunha a sua barreira de vastas florestas vestindo os lados de altas montanhas, onde nossa visão limitada foi perdida em bosques densos. Mas, cerca de meio dia, a face da natureza de repente mudou seu aspecto. Depois de uma longa subida íngreme, com os lados de uma montanha densamente arborizada, ganhamos o seu cume, e daí explodiu em nós uma visão do outro lado, que singularmente contrastou com o que havíamos deixado para trás. As montanhas e florestas desapareceram repentinamente, e antes de nos estendermos para o horizonte distante, vimos um país sem uma colina ou uma árvore. Consistia de planícies onduladas, desnudadas de madeira, mas cobertas com uma rica vegetação; e se deu uma repentina transição de um estado de natureza para o outro, de forma impressionante. Esta região do Brasil é chamada de os Campos, e nossa futura estrada estava sobre ela. (WALSH, 1830, p.68, v.2, tradução nossa¹⁵⁴).

Chegando em São José (atual Tiradentes), Robert Walsh (1830), novamente relata a transformação da paisagem e se impressionou com as montanhas que se abriam à sua frente, repletas de recursos minerais:

[...] enrolando em uma direção em ziguezague até o rosto rochoso, nós finalmente emergimos ao cume, aqui vimos na perfeição o recurso totalmente novo da paisagem brasileira, que nós antes tínhamos contemplado a distância. Em toda a jornada do Rio por mais de duzentos milhas, vimos uma pedra espiando através do solo. Aqui nos deparamos com uma imensa crista de rochas, totalmente desnudada tanto de madeira e grama, esticando seus nus e braços robustos em todas as direções do país, e formando uma perspectiva fortemente contrastada com qualquer um que já tivéssemos

¹⁵⁴ [...] proceeded up the serra of Mantiqueira, which here opposed its barrier of vast forests clothing the sides of lofty mountains, where our limited view was lost in dense woods. But about twelve o'clock the face of nature suddenly changed its aspect. After a long steep ascent up the sides of a thickly-wooded mountain, we gained its summit, and from thence there burst on us a view at the other side, singularly contrasted with that which we had left behind. The mountains and forests suddenly ceased, and before us extended to the distant horizon a country without a hill or a tree. It consisted of undulating plains of various elevations, entirely denuded of wood, but clothed with the richest verdure; and the sudden transition from one state of nature to the other was very striking. This region of Brazil is called the Campos, and our future road lay across it.

contemplado. Esta região, foi-me dito [...], são os grandes repositórios metálicos, de onde todo o solo subjacente das Minas Geraes está impregnado de ouro. (WALSH, 1830, p.68, v.2, tradução nossa¹⁵⁵).

A exploração desses recursos, como apontado por outros viajantes, somente não frutificou como poderia até então, em virtude da ausência de técnicas que permitissem avançar na extração para além dos depósitos mais superficiais. Walsh (1830), também sinalizava, nesse caso, que a exploração mineral no Brasil devia ser oferecida a estrangeiros aptos a realizá-la. O brasileiro, em contrapartida, devia ater-se ao cultivo agrícola:

Cerca de vinte anos atrás, imaginava-se que o ouro no Brasil estava quase esgotado, porque os rios deixaram de produzi-lo na mesma abundância como no início; mas supõe-se que, o que foi encontrado foi meramente algumas superfluidades soltas e destacadas do metal, e que nas grandes veias, os brasileiros nunca foram capazes de chegar. Convidar outras pessoas com mais recursos para explorar o coração da rocha estéril, e deixar ileso o prolífico solo do país, enquanto os nativos estão engajados nas atividades da agricultura, abrir as veias de suas montanhas improdutivas para a habilidade e a empresa de estrangeiros, [...] é a melhor e mais sábia política que os brasileiros poderiam adotar, no estado actual do seu país. (WALSH, 1830, p.114, v.2, tradução nossa¹⁵⁶).

O viajante reforçava que, enquanto esteve sob o domínio e Portugal, a exploração do ouro era feita pelos proprietários das minas de modo bastante rudimentar e superficial. Após a abertura do país, entretanto, investidores, especialmente ingleses, interessaram-se em investir em companhias de mineração, supondo que “[...] em um país tão rico, trabalhado pela habilidade de uma empresa formada na Inglaterra, produziria os mais valiosos retornos” (WALSH, 1830, p.115, v.2, tradução nossa¹⁵⁷).

¹⁵⁵ [...] winding in a zigzag direction up the rocky face, we at length emerged on the summit, and here we saw in perfection the totally new feature of the Brazilian landscape, which we before had contemplated at a distance. In all our journey from Rio for more than two hundred miles, we had hardly seen a stone peeping through the soil. Here we stood upon an immense ridge of rocks, utterly denuded both of wood and grass, stretching their bare and rugged arms in all directions over the country, and forming a prospect strongly contrasted with any we had yet contemplated. This ridgy region, I was told, ramified through the country to an immense extent in a westerly direction, till it was lost in the Mato Grosso, or vast forests, which extend nearly to the Andes; and these are the great metallic repositories, from whence the whole subjacent soil of the Minas Geraes is impregnated with gold.

¹⁵⁶ About twenty years ago, it was imagined that the gold in Brazil was nearly exhausted, because the rivers and clay ceased to yield it in the same abundance as at first; but it is generally supposed, that what has been found was merely some loose and detached superfluities of the metal, and that the great veins are unopened, which the Brazilians have never yet been able to come at. To invite others of more capabilities to explore these in the heart of the sterile rock, and leave uninjured the prolific soil of the country, and, while the natives were engaged in the pursuits of agriculture, to open the veins of their unproductive mountains to the skill and enterprise of a foreigner, who would enhance the local value of every produce of the soil by their consumption, was the best and wisest policy the Brazilians could adopt, in the present state of their country.

¹⁵⁷ [...] it was supposed that such a rich country, worked by the skill and wealth of a company formed in England, would produce the most valuable returns.

A possibilidade da realização desses empreendimentos no Brasil, viabilizou-se a partir do decreto de 12 de Agosto de 1825, que concedia a partir de petições emitidas pelo governo imperial, a posse de terras e minas no Brasil, pelo tempo de existência das empresas. Essas petições, foram concedidas para Minas Gerais, Mato Grosso e Espírito Santo (WALSH, 1830).

Muitos eram os benefícios conquistados por essas empresas com tais concessões, como exemplo, Robert Walsh (1830) cita o caso da *General Mining Association*, que, após comprar a concessão do senhor I.A.C Leão, adquiriu os benefícios acumulados por ele por ser nativo na exploração mineral:

Muitas vantagens recebem um nativo que um estrangeiro não poderia desfrutar; ele só paga vinte por cento em todo o ouro levantado em vez de vinte e cinco, e suas operações podem se estender para qualquer distância, além de ser direcionado para levantar qualquer tipo de metal, em vez de ficar restrito a dois ou três minas e levantando ouro apenas. Quando a concessão do Sr. Leão foi comprada pela *General Mining Association*, ela teve todos os privilégios dos nativos. Eles eram assim irrestritos no exercício de suas obras através toda a rica província de Minas Geraes, um país tão grande e um solo fértil e salubre como os da Inglaterra. (WALSH, 1830, p.116, v.2, tradução nossa¹⁵⁸).

A paisagem de Vila Rica (Ouro Preto), também foi retratada na obra do viajante irlandês, especialmente pela decadência verificada por ele em decorrência do suposto esgotamento da produção aurífera, referindo-se a ela como:

[...] a cidade mais romântica e pitoresca no mundo; mas como está agora, no meio de montanhas nuas e estéreis, cujos flancos são rompidos e rasgados abertos em busca de ouro, deixando pedreiras acima e uma planície enlameada de areia abaixo, a aparência da cidade é singularmente repulsiva e desagradável. (WALSH, 1830, p.194, v.2, tradução nossa¹⁵⁹).

A então Imperial Cidade do Ouro Preto e a decadência experimentada por ela nas últimas décadas, retomaria parte de seu prestígio no decorrer do século XIX, especialmente em virtude dos empreendimentos estrangeiros voltados para a exploração mineral na região. Um deles, realizado na mina de Gongo-Soco, que havia iniciado suas atividades através da

¹⁵⁸ Many advantages resulted to a native which a foreigner could not enjoy; he only paid twenty per cent. on all gold raised instead of twenty-five, and his operations might extend to any distance, and be directed to raising any kind of metal, instead of being restricted to two or three mines, and raising gold only. The grant, therefore, of Mr. Leão was purchased by the General Mining Association, who by these means were placed in his stead, and had all the privileges of natives. They thus were unrestricted in carrying on their works through the whole of the rich province of Minas Geraes, a country as large and a soil and climate as, fertile and salubrious as those of England.

¹⁵⁹ [...] the most romantic and picturesque town in the world; but as it now stands, in the midst of bare sterile mountains, whose naked flanks are ruptured and torn open in search of gold, leaving no objects but unsightly quarries above, and an irksome sandy muddy plain below, the look of the town is singularly repulsive and disagreeable.

Imperial Brazilian Mining Association, poucos anos antes da visita de Robert Walsh, em 1826. Na ocasião, “[...] tendo ouvido falar das grandes riquezas desta propriedade, a *Imperial Brazilian Mining Company*, formado na Inglaterra, enviou o Sr. Eelwarel Oxenford, com mineiros competentes, para examiná-lo em 1825” (WALSH, 1830, p.208, v.2, tradução nossa¹⁶⁰).

Segundo o viajante, o trabalho na mina, não havia desapontado seus investidores até então. “[...] Esse foi primeiro empreendimento industrial estrangeiro no Brasil e Gongo-Soco logo se tornou a mina mais rentável da região servindo de exemplo para as mineradoras inglesas nas décadas posteriores” (ALVES, 2015, p. 04).

Passando por Minas Gerais alguns anos após Robert Walsh, os estadunidenses e missionários Daniel Parish Kidder e James C. Fletcher, surpreenderam-se com a variedade de recursos minerais disponíveis na província de Minas Gerais, atribuindo a ela, a maior importância “[...] de todas as divisões interiores do Império, devido a suas riquezas minerais e vegetais, seus imensos rebanhos, sua acessibilidade ao mercado e sua população” (KIDDER e FLETCHER, 1941, p. 165, v.2 – Original publicado em 1845). E emendavam, também se referindo à *Imperial Brazilian Mining Association*:

Outras zonas da província figuram entre as mais adiantadas e preferidas do império. Observou um escritor com certa ênfase que, se houvesse um lugar no mundo que pudesse ser feito para sobrepujar todos os outros, seria minas esse lugar. seu clima é suave e saudável; sua superfície elevada e ondulada; seu solo fértil, capaz de produzir os mais valiosos produtos; suas florestas abundantes em madeiras excelentes, bálsamos, drogas e tinturarias. Mas todas essas circunstâncias somadas não têm dado à província tanta celebridade como o simples fato da sua riqueza mineral inexaurível. Seu nome significa *minas gerais*, isto é, de toda espécie e, conseqüentemente, minas de ouro, prata, cobre e ferro encontradas dentro de seus limites, além de muitas pedras preciosas. várias das mais valiosas minas de ouro, não distantes de ouro preto, têm sido exploradas por uma companhia de mineração inglesa nos últimos vinte anos. Essa empresa tem sido inquestionavelmente uma fonte de proveito para seus acionistas, e tem prestado em geral grandes serviços ao país introduzindo os mais consagrados processos de mineração e dando um impulso à indústria brasileira. Essa companhia emprega grande número de mineiros de *Cornwall*, e estabeleceu uma verdadeira vila inglesa na sua mina principal. (KIDDER e FLETCHER, 1941, p. 165-166, v.2 – Original publicado em 1845).

Evidentemente, como observamos até aqui, não unicamente a proporção das riquezas minerais surpreendia os viajantes, cumprindo a flora papel essencial na composição dos recursos disponíveis no país e, especificamente, em Minas Gerais. Sobre essa relevância, Kidder e Fletcher (1941, p. 148, v.2 – Original publicado em 1845), afirmam:

¹⁶⁰ Having heard of the great riches of this estate, the Imperial Brazilian Mining Company, formed in England, sent Mr. Eelwarel Oxenford, with competent miners, to examine it in 1825.

Já vimos que os recursos internos deste império estão de acordo com a sua situação privilegiada e sua grande extensão. Não é o ouro de suas minas nem os diamantes que brilham nos leitos de seus rios interiores que constituem a maior fonte de sua riqueza. Embora a natureza tenha conservado no Brasil os mais preciosos minerais, ainda assim ela tem sido mais pródiga na dádiva de riquezas vegetais.

Em razão disso, os viajantes estadunidenses frequentemente reforçavam que a agricultura fosse uma das atividades de considerável expressividade, devendo ser, por certo, reproduzida entre os nativos como sinal de bom aproveitamento do solo, clima, e disponibilidade de água da maior parte do país. Em passagem pelo rio Paraíba, na travessia do Rio de Janeiro à Minas Gerais, eles observaram:

Olhei da varanda para uma paisagem verdadeiramente agrícola: junto de mim estavam cento e cinquenta colmeias com abelhas; os morros suavemente arredondados estavam cobertos de rebanhos de ovelhas e gado pastando, campos de algodão e açúcar cobriam os vales, enquanto o milho e a mandioca em grandes extensões fugiam de nossas vistas. O laranjal era o maior que jamais vi em qualquer terra; calcula-se que haja nele mil alqueires de seis diferentes espécies da deliciosa fruta. (KIDDER e FLETCHER, 1941, p. 155, v.2 – Original publicado em 1845).

As possibilidades de cultivo na região, segundo eles, eram as mais variadas quando se sabia aproveitar as qualidades que o lugar oferecia ao homem que vivia no campo:

As capacidades agrícolas da província são imensas. produz café, açúcar, fumo e algodão. Ainda fabrica também pano grosso de algodão. Seu solo produz milho em grande quantidade e pode ser preparado para o trigo. Em suas campinas ou prados elevados, pastam inumeráveis rebanhos de gado e alguns de ovelhas. O leite das vacas é convertido num tipo de queijo mole, conhecido por *queijo de minas*. Podem ser vistos em grande quantidade no Rio de Janeiro e daí são distribuídos pelas cidades do litoral, sendo muito estimado como alimento. (KIDDER e FLETCHER, 1941, p. 166, v.2 – Original publicado em 1845).

Passando pelo mesmo local, o vale do Rio Paraíba, na divisa entre as províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais em 1852, o alemão Henry Klumb fez observações bastante semelhantes sobre a fertilidade da região e os estabelecimentos agrícolas ali instalados:

Já descemos ao vale do Parahybuna, uma encantadora amostra de floresta virgem nos proporciona uma sombra mais agradável. Em breve um largo rio, o Parahybuna, vai apresentar-se a nossos olhos; elle serve de limites às duas províncias, Rio de Janeiro e Minas-Geraes. [...] Todos os terrenos que vemos são de uma grande fertilidade; podemos julgar desta pelas formosas plantações de café, milho, arroz e mandioca, que nos circundão e fogem atrás de nós. (KLUMB, 1872, p.52).

Estando na mesma localidade em 1843, o francês Francis de Castelnau, observou que, apesar da pouca relevância da cidade de Paraíba do Sul, ainda que sua localização

estratégica na divisa das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais lhe conferisse alguma importância, a agricultura na região se destacava e, por isso, tinha interesse em conhecê-la mais de perto:

[...] é pouco importante o comércio da cidade; seria sem dúvida nulo, se a sua posição não a tornasse ponto de descanso quase necessário às caravanas que passam pela estrada de minas. Há nos arredores muito belas plantações de café, de cana-de-açúcar e de milho. construíam-se também uma igreja na freguesia (CASTELNAU, 1949, p.117 – Original publicado em 1850-57).

O viajante francês destacava que, em razão da agricultura ter se expandido pela região, a paisagem se encontrava bastante alterada pela ação humana, onde a devastação se fazia visível:

Percorremos a princípio uma légua de terrenos, em estado mais ou menos avançado de cultivo. por toda parte em que penetrou a indústria humana, toma a natureza um aspecto triste, em comparação com a magnificência das florestas virgens; veem-se por todos os lados os tocos dos gigantes abatidos, e os restos carbonizados que se encontram em cada canto atestam que a civilização veio precedida pelo incêndio. (CASTELNAU, 1949, p.117 – Original publicado em 1850-57).

Já tendo entrado na província de Minas Gerais, Francis de Castelnau fez observação semelhante, afirmando que o descuido com o campo se devia à dedicação excessiva às atividades de mineração, em detrimento da agricultura:

A província em que acabamos de entrar é célebre em todo o mundo pela riqueza de suas minas; por infelicidade, porém, seus habitantes, absorvidos na exploração dessas riquezas do solo, deixaram a cultura dos campos em lamentável abandono. (CASTELNAU, 1949, p.121 – Original publicado em 1850-57).

A atenção que deveria ser dada ao cultivo agrícola na província de Minas Gerais também não escapava aos olhos atentos do barão de Eschwege. O viajante alemão, em passagem pela região de Ouro Preto e Mariana, afirmava que o solo dessa região era bastante fértil, razão pela qual muitos fazendeiros por ali se assentaram. No entanto, as práticas agrícolas por eles utilizadas, que envolviam “a bárbara cultura de queimar as matas exuberantes e exaurir o solo até que nada mais crescesse”, acabavam por torná-los estéreis (ESCHWEGE, 2002, p.56 – Original publicado em 1818).

A despeito dessa prática, o alemão constatava que a fertilidade do solo na região era impressionante, assim como ocorria em boa parte do país. Isso se devia à abundância de recursos hídricos, além, por certo, do clima apropriado ao plantio pela localização “em uma faixa de terra tão quente”. Eschwege (2002) afirmava que era grande o número de “rios e riachos, maiores e menores, que se espalham, como nesse distrito, por todo o Brasil, com

algumas poucas exceções, como o grande sertão entre Minas e Bahia e algumas regiões entre Minas e Goiás”. E emendava, que “nunca se encontra um vale, raramente uma depressão nas encostas das montanhas ou uma garganta que não tenham uma nascente de água pura e em tanta quantidade que não seria difícil a instalação de rodas d’água e outros engenhos” (ESCHWEGE, 2002, p.61 – Original publicado em 1818).

Ao atribuir a fertilidade do solo na região, em parte, aos recursos hídricos nela disponíveis, Eschwege (1996, p. 63 – Original publicado em 1824) recorria à presença do Rio Paraopeba, responsável, em seu entendimento, por tornar as terras ao longo de seu curso “as mais férteis da capitania”. O alemão chegou a atribuir ao entorno de Vila Rica, banhado pelo rio, o título de “celeiro”, visto que, a população cultivava ali tudo o que necessitava para sua sobrevivência. Como produtos principais ele destacou o milho e o feijão, além do algodão que era enviado ao Rio de Janeiro.

Eschwege (1996, p. 63 – Original publicado em 1824) reforçava a importância do rio para a fertilidade daquela área, tendo em vista que, “nas proximidades de Vila Rica não existem áreas cultiváveis”, em razão, evidentemente, da mineração. Ele não deixava de mencionar, assim como fizeram outros viajantes estrangeiros, o descuido do agricultor brasileiro com o solo, que poderia ser bem mais aproveitado não fossem as práticas incorretas e degradantes:

[...] como é hábito entre os lavradores, estes procuram arrancar tudo da terra num espaço de um só ano. É da índole nacional não cuidar do futuro. Via de regra, o agricultor explora a terra além do que lhe é permitido, sujeitando-a a uma exploração predatória. Não a aduba nem lhe dá tempo para a renovação da camada orgânica, mediante a fermentação da matéria vegetal, e nem para reter a umidade através da cobertura vegetal. O solo, assim, resseca-se e o plantio permanente impede não só o descanso do solo arável, como a reconstituição da paisagem botânica. (ESCHWEGE, 1996, p.63 – Original publicado em 1824).

Enquanto a prática da agricultura despertava o interesse de diversos viajantes, levantando entre eles questões sobre o aproveitamento do solo, as consequências das queimadas abusivas, ou da mineração e seus impactos na degradação da natureza, Auguste de Saint-Hilaire preocupou-se em aliar essas reflexões ao conceito de “vegetação primitiva”, como veremos adiante.

Saint-Hilaire (2000, p. 231 – Original publicado em 1837) definia vegetação primitiva como “a que não foi modificada pelo trabalho do homem” e, dedicava-se, especialmente, à análise dessa vegetação na província de Minas Gerais. O viajante francês comparava a ocorrência dessa vegetação no Brasil com a Europa, afirmando que, nesse continente a vegetação não modificada pelo homem praticamente inexistia:

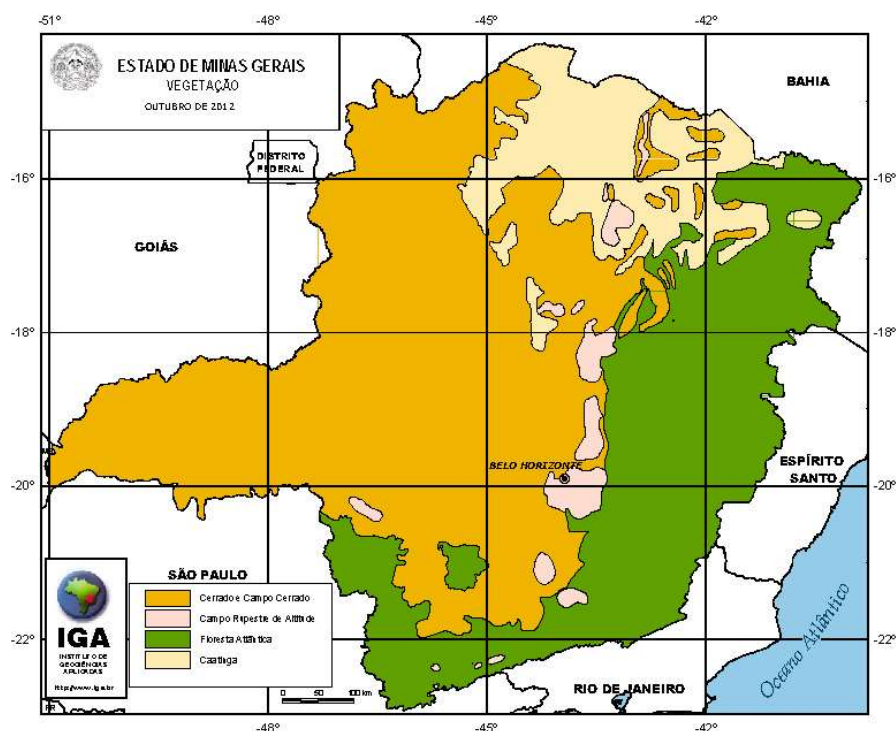
Com exceção de alguns cumes elevados, talvez não exista na Alemanha, na Inglaterra e na França, um único canto da terra que não tenha sido revolvido milhares de vezes; e, por toda parte, desapareceu a vegetação primitiva. [...] Nossos próprios bosques, cortados com intervalos regulares, tornaram-se obra nossa, e nossas campinas, continuamente revolvidas pela charrua e ressemeadas pela mão do homem, são tão artificiais como os pastos aos quais resolvemos dar mais particularmente esse nome. No meio de tantos revolvimentos, quantas espécies desapareceram! Quantas outras se introduziram com nossas hortaliças e nossos cereais e, exóticas como eles, passam atualmente como indígenas! (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 231 – Original publicado em 1837).

Ele afirmava ainda que, em boa parte da América Meridional a vegetação primitiva já havia se modificado e que, “em espaços imensos, todos os vegetais parecem fugir diante do capim-gordura” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 231 – Original publicado em 1837), referindo-se à planta utilizada como pastagem de muito boa qualidade, originária da África e bastante utilizada no Brasil.

Diante desse cenário de desaparecimento da vegetação primitiva, Saint-Hilaire (2000) entendia que era necessário fazer um inventário da mesma e que, particularmente em Minas Gerais, as diferenças existentes nesse tipo de vegetação eram tão sensíveis, que precisavam ser classificadas com vistas a contribuir para a área que ele denomina de “botânica”.

É possível classificar, atualmente, a vegetação no estado de Minas Gerais de acordo com a Figura 36, abaixo, em que se observa, essencialmente, a ocorrência dos biomas: Cerrado, Campo Rupestre de Altitude, Mata Atlântica e Caatinga. É possível verificar que, o Cerrado ocupa boa parte do território do estado, cerca de 50%, principalmente nas bacias dos rios São Francisco e Jequitinhonha. A Mata Atlântica que aparece em segundo lugar na ocorrência geral, constitui-se de vegetação densa e permanentemente verde (MINAS GERAIS, 2019). Reforça-se que, Cerrado e Mata Atlântica despontam como os biomas mais degradados do país.

Ainda destacamos a presença dos Campo Rupestre de Altitude, compostos por vegetação herbácea de pequeno porte e árvores isoladas, verificadas nos pontos elevados das serras da Mantiqueira, Espinhaço e Canastra. Por fim, a Caatinga, que ocorre no norte do estado, caracterizada pela presença de plantas de aspecto seco, espinhoso e com a ausência de folhagens (MINAS GERAIS, 2019).

Figura 36: Vegetação do estado de Minas Gerais (2012)

Fonte: GOVERNO DE MINAS GERAIS, 2019.

Com elementos que se aproximam da classificação atual, Saint-Hilaire (2000) definiu a vegetação por ele observada na província de Minas Gerais no início do século XIX. Ele dividia a vegetação da região em matas e campos. E explicava que as matas eram as florestas virgens, as caatingas, os carrascos e os carrasqueiros (plantas mais elevadas que formam a transição entre os carrascos e a caatinga). Deve-se esclarecer que, o carrasco, segundo Andrade-Lima (1978), pode ser considerado um tipo de caatinga, por seu caráter caducifólio, mas em razão da ausência de cactáceas e bromeliáceas, pode também ser visto como uma entidade própria.

Saint-Hilaire (2000, p. 232 – Original publicado em 1837) classificava ainda os campos como terrenos cobertos de ervas (ou herbáceas), “entremeadas de subarbustos ou esparzidas de árvores enfezadas”. O viajante reforçava que, essas vegetações não podiam ser rigorosamente separadas, tendo em vista que a transição entre elas era bastante sutil:

[...] todas essas expressões não podem ser absolutamente rigorosas, pois as diferenças que elas indicam passam de umas para outras por gradações insensíveis. Há matas que ninguém hesitará em denominar matas virgens ou caatingas; não existe porém, na natureza, limites bem precisos entre as florestas virgens e as caatingas, estas e os carrascos, e, finalmente, entre estes últimos e os verdadeiros campos. (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 232 – Original publicado em 1837).

Sabe-se hoje que existem algumas zonas de transição entre os principais biomas brasileiros. Entre as quais, figuram a transição entre o Cerrado e a Caatinga. Localizada entre o norte do estado de Minas Gerais, região percorrida por Saint-Hilaire (2000) na referida viagem pela província de Minas Gerais, além de boa parte do estado da Bahia e Piauí, essa zona de transição é marcada pelo solo seco, chuvas mais esparsas e vegetação caducifólia (MINAS GERAIS, 2019).

O viajante francês também procurava localizar geograficamente em seu relato a ocorrência desses tipos vegetais específicos na província mineira:

Grande parte do território compreendido entre os limites da província e a cadeia ocidental é coberta de matas virgens. Observei caatingas no sertão do Rio S. Francisco e nas partes baixas do termo de Minas Novas. São carrascos que cobrem os planaltos das regiões elevadas desse mesmo termo. É na parte ocidental da província (sertão ou deserto) cortada pelo Rio S. Francisco quem se veem campos semeados de árvores pouco desenvolvidas e tortas. Enfim, pastagens simplesmente herbáceas constituem vasta porção da comarca do Rio das Mortes. (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 233 – Original publicado em 1837).

Saint-Hilaire (2011) comparava ainda, a vegetação que ele denominou de *primitiva*, ou não modificada pelo homem, à *artificial*, que, pelo contrário, sofreu alterações em sua constituição natural. O viajante afirmava que esse processo poderia ser verificado no entorno de Vila Rica e entre essa localidade e Vila do Príncipe¹⁶¹, onde as florestas e suas “árvores majestosas” foram, segundo seu relato, severamente retiradas:

Se a constituição física da província das Minas tem uma tão grande influência sobre a natureza de sua vegetação primitiva, deve-se crer que ela o tenha igualmente sobre aquela que resulta dos trabalhos do homem, e que se pode chamar de *artificial*. A parte da província situada a oriente da grande cadeia não é mais, como outrora, inteiramente coberta de florestas. Ali se achavam terrenos auríferos de uma riqueza espantosa; uma numerosa população ali se precipitou, e incendiaram-se bosques, seja apenas para clarear a terra, seja para ali fazer plantações. (SAINT-HILAIRE, 2011b, p. 24 – Original publicado em 1837).

A vegetação primitiva, segundo ele, foi progressivamente substituída pelo *capim gordura*. Saint-Hilaire (2011b, p. 25 – Original publicado em 1837) explicava que “essa planta ambiciosa não é natural da província das Minas; ela se espalhou ali graças à passagem do homem, e será curioso pesquisar em alguns anos se ela progrediu em direção ao norte, ou se definitivamente se deteve no ponto que reconheci como seu limite atual”.

Quando, nessa região, derruba-se uma floresta virgem e ateia-se fogo, os vegetais gigantesco que a compunham são substituídos por um bosque

¹⁶¹ Atual município de Serro.

formado de espécies inteiramente diferentes e muito menos vigorosas; se se queimam muitas vezes esses novos bosques para fazer alguma plantação no meio de suas cinzas, logo se vê nascer ali um enorme feto (*Pteris caudata*); enfim, em muito pouco tempo as árvores e arbustos desaparecem, e o terreno se acha inteiramente tomado por uma gramínea viscosa, acinzentada e fétida que tolera muito pouco algumas plantas comuns no meio de seus caules cerrados, e que se chama *capim gordura* (erva sem valor, *Melinis minutiflora* ou *Tristegis glutinosados* botânicos). (SAINT-HILAIRE, 2011b, p. 24 – Original publicado em 1837).

Uma vez mais, observamos a preocupação do viajante com a devastação das florestas, com o manejo incorreto do fogo e a substituição de espécies nativas por outras inapropriadas para a região, além, evidentemente, do desaparecimento de tantas outras:

Na verdade, nessa parte da América, como em muitas outras, os agricultores têm o costume de atear fogo a cada ano nos pastos, a fim de proporcionar aos animais uma erva mais fresca e mais tenra, e talvez a província das Minas não ofereça uma légua quadrada de campo natural que não tenha sido diversas vezes incendiada. Percebe-se que no meio de todas essas queimadas, tantas vezes repetidas, é possível que várias espécies anuais tenham desaparecido inteiramente; talvez também algumas espécies franzinas e delicadas, que teriam sido sufocadas pelos caules amontoados das espécies vigorosas, tenham sido preservadas da destruição pelos incêndios, e, conseqüentemente, os campos que chamamos hoje *naturais* não poderiam ser o que foram outrora os *campos* realmente primitivos. (SAINT-HILAIRE, 2011b, p. 27 – Original publicado em 1837).

Ademais, o botânico entendia que as queimadas foram decisivas para modificar o ciclo natural na vegetação, influenciando diretamente no desenvolvimento das espécies que compunham os chamados *campos* em Minas Gerais:

Não se pode, sem dúvida, assegurar-se desse fato pela comparação, mas é fácil conceber que os incêndios repetidos tiveram uma grande influência sobre o conjunto das espécies que compõem a vegetação dos campos naturais; porque, assim como veremos, um único incêndio é suficiente para modificar da maneira mais estranha os indivíduos já existentes. Logo que a erva de um campo natural é queimada, no meio das cinzas negras que cobrem a terra, aparecem aqui e ali plantas anãs cujas folhas são sésseis e mal desenvolvidas, e que logo dão flores. Durante muito tempo, confesso, pensei que essas plantas fossem espécies distintas, particulares às queimadas ou campos recentemente incendiados, como outras espécies pertencentes exclusivamente às talhadias que substituem as florestas virgens; mas um exame atento convenceu-me de que essas pretensas espécies não eram outra coisa senão indivíduos abortados de espécies naturalmente muito maiores e destinados a florescer numa outra época do ano. Durante a estação da seca, que é a do incêndio dos campos, a vegetação da maior parte das plantas que a compõem fica de algum modo suspensa, e estas não oferecem senão caules enfraquecidos ou ressecados. [...] O incêndio dos caules antigos determina o desenvolvimento das gemas escondidas sob a terra; mas como os novos brotos aparecem antes do tempo, e as reservas de seivas destinadas a nutri-los não estão ainda suficientemente cheias, as folhas se desenvolvem mal; a passagem destas aos verticilos florais se faz rapidamente, e estes últimos logo põem um fim ao

crescimento do caule. (SAINT-HILAIRE, 2011b, p. 27-28 – Original publicado em 1837).

Além das queimadas, Saint-Hilaire (2011) recorreu à Eschwege para relacionar o desenvolvimento da vegetação ao solo onde ela se desenvolvia, mas, ponderava ao considerar que o solo, entretanto, não devia ser considerado fator determinante para que certas espécies se desenvolvessem, ou não:

Na verdade, M. d'Eschwege observou que a vegetação era mais vigorosa nos terrenos primitivos da província das Minas, que naqueles cuja formação é mais recente; ele observou que bosques cresciam sobre as montanhas de granito, de gnaiss, de xisto, de sienito e que as pastagens naturais e os arbustos tortuosos se encontravam em terrenos cujo fundo se compõe de xisto argiloso, de arenito e de ferro. Mas se as grandes diferenças de vegetação observadas na província das Minas coincidem com diferenças na constituição mineralógica do solo, não é menos verossímil que não são estas que modificam o conjunto das produções vegetais. [...] as observações feitas pelo próprio M. d'Eschwege tendem a demonstrar a verdade dessa opinião, porque na vizinhança do rio S. Francisco, perto de Formiga e Abaeté, esse sábio viu terrenos calcários de antiga formação permanecer descobertos em certos lugares, ao passo que em outros eles produzem uma vegetação rica e espessas florestas. O que, na mesma latitude e em alturas semelhantes, modifica verdadeiramente a natureza das produções vegetais são a exposição do solo, a maior ou menor umidade que ele guarda, a divisão mais ou menos sensível de suas partes, quantidade maior ou menor de húmus que compõe sua superfície. (SAINT-HILAIRE, 2011b, p. 30-31 – Original publicado em 1837).

Ainda que as análises do viajante sobre a vegetação que ocorria em Minas Gerais caminhassem entre a botânica e a geologia, não restam dúvidas quanto a preocupação central de Saint-Hilaire (2011):

Mas se a inteligência e o bom senso dos habitantes dessa província puderem preservá-la dos perigos que a ameaçam como em todo o resto do Brasil, sua população aumentará com rapidez; onde se veem humildes cabanas, erguer-se-ão cidades florescentes; novos desbravamentos diminuirão ainda a extensão das florestas; enfim, os próprios campos serão cavados pela enxada e sulcados pelo arado. Então não restará mais nada da vegetação primitiva; uma multidão de espécies terá desaparecido para sempre, e os trabalhos, aos quais o sábio Martius, o falecido doutor Pohl e eu consagramos nossa existência, não serão mais, em grande parte, senão monumentos históricos. (SAINT-HILAIRE, 2011b, p. 43 – Original publicado em 1837).

Preocupação essa que diz respeito ao destino que seria dado pelos brasileiros à vasta cobertura vegetal que aqui existia e, que poderia ser severamente comprometida caso não houvesse esforços no sentido de garantir sua manutenção. Igualmente preocupado com a fragilidade da *vegetação primitiva* diante, especialmente, das práticas agrícolas agressivas, Suzannet (1957) ponderava:

A agricultura, [...] é reduzida aos processos mais simples. Apenas queimam as matas, e em seguida semeiam o milho ou plantam o café no lugar assim preparado. Quando a terra fica improdutiva, longe de tentar compensar com adubo o esgotamento do solo, abandonam o terreno, que logo se recobre de nova mata, mas mirrada e pouco vigorosa; vinte anos mais tarde essas matas serão outra vez destruídas, e as terras de novo cultivadas. As belas florestas virgens do Brasil desaparecem pouco a pouco, sobretudo perto dos lugares onde a exploração é vantajosa; árvores imensas são derrubadas nas florestas e lá mesmo queimadas pelos proprietários que renovam assim seus terrenos de cultura. (SUZANNET, 1957, p. 75).

Observando de modo semelhante a prática agrícola do brasileiro, a viajante alemã Ina von Binzer (1982, p. 31 – Original publicado em 1887) afirmava que em sua terra era impossível fazer-se ideia de tal esbanjamento, tendo em vista que, quando se dava início a uma plantação “queima-se o que ali crescia, sendo às vezes atingidas sem piedade as mais lindas matas virgens, cujas cinzas e troncos apodrecidos, servem como o melhor dos adubos”.

O que se observa, portanto, de modo recorrente em todos os discursos que procuravam associar a natureza aos recursos que ela, eventualmente, pudesse oferecer era, uma vez mais, a incapacidade do brasileiro de geri-los. Seja em razão da ausência de técnicas ou instrução adequadas, ou ainda devido à indolência e à inaptidão do povo, tanto a exploração mineral como a agricultura ficavam severamente comprometidas. O que, evidentemente, abriu caminho para que o estrangeiro estivesse na condução desses processos.

Outra consequência que fica evidente no material analisado, é a preocupação levantada pelos viajantes, especialmente àqueles que tem uma aproximação científica com a botânica, como Auguste de Saint-Hilaire, com o destino do meio natural que, diante da incapacidade relatada, tende a ser levado à exaustão e destruição permanente. Essa condição, que na atualidade compõe o eixo central dos debates entre os principais estudiosos do tema, como a destruição do cerrado brasileiro, por exemplo, apresenta-se, já no início do século XIX como uma possibilidade e um problema.

Contrastes: a paisagem e o povo

Recorrente entre os viajantes no Brasil é seu olhar carregado de “pré-conceitos” sobre o povo brasileiro. Ainda que nem sempre punitivo, mas, repleto de concepções moldadas no seio da sociedade europeia e trazidas em sua bagagem, a visão de mundo do viajante quase sempre recorre à comparação inevitável entre o deslumbre causado pela paisagem e o espanto produzido pelo povo que nela habita.

Nas palavras do Príncipe Alexander Philipp Maximilian zu Wied-Neuwied, alemão, naturalista e etnólogo, que coordenou uma expedição pelo sudeste do Brasil e Bahia entre

1815 e 1818, registra-se em sua travessia pelo sertão mineiro em direção à Bahia, o contraste por ele observado entre a paisagem do lugar e o povo que nela habita:

A natureza animada, sempre bela, sempre ativa e animada, faz aqui sensível contraste com a grande massa dos habitantes, que são tão rudes e ignorantes como o gado a que emprestam os seus assíduos cuidados, e que constituem o único objetivo de seus assíduos pensamentos. (WIED-NEUWIED, 1940, p. 421, grifos nossos – Original publicado em 1820).

É exatamente esse olhar contrastante manifestado em um discurso carregado de espanto e pré-conceitos, que aparecerá na grande maioria das obras de viajantes estrangeiros no Brasil naquele período. Aqui, o príncipe Wied-Neuwied (1940 – Original publicado em 1820 – Original publicado em 1820) se refere aos “vaqueiros” ou “campistas” (Figura 37).

Figura 37: Boi perseguido pelos vaqueiros



Fonte: WIED-NEUWIED, 1940.

Os vaqueiros, por ele definidos como homens encarregados de guardar o gado, vestem-se de couro de veado da cabeça aos pés:

essa vestimenta parece extravagante à primeira vista, mas é muito adequada, pois esses homens têm muitas vezes de correr atrás do gado, que foge através dos arbustos espinhosos e das "caatingas", ou então são obrigados a fazer passar o gado por aí, para reuni-lo. (WIED-NEUWIED, 1940, p. 376 – Original publicado em 1820).

A vestimenta rústica também ganha a atenção de outro alemão que esteve no Brasil alguns anos depois, Friedrich von Weech. Segundo ele, as roupas feitas de couro de veado têm o mesmo propósito já apontado por seu conterrâneo, permitir ao vaqueiro “correr

livremente atrás do gado, através de arbustos e espinhos” (WEECH, 1992, p. 164 – Original publicado em 1828).

Esses bravos homens, geralmente negros, conseguem, segundo o príncipe alemão, levar o animal à exaustão, vencendo-o pela força e cansaço. Para eles, afirma o viajante, trata-se de uma “questão de honra” domar os animais mais arredios. Ainda que isso, por vezes, lhes custe a própria vida, “acidente que não afeta muito o proprietário, seu senhor, pois trata-se apenas de um negro de menos, de que ele não faz maior caso do que do gado” (WIED-NEUWIED, 1940, p. 403 – Original publicado em 1820).

Também se referindo aos vaqueiros na província de Minas Gerais, Auguste de Saint-Hilaire discorda que seus representantes sejam, majoritariamente, negros. O francês explica que, nas regiões onde a atividade econômica principal era a criação de gado, existem menos escravos que nas áreas de exploração mineral, tendo em vista que, para cuidar do rebanho, sua mão-de-obra é menos necessária. Ele complementa que, nessas regiões, a escravidão tenderia a diminuir, à medida em que a população aumentasse:

[...] Nas zonas de criação, os escravos são, com efeito, muito menos necessários do que nas em que se extrai o ouro ou se cultiva a cana-de-açúcar. Necessita-se de poucos braços para tratar dos rebanhos, e quanto menos existem escravos, tanto menos os homens livres coram de trabalhar. Grande parte dos vaqueiros e tocadores de porcos, que vão da comarca de São João ao Rio de Janeiro, são brancos. [...] Disto resulta ser evidente que, nesta parte da província de Minas, mais do que naquela em que se extrai o ouro, a escravidão irá diminuindo à medida que crescer a população. (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 79 – Original publicado em 1842).

Não somente o “vaqueiro” ou o sertanejo aparece entre os habitantes que mais intrigam os viajantes. Outras “raças” e tipos humanos foram objetos de observação, contrastando com a paisagem que os rodeia.

A paisagem se torna, entre outros aspectos, *lôcus* de incompreensão quando entendida pelo viajante como artifício de enriquecimento e refúgio de riquezas naturais a serem exploradas, coisa que o brasileiro não sabia aproveitar. Talvez por isso “a maior parte do país foi explorada por estrangeiros”, visto que, “o povo brasileiro é preguiçoso demais para acumular fortuna. Hoje em dia, o pobre em Minas também só trabalha da mão para a boca. Quando o sujeito ganha alguns mil-réis, aproveita a vida até que a necessidade o obriga a trabalhar novamente” (TSCHUDI, 2006, p. 261 – Original publicado em 1866-69).

Essas alegações sobre a indolência do povo se repetem com frequência nos relatos. O suíço Johann J. von Tschudi, que esteve no país em 1857, apontava o branco europeu e seus descendentes, como aqueles que ocupando funções na agricultura, comércio ou funcionalismo público, não poderiam ser caracterizados como preguiçosos. Ao contrário, o agricultor, por exemplo, ainda que “preso aos sistemas tradicionais” era “ativo, inteligente e

infatigável”. Quanto ao funcionário público, fez ressalvas, esse sim era “geralmente preguiçoso” e “gosta de satisfazer sua vaidade [...] por um emprego desse tipo, capaz de sustentá-lo razoavelmente, dar-lhe certo prestígio e conferir-lhe um mínimo de poder” (TSCHUDI, 2006, p. 261 – Original publicado em 1866-69).

Tschudi (2006) segue seu relato sabendo exatamente como caracterizar cada etnia componente da sociedade brasileira. O português, por exemplo, deixou para o brasileiro a vocação para o comércio, “negocia com todos, por toda a parte e sempre consegue obter vantagem” (TSCHUDI, 2006, p. 261 – Original publicado em 1866-69).

A constatação da habilidade para o ramo comercial é apresentada sem pretensões elogiosas: “o pequeno comércio requer menos esforços, tanto físico como intelectual, e por isso é uma das ocupações favoritas dos brasileiros” e conclui: “tem um raro talento para oferecer, com maior convicção, objetos de baixa qualidade por altos preços e muitas vezes, consegue vendê-los”. (TSCHUDI, 2006, p. 261 – Original publicado em 1866-69).

O “elogio” fica reservado ao tropeiro de descendência indígena e com “sangue de outras raças”. Para Tschudi (2006), a miscigenação trouxe algumas características que precisariam ser valorizadas: “coragem, decisão, força, presença de espírito, tenaz resistência e grande modéstia” (TSCHUDI, 2006, p. 303 – Original publicado em 1866-69).

No Brasil, a miscigenação foi proposta como uma alternativa à questão racial e alcançou legitimidade perante as políticas de imigração adotadas desde o final do século XIX e mesmo no início desde a chegada de D. João VI, visto que, de acordo com Schwarcz (1993, p. 12), o Brasil poderia ser descrito como “[...] uma nação composta de raças miscigenadas, porém em transição. Essas, passando por um processo acelerado de cruzamento, e depuradas mediante uma seleção natural [...], levaria a supor que o Brasil seria, um dia, branco”.

A ideia do “embranquecimento” progressivo da população resolveria, a médio e longo prazo, os efeitos negativos da mistura de raças no país. Segundo Guimarães (1999, p. 53), a ideia de “‘embranquecimento’ [...] foi, antes de tudo uma maneira de racionalizar os sentimentos de inferioridade racial instalados pelo racismo científico e pelo determinismo geográfico do século XIX”.

A miscigenação era vista no Brasil sob duas óticas distintas. Uma delas, mais pessimista, atribuía à miscigenação a degeneração crescente do povo brasileiro. Outra, mais otimista, apostava justamente nela como uma possibilidade de regeneração racial, que aos poucos levaria ao desaparecimento dos negros e mestiços. Assim, como afirma Schwarcz (1993), a perspectiva otimista da questão racial resolveria, do ponto de vista do projeto de formação nacional, o dilema colocado pelo racismo científico, enquanto uma saída biológica para a necessidade do branqueamento da população.

A questão racial acompanhou Oscar Canstatt, agrônomo contratado da Comissão Imperial de Agrimensura, que esteve no Brasil em 1868 (Original publicado em 1871). O alemão entendia que a questão racial era imperativa para o país e que a indefinição da raça de um povo prejudicava, inclusive, a contagem populacional (Figura 38).

Figura 38: Tipos raciais existentes no Brasil.



Fonte: CANSTATT, 2002.

Para Canstatt (2002 – Original publicado em 1877(?)):

O número dos brancos, como provavelmente o dos escravos, é apenas aproximado, porque a maioria daqueles não é do sangue puro, e ainda porque o conceito de sangue puro não é muito rigoroso no Brasil, onde em geral não há um preconceito muito severo de raça, e todos os descendentes de brancos, que não revelam distintamente na cor a mistura do sangue negro ou de índio, costumam ser considerados brancos. (CANSTATT, 2002, p. 99 – Original publicado em 1877(?)).

Seu pensamento estava alinhado com as teorias raciais que estiveram em voga a partir da segunda metade do século XIX. Segundo tais teorias, apoiadas no racismo cientificista, a

humanidade estaria dividida em raças, formando uma hierarquia biológica, na qual, os brancos ocupariam posição superior (SCHWARCZ, 1993).

O alemão era enfático ao determinar sob o rigoroso crivo dessa perspectiva, qual raça deveria ser valorizada no Brasil:

No seu todo são os brancos que constituem a estirpe dominante no Império, uma raça morena, pequena, feia, semelhante à dos portugueses, de que em grande parte descendem. Entre as mulheres só se encontram poucas caras bonitas e entre os homens nota-se a ausência das formas nobres e vigorosas de outras nações austrais. **Uma parte da população branca que não se deve desprezar é constituída pelos imigrantes europeus, entre os quais se encontram franceses, ingleses, italianos e sobretudo alemães, que dão vida ao comércio e à indústria.** (CANSTATT, 2002, p. 99, grifos nossos – Original publicado em 1877(?)).

Com um discurso também voltado para a questão racial, o naturalista alemão Carl Friedrich Philip von Martius destacou-se no concurso promovido pelo IHGB em 1844, que premiou o melhor projeto que tinha como tema “Como escrever a história do Brasil”. O projeto, que tinha como objetivo relacionar o desenvolvimento do país com o aperfeiçoamento das três raças que o constituíam foi entendido por Martius (1953) a partir dessa perspectiva, “Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular” (RIHGB, 1953:187).

Cada raça ocuparia, entretanto, posição específica nesse cenário. Evidentemente, o português, como representante do branco europeu, estaria na dianteira das três raças: “Disso necessariamente se segue que o português que, como descobridor, conquistador e senhor, deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente, que o português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor.” (RIHGB, 1953:188-189).

O indígena deveria ser, segundo o alemão, compreendido em suas especificidades para, posteriormente, ser comparado aos demais: “[...] devemos considerar o indígena brasileiro em suas manifestações exteriores, como ente físico, e compará-lo com os povos vizinhos da mesma raça. O passo imediato nos levará à esfera da alma e da inteligência destes homens” (RIHGB, 1953, p.191). O negro, de abordagem breve no texto, ocupa o lugar da inferioridade:

Não há dúvida que o Brasil teria tido um tido um desenvolvimento muito diferente sem a introdução dos escravos negros. Se para o melhor ou para o pior, este problema se resolverá para o historiador, depois de ter tido ocasião de ponderar todas as influências que tiveram os escravos africanos no desenvolvimento civil, moral e político da presente população. (RIHGB, 1953, p. 200).

O que se observa, segundo Schwarcz (1993), é que essa interpretação, premiada através da tese de Martius (1953), será repetidamente enaltecida no contexto do IHGB. A

existência de uma hierarquia entre essas três raças, permanecerá. O que caracteriza um posicionamento claro das elites quanto ao papel que deveria ser desempenhado por cada “raça” no contexto social brasileiro.

A miscigenação frequentemente ganhou espaço em outros relatos de viagem. As diferenças e qualidades atribuídas a essas raças variadas chamavam a atenção dos estrangeiros e os colocavam em constante tentativa de avaliação desses diferenciados “tipos” de brasileiros. G. Wilhelm Freireyss atentava para o fato de que no país encontravam-se somente “raças” mais ou menos puras ou misturadas com outras, o que conferia ao brasileiro sua extraordinária diversidade. Segundo Freireyss (1982), podia-se, entretanto, identificar três raças principais: os mulatos (provenientes do cruzamento dos caucasianos com etiópicos); os caboclos (do cruzamento dos caucasianos com os americanos) e, o cruzamento dos mulatos com os etiópicos, que trazia características da raça caucásica (FREIREYSS, 1982, p.109).

Freireyss (1982) ressaltava que o termo mulato era, por vezes, ofensivo, usado para se referir com inferioridade a outrem. Dizia-se então, pardo, para diminuir os efeitos do desdém:

Mulato (feminino, mulata), chama-se aquele cujo pai ou mãe era de raça caucásica, sendo raro, porém não sem exemplo, de ter sido a mãe. Se os mulatos se cruzam com os brancos, denominam-se os filhos mulatos claros. Estes últimos, casados com brancos, produzem filhos muito claros e apenas o crespo do cabelo ainda acusa a origem etiópica. Raras vezes perdem estes cabelos crespos antes da quinta ou sexta geração, se não houver antes disso aproximação à raça caucásica por casamento com branco. O casamento com preto, mulato ou cabra, interrompe o desaparecimento do característico e fixa-o até numa das raças mencionadas. (FREIREYSS, 1982, p.109).

O alemão não se intimidava em tecer seus próprios comentários preconceituosos, atribuindo ao branco, entretanto, a culpa pela zombaria contra os mulatos. Freireyss (1982) afirmava que o desprezo e a inferioridade com que eram julgados pelos brancos os tornavam pessoas vingativas, fracas, desconfiadas. E, o fato de o branco julgar-se superior, tornando os mulatos alvos de sua zombaria, despertava neles sentimentos de ódio e vingança: “aqui ele é servil, acolá, porém, torna-se tirano e assim representa ele continuamente o papel de camaleão, colocando-se moralmente abaixo do negro” (FREIREYSS, 1982, p.52).

Ainda que o mulato tivesse muita utilidade “à serviço” do branco na sociedade brasileira, era preciso, segundo Freireyss (1982), olhá-lo com cuidado:

É verdade que o mulato serve pra tudo: nas províncias ele é comediante, porque o branco tem vergonha de o ser; eles são os intermediários em todas as orgias e são eles, finalmente, que se alugam aos covardes para assassinar o inimigo. Bravura, sangue-frio e grande capacidade distinguem os mulatos, mas, como estas qualidades não são unidas à moral, tornam-se perigosas para os outros. (FREIREYSS, 1982, p. 52).

O francês Francis de Castelnau, em viagem por Minas Gerais em 1843, também fez sua própria caracterização das diversas raças que compunham o povo brasileiro, de forma bastante precisa, o viajante parece agrupá-los de modo semelhante ao que fez com os espécimes animais e vegetais observadas e recolhidas em sua expedição:

São muito comuns aqui mestiços [...] havendo eu obtido a este propósito as informações que se seguem:

1º — Os filhos de brancos com índias parecem-se com as mães; têm os cabelos duros e os olhos oblíquos.

2º — O produto de um índio com uma negra chama-se caboré; tem cabelos encarapinhados, olhos oblíquos e cor bronzeada escura.

3º — Os mestiços de índio com mulher caboré têm os cabelos quase lisos, ligeiramente frisados, olhos oblíquos e cor semelhante à do índio.

4º — O cruzamento desses mestiços com índios, parecem-se completamente com os últimos, podendo considerar-se puro-sangue.

5º — Os filhos de brancos com mestiços nº 1 têm a pele levemente cobreada, os cabelos duros e os olhos oblíquos.

6º — Os mestiços de branco com os do número precedente são brancos; os cabelos são lisos como nos europeus, mas sempre de cor negra carregada; os olhos ligeiramente oblíquos.

7º — Finalmente, o mestiço de um branco com o nº6 pertence inteiramente à nossa raça. (CASTELNAU, 1949, p. 134 – Original publicado em 1850-57).

Ele concluía afirmando em tom incisivo como quem, evidentemente, compreendia a miscigenação como uma possibilidade de “melhoramento” das raças, especialmente no que se referia aos negros e ao embranquecimento progressivo da população:

No que respeita aos negros, muitas conversas com os lavradores afirmaram-me que os produtos se tornam brancos ao cabo de quatro gerações mestiças, ao passo que são necessárias cinco gerações para voltar ao tipo negro, o que representa bela prova a favor da progressão das raças. (CASTELNAU, 1949, p. 135 – Original publicado em 1850-57).

O indígena ganhava nos relatos, espaço à parte, dada a importância de sua etnia para nosso país. Em resgate histórico desde o início da colonização portuguesa, Tschudi (2006) comparava as tribos do litoral brasileiro, tupiniquins, índios pacíficos que foram facilmente dominados e catequizados, com as tribos da serra, chamados “botocudos”, geralmente muito agressivos e bastante temidos. As denominações para os indígenas eram muitas:

Os brasileiros têm certas denominações gerais para os índios, porque os nomes e tribos raramente são conhecidos. Na maioria das vezes, chamamos de índios ou selvagens. Em uma parte do norte do Brasil e do Brasil central, sejam selvagens ou semicivilizados, são chamados de tapuias, independentemente de pertencerem ou não a essa nação. Em outras regiões do Brasil central são chamados de caboclos (cor de cobre). No sul do Brasil, são chamados, geralmente, de bugres. Procurei informar-me, em vão sobre a origem desse último nome. Suponho que deriva da palavra francesa *bougre* e se estabeleceu, provavelmente, na metade do século XVI durante a primeira ocupação francesa da baía do Rio de Janeiro sob comando de

Nicolas Durand de Villegaignon. (TSCHUDI, 2006, p. 242 – Original publicado em 1866-69).

O trato do colonizador para com o indígena também chamava atenção do suíço. Afirmava que desde o início do processo de ocupação territorial, ainda no século XVI, o relacionamento entre o português e o índio não fora pacífico. Compreende-se que as múltiplas tentativas de dominação causaram resistência e criaram embates muitas vezes, sangrentos para ambos os lados. Tschudi (2006) reforçava que:

Os colonizadores procuraram, tanto quanto possível, utilizar os nativos na preparação dos campos e na mineração. Estes, porém, não encontravam nenhum prazer nesses empreendimentos, de certa forma contrários às suas inclinações naturais. Não quiseram também estabelecer relações de trabalho com os invasores. A necessidade imperiosa de mão-de-obra levou os portugueses, pouco a pouco, a subjugar os índios com violência e força-los ao trabalho escravo. (TSCHUDI, 2006, p. 244 – Original publicado em 1866-69).

O viajante revelava indignação diante do fato de que mesmo após séculos de violência contra o indígena a “Constituição brasileira, que, infelizmente, tem sido implementada de forma muito precária, [faz] a guerra de destruição contra os índios na província de Minas Gerais ainda continuar. Hoje, ainda existem lá indivíduos que têm o maior prazer em caçar índios e que, zelosamente, mantém cães de caça para esse fim” (TSCHUDI, 2006, p. 245 – Original publicado em 1866-69).

O uso de cães para caçar indígenas causou bastante repulsa no viajante. Em várias páginas ele descreveu pavorosas cenas de perseguição que narravam “cães selvagens sedentos de sangue, treinados exclusivamente para a perseguição de índios” que ajudavam “os caçadores a localizar os assentamentos do inimigo. Os oficiais competiam entre si para ver quem possuía os melhores cães de caça”, que muitas vezes saboreavam “carne de índios para mantê-los sempre com o faro aguçado” (TSCHUDI, 2006, p. 245 – Original publicado em 1866-69).

Igualmente atormentado com o tratamento dado aos indígenas, Eschwege (2002 – Original publicado em 1818) relata que em 1808, logo após a chegada da Família Real ao Brasil, foi baixada uma Carta Régia pela *Junta de Conquista e Civilização dos Índios, do Comércio e Navegação do Rio Doce*. A região entre o Rio Doce e o Jequitinhonha era habitada pelos Botocudos e, calculava-se cerca de 12 mil indivíduos naquela época (número aquém da realidade, segundo o alemão). A referida carta recomendava:

[...] a civilização dos índios de maneira abrangente e autorizava, para esse fim, a *Junta* a escolher os meios mais adequados, especialmente a formação de seis divisões de soldados, mais ou menos 600 homens, e a forma declaração de guerra aos botocudos, que não deveria terminar até que a terra

desses canibais fosse totalmente conquistada e eles plenamente submetidos ao suave julgo da lei. (ESCHWEGE, 2002, p. 77 – Original publicado em 1818).

Evidentemente, o plano fora um fracasso. Segundo Eschwege (2002, p. 78 – Original publicado em 1818) os gastos superaram os 100 mil cruzados anuais, a terra habitada pelos botocudos que abrangia cerca de 1200 léguas quadradas “de matas fechadas e impenetráveis” não foi conquistada e, tampouco, os indígenas foram “submetidos ao suave julgo da lei”. O território não foi ocupado, estradas não foram abertas, nem o Rio Doce tornou-se navegável. A violência contra os indígenas, essa sim, foi plenamente executada:

Quando se atrai esses selvagens para dar-lhes comida e enquanto saciam sua fome atear-lhes fogo; ou se uma horda de soldados-bandidos invade as matas e espreita o acampamento tranquilo de uma família de botocudos e ataca-os no silêncio da noite, assassinando impiedosamente todos, inclusive mulheres e crianças; ou ainda, quando um monstro incitado pelo fanatismo religioso, batizam índios que se fingiam de mortos, para em seguida cortar-lhes as cabeças; tudo isso tem mesmo de despertar um terrível ódio, horror e repúdio por parte de pessoas sensíveis. Sempre me lembrarei de um episódio que me comoveu e que me foi relatado por testemunhas oculares, assim como os demais acima mencionados. Certo dia encontraram uma família de botocudos cuja maioria, que não havia conseguido escapar, já fora assassinada. Uma mulher, segurando dois bebês, que a haviam impossibilitado de fugir, estava sentada à beira do fogo cozinhando. Sem querer poupar ninguém, atiraram-lhe nas costas, ferindo também o bebê. Agonizando, ela acenou ao comandante e entregou-lhes os bebês. Com palavras e gestos, implorou-lhe pela vida deles. Apontou para a panela onde estava cozinhando um macaco e depois morreu, não sem antes ter ainda dado a entender que deveriam alimentar as crianças. (ESCHWEGE, 2002, p. 78 – Original publicado em 1818).

Assim como demonstrou Eschwege (2002), Saint-Hilaire (2000) confirmava que a empreitada para a ocupação das margens dos rios Doce e Jequitinhonha foi bastante penosa para os indígenas. E que, o avanço dos soldados sobre esse território, foi, em grande medida, determinante para dizimar, explorar e controlar as tribos dos Botocudos:

Os portugueses tornaram-se, sem dar um tiro, senhores de um território que se estende por espaço de, pelos menos, cinquenta léguas sobre ambas as margens de um rio navegável, a essa posse deviam novos escoadouros e a certeza de um comércio importante. Em troca de tantas vantagens, o que é que se fizera por estes Botocudos, a quem eram devidas, e que, atirando algumas flechas contra os soldados brasileiros, teriam pedido confina-los em S. Miguel por longos anos? Esses infelizes índios tinham sido privados de seus filhos; lançaram-se entre eles sementes de discórdias, e não só ninguém pensara em prendê-los à vida civilizada pelos laços da moral e da religião, como ainda, mal se aproximaram dos homens de nossa raça, já lhes desenrolavam perante os olhos todos os maus exemplos que podem produzir malandria e libertinagem. (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 275-276 – Original publicado em 1842).

Os Botocudos foram detalhadamente descritos por Tschudi (2006). Segundo seu relato, a “nação dos Botocudos está dividida em inúmeras tribos”. Na nascente do rio Mucuri e do rio Todos os Santos viviam os “naknenuks”, que poderia significar “Senhor da Terra” ou “Não desta Terra”. Na serra que separava as bacias do rio Doce e Mucuri, às margens do rio Aranaú, vivia a tribo de nome equivalente, os aranaús. Os bacués, por sua vez, viviam nos afluentes ao norte do rio Mucuri, até Santa Clara e, a oeste desses rios até próximo ao litoral, viviam os urufus. No rio Urucum, maior afluente sul do Mucuri, viviam os “shiporok”, que significa “inimigo” e confundiu o suíço porque certamente a própria tribo não se denominava dessa forma. Poderia ser, talvez, o que “está além das montanhas” ou “atrás das montanhas”, segundo ele (TSCHUDI, 2006, p. 248 – Original publicado em 1866-69).

A aparência e as feições dos Botocudos também foram retratadas. Sua pele, de coloração marrom-acinzentada, bronzeada, por vezes mais clara ou mais escura. Seu corpo é de estatura mediana, porém, forte. Apesar do tronco ser desenvolvido e musculoso, homens e mulheres têm membros finos e mãos e pés delicados. O cabelo é preto, liso e grosso. Os olhos são pequenos e quase sempre amendoados. O nariz é, às vezes, ligeiramente curvo e as narinas são alargadas. Para Tschudi é tarefa difícil descrevê-los com exatidão, pois, sua fisionomia varia bastante. Em geral, é acentuadamente *caucástica*, “à exceção dos olhos amendoados” (TSCHUDI, 2006, p. 250 – Original publicado em 1866-69).

Sobre essas características, Tschudi (2006) discorrerá a respeito da aproximação que ele acredita existir entre os índios americanos e os asiáticos, teoria esta, que somente seria comprovada no século XX:

Foi muito interessante comparar os botocudos com os chineses. Como já enfatizei em 1858, surpreendi-me com a semelhança fisionômica dessas duas raças. [...] Como esse fato era de muito interesse para mim, dediquei-lhe atenção especial e procurei com bastante cuidado por diferenças raciais. Em alguns indivíduos, elas se reduzem ao mínimo, e mesmo no geral são pouco significativas nos seguintes aspectos: a cor da pele dos chineses é mais amarelada e a dos botocudos, mais amarronzada; os olhos dos chineses são mais enviesados que os dos botocudos e um pouco menores; nos chineses as maçãs do rosto são mais destacadas e a boca é um pouco mais fina. Contudo, reitero expressamente, essas diferenças desaparecem completamente no caso de indivíduos isolados. [...] Pela comparação exata das formas típicas dessas duas raças principais, convenci-me de que a raça indígena e a americana não podem ser separadas da raça mongólica. A população da América do Sul é apenas um ramo do grande tronco de povos asiáticos, e não deve ser considerada, de forma alguma, uma raça própria, como pretendiam as etnografias mais antigas. (TSCHUDI, 2006, p. 276-277 – Original publicado em 1866-69).

A ideia da semelhança entre os índios americanos e os asiáticos relatada por Tschudi (2006), consolidou-se a partir da constatação feita sobre a migração de povos asiáticos pelo do Estreito de Bering. Foi possível, através da genética, confirmar que, de fato,

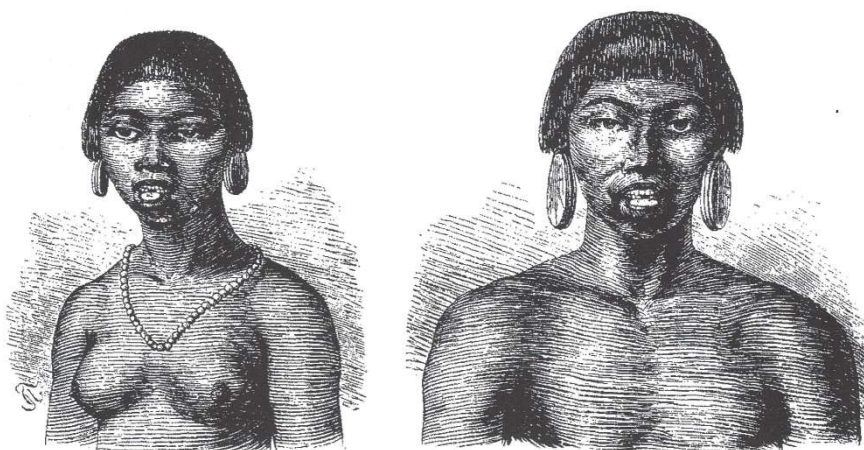
os povos ameríndios descendem de povos asiáticos, mas, no século XIX essa informação ainda não era conhecida, embora houvessem teses que sugerissem esse distante parentesco.

Em conformidade com a elaboração de Tschudi (2006), Eschwege (2002) procura aproximar, por exemplo, os índios xavantes de Goiás a representantes da raça mongólica, afirmando que essa semelhança se deve a ambos possuírem rostos achatados e olhos oblíquos, apesar dos indígenas serem robustos em relação aos seus descendentes asiáticos.

Eschwege (2002, p. 79-80 – Original publicado em 1818) também não classifica os indígenas de Minas Gerais, tanto botocudos como de outras tribos, como de pele “vermelho-cobre”. O alemão atribui essa coloração escura “à sua vida ao ar livre”, expostos ao sol, chuva, calor e frio. Somado a isso, seu modo de vida “não muito asseado”, embora tomem banho mais de uma vez todos os dias, “nunca esfregam a pele, rolam pela terra, besuntando-se de barro colorido, e muitos deitam-se ainda sobre as cinzas quentes da fogueira apagada para se aquecerem durante a noite”. Segundo o viajante, após sua estadia em tribos indígenas, ele conclui que, os índios recém-nascidos, na verdade, são branco-amarelados, “assim como os índios mais velhos nas partes do corpo que ficam encobertas”.

Além das características raciais, os adornos usados pelos indígenas também ganharam destaque e ilustrações diversas nas publicações. Entre pulseiras e colares feitos com “pingentes” de dentes e unhas de porcos, roedores, onças e macacos, sobressaíam-se os discos de madeira usados nos lábios e nas orelhas. Esses, que podem ser retirados e recolocados quando querem os indígenas, não estão presentes no cotidiano das tribos, mas, em dias festivos ou de batalha são itens obrigatórios. Os corpos também são pintados de diferentes cores, desde o azul escuro (proveniente do sumo do jenipapo), até o usual vermelho, advindo do urucum e utilizado em quase toda a América do Sul (TSCHUDI, 2006) (Figura 39):

Figura 39: Botocudos.



Fonte: TSCHUDI, 2006.

Entre os artefatos que manuseiam está o arco e flecha, que possuem três diferentes variações. As flechas, feitas de canajuba, semelhante ao bambu, têm aproximadamente o mesmo comprimento do arco. A ponta, feita de qualquer madeira resistente, é amarrada à flecha com cipó. Além da confecção e manuseio dessa arma, Tschudi (2006) relata que as habilidades manuais dos botocudos são limitadas. Reduzindo-se a traçar sacos, queimar painéis de barro e realizar tarefas cotidianas, como a caça (TSCHUDI, 2006).

O viajante ressalta ainda, que algumas tribos de botocudos do Mucuri se tornaram sedentárias e desenvolveram a habilidade de cultivar a terra. Assim, constituíram bom relacionamento com os colonos e aprenderam a executar trabalhos no campo para os mesmos. Além disso, os indígenas aproveitam o convívio com a colônia de Mucuri para realizar trocas de artigos com os brancos, como, pele de animais, ervas e outros objetos feitos por eles, como velas (TSCHUDI, 2006).

Saint-Hilaire (2000) discorda de Tschudi (2006) no que tange ao cultivo da terra pelos botocudos. Segundo o francês, não se pode comparar o grau de civilização dos botocudos com outras tribos, como os *Malalis*, tendo em vista que os botocudos “[...] ainda não se habituaram a cultivar o solo; vivem da caça e da pesca, das raízes e frutos que encontram nas matas e nas montanhas” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 254-255 – Original publicado em 1837).

São também os índios botocudos personagens que aparecem na narrativa de Alexander Caldcleugh por Vila Rica. Ele afirma que os índios que vivem à dezoito léguas de lá, às margens do Rio Doce, são os mais selvagens de todas as tribos que habitavam a região. Pois, enquanto a maioria delas foi consideravelmente reduzida, os botocudos seguiam exibindo “animosidade resoluta contra os portugueses” (CALDCLEUGH, 2000, p. 134 – Original publicado em 1825).

Ele esclarece ainda que além dessa tribo que habita o Rio Doce, há outra às margens do Jequitinhonha, no distrito Diamantífero e, que, embora haja semelhanças entre eles, como o uso dos discos de madeira nos lábios inferiores e orelhas, são tribos completamente distintas, inclusive em seu dialeto (CALDCLEUGH, 2000, p. 134 – Original publicado em 1825). Auguste de Saint-Hilaire corrobora a perspectiva de Caldcleugh (2000), ao afirmar que:

Os enormes pedaços de pau que os botocudos trazem nas orelhas e no lábio inferior são os sinais característicos que os distinguem dos outros índios. Todos os que usam esses bizarros ornamentos falam o mesmo idioma, e tem mais ou menos os mesmos costumes; mas não constituem um corpo nacional unido por um governo comum. A nação era dividida em tribos, que tem cada qual um chefe independente, e compreendem cerca de cinquenta a cem guerreiros, sem contar as mulheres e crianças. (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 251 – Original publicado em 1837).

Relato sobre a aparência dos Botocudos também aparece na obra de Oscar Canstatt. Nele, o alemão, caracteriza como horrível a aparência dos adornos usados pelos indígenas e reforça que, apesar da agressividade, é uma tribo com pouca aquisição cultural (quando observada do ponto de vista do europeu, por certo).

Os botocudos estão num grau de cultura extremamente baixo e suas cabanas não são mais que abrigos deficientes; algumas folhas de palmeira enterradas em círculo no chão, com as pontas amarradas em cima, no modo mais primitivo das cabanas de folhas, serviam-lhes antes de habitação. Recentemente aperfeiçoaram um pouco mais sua construção, porque devido ao contato com os brasileiros adquiriram machados. Não prestam também muita atenção à cultura da terra, contentando-se com o que esta lhes dá espontaneamente. Palmito, mel e raízes silvestres é tudo o de que precisam para alimentar-se; no máximo plantam um pouco de milho, feijão e abóbora. (CANSTATT, 2002, p.107 – Original publicado em 1877(?)).

Também guiado pelo mesmo entendimento sobre os indígenas no Brasil, o barão de Eschwege (2002, p. 71 – Original publicado em 1818) afirma que as tribos são variadas e “habitam todas as províncias do Brasil com maior ou menor densidade, escolhendo, preferencialmente, as matas mais fechadas para viver”. O alemão classifica-os um estágio cultural primitivo, sendo que, poucos assimilam algo da “civilização”. O grau de “civildade” também pode variar, desde o mais primitivo “totalmente nu e antropófago, dos botocudos”, até os índios guaicurus, cavaleiros que habitam os pampas, e que vivem na fronteira de Mato Grosso com o Paraguai. Algumas tribos, segundo o barão, inclusive miscigenaram-se tanto com os europeus que esqueceram sua língua e costumes.

Entre algumas das nações indígenas conhecidas e catalogadas por Eschwege (2002, p. 75-76 – Original publicado em 1818) estão: os *paraíbas*, habitante das margens do Rio Paraíba e já bastante reduzidos em razão da ocupação daquela área, bem como, do intendo fluxo migratório na região; os *coropós*, habitantes do entorno do Rio Pomba, considerados mais civilizados que os demais e, inclusive, cristãos; os *coroados*, vivem à margem do Rio Xopotó, embora bastante rudes, convivem pacificamente com os portugueses; os *puris*, selvagens e inclinados para a guerra, ocupam a região que se estende até a margem direita do Rio Doce. Vivem em guerra com os coroados ao sul, os botocudos ao norte e os portugueses ao oeste. Por fim, os *botocudos*, antropófagos e habitantes das matas entre os rios Doce e Jequitinhonha. O alemão relata ainda sobre a existência dos índios *Pataxós*, *Maconis*, *Penhames* e *Menhans*, nações habitantes de Minas Novas, que convivem com os portugueses e servem nas guerras contra os botocudos.

Eschwege (2002, p. 120 – Original publicado em 1818) esboça ainda uma tentativa de aproximação entre as nações indígenas por ele conhecidas, afirmando que não se pode negar

que haja uma “única raça-origem”, mas, ele afirma que, “quando estudados em maior detalhes, encontra-se uma grande diversidade”.

Kotte (1855), viajante alemão que esteve na região do Mucuri em meados de 1850, também sinaliza para a diversidade das tribos indígenas da região, afirmando que as diversas denominações atribuídas a eles, na verdade, correspondem a um mesmo grupo, os *Botocudos*:

Em tempos remotos, as regiões atravessadas pelas águas do Mucuri eram habitadas por índios, e os nomes atribuídos a eles – aranãs, bugres, tucunas, xiporoques, crenaques são em todo o caso apenas as denominações das mesmas tribos, que, na verdade, vivendo mutuamente em constante guerra, pertenciam a uma e a mesma família, conhecida pelo nome de Botocudos. (KOTTE, 1855, p. 79-80).

Ele explica que as semelhanças verificadas entre os indivíduos dessas tribos residem, principalmente, em sua língua e dialetos comuns. E descreve as características dos nativos, que são denominados de “bugres” pelos brasileiros e de “selvagens” pelos alemães:

Eles não têm armas de fogo e usam apenas arco e flecha, que não é envenenada, para a caça e para a guerra. Eles são muito medrosos, mas traiçoeiros, de modo geral inclinados à civilização. São muito pouco conhecidos, e os primeiros colonos de São Leopoldo tiveram de lutar com eles, e assim eles, evitando os colonos, recuaram-se cada vez mais para o interior. Suas insídias e covardia são em todo o caso mais uma consequência dos maus tratos parcialmente dispensados a eles, já que ainda se atacam pessoas pobres como se fossem selvagens. Acuados entre o Rio Doce Jequitinhonha e o mar, à mercê e dependentes de uma ou outra raiz (plantas), e vivendo do lucro da caça, que é pequeno por causa da imperfeição de suas armas, os indígenas, em sua maioria, são subjugados, e estabeleceram-se em moradias fixas. Pode-se afirmar, com toda razão, que os índios que vivem aqui tendem à civilização, e a ideia de que há um botocudo selvagem atrás de cada árvore, esperando por um branco, para atacá-lo e fazer da carne de sua vítima uma iguaria (prato), é apenas uma fábula, que dispensa qualquer explicação: estabeleceu-se (tal fábula) há vinte ou trinta anos, mas ela facilmente se desfaz ao se investigarem as causas das diferentes invasões dos selvagens nas casas dos brancos. (KOTTE, 1855, p. 80).

Kotte (1855) procura desmistificar a agressividade atribuída aos indígenas pelos brancos. O alemão justifica seu comportamento em razão do tratamento dispensado a eles, acuando-os e obrigando-os a lutar pela sobrevivência. Interessante destacar a observação feita no texto, quanto à sua “inclinação à civilização”, o que reforça o julgamento do europeu sobre o indígena, que o considera selvagem e não-civilizado.

O negro, por sua vez, na condição de escravo, assumia posição quase sempre desprivilegiada nos relatos de viagem. Ainda que alguns estrangeiros condenassem os maus-tratos para com os mesmos, sua posição de escravidão poucas vezes fora questionada. Tschudi (2006, p. 78 – Original publicado em 1866-69) afirma, por exemplo, que apesar de

discordar de tratamento abusivo e condenar os maus-tratos com os negros vendo a escravidão como uma “maldição para qualquer país onde ainda vigora, sem levar em conta as terríveis consequências morais e a má influência que exerce no organismo da nação”, entende que a rigidez no trato com eles deve ser mantida. Isso porque, é preciso entender seu “caráter e natureza”.

Houve os que julgassem, entretanto, que “o tratamento que eles [escravos] recebem está longe de ser severo. Às vezes acontece de um escravo cair nas mãos de um homem pobre e, como um cavalo nas mesmas circunstâncias na Inglaterra, tem de trabalhar mais e é tratado de maneira muito pior” (CALDCLEUGH, 2000, p. 76 – Original publicado em 1825).

De modo semelhante, o também inglês Richard Burton (1983) afirma que o escravo no Brasil recebia um “tratamento excepcionalmente humano”, em que não havia espaço para a crueldade:

Passarei agora a considerar se a raça, o clima, a religião ou o estado social, ou os três fatores combinados, deram origem ao tratamento excepcionalmente humano do escravo no Brasil. Mas posso assegurar que em nenhuma outra parte, mesmo nas terras do Oriente, tem o “rude jugo” tão pouco fel. Minha experiência jamais me revelou um só caso de crueldade exercida sobre escravos e somente ouvi falar de uma severa sova. (BURTON, 1983, p. 362, v.1).

Não bastasse comparação tão preconceituosa, feita por Alexander Caldcleugh (2000 – Original publicado em 1825), o viajante segue elencando argumentos que, segundo ele, comprovam o tratamento “pouco severo”: deixou de ser crime no Brasil os africanos conversarem em sua língua nativa; os negros passaram a ser marcados com um carimbo de prata e não mais de ferro, o que segundo o inglês, diminui bastante sua dor. A “procriação” dos negros não é controlada embora as crianças valham pouco, pois, demoram muito tempo para render retorno aos seus donos.

Burton (1983) também esclarece os motivos pelos quais ser escravo no Brasil não era uma condição permeada pelo sofrimento, ao contrário, os negros em seu relato, teriam direitos garantidos, semelhantes aos desfrutados por homens livres:

O escravo no Brasil tem, pela lei não escrita, muitos dos direitos de um livre. Pode-se educar e é mesmo incentivado a isso. É regulamente catequizado e em todas as grandes plantações há um serviço religioso diário. Se atacado em sua vida ou em algum membro, pode-se defender contra o seu senhor ou qualquer branco, e um proprietário demasiado áspero ou o feitor correm sempre um risco considerável de não morrer na cama. É casado legalmente e a castidade de sua mulher defendida em relação ao seu proprietário. Teme pouco ser separado de sua família: os instintos humanos e os princípios religioso do povo são fortemente opostos a esse ato de barbaridade. Tem toda a possibilidade de tornar-se livre: a libertação é tida como dever católico. As comunidades de padres se envergonham de manter escravos. Sempre que há uma guerra o africano é resgatado e mandado para bater-se, lado a

lado com os recrutas brancos. Um antigo costume permite-lhe comprar sua liberdade pelo trabalho e empregar sua propriedade na libertação da mulher e dos filhos (BURTON, 1983, p. 363, v.1).

Para Caldcleugh (2000), “os brasileiros costumam libertar seus escravos, mas, a julgar pelos efeitos costumeiros da alforria, o negro estaria melhor nos grilhões da escravidão. Os negros livres são geralmente preguiçosos, cheios de vícios e desordeiros” (CALDCLEUGH, 2000, p. 78 – Original publicado em 1825).

E completa, afirmando que os feitos da alforria são pouco benéficos para os escravos porque eles não têm condições de sustentarem-se por conta própria. Sendo assim, antes de libertá-los o Brasil deveria ter certeza que o negro pode se manter como um “respeitável membro da sociedade”, para isso, o primeiro passo deveria ser dar-lhes um “senso de religião”, aliada à algum tipo de educação simples, porém, necessária à eles (CALDCLEUGH, 2000, p. 79 – Original publicado em 1825).

Preocupação semelhante com o destino dos escravos libertos também aparece no relato de Binzer (1982 – Original publicado em 1887). A educadora alemã que trabalhou e viveu no Brasil em casas de famílias abastadas no Rio de Janeiro e em São Paulo e, em Minas Gerais, visitou a cidade de São João d’El Rey, afirma que os escravos não teriam um destino adequado e trabalho assalariado assegurado após a alcançarem sua liberdade:

Na Alemanha ignoram-se quase totalmente as condições internas do país e muita gente imagina (eu também julgaria dessa forma se estivesse aí) que depois de libertos, a maioria dos pretos continuará nas fazendas de seus atuais proprietários, trabalhando como pessoas livres e bem remuneradas, tendo aprendido na luta pela vida a ser tornar úteis e competentes. (BINZER, 1982, p. 172 – Original publicado em 1887).

Ela pondera que, ao contrário dos Estados Unidos, onde os negros assumiram postos de trabalho como homens livres, no Brasil isso não aconteceu. Principalmente porque, “[...] os pretos daqui não adquiriram conhecimentos” e, além disso: “O norte-americano respeita o trabalho e o trabalhador: ele próprio assume a direção dos trabalhos e toma parte em qualquer serviço, sem nenhum constrangimento, e se despreza o preto é apenas por julgá-lo inferior” (BINZER, 1982, p. 172 – Original publicado em 1887).

Essas ideias compartilhadas por Caldcleugh (2000), Binzer (1982 – Original publicado em 1887) e por tantos outros viajantes, são, segundo Leite (1997), estereótipos reforçados por eles e que foram introduzidos e bem aceitos entre a sociedade brasileira da época. Assim, falas que apontavam para a brandura da escravidão no Brasil, bem como, a necessidade de sua manutenção enquanto instituição civilizadora que corrigiria a indolência e a imoralidade inerente à raça negra, ou ainda que, por incapacidade os negros não poderiam manter-se como homens livres, faziam-se presentes nos relatos com frequência.

Haviam, por certo, algumas contradições. Caldcleugh (2000) mostrava-se contrário ao tráfico negreiro e acreditava que a prática deveria ser interrompida ou severamente regulamentada para garantir a melhoria progressiva da “raça negra”. Saliencia que, a proibição do tráfico que já ocorrera em diversos países desde o século XVIII, inclusive decorrente da proibição feita pela própria Inglaterra da comercialização no Atlântico Norte, ainda não fora acatada no Brasil (CALDCLEUGH, 2000 – Original publicado em 1825). Isso somente ocorreria no final do século XIX, 1850 com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, que proibiria o comércio de negros para o Brasil.

G.W. Freireyss (1982) também compartilha da opinião que, alforriar os escravos tornar-se-ia uma opção mais penosa que libertadora para os negros. O alemão afirma que, embora a liberdade seja o desejo dos filantropos preocupados com a condição do negro, sua estada no Brasil mostrou-lhe que essa, nem sempre, é a melhor opção que o destino lhes reserva, deixando-os infelizes depois de terem deixado seus senhores:

Pela escravidão perderam o sentimento de conservação própria; havia anos que já não tinham de cuidar de suas necessidades e as ideias de prosperidade, já bastante resumidas aos negros, estavam completamente apagadas. E verdade que não falo aqui dos poucos que por diligência e trabalho próprio alcançaram a sua liberdade, mas da parte muito maior dos que pela morte dos seus senhores, por promessa ou por filantropia um tanto tardia, na hora da morte, tinham sido libertados. A liberdade é a grande mola que aciona todos os seres e no mais lato grau do homem; é por isso também extremamente raro que o escravo, verdadeiramente bem tratado, abandone a casa do senhor morto. Em geral sem conhecimentos, quase sempre sem dinheiro e no turbilhão de suas paixões, que acordam mais fortes na liberdade, por terem sido reprimidas por tanto tempo, entra a gora o libertado no mundo e em poucos dias ele está completamente mudado. (FREIREYSS, 1982, p. 136).

Ele ressalta ainda, que não é viável ao Brasil que liberte todos os escravos de uma só vez, afinal, não seria possível lidar com toda essa massa de gente que é “decerto 8 vezes mais numerosa do que a dos brancos”, justamente pelo fato de ficarem “sem controle” após alcançarem a liberdade (FREIREYSS, 1982, p. 136).

Evidentemente, as questões envolvidas no tocante à suspensão do tráfico de escravos ou na “brandura” com que eram tratados no Brasil, avançavam para além do debate humanitário, embora esse argumento também seja observado entre alguns viajantes. O próprio Freireyss (1982, p. 135), vale-se de argumentos humanistas para sustentar seu ponto de vista: [...] são aqueles traficantes que arrancam os infelizes escravos da sua pátria que merecem o desprezo e a reprovação do mundo inteiro. A abolição do tráfico será, por isso, ainda mais desejável pelo filantropo do que a própria escravidão”.

Outros argumentos, de caráter menos humanista, também são levantados pelos viajantes. Kidder e Fletcher (1941, p. 146, v.1 – Original publicado em 1845), afirmam que o

trato cuidadoso dispensado aos escravos, não se devia a nenhum sentimento de piedade, mas sim, ao elevado valor das “mercadorias” quando do fim do tráfico. Aumentaram-se, segundo os autores, “os motivos egoístas para se tomar maior cuidado com os mesmos”.

A abolição traria além disso, segundo alguns viajantes, consequências negativas para a economia do país, tendo em vista, os impactos da ausência dessa mão-de-obra que há muito se faz presente no território brasileiro. Tschudi (1980) afirma que seria esse o único acontecimento a levar o Brasil à ruína, caso, o Estado não esteja devidamente preparado para suprir a ausência dessa mão-de-obra.

Carlos Augusto Taunay, autor de *Manual do Agricultor Brasileiro*, publicado em 1839, também enxerga a escravidão como atividade determinante para o sucesso ou, pelo menos, para a manutenção da agricultura no país. E afirma:

[...] Nossa agricultura, já tão decaída, não aturaria no momento atual nem a libertação dos pretos, nem mesmo a real cessação do tráfico; portanto, em vez de querermos sanar o mal, cuja extirpação levaria consigo a existência, o nosso trabalho deve limitar-se a mitigar os seus piores efeitos, e preparar os meios à gerações futuras para se poderem livrar sem perigo da praga social com que nossos geradores nos dotaram. (TAUNAY, 2001, p. 54 – Original publicado em 1822).

Segundo o francês, basta somente “[...] examinar o modo de tirar melhor partido possível de uma situação obrigatória” (TAUNAY, 2001, p. 54 – Original publicado em 1822). Eschwege (1979) também pondera em tom alarmante sobre o fim da utilização da mão-de-obra escrava no país:

Necessariamente, o comércio, a indústria e a agricultura entrarão em declínio. Em consequência, a receita do Estado diminuirá enormemente, os preços dos gêneros de primeira necessidade atingirão alturas vertiginosas e todas as instalações de mineração, assim como as fábricas e as culturas, não terão remédio senão suspender as suas atividades. Assim, a miséria acossará a todos, sem exceção. (ESCHWEGE, 1979, p. 267, v.2 – Original publicado em 1833).

Felizmente, Eschwege (1979 – Original publicado em 1833) fala no início do século XIX e suas previsões não se concretizariam tendo em vista que a abolição somente ocorreria muitas décadas depois, quando alternativas viáveis para a substituição da mão-de-obra escrava já estavam em pleno andamento, com a imigração europeia para o Brasil.

A todo o tempo nos relatos, o europeu se coloca na condição de superioridade racial frente aos habitantes locais, especialmente negros. Em certa ocasião, próximo à Sorocaba, à caminhos de Minas Gerais, Spix e Martius (1981) se depararam com a tentativa de cura de um escravo por meio de técnicas incomuns, associadas, inclusive, à feitiçaria. Após deixarem o local, os viajantes comentam:

Esta experiência pareceu-nos confirmar a opinião, pela qual o fisiólogo é levado a crer, e por muitas outras razões, que o europeu é superior aos homens de cor pela intensidade da vida nervosa, e supera de modo todo específico, tanto somática como psiquicamente, as demais raças. Já foi observado por diversos autores talentosos que algumas raças, embora organizadas de modo idêntico, são, entretanto, qualificadas mais ou menos perfeitamente em diferentes sentidos, e que o europeu compensa as faculdades físicas inferiores com um desenvolvimento superior dos órgãos e forças intelectuais. Se, por exemplo, o homem da raça caucásica é de fato inferior ao negro em mobilidade e potência sexual, ao indígena americano em constituição robusta e vigorosa, em força muscular, resistência e longevidade, e a este, como ao mongólico, em agudeza do sentidos; todavia, ele supera a todos em beleza do corpo, em precisão simétrica das proporções e atitude, e no desenvolvimento moral livre, independente e universal do espírito. (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 164, v.1 – Original publicado em 1823-31).

De modo semelhante, Rugendas (s.d.) exalta a superioridade do branco sobre o negro, entendida por ele como “orgânica” e que vai muito além da aparência “exterior” manifestada através da cor da pele ou do tipo físico:

Ademais, a verdadeira superioridade dos brancos sobre os negros não é unicamente exterior. Em se tratando, por exemplo, de instrução, encontram-se, não somente na América mais ainda na Europa, milhares de brancos que não são tão bem-educados quanto inúmeros negros, e às vezes mesmo o são bem menos. Trata-se antes, de uma superioridade intrínseca e orgânica; ela cria, em suma, entre o negro e o branco, o mesmo tipo de relações existentes entre uma mulher e a criança com referência ao homem. É o que se observa principalmente no magnetismo animal exercido pelo branco sobre o negro. Essa superioridade talvez se explique por uma maior intensidade de sistema nervoso, por uma maior atividade de suas funções, uma harmonia mais perfeita em todas as circunstâncias da vida; pelo menos partindo de fatos conhecidos, podemos concluir pela existência dessas qualidades a nosso favor. Todos os dias ocorrem coisas que, abstração feita da vantagem da civilização, provam uma superioridade real e física do branco sobre o negro, que este é o primeiro a reconhecer. (RUGENDAS, s.d., p. 120-121).

A inferioridade tanto física como intelectual do negro também é pormenorizada por Taunay (2001), o que, segundo o francês, bastaria para justificar sua condição de submissão pelo branco, relegando aos homens de cor, os lugares mais “ínfimos” da sociedade:

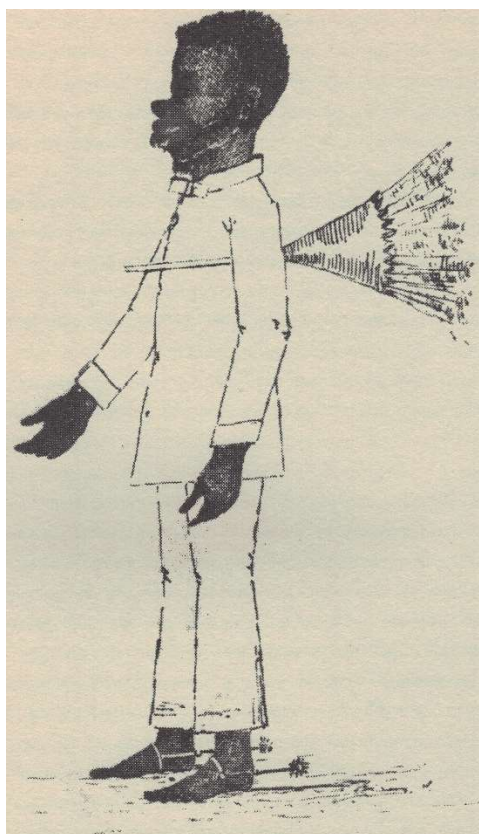
A inferioridade física e intelectual da raça negra, classificada por todos os fisiologistas como a última das raças humanas, a reduz naturalmente, uma vez que tenha contatos e relações com outras raças, e especialmente a branca, ao lugar ínfimo e ofícios elementares da sociedade. Debalde procuram-se exemplos de negros cuja inteligência e produções admiram. O geral deles não os parece suscetível senão do grau de desenvolvimento mental a que chegam os brancos na idade de quinze a dezesseis anos. (TAUNAY, 2001, p. 52-53 – Original publicado em 1822).

Outro viajante que subjuga a condição do negro no Brasil era o Visconde Ernest de Courcy. Diz em seu relato a caminho de Minas Gerais que desde que chegou ao Brasil, chamou-lhe a atenção “a dignidade da população e mesmo dos negros”, sendo que nenhum deles havia lhe estendido as mãos para pedir-lhe esmolas. Ademais, eles são, em sua perspectiva indivíduos “polidos” para sua condição, embora, não deixem de se aproveitar de algumas situações. Ao contrário de outros estrangeiros que apontam a indolência, a preguiça e o mau caráter como característica impreterível do brasileiro, Courcy (1999) procura amenizar essa condição:

[...] Por exemplo, se um brasileiro pode extorqui-lhe dinheiro por uma combinação comercial qualquer, ele não deixará de fazê-lo. Para ele pé uma guerra justa. No fundo, não é assim um pouco de toda parte? Quando ao negro, ele é mesmo um pouco ladrão, mas qual é o país onde o estrangeiro se encontra ao abrigo de algumas rapinas? (COURCY, 1997, p. 68 – Original publicado em 1889).

Não são raras as vezes em que o negro é menosprezado e satirizado no relato do francês, tanto no texto como nas poucas ilustrações que o acompanham, a imagem do negro é quase uma caricatura, como se observa na Figura 40, abaixo:

Figura 40: Negro que acompanhou Courcy nas funções de mordomo, camareiro e cozinheiro



Fonte: COURCY, 1997.

Ao descrever cena em que um proprietário de terras segue em caravana com sua família, a caminho de Vila Rica, seguido por numerosos empregados “negros como toupeiras”, ele emenda em tom absurdamente racista:

As negras estão como amazonas no dorso de mulas com saias longas e a cabeça coberta por lenços de cores vistosas. Nada de mais grotesco que essas sérias figuras de macacos assim postas em suas montarias de longas orelhas e vestidas à europeia. Parece-me assistir a um carrossel cômico do circo dos Champs-Élysées [...]. (COURCY, 1997, p. 72 – Original publicado em 1889).

Entre os relatos que mais degradam o negro, está provavelmente, de Robert Walsh, que retrata detalhadamente em *Notícias do Brasil* as condições de vida e trabalho dos escravos. Não sem rebaixá-los ao máximo. Ao comparar como eles se comportam e se apresentam em diversas situações sociais, conclui que, sua cor não é mais que “um acidente” que afeta somente seu exterior. Talvez por sua posição como pastor, procura olhá-los com olhos de compaixão, mas, não deixar de julgá-los com postura atroz:

[...] pude observar um negro africano sob os quatro aspectos da sociedade. Pareceu-me que em cada um deles seu caráter dependia da situação em que se encontrava e da consideração que tinham com ele. Como um escravo desprezado, era muito inferior aos animais de carga que o cercavam; mais miserável na sua aparência, mais repulsivo na sua nudez, mais aviltado em sua pessoa e aparentemente menos dotado intelectualmente do que os cavalos e mulas que passavam por ele. Subindo a escala até o grau do soldado, o negro era cuidadoso com sua higiene pessoal, acessível à disciplina, hábil em seus treinamentos, com o porte e a constituição de um homem branco na mesma situação. Como cidadão, chamava a atenção pela aparência respeitável e pelas maneiras decentes que apresentava na posição social em que se encontrava. E como padre, na casa de Deus, designado para instruir a sociedade a respeito de seus interesses mais importantes e num grau em que se requer aptidão moral e intelectual e se espera um certo grau de superioridade, ele parecia até mais sincero em suas ideias, e mais correto em suas maneiras, do que seus companheiros brancos. Por isso, cheguei à incontestável conclusão de que a cor da pele era um acidente que afetava apenas o exterior de um homem e que não estava mais relacionado com suas qualidades do que suas roupas; que Deus tinha igualmente criado o africano à sua imagem e igualmente dado-lhe uma alma imortal, e que o europeu não tinha nenhuma razão, a não ser a sua própria cobiça, para cruelmente arrancar seu semelhante dessa posição determinada pelo Todo-Poderoso, colocando-o abaixo dos animais irracionais. (WALSH, 1985, p.73, v.1 – Original publicado em 1830).

Em outra ocasião, ao conhecer uma escrava em uma venda a caminho de Minas Gerais, descreve-a como um tipo menos “especial” de sua raça, com atributos físicos e intelectuais adquiridos em razão da região do continente africano de onde foi trazida ao Brasil, Moçambique:

É notável que os negros mais valorizados são aqueles que são de cor mais escura, e nascem mais próximos do Equador. Eles são os maiores e mais fortes pessoalmente, os mais ativos em movimento e, os mais inteligentes em compreensão. Enquanto que, quando se aproxima mais do sul, a raça se degenera e há uma deterioração gradual das faculdades tanto do corpo como da mente, também quando a cor é menos preta e mais avermelhada. (WALSH, 1830, p.23, v.2, tradução nossa¹⁶²).

Oscar Canstatt (2002 – Original publicado em 1877(?)), agrônomo alemão anteriormente mencionado, revela seu desprezo pela raça negra e atribui ao seu comportamento e à aparência física a má impressão causada por eles aos europeus:

De resto, a impressão causada pela presença do grande número de negros, sobre o europeu recém-chegado ao Brasil, não é agradável, e só dificilmente ele se habitua à sua convivência. Muitos exemplares e raças são realmente duma fealdade incrível, outros ficam supinamente cômicos com as roupas da moda, e são eles, sobretudo, que nas cidades e de mais povoações dão ao país o cunho exótico. Ademais, os sons de seus dialetos enchendo e ferindo os ouvidos com suas notas peculiares parecem mais de animais que de homens. (CANSTATT, 2002, p.100 – Original publicado em 1877(?)).

E emenda:

Com a mistura dos brancos, negros e índios surgiu uma série de mestiçagens, a que se deram todos os nomes possíveis. Há mulatos, mestiços, crioulos e curibocas. Os brasileiros chamam em geral cafuzos os mestiços de cor mais escura, sobretudo os descendentes de índios. Sua feição mais estranha é a prodigiosa cabeleira que se ergue por cima da testa como enorme parede, dando à cabeça um aspecto disforme. Os cabelos são crespos nas pontas e tão emaranhados uns nos outros que não se pode pensar em limpá-los por meio de um pente. (CANSTATT, 2002, p.101 – Original publicado em 1877(?)).

O alemão retrata também a mulher negra em sua obra, de modo extremamente preconceituoso associando a ela, imagem sexualizada e servil como era oportuno entre os europeus (Figura 41).

¹⁶² It is remarkable, that the most highly prized negroes are those which are blackest in colour, and are born nearest the Equator. They are the largest and strongest in person, the most active in movement, and the most intelligent in understanding. As they approach the south, the race degenerates, and there is a gradual deterioration of the faculties both of body and mind, when the colour is less black and more tawny.

Figura 41: Mulher negra representada na obra de Oscar Canstatt.



A ne gra era para tudo: do eito ao leito

Fonte: CANSTATT, 2002.

Souza (2014, p. 101) afirma que esse olhar que “retrata o negro e o escravo do alto de uma varanda senhorial” são reflexos da consciência, do preconceito e dos temores de quem a habita. Essencialmente o autor está se referindo às elites, embora, Boaventura Leite (1996, p. 229) evidencie que havia uma “simbiose” entre o pensamento disseminado pelos viajantes e aquele incorporado pelas elites. Isso ocorreu, segundo a autora porque: “No momento em que o pensamento europeu dominava as elites intelectuais brasileiras, a concepção de raça e classe, tal qual aparece nos viajantes, só servia para reforçar a situação social de fato”.

Conterrâneo do anteriormente mencionado Tschudi (1980), o também suíço, mas que residia nos Estados Unidos e atuava como professor de História Natural em Harvard, Jean Louis Rodolphe Agassiz, veio ao Brasil acompanhado de sua esposa, Elisabeth Cary Agassiz e percorreu o Brasil e as Minas Gerais entre os anos de 1865 e 1866. A obra conjunta, *Viagem ao Brasil*, que retrata a passagem do casal por diversas províncias brasileiras, aborda com críticas a escravidão. Na ocasião do trajeto entre Rio de Janeiro e Juiz de Fora, afirmam os viajantes que o governo Imperial tem cuidado para afastar os negros de trabalhos públicos,

“revelando uma tendência para a emancipação” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 82 – Original publicado em 1869).

Segundo eles, a abolição não seria para o Brasil um problema tão grande quanto fora para os Estados Unidos, pois, observa-se que essa questão é bastante discutida em diversas classes da sociedade (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 82 – Original publicado em 1869). Entretanto, chama a atenção dos viajantes o trabalho exaustivo realizado pelos negros nas cidades:

Os escravos, pelo menos nas cidades, são verdadeiras bestas-de-carga. Móveis pesados, planos, aparadores, malas pesadas, barricas empilhadas umas sobre outras, tudo isso, até caixas de açúcar e sacas de café de mais de cem libras de peso, é transportado nas ruas na cabeça dos pretos. Por causa disso, esses infelizes ficam ealizaemente com as pernas entortadas; não é raro vê-los, na força da idade, curvados inteiramente ou estropiados, e podendo a custo andar com um pau na mão. Em boa justiça, deve-se acrescentar que tal prática, tão chocante para o estrangeiro, vai diminuindo. Alguns anos atrás, segundo nos dizem, não se podia encontrar uma carroça para fazer uma mudança: fazia-se na cabeça. (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 83 – Original publicado em 1869).

Tamanha crueldade, afirmam o casal, seria por vontade do Imperador D. Pedro II banida do Império imediatamente, se de seu esclarecimento e humanidade dependessem essa decisão, “mas se é por demais sensato para deixar de reconhecer que todas as grandes mudanças sociais devem ser progressivas” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 83 – Original publicado em 1869).

Findado o comércio e abolida a escravidão, acabar-se-ia com cenas que, frequentemente, povoaram o imaginário e os relatos dos viajantes, como constatado na obra de Thomaz Marie Hippolyte Taunay:

O comércio de escravos é um dos mais lucrativos; ao deixar os navios negreiros, eles se juntam em lojas, onde estão expostos no leilão com um simples pedaço de linho para as partes naturais: é um show triste e repugnante essa reunião de corpos pretos, onde apenas se distingue o branco do olhos e dentes. A maioria são esqueletos verdadeiros, mal nutridos, e a hora da libertação para eles é aquela em que são vendidos; embora desde o navio negreiro eles saibam que serão comprados apenas para serem devorados. (TAUNAY, 1824, p. 60-61, tradução nossa¹⁶³ – Original publicado em 1822).

¹⁶³ Le commerce des esclaves est un des plus lucratifs, au sortir des bâtimens négriers, on les entasse pêle-mêle dans des magasins, où ils sont exposés à l'encan avec un simple morceau de linge aux parties naturelles : c'est un spectacle triste et rebutant que ce rassemblement de corps tout noirs, où l'on ne distingue que le blanc des yeux et des dents. La plupart sont de vrais squelettes; ils sont à peine nourris, et l'heure de la délivrance pour eux est celle où ils sont vendus; quoique sur le bâtiment négrier on leur fasse croire qu'ils ne seront achetés que pour être dévorés.

Nem sempre associando a escravidão a prática repulsiva, e considerando-a um “mal necessário” ao orientar os imigrantes alemães no Brasil quando a escolha de seus negros, Friedrich von Weech, cita leis que defendem o escravo contra os maus tratos de senhores “desumanos” e “cruéis” mas, não condena a prática, tendo em vista que, o imigrante europeu não suportaria realizar o trabalho pesado devido ao clima hostil. Segundo o alemão,

é um erro, mesmo entre os homens instruídos, acreditar que o europeu, durante sua permanência no clima quente dos trópicos, pode se sujeitar ao mesmo trabalho até agora efetuado pelos negros. [...] esses homens, entregues ao trabalho pesado desde a juventude, perderam suas forças após alguns anos, limitando-se ao cultivo de gêneros alimentícios de primeira necessidade. (WEECH, 1992, p. 103 – Original publicado em 1828).

Além disso, o autor elenca algumas consequências negativas do fim do comércio intercontinental de escravos, imposto pela Inglaterra, com vistas a tornar mais competitivo o preço do açúcar produzido em suas colônias nas Antilhas, que não mais podia se beneficiar da mão-de-obra escrava. Entre essas consequências, figuravam, primeiramente, a ausência de mão-de-obra suficiente no país para substituir a escrava, tanto nas lavouras, quanto, futuramente, nas fábricas. Acredita o alemão que, com a proibição do tráfico negreiro, algumas modificações importantes serão necessárias, possivelmente “[...] os negros serão mais bem tratados, e o governo será levado a fomentar a imigração europeia de todas as maneiras”. (WEECH, 1992, p. 104 – Original publicado em 1828).

Ao imigrante alemão, ao qual seu trabalho é destinado, Weech (1992) orienta que algumas características sejam observadas para o pleno sucesso da compra de escravos. Deve-se observar nos homens, “[...] a idade, os bonitos dentes brancos, a uniformidade da cor da pele e os músculos fortes. Na compra de mulheres, muitos dão preferência às que já foram mães, para ter certeza de sua fertilidade” (WEECH, 1992, p. 93 – Original publicado em 1828).

Alerta ainda, para o fato de que a magreza e a sarna não devem ser determinantes no momento da compra, pois, são consequências temporárias da penosa viagem até o Brasil. É preciso atentar-se somente à saúde do escravo e seus “defeitos orgânicos ocultos, sobretudo à frequente predisposição para a catarata”. Sugere ainda que o agricultor dispense a “beleza” como atributo de seus escravos, tendo em vista que, no campo, isso é dispensável. Ademais, deve-se priorizar características como a “baixa estatura”, uma vez que, esses “trabalham melhor, resistem mais e necessitam de menos alimento, e não custam nem a metade dos outros” (WEECH, 1992, p. 93 – Original publicado em 1828).

Para finalizar, o alemão pede atenção dos colonos no momento da compra, para evitar eventuais trapazas, como a venda de negros “depravados e irrecuperáveis” vindos de outras

províncias do Brasil. É preciso, portanto, segundo ele, estar atento aos anúncios feitos em jornais, que geralmente agrupam os negros da seguinte maneira:

1. Mulatos ou de cor. Inteligentes, aprendem com facilidade, são hábeis e apresentáveis, embora sejam orgulhosos, temperamentais, vingativos e propensos a vícios.
2. Crioulos ou negros nascidos no Brasil. São espertos e principalmente habilidosos para todos os trabalhos; às vezes são leais e honestos; normalmente são preguiçosos, traiçoeiros e depravados. Aqui tudo depende de sua educação e do exemplo que lhes foi dado pelo seu senhor.
3. Ladinos. Assim são chamados os negros que estão preparados para compreender alguma coisa da língua portuguesa, que se fazem entender e que são ensinados para o serviço da casa ou para o trabalho na plantação. Estes, se tiverem vindo recentemente de suas pátrias, podem ainda ser educados e libertados de algum mau hábito. (WEECH, 1992, p. 94 – Original publicado em 1828).

Weech (1992, p. 95 – Original publicado em 1828) pede atenção e paciência dos colonos durante os primeiros meses com seus escravos, pois, dependerá disso o fato de se tornarem bons ou ruins. Embora, todos, sem exceção, na opinião de Weech, sejam indolentes e tenham inclinações para o roubo e uso de bebidas alcoólicas. Não se pode também realizá-los, pois, é preciso tempo para que se acostumem aos trabalhos que exigem esforço e raciocínio, uma vez que, possuem “aversão a qualquer ocupação séria e penosa”.

É preciso ainda, acostamá-los a obedecer prontamente e a se satisfazer com o que lhes é dado, “[...] um chamamento ou sinal do senhor devem ser suficientes para que eles se apressem a atender às ordens e a executá-las o mais rápido possível” (WEECH, 1992, p. 94 – Original publicado em 1828).

O trabalho árduo, segundo Weech (1992, p. 97), valerá a pena, visto que, os resultados de uma boa educação chamam logo a atenção e, quando realizado com “negros-novos” pode-se alcançar essa condição em poucos meses. Certo do sucesso da empreitada, o alemão afirma enfaticamente que:

Seria um equívoco pensar que os escravos brasileiros são infelizes. A semelhança do clima e do modo de vida os leva a esquecer com facilidade sua terra natal, e só alguns poucos se alegram com uma sombra de liberdade. São, em resumo, tratados com benevolência, bem alimentados, vestidos e de forma alguma sobrecarregados com trabalho excessivo. A grande quantidade de feriados durante o ano permite que descansem o suficiente do fardo do trabalho, e quem os vê nesses dias, entregues, através do canto e da dança, ao sentimento de alegria com que a rica natureza os presenteou, ficará convencido de que em seu peito mora mais contentamento do que talvez no de seus ricos e considerados senhores. (WEECH, 1992, p. 98-99 – Original publicado em 1828).

Também munido da certeza de que o tratamento conferido aos escravos no Brasil era digno, ainda que não de modo unânime em todas as propriedades, mas, em boa parte delas,

estava o francês Francis de Castelnau (1949 – Original publicado em 1850-57). Em visita à propriedade rural nos arredores da cidade de Paraíba do Sul em 1843, ele observa o bom tratamento dispendido pelo proprietário, sr. Andrada, aos quase duzentos escravos responsáveis pelas intermináveis plantações de café e cana-de-açúcar:

[...] Ficamos sabendo que, a despeito do bom tratamento dispensado aos escravos nesta fazenda, o número deles decrescia anualmente numa proporção de cinco por cento. A maioria das crianças morre de moléstias diversas entre quatro e dez anos de idade, explicando-se o *déficit* de natalidade em relação aos óbitos, pelo número menor de mulheres do que de homens. Um escravo nascido e criado na fazenda vale mais do que um negro trazido da África; este, porém, é preferível a um crioulo que tenha passado por vários senhores. O sr. Andrada mostrou-nos sua propriedade com todo pormenor; levou-nos a ver seus engenhos, que são bem montados e providos de máquinas movidas a água, coisa que ali existe em abundância. As construções são belas e espaçosas, os jardins bem cuidados. Vimos com interesse particular um hospital, em que os negros são tratados com todos os cuidados possíveis. (CASTELNAU, 1949, p. 118 – Original publicado em 1850-57).

Observa-se que, assim como em outros relatos, havia por parte do viajante, recorrente preocupação em ressaltar o bom tratamento oferecido aos escravos nas propriedades que visitavam ou se hospedavam. Por certo, essa preocupação estava também relacionada à um possível agradecimento pela acolhida de seus proprietários. Verifica-se também, que as características relacionadas à “qualidade” do escravo também aparecem com frequência nos relatos, quase sempre associadas à sua origem, idade e atributos físicos proeminentes. Essas detalhadas descrições que pareciam intentar atribuir valor às “mercadorias” humanas também estão presentes nos discursos dos viajantes estrangeiros.

Associados também, quase sempre, à ideia de inferioridade, os mulatos aparecem nos relatos de viagem como uma parte importante da população brasileira, mas, que, efetivamente têm pouco a oferecer a ela. Hermann Burmeister, alemão que esteve no Brasil, entre 1850 e 1852, não deixa de fazer referência aos mulatos, em especial às mulheres, que, segundo ele se relacionam com os brancos e “são geralmente jovens, de 16 a 20 anos, sendo este um dos motivos porque a população de cor aumenta sempre nas cidades”. E aumenta: “as brancas são pra casar, as mulatas pra fornicar, as pretas para servir”. Para o alemão, as mulatas se contentam com seus amantes brancos e reforça que esse é o motivo pelo qual, aumenta-se o número de mulatos no Brasil, crianças ilegítimas que precisam ser afastadas da casa onde nasceram (BURMEISTER, 1980, p. 273 – Original publicado em 1852).

A comparação entre os brancos e as duas outras “raças” distinguidas pelo viajante alemão, pretos e mulatos, sinaliza para o leitor o fato de que ao analisar o povo brasileiro é preciso considerar suas classes sociais, uma vez que, as famílias de elevada posição social “não se distinguem das europeias de mesma posição, motivo porque naturalmente, ficam

excluídas dos conceitos aqui emitidos”. E reforça, quase que como um “elogio” às avessas aos mineiros, visto que, nessa região, não isso não acontece:

A civilização eleva o homem a um nível em que desaparecem as diferenças de nacionalidade, estabelecendo-se certa uniformidade e monotonia, que observamos em toda a parte do mundo. Os habitantes das grandes cidades adaptam-se todos a formas de vida e hábitos idênticos, de modo que não se pode falar em costumes típicos [...]. As observações que apresento sobre os mineiros e seu modo de vida não se referem, pois, a essa parte da população brasileira. (BURMEISTER, 1980, p. 273 – Original publicado em 1852).

Outra figura que identificamos nos relatos de viagem é o sertanejo. Sua imagem, por certo, relacionada às regiões mais inóspitas e áridas entre os lugares visitados, é considerada, praticamente, uma “raça à parte”. Pois, quem mais poderia sobreviver em tamanha adversidade? Jean Ferdinand Denis, explica:

No meio das povoações do interior, os sertanejos, os pastores do deserto, têm essencialmente uma fisionomia à parte, que lembra a dos habitantes do interior de Pernambuco. [...] Apesar deste espírito de indolência e mesmo de corrupção que os acompanha, os sertanejos possuem as faculdades mais notáveis; e, com alguma diligência, fácil seria dirigir a sua inteligência para os trabalhos industriais, e mesmo para os que exigem uma séria contenção de espírito. Nota-se poucos negros aqui. [...] Os brancos, de raça pura são da mesma forma bem raros; que iriam eles fazer nestes lugares tão remotos? Os sertanejos se compõem, em sua maior parte, de gente de cor, entre os quais seria fácil, sem dúvidas reconhecer alguns desses mamelucos¹⁶⁴ que acompanharam os primeiros paulistas, e se misturaram depois a outros mestiços. (DENIS, 1980, p. 384).

A qual região, entretanto, o viajante se referia como *sertão*? Denominada de Campos Gerais, o último distrito da província, conhecido proverbialmente como “*le jardin du Brésil*”, que, como salienta ele, para receber esse atributo, o viajante europeu deve apreciá-lo fora da estação das secas, mas, quando “o inverno acaba de dar a sua primeira frescura à terra, no tempo em que abundantes plantas cobrem as agradáveis elevações que fazem ondular a campina, e quando formosas árvores separadas de tempos a tempos, surgem para se ornarem de flores e de frutos” (DENIS, 1980, p. 383).

Denis (1980), segue seu relato na tentativa de localizar geograficamente, e com relativa precisão, o *sertão* por ele narrado:

O sertão de Minas (porque cada província tem o seu) ocupa pouco mais ou menos a metade desta grande região. Embora os limites sejam bastante imprecisos, prolonga-se, pouco mais ou menos desde o 13° até perto do 21° de latitude. Após ter compreendido, ao sul, uma pequena porção da comarca do Rio das Mortes, engloba, ao oriente, uma considerável parte dos distritos

¹⁶⁴ Membro de antiga milícia turco-egípcia, origin. formada por escravos caucasianos convertidos ao islamismo, que conquistou grande poder político no Egito. Essa foi derrotada por Napoleão em 1798.

de Sabará e Serro Frio; a oeste, toda a comarca de Paracatu, situada ao poente do Rio São Francisco, se pode reputar como fazendo parte do sertão. [...] por isso, não se deve entender que o sertão se limite só à província de Minas Gerais, prolonga-se até a Bahia. (DENIS, 1980, p. 383).

Essa tentativa de localização, ainda que bem detalhada, feita pelo viajante francês, parece na concepção de *sertão* de Antonio Carlos Robert Moraes, incoerente, uma vez que, Moraes (2009, p.88), destaca que, [...] não há possibilidade de realizar uma caracterização geográfica precisa das localidades sertanejas, pois estas não correspondem a uma materialidade terrestre individualizável, possível de ser localizada, delimitada e cartografada no terreno”.

Além de Jean Ferdinand Denis, o inglês James William Wells (1995) faz interessante reflexão após diálogo com um morador local sobre a localização geográfica do sertão mineiro, que, em seu ponto de vista, parece nunca ser encontrado:

“Diga-me, meu amigo, é esta a região denominada sertão?” (referindo-se às margens do Córrego do Leitão). Não, o sertão é mais pra baixo também. Aí eu parei pra pensar e comecei a duvidar das muitas lendas sobre o sempre distante sertão lá no obscuro “mais pra baixo”; pois, desde que saíra de Barbacena, em diferentes lugares, as pessoas, ao saber da nossa prolongada expedição, tinham prognosticado perigo, desastre e mortes, seja nas mãos do fora-da-lei, índios selvagens, febres, inanição, sobras onças, etc., assim que chegássemos ao sertão brávio. A princípio pensei que ele começava em Capela Nova; mas os capela-novenses repeliram a imputação, confessando, porém, que em Santa Quitéria e *mais pra baixo*, sim senhor, lá eu podia esperar alguma coisa. Em Santa Quitéria indicaram-me Inhaúma e, nesta, Tabuleiro Grande, todavia ele fica ainda “mais pra baixo”. Todos os casos que se ouvem no Brasil sobre localidades distantes devem ser tomados *cum grano*¹⁶⁵, embora haja sempre uma base para as histórias, por mais exageradas que elas sejam. (WELLS, 1995, p. 204-205 – Original publicado em 1886).

O barão de Langsdorff (1997, p.220), também faz seus apontamentos sobre o “sertão” mineiro, certo de que tenha conseguido localizá-lo precisamente na região de Curvelo. Seu relato é, entretanto, mais otimista que de outros viajantes, quando afirma que “o sertão (interior) não é tão deserto e agreste como descreveu St. Hilaire. Já estamos no sertão, e ainda é uma região fértil e habitada”.

Charles Frederick Hartt, que esteve no Brasil em diversas ocasiões em razão de suas pesquisas na área da geologia, diferentemente de outros viajantes que procuram localizar o sertão na paisagem mineira, explica:

¹⁶⁵ A expressão *cum grano salis* é termo atualmente usado para restringir a declaração e tornar o ouvinte/leitor consciente de que o que é dito não pode ser tomado literalmente, mas, pode ser sarcástico ou formulado com exagero, e, portanto, apenas com reservas (“por alto”) deve ser compreendido. Nesse caso, portanto, a expressão é usada para que ressalvar que afirmação não precisa ser verdadeira em todos os aspectos, podendo ser verdadeira em apenas “um grão”, isto é, em um único aspecto.

O termo sertão, plural sertões, tantas vezes empregado em publicações no Brasil, quer simplesmente dizer o interior de um país em oposição à costa. [...] A palavra parece ter uma significação um tanto indefinida no Brasil. Os habitantes do sertão são chamados sertanejos. (HARTT, 1941, p. 184).

Nesse sentido, entendemos que a análise sobre o sertão, constitui-se a partir de tantos quantos possíveis forem os olhares para defini-lo. Pode-se assim, além de caracterizá-lo considerando sua vastidão e ausência de habitantes, especialmente conferida por sua composição natural, que dificulta acessos, ou ainda, descrevê-lo de acordo com a ocupação que lhe foi imposta e, conseqüentemente, a ação humana que ocorreu sobre ele – o que possivelmente o fez perder sua característica original, de isolamento, integrando-o a outros espaços, essa localidade ganharia sentidos diversos. Desse modo, o sertão, tal qual concebido por Moraes (2009, p. 89), “não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica”.

Associando assim como fez Hartt (1941), o sertanejo, àqueles habitantes que vivem em localidades alheias aos traçados mais comuns dos caminhos percorridos pelos viajantes, Spix e Martius (1981, p. 76, v.2 – Original publicado em 1823-31), ao percorrerem as regiões mais inóspitas da capitania de Minas Gerais, nas proximidades de Grão Mogol, descrevem sua população. Ao que parece, o único defeito do sertanejo é sua inclinação para o ócio e os prazeres da vida, sendo considerados, entretanto, como pessoas pacíficas e bem-intencionadas:

O acolhimento, por toda parte neste sertão, não era menos hospitaleiro do que nas outras terras de Minas; porém quão diferentes nos pareceram os habitantes destas regiões solitárias, em confronto com os sociáveis e cultos cidadãos [sic] de Vila Rica, de São João d'el-Rei, etc.! [...] O sertanejo é criatura da natureza, sem instrução, se exigências, de costumes simples e rudes. Envergonhado de si próprio e de todos que o cercam, falta-lhe o sentimento da delicadeza moral, o que já se demonstra pela negligência no modo de vestir; porém, é bem intencionado, prestativo, nada egoísta e de gênio pacífico. A solidão e a falta de ocupação espiritual, arrastam-no para o jogo de cartas e dados e para o amor sensual, no qual, incitado pelo seu temperamento insaciável e pelo calor do clima, goza com requinte. O ciúme é quase a única paixão que o leva até ao crime. Ademais, só a mínima parte dos sertanejos é de origem puramente europeia, a maioria consta de mulatos, na quarta ou quinta geração; outros são mestiços de índios com negros ou de europeus com índios. Escravos negros são raros, devido à miséria geral dos colonos; os trabalhos da lavoura e da criação de gado são feitos pelos próprios membros da família. (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 76, v.2 – Original publicado em 1823-31).

Eschwege (1996, p. 86-87 – Original publicado em 1824), por sua vez, localiza o *sertão* no caminho para Goiás, e afirma que na região entre Formiga e Araxá, muitos mineiros

foram atraídos pela busca das terras férteis, das boas pastagens e da ausência da justiça, onde se pode viver “em segredo”. Sobre a constituição de Araxá, Saint-Hilaire (1937) comenta:

Os primórdios do distrito de Araxá datam dos nossos dias, e sabe-se que este burgo foi povoado não só por cultivadores cujas terras começavam a esgotar-se e outros que ainda não as possuíam, como também por devedores insolváveis e criminosos que procuravam subtrair-se a justos castigos. Quando da reunião do julgado de Araxá à província de Minas, Eschwege, que fora encarregado pela administração de fazer um relatório sobre a região, percebeu, estando em Patrocínio, que os habitantes o evitavam, e soube pouco depois que esse distrito afastado tornara-se asilo de homens que, tendo cometido crimes, ou devendo dinheiro ao Tesouro Real, tinham fugido de Minas. (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 201 v.1 – Original publicado em 1842).

A ausência de esforço e dedicação por parte do brasileiro, entretanto, seriam, na opinião de Eschwege (1996), responsáveis pela provável decadência daquela região, assim como já acontecia em outras localidades de Minas Gerais, em que as áreas cultiváveis se transformaram em desertos. Assim, prevê o alemão, que “os sertões férteis, após uma geração, estarão igualmente exauridos, de maneira que só mais tarde, quando derrubadas inteiramente as matas virgens, é que o homem, atingido pela miséria, poderá ter esperanças de uma agricultura progressista” (ESCHWEGE, 1996, p. 87 – Original publicado em 1824).

À semelhança de Eschwege (1996), Auguste de Saint-Hilaire também localiza o sertão no caminho para Goiás. Segundo o viajante francês, “é para além da povoação de Formiga, lugarejo situado a cerca de 24 léguas de S. João d’El Rei, que se situam, desse lado, os limites do sertão ou deserto; mas a região começa muitos antes a ser pouco habitada” (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 115, v.1 – Original publicado em 1842). Ele procura caracterizar ainda o homem residente nessa região longínqua, comparando-o ao habitante das regiões mais povoadas de Minas Gerais:

Embora esses homens habitem uma região longínqua e deserta, não se encontra entre eles essa amável hospitalidade que é tão geral em outras partes da província das Minas. Contarei, como exemplo, o que me sucedeu em uma habitação muito importante. À minha chegada, mandaram colocar minhas bagagens em um pequeno quarto úmido e escuro, cheio de pulgas e bichos de pé. Para não penalizar o filho da casa, como o qual viajara, não me queixei e fui trabalhar na varanda. (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 120, v.1 – Original publicado em 1842).

Ainda que o *sertão* e sua delimitação fossem indefinidos, cabendo, portanto, sua localização e caracterização aos que por ventura julgassem tê-lo enfim encontrado, a questão dos limites fronteiriços entre as capitanias e, posteriormente, províncias, era de importância estratégica e econômica. Mesmo que esses limites, ainda não plenamente estabelecidos, estivessem no *sertão*. Para realizar essa tarefa, estrangeiros foram incumbidos de realizar levantamentos, mapeamentos e medições que viabilizassem a demarcação do território.

A exemplo disso, o próprio Eschwege (1996), na referida viagem a caminho da capitania de Goiás, no ano de 1816, fora incumbido de visitar e demarcar os distritos de Araxá e Desemboque, a fim de estabelecer a fronteira entre as duas capitanias. Sobre a delimitação da região, Eschwege (1996) explica:

[...] Esses distritos ou julgados (Araxá e Desemboque) abrangem uma área igual a de Portugal, pelo menos, estendendo-se entre o rio Grande e o Paranaíba, até a sua confluência, zona até agora desconhecida por causa dos selvagens caiapós. Ambos pertenciam à província de Goiás; como se achassem, porém, a grande distância da capital goiana, Vila Boa, por Carta Régia, desmembrados dessa província e incorporados à de Minas Gerais, a requerimentos dos habitantes, que enviaram, como já disse, um plenipotenciário do Rio de Janeiro. (ESCHWEGE, 1996, p. 104-105 – Original publicado em 1824).

E completa em sua “Notícias e reflexões estadísticas a respeito da província de Minas Gerais”, publicada na Memória da Academia Real de Ciências de Lisboa:

Por Carta Regia do anno de de 1816 forão os Dous Julgados de São Domingos d'Araxá e Desemboque desmembrados da província de Goyazes, e unidos à de Minas, declarando que tudo que pertencia às freguesias dos dous Julgados pertenceria desde então à Minas. Deste modo ficou mui indeciso quaes fossem os verdadeiros limites; pois como a população todos os annos se aumentava introduzindo-se d'outras partes das províncias muitos novos colonos para o fertil sertão, que começa desde a entrada de Goyazes para S. Paulo, e continua até a foz do Paranaíba com o Rio Grande, que vem a ser hum comprimento de mais de outenta legoas, resultou daqui o mesmo inconveniente que se pretendia evitar na desmembração, de ficarem estas terras muito distantes da capital da província; e seria muito acertado determinar-se que os Rios Uberava Falso e Uberava verdadeiro, entre o Rio Grande e o Rio das Velhas, e o Rio Pizarrão entre o Rio das Velhas e o rio Paranaíba, fizessem os limites de Minas, ficando todas as terras dali até a foz do Paranaíba com o Rio Grande, pertencendo à província de S. Paulo, e assim mais próximos à capital. (ESCHWEGE, 1825, p. 02).

A região do Desemboque compreendia na época, o denominado sertão da Farinha Podre, área localizada entre os Rios Grande e Paranaíba, e que hoje corresponde ao Triângulo Mineiro. A povoação de Farinha Podre, também visitada por Auguste de Saint-Hilaire, foi, segundo o naturalista francês, fundada em 1812, por mineiros interessados nas pastagens férteis, além da descoberta de jazidas de ouro na região:

Tal imigração, contudo, deu-se em proporções *mineiras* e não paulistas, isto é, contando com uma população migrante muito maior. Um grande (e pouco estudado) movimento centrífugo de população, talvez o maior até então visto, tendo como área de repulsão e região mineradora da capitania de Minas Gerais, iniciou-se a partir da década de 1760 em direção a todas as regiões circunvizinhas. (LOURENÇO, 2003, p. 59).

Isso, significa, portanto, que a ocupação da região, embora estivesse vinculada às províncias de Goiás e São Paulo, por se tratar de uma área de trânsito de tropeiros e mineiros em direção às lavras de Goiás e Mato Grosso, foi também uma região formada a partir do enfraquecimento das primeiras regiões auríferas do centro da província de Minas Gerais, e ocupada em razão do fluxo migratório que buscava alternativas viáveis diante da decadência experimentada pela mineração (LOURENÇO, 2003).

Desemboque, por sua vez, entrou em declínio em razão da falência da mineração nessa região, que fora paulatinamente substituída pela pecuária, tendo em vista a abundância de pastagens e águas naturalmente salitrosas em direção ao Triângulo Mineiro. Sobre a predisposição da região para a pecuária, Eschwege (1996) constatou em passagem por São Pedro de Alcântara (atual município de Ibiá):

Desse ponto em diante, a topografia torna-se mais plana. As terras aluvionárias são mais férteis e têm boas pastagens. Num percurso de sete léguas encontrei apenas três fazendas. Mais, não se podia esperar, pois a área média de cada uma delas é de três léguas quadradas. Nelas se cria gado com mais intensidade que em outras zonas. Os bois passam por ser os melhores e alcançam bons preços, o que pode resultar não só das boas pastagens, mas ainda pelo trato melhor que se dispensa aos animais, os quais, uma ou duas vezes por mês, são levados em manadas para as nascentes saliníferas (bebedouros), a cujas águas se atribui a boa condição das boiadas. (ESCHWEGE, 1996, p. 103-104 – Original publicado em 1824).

Saint-Hilaire (1937, p. 208, v.1 – Original publicado em 1842) corrobora com o alemão, afirmando que, “[...] existem perto de Paracatu, terrenos salitrados que substituem o sal para o gado vacum, e pode ser igualmente substituído em diversos distritos, como Araxá, Patrocínio, arredores de Farinha Podre, por águas minerais que os animais saboreiam com delícia”. A pecuária proporcionou, nesse sentido, a ascensão de novos núcleos urbanos, sendo, Araxá, Patrocínio e Uberaba, enquanto Desemboque, estagnada, foi anexada à Sacramento como distrito, em 1862 (BESSA, 2013).

Saint-Hilaire reforça ainda, a importância da pecuária para a região de Araxá, economicamente relevante para o Brasil:

O gado bovino constitui, pois, a riqueza deste país. Como já disse, as pastagens são excelentes, e as águas minerais que se encontram na vizinhança de Araxá dispensam o criador de dar sal aos seus animais. A multiplicação das rezes é tal, que quem não quisesse aumentar seu rebanho e que, por exemplo, fosse proprietário de cem cabeças, poderia, anualmente, vender cinquenta. (SAINT-HILAIRE, 1937, p.226, v.1 – Original publicado em 1842).

Ainda que o *sertão* delimitado por Eschwege (1996) tivesse uma dinâmica específica, estabelecida pela mineração e, posteriormente, alterada por sua decadência, ou

que os recursos disponíveis naquela paisagem tivessem favorecido a ascensão da pecuária como atividade econômica mais expressiva, a região que compreendia o *sertão* não poderia, plenamente, satisfazer as necessidades e interesses do homem, tornando-o completamente indiferente ao lugar onde vive:

Senti viva a satisfação quando dei as costas àquele ligar deserto, no qual nada se fizera para tornar atraente a vida comunitária. Entristeço-me ao conhecer locais em que as casas parecem apenas coladas ao solo nu, inculto, sem uma árvore sequer, plantada pelos moços, que possa recordar aos velhos a sua mocidade perdida, sem uma praça enfeitada que os faça amar o torrão natal. Daí a ausência de sentimento, o pouco relacionamento entre as famílias, as emigrações contínuas que lembram os nômades. Nada os liga à terra natal, a não ser os interesses materiais. Tao logo esses não possam mais ser satisfeitos de maneira fácil, abandonam os lares em ruínas, para recomeçarem a vida em outras bandas. (ESCHWEGE, 1996, p. 93 – Original publicado em 1824).

A ausência de ligação entre as pessoas e o *sertão*, relatada por Eschwege (1996), poderia, eventualmente, ser solucionada pela aproximação com a natureza e o aproveitamento dos recursos naturais disponíveis. Saint-Hilaire (1937), sugere que os habitantes das províncias mais longínquas utilizem, por exemplo, o acesso a plantas medicinais e seu cultivo, prática já realizada em algumas localidades e que garante, por exemplo, alternativas de medicação na ausência de médicos: “já disse noutra lugar os habitantes do interior do Brasil, privados do médicos, empregavam para a cura de suas enfermidades diversas plantas que crescem em torno de suas moradias” (SAINT-HILAIRE, 1937, p.155, v.1 – Original publicado em 1842).

Outro recurso que, na opinião do viajante francês deve ser valorizado no *sertão*, encontra-se em Araxá, as águas minerais da propriedade do *Barreiro*¹⁶⁶. O atual complexo, teve seu primeiro estudo geológico realizado em 1886 por Orville Derby. Saint-Hilaire explica as propriedades das águas e sua possível utilização:

São claras, de cor avermelhadas, e têm um gosto amargo que ao mesmo tempo, lembra o dos ovos estragados. A indicação deste pequeno número de caracteres mostra assaz que elas são sulfurosas e, por conseguinte, poderiam ser empregadas para a cura de todas as moléstias em que se aconselham águas desta natureza e, em particular das moléstias cutâneas, tão comuns no Brasil. (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 228, v.1 – Original publicado em 1842).

Para além do consumo humano e suas propriedades terapêuticas, Saint-Hilaire (1937) ressalta que o gado também se beneficia da água. E esclarece que o *Barreiro* é uma

¹⁶⁶ O nome *Barreiro* vem em decorrência da lama que se forma a partir das fontes naturais da região.

propriedade pública onde os fazendeiros levam mensalmente seus rebanhos, em dias determinados pelo juiz local:

Faz-se entrar o gado à tarde no recinto, deixa-se-o [sic] passar ali a noite; os bois bebem à vontade, e fazem-nos sair no dia seguinte. Os animais muito magros recusam, às vezes, beber a água do *barreiro*, mas, fazem-nos bebê-la à força. [...] Todos os animais têm gosto extraordinário por essas águas desagradáveis. Jamais vi tão grande quantidade de aves como neste lugar. (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 228, v.1 – Original publicado em 1842).

Ele ressalta, entretanto, que é preciso haver cuidado com a fonte de água mineral, preocupação que vinha sendo desprezada pelos fazendeiros da região. e explica que “[...] seria necessário para conservar sempre, no *barreiro*, a mesma abundância de água; fazê-lo limpar. Os numerosos animais que ali patinham sem cessar, agitando a terra nágua [sic] formam uma lama espessa, e os antigos da zona pretendem que eles já tamparam algumas fontes” (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 229, v.1 – Original publicado em 1842).

O viajante francês afirma que, em decorrência dessa disponibilidade hídrica específica para o favorecimento da criação de gado, o *sertão* se destaca quando comparado à região da Vila Rica ou Sabará, que, mesmo dispondo de excelentes pastagens, maior oferta de água para os animais e campos que nunca secam completamente, não se comparam aos terrenos salitreiros que substituem a ração de sal (SAINT-HILAIRE, 1974, p.80 – Original publicado em 1838).

Ele explica, entretanto, que à despeito da propensão do sertão à criação do gado em razão das águas do *barreiro* e das excelentes pastagens, essa atividade promove a procrastinação e faz dos habitantes desses lugares os mais indolentes, quando comparados aos das demais regiões de Minas Gerais:

A indolência dos habitantes do Sertão é talvez, maior ainda que a dos ouros mineiros. Sua fisionomia revela-lhes já a índole, e se encontra a expressão desse defeito em todos os movimentos do seu corpo. Aliás, o calor do clima convida bastante os homens dessa gleba a entregarem-se à ociosidade. A criação de gado, a que se entregam, exigindo pouca atividade, favorece sua tendência à moleza, e a má alimentação que quase sempre ingerem, contribui ainda mais para tirar-lhes a energia. [...] A indigência é a companheira ordinária da preguiça. Por isso, apesar das vantagens que apresenta sua terra, os habitantes do deserto são de uma pobreza extrema. (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 308-309 – Original publicado em 1837).

É também à essa indolência que Saint-Hilaire (2000) atribui a ausência de interesse dos sertanejos em desenvolver outras atividades que não a criação de gado. O viajante explica que a agricultura não é promovida, com exceção do cultivo para o consumo próprio, como da mandioca. Ele garante também que “[...] existe ouro em vários lugares do sertão,

mas não o exploram em parte alguma” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 311 – Original publicado em 1837).

E sugere, que para se conhecer plenamente as riquezas da região, dever-se-ia submetê-la à análise de algum geólogo que, além das pedras preciosas, poderia encontrar “provavelmente ossos fósseis, pois que me deram em Vila do Fanado¹⁶⁷ um dente de mastodonte, que está atualmente no Museu de Paris, e me disseram ter sido encontrado em um terreno salitrado do sertão” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 312 – Original publicado em 1837).

A região onde se localizava Vila do Fanado, visitada por Saint-Hilaire (2000) que no século XVIII atraía desbravadores interessados na exploração aurífera, mas que, em razão da decadência da mineração passou a produzir algodão e tecidos, além da agricultura de subsistência e da criação de gado, levou também à expulsão de seus habitantes quando a terra se viu esgotada em razão das queimadas utilizadas no cultivo. Para evitar tal condição, o viajante explica que “[...] a terra é suscetível de se fatigar, e quando ela já produziu durante algumas vezes, não rende mais tanto; mas, se então a deixarem repousar uma dúzia de anos, e às capoeiras o tempo de se desenvolverem e tornar-se capoeirões, o solo começará a produzir com o vigor inicial” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 311 – Original publicado em 1837).

À despeito do modo como o sertão é retratado por Saint-Hilaire (2000), sujeito à condições naturais extremas, determinantes, na visão do francês para definir o povo que nele habita, porém, agraciado com riquezas naturais e recursos que possibilitariam seu desenvolvimento, a conclusão do viajante sobre o lugar é otimista, e ele profetiza: “[...] Com o tempo essa região deixará de ser deserta. [...] O sertão conhecerá novos recursos, e, ao mesmo tempo, restar-lhe-ão sempre gordas pastagens, terras férteis, e um rio que, navegável em imensa extensão, estabelecerá úteis comunicações entre o país e o oceano” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 320 – Original publicado em 1837).

A identidade nacional

Estando sempre relacionada aos elementos acima abordados, tanto no que diz respeito à valorização da natureza, à exuberância da paisagem ou aos recursos naturais dela oriundos, passando pela constituição do povo e a ausência de uma sociedade que se reconheça como Nação, em razão das questões raciais envolvidas e da própria escravidão, faz-se necessário retomar esse turbulento contexto do século XIX como imperativo para se compreender a construção da identidade nacional brasileira.

Souza (2014, p. 197), afirma que, para além do “atraso” envolvido na escravidão, no preconceito racial, nas tentativas de “branqueamento” da população através do imigrante

¹⁶⁷ Atual município de Minas Novas.

européu, ou da própria valorização da natureza e dos recursos disponíveis, a questão da identidade nacional permanece como um problema a ser resolvido, estando diretamente relacionado à inércia do brasileiro, o que, inevitavelmente, afetará o progresso da Nação:

Cada ano este Império mais se desenvolve; mas assim mesmo, ainda precisará de dois séculos de seu progresso atual para chegar a uma situação igual a dos Estados Unidos. Os indícios atuais são, porém, que o Brasil não continuará no passo vagaroso que o caracterizava até à abolição do tráfico negro; e os melhoramentos internos auspiciosamente iniciados sob D. Pedro II desenvolverão rapidamente os recursos do país. (KIDDER E FLETCHER, 1941, p. 148, v.2 – Original publicado em 1845).

Embora otimistas quanto à condição de atraso do Brasil e, associando o progresso do país à, primeiramente, romper com a prática da escravidão, além, por certo, dos necessários investimentos em áreas diversas como apontado por outros estrangeiros que aqui estiveram no mesmo século, os viajantes estadunidenses são enfáticos ao comparar o desenvolvimento do Brasil ao dos Estados Unidos, prevendo que, sejam necessários ainda dois séculos para que se equiparassem. E, reforçando a necessidade de que empreendimentos que promovam a integração do território sejam o carro-chefe para se alcançar o desenvolvimento almejado, afirmam:

Contudo, do progresso geral que está pouco a pouco penetrando o Brasil todo, esta província recebe o seu quinhão; e, quando as estradas de ferro estiverem terminadas até Joazeiro, Goiás, será facilmente ligada em algumas horas aos grandes mercados na costa do Atlântico. (KIDDER E FLETCHER, 1941, p. 174-175, v.2 – Original publicado em 1845).

A modernidade advinda desses aparatos, entretanto, não poderia ser trazida abruptamente para o país (Souza, 2014). Eschwege (1979, p. 257, v.2 – Original publicado em 1833), afirma que:

Em virtude de ter sido a natureza humana muito liberal para com o país, acreditam os brasileiros que todos os recursos naturais devem ser mobilizados de uma vez. Esquecem-se, pois, de que a indústria europeia não poderia ser transportada para a América, sem a necessária adaptação.

Uma vez mais, o discurso do viajante estrangeiro reforça o papel do Brasil como fornecedor de recursos naturais ao processo de industrialização que deveria ser conduzido, preferencialmente, pelo europeu, considerando a inaptidão do brasileiro para fazê-lo. Por isso, ainda que esse processo de modernização fosse transplantado para o território brasileiro, ele deveria, ser cautelosamente adequado, no que tange à legislação e administração, e aos agentes envolvidos nesse processo:

Pode-se concluir que o Brasil encerra ainda formidáveis tesouros em seu subsolo e que um vasto campo de trabalho haverá ainda para os vindouros. Nada, porém, se deverá esperar enquanto os serviços não forem realizados em bases seguras por companhias de mineração bem administradas e não forem promulgadas leis mais oportunas. (ESCHWEGE, 1979, p. 179, v.1 – Original publicado em 1833).

Os recursos naturais seriam, portanto, indispensáveis nesse contexto. Sua ocorrência e disponibilidade garantiriam o desenvolvimento econômico do Brasil àquela época e também na atualidade. Por isso, reiteramos que os viajantes estrangeiros no país construíram uma visão de mundo sobre o território brasileiro e sua paisagem diretamente relacionada com a potencialidade econômica que poderiam oferecer.

Mesmo que a exploração dos recursos naturais fosse entendida pelos viajantes como o caminho mais viável ao desenvolvimento econômico do Brasil, e que esses recursos, exaustivamente descritos e mapeados, como outrora demonstrado, necessitassem de uma condução adequada para que fossem utilizados, condução esta atribuída recorrentemente ao estrangeiro e sua capacidade intelectual para realizá-la, outros fatores foram considerados como empecilhos para o avanço da modernidade sobre o território nacional.

O clima, por exemplo, ao mesmo tempo em que favorecia atividades como a agricultura, fora, sob uma ótica determinista, a razão pela qual o povo brasileiro encontrara dificuldade em tornar-se condutor de seu próprio país. Nas proximidades de Araxá, Saint-Hilaire (1937, p. 203, v.1 – Original publicado em 1842) afirma que “nestas regiões o isolamento destrói a emulação: o clima convida à ociosidade, não se exercita a inteligência, não se pensa mais, e cai-se numa espécie de embrutecimento geral”.

Nem mesmo a própria atividade agrícola parece escapar da apatia demonstrada pelo povo envolvido com essa prática. Essa impressão, vislumbrada por Saint-Hilaire (1937) é, de modo semelhante, descrita pelo britânico John Mawe, ainda em 1809 na ocasião de sua vinda ao Brasil e Minas Gerais:

Como nos achássemos então na província de Minas Gerais (região afamada no Rio de Janeiro pela excelência de seus queijos), esperava encontrar aí melhores condições de agricultura – algum estabelecimento que merecesse o nome de fazenda – casas construídas não somente para abrigo, mas também com a preocupação de conforto. Pensava poder vislumbrar, entre os habitantes, aquele ar de saúde e de contentamento que se origina das ocupações revigorantes da agricultura; vãs ilusões, aqui se notavam os mesmos sinais de indolência observados nas outras regiões do país: os agricultores pareciam agir como se o arrendamento, em virtude do qual possuíam as terras, estivesse prestes a ser anulado; tudo em torno deles parecia anunciar criaturas que vivem de expedientes: as casas velhas, estragadas não eram reparadas; as ervas daninhas cobriam o pequeno número de jardins cercados; os cafeeiros, plantados nos primeiros tempos ainda existiam, mas o proprietário atual era muito indolente para colher os frutos; não havia nenhuma pastagem cercada, algumas cabras forneciam o

leite de que se tinha necessidade; raramente se podia obter leite de vaca. (MAWE, 1978, p. 114 – Original publicado em 1812).

E como quem procura resolver essa condição, Mawe (1978) afirma:

[...] Observando esses deploráveis efeitos da apatia dos habitantes, não pude deixar de pensar nas vantagens que para eles adviriam da introdução do sistema de agricultura inglês. O exemplo de uma só fazenda, administrada segundo esse sistema, contribuiria para fazê-los corar de um estado de miséria voluntária que para eles é um opróbrio e lhes acarreta o desprezo dos estrangeiros. (MAWE, 1978, p. 114 – Original publicado em 1812).

Além do clima, verificamos anteriormente que as questões raciais também foram apontadas como determinantes para a constituição do povo brasileiro e, que, de modo geral, a miscigenação da população foi entendida sob uma ótica negativa, enquanto empecilho para o avanço da modernidade sobre o território e do próprio povo. Além dos indígenas e negros, o branco europeu, representado no processo de colonização pela figura do português, também fora apontado como responsável pelo atraso da civilização do país.

Sobre o papel do português, Agassiz e Agassiz (2002, p. 460 – Original publicado em 1869) afirmam que “Não se deve esquecer que a população branca descende quase que exclusivamente de portugueses; ora, de todas as nações da Europa, Portugal é aquela que, na época do descobrimento e colonização do Brasil, havia sido a menos afetada pela civilização moderna”.

Saint-Hilaire (1974) também concorda que os portugueses não são, entre os europeus, os habitantes que melhor representam àquele continente. De passagem por São João D’el Rey, ele associa a grosseria da população local, em boa parte, à presença de jovens portugueses “[...] vindos das províncias as mais distantes, de Portugal, jovens que não receberam educação nenhuma, mas que são orgulhosos de terem nascido na Europa” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 113 – Original publicado em 1838). E completa:

Os negociantes portugueses estabelecidos não somente em S. João como em outras partes do Brasil onde viajei, são, na maior parte, repito, homens de classe inferior, que frequentemente não sabem ler nem escrever e que começaram sem nenhum capital. Enquanto os brasileiros dissipam negligentemente tudo quanto possuem, os europeus economizam soldo a soldo, passando por todas as privações a fim de conseguir fortuna. A primeira coisa que arranjam é uma negra, que sirva ao mesmo tempo de cozinheira, amásia, lavadeira, arrumadeira e até para carregar água e lenha, trabalhos que os americanos só entregam aos escravos homens. Tornando-se ricos esses homens, conforme tive já ocasião de dizer, conservam toda a sua primitiva rudeza, e, juntando a isso uma insuportável arrogância, tratam com desprezo os brasileiros, aos quais devem sua opulência. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 113 – Original publicado em 1838).

Talvez por isso, o brasileiro procurasse estabelecer aproximação com os costumes europeus, em uma tentativa de construir uma identidade à imagem e semelhança do povo europeu, provavelmente mais próxima dos ingleses que dos portugueses. O francês Jean Ferdinand Denis, ao comentar a “imitação dos costumes” dos brasileiros aos dos ingleses, critica:

Estes costumes, aliás, supõe um grau de civilização que eles não dão; demais, restringem a manifestação e o desenvolvimento das manifestações naturais, de que são tão ricamente dotados os povos meridionais e, o mais das vezes, os referidos costumes as repelem como estranhas às leis da boa sociedade. (DENIS, 1980, p. 113).

De modo bastante semelhante, Rugendas (s.d.) pondera que a busca pela construção do caráter nacional dos brasileiros marcada pelas características impostas pelo modo de vida europeu é prejudicial à nação. Uma vez que, os costumes daquele continente limitam as manifestações dos povos meridionais, ricamente constituídos de seus próprios hábitos e tradições:

Seria difícil pintar com traços marcantes e gerais o caráter nacional dos brasileiros, tanto mais quanto começam apenas a formar uma nação. Partilham até certo ponto os traços principais do caráter português. Por outro lado, nas classes elevadas e sobretudo nos portos de mar, é comum renunciarem à sua personalidade para entregar-se à imitação dos costumes ingleses, imitação que não pode favorecer os habitantes mas tão somente prejudicá-los com exigências e formalidades de toda ordem. Tais costumes, de resto, supõe a existência de um grau de civilização mas não o outorgam; ademais, restringem as manifestações e o desenvolvimento das disposições naturais de que os povos meridionais são tão ricamente dotados. Estes, no entanto, muitas vezes as rejeitam como contrárias à boa educação. (RUGENDAS, s.d., p. 129).

Não deixam de surpreender os viajantes, entretanto, o esforço feito pelos brasileiros, em especial na capital, Rio de Janeiro, para adequar o cotidiano da cidade aos hábitos de consumo do europeu, mesmo que esses hábitos fossem completamente alheios ao povo e ao lugar, contrastando drasticamente com o cenário à sua volta:

Língua, costumes, arquitetura e afluxos dos produtos da indústria de todas as partes do mundo dão à praça do Rio de Janeiro feição europeia. O que, entretanto, logo lembra o viajante que ele se acha numa parte estranha do mundo, é sobretudo a turba variegada de negros e mulatos, a classe operária com que ele topa por toda parte, assim que põe o pé em terra. (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 90, v.1 – Original publicado em 1823-31).

Cenário este que impressionava, na maioria dos relatos, por sua desordem, falta de higiene e, uma vez mais, pelo “aspecto” do povo, tomado pela preguiça e apatia, como resultado, evidentemente, do clima pouco propício ao trabalho:

Hoje, algumas senhoras e eu fomos a terra, e, depois de termos escolhido residência, demos algumas voltas de carro pela cidade. O que chama desde logo a atenção no Rio de Janeiro é a negligência e a incúria. Que contraste quando se pensa na ordem, no asseio, na regularidade das nossas grandes cidades! Ruas estreitas infalivelmente cortadas, no centro, por uma vala onde se acumulam imundícies de todo gênero; esgotos de nenhuma espécie; um aspecto de descalabro geral, resultante, em parte, sem dúvida, da extrema umidade do clima; uma expressão uniforme de indolência nos transeuntes: eis o bastante para causar uma impressão singular a quem acaba de deixar a nossa população ativa e enérgica. (AGASSIZ e AGASSIZ, 2002, p. 67 – Original publicado em 1869).

Não se podia diferenciar, nesse cenário sequer os habitantes das classes mais abastadas, que eram, em sua maioria, vistos com sendo tão ignorantes quanto àqueles desprovidos de posses:

[...] pois não se pode conceber a ignorância dos ricos, dos brasileiros do interior do país, não falo apenas do povo, mas daqueles que pertencem às classes da burguesia, gozando de certa facilidade econômica e até mesmo ocupando uma posição social bastante alta. História e geografia, por exemplo, são completamente desconhecidas. Eu vi alguns que não conheciam nenhum outro evento histórico além da chegada da família real no Brasil e a proclamação da independência de seu império. De fato, na geografia, vi habitantes que reconheceram apenas duas grandes divisões do globo, das quais uma inclui a América, e a outra Portugal e suas dependências. Eles, na verdade, às vezes ouviram que há certos lugares como França, Inglaterra, Itália, etc .; mas, segundo eles, são apenas províncias portuguesas. (ROY, 1875, p.155-156).

Na mesma medida em que o brasileiro assuma a imagem do europeu como um modelo a ser seguido, é preciso reforçar que o viajante estrangeiro também assume o papel de *agente da modernidade*, diante de um povo que necessita desenvolver a habilidade de utilizar os recursos naturais à sua disposição (SOUZA, 2014). A necessidade imperativa de modernização do território brasileiro, tal qual verificamos em Minas Gerais, como parte indissociável do avanço da mineração sobre suas áreas mais remotas, deveria ser conduzida pelo estrangeiro.

Alguns obstáculos, entretanto, colocam-se no caminho desse propósito, Souza (2014) ao revisitar a obra de Richard Burton, aponta que o primeiro desses obstáculos seria o que o inglês chama de “brasileirismo”, ou seja, a resistência ao capital estrangeiro por ser um agente de exploração dos recursos naturais. O que levaria diretamente ao segundo obstáculo apontado por ele, o caráter predatório da exploração inglesa no país. Segundo o próprio Burton (1976, p. 187):

Os interesses particulares prevaleceram sobre os públicos; em certos casos notórios, foi organizado um verdadeiro sistema de rapina; planos irrealizáveis foram lançados ao mercado; reles especuladores ficaram ricos; a economia

foi de todo negligenciada e o dinheiro foi enterrado, como se esperasse que crescesse. (BURTON, 1976, p. 187)

Embora o inglês pareça contraditório, ao, concomitantemente, apontar a resistência do brasileiro à entrada do capital estrangeiro, bem como, afirmar que os agentes estrangeiros envolvidos nesse processo agem, frequentemente, de modo predatório, Richard Burton é, segundo Souza (2014) um agente capitalista, e age de modo racional e utilitário, priorizando o desenvolvimento material acima de qualquer outra necessidade.

Além dos viajantes estrangeiros cumprirem papel decisivo na construção de uma visão de mundo sobre o Brasil na Europa que fora, sem dúvida, responsável por despertar o interesse de agentes econômicos daquele continente em nosso território, a imigração, como já apontamos, também foi essencial para trazer ao Brasil aqueles que foram responsáveis por fazer avançar a modernização necessária no país. O caminho rumo à modernidade, estaria, segundo Souza (2014), atrelado à vinda dos imigrantes, responsáveis por consolidar padrões civilizatórios que fossem capazes de anular os efeitos negativos da formação histórica e social brasileira.

Segundo Santos (2003), é sobretudo na segunda metade do século XIX que há um esforço por parte dos viajantes em elogiar a imigração para o Brasil. Esse elogio, esteve, segundo a autora, atrelado à necessidade de garantir a regeneração do povo brasileiro, pautada no trabalho livre. Souza (2014) afirma que como parte do processo de modernização do país, era necessário que a escravidão fosse eliminada. O autor cita Burton (1976, p. 234) ao afirmar que a imigração e a necessidade da abolição são inseparáveis: “todos esperam pelo grande dia da imigração e do trabalho livre. Todos estão, também, conscientes do fato de que a escravatura e a imigração não poderiam coexistir”.

O viajante inglês completa:

Tenho espaço muito reduzido para tratar de um assunto tão importante e que leva tão longe como a escravidão no Brasil. Mas assinale-se brevemente que é difícil encontrar um homem educado no país que não deseje de boa-vontade vê-la abolida, se se puder encontrar para ela um substitutivo. Todos olham para o futuro, para convictos de que a imigração e a escravidão dificilmente poderão co-existir. (BURTON, 1983, p. 363, v.1).

Compartilhando desse entendimento, Rugendas (s.d.), por exemplo, coloca em xeque a escravidão e aponta os impactos positivos que adviriam da abolição, evidentemente, aliada ao incentivo da imigração europeia no país:

Há um assunto que, em que pese a importância extraordinária que pode ter para o Brasil, não está sendo encarado pelo governo com a devida atenção: é a colonização do país por europeus. As vantagens que dela resultariam para o Estado são tão evidentes que não parece necessário enumerá-las. Mais do que qualquer outro meio, essa colonização aceleraria e orientaria a

civilização. Apenas nos deteremos diante de uma das faces do problema, que nos parece não ter sido, ainda, suficientemente considerada: a influência que o aumento da população branca no Brasil, e em geral no Novo Mundo, teria necessariamente, na situação dos negros e dos escravos. Evidentemente, essa influência acarretaria mais cedo ou mais tarde na abolição da escravidão, sem que houvesse a temer nem perturbações nem perigos. Com efeito, se a preponderância, do número pertencesse aos brancos, diminuiriam, naturalmente, os perigos da emancipação dos negros, perigos esses que talvez tenham sido muito exagerados. Aliás, a concorrência do trabalho dos homens livres encarece sempre o trabalho dos escravos e diminui, por conseguinte, as vantagens do sistema escravocrata, tornando a abolição desejada pelos próprios senhores de escravos. (RUGENDAS, s.d., p. 198).

A inserção do imigrante europeu e a abolição da escravidão com o consequente afastamento do negro da composição racial e social do Brasil, resolveriam, portanto, na perspectiva de alguns viajantes o principal problema do Brasil: o brasileiro. O país que conta com grande potencial de recursos naturais a serem explorados, precisaria realizar grandes mudanças no que diz respeito à sua identidade nacional (SOUZA, 2014, p. 217).

Gardner (1975), viajante escocês, é enfático ao afirmar que o atraso e a pobreza do Brasil são decorrentes não de fatores econômicos, mas, devido às próprias características de seu povo, características essas, que o impedem de criar condições para o desenvolvimento da nação. Por isso, Barreiro (2002, p. 78) afirma que há recorrentemente na fala dos viajantes a “necessidade de ordenamento, [...] em consonância com os padrões disciplinares estabelecidos pela modernidade em seus aspectos sociais e culturais”. Padrões esses, evidentemente, estabelecidos pela sociedade europeia. O Brasil seria, portanto, na perspectiva de Souza (2014, p. 221),

o paraíso a ser modernizado; uma modernização que, parte tanto da constatação do atraso nativo quanto da idealização da terra de origem, vista como o estágio a ser atingido pela nação tropical, em uma escala evolutiva cujo percurso é definido pelos viajantes como indispensável.(SOUZA, 2014, p. 221)

Modernização que também seria alcançada a partir dos interesses econômicos os quais já demonstramos, terem sido essenciais para motivar a vinda dos viajantes ao Brasil. A constituição do povo brasileiro, a partir da abolição e da entrada de imigrantes europeus, garantiria a superação do atraso civilizacional e favoreceria o desenvolvimento econômico, já que, na perspectiva de alguns viajantes, como Rugendas (s.d.), a população antes escravizada se tornaria parte da sociedade consumidora do país:

[...] É o Estado quem mais lucrará com a emancipação progressiva dos escravos, pois ela terá por efeito substituir uma população privada de posses, ou pelo menos muito pobre, e que em certas circunstâncias pode tornar-se temível, por uma população remediada, suscetível de contribuir para as

necessidades da sociedade e a defesa do país. [...] Basta refletir sobre quão pequeno é o consumo de produtos da indústria de um povo pobre e escravo e a importância que assume esse consumo no seio de um povo de negros livres. (RUGENDAS, s.d., p. 123-124).

À despeito da pouca ou quase nenhuma credibilidade dada ao brasileiro, houve algumas tentativas de identificar entre as regiões e os habitantes do Brasil, àqueles que melhor representariam o ideal de identidade nacional proposto pelos viajantes. De modo semelhante à construção feita pelos poetas inconfidentes, que encontraram em Minas Gerais o lugar que melhor comporia a nação liberta de Portugal, o mineiro também esteve em evidência em alguns relatos de viagem, como o melhor representante do povo brasileiro:

O mineiro se distingue favoravelmente dos demais brasileiros por uma maior atividade e diligência. Como morador de uma terra interior de clima mais temperado, e com um solo em geral menos generoso do que o das províncias vizinhas, ele se encontra na contingência, e na necessidade, de trabalhar com mais vigor. (TSCHUDI; HALFELD, 1998, p. 107 – Original publicado em 1863).

E completam, “o mineiro é mais ativo e empreendedor, e sua visão é mais ampla, razão pela qual seus preconceitos são menores do que os dos demais brasileiros” (TSCHUDI; HALFELD, 1998, p. 115 – Original publicado em 1863). Essa impressão talvez pudesse ser resultado do acesso à educação recebida pelo povo na província mineira:

Quanto à educação, é justo dizer que Minas Gerais, segundo as estatísticas oficiais, é a primeira de todas as províncias nesse louvável empreendimento. O governo provincial tem feito grandes gastos com o sustento das escolas, e o povo parece ter apreciado o benefício que lhe trazem. (KIDDER E FLETCHER, 1941, p. 170, v.2 – Original publicado em 1845).

Demonstrando menos otimismo em relação à instrução recebida pelos mineiros, bem como, interesse demonstrado pelo povo em desenvolver seu “espírito”, guardadas as devidas considerações temporais, uma vez que, Kidder e Fletcher (1941) estiveram no Brasil já em meados da metade do século, Saint-Hilaire (2011a) comenta episódio vivido por ele em Minas Gerais:

A cerca de suas léguas e meia do ribeirão encontrei o Rio Grande, que se atravessa sobre uma ponte de madeira, e cujo pedágio é arrecadado pela Fazenda Real. Apresentei meus documentos ao homem encarregado de receber o dinheiro dos viajantes e ele me deixou passar livremente. Sua mulher e filhas, ao avistarem os insetos espetados em meu chapéu e as plantas que saíam de minha pasta, mostraram o maior espanto. “Não são os mineiros, diziam elas, que têm tanto desejo de aprender. Nós outros, não nos preocupamos com todas estas coisas, não passamos de ignorante e brutos”. Durante todo o tempo que viajei em Minas ouvi repetir por toda parte semelhantes conceitos e não posso deixar de consignar que, até certo ponto, vêm em abono dos mineiros. Pode esperar-se que aqueles que se

envergonham de sua ignorância, dela procuram logo sair. (SAINT-HILAIRE, 2011a, p. 51 – Original publicado em 1849).

Rugendas (s.d.), por sua vez, atribui ao mineiro a invocação primeira do “espírito” da independência, julgando ser a Inconfidência Mineira o marco inicial desse processo:

[...] Ora, nessa época, que os brasileiros chamam com ênfase “tempo da Inconfidência”, havia na Fazenda Borda do Campo frequentes conferências entre os principais habitantes da região; e, embora tenham sido descobertas, e muitos conspiradores presos e punidos, é indubitável que essas reuniões, em que se verificava o nascimento do espírito da independência dos brasileiros, principalmente dos mineiros, contribuíram mais tarde, fortemente para mantê-lo vivo e propagá-lo. (RUGENDAS, s.d., p. 33).

Trazendo à baila o papel dos paulistas na ocupação de Minas Gerais, à semelhança do poeta Cláudio Manuel da Costa, que no século anterior enalteceu os bandeirantes como representantes essenciais para a construção do caráter nacional brasileiro, Auguste de Saint-Hilaire (1937) relata:

Quando sabemos, por experiência própria, quantos percalços, privações e perigos esperam, ainda hoje, o viajante que se aventura nessas regiões longínquas, e em seguida lemos a descrição pormenorizada dessas intermináveis andanças dos antigos paulistas, sentimo-nos tomados de estupefação e quase somos tentados a acreditar que pertenciam a uma raça de super-homens. (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 27, v.1 – Original publicado em 1842).

Auguste de Saint-Hilaire é lembrado por Richard Burton (1983) por comparar a personalidade dos paulistas e mineiros. O francês, que tendo vivido alguns anos em Minas Gerais, afirma, segundo Burton (1983) que sentiu falta da cordialidade do mineiro ao deixar a província. O inglês, no entanto, diz que não enxerga o paulista da mesma forma, sua cordialidade estaria no fato de receberem melhor o estrangeiro que os primos mineiros:

Saint-Hilarie, que se tornou quase mineiro, achou falta de cordialidade quando deixou Minas. Minha experiência é contrária à dele. O paulista, ainda que reservado, fica mais à vontade com os estrangeiros que o seu primo. O último pode ser definido como “acanhado”, termo que corresponde, mais ou menos, ao inglês *shy*. Há uma aflitiva dose de cerimônia que nos transporta à primitiva meticulosidade do Minho e do Douro. Ambas as províncias são igualmente hospitaleiras, ambas detestam a falta de maneiras e ambas preferem o sistema francês de etiqueta ao inglês – com a diferença que tinham há um século. Mas na estrada o paulista tira o chapéu, dá um cordial bom-dia e responde de boa mente a todas as perguntas. O mineiro encara-nos antes de tocar o seu chapéu e frequentemente sua mão fica suspensa entre a sela e a cabeça, calculando infantilmente se o estrangeiro quer ou não retribuir o cumprimento. Algumas vezes olharam-se carrancudos e irritados, as mulheres ficavam impedidas toras as esperanças de intercâmbio. Isso, porém, foi azar meu. (BURTON, 1983, p. 130, v.2).

Mawe (1978) também lembra em suas *Viagens ao interior do Brasil*, o papel dos paulistas na ocupação do território das Minas Gerais, enaltecendo as adversidades por eles enfrentadas, especialmente no enfrentamento com os temidos Botocudos. De passagem por Vila Rica ele relata:

[...] Parece que esta montanha, outrora tão rica, foi descoberta pelos paulistas, que, dentre todos os desbravadores do Brasil, foram os que mais conservaram o espírito empreendedor e o zelo ardente e infatigável que caracterizavam os portugueses de outrora. Os paulistas, partindo da sua capital, penetram nestas regiões, arrostando todos os perigos, e afrontando todos os obstáculos que se lhes deparavam, em território selvagem, habitado por homens ainda mais selvagens. Abriram caminho através de matas impenetráveis, carregando suas provisões, cultivando, de quando em quando, pequenos espaços de terra, que lhes fornecessem alimentos em caso de necessidade e também lhes servissem para entreter comunicações com São Paulo. Cada polegada de terreno lhes foi disputada pelos índios, aqui denominados botocudos, que os atacavam com furor ou lhes armavam ciladas. (MAWE, 1987, p. 125 – Original publicado em 1812).

Paulistas e mineiros também são colocados na dianteira da busca pela identidade nacional do povo brasileiro na obra de Rugendas (s.d). Nesse caso, entretanto, embora o viajante concorde que os paulistas, no papel de bandeirantes, tenham tido papel essencial na ocupação do território de Minas Gerais, ele explica que esse movimento de migração, que também trouxe gente de outras regiões do país e do exterior, fora motivado pela fuga de criminosos e pela busca do enriquecimento rápido, o que comprometeu o caráter e a reputação dos mineiros:

As diferenças que se observam entre o caráter dos habitantes de Minas Gerais, chamados mineiros, e o dos paulistas são grandes; poderíamos estranhá-las, principalmente considerando que boa parte da população da primeira dessas províncias veio de São Paulo. No entanto, essas diferenças se explicam pela imigração de aventureiros de todos os países. A imensa abundância de ouro em Minas Gerais, o lucro fácil que dava outrora esse metal, não podiam deixar de provocar consequências bastante prejudiciais ao caráter dos mineiros: a ociosidade e a prodigalidade, que andam de par com inúmeros desmandos. É preciso acrescentar a isso outras circunstâncias também prejudiciais: a afluência de vagabundos de todas as partes do Brasil, a proibição de exportar o ouro e os diamantes para fora da província, etc. Dessas medidas resultaram fraudes, crimes e violências; não é de espantar, portanto, tenha o povo de Minas Gerais uma reputação duvidosa. (RUGENDAS, s.d., p. 131).

Parecendo esquecer-se dos atributos dos paulistas na ocupação do sertão mineiro, em outro momento, Saint-Hilaire (2000) retrata o modo como esses homens realizaram essa empreitada. De modo menos heroico, ele pondera:

Segundo me disseram, os primitivos habitantes do Sertão oriental foram paulistas que fugiram depois da derrota do Rio das Mortes. Encontraram a

região habitada por tribos indígenas; exterminaram-nas, e alguns se misturaram com seus fracos restos. Exploradores de ouro, desiludidos das esperanças concebidas, ficaram, sem dúvida, também no Sertão, para não terem a fadiga de voltar sobre seus passos. Enfim, estou persuadido de que essa região deserta frequentemente serviu de asilo a criminosos perseguidos pela justiça. (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 308 – Original publicado em 1837).

Por essa razão, não se pode, segundo o francês, o governo brasileiro deixar de observar de perto os habitantes do *sertão*. Pois, esses carecem de recorrente instrução moral e, a educação deve ser uma prioridade conforme sinalizaram Kidder e Fletcher (1941). Caso contrário, em razão das adversidades enfrentadas pelos moradores dessas regiões interioranas, tal qual experimentaram os bandeirantes séculos antes, podem ser levados a viver à revelia das leis. Por isso, Saint-Hilaire (1874, p. 108) reforça que, se “[...] o governo brasileiro quer que os habitantes dos sertões do interior não caiam na mais completa barbaria, é preciso que zele por sua instrução moral”.

Para garantir essa instrução moral, Saint-Hilaire (2000) entende que a presença da religião nos lugares mais distantes do país é essencial. Aliada à instrução moral, a religião serviria para minimizar o embrutecimento do sertanejo, reestabelecendo sua dignidade. Tendo em vista que, na opinião do francês, o caráter do povo do sertão já se aprimorou com o passar do tempo:

Tudo o que precede prova que, se os sertanejos não mais cometem grandes crimes, e que, enervando-os o calor do clima abrandou seus costumes, pouco realmente ganharam quanto a civilização. A prostração que sucede à agitação febril não significa saúde. O povo do deserto é atualmente bom, hospitaleiro, caridoso, pacífico, mas essas virtudes são apenas o resultado de seu temperamento e deixa-se levar por ele sem esforço e como que por instinto. Estranhos a ideias elevadas e combinações generosas, quase que completamente estranhos, mesmo, ao exercício das faculdades intelectuais, os sertanejos levam uma existência animal e não saem de sua apatia senão para entregar-se às voluptuosidades mais grosseiras. Só uma instrução sólida, religiosa e moral, poderia arrancá-los a essa espécie de embrutecimento, elevar seu espírito e restituí-los à dignidade de homens. (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 309 – Original publicado em 1837).

A instrução do povo, sendo ou não habitante do sertão, deveria perpassar, na opinião de John Mawe (1978) pelo aprimoramento intelectual, e não religioso como aponta Saint-Hilaire (2000). Afinal, o viajante e comerciante inglês, entende que a ciência poderia fornecer a instrução necessária ao povo para que pudesse, adequadamente, conduzir o desenvolvimento do país. Aliando, nesse sentido, a construção do caráter e melhoria dos “hábitos” da população à instrução intelectual, que juntos, seriam amplamente sentidos na prosperidade da nação:

Que objeção se poderá formular contra uma medida igualmente proveitosa aos súditos do Estado? A mais estreita política não encontraria pretexto para

conservar um povo na ignorância, porque ser instruído é ser útil, e a menor parcela de instrução dada aos súditos redundará em proveito do Estado. Não há dúvida que os ministros atuais da Corte do Rio de Janeiro, todos homens instruídos e amigos das ciências, se esforçarão por divulgá-las entre um povo capaz de cultivá-las com êxito e de tirar delas partido útil. Poder-se-á, com a introdução desta medida, iniciar uma mudança total nos costumes, no caráter e nos hábitos dos brasileiros: a instrução seria proporcionada a todas as classes; a emulação vibraria entre elas, e os conhecimentos úteis transmitidos de pais a filhos não tardariam a se generalizar. Seria a verdadeira base da prosperidade do país, tão rico de produtos naturais e, ao mesmo tempo, tão abandonado por falta de habitantes esclarecidos e industriais. (MAWE, 1987, p. 188 – Original publicado em 1812).

De modo geral, observa-se que a construção da identidade nacional, que fora também uma preocupação no século anterior, externalizada pelos poetas envolvidos na Inconfidência Mineira, assim como, perdurou no século XX enquanto uma necessidade de consolidação dos ideais republicanos, esteve sempre atrelada às questões raciais e geográficas, que buscaram na exuberância do meio natural, suprir a ausência de um povo que satisfatoriamente representasse a nação brasileira.

Por isso, evidentemente, encontramos tanta resistência nos relatos de viagem no que se refere às questões raciais. A miscigenação, entre portugueses, índios e negros não era bem aceita, justamente por resultar em uma raça “inferior”. Paralelamente, verificamos sucessivas tentativas de incluir o imigrante europeu nessa relação, como uma alternativa à questão racial. Como pano de fundo para esse cenário, o meio natural revela-se, ora como solução e ora como problema. De onde são provenientes os recursos necessários ao avanço do país, mas, que agressivamente se apresenta como inibidor do desenvolvimento social e intelectual do povo brasileiro.

Considerações Finais

O caminho percorrido por essa tese foi longo. Se por um momento procuramos encontrar no *pensamento geográfico* dos viajantes do século XIX sua visão de mundo sobre o Brasil e, especificamente, sobre Minas Gerais, entendemos que essa trajetória não se consolidaria sem um retorno ao século anterior. As *Minas Gerais*, reconhecidas e procuradas por interesses diversos, desde o *ciclo do ouro* ou a *Inconfidência Mineira*, foram novamente (re)descobertas no século XIX, delineando caminhos por onde passaram os viajantes e abrindo novas possibilidades de interpretação sobre seu território que não se esgotariam facilmente.

A importância econômica de Minas Gerais não tardou a ser percebida por Portugal, e o *ciclo do ouro* traria para essa capitania riquezas que muitos países jamais experimentaram. Na mesma medida, essas riquezas seriam retiradas desse território e despertariam a cobiça de grandes potências imperialistas nos séculos que se seguiram. O *valor das Minas Gerais* que foi, sem demora, exaltado pelos poetas inconfidentes no século XVIII, novamente se revelou aos viajantes do século seguinte, fossem cientistas, naturalistas, comerciantes ou imigrantes que, uma vez mais, revelariam em seus textos as riquezas minerais e o caráter de seu povo.

Entendemos que se a capitania de Minas Gerais havia despertado o interesse da Coroa Portuguesa, bem como, dos poetas inconfidentes, seria esse território o ponto de partida da jornada que nos levaria ao encontro das dezenas de relatos de viagem produzidos sobre o Brasil. Surpreendemo-nos, entretanto, com a quantidade de relatos e produções científica exclusivamente sobre Minas Gerais.

O maior desafio talvez tenha sido, como sinalizado no decorrer do trabalho, encontrar a metodologia mais adequada para organizar o material levantado e, posteriormente, analisá-lo de modo que os viajantes pudessem ser os verdadeiros interlocutores no texto. Compreendemos a partir de então, que os relatos e as publicações científicas convergiam para alguns critérios comuns: os interesses diversos sobre o território, tanto científicos, como, econômicos, comerciais ou diplomáticos; e, a dualidade entre a exuberância da paisagem e a incapacidade do povo que nela habita. Assim, definimos que o modo mais coerente de organizar o material seria separando-o por esses critérios e, relacionando-os, às categorias geográficas de *paisagem* e *território*, essenciais para compor o arcabouço teórico necessário à tese.

Após sua análise, constatamos que o material levantado atendeu ao nosso propósito: revelar a visão de mundo do viajante estrangeiro sobre o Brasil, sobre Minas Gerais, que, evidentemente, convergiam para sustentar nossa tese de que essa visão estaria

relacionada à exploração do território e seus recursos, especialmente minerais, colocando o Brasil, mais uma vez, na condição de exportador de matérias-primas.

Aliado a isso, os discursos dos viajantes estariam impregnados de *preconceitos* sobre o país e o povo, sempre subjugado, em condição intelectual e civilizacional inferiores, colocado como elemento pomenorizado diante da exuberância da natureza e da disponibilidade de recursos por ela fornecidos, passíveis de exploração, mas, que seguiam intocados ou mal utilizados diante da indolência e incapacidade do brasileiro.

Evidentemente, uma alternativa a essa questão se faria presente em diversos relatos: a imigração europeia para o Brasil. O imigrante, figura glorificada, desde que não o português, raiz dos males do povo brasileiro, cumpriria com sua vinda ao Brasil papel duplamente importante: substituiria a mão-de-obra escrava, viabilizando de uma vez por todas a modernização do território e resolveria o problema da miscigenação, que comprometera, segundo àquela percepção, severamente a questão racial no país.

Por certo observamos que a escravidão fora relatada, em muitos momentos, como a exploração do outro mais perversa e atroz já experimentada pelo ser humano. Em muitos viajantes, essa questão tornou-se imperativa e, assim como vimos em Humboldt, viajante que serviu de inspiração para outros que o sucederam, deveria ser resolvida. Para outros, entretanto, a abolição deveria ser vista com cautela, pois, poderia levar à exaustão todo o sistema econômico brasileiro, extremamente dependente desse tipo de mão-de-obra, tanto na exploração mineral, como na agricultura.

Com a questão racial trazida à baila, o século XIX vivenciaria debates como o *branqueamento*, as teorias evolutivas e sua aplicação social. Não deixaríamos de observar, nesse interim, o posicionamento dos viajantes sobre a construção da identidade nacional. Essa identidade perpassaria pela necessidade de modernização do território, que deveria ser conduzida, como já sinalizamos, pelo europeu. Não se poderia descartar, entretanto, o mineiro, o bandeirante paulista e até mesmo o indígena como elementos formadores importantes para a construção da nacionalidade brasileira.

Destaca-se que, à exceção do material não encontrado para análise ou, aqueles que não possuíam os temas aqui dispostos para a discussão (destacados em **negrito** no Apêndice A ao final da tese), os discursos analisados convergiam para fins semelhantes, em que a o território, a paisagem e o povo, constituíram os eixos centrais dos relatos e produções dos viajantes estrangeiros que estiveram em Minas Gerais no século XIX.

Propusemo-nos a desenvolver o trabalho em quatro capítulos que, inicialmente deveriam traçar os rumos da pesquisa, para que, nos últimos adentrássemos da análise dos relatos de viagem propriamente. Assim, o primeiro capítulo objetivou abordar a construção da nacionalidade brasileira, bem como, situar a importância de Minas Gerais nesse debate, que,

desde a Inconfidência Mineira, colocou o estado como um ponto de convergência na busca pela construção dessa nacionalidade.

O segundo capítulo, por sua vez, intentou desvendar as viagens e seus atores, seus propósitos e intencionalidades. Partimos do pressuposto que, de modo geral, os viajantes do século XIX foram especialmente influenciados por duas figuras centrais no contexto daquele século: Alexander von Humboldt e Charles Darwin. O primeiro, responsável por inaugurar um método completamente inusitado de investigação científica, que reunia, para além da descrição sistemática, a contemplação da paisagem, responsável por inúmeras contribuições em diversas áreas do conhecimento, entre as quais, a Geografia.

Influenciados por Humboldt, identificamos por exemplo, Spix e Martius, que, embora movidos pelo espírito cientificista do século em questão, construíram uma narrativa que em muito se distanciava do mecanicismo inerente à ciência e ao método positivista. Em um polo oposto, e representando as características essenciais desse modo de fazer científico, marcado pela descrição exaustiva e minuciosa, que partia da observação rigorosa das etapas delimitadas para a pesquisa, esteve Charles Darwin, acompanhado por dezenas de outros viajantes aqui elencados e que construíram seu trabalho com base nessa premissa.

Entendendo ainda a necessidade de compreender as viagens ao Brasil como resultado de interesses geopolíticos que partiam das principais potências imperialistas do século XIX, como Alemanha, França e Inglaterra, e os motivos que despertaram nessas potências o interesse por Minas Gerais, procuramos organizar no texto e no mapeamento dos roteiros das viagens seu propósitos e regiões que, preferencialmente, foram visitadas, separando-as por décadas ao longo de todo o século. Observamos com isso, que os propósitos variaram do início para o final do século XIX e que, de modo geral, as viagens cobriram a região central do estado, onde estavam disponíveis as maiores riquezas minerais do estado, estendendo-se para o Norte e Oeste em algumas ocasiões específicas.

Os dois últimos capítulos, por sua vez, foram construídos objetivando fundamentar a tese de que o potencial mineral das Minas Gerais foi, repetidamente, desde a Inconfidência Mineira, apontado como estratégico para o desenvolvimento econômico da Província e, evidentemente, do país. Para alcançar esse objetivo, recorreremos à dois conceitos geográficos centrais que pudessem alinhar os relatos e convergir para um mesmo fim: o entendimento de que as potencialidades existentes no Brasil residiam nas riquezas a serem exploradas em seu *território*, bem como, na exuberância de sua *paisagem*.

A paisagem, visitada sob diferentes olhares, foi relatada ora por uma perspectiva romântica, tal qual propôs Humboldt, ora sob a descrição sistemática de suas características, como fez Darwin. Mas, observamos que a mesma foi insistentemente vista como recurso natural a ser explorado. A exuberância da natureza não deixou, entretanto, de contrastar com

a aspereza do povo e dos aspectos sociais que envolviam as relações humanas no país, especialmente àquelas advindas da escravidão.

O território, por sua vez, quase sempre relatado a partir das riquezas minerais e naturais dispostas sobre ele, foi espaço de cobiça e materialização de interesses econômicos e políticos, que, tendo o propósito de apropriar os recursos naturais disponíveis, transformaram os viajantes em “sujeitos concretos na produção do espaço”, representantes de interesses que pertenciam à outra Nações, especificamente, as grandes potências imperialistas do século XIX.

Nesse sentido, identificamos nos relatos e material produzido pelos viajantes, fossem relatórios oficiais ou obras que beiravam à literatura, a recorrente “vocação” do Brasil como país exportador de matérias-primas, o que definiria, uma vez mais, seu lugar no *sistema-mundo*. Por isso, entendemos a importância de resgatar os discursos e esclarecer o papel dos muitos viajantes que ao longo do século XIX transitaram por Minas Gerais, no sentido de revelar sua incessante busca por registrar, quantificar e qualificar suas potencialidades naturais, riquezas e, evidentemente, possibilidades de apropriação e exploração do território.

No decorrer dessa tese entendemos que o discurso do viajante estrangeiro serviu para reforçar a *visão de mundo do europeu sobre o Brasil*, em especial, acerca de seu papel como produtor e fornecedor de matérias-primas e recursos naturais aos países que estavam na dianteira da civilização no mundo. Além disso, seriam esses países os mais aptos e, por isso, responsáveis por conduzir o processo de industrialização e exploração desses recursos, tendo em vista que, o brasileiro não estava preparado para fazê-lo. Por essa razão, mesmo que o processo de modernização trazido pelo europeu fosse implementado no território brasileiro, ele deveria ser adequado e conduzido pelo próprio europeu.

Por isso, reiteramos que os viajantes estrangeiros no país construíram uma *visão de mundo sobre o território brasileiro e sua paisagem* diretamente relacionada com a potencialidade econômica que poderiam oferecer. Assim, os recursos naturais seriam indispensáveis para garantir o desenvolvimento econômico do Brasil no século XIX e na atualidade. Nesse processo, a presença do europeu seria duplamente essencial: para *construir a visão de mundo* sobre o Brasil no exterior e para *conduzir o processo de modernização* do país, servindo como um *agente da modernidade*, frente um povo e um país que não dispunham da habilidade de utilizar os recursos naturais disponíveis em seu próprio favorecimento ou das Nações que esperavam se beneficiar deles.

Minas Gerais aparece nesse contexto como um território que deveria ser valorizado em razão da oferta de recursos naturais disponíveis. Historicamente, a valorização desses recursos já fora apontada por dirigentes da capitania mineira e exaltada em verso pelos poetas inconfidentes que enxergavam a região como indispensável para a construção da Nação

independente por eles almejada. No decorrer do século XIX, com a vinda dos viajantes estrangeiros, observamos que o interesse pela região mineradora foi revisitado.

Portanto, entendemos que para além da importância econômica dos recursos minerais e das paisagens que habilmente poderiam ser transformadas, com auxílio dos europeus, evidentemente; Minas Gerais constituiu-se, historicamente, como um dos pilares de sustentação da nacionalidade brasileira, elevando o mineiro e sua *mineiridade*, o *território* e suas riquezas, a *paisagem* e suas belezas, ao cerne da construção da identidade nacional.

Referências

Textos de viajantes

AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth. **Viagem ao Brasil: 1865-1866**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

BERNÁRDEZ, Manuel. **O coração do Brasil**. Rio de Janeiro: João Leite, 1922.

BINZER, Ina von. **Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

BRANNER, John Casper. **Geologia Elementar com referência especial aos Estudantes Brasileiros e à Geologia do Brazil**. 2.ed. Rio de Janeiro: FRANCISCO ALVES & CIA., 1915. <https://doi.org/10.5962/bhl.title.15770>

BUNBURY, Charles James Fox. **Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.

BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais visando especialmente a história natural dos distritos auríferos e diamantíferos**. Manoel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt (Tradução). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980.

BURTON, Richard. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

_____. **Viagens aos planaltos do Brasil**. 3v. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

CALDCLEUGH, Alexander. **Viagens na América do Sul: extrato da obra contendo relato sobre o Brasil**. Julio Jeha (Trad.). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2000.

CANSTATT, Oscar. **Brasil: a terra e a gente**. Eduardo de Lima e Castro (Trad.). Brasília: Senado Federal, 2002.

CASTELNAU, Francis de. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1949. 2 Tomos.

COURCY, Ernest de Visconde. **Seis semanas nas minas de ouro do Brasil**. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

DELESSERT, Eugène M. **Voyages dans les deux océans Atlantique et Pacifique: 1844 a 1847. Brésil, États Unis, Cap de Bonne-Espérance, Nouvelle-Hollande, Nouvelle-Zélande, Taïti, Philippines, Chine, Java, Indes Orientales, Égypte**. Franck Libraire: Paris, 1848.

DERBY, Orville Adelbert. **Atas das sessões, até a décima terceira**. In.: Revista do Instituto Histórico e Geographico, São Paulo, 1895, v.01, pp. 172-174.

_____. **Atas das sessões, até a décima terceira.** In.: Revista do Instituto Histórico e Geographico, São Paulo, 1895, v.02, pp. 197-219.

_____. **Observações sobre algumas rochas diamantíferas de Minas Geraes.** Archivos do Museu Nacional. Rio de Janeiro, v. IV, Rio de Janeiro, 1881, pp. 121-132.

DENIS, Jean Ferdinand. **Brasil.** João Etienne Filho e Malta Lima (Trad.). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980.

D'ORBIGNY, Alcide. **Viagem pitoresca através do Brasil.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1976.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Extracto de huma memoria sobre a decadencia das minas de Ouro da capitania de Minas Gerais.** Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1816.

_____. **Notícias e reflexões estadísticas a respeito da província de Minas Gerais.** Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1825.

_____. **Pluto Brasiliensis.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1979. 2v.

_____. **Brasil, Novo Mundo.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996. 2v.

_____. **Jornal do Brasil (1811-1817) ou Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas.** Friedrich E. Renger, Tarcísia Lobo Ribeiro e Gunter Augustin (Tradução). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

FABRICATORE, Carlo. **Viagem à nova capital.** Jornal "Minas Geraes", Belo Horizonte, 25 de Dez., 1894.

FELDNER, Wilhelm Christian Gotthelf von. **Reisen durch mehrere Provinzen Brasiliens.** Legnica: G. W. Lconhardt, 1828.

FORREST, Archibald Stevenson. **A tour throught South America (1912).** In.: BRUNO, Ernani da Silva. Memória da Cidade de São Paulo: depoimento de moradores e visitantes, 1553-1958. São Paulo: Prefeitura Municipal/DPH, 1981, p. 172-173.

FREIREYSS, G. Wilhelm. **Viagem ao interior do Brasil.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1982.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil Viagens no Brasil. Principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841.** Milton Amado (Tradução). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1975.

GERBER, Henrique. **Noções geográficas e administrativas da Província de Minas Gerais.** (Org.) Friedrich Renger. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

GORCEIX, Henri. Prefácio. **Anais da Escola de Minas de Ouro Preto**, n. 1, p. III-VII, 1881.

_____. Estudo chimico e geológico das rochas do centro da província de Minas Geraes: arredores de Ouro Preto. n. 1, p. 01-13, 1881.

HADFIELD, William. **Brazil and the River Plate in 1868**. Londres: BATES, HENDY AND CO., 1869.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. **Atlas e Relatório concernente à exploração do Rio de S. Francisco desde a Cachoeira da Pirapora até ao Oceano Atlântico levantada por ordem do governo de S.M.I. o Senhor D. Pedro II pelo Engenheiro Civil Henrique Guilherme Fernando Halfeld, em 1852, 1853 e 1854 e mandado Litographar Lithographia Imperial de Eduardo Rensburg**. Rio de Janeiro, 1860.

HARTT, Charles Frederick. **Geologia e Geografia Física do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1941.

HASENCLEVER, Ernst. Diários de viagem. In.: **Ernst Hasenclever e sua viagem às províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Débora Bendocchi Alves (Org.). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2015.

HERVE, Sébastien Joseph Denis de. **Notice sur le gisement et l'exploitation du diamante dans la province de Minas Geraes au Brésil, par Sébastien-Joseph Denis de Herve (province de Liège), ex-administrateur-ingénieur de la compagnie brésilienne, União-Mineira**. Boletim da Academia Royal de Ciências, Bruxelas, p. 133-148, 1840.

HEUSSER, Christian; CLARAZ, Georg. Physikalische und Geologische Forschungen in Innern Brasiliens. In.: **MITTHEILUNGEN AUS JUSTUS PERTHES' GEOGRAPHISCHER ANSTALT ÜBER WICHTIGE NEUE ERFORSCHUNGEN AUF DEM GESAMTGEBIETE DER GEOGRAPHIE VON DR A. PETERMANN**. Berlim: Gotha: Justus Perthes, 1859.

HILL, Christopher. Introdução. In.: **Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil: do Rio de Janeiro ao Maranhão**. Myriam Ávila (Tradução). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

HINCHLIFF, Thomas Woodbine. **South american sketches; or a visit to Rio Janeiro, the Organ Montains, La Plata and the Paraná**. Londres: Longman, Green, Longman, Roberts & Green, 1863.

KIDDER, D. P; FLETCHER, J.C. **O Brasil e os brasileiros**. São Paulo: Nacional, 1941. 2v.

KLUMB, Henri. **Doze horas em Diligência: Guia do Viajante de Petrópolis a Juiz de Fora**. Rio de Janeiro: Photographia Klumb e Casa do Editor J.J da Costa Pereira Braga, 1872.

KOTTE, Karl Friedrich. **O Brasil e sua importância para a emigração alemã. Considerando-se especialmente a Colônia de Mucuri na província de Minas Gerais**. Stéfano Paschoal (Tradução). Leipzig: Voigt & Günther, 1855.

LANGLET DUFRESNOY, Mme. **Quinze ans au Brésil ou excursions a la Diamantine**. Bordeaux, Imprimerie de G. Chariol, 1861.

LANGSDORFF, Baronne E. de. **Journal de la Baronne E. de Langscorff relatand son voyage au Brésil à l'occasion du mariage de SAR. Le Prince de Joinville 1842-1843**. Paris, Les Amis des Musées de la Marine, 1954.

LANGSDORFF, Georg Henrich von. **Os Diários de Langsdorff** [online]. Márcia Lyra Nascimento Egg (Tradução). Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. 400 p. Vol. 1. Disponível em <http://books.scielo.org>. Acesso em: 09 de março de 2019.

LATTEUX, Paul. **A travers le Brésil: au pays de l'or et des diamants**. Paris: Aillaud, Alves, 1910. 430p. il.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Milton da Silva Rodrigues (Tradução). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1975.

MARC, Alfred. **Lé Brésil: excursion a travers ses 20 provinces**. Paris: *Journal Le Brésil*, 1890.

MARTIN, Percy F. **Through Five Republics (of South America). A Critical Description of Argentina, Brazil, Chile, Uruguay and Venezuela in 1905**. Londres: William Heinemann, 1905.

MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Selena Benevides Viana (Tradução). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1978.

MULHALL, George Michael. **Handbook of Brazil**. Buenos Aires: Standard Editora, 1877.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem ao interior do Brasil**. Milton Amado e Eugênio Amado (Tradução). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1976.

ROY, Just Jean Étienne. **Le'Empire du Brésil souvenirs de voyage**. França: Alfred Mame et Fils Éditeurs, 1875.

RUGENDAS, Johann Moritz. **Viagem pitoresca através do Brasil**. São Paulo: Editora Círculo do Livro, s.d.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás**. São Paulo: Ed. Nacional, 1937.

_____. **Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1974.

_____. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2000.

_____. **Segunda viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Vivaldi Moreira (Tradução). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2011a.

_____. **Quadro geográfico da vegetação primitiva na Província de Minas Gerais**. Cleonice Paes Barreto Mourão (Tradução). Belo Horizonte: Fino Traço, 2011b.

SELYS LONGCHAMPS, Walthère de. **Notes d'un voyage au Brésil**. Muquardt: Bruxelles, 1875.

SPIX, Johann Baptis von; MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. Lúcia Furquim Lahmeyer (Tradução). 3v. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.

SCULLY, William. **Brazil: its provinces and chief cities**. London: Murray and Co., 1868.

TAUNAY, Thomaz Marie Hippolyte. **Notice historique et explicative du panorama de Rio de Janeiro**. Paris: Chez Nepveu – Libraire, 1824.

TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do Agricultor Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TSCHUDI, Johann Jakob von. **Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. Eduardo de Lima Castro (Tradução). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980.

_____.; HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. **A província brasileira de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

_____. **Viagens através da América do Sul**. Friedrich E. Renger e Fábio Alves Júnior (Tradução). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2006.

WALSH, Robert. **Notícias do Brasil**. Regina Régis Junqueira (Tradução). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1985. v.1.

_____. **Notices of Brazil in 1828 and 1829**. London: Frederick Westley and A. H. Davis, 1830. v.2.

WARMING, Eugen. **Lagoa Santa e a vegetação dos cerrados brasileiros**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1973.

WEECH, J. Friedrich von. **A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial**. Débora Bendocchi Alves (Tradução). São Paulo: Martins Fontes, 1992.

WELLS, James William. **Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil: do Rio de Janeiro ao Maranhão**. Myriam Ávila (Tradução). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. 2v.

WIED-NEUWIED, Alexander Philipp Maximilian Zu. **Viagem ao Brasil**. Edgar Sussekund de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo (Tradução). São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940.

WRIGHT, Marie Robinson. **The new Brazil. Its resources and attractions historical, descriptive, and industrial**. Estados Unidos: George Barrie's Sons, 1907.

Bibliografia analítica

ABRÃO, Janete. As fontes na pesquisa histórica [fontes primárias e fontes secundárias; história oral; história quantitativa e serial. In.: ABRÃO, Janete. **Pesquisa e história**. Porto Alegre: EDIPURCS, 2002. p. 21-36.

ABREU, S. Froes. **The Mineral Wealth of Brazil**. *Geographical Review*. Vol. 36, No. 2 (Apr., 1946), pp. 222-246. <https://doi.org/10.2307/210877>

ANDRADE, Manoel Corrêa. **Espaço polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional**. São Paulo: Atlas, 1983, 5 ed. 120p.

ANDRADE-LIMA, D. de. 1978. **Vegetação**. In **Bacia do Parnaíba: aspectos fisiográficos**. (R.C. Lins, ed.). Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife, p.131-135.

ALVES, Débora Bendocchi. **A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial: apresentação**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **Ernst Hasenclever Viagem do Rio de Janeiro a São Paulo (1837-1844)**. Revista Espaço Plural: Paraná, Ano IX, nº 19, p. 83-94, 2008.

_____. **Uma região mineradora. Minas Gerais, Brasil, segunda metade do século XIX**. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Colloques, mis en ligne le 10 mars 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/67741> ;DOI:10.4000/nuevomundo.67741. Acesso em: 14 de abril 2019. <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.67741>

ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza. **Geografia e Geopolítica na Formação Nacional Brasileira Everardo Adolpho Backheuser**. 274f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro, 2000.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à Filosofia**. São Paulo: Moderna, 2003.

ARAÚJO, Kárita de Fátima. **Os Inconfidentes nas Minas Gerais: uma relação entre a geografia e a Literatura Setecentista de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto**. 190f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2014.

ARNAUD Julien Pallière. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22523/arnaud-julien-palliere>>. Acesso em: 14 de Out. 2018. Verbete da Enciclopédia.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Mitologia da Mineiridade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

ÁVILA, Myriam. **O sertanejo de Wells em Euclides da Cunha**. O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira, Belo Horizonte, v. 8, 2002, p. 15-23. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/poslit>. Acesso em 19 de Junho de 2017.

BARBOSA, Sebastião Cláudio. Interdisciplinaridade, ideologia e ciência. In: **Antítese, Marxismo e Cultura Socialista**. Goiânia, nº 04, outubro de 2007.

BARBOSA, Tulio. **Estética Romântica Germânica e a Paisagem em Humboldt: percurso da geografia**. 2011. 334f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

BARBOSA, Octávio. **Diamante no Brasil: histórico, ocorrência, prospecção e lavra**. Rio de Janeiro: CPRM, 1991.

BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência**. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.
<https://doi.org/10.7476/9788539303144>

BESSA, Kelly. **A gênese do urbano no triângulo mineiro: os núcleos de povoamento e a rede de arraiais do século XIX**. Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium, Ituiutaba, v. 4, n. 2, p. 509-528, jul./dec. 2013.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.623, DE 1º DE AGOSTO DE 1905**. Concede autorização à *The São Bento Gold Estates, Limited*, para continuar a funcionar na Republica. Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1905, 17º da Republica. Disponível em: <
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-5623-1-agosto-1905-525322-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 24 de Março de 2019.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Editora Cultrix, 1980.

BRANDÃO, Edson; ARAÚJO, Maria Marta. Hasenclever: um olhar panorâmico sobre a paisagem oitocentista ou uma curiosa travessia do Rio de Janeiro a Minas Gerais. In.: **Ernst Hasenclever e sua viagem às províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Org.: ALVES, Débora Bendocchi. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2015.

BROWNE, Janet E. **Charles Darwin: viajando**. Tradução: Gerson Yamagami. São Paulo: Ed. Unesp, 2011, 772p.

CALAES, G. D.; OLIVEIRA, L. C. A Estrada Real e a transferência da corte portuguesa. In: **A Estrada Real e a transferência da corte portuguesa: Programa Rumys - Projeto Estrada Real**. Rio de Janeiro: CETEM/MCT/CNPq/CYTED, 2009. p.21-46.

CÂMARA, José de Sá Bitencourt. “**Memória Mineralógica do terreno mineiro da Comarca de Sabará**”. RAPM, ano II, fasc. 04 (outubro/dezembro), 1897, p. 599-609.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos**. São Paulo: Martins, 1959.

CARNEIRO, Henrique. **O múltiplo imaginário das viagens modernas: ciência, literatura turismo**. *História: Questões e Debates*, v.6. Curitiba: UFPR, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **A escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

_____. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Ouro, terra e ferro: marcas de Minas. In.: STARLING, Heloisa Maria Murgel;

CARDIA, Gringo; ALMEIDA, Sandra Regina Goulart; MARTINS, Bruno Viveiros (orgs.). **Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

CASTRO, D.G. **Significados do conceito de paisagem**. VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2004, Goiânia. Setenta Anos da AGB: as transformações do espaço e a geografia do século XXI. Goiânia: UFG/AGB, 2004.

CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAVES, Mário L.; CHAMBEL, Luís. **Diamante: a pedra, a gema, a lenda**. São Paulo: Oficina de Textos, 2003. 231p.

CHAVES, Edneila Rodrigues. **Hierarquias sociais na Câmara Municipal em Rio Pardo (Minas Gerais, 1833-1872)**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CLAVAL, Paul. **História da Geografia**. Lisboa: Edições 70, 2015. 140p.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1956. Parte I, t. 2.

COSTA, Antônio Gilberto. As minas de ouro da América portuguesa e a cartografia dos desertões nos séculos XVII e XVIII. In.: **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico**. – Vol.1, 1974- – Belo Horizonte: UFMG, Museu de História Natural, 1974.

_____. **Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.

COSTA, Cláudio Manuel da. “Cláudio Manuel da Costa”. In: C. M. da Costa. T. A. Gonzaga e I. J. de Alvarenga Peixoto. **A poesia dos inconfidentes. Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto**. Org. Melânia Silva de Aguiar. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

COSTA, Wilma Peres. Viagens e peregrinações: a trajetória de intelectuais de dois mundos. In: **Intelectuais, sociedade e política, Brasil-França**. São Paulo: Cortez, 2003.

EAKIN, Marshall G. **Business Imperialism and British Enterprise in Brazil: The St. John d’el Rey Mining Company Limited (1830-1960)**. The Hispanic American Historical Review. Vol. 66, No. 04 (Nov. 1986), pp. 697-741. <https://doi.org/10.1215/00182168-66.4.697>

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FETZ, Marcelo. **Expedições Científicas no Século XIX: o universo da ciência e a diversidade cultural**. Cadernos de Campo, Araraquara, n. 14-15, p. 39-54, 2010-2011.

FIGUEIREDO, Luciano; LAPA, Manuel Rodrigues; MUZZI, Eliana S.; RIBEIRO, João; MALARD, Letícia; HELENA, Lúcia; BANDEIRA, Manuel; AGUIAR, Melânia Silva de; PEREIRA, Paulo Roberto Dias. FILHO, Domício Proença (Org.). **A poesia dos Inconfidentes. Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 1996.

FILHO, Almicar Vianna Martins; LAMOUNIER, Leonardo Alves. Apresentação. In.: **Viagens através da América do Sul**. Friedrich E. Renger e Fábio Alves Júnior (Tradução). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2006.

FIGUEIRÔA, Sílvia Fernanda de Mendonça. Mineração no Brasil: aspectos técnico-científicos de sua história na Colônia e no Império (sécs. XVIII e XIX). *América Latina en la Historia Económica*, México, 1994, v. 1, p. 41-55. <https://doi.org/10.18232/alhe.v1i01.143>

_____. **Os Diários de Langsdorff** [online]. Márcia Lyra Nascimento Egg (Tradução). Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. 400 p. Vol. 1. Disponível em <http://books.scielo.org>. Acesso em: 09 de março de 2019.

_____; SILVA, Clarete Paranhos da; PATACA, Ermelinda Moutinho. **Aspectos mineralógicos das "Viagens Filosóficas" pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX**. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2004, vol.11, n.3, pp.713-729. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702004000300009>. Acesso em: 10 de maio de 2019. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702004000300009>

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e Vilas De'IRei. Espaço e Poder nas Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. <https://doi.org/10.7476/9788542303070>

FORMAN, Ross G. **When Britons Brave Brazil: British Imperialism and the Adventure Tale in Latin America (1850-1918)**. Indiana University Press, Victorian Studies, 1999, Vol. 42, No. 3, pp. 454-487. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3828976>. Acesso em: 18/06/2019. <https://doi.org/10.2979/VIC.1999.42.3.455>

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. Nota introdutória. In.: **Visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos (1531-1800)**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

FREITAS, Inês Aguiar de. « **A Geografia dos Naturalistas-Geógrafos no Século das Luzes** », Terra Brasilis [Online], 6 | 2004, posto online no dia 05 Novembro 2012, consultado o 28 Dezembro 2015. URL: <http://terrabrasilis.revues.org/376> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.376. <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.376>

FREITAS, Wender Silveira. **"MANSOS COMO CÁGADOS": A COMPANHIA DO MUCURY E OS ÍNDIOS**. 115f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GELLNER, Ernest. **Nações e Nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1983.

GERALDINO, Carlos Francisco Gerencsez. **A QUESTÃO DA GEOGRAFIA NA "ORIGEM DAS ESPÉCIES" DE CHARLES DARWIN**. 2016. 227f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Geociências (UNICAMP), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

GODOY, Marcelo Magalhães. **Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX**. Belo Horizonte: Cedeplar/ UFMG, 1996.

GODOY, Rafael Gontijo de. **Vila Rica por Armand Julien Pallière**. In.: "Isto é Inconfidência". Ouro Preto, Ano X, no 22, 2008.

GOLDMANN, Lucien. **A Sociologia do Romance**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
_____. **Dialética e Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOMES, Angela de Castro. **Essa gente do Rio: modernismo e nacionalismo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 26.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

GONZAGA, Tomás Antônio. "Tomás Antônio Gonzaga". In: C. M. da Costa. T. A. Gonzaga e I. J. de Alvarenga Peixoto. **A poesia dos inconfidentes. Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto**. Org. Melânia Silva de Aguiar. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GRAVATÁ, Hélio. "**Viajantes Estrangeiros em Minas Gerais, 1809 a 1955: Contribuição Bibliográfica**" Minas Gerais (Suplemento Literário), 10 outubro 1970, 11-12.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. Tradução: Luiz Sérgio Repa; Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HAGUETTE, André. **Racionalismo e Empirismo na Sociologia**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 44, n. 1, jan/jun, 2013, p. 194-218.

HELENA, Lúcia; FIGUEIREDO, Luciano; BANDEIRA, Manuel; LAPA, Manuel Rodrigues;

AGUIAR, Melânia Silva de. FILHO, Domício Proença (Org.). **A poesia dos Inconfidentes. Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 1996.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções. 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

JARDIM, Márcio. **A Inconfidência Mineira: uma síntese factual**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989.

JEHA, Julio Cesar. Um olhar a serviço de sua majestade: As viagens de Alexander Caldcleugh no Brasil. In.: **Viagens na América do Sul: extrato da obra contendo relato sobre o Brasil**. Julio Jecha (Trad.). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2000.

KLEIN, Aldo Luiz. **Eugen Warming e o cerrado brasileiro: um século depois**. (Org.) Aldo Luiz Klein. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

KOMISSAROV, BN., SILVA, DGB., et al (org.). **Os Diários de Langsdorff** [online]. Márcia Lyra Nascimento Egg (Tradução). Campinas: Associação Internacional de Estudos

Langsdorff. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. 400 p. Vol. 1. Disponível em <http://books.scielo.org>. Acesso em: 09 de março de 2019.

KOSSOY, Boris; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Olhar europeu: o negro na iconografia brasileira do século XIX**. São Paulo: EDUSP, 1994.

LAPA, Manuel Rodrigues; MUZZI, Eliana S.; RIBEIRO, João; MALARD, Letícia; HELENA, Lúcia; FIGUEIREDO, Luciano; BANDEIRA, Manuel; AGUIAR, Melânia Silva de; PEREIRA, Paulo Roberto Dias. FILHO, Domício Proença (Org.). **A poesia dos Inconfidentes. Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 1996.

LEITÃO, Cândido de Melo. **História das expedições científicas no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira, v. 209, 1941.

LEITE, Ilka Boaventura. **Negros e viajantes estrangeiros em Minas Gerais no século XIX**. 393f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – FFLCH – USP, 1986.

_____. **Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

LESSA, Clado Ribeiro de. Introdução. In.: **Viagens ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1978.

_____. **História das relações internacionais: a Pax britânica e o mundo no século XIX**. Petrópolis: Vozes, 2005.

LIBBY, Douglas C. **Impressões de um Visconde Francês sobre o Brasil no crepúsculo do Império**. In: COURCY, Ernest de Visconde. Seis semanas nas minas de ouro do Brasil. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **Vila Rica do Ouro Preto. Síntese histórica e descritiva**. Rio de Janeiro: EGL Editora, 1996.

LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

LOSADA, Janaina Zito (et. al.). **Um álbum para o Imperador: a comissão científica do Pacífico e o Brasil**. Rio de Janeiro: MAST; Uberlândia: EDUFU, 2013.

LOURENÇO, L. A. B. **A oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista. Triângulo Mineiro (1750-1860)**. Uberlândia: EdUFU, 2003.

MACHADO, Maria Márcia Magela. **Construindo a Imagem Geológica do Quadrilátero Ferrífero: Conceitos e Representações**. 256f. Tese (Doutorado em Geologia) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da Pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808 – 1912)**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

MALARD, Letícia; MUZZI, Eliana S.; RIBEIRO, João; HELENA, Lúcia; FIGUEIREDO, Luciano; BANDEIRA, Manuel; LAPA, Manuel Rodrigues; AGUIAR, Melânia Silva de;

PEREIRA, Paulo Roberto Dias. FILHO, Domício Proença (Org.). **A poesia dos Inconfidentes. Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto.** Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 1996.

MARTINS, Roberto B. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX.** Belo Horizonte: Cedeplar / UFMG, 1980.

MARQUESE, Rafael de Bivar; et al. Introdução e cronologia. In.: **Manual do Agricultor Brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARTINS, Roberto Borges. A Minas de James Wells. In.: **Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil: do Rio de Janeiro ao Maranhão.** Myriam Ávila (Tradução). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

_____. Tschudi, Hafeld, Wagner e a Geografia de Minas Gerais no século XIX. In.: **A província brasileira de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia histórica da província de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981, 2v.

_____. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás.** Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins, 2004. 1. ed. 1836.

MATTOS, Anibal. **Peter Wilhelm Lund no Brasil: problemas de paleontologia brasileira.** Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1939.

MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MAYOS, Gonçal. **Ilustración y Romanticismo; Introduccón a la polémica entre Kant y Herder.** Tradução: Karine Salgado. Barcelona: Editorial Herder, 2004, p. 363-408.

MISSÃO, Cultural Americana. **“O Momento”**, Caxias do Sul, 19 mai. 1945. p.04.

MINAS GERAIS. **Conheça Minas: clima, vegetação, relevo.** Governo de Minas Gerais, Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/clima-vegetacao-e-relevo>>. Acesso em: 15 de junho de 2019.

MIRANDA, Nilmário. **Teófilo Ottoni: a República e a utopia do Mucuri.** São Paulo: Caros Amigos, 2007.

MOORE JR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno.** São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas.** São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

_____. **A gênese da geografia moderna.** São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

_____. A antropogeografia de Ratzel: indicações. In.: MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). **Ratzel.** São Paulo: Editora Ática, 1990.

_____. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 166-176, dez. 1991. ISSN

2178-1494. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2322/1461>>. Acesso em: 30 Nov. 2016.

_____. **Geografia: Pequena História Crítica**. 20. ed., São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. **Geografia Histórica do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. « **O Sertão** », Terra Brasilis [Online], 4 - 5 | 2003, posto online no dia 05 Novembro 2012, consultado o 03 Dezembro 2016. URL: <http://terrabrasilis.revues.org/341> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.341

MOREIRA LEITE, Miriam Lifchitz. **Mulheres e Famílias**. Revista Brasileira de História, nº 17, pp. 143-178, 1988-89.

_____. **Livros de Viagem (1803/1900)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

_____. **Os Diários de Langsdorff** [online]. Márcia Lyra Nascimento Egg (Tradução). Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. 400 p. Vol. 1. Disponível em <http://books.scielo.org>. Acesso em: 09 de março de 2019.

_____. **Mulheres viajantes no século XIX**. São Paulo: Cadernos Pagu (15), pp.129-143, 2000.

MOTOYAMA, Shozo. **Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004.

MUZZI, Eliana S.; RIBEIRO, João; MALARD, Letícia; HELENA, Lúcia; FIGUEIREDO, Luciano; BANDEIRA, Manuel; LAPA, Manuel Rodrigues; AGUIAR, Melânia Silva de;

PEREIRA, Paulo Roberto Dias. FILHO, Domício Proença (Org.). **A poesia dos Inconfidentes. Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 1996.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PAULA, João Antonio de. **Raízes da modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: EDUSC, 1999.

QUEIROZ, Bianca Martins de. **RAIMUNDO JOSÉ DA CUNHA MATOS (1776-1839): “A pena e a espada a serviço da pátria”**. 136f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2009.

RATZEL, Friedrich. **A relação entre o solo e o Estado - Capítulo I. O Estado como organismo ligado ao solo.** GEOUSP: Espaço e Tempo (Online), São Paulo, n. 29, p. 51-58, dec. 2011. ISSN 2179-0892. Disponível em:

<<http://www.journals.usp.br/geousp/article/view/74186/77829>>. Acesso em: 03 July 2017.

doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2011.74186>.

<https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2011.74186>

REIS, Liana; VALADARES, Virgínia. **Capitania de Minas Gerais em documentos. Economia, política e sociedade.** Belo Horizonte: C/Arte, 2012.

RENGER, Friedrich. Henrique Gerber: um engenheiro alemão a serviço da província de Minas Gerais. In.: **Noções geográficas e administrativas da Província de Minas Gerais.** (Org.) Friedrich Renger. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

_____. A vida de Johhan Jakob von Tschudi e suas viagens através da América do Sul. In.: **Viagens através da América do Sul.** Friedrich E. Renger e Fábio Alves Júnior (Tradução). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2006.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Inconfidência Mineira.** São Paulo: Global Editora, 1983.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – RIHGB. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo 1, n. 219, 1853. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSdy1JVmdYbnA5SjQ/view?usp=drive_open.

Acesso em: abril de 2019.

RIBEIRO, João; PEREIRA, Paulo Roberto Dias; MUZZI, Eliana S.; MALARD, Leticia; ROSA, Guimarães. *Aí está Minas: a mineiridade.* In.: _____. **Ave Palavra**, Ficção completa, VII. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SANJAD, Nelson. “**Ciência de potes quebrados**” **Nação e região na arqueologia brasileira do século XIX.** Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.19. n.1. p. 133-163. jan.- jun. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0101-47142011000100005>

SARAT, Magda. “**Literatura de viagem**”: **Olhares sobre o Brasil nos registros dos Viajantes Estrangeiros** / UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.2, p. 33-54, dez. 2011.

SANTOS, Milton. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. A.A.;

SANTOS, M(Org.). **A construção do espaço.** São Paulo: Nobel, 1986.

_____. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Cláudia Andrade dos. **Viajantes franceses e modelos de colonização para o Brasil (1850-1990).** Revista do Mestrado de História., n.6. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2003.

SANTOS, Ricardo Russano dos. **A criação do Brasil através do Romantismo.** Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais, v. 7, n. 1 (2018): Número Especial: I Congresso Nacional de Estudos da Linguagem (CONELI).

SARAIVA, Luiz Fernando. **O Império nas Minas Gerais: café e poder na zona da mata mineira, 1853 – 1893**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SEIXO, Maria Alzira. **Poéticas da viagem na literatura**. Edições Cosmos: Lisboa, 1998.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. **História da Conjuração Mineira. Tomo I**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

SILVA, Olintho Pereira da. A Mineração em Minas Gerais: Passado, Presente e Futuro. **Revista Geonomos**, S.I.], jul. 1995. ISSN 24466964. Disponível em: <<http://www.igc.ufmg.br/portaldeperiodicos/index.php/geonomos/article/view/217>>. Acesso em: 29 out. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.18285/geonomos.v3i1.217>. <https://doi.org/10.18285/geonomos.v3i1.217>

SILVEIRA, R. W. D. da; VITTE, A. C. **DEBATE E EPISTEMOLOGIA NA GÊNESE DA GEOGRAFIA MODERNA: Pensamento e Imaginação Geográfica**. In.: XII Colóquio Ibérico de Geografia. Atas... Portugal: Faculdade de Letras (Universidade do Porto), 2010, p. 1-17.

SILVEIRA, María Laura. **O BRASIL: TERRITÓRIO E SOCIEDADE NO INÍCIO DO SÉCULO 21 – A HISTÓRIA DE UM LIVRO**. ACTA Geográfica, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. pp.151-163. <https://doi.org/10.5654/actageo2011.0001.0011>

SCHWARTZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

_____. **O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João**. São Paulo: Cia as Letras, 2008.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **O paraíso precisa ser modernizado: os viajantes do século XIX e a identidade nacional**. Uberlândia: EDUFU, 2014. <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-370-7>

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. Melo e Castro e sua inação quanto às Minas Gerais: a instrução de 1775 e a Governação de D. António de Noronha. In.: **Portugal e Brasil no Advento do Mundo Moderno**. Lisboa: Edições Colibri, 2001.

VALENTIM, Carlos Antonio. **O Brasil e os Brasileiros**. Revista Fides Reformata, vol. 15, nº 2, 2010. p. 97-107.

VELLOSO, M. P. **O Mito da Originalidade Brasileira: a trajetória intelectual de Cassiano Ricardo (dos anos 20 ao Estado Novo)**. 1983. 190f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1983.

VENÂNCIO, R. P. “Comércio e fronteira em Minas colonial”. IN: FURTADO, Júnia Ferreira. **Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino português**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

VIDAL, Laurent; LUCA, Tania Regina de. **Franceses no Brasil: séculos XIX- XX**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. <https://doi.org/10.7476/9788539304387>

VILA Rica. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3085/vila-rica>>. Acesso em: 14 de Out. 2018. Verbete da Enciclopédia.

VITTE, Antonio Carlos. Kant, Goethe e Alexander Humboldt: Estética e paisagem na gênese da geografia física moderna. In: **Revista ACTA Geografia**, Ano IV, n. 8, 2010a, p. 07-14.
<https://doi.org/10.5654/actageo2010.0408.0001>

_____. Natureza, Imaginação e Política na Geografia Francesa: construção da imagem de mundo tropical e de tropicalidade. In.: **Percursos: Sociedade, Natureza e Cultura**, n. 11, 2010b, p. 307-327.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno. A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI**. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974.

WULF, Andrea. **A invenção da natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt**. São Paulo: Planeta, 2016.

Apêndice A: Quadro de Viajantes e obras produzidas

Quadro 1: Viajantes e suas obras produzidas sobre Minas Gerais durante o século XIX

Viajante	Nacionalidade	Período no Brasil	Obra(s) consultadas	Função/Ocupação (instituição de origem – se houver)	Interesse	Ano da publicação, local/editora
Jean Louis Rodolphe AGASSIZ; Elisabeth Cary AGASSIZ	Suíça	1865-66	Viagem ao Brasil	Cientista/professor (Harvard University)	Ciência*	1869 – Paris
Alessandro d'ATRI	Itália	1894-95	Interviste Brasileane (*sem tradução)	Jornalista	Pessoal	1894 – Itália
Teresa da BAVIERA	Alemanha	1888	Minha viagem nos trópicos brasileiros	Naturalista	Ciência*/Pessoal	1897 – Berlim (Alemanha)
Ina von BINZER	Alemanha	1881-84	Os meus romanos. Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil	Professora	Pessoal	1887 – Alemanha
John Casper BRANNER	Estados Unidos	1870	Resumo da Geologia do Brasil para acompanhar o mapa geológico do Brasil; Geologia elementar preparada com referência especial aos estudantes brasileiros e à geologia do Brasil	Geólogo, mineralogista	Ciência*	1919 – EUA (Boletim da Sociedade Geológica dos EUA)
Charles James Fox BUNBURY	Inglaterra	1833-35	Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-35)	Naturalista	Ciência	?

Ulick R. BURKE; STAPLES Jr., Robert	Inglaterra	1882	Business and Pleasure in Brazil (*sem tradução)	Comerciantes	Comercia l	1886 – Londres (Inglaterra)/ Nova Iorque (EUA)
Hermann BURMEISTER	Alemanha	1850-52	Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais visando especialmente a história natural dos distritos auri- diamantíferos	Naturalista, professor (Humboldt intervem junto ao Ministro da cultura de Landenberg que concede subsídio à viagem)	Pessoal/ Ciência*	1852 – Alemanha
Isabel Arundell BURTON	Inglaterra	1867	The life of captain Sir Richard F. Burton (*sem tradução)	Escritora	Diário/ Pessoal	1893 – Londres (Inglaterra)
Richard Francis BURTON	Inglaterra	1867	Viagens aos planaltos do Brasil	Viajante naturalista	Ciência*	?
John CANDLER; Wilson BURGESS	Estados Unidos	1852	Narrative of a recent visit to Brazil, by John Candler and Wilson Burgess: to present an address on the slave-trade and slavery, issued by the religious society of friends (*sem tradução)	Representante do Governo norte- americano	Político/ Pessoal*	1853 – Nova Iorque (EUA)
Alexander CALDCLEUGH	Inglaterra	1819	Travels in South-America during the years 1819-20-21. (Trad.: Viagens na América do Sul – extrato da obra contendo relato sobre o Brasil)	Viajante	Diplomát ico/ Comercial	1825 – Londres (Inglaterra)
Francis de CASTELNAU	França	1843-45	Expedição às regiões centrais da América do Sul	Botânico	Ciência*	1850-57 – Paris (França)

Peter CLAUSSEN	Dinamarca	1825 e 1833	Notes géologiques sur la Província de Minas Geraes au Brésil (*sem tradução)	Geólogo (Coroa Britânica)	Ciência*/ Paleontol ogia	1837 – Londres (Inglaterra)
Oscar CANSTATT	Alemanha	1868	Brasil: a terra e a gente	Agrônomo (Comissão Imperial de Agrimensura)	Ciência*	1877(?) – Alemanha
Ernest de COURCY	França	1886	Seis Semanas nas Minas de Ouro do Brasil	-	Pessoal	1889 – Paris (França)
Luiz D'ALINCOURT	Portugal	1818	Memória sobre viagem do Porto de Santos à cidade de Cuyabá	Escritor, militar	Político/ Militar/ Pessoal*	1825 – (Local?)
Eugène M. DELESSERT	França	1844-47 (toda a viagem)	Voyages dans les deux océans Atlantique et Pacifique 1844 a 1847 Brésil, États Unis, Cap de Bonne- Espérance, Nouvelle-Hollande, Nouvelle-Zélande, Taiti, Philippines, Chine, Java, Indes Orientales, Égypte (*sem tradução)	-	Pessoal	1848 – Paris (França)
Hastings Charles DENT	Inglaterra	1883-84	A year in Brazil with notes on the abolition of slavery, the finances of the empire, religion, meteorology, natural history, etc. (*sem tradução)	-	Pessoal	1886 – Londres (Inglaterra)
Jean Ferdinand DENIS	França	1816-21	Brasil (1822); Résumé de l'histoire du Brésil, suivi du Résumé de l'histoire de la Guyane(1825); Scènes de la nature sous les tropiques (1824);	Viajante, historiador e escritor francês	Pessoal	França
Orville Adelbert DERBY	Estados Unidos	1870-98	Observações sobre algumas rochas diamantíferas de Minas Geraes (1879);	Geólogo, mineralogista (Comissão	Ciência*	Revista do Instituto Histórico e

			Modes of occurrence of the diamond in Brazil (*sem tradução) (1882); Limites entre São Paulo e Minas Gerais (1893) Um documento antigo relativo à questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais (1898); O roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas (1900); A primeira fase da questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais no século XVIII (1901); A Serra do Espinhaço (1906); A denominação “Serra da Mantiqueira” (1913);	Geológica do Império)		Geográfico de São Paulo (Brasil); American Journal of Science
Alcide Charles Victor Marie Dessalines D'ORBIGNY	França	1831-1832	Viagem pitoresca através do Brasil	Naturalista, paleontologista, Comissionado do Museu de História Natural de Paris	Ciência*	?
Jean-Baptiste DOUVILLE	França	1827-31 (toda a viagem)	30 mois de ma vie, quinze mois avant et quinze mois après mon voyage au Congo, ou ma justification des infamies débitées contre moi, suivie de détails nouveaux et curieux sur les mœurs et les usages des habitants du Brésil et de Buenos-Ayres, et d'une description de la colonie Patagonia (*sem tradução)	Viajante, explorador	Ciência*	1833 – Paris (França)
Wilhelm Ludwig VON ESCHWEGE	Alemanha	1810-21	Jornal do Brasil (1818); Brasil, novo mundo (1824);	Engenheiro, mineralogista,	Ciência*	Alemanha e Brasil

			Extracto de huma memoria sobre a decadencia das minas de Ouro da capitania de Minas Gerais (1816); Notícias e reflexões estadísticas a respeito da província de Minas Gerais (1825); Pluto Brasiliensis (1833);	geólogo (Coroa Portuguesa)		
Alberto de FORESTA	Itália	1881 - ?	Attraverso l'Atlantico e in Brasile (*sem tradução)	Presidente da Legazione d'Italia no Brasil	Pessoal*	1884 – Roma (Itália)
Carlo FABRICATORE	Itália	1895 (data da publicação)	Lo stato de Minas Gerais. La nueva capitale (*sem tradução); La rivoluzione del Brasile (1889) (*sem tradução)	Jornalista	Pessoal	Londres (Inglaterra – British Library)
Wilhelm Christian Gotthelf von FELDNER	Alemanha	1810	Reisen durch mehrere Provinzen Brasiliens (*sem tradução)	Mineralogista	Ciência/ Pessoal	1828 – Polônia
G. Wilhelm FREIREYSS	Alemanha	1814-15	Viagem ao interior do Brasil	-	Ciência/ Pessoal	?
George GARDNER	Escócia	1836-41	Viagens no Brasil. Principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841	Viajante Naturalista	Ciência/ Pessoal	1846 – Londres (Inglaterra)
Henrique GERBER	Alemanha	1863	Noções geográficas e administrativas da Província de Minas Geraes	Engenheiro (Governo Imperial)	Ciência*	1863 – Alemanha
Joseph Arthur GOBINEAU	França	1869-70	Arthur de Gobineau et le Brésil. Correspondance diplomatique du Ministre de France à Rio de Janeiro, 1869-1870 (*sem tradução)	Embaixador da França no Brasil entre 1869 e 1870	Politica*	?

Claude-Henri GORCEIX	França	1874-91	Estudo químico e geológico das rochas do centro da província de Minas Gerais, 1ª Parte - Arredores de Ouro Preto, nº 1 (1881); Estudo químico e mineralógico das rochas dos arredores de Ouro Preto - 2ª Parte. Anais da Escola de Minas de Ouro Preto, nº 2 (1883)	Cientista, físico e matemático (mineralogista a convite de D. Pedro II para fundar a Escola de Minas de Ouro Preto)	Ciência*	Anais da Escola de Minas de Ouro Preto (Brasil)
William HADFIELD	Inglaterra	1853; 1868	Brazil and the River Plate in 1868 (*sem tradução)	Escritor	Pessoal	1869 – Londres (Inglaterra)
Henrique Guilherme Fernando HALFELD	Alemanha	1825	Atlas e Relatório concernente à exploração do Rio de S. Francisco desde a Cachoeira da Pirapora até ao Oceano Atlântico levantada por ordem do governo de S.M.I. o Senhor D. Pedro II pelo Engenheiro Civil Henrique Guilherme Fernando Halfeld	Oficial, Engenheiro	Ciência*	1860 – Rio de Janeiro
Charles Frederick HARTT	Canadá	1865-1866, 1867, 1870-1872, 1874-1878	Geologia e Geografia física do Brasil	Geólogo (Governo Imperial)	Ciência*	1870 – Boston (EUA)
Ernst HASENCLEVER	Alemanha	1837-44	Viagens às províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais	Comerciante interessado na exploração mineral	Comercial	1839 – Alemanha
Virgil von HELMREICHEN	Áustria	1836 - 1841/42	Obras várias de Virgil von Helmreichen: Contribuições à Geologia do Brasil (2002): Sobre a ocorrência geognóstica dos diamantes e seus métodos de lavra	Engenheiro de minas	Comercial/ Ciência*	2002 – Brasil (Fundaçao João Pinheiro)

			na Serra de Grão Mogol na Província de Minas Gerais (1846); Relatório sobre a mina do Gongo-Soco (1840), Relatório de viagens em Minas Gerais (1847), Crônica de viagem do Rio de Janeiro a Cuiabá (1848).			
Sébastien Joseph Denis de HERVE	França	1832-39	Notice sur le gisement et l'exploitation du diamante dans la province de Minas Geraes au Brésil, par Sébastien-Joseph Denis de Herve (province de Liège), ex-administrateur-ingénieur de la compagnie brésilienne, União-Mineira I (*sem tradução)	Geólogo, engenheiro de minas	Ciência*	1840 – Boletim da Academia Royal de Ciências (Bruxelas - Bélgica)
Jacob Christian HEUSSER e Georg CLARAZ	Suíça	1856-59	Physikalische und Geologische Forschungen in Innern Brasiliens (*sem tradução) Über die wahre Lagerstätte der Diamanten in Brasilien und anderer Edelsteine in der Provinz Minas Geraes, in Brasilien (*sem tradução)	Geólogos, mineralogistas	Ciência	1859 – Alemanha
Thomas Woodbine HINCHLIFF	Inglaterra	1861	South american sketches; or a visit to Rio Janeiro, the Organ Montains, La Plata and the Paraná (*sem tradução)	Viajante, advogado	Pessoal	1863 – Londres (Inglaterra)
William JAMES	Estados Unidos	1865-66	<i>Brazil through the eyes of William James. Letters, diaries, and drawings (1865-1866) (*sem tradução – biografia)</i>	Estudante de Medicina, filósofo (posteriormente à expedição no Brasil)	Ciência*	?

Karl Friedrich KOTTE	Alemanha	1855	Brasilien und seine bedeutung fur die Deutsche Auswanderung. Mit besonderer Rucksicht auf die Mucury-Colonie in der Provinz Minas Geraes (*sem tradução)	-	Pessoal	1855 – Alemanha
Daniel P. KIDDER; James C. FLETCHER	Estados Unidos	1836-37, 1840-42 (Kidder); 1851-65 (Fletcher)	O Brasil e os brasileiros (ampliação de Reminiscências de viagens e permanência no Brasil)	Missionário, pastor metodista	Pessoal	1845 – Filadélfia (EUA)
Henry KLUMB	Alemanha	1852	Doze horas em Diligência: Guia do Viajante de Petrópolis a Juiz de Fora	Fotógrafo da família imperial	Pessoal/ Diário*	1872 – Rio de Janeiro (Brasil)
Baronesa E. de LANGSDORFF	Alemanha	1842-43	Diário da Baronesa E. de Langsdorff ou Journal de la Baronne E. de Langscorff relatand son voysage au Brésil à l'occasion du mariage de SAR. Le Prince de Joinville 1842-1843.	Escritora	Diário/ Ciência*	1954 – França
Georg Heinrich VON LANGSDORFF	Alemanha	1821-29	Os diários de Langsdorff	Naturalista, médico, diplomata russo (viagem custeada pelo czar Alexandre I)	Ciência*	1930 – Rússia
Alfonso LOMONACO	Itália	1885-88	Al Brasile (*sem tradução)	Médico	Pessoal	1889 – Itália
Emmanuel LIAIS	França	1858-71	Hydrographie du haut San-Francisco et du Rio das Velhas, ou, Résultats au point: de vue hydrographique d'un voyage effectué dans la province de Minas-Geraes (*sem tradução) (1865);	Naturalista e astrônomo (ocupou o cargo de diretor d Observatório Imperial do Rio de	Ciência*	Ed. Garnier Frères (França)

			Traité d'Astronomie appliquée et de géodésie pratique comprenant l'exploré des méthodes suivies dans l'exploration du Rio de S. Francisco et précédé d'un rapport au gouvernement imperial du Brésil (*sem tradução) (1867); Climats, géologie, faune et géographie botanique du Brésil (*sem tradução) (1872)	Janeiro (1871/1874-81)		
Mme. LANGLET-DUFRESNOY	França	1837-52	Quinze ans au Brésil ou excursions a la Diamantine (*sem tradução)	-	Ciência/ Pessoal	1861 – Imprimerie de G. Chariol (França)
C.F. van Delden LAËRNE	Holanda	1883-?	Brazil and Java. Report on coffee culture in America, Asia and Africa to H. E. the Minister of the Colonies (*sem tradução)	Comissionado do Governo Holandês (para estudar o comércio do café no Brasil)	Politico/ Comercia l*	1885 – W. H. Allen (Londres)
John LUCCOCK	Inglaterra	1808-18	Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. Tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818	Comerciante	Comercial	?
Peter Wilhelm LUND	Dinamarca	1833	Memórias sobre a paleontologia brasileira (trad. Carlos de Paula Couto – Original: E Museo Lundii (1888))	Paleontólogo	Ciência/ Paleontol ogia	1888 – Dinamarca
Alfred MARC	França	1887-89	Un explorateur brésilien (*sem tradução) (1889);	Jornalista e redator de jornal	Jornalístic o/ Pessoal	1889 – Alcan Lévy Imprimerie

			Le Brésil. Excursion a travers ses 20 provinces (*sem tradução) (1890)			Breveté (França) 1890 – Paris (França)
Percy Falcke MARTIN	Inglaterra	1905*	Throught five republics of South America (*sem tradução)	Viajante	Comercial	1905 – William Heinemann (Londres)
Raimundo José da Cunha MATOS	Portugal	1823-26	Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás (1836); Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)	Militar, historiador	Político/ Militar/ Pessoal*	Brasil
John MAWE	Inglaterra	1809	Viagens ao interior do Brasil particularmente nos distritos de ouro e diamantes daquele país	Mineralogista	Ciência/ comercial	1812 – Londres (Inglaterra)
Prinz du Wied-Neuwied MAXIMILIAN	Alemanha	1815-17	Viagem ao Brasil. 1815-1817	Naturalista, etnólogo	Ciência*	1820 – Frankfurt (Alemanha)
Ubaldo A. MORICONI	Itália	1889	Nel paese de "Macacchi" (*sem tradução)	-	Pessoal	1897 – British Librery (Londres)
Albert-Étienne de MONTÉMONT	França	1828-29	Voyages en Amerique par Christophe Colomb, Fernand Cortez, Pizarre, Cabral, Humboldt, Basil, Hall, Mistree Trollope, Ross, Parry, Franklin, Bulloch, Watterton, Head, Walsh (*sem tradução)	-	Pessoal	1854 – J. Bryaine (Paris)
Michael George MULHALL	Irlanda	1877	Handbook of Brazil (*sem tradução)	Escritor, editor, economista	Pessoal	?
Aimé PISSIS	França	1836 (?)	Mémoire sur la position géologique des terraines de la	Geólogo, cartógrafo	Ciência	1878 – Académie

			partie australe du Brésil (*sem tradução)			des Sciences de L'Institut National de France, Paris, Imprimerie Nationale (França)
Johann Emanuel POHL	Áustria	1817-21	Viagem no interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821	Médico, geólogo, botânico (expedição na oportunidade do casamento da Arquiduquesa M. Leopoldina, publicado por ordem do Imperador da Áustria)	Ciência*	1832
Charles RIBEYROLLES	França	1858-61	Brasil Pitoresco	Político, publicista	Político/ pessoal	1861 – Typographia Nacional (Brasil)
Ludwig RIEDEL; Carlos Augusto TAUNAY	Alemanha/França	1821-29	Manual do Agricultor Brasileiro	Botânico, zoólogo (Expedição Langsdorff) / Militar e Agricultor	Ciência*/ pessoal	1839 – Rio de Janeiro
Just Jean Étienne ROY	França	1858	Le'Empire du Brésil souvenirs de voyage (*sem tradução)	Consul francês no Brasil	Político*	1858 – França
Johann Moritz RUGENDAS	Alemanha	1821-25	Viagem pitoresca através do Brasil	Desenhista da expedição Langsdorff	Desenhista/ Ciência*	?
Auguste F. C. P. de SAINT-HILAIRE	França	1816-22	Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1938 – Cia. Editora Nacional);	Viajante naturalista, botânico	Ciência*	1937-38-41 – Cia. Editora Nacional;

			<p>Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil com um "resumo histórico das revoluções do Brasil, da chegada de D. João VI à América à abdicação de D. Pedro" (1941 – Cia. Editora Nacional);</p> <p>Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás (1937 – Cia. Editora Nacional);</p> <p>Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1938 – Cia. Editora Nacional);</p> <p>Quadro geográfico da vegetação primitiva na província de Minas Gerais (1837);</p> <p>Mémoire sur le système d'agriculture adopté par les Brésiliens, et les résultats qu'il a eus dans la province de Minas Gerais (*sem tradução) (1838)</p> <p>Les Sources du Rio S. Francisco (*sem tradução) (1842)</p> <p>L'Agriculture et rélevage de bétail dans les campos gerais (*sem tradução) (1849)</p>			1837-38-42-49 – (Paris) França
William SCULLY	Inglaterra	186?	<p>Brazil; its provinces and chief cities; the manners & customs of the people; agricultural, commercial and other statistics, taken from the latest official documents; with a variety of useful and entertaining knowledge, both for the merchant and the emigrant (*sem tradução)</p>	Escritor, editor	Jornalístico/ Pessoal	1868 – Murray Co. (Londres)

Albert Wilhelm SELLIN	Alemanha	1885	Das Kaiserreich Brasilien (*sem tradução)	-	Pessoal	?
Waltrère SELYS-LONGCHAMP	Bélgica	1875	Notes d'un voyage au Brésil (*sem tradução)	-	Político/ Ciência*	1875 – Libraire C. Muquardt (Bruxelas)
H.L. SÉRIS	França	1881 (publicação)	A travers les provinces du Brésil (*sem tradução)	-	Pessoal	1881 – Marc Barbou & cie (França)
Johann Baptist von SPIX / Carl Friedrich Philip von MARTIUS	Alemanha	1817-20	Viagem pelo Brasil (3 volumes – 1823-28-31)	Naturalistas viajantes, botânicos, zoólogos (expedição na oportunidade do casamento da Arquiduquesa M. Leopoldina, publicado por ordem do Imperador da Áustria)	Ciência*	Munique (Alemanha)
Conde de SUZANNET	França	1842-43	O Brasil em 1845: semelhanças e diferenças após um século	-	Pessoal	?
J. J. TSCHUDI	Suíça	1857-59	A província brasileira de Minas Gerais (1863); Viagem à América do Sul (1866-69); Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo (?)	Diplomata suíço no Brasil	Comercial/ Ciência*	Suíça
Thomaz Marie Hippolyte TAUNAY	França	1816	Le Brésil ou histoire, mœurs, usages et coutumes des habitants de ces royaume (*sem tradução) (1822);	Artista, escritor	Pessoal	Ed. Nepveu (Paris)

			Notice historique et explicative du panorama de Rio de Janeiro (*sem tradução) (1824)			
Frederico Luís Guilherme de VARNHAGEN	Alemanha	1809-21	<i>Jornal do Brasil</i>	Engenheiro, militar	Ciência*	?
Hughes A. WADDELL	Inglaterra	1843	Additions à la flore de l'Amerique du Sud (*sem tradução)	Botânico, médico	Ciência*	?
Robert WALSH	Irlanda	1828-29	Notícias do Brasil	Médico, pastor	Pessoal	1830 – F. Westley and A. H. (Londres)
Eugen WARMING	Dinamarca	1863-66	Lagoa Santa e a vegetação dos cerrados brasileiros	Botânico	Ciência/ Paleontologia	1908 – Imprensa Oficial de Minas Gerais (Brasil)
J. Friedrich von WEECH	Alemanha	1823-1827	A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial	Militar e agrônomo	Comercial/ Imigração/ Agricultura	1828
James William WELLS	Inglaterra	1868-69 (?)	Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil: do Rio de Janeiro ao Maranhão.	Engenheiro civil e ferroviário	Negócios/ Comercial*	1886 – Sampson Low Marston, Searle e Rivington (Londres)
Marie Robinson WRIGHT	Estados Unidos	1889	The new Brazil. Its resources and attractions historical, descriptive, and industrial (*sem tradução)	Historiadora, escritora	Pessoal	1907 – George Barrie's Sons (EUA)

Fontes: Banco Viajantes; Lopes (et. al), 2011; Gravatá (1970); Machado (2009); Leitão (1941).

*Refere-se aos viajantes que estiveram ligados a expedições científicas oficiais, comissões de pesquisa, financiamentos governamentais (de seu país de origem ou do Brasil), além de cargos políticos e demandas exteriores. Em **negrito**, destacam-se as obras não encontradas, ou aquelas sem temas propostos para este trabalho.

No referido quadro listamos 88 viajantes nas Minas Gerais do século XIX de diferentes nacionalidades. Destacamos em cinza aqueles nomes de maior visibilidade no período em que escreveram ou posteriormente.

Desses, 12 trabalharam em “duplas” e possuem obras conjuntas, sendo: **Spix e Martius; Candler e Burgess; Burke e Staples, Claraz e Heusser, Eschwege e Varnhagen, Agassiz e a esposa, Elizabeth Agassiz.**

Além desses, contabilizamos os seguintes, que foram ou não incluídos no quadro:

O conde de Castelnau trabalhou conjuntamente com sua equipe, composta por: **Émile Deville**, o botânico e médico inglês **Hughes A. Waddell** e o engenheiro de Minas francês **E. D'Ossery**. Dos três, apenas **Waddell** teve uma produção científica separada do grupo, por isso, foi incluído no quadro.

Dentre os membros e voluntários da "Expedição Thayer" previamente citados, sendo, Jacques Burkhardt, John G. Antony, George Sceva, Newton Dexter, Edward Copeland, Thomas Ward, Walter Hunnewell S. V. R. (fotógrafo) e, Thayer, **não foram encontradas obras particulares. Orestes Saint-John**, embora tenha contribuído com a expedição enquanto geólogo e tido vasta publicação na área da paleontologia nos Estados Unidos, não foram encontradas obras particulares referentes à Minas Gerais. O mesmo acontece com **John E. Allen**, ornitologista, que possui algumas publicações sobre as aves do Mato Grosso, mas nada especificamente sobre Minas Gerais. **William James**, que também integrou a expedição, esteve viajando pelo Amazonas, mas, de passagem por Minas Gerais e outras províncias reuniu suas impressões na obra *Brazil through the eyes of William James. Letters, diaries, and drawings (1865-1866)*, essa, incluída no presente quadro.

Entre os membros expedição de Langsdorff estiveram: **Aimé-Adrien Taunay**, irmão de Thomaz Marie Hippolyte, pintor e desenhista contratado para ocupar o lugar de Rugendas na expedição. **Cristian Hasse**, nas funções de botânico e de zoólogo; na função de astrônomo e topógrafo, **Rubzoff**. Nenhum deles possui obras particulares a respeito da expedição. Não tendo sido incluídos no quadro. **Hércules Florence**, entretanto, também na função de desenhista que substituiu Rugendas, escreveu, *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, que, entretanto, não passou por Minas Gerais. E, **Ludwig Riedel**, também nas funções de botânico e zoólogo escreveu, juntamente com **Carlos Augusto Taunay**, o *Manual do Agricultor Brasileiro*, por isso foram incluídos no quadro.

Acompanhando Waltrère Selys-Longchamp, estiveram os zoólogos **Eduard van Beneden** e **Eugene van Volxem**, os quais além de suas contribuições na referida viagem não possuem obras individuais sobre as Minas Gerais ou o Brasil.

A convite de Charles Frederic Hartt, integrou as “Expedições Morgan” o fotógrafo franco-brasileiro **Marc Ferrez**, que, não foi incluído no quadro por não ter obras escritas sobre Minas Gerais na ocasião da expedição ou quando acompanhou a ampliação da ferrovia *The Minas and Rio Railway Company*, apenas registros fotográficos.

Ressalta-se que o viajante inglês **Percy Falcke Martin**, apesar de ter tido a obra publicada em 1905, realizou a viagem no século XIX, desta feita, o mantivemos entre os pesquisados.

Ademais, como já mencionado no corpo do texto, **Johann Natterer** não foi incluído na lista, pois, não foi encontrada nenhuma referência da passagem do austríaco por Minas Gerais.

Friedrich Sellow apesar de ter tido sua passagem confirmada por Minas Gerais no século XIX, não teve obra publicada, em função de sua morte prematura e de suas anotações terem se perdido.

Johannes Theodor Reinhardt, apesar de ter realizado viagem à Minas Gerais no século XIX, sua obra versa exclusivamente sobre répteis e anfíbios, destoando, portanto, do interesse da pesquisa. Por essa razão seu nome não foi incluído no quadro.

Portanto, de um total de 110 viajantes levantados, 89 tiveram obras escritas sobre Minas Gerais (ou que mencionam a região em sua viagem) e, por isso, foram incluídos no quadro. Os outros 21 não foram incluídos no quadro por não possuírem obras ou por não terem mencionado a região em nenhuma de suas publicações.

Apêndice B: Sistematização e análise: viajantes e suas obras produzidas sobre Minas Gerais durante o século XIX

Como se observa na **Figura 4**, apresentada no início do trabalho, a Alemanha enviou significativo número de viajantes ao Brasil no referido século. À semelhança da solicitação de Varnhagen no documento do Arquivo Histórico do Itamaraty, alemães com formação superior e alto grau e especialização foram enviados ao Brasil e mais precisamente às Minas Gerais para exercer funções específicas de interesse do país. Além de **Frederico Luís Guilherme de Varnhagen**, engenheiro e militar, que deixou apenas uma contribuição escrita de seus estudos mineralógicos sobre a Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema, publicada na obra *Jornal do Brasil*, por seu companheiro de pesquisa, **Wilhelm Ludwig von Eschwege**. Eschwege, também engenheiro, militar, geólogo e mineralogista contratado para desempenhar pesquisa científica de interesse direto da corte portuguesa acerca das reservas minerais da região de Minas Gerais. Veio ao Brasil, em 1810, junto dos outros dois **Wilhelm Christian Gotthelf von Feldner**, que estabeleceu contrato com a embaixada real portuguesa de Berlim.

A tarefa dada a Eschwege por D. João VI não foi das mais simples. A ele caberia resgatar a mineração decadente e implantar a siderurgia no Brasil. No período em que esteve na então colônia, entre 1810 e 1821, dedicou seus estudos principalmente à capitania das Minas Gerais. Ao chegar no Rio de Janeiro, Eschwege foi designado sargento-mór e diretor do Real Gabinete de Mineralogia instalado na Academia Militar e, de início, convidaram-no para integrar o corpo docente da Academia, convite recusado pelo alemão. Seu trabalho se voltaria para pesquisas acerca das jazidas de ouro, dos métodos utilizados nas lavras e seu melhoramento, além da instalação de uma usina de ferro na região. A fábrica, localizada em Congonhas do Campo, como já mencionado em capítulo anterior, distinguiu-se das demais existentes na época por seus métodos de produção sob a supervisão de Eschwege¹⁶⁸.

Além desses compromissos iniciais, o Barão assumiu a direção da Real Fábrica de Chumbo de Abaeté, realizou levantamentos topográficos e até a demarcação das novas divisas entre as Capitanias de Goiás, São Paulo e Minas Gerais (no ano de 1816 quando o Triângulo Mineiro foi incorporado à Minas) além de ter sido o responsável pela criação, em 1819, da Sociedade de Mineração para explorar minas de ouro, na Mina de Passagem, em Mariana¹⁶⁹.

Entre suas principais obras, daremos destaque às seguintes: *Pluto Brasiliensis*; *Brasil, novo mundo*; *Jornal do Brasil*; *Memória sobre a história moderna da administração das minas*

¹⁶⁸ (MACHADO, 2009).

¹⁶⁹ Idem.

em Portugal; *Extracto de huma memoria sobre a decadencia das minas de Ouro da capitania de Minas Gerais*; além de duas outras (como se pode ver no Apêndice A do trabalho), sem tradução para o português, todas voltadas diretamente para os interesses (governamentais) de compreensão da capitania mineira.

Ainda entre os alemães, destaca-se **Henrique Gerber**, que ao publicar em 1863 suas *Noções geográficas e administrativas da Província de Minas Geraes*, apresenta a Serra do Espinhaço como sendo um dos “troncos do esqueleto orográfico mineiro”, além de dividir a província mineira em duas regiões, uma de “formações primitivas ou plutônicas e outra das formações de transição”. Entretanto, as expedições dos alemães **Johann Baptist von Spix** e **Carl Friedrich Phillip von Martius** tiveram maior relevância científica. Suas contribuições nas áreas da botânica, zoologia e geologia, serviram inclusive, para que Eschwege às incorporasse em suas próprias obras, comparando-as com seus próprios levantamentos.

O também alemão (naturalizado russo) que ganhou expressividade em suas obras foi **Georg Heinrich von Langsdorff**, que tendo vindo ao Brasil como Cônsul da Rússia, registra sua viagem pelo Rio de Janeiro e Minas Gerais em um diário (*Diários de Langsdorff*), tecendo críticas ao Imperador do Brasil diante da inexistência de um mapa geológico do país. Outro Langsdorff, o também barão, chamado Emile, foi acompanhado por sua esposa, **Baronesa E. de Langsdorff**, que publicou seu *Diário* como um relato de sua viagem ao Brasil com seu esposo em função dos preparativos para o casamento vieram do príncipe de Joinville com a princesa Francisca, irmã de Dom Pedro II.

Georg Heinrich von Langsdorff, após chegar ao Brasil, estabeleceu-se em uma propriedade rural no Rio de Janeiro e iniciou a expedição (Custeada pelo Czar russo Alexandre I) que lhe renderia numerosa coleção botânica, zoológica e mineral, mas, custaria-lhe, inclusive, sua sanidade mental. Suas coleções foram enviadas à Rússia e ele retornou à Alemanha adoecido, onde veio a falecer.

Ludwig Riedel, contratado por Langsdorff para atuar como botânico e zoólogo na expedição pelo Brasil, dedicou-se à mesma entre os anos de 1825 e 1829. Ao final da expedição, ocupou alguns cargos no Rio de Janeiro, inclusive no Museu Nacional. Além de sua contribuição com Langsdorff, escreve com Carlos Augusto Taunay, a obra *Manual do Agricultor Brasileiro*, de caráter prático e elucidativo, voltado ao produtor rural para a lida no campo.

O também alemão **Friedrich Sellow**, “apadrinhado” de Humboldt, foi financiado ainda pelo Museu de Berlim e pelo Museu Nacional, entre 1814 e 1831. Embora tenha estado em Minas Gerais, o companheiro de viagem do príncipe Maximiliano de Wied, faleceu em sua excursão e não foram encontrados registros de obras suas sobre a região percorrida¹⁷⁰. Leitão

¹⁷⁰ Idem.

(1941), afirma que, apesar do alemão ter enviado à Berlim significativa coleção de rochas e minerais fruto de sua expedição pelas regiões auríferas e diamantíferas, o resultado científico dessa expedição nunca foi por ele apresentado¹⁷¹.

Agrônomo alemão contratado pela Comissão Imperial de Agrimensura, **Oscar Canstatt** trouxe consigo o propósito de redigir um livro sobre o vasto Império lusitano. Sabendo que na época não havia disponibilidade de bibliografia sobre o Brasil (ou que as disponíveis eram caras e inacessíveis), o alemão buscou reunir em um livro informações que interessassem aos leitores de seu país, desde o clima à topografia, passando pela fauna, flora, população, comércio, indústria e história, ainda que “sem pretensões científicas” ofereceu através da obra, *Brasil, a terra e a gente*, um panorama sobre o país¹⁷².

O **Príncipe Alexander Philipp Maximilian zu Wied-Neuwied**, alemão, naturalista e etnólogo, coordenou uma expedição pelo sudeste do Brasil e Bahia entre 1815 e 1818. Na capitania das Minas Gerais realizou descrições da paisagem e da fauna local. Além de destinar trechos do livro aos aspectos sociais referentes aos habitantes locais, entre os quais, os índios Botocudos, os vaqueiros e os próprios escravos. Dedicar-se, no apêndice da obra, ao vocabulário indígena. Sua obra, *Viagem ao Brasil (1815-1817)*, ganhou visibilidade e foi traduzida para diversas línguas, sendo considerada material essencial para a compreensão do Brasil do início do século XIX.

Langsdorff também foi acompanhado em sua expedição científica pelo desenhista **Johann Moritz Rugendas**, alemão que abandona a empreitada após o seu início. Tendo viajando por diversas províncias brasileiras entre 1821 e 1825, Rugendas publica *Viagem pitoresca através do Brasil*, obra rica em gravuras (são 110 no total, que retratam paisagens naturais, regiões visitadas, negros e indígenas, além de cenas da escravidão nas fazendas e cotidiano dos negros), mas, que avança no sentido de compor um relato sobre o Brasil no período. O viajante enfatiza o tema da escravidão em toda a obra, colocando-se em oposição a ela. Retrata ainda, características sociais e raciais da população brasileira, marcada, por vezes, pelo eurocentrismo típico dos relatos de viagem do período.

Hermann Burmeister, professor da Universidade de Halle, na Alemanha, esteve no Brasil entre 1850 e 1852. Sua viagem (custeada por intervenção de Humboldt junto ao Ministro da Cultura alemão), compreendeu diversas localidades das províncias de Minas Gerais (Mariana, Itacolomi, Ouro Preto, Lagoa Santa, Congonhas) e Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Nova Friburgo, Queluz, Barbacena, Paraibuna e Petrópolis). O resultado, foi a obra *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos*. Apesar do título revelar uma inclinação para a

¹⁷¹ (LEITÃO, 1941, p. 165).

¹⁷² CANSTATT, Oscar. **Brasil: a terra e a gente**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editora, 1954.

história das minas de ouro e diamantes, o autor se atém bastante na descrição das paisagens, além dos aspectos sociais e culturais da população. Seu olhar, marcado pelo preconceito, revela o que ele entende como “falta de gosto dos brasileiros por atividade mentais” ou ainda, a inferioridade intelectual dos negros. Há gravuras e mapas das regiões visitadas e um histórico sobre as minas do ouro no apêndice da obra.

Comerciante alemão interessado na exploração mineral, **Ernst Hasenclever** esteve no Brasil entre 1837 e 1844. As províncias visitadas foram Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. A obra, (que a priori não tinha intenção de ser publicada) *Viagens às províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, é um conjunto de relatos que compunham o diário do comerciante e possui inúmeros desenhos produzidos pelo próprio autor que retratam a peculiaridade das localidades visitadas. De família tradicional no ramo do comércio na Alemanha, Hasenclever já mantinha relações comerciais com os EUA e, após 1822, começou a exportar para o Brasil através de agentes comerciais situados na Bahia. Veio ao país para auxiliar o primo Johann Gottfried Hasenclever na sucursal aberta na capital do Império¹⁷³.

Karl Friedrich Kotte publica em 1855 a obra *Brasilien und seine bedeutung fur die Deutsche Auswanderung. Mit besonderer Rucksicht auf die Mucury-Colonie in der Provinz Minas Geraes*, sem tradução para o português. O alemão, aprofunda-se na descrição da província de Minas Gerais e destina capítulo específico à análise da Companhia de Navegação e Comércio do vale do Mucury (sociedade anônima criada pelos irmãos Honório e Teófilo Otoni em 1847), atuante na região nordeste de Minas Gerais nos anos de 1850¹⁷⁴.

Henry Klumb veio ao Brasil em meados de 1852 para atuar como fotógrafo da família imperial. A obra do alemão intitulada, *Doze horas em diligencia: guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora*, é um relato do referido trajeto com suas características arquitetônicas e paisagísticas. O objetivo do autor é meramente descrever o caminho entre as cidades e orientar possíveis outros viajantes através de um relato minucioso dos elementos naturais e urbanos.

Albert Wilhelm Sellin, autor de *Das Kaiserreich Brasilien* (sem tradução para o português), esteve no Brasil em 1885. Encontram-se na referida publicação, um frontispício com gravura do Rio de Janeiro, além de cinco mapas e 88 outras gravuras, que incluem imagens de paisagens, indígenas e instrumentos usados por eles. As descrições vão desde a fauna e flora, até a história, etnologia e cultura do país. A província de Minas Gerais ganha

¹⁷³ ALVES, Débora Bendocchi. **Ernst Hasenclever Viagem do Rio de Janeiro a São Paulo (1837-1844)**. Revista Espaço Plural: Paraná, Ano IX, nº 19, p. 83-94, 2008.

¹⁷⁴ FREITAS, Wender Silveira. **"MANSOS COMO CAGADOS": A COMPANHIA DO MUCURY E OS ÍNDIOS**. 115f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

um capítulo específico e o autor trata de elementos como hidrografia, vegetação e também mineração.

A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial, obra de **J. Friedrich von Weech**, trata-se de um guia para imigrantes alemães interessados em vir ao Brasil. Weech, que esteve no país entre 1823 e 1827, aproximadamente, era oficial do exército alemão e produziu a obra no sentido de orientar os conterrâneos que desejassem imigrar ao Brasil. Sua obra, portanto, não tinha pretensões científicas a não ser, um “manual” de orientação destinado, especialmente, aos agricultores.

A imigração para o país, que se intensificou após a abolição já em meados do século XX, iniciou-se décadas antes. No caso alemão, em 1808 quando D. João autorizou a colonização baseada no minifúndio e no trabalho livre (especialmente no Sul do território colonial, zona de fronteiras), as colônias alemãs começaram a surgir. Assim, o objetivo para aquela região estaria alcançado: as zonas fronteiriças seriam ocupadas e protegidas e haveria um incremento demográfico acrescido de benefícios sociais e econômicos para a região. Nesse sentido, a obra de Weech traz informações como, “vantagens do Brasil para o emigrante” e “instruções para progredir em diferentes profissões” ou “para obter a posse de uma terra”. Sobre Minas Gerais, o interesse recai uma vez mais na agricultura e na pecuária¹⁷⁵.

Ainda entre os viajantes de nacionalidade alemã, destacam-se duas mulheres: **Ina von Binzer**, professora e autora de *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. A educadora trabalhou e viveu no Brasil em casas de famílias abastadas no Rio de Janeiro e em São Paulo e, em Minas Gerais, visitou São João del Rey. A obra trata-se da reunião de cartas enviadas à amiga *Grete* e retratam o cotidiano das famílias com quem Ina von Binzer conviveu. Os hábitos requintados dessas famílias são frequentemente contrastados com o mau trato dos brancos para com os escravos. A autora comenta com ironia e certa dose de humor, os “excessos” das famílias aristocráticas e o que ela chama de “inutilidade da pedagogia alemã com crianças brasileiras”¹⁷⁶.

A outra mulher, representante da monarquia alemã, a princesa **Teresa da Baviera**, prima de D. Pedro II, vem ao Brasil em 1888 acompanhada de uma dama da corte, um criado com habilidade em taxidermia e equipamento fotográfico. Sua viagem, que segundo ela mesma, objetivava “conhecer os trópicos, possivelmente procurar tribos indígenas e coletar plantas, animais e objetos de caráter etnográfico”, foi marcada pelo rigor científico de quem

¹⁷⁵ WEECH, J. Friedrich von. **A Agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial**. Débora Bendocchi Alves (Tradução). São Paulo: Martins Fontes, 1992.

¹⁷⁶ BINZER, Ina von. **Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

havia recebido o título de Doctor Philosophiae Honoris Causa (1897) e rendeu material nas áreas da botânica, zoologia, etnologia, geografia¹⁷⁷.

Entre os ingleses, uma mulher, a escritora **Isabel Arundell Burton**, que acompanhou o marido Richard Burton em suas expedições pelo país, produziu a obra *The life of captain Sir Richard F. Burton*, de sua autoria, mas, segundo ela, revisada pelo marido. A obra da inglesa divide-se em dois volumes que retratam, em especial, aspectos da vida social e cotidiana dos lugares visitados. Tendo visitado as províncias da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, não deixa de comentar as belezas naturais e as características das populações locais.

Miriam Moreira Leite (2000), chama atenção para os escritos dessas mulheres, que vieram ao país, naturalmente, em número reduzido, se comparado aos homens. Suas publicações (muitas das quais sequer foram escritas com esse objetivo), possuíam, no geral, o caráter de *diário*, sendo constituídas por cartas aos familiares ou anotações de cunho pessoal (como o caso de Isabel Burton). Outras, entretanto, podem ser enquadradas como pesquisadoras e cientistas, pois, possuíam conhecimento e formação acadêmica (tal qual a princesa da Baviera, naturalista por formação e, Ina von Binzer, professora e escritora).

Quaisquer que fosse sua nacionalidade ou pretensões textuais, essas mulheres se dispuseram a enfrentar as mesmas dificuldades impostas aos homens, relacionadas à viagem desgastante, ao clima e ao estranhamento cultural. Feito notável, se considerarmos as atribuições das mulheres no século XIX, de submissas cuidadoras da casa e da família¹⁷⁸.

Em número de viajantes a Inglaterra não ficou atrás. O primeiro viajante autorizado por D. João a visitar a região diamantífera foi o inglês **John Mawe**. Sua obra, *Viagens ao interior do Brasil* (1812), foi amplamente traduzida e divulgada, tendo sido, entretanto, alvo de críticas pelo Barão de Eschwege, que apontou incoerências nas nomenclaturas das localidades visitadas pelo inglês.

Em 1817 chegou ao Brasil uma das maiores missões científicas que aqui estiveram. A comitiva, vinda em função do casamento da arquiduquesa austríaca Carolina Josefa Leopoldina com D. Pedro I, trouxe nomes como, Johann Christian Mikan, Johann Natterer, Johann Emanuel Pohl, Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Phillip von Martius e o botânico italiano Giuseppe Raddi, além de Roque Schüch, bibliotecário e curador da coleção de minerais de Leopoldina. Enquanto Mikan e Raddi¹⁷⁹ retornaram à Europa no ano seguinte, Natterer permaneceu no Brasil por 18 anos e, embora tenha reunido considerável acervo

¹⁷⁷ (MOREIRA LEITE, 2000, p. 134).

¹⁷⁸ Ibidem.

¹⁷⁹ Pelo fato de ambos terem retornado à Europa sem deixar contribuições científicas, não incluímos estes nomes na lista em Apêndice A.

botânico, zoológico e etnográfico, não encontramos indícios de sua passagem por Minas Gerais¹⁸⁰.

Além de Johann Natterer, outro austríaco que se destacou foi **Johann Emanuel Pohl**, responsável pela mineralogia e botânica da expedição com a desistência de Mikan e Raddi. Tendo realizado algumas excursões à Goiás e observações de cunho geológico, Pohl ressalta em *Viagem no Interior Brasi empreendida nos anos de 1817 a 1821* a dificuldade de reunir informações mineralógicas em uma “terra onde a única preocupação é com ouro e pedras preciosas”. O também austríaco **Virgil von Helmreichen**, chegou ao Brasil pela primeira vez em 1836, à serviço de uma companhia inglesa. Realizou pesquisas geológicas nas regiões auríferas e diamantíferas, resultando em obras como, *Sobre a ocorrência geognóstica dos diamantes e seus métodos de lavra na Serra de Grão Mogol na Província de Minas Gerais*, Relatório sobre a mina do Gongo-Soco (1840), Relatório de viagens em Minas Gerais (1847) e Crônica de viagem do Rio de Janeiro a Cuiabá (1848). Todas publicadas na obra *Contribuições à Geologia do Brasil: obras várias de Virgil von Helmreichen*, publicada pela Fundação João Pinheiro em 2002.

Ainda da Inglaterra, veio o naturalista, botânico e paleontólogo, **Charles James Fox Bunbury**, entre 1833 e 1835, tendo produzido a obra *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Graduou-se na Universidade de Cambridge e realizou expedições pela América do Sul e África do Sul. Em Minas Gerias, além das paisagens, o viajante preocupou-se em visitar e descrever locais de mineração em Ouro Preto, Mariana além das minas de Gongo-Soco e Ouro Fino. À despeito de críticas desfavoráveis sobre a falta de integração Graduou-se na Universidade de Cambridge e realizou expedições pela América do Sul e África do Sul. entre o litoral e o interior do país, o que, em suas palavras “traria um estímulo muito vantajoso às empresas e às indústrias”¹⁸¹, o inglês registrou ricas contribuições sobre a época e a região visitada.

Ulick R. Burke, autor de *Business and Pleasure in Brazil*, era um comerciante inglês que, tendo reunido as cartas trocadas com sua esposa, transformou-as em livro. O perfil da obra é diferente das demais, uma vez que, não há preocupação em debater temas de caráter científico ou em transcrever o roteiro da viagem como nos demais relatos. Tendo estado no Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais, o viajante trata nas cartas do dia-a-dia com seu companheiro Robert Staples Jr., além dos problemas enfrentados nos trajetos e as visitas realizadas (com intuits comerciais).

¹⁸⁰ Pelo fato de não termos encontrado referência à sua viagem por Minas Gerais, não incluímos este nome na lista em Apêndice A.

¹⁸¹ BUNBURY, Charles James Fox. **Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.

Richard Francis Burton foi, por certo, dos viajantes ingleses de maior repercussão. O explorador britânico e ainda estudioso do Oriente e do continente africano, esteve como cônsul inglês em Santos e realizou diversas viagens pelas províncias brasileiras no ano de 1867, entre as quais, Rio de Janeiro (Petrópolis), Minas Gerais (Juiz de Fora, Barbacena, Barroso, São João del Rei, Congonhas do Campo, Morro Velho, Mariana, Vila Rica, Sabará), Mato Grosso (Cuiabá), além da região do Rio São Francisco. Sua obra, *Viagens aos planaltos do Brasil*, baseia-se no relato de suas observações diretas. O viajante não deixa de mencionar, entretanto, alguns nomes com Saint-Hilaire, Castelnau, Luccok e Gardner. Minas Gerais é o foco central do inglês. Sua paisagem, questões sociais e, claro, a mineração, são os pontos principais de suas obras. Contam ainda com a descrição de importantes localidades de Minas Gerais e comenta a relação do Brasil com os ingleses.

Alexander Caldcleugh, viaja ao Brasil entre 1819 e 1821 na companhia do ministro britânico que visitava a corte portuguesa e viajava pela América do Sul. Para o inglês, autor de *Viagens na América do Sul*, a viagem tinha um propósito certo: as terras visitadas estavam após longo período “fora do alcance da aventura comercial estrangeira”, abertas “aos empreendimentos britânicos por mudanças revolucionárias e pela adoção de uma política liberal e iluminada”. O viajante expõe ao longo de sua obra, as condições financeiras do Brasil e, o “direito” à exploração que deveria ser dado à Inglaterra. Para tanto, era essencial que os relatos acerca dos recursos naturais fossem escritos, garantindo amplo conhecimento de sua disponibilidade¹⁸².

Hastings Charles Dent, inglês autor de *A year in Brazil with notes on the abolition of slavery, the finances of the empire, religion, meteorology, natural history, etc.*, esteve no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia entre 1883 e 1884. Sua obra se trata de um diário de viagem que denota preocupação nas datas e locais de passagem. Há uma predominância de informações sobre a província mineira, tanto em aspectos naturais, como sociais. A obra, sem tradução para o português, conta ainda com ilustrações da Baía do Rio de Janeiro e está dividida em onze capítulos além de apêndices.

O autor de *Brazil and the River Plate in 1868*, **William Hadfield**, esteve no país em duas ocasiões, em 1853 e 1868, visita que originou sua obra. Tendo estado no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, a obra é bastante extensa, contando com 31 capítulos. Baseia-se, portanto, na observação direta do autor com comparações tecidas entre o Brasil e a região do Rio da Prata. Informações referentes à economia, comércio, importação e exportação estão presentes nessas comparações.

¹⁸² CALDCLEUGH, Alexander. **Viagens na América do Sul**: extrato da obra contendo relato sobre o Brasil. Tradução e ensaio introdutório: Julio Jeha. Belo Horizonte: Fund. João Pinheiro, 2000.

Thomas Woodbine Hinchliff, autor de *South american sketches; or a visit to Rio Janeiro, the Organ Montains, La Plata and the Paraná*, também sem tradução para o português, esteve no Brasil em 1861, visitando as províncias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Sua obra é fruto das observações diretas do próprio viajante, embora, às vezes, recorra ao nome de Daniel Kidder. Sobre a mineração na província mineira, o autor é elogioso, não ignorando a paisagem e questões sociais sobre a região.

John Luccock, escreve *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. Tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*, como fruto de sua estadia nesse período. Comerciante inglês, visita boa parte das províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro. O texto, baseado em seu próprio testemunho, conta ainda com a contribuição de outros relatos de viajantes por essas localidades. São realizados comentários elogiosos à D. João VI e às conseqüentes “melhorias” decorrentes da vinda da família real para o Rio de Janeiro. Em contrapartida, o inglês exalta ou maus hábitos, a falta de higiene e indolência dos habitantes locais. O comércio ganha destaque na obra aparecendo no apêndice em diversos mementos, tais como, “comércio colonial”, “comércio exterior”, “comércio exterior em navios estrangeiros”, “comércio do Rio de Janeiro comparado ao da Bahia”.

James William Wells, engenheiro civil e ferroviário, veio ao Brasil em 1868 ou 1869, contratado pela empresa de construção de ferrovias inglesa *Public Works Construction Company*, para fazer os levantamentos e agrimensura necessários para o posterior assentamento dos trilhos¹⁸³. Sua expedição pelo país resultou no relato que originou a obra *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil: do Rio de Janeiro ao Maranhão*. Tendo visitado as Minas Gerais e permanecido na região por quase dois anos, transitou entre a descrição das paisagens urbana e natural. Além de relatar o trabalho escravo e o comércio. Para tanto, utilizou-se de suas próprias observações e dos relatos de demais viajantes, como D. P. Kidder e Spix.

William Scully, editor do “Anglo-Brazilian Times” e autor de livro de título extenso sobre sua viagem ao país, *Brazil; its provinces and chief cities; the manners & customs of the people; agricultural, commercial and other statistics, taken from the latest official documents; with a variety of useful and entertaining knowledge, both for the merchant and the emigrant*, oferece, assim como propõe o título da obra, reflexão sobre as mais variadas temáticas. Tendo visitado províncias de Norte a Sul do país, o inglês traz um retrato da história e aspectos gerais do Brasil, além de um capítulo para cada província visitada e outro sobre a imigração. Embora extensa, a obra torna-se genérica em função da amplitude dos temas debatidos.

¹⁸³ ÁVILA, Myriam. **O sertanejo de Wells em Euclides da Cunha**. O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira, Belo Horizonte, v. 8, 2002, p. 15-23. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/poslit>. Acesso em 19 de Junho de 2017.

Por fim, em 1905, **Percy Falcke Martin**, autor de *Throught five republics of South America*, publicou a obra, também sem tradução para o português, fruto da viagem realizada ainda no século XIX, como indica o título, por cinco países da América do Sul, a saber, Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Venezuela. Seu intuito era tecer um panorama acerca do comércio, agricultura e transportes em todos os países visitados. Foram realizadas ainda observações de cunho econômico, político, jurídico e social. A viagem, que segundo o inglês, durou cerca de dez anos, culminou, ao final desse período no referido livro¹⁸⁴.

Da Escócia veio o também botânico **George Gardner**, que, ao passar por Minas Gerais, esteve na mina de Gongo-Soco. Em sua obra *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante, durante os anos de 1836-1841*, faz considerações sobre a origem dos diamantes.

Da França, outra potência imperialista do século XIX, chegou em 1843 expedição chefiada pelo Conde de **Castelnau**. Seus relatos, materializados em *Expedição às regiões centrais da América do Sul*, contém observações geológicas especialmente sobre a região do Quadrilátero Ferrífero e é resultado de visitas empreendidas às minas exploradas por companhias inglesas, dentre as quais, Cata Branca, Morro Velho e Gongo-Soco. Na viagem, Castelnau trouxe consigo, “além do seu chefe, consumado entomólogo, o preparador francês **Émile Deville**, o botânico e médico inglês **Hughes A. Waddell** e o engenheiro de minas francês **E. D'Osery**”. Deville não deixou obra própria e Waddell, além das contribuições à obra de Castelnau, também como desenhista, escreveu a pequena reflexão sobre botânica da América do Sul, intitulada *Additions à la flore de l'Amérique du Sud*. D'Osery, por sua vez, apesar dos muitos registros “astronômicos, meteorológicos e magnéticos feitas durante a travessia pelo planalto brasileiro”, foi assassinado na Bolívia, ocasião em que desapareceu todo seu material¹⁸⁵.

O também francês, geólogo e engenheiro de minas, **Sébastien Joseph Denis de Herve**, publica no Boletim da Academia Real de Ciências de Bruxelas, em 1840, texto referente a exploração dos diamantes na província de Minas Gerais, intitulado *Notice sur le gisement et l'exploitation du diamant dans la province de Minas Geraes au Brésil*, fruto de viagem empreendida à região entre 1832 e 1839. Em 1858, chega o naturalista e astrônomo **Emmanuel Liais**, que, a convite de D. Pedro II assume o cargo de diretor do Observatório Imperial no Rio de Janeiro, permanecendo no país por 25 anos e deixando obras sobre astronomia e sobre sua viagem à Minas Gerais para estudar a navegabilidade do Rio das Velhas e do Rio São Francisco.

¹⁸⁴ “Although I have been a continual traveller for some ten years, and during that time have been four times round the world, I have never until now written a book.” (MARTIN, 1905, p. V).

¹⁸⁵ (LEITÃO, 1941, p. 171).

Outro francês, **Aimé Pissis** chegou ao Brasil por volta de 1836 e fez observações geológicas especialmente sobre o Rio São Francisco. A geologia do Brasil lhe parece interessante por poder revelar peças importantes sobre a América como um todo. Seu trabalho, intitulado *Mémoire sur la position géologique des terrains de la partie australe du Brésil* reúne observações sobre a composição do relevo e classifica geologicamente os terrenos percorridos em sua viagem, além de conter um mapa e perfis geológicos da região aurífera das Minas Gerais¹⁸⁶.

Francês de extrema importância para a geologia e mineralogia brasileiras, **Claude-Henri Gorceix**, mencionado anteriormente quando da sua ligação com a Escola de Minas de Ouro Preto, graduou-se na École Normale Supérieure de Paris, em ciências físicas e matemáticas. Seu nome ecoou pelas Minas Gerais do último quartel do século XIX ao lado do norte-americano **Orville Adelbert Derby**, que, conjuntamente, foram essenciais na produção de material científico e estudos geológicos sobre o Quadrilátero Ferrífero. As “contribuições destes dois naturalistas evidencia o processo de especialização da ciência Geologia e da formação e consolidação de instituições de pesquisa geológica no Brasil”¹⁸⁷.

De Gorceix, as principais publicações, que apareceram nos Anais do Museu Nacional em 1881 e 1883, respectivamente, foram: *Estudo químico e geológico das rochas do centro da província de Minas Gerais, 1ª Parte - Arredores de Ouro Preto* e; *Estudo químico e mineralógico das rochas dos arredores de Ouro Preto – 2ª Parte*.

Derby, por sua vez, compôs, a convite de Charles Frederic Hartt, as “Expedições Morgan” (ocorridas em 1870 e 1871). Junto de Derby, para integrar a expedição, veio outro norte-americano, **John Casper Branner**. O objetivo das expedições chefiadas por Hartt era realizar uma sistemática exploração geológica do Brasil. Para tanto, a expedição, que contava com alguns brasileiros, Elias F. Pacheco Jordão e Francisco José de Freitas e, o fotógrafo franco-brasileiro Marc Ferrez, percorreu diversas províncias do Sul, Sudeste e Nordeste do país. O trabalho do grupo, entretanto, ficou restrito à confecção de uma “Carta Geológica do Império pelo Aviso Imperial, de 30 de abril de 1875, que regia as atribuições da Comissão”¹⁸⁸.

Em 1877, a Comissão foi dissolvida. Entre as prováveis causas estão a contenção de gastos diante da crise econômica que se instalara no país e o não cumprimento do prazo de entrega dos trabalhos diante da quantidade de material recolhido. No ano seguinte, Hartt faleceu e Branner retornou aos EUA, após significativa quantidade de publicações sobre a geologia do Brasil. Entre as mais relevantes, está a obra publicada em 1919 no Boletim da Sociedade Geológica Americana, *Resumo da Geologia do Brasil para acompanhar o mapa geológico do Brasil e Geologia elementar preparada com referência especial aos estudantes*

¹⁸⁶ Idem.

¹⁸⁷ (MACHADO, 2009, p. 148).

¹⁸⁸ (MACHADO, 2009, p. 152).

brasileiros e à geologia do Brasil. Derby permaneceu no país e dirigiu a Seção de Mineralogia e Geologia do Museu Nacional, para onde foi transferido o material coletado pela Comissão Geológica do Império. Depois, esteve à frente da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo¹⁸⁹.

Além da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, vigorou na mesma época outra semelhante, mas, em Minas Gerais. Criada em 1892, a Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais, chefiada por Augusto de Abreu Lacerda, existiu até 1898, tendo sido encerrada pelos mesmos motivos econômicos. Durante os seis anos de trabalhos e expedições realizadas, foi idealizado um mapa geológico que não chegou a ser publicado¹⁹⁰.

Ernest de Courcy, francês que esteve nas Minas Gerais em 1886, deixou em sua obra *Seis Semanas nas Minas de Ouro do Brasil*, apontamentos e críticas sobre as formas de extração utilizadas nas minas de ouro. O viajante classificou o trabalho nesses locais como “rude” e, sua visita pareceu estar ligada à uma inspeção de minas auríferas de pertencentes a empresas europeias¹⁹¹. **Eugène M. Delessert**, em Minas Gerais décadas antes (1839-41), produz *Voyages dans les deux océans Atlantique et Pacifique 1844 a 1847 Brésil, États Unis, Cap de Bonne-Espérance, Nouvelle-Hollande, Nouvelle-Zélande, Taiti, Philippines, Chine, Java, Indes Orientales, Égypte*. A obra, dividida em duas partes, refere-se às viagens empreendidas ao Brasil e a Nova Holanda. Sobre Minas Gerais, descreve a paisagem natural e a atividade mineradora. O texto, baseia-se no testemunho direto e também em relatos anteriores como os de Saint-Hilaire.

Jean Ferdinand Denis, historiador e viajante francês que viveu quinze anos no Brasil, dedicou-se incansavelmente aos estudos sobre a cultura e a história brasileiras e, dentre suas publicações, destacam-se, *Brasí* (tradução de Brésil, Colombie et Guyanes); *Résumé de l’histoire du Brésil, suivi du Résumé de l’histoire de la Guyane e Scènes de la nature sous les tropiques*, todos publicados na França entre 1822 e 1824.

Alcide Charles Victor Marie Dessalines D’orbigny, Comissionado do Museu de História Natural de Paris, veio ao Brasil após Saint-Hilaire e foi capaz de acrescentar observações essenciais à obra de seu antecessor. O material por ele reunido no Brasil, de caráter geográfico, antropológico e etnográfico, levou-o a ocupar posteriormente a sua viagem, uma cátedra no *Museu Jardim des Plantes* e também a presidência da *Société Géologique de France*. *Viagem pitoresca através do Brasil* é resultado do olhar apurado do francês que soube apreciar as paisagens percorridas e se dedicou com afinco aos aspectos

¹⁸⁹ (MACHADO, 2009, p. 154).

¹⁹⁰ (LEITÃO, 1941, p. 187-188).

¹⁹¹ LIBBY, Douglas C. **Impressões de um Visconde Francês sobre o Brasil no crepúsculo do Império**. In: COURCY, Ernest de Visconde. *Seis semanas nas minas de ouro do Brasil*. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

mais importantes do país. Seus estudos sobre os fósseis recolhidos na América do Sul, colocaram-no na posição de um dos fundadores da paleontologia estratigráfica¹⁹².

Jean-Baptiste Douville, autor de obra de extenso título, a saber: *30 mois de ma vie, quinze mois avant et quinze mois après mon voyage au Congo, ou ma justification des infamies débitées contre moi, suivie de détails nouveaux et curieux sur les mœurs et les usages des habitants du Brésil et de Buenos-Ayres, et d'une description de la colonie Patagonia*, foi membro da *Société de Géographie de Paris* e homem de família abastada, o que certamente possibilitou-lhe a realização de extensa viagem que compreendeu Europa, Índia, América do Sul e África. Suas pesquisas sobre a fauna e flora brasileiras formaram a base do acervo do Museu de História Natural da Bahia.

De **Joseph Arthur Gobineau**, embaixador da França no Brasil entre os anos de 1869 e 1870, consta a obra intitulada *Arthur de Gobineau et le Brésil. Correspondance diplomatique du Ministre de France à Rio de Janeiro, 1869-1870*. Trata-se da reunião de 38 correspondências de caráter diplomático destinadas ao governo francês, que apresentam, basicamente, a situação política no Brasil naqueles anos. A preocupação central é a Guerra do Paraguai, mas, há aspectos referentes a população, política, agricultura, indústria. Há ainda, menção à cidade de Juiz de Fora.

Autora de *Quinze ans au Brésil ou excursions a la Diamantine*, outra mulher viajante do século XIX e dedicada à pesquisa mineralógica, **Mme. Langlet-Dufresnoy**, esteve no Brasil entre 1837 e 1852 e visitou as províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Sua obra, mesmo tendo sido escrita décadas antes de Latteux vir ao Brasil, também se ateve na descrição dos mais importantes recursos minerais do país, o ouro e os diamantes. Langlet-Dufresnoy veio ao Brasil como somente 17 anos acompanhar o marido, que trabalhou como negreiro no Rio de Janeiro e depois como garimpeiro em Diamantina, Mato Grosso. Ao ficar viúva, trabalhou em Cuiabá como costureira e empalhadora de pássaros até conseguir retornar à França.

Alfred Marc, redator do Jornal *Lé Brésil*, esteve no país em 1887 e percorreu 20 províncias, entre elas, Minas Gerais. Apesar da obra *Le Brésil. Excursion a travers ses 20 provinces* se tratar de um relato dos lugares pelos quais passou, o francês não deixa de tecer comentários sobre cada um deles, sua história e costumes. Informações sobre comércio, espaço urbano, transportes e economia se fazem presentes. Além da observação de que, devido à presença de muitos comerciantes estrangeiros no Brasil, sua influência pode ser notada nos costumes da corte. Outra obra do francês foi *Un explorateur brésilien*, publicada na França no ano de 1889, também sem tradução para o português.

¹⁹² D'ORBIGNY, Alcide. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1976.

Albert-Étienne de Montémont esteve no Brasil no início do século XIX, entre 1828 e 1829. Visitou, além do Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais. Sua obra *Voyages en Amerique par Christophe Colomb, Fernand Cortez, Pizarre, Cabral, Humboldt, Basil, Hall, Mistree Trollope, Ross, Parry, Franklin, Bulloch, Watterton, Head, Walsh*, reúne os relatos de viagem de grandes nomes em diferentes épocas e lugares. Ao mencionar o viajante irlandês Robert Walsh, reproduz suas informações acerca da escravidão e da política brasileira, comparando-a com a francesa. Além dessa obra, há outra intitulada: *Voyage dans les cinq parties du monde, ou l'on décrit les principales contrées de la terre, les curiosités, naturelles, industrielles, scientifiques ou littéraires, les mœurs et coutumes des nations, les richesses, les forces, les cultes, les gouvernemens, avec les notabilités, les villes et les populations des différens états*. No entanto, Minas Gerais, apesar de ter sido rota de passagem do viajante, foi tratada em breve descrição de duas páginas ao longo de toda a obra.

Charles Ribeyrolles, publicista e político francês, nasceu em 1812 e faleceu no Rio de Janeiro em 1861. Sua principal obra, *Brasil Pitoresco*, contém riquíssimas ilustrações feitas por Victor Frond (famoso fotógrafo e pintor francês) setenta e quatro mais precisamente. A maioria dessas ilustrações retratam paisagens das regiões visitadas pelo francês, enquanto outras retratam cenas do cotidiano, como escravos exercendo suas funções nas fazendas.

Autor de *Le'Empire du Brésil souvenirs de Voyage*, **Just Jean Étienne Roy**, foi também Consul francês no Brasil e visitou as províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (Vila Rica e São João del Rey). Além da introdução histórica que faz em sua obra, resgatando os nomes de importantes viajantes e suas produções, a descrição dos lugares é feita com base no testemunho direto, ou seja, mediante o percurso traçado pelo francês. São realizados comentários sobre o espaço urbano das cidades visitadas e seu comércio. Sobre Minas Gerais, comenta a opulência das cidades visitadas e fala genericamente sobre a educação, religião, política e comércio exterior do Brasil. Apesar de demonstrar deslumbre pelas paisagens do país, considera que a escravidão “ofusca” essas belezas. No geral, o francês se mostra admirado pelo “potencial” do Brasil e pelo caráter de seu povo.

Dentre os viajantes franceses no Brasil, **Auguste F. C. P. de Saint-Hilaire** foi certamente dos mais célebres. Naturalista e botânico por formação, foi membro da Academia das Ciências do Instituto de França e esteve no Brasil entre 1816 e 1822 por influência do Conde de Luxemburgo, dedicando-se à coleta e registro de informações sobre espécies animais e vegetais das regiões visitadas, entre as quais, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo e, no sul do país, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Dentre as muitas obras que produziu, sobre Minas Gerais, destacam-se: *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*; *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil com um "resumo histórico das revoluções do Brasil, da chegada de D. João VI à América à abdicação de D. Pedro"*; *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela*

província de Goiás e Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo. Além de outras publicas em francês e sem tradução como se pode observar no quadro ao final deste trabalho.

H. L. Sérís, autor de *A travers les Provinces du Brésil*, esteve no país no século XIX e visitou cerca de 20 províncias. A obra, publicada em 1881, faz breve introdução sobre a organização política do Brasil e subdivide-se por regiões, sendo, Províncias da Serra do Mar; Serra da Mantiqueira; Serra do Espinhaço; Serra dos Aimorés; Rio São Francisco; Rio Parahyba e Rio Grande do Norte, Bacia do Amazonas; Províncias Interiores. Além de descrever atividades comerciais e fornecer informações sobre importação e exportação no país, comenta sobre a atividade mineradora em Minas Gerais. Embora as informações fornecidas não sejam muito detalhadas, o francês traça um quadro geral das províncias visitadas com ênfase para seus recursos naturais.

O **conde de Suzannet**, tendo percorrido entre 1842 e 1843 as províncias do Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Pará e Minas Gerais, nas mais diversas localidades: Paraibuna, Barbacena, São João del Rei, Queluz, Ouro Preto, Itabira, Sabará, Caeté, Cocais, Itambé, Diamantina, retrata sua viagem em *O Brasil em 1845: semelhanças e diferenças após um século*. Sua narrativa, baseada em seu testemunho, mescla informações históricas sobre os lugares visitados e descrições específicas. Sobre as Minas Gerais, descreve a atividade mineradora na província e comenta sobre o tratamento diferenciado dado aos escravos nas minas inglesas. A obra se concentra em questões de ordem política e administrativa do Império. O autor julga necessário um governo “esclarecido” para melhor aproveitar os recursos naturais disponíveis.

Thomaz Marie Hippolyte Taunay, filho de Nicolas-Antoine Taunay (artista francês que, juntamente com outros nomes como Jean Baptiste Debret, Joachim Lebreton, Auguste Taunay e Grandjean de Montigny e suas respectivas famílias, chegam ao Brasil em 1816 para compor a chamada “Missão Artística Francesa”). As duas principais obras de Hippolyte Taunay são, *Le Brésil ou histoire, moeurs, usages et coutumes des habitants de ces royaume* e *Notice historique et explicative du panorama de Rio de Janeiro*. A primeira delas, descreve as 14 províncias visitadas, com base em relatos de outros viajantes, além do testemunho direto. Sobre o Rio de Janeiro, foco também da segunda obra mencionada, descreve as paisagens urbana e natural, além da vida cotidiana na cidade. Hippolyte Taunay, que perdeu o pai em 1830, teve ainda outros quatro irmãos, todos viveram no Brasil¹⁹³.

Da Dinamarca vieram alguns nomes importantes: o geólogo **Peter Claussen**, que, tendo fixado residência em Cachoeira do Campo e se filiado ao IHGB em 1839, publicou *Notes*

¹⁹³ SCHWARTZ, Lilia Moritz. **O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João**. São Paulo: Cia as Letras, 2008.

géologiques sur la Province de Minas Geraes au Brésil, que continha um mapa geológico fruto de 16 anos de trabalho¹⁹⁴. O paleontólogo **Peter Wilhelm Lund**, responsável por divulgar ao mundo a riqueza da pré-história brasileira. Lund, considerado o “pai” da paleontologia no Brasil passou boa parte de sua vida em Lagoa Santa, Minas Gerais, e reuniu considerável coleção de fósseis e ossadas (cerca de 20 mil itens) que hoje se encontram no Museu de História Natural da Dinamarca, em Copenhague¹⁹⁵. Além da considerável coleção, Lund publicou *E Museo Lundii* na Dinamarca em 1888, que mais tarde foi traduzido para o português sob o título *Memórias sobre a paleontologia brasileira*.

Juntamente com Lund, esteve Johannes Theodor Reinhardt, zoólogo e herpetólogo que entre os anos de 1850 e 1856, trabalhou periodicamente em Lagoa Santa com Lund, como seu assistente. Após retornar à Dinamarca, publicou em 1875 com Christian Frederik Lütken *Bidrag til Kundskab om Brasiliens Padder og Krybdyr* (Contribuições ao conhecimento de anfíbios e répteis brasileiros), obra não traduzida para o português e que não trata diretamente da província de Minas Gerais.

Outro dinamarquês de extrema importância para botânica brasileira, foi **Eugen Warming**, que, tendo vindo ao Brasil em 1863, também se estabeleceu em Lagoa Santa para trabalhar como secretário de Lund. Após três anos no país, realizou pesquisas sobre a vegetação dos cerrados brasileiros, publicando *Lagoa Santa e a vegetação dos cerrados brasileiros*.

Os suíços, **Jacob Christian Heusser e Georg Claraz**, que estiveram no Brasil entre 1856 e 1859, publicaram os artigos *Physikalische und Geologische Forschungen in Innern Brasiliens* e *Über die wahre Lagerstätte der Diamanten in Brasilien und anderer Edelsteine in der Provinz Minas Geraes, in Brasilien* (ambos sem tradução) sobre observações geológicas da região de Ouro Preto. O também suíço **Johann Jakob von Tschudi** vem ao Brasil em 1857 a convite de uma companhia inglesa para realizar pesquisa sobre as minas de ouro e publica seus relatos em obras como *Viagem à América do Sul; A província brasileira de Minas Gerais e Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*¹⁹⁶.

O último suíço resgatado neste trabalho, por certo, um dos viajantes que teve mais destaque no período, foi **Jean Louis Rodolphe Agassiz**, cientista e professor de História Natural em Harvard, que, acompanhado de sua esposa, **Elisabeth Cary Agassiz**, percorreu o Brasil e as Minas Gerais entre os anos de 1865 e 1866. Sua obra, *Viagem ao Brasil*, que retrata passagens por diversas províncias brasileiras, tais como Ceará, Pernambuco e Maranhão, não deixa de abordar temas como a escravidão, criticada por ele, e o

¹⁹⁴ MATTOS, Anibal. **Peter Wilhelm Lund no Brasil: problemas de paleontologia brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1939.

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ Idem.

desenvolvimento do sistema de ferrovias no país. A "Expedição Thayer", chefiada por Agassiz, posteriormente se dividiu em três grupos para alcançar diversas partes do território brasileiro e contou com alguns nomes importantes que ainda serão mencionados no desenrolar da pesquisa.

Entre eles, Charles Frederick Hartt e Orestes Saint-John. O primeiro grupo, liderado por Hartt e juntamente de Edward Copeland, avançou em direção ao Nordeste pela costa, explorando, lugares como o Arquipélago dos Abrolhos e os Rios Doce e Jequitinhonha. O segundo grupo, liderado por Orestes Saint-John e integrado por John E. Allen, Thomas Ward e George Sceva, seguiu na direção de Minas Gerais, separando-se ao longo do trajeto¹⁹⁷. O terceiro grupo, juntamente com Agassiz, rumou para a região Amazônica com o auxílio de um vapor da Companhia de Navegação do Amazonas, facilitando seu deslocamento. A expedição contou ainda com alguns estudantes voluntários (sem obras particulares produzidas sobre o Brasil ou Minas Gerais) em busca de aprimorar sua formação acadêmica¹⁹⁸.

Entre os italianos, estão: **Alessandro d'atri**, duque, pertencente à nobreza de seu país, casa-se com uma brasileira e trabalha como jornalista. Entre suas inúmeras obras e publicações, está *Interviste Brasiliane*, única disponível entre as outras duas referentes ao Brasil, *Lo scettico dall'Italia al Brasile di Alessandro d'Atri* e, *Uomini e cose del Brasile (Descrizione dei viaggi compiuti negli anni 1894 a 1895)*. De **Alberto de Foresta**, Presidente da Legazione d'Italia no Brasil, indetificamos *Attraverso l'Atlantico e in Brasile*. A obra, que se trata de uma coleção de cartas enviados ao seu pai, baseia-se no testemunho direto do autor, não havendo, entretanto, uma sequência de temas nos capítulos.

Lo stato de Minas Gerais. La nueva capitale, obra não localizada de **Carlo Fabricatore**, teve sua publicação ainda o final do século XIX. Do autor, identificamos ainda *La rivoluzione del Brasile*, do mesmo período. Tendo Fabricatore realizado o trajeto entre Sabará e a nova capital de Minas Gerais, Belo Horizonte (então Curral del Rei) no ano de

¹⁹⁷ Allen e Ward “deviam atingir o litoral pelo vale do São Francisco e do Paraíba e Sceva devia demorar-se alguns dias em Lagoa Santa para colecionar fósseis. Chegados a Juiz de Fora, atravessaram a Mantiqueira, passando por Barbacena, Lagoa Dourada e Prados, transpuseram o rio Carandaí e o Paraopeba, continuando a sua rota até Lagoa Santa e Sete Lagoas. Sceva voltou de Lagoa Santa para o Rio de Janeiro... sem os fósseis. Ward separou-se dos outros expedicionários em Barbacena, dirigindo-se para o Tocantins por Ouro Preto e Diamantina, conforme já referimos. Em Januária separaram-se Allen e Orestes Saint John. Este desceu o São Francisco até à Vila da Barra e daí prosseguiu por terra até alcançar o alto Parnaíba, descendo este rio até Terezina, de onde seguiu para Caxias e, pelo Itapicurú, chegou a São Luiz a 8 de janeiro de 1866”. (LEITÃO, 1941, p. 177).

¹⁹⁸ “Ficaram afastados todos os obstáculos e fiz os meus preparativos de viagem o mais rápido possível, depois de indicar para me acompanharem as seguintes pessoas: Jacques Burkhardt, desenhista; John G. Antony, conchiologista; Frederico C. Hartt e Orestes Saint-John, geólogos; John A. Allen, ornitologista, e George Sceva, preparador. A nossa pequenina sociedade foi aumentada pela adjunção ainda de alguns voluntários, Newton Dexter, William James, Edward Copeland, Thomas Ward, Walter Hunnewell S. V. R., Thayer, cujo concurso, por ser espontâneo, não deixou de ser muito ativo e eficiente”. Ver: AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth. **Viagem ao Brasil: 1865-1866**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. p. 15.

1894, descreveu o penoso caminho entre montes e colinas, por vezes, de difíceis declives. Não se esqueceu de mencionar a fertilidade da terra ou de ressaltar a presença de minerais de ferro. Valorizando em bom tom, “Tudo devido aos eminentes homens que, neste fim de século, foram providencialmente chamados para governar, administrar e desenvolver o imenso e rico território do estado de Minas Gerais”¹⁹⁹.

De **Ubaldo A. Moriconi**, a polemica *Nel paese de "Macacchi"* foi alvo de críticas por seu teor preconceituoso com relação ao Brasil. *Al Brasile*, de **Alfonso Lomonaco** também não foi localizada para pesquisa. Tendo os italianos constituído considerável massa imigratória para o Brasil ao longo do século XIX, verifica-se que as produções sobre o país foram igualmente relevantes.

Dos Estados Unidos, no século XIX vieram, além dos anteriormente mencionados, Orville A. Derby e John Casper Branner, **John Candler** e seu companheiro **Wilson Burgess**, ambos membros da “Society of Friends”, instituição independente que promovia o debate em prol dos doentes mentais e apoiava iniciativas de alerta ao fim da escravidão. A obra produzida pelos dois, *Narrative of a recent visit to Brazil*, está dividida em nove capítulos, entre os quais, “The John Del Rey Gold Mines”, referente a visita às minas do ouro.

Daniel Parish Kidder, missionário e pastor metodista, considerado um dos precursores do protestantismo no Brasil, esteve preocupado com a evangelização durante os percursos de suas viagens pelos países. Sua obra, *O Brasil e os brasileiros* é, na verdade, a revisão ampliada de seu primeiro livro, *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*. A obra foi ampliada por outro religioso **James C. Fletcher**, que também esteve no Brasil entre 1851-65. O livro serviu como um verdadeiro manual para os norte-americanos interessados em se estabelecer no Brasil, pois, reunia informações valiosas sobre o país em seus mais diversos aspectos, com teor altamente comercial e caráter mais “publicitário”²⁰⁰.

O Brasil e os brasileiros, trata de aspectos do cotidiano do país: habitações, família, trabalho, comércio, além da forma de governo (monarquia imperial) e do potencial mineral e extrativo. O livro “aborda a precariedade dos instrumentos de trabalho, sempre muito rústicos. As narrativas possuem sempre um sentido de oportunidade para investimentos no país”. Além de revelar uma preocupação do próprio governo norte-americano, no que se refere às relações comerciais do país com o Brasil. Afinal, os ingleses desfrutavam de linhas marítimas diretas de comércio com o Brasil, enquanto que “somente em 1864, num convênio entre os dois países, foi possível estabelecer a comunicação a vapor, perfazendo doze viagens de ida e volta entre Nova York e o Rio de Janeiro anualmente”²⁰¹.

¹⁹⁹ (FABRICATORE, 1894).

²⁰⁰ VALENTIM, Carlos Antonio. **O Brasil e os Brasileiros**. Revista Fides Reformata, vol. 15, nº 2, 2010. p. 97-107.

²⁰¹ Idem.

Marie Robinson Wright, autora de *The new Brazil. Its resources and attractions historical, descriptive, and industrial*, sem tradução para o português, foi historiadora e escritora norte-americana que esteve no Brasil no final do século XIX. Sua obra, extensa descrição histórica e geográfica do país e locais visitados, reserva dois capítulos inteiros à Minas Gerais, tratando da mineração e da povoação da província mineira. Seu prestígio como pesquisadora levou-a a membro da Sociedade Geográfica do Brasil e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

William James, autor de sua própria biografia *Brazil through the eyes of William James. Letters, diaries, and drawings*, sem tradução, era à época da expedição de Agassiz, estudante de Medicina. Inserido como voluntário na expedição, interessou-se por temas antropológicos e sociológicos, dedicando-se à filosofia posteriormente à sua vinda ao Brasil. Outro norte-americano membro da expedição, colega de James e inserido entre os viajantes que estiveram em Minas Gerais no século XIX é John E. Allen, ornitologista e autor de, entre outras obras (especialmente sobre Mato Grosso), *Descriptions of new species of South American birds, with remarks on various other little known species* (sem tradução) e; *On Cyclorhis viridis (Vieill.) and its near allies, with remarks on other species of the genus Cyclorhis* (sem tradução). Embora ele tenha efetivamente estado em Minas Gerais, suas produções particulares (desvinculadas das de Agassiz), não refletem a vinda à província mineira.

Da Suécia, apenas um viajante, **G. Wilhelm Freireyss**, que estando no Brasil ainda nos primeiros anos do século XIX, acompanhando a expedição do príncipe Maximilian zu Wied-Neuwied, chega em Minas Gerais e encontra uma capitania que prima pela descoberta de outras riquezas minerais para além do ouro, já explorado em demasia. O propósito de sua viagem era a realização de pesquisa na área da Botânica, mas, seus escritos revelam que o viajante fora além. Preocupado em descrever aspectos sociais, destina um capítulo de sua obra ao tráfico de escravos e à escravidão no Brasil e em Minas Gerais. Em outro atém-se na descrição dos costumes dos habitantes da região. *Viagem ao interior do Brasil* revela ainda aspectos das lavras de ouro, há algum tempo em decadência, e, sinaliza para a existência de ferro e outros minerais passíveis de extração²⁰².

Vindo do Canadá, o supracitado **Charles Frederick Hartt**, formou-se em ciências naturais e veio ao Brasil a convite de L. Agassiz para a "Expedição Thayer", como geólogo. Esteve no país em duas outras ocasiões, em 1867 e entre 1879-72. Após retornar aos EUA trabalhou como professor de geologia e outras áreas. Em 1874 retorna ao Brasil a convite do Ministro da Agricultura e, no ano seguinte, é nomeado diretor da "Comissão Geológica do Império", tendo aqui permanecido até seu falecimento em 1878. Visitou praticamente todas

²⁰² FREIREYSS, G. Wilhelm. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1982.

as províncias brasileiras, por suposto, Minas Gerais. Sua extensa obra, *Geologia e Geografia física do Brasil*, dividida em vinte capítulos, traça um panorama da geografia e geologia do país no final do século XIX.

O holandês **C.F. van Delden Laërne** foi nomeado para o cargo comissionado do governo holandês com vistas a estudar a indústria cafeeira do país diante dos interesses comerciais da Holanda para com o Brasil. Sua obra, *Brazil and Java. Report on coffee culture in America, Asia and Africa to H. E. the Minister of the Colonies*, trata-se de um texto narrativo com base em testemunho direto. Ao debruçar-se sobre a questão cafeeira no Brasil, é detalhista no tocante aos aspectos físicos do solo, além de fornecer informações sobre mão-de-obra imigrante, transporte, alfândega e exportação. Percorreu as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, locais produtores de café no período.

O belga **Waltrère Selys-Longchamp**, descendente de família nobre e senador como seu pai, Michel Edmond de Selys-Longchamps (pioneiro na pesquisa da odonatologia²⁰³), herdou do mesmo o interesse pela pesquisa e pelas viagens. Mesmo se formando em Direito, sempre revelou interesse pela Biologia. Tendo viajando ao Brasil em 1875, na companhia dos zoólogos Eduard van Beneden e Eugene van Volxem, por encomenda do governo belga, produziu *Notes d'un voyage au Brésil*, em que relata sua experiência em território brasileiro²⁰⁴.

Os portugueses **Luiz D'Alincourt** e **Raimundo José da Cunha Matos**, estiveram no Brasil separados por poucos anos de diferença. Ambos eram militares e produziram, respectivamente, *Memória sobre viagem do Porto de Santos à cidade de Cuyabá* e; *Corografia histórica da província de Minas Gerais; Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*. D'Alincourt produz um relato direto baseado em seu roteiro por São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. O interesse principal da obra é descrever o caminho entre Santos e Cuiabá, portanto, apesar de tecer comentários sobre os lugares por onde passa, é pouco detalhista em suas descrições. A obra permite, entretanto, construir uma visão espacial do interior do país e das condições do referido percurso.

Raimundo José da Cunha Matos, por sua vez, constrói em *Corografia histórica da província de Minas Gerais*, uma obra que se torna, posteriormente, referência nos estudos sobre a constituição histórica de Minas. Seu nome aparece em outro momento histórico importante, ocasião em que, ao lado de Januário da Cunha Barbosa, apresenta em agosto de 1838, a proposta de criação de um Instituto Histórico e Geográfico. Após a criação do instituto, Cunha Matos foi nomeado diretor da seção de Geografia²⁰⁵.

²⁰³ Ciência derivada da entomologia, que se dedica aos estudos de insetos, especialmente as libélulas.

²⁰⁴ SELYS LONGCHAMPS, Walthère de. *Notes d'un voyage au Brésil*. Muquardt: Bruxelles, 1875.

²⁰⁵ QUEIROZ, Bianca Martins de. **RAIMUNDO JOSÉ DA CUNHA MATOS (1776-1839): "A pena e a espada a serviço da pátria"**. 136f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2009.

A obra *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás* é produzida por Cunha Matos em função de viagem que realiza no ano de 1823 quando foi empossado para o cargo de Governador das Armas da Província de Goiás. Seu objetivo era constituir um roteiro para os viajantes que se “aventurassem” pela região, fornecendo, nesse sentido, informações sobre economia, comércio e geografia. Ao retomar viajantes que passaram pela região anteriormente, como Mawe, Neuwied e Eschwege, sinaliza para a importância das produções de caráter científico desses nomes, “igualando” sua obra às dos demais, mostrando-se, entretanto, desejoso de possuir o conhecimento geológico, botânico, zoológico e de história natural de seus antecessores²⁰⁶.

Finalmente, da Irlanda, vêm ao Brasil, **Michael George Mulhall**, em 1877, e **Robert Walsh**, anos antes, em 1828. Mulhall, escritor, economista e editor irlandês, muda-se para a Argentina quando tinha 22 anos e funda naquele país o jornal Buenos Ayres Standard. Seu livro, *Handbook of Brazil*, retrata aspectos de várias províncias brasileiras, entre as quais, Minas Gerais. O viajante apresenta dados estatísticos referentes à economia dessas regiões, embora, haja controvérsias sobre a qualidade dos dados apresentados. Robert Walsh, médico por formação e pastor, retrata detalhadamente em *Notícias do Brasil* as condições de vida e trabalho dos escravos. Fruto de suas viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, trata do mercado, da negociação e ainda, das precárias viagens que os traziam através do oceano para o Brasil.

Cabe ressaltar que, *a priori*, identificamos ainda os seguintes viajantes como tendo estado no Brasil no século XIX. Entretanto, após aprofundamento nas datas da viagens e publicações, constatamos que, na verdade, suas viagens se realizaram já no século XX. Portanto, os mesmos foram retirados da pesquisa por extrapolarem a delimitação temporal.

Pierre Denis, de mesmo sobrenome, mas, sem parentesco com Ferdinand Denis, teve sua obra *Le Brésil aux XX* publicada no início do século, em 1909, após sua viagem à América do Sul. O viajante e também geógrafo, discípulo de Vidal de La Blache, coloca-se favorável frente as chamadas políticas de “branqueamento” em voga no final do século XIX, atribuindo o atraso do país às populações negras²⁰⁷.

Paul Latteux, autor de *A travers le Brésil: au pays de l'or et des diamants*, foi chefe de laboratório na Faculdade de Ciências da Universidade de Paris e esteve no Brasil no ano de 1909 em missão oficial por incumbência do Ministro de Instrução Pública da França. Sua obra, sobre o “país do ouro e dos diamantes”, ganhou destaque quando foi publicada em 1910, ano seguinte a sua visita.

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ Ver: VIDAL, Laurent; LUCA, Tania Regina de. **Franceses no Brasil: séculos XIX- XX**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

Roy Nash, norte-americano, professor por profissão e ocupando cargo de adido cultural do consulado norte-americano no Brasil, mais precisamente em Porto Alegre, expressa em sua obra *“A conquista do Brasil”* – de título intrigante, por suposto – um desejo que pode ser aquele dos viajantes norte-americanos em território brasileiro, de estreitar as relações entre os dois países e expandir a influência dos EUA sobre o mercado nacional. Tendo sua vinda à Caxias do Sul - RS anunciada no dia 19 de maio de 1945, em função do que foi denominada “Missão Cultural Americana”, Nash, na companhia de William Rex Crowford, também adido cultural do consulado norte-americano, mas, no Rio de Janeiro e, o professor Seager R. Gilcreast, deveriam realizar visita à Escola Normal e à Metalúrgica Abramo Eberle, entre outros estabelecimentos educacionais e industriais²⁰⁸.

Archibald Stevenson Forrest, viajante inglês que esteve no Brasil na primeira década do século XX, escreve *A tour through South America*. O artista, pintor e viajante deixa algumas ilustrações e relatos sobre o país na forma de memórias. No texto, o autor faz algumas considerações sobre o cotidiano do país, assim como dos demais países visitados na América do Sul. Ao visitar São Paulo, por exemplo, o inglês comenta que “aos domingos e feriados, o passeio favorito do povo – italianos, negros, portugueses, alemães, paulistas e ingleses – é ir de carro da Praça da Sé até os jardins e o Museu do Ipiranga [...]”²⁰⁹.

Da América do Sul, o único viajante identificado no início do século XX nas Minas Gerais foi **Manuel Bernárdez**, poeta e diplomata uruguaio, que em 1906 foi convidado por Carvalho Britto, então secretário de Estado, a promover uma viagem pela região. Em 1910, tornou-se cônsul de seu país no Brasil. Em sua obra, *O coração do Brasil (Crônicas de Minas Geraes)*, o autor insiste em justificar o título escolhido, atribuindo ao seu significado mais que um “hiperbolismo puerilmente sentimental”. Sua escolha perpassa pela referência à célebre frase de Gorceix “Minas Geraes é um coração de ouro num peito de ferro” e mais, por razões “moraes e historicas, physicas e de estrutura (sic)”, uma vez que o Estado de Minas ocupa no Brasil um lugar que no “organismo humano corresponde ao coração.”²¹⁰

²⁰⁸ MISSÃO Cultural Americana. “**O Momento**”, Caxias do Sul, 19 mai. 1945. p.04.

²⁰⁹ FORREST, Archibald Stevenson. **A tour through South America (1912)**. In.: BRUNO, Ernani da Silva. Memória da Cidade de São Paulo: depoimento de moradores e visitantes, 1553-1958. São Paulo: Prefeitura Municipal/DPH, 1981, p. 172-173.

²¹⁰ (BERNÁRDEZ, 1922).